



NOVAFCSH

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

O anarquismo e a arte de governar: Portugal, última década do século XIX e primeiras décadas do Século XX

Ricardo Diogo Mainsel Duarte

Tese de Doutoramento em História Contemporânea

Setembro de 2021

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica do Prof. Dr. José Neves

Apoio financeiro da FCT (Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/BD/76955/2011)

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Diogo Diogo Manuel Duarte

Lisboa, 13 de Setembro de 2021

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,

A handwritten signature in purple ink, appearing to read 'J. Manuel V. G. S.', is positioned above a horizontal line.

Lisboa, 11 de Setembro de 2021

AGRADECIMENTOS

O processo de elaboração de uma tese de doutoramento, como é universalmente sabido, tem o efeito de fazer do autor uma pessoa menos paciente, irascível e aborrecida. Felizmente, a ajuda e a presença de muita gente, ao longo destes anos, permitiu evitar que perturbasse mais jantares e convívios do que seria desejável – diga-se, contudo, que era escusado perguntarem tantas vezes “então, como é que vai a tese?” ou “quando é que acabas isso?”

Ainda não estou certo que tenha saído mais esperto desta experiência, mas todas essas pessoas que conheci e que me acompanharam neste percurso compensam todas as dúvidas que nos assolam quando atingimos a meta. Por todas elas, sou profundamente grato.

No *Instituto de História Contemporânea*, e, em particular, no grupo de investigação “Cultura, Identidades e Poder”, encontrei um ambiente estimulante e um conjunto de colegas com os quais não cesso de aprender. Nos seminários, oficinas e conferências em que nos cruzamos, recebi comentários e sugestões que muito influenciaram o caminho que escolhi na investigação e redacção da tese. Seriam muitos os nomes a mencionar, mas, para não deixar ninguém de fora, destaco o meu orientador, o Prof. Dr. José Neves, não só por ter sido quem me abriu a porta a estas experiências, mas, também, por ser uma enorme referência em muito do que procuro fazer. O seu contributo vai para lá do apoio que deu a esta tese. E a gratidão intelectual e o carinho pessoal que tenho por ele não cabem numas curtas linhas de agradecimento. Espero, por isso, saber retribuir tudo o que me deu durante muito tempo.

No *Anarchism Research Group*, da Universidade de Loughborough, através de um conjunto de seminários e colóquios, encontrei um ambiente igualmente cativante e usufruí do conhecimento e dos comentários críticos de um grupo de investigadores que há muito se dedica ao tema cujo estudo iniciei com esta tese. Nos primeiros anos de investigação, o Prof. Dr. David Berry foi uma companhia atenta e interessada de que muito beneficiei.

A minha admiração e dívida intelectual – que se transformou em amizade – estende-se, ainda, a quatro pessoas com quem espero continuar a aprender durante muitos e longos anos. A Prof.^a Fátima Sá e Melo Ferreira acompanha-me desde a licenciatura e, como

reconhecerá qualquer estudante que tenha tido a felicidade de se cruzar com ela, nunca deixou de partilhar o seu saber, experiência e imensa simpatia. Na Prof.^a Fátima Sá, encontrei o incentivo que tantas vezes falta a quem inicia o seu percurso académico. O Prof. Robert Rowland é, provavelmente, o principal responsável por me ter rendido ao estudo e por ter feito com tanto entusiasmo a minha formação académica. É, também, o grande responsável por ainda continuar a acreditar na importância da aprendizagem e da investigação científica, apesar de todos os obstáculos que os tornam cada vez mais difíceis. No decorrer de toda a minha formação, foi aquele que nunca hesitou em abalar as minhas maiores certezas – ou, vá, as saídas fáceis e tentadoras que por vezes escolhemos para enfrentar as questões que nos surgem. Se temo não ter estado à altura do seu contributo, a verdade é que as suas críticas e comentários tornaram-me mais cuidadoso, rigoroso e exigente. O mesmo devo dizer da Prof.^a Ângela Miranda Cardoso – a quem recusei entregar a tese de doutoramento para revisão, com medo de ter que escrever tudo de novo e aprofundar a crise existencial crónica de um doutorando. O impacto da sua capacidade crítica e sabedoria, enriquecida com ironia e simpatia, surge em quase todos os momentos de convívio que partilhamos. Finalmente, o Prof. Richard Cleminson, para além de ter influenciado indelevelmente pelo seu trabalho as ideias e os tópicos que escolhi explorar nesta investigação, tornou-se, igualmente, uma presença muito maior do que o seu contributo intelectual. Nos últimos anos desta tese, e especialmente desde o início da pandemia, foi uma motivação e uma inspiração fundamental para que a tese chegasse a bom porto. Provavelmente não terá ideia de quão importante foi e da força que deu para que a redacção deste trabalho se tornasse mais fácil, especialmente quando o cansaço e a desmotivação pareciam superar tudo o resto. Espero que estas palavras permitam evidenciar o quanto significou.

A todas estas pessoas, espero, também, que estas palavras possam retribuir um pouco do que me dão e ajudem a perceber como foram, e são, fundamentais na minha vida.

Apesar disso, nenhum deles é responsável pelo resultado que têm em mãos. Exceptua-se uma ou outra ideia mais infeliz que possam encontrar e com as quais eu não tive nada a ver (estou a brincar).

Sem a família que tenho não teria sequer chegado à universidade – e certamente não teria tido a ideia de me aventurar num doutoramento. Nesta família, incluem-se os amigos de sempre – a família que escolhemos e que nos atura em todas as ocasiões: o Duarte Dinis, a Catarina Carvalho, o Tiago Oliveira, o Bruno Rocha, o Ricardo

Remédio, o Carlos Miranda, o João Carlos Silva, a Susana Vale Lopes, o Marco Gaspar, o Allysson Raia e o Vasco Alves.

Os irmãos André, César, Leonardo, Paulo e Paula estão na minha vida desde sempre. Para lá do laço familiar, tenho a sorte de serem, acima de tudo, companheiros. Mais do que quaisquer outros, e às vezes sem opção, foram, e são, aqueles que estiveram sempre na linha da frente para levar com o meu mau feitio de quando as coisas não correm como desejo ou planeio. Por serem parte da família que se herda, geralmente não têm opção, mas, mesmo assim, nunca me deixaram a refilar sozinho e demonstraram ter uma paciência invejável. Se não tivessem feito de mim quem sou, e se não me segurassem todos os dias, era tudo infinitamente mais difícil.

Na família Oliveira da Silva encontrei um acolhimento e um amor raros, que nos surgem inesperadamente e nos preenchem de uma forma que já não julgávamos ser possível. A Arminda é a voz da razão e da tranquilidade, uma cuidadora permanente e um pilar sólido que com subtileza carrega todos aqueles que abraça. Tem a qualidade rara de fazer tudo parecer mais fácil. O José Manuel combina um coração e uma generosidade imensas com uma inteligência e um sentido de humor únicos. Os comentários críticos, a perspicácia e a ironia acutilantes, que nunca o largam, apanham-nos muitas vezes desprevenidos, mas tornaram-se uma das coisas mais importantes do meu quotidiano. O Jorge combina estas qualidades todas e acrescenta-lhes a capacidade de tentar levar mais longe algumas das ideias malucas que fui desenvolvendo na investigação. Nem sempre foi fácil resistir, mas, para bem da saúde da tese, decidi ficar-me pelo seu companheirismo e amizade. A Arminda, o José Manuel e o Jorge são um bálsamo contra o cinismo que parece tornar-se cada vez mais comum nos dias que correm. Fazem-me ser melhor e não tenho palavras para descrever o que acrescentam à minha vida e a gratidão que lhes tenho. Sem eles esta tese nunca teria sido concluída.

Tenho a felicidade de poder dizer que tenho a melhor mãe do mundo, a Ana Paula Duarte. Uma guerreira que nunca vacilou perante os obstáculos da vida e que, no meio de todas as lutas, acolheu sempre no seu regaço todos aqueles que dela precisaram. E foram muitos. Só uma força incrível permite que tal seja possível. Não herdei a mesma a força, mas com ela aprendi a partilhar, a receber e a amar. Dê o mundo as voltas que der, a maior certeza que tenho é a de que nunca me faltou e nunca me faltará. Tudo o que faço é uma tentativa de ser um pouco mais como ela e de lhe dar um pouco do que me deu e dá todos os dias.

No fim desta etapa, uma das coisas mais absurdas e difíceis é não poder contar com a companhia do meu pai, Armando Pereira Duarte. Por tudo o que me transmitiu, pelo que lutou para que pudesse estudar, pelo que desejou ver esta tese concluída, pelo orgulho que tinha em tudo o que fazia – mesmo quando eu não era digno desse orgulho – a sua presença encontra-se em cada linha que escrevi.

Esta tese é deles.

Se não fosse a Teresa, nada do que beneficieei e aprendi teria o mesmo sentido. A companhia, a amizade, a compreensão, a paciência, a cumplicidade, a inteligência que me oferece, são, sem dúvida, o que de mais importante descobri na vida. Sem ela, estaria, certamente, num lugar muito pior (e com uma tese por acabar). A forma como ama surpreende-me todos os dias. Por isso, esta tese também é dela; mas, acima de tudo, é para ela. É um contributo insignificante para a missão a que me entreguei de estar à altura desse amor, mas é só uma pequena parte.

**O ANARQUISMO E A ARTE DE GOVERNAR:
PORTUGAL, ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XIX
E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

Ricardo Diogo Mainsel Duarte

RESUMO:

Centrando-se sobre o Portugal situado entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, esta tese procura entender o anarquismo como uma cultura política vocacionada para orientar e situar no mundo o indivíduo e organizar colectivamente a sua acção, de tal modo que podemos falar do anarquismo como uma arte de governar, contribuindo assim para uma história das relações de poder e de como estas tomam forma tanto em culturas autoritárias como em culturas de resistência antiautoritárias. Nos oito capítulos, pretendemos, em primeiro lugar, dar conta dos processos de subjectivação que operavam directamente sobre e a partir do indivíduo, com o propósito de construir tanto um sujeito anarquista como sustentar um projecto de transformação social e política e estruturar a sociedade libertária. Em segundo lugar, pretendemos explorar a articulação desses processos com um conjunto de saberes orientados para o conhecimento e governo da população que então constituíam um certo paradigma epistemológico, científico, administrativo e político na sociedade portuguesa e de que os anarquistas faziam uso. Para estes efeitos, na primeira parte da tese concentramo-nos especialmente nos meios e parâmetros da formação intelectual e moral dos anarquistas, fundados na cultura, na educação, na razão e na ciência, e na segunda parte focamo-nos sobre as ideias e os cuidados sobre o corpo e a biologia, sobressaindo uma ideia de natureza que atravessava praticamente a totalidade das mundividências anarquistas. O encontro entre os processos libertários de subjectivação e esses saberes permite-nos situar o anarquismo num movimento de racionalização da sociedade, que era partilhado com muitas das culturas políticas coevas, e identificar os fundamentos de uma “arte de governar” anarquista.

PALAVRAS-CHAVE: Anarquismo; Poder; Estado; Portugal; Governamentalidade.

ABSTRACT:

Centered in Portugal during the end of the 19th century and the first decades of the 20th century, this thesis intends to understand anarchism as a political culture capable of guiding and situating the individuals in the world and of collectively organizing their action, in such a way that we can speak of anarchism as an art of government, thus contributing to a history of the relations of power and the way in which they are shaped, both in authoritarian and anti-authoritarian cultures. In the eight chapters we seek to look, in the first place, at the subjectivation processes which operate directly on and from the individual, with the goal of building both an anarchist subject as well as sustaining a project of social and political transformation and structuring the libertarian society. In second place, we intend to explore the articulation of these processes with a set of knowledges oriented towards understanding and governing the population, which were then part of a certain epistemological, scientific, administrative, and political paradigm in Portuguese society, and of which the anarchists made use. For these purposes, in the first part of the thesis we focus especially on the means and parameters of intellectual and moral education of the anarchists, based on culture, education, reason and science; and, in the second part, we focus on the ideas and care about the body and biology, highlighting an idea of nature which traversed practically the entirety of the anarchist worldview. The meeting between the libertarian processes of subjectivation and those knowledges allows us to place anarchism in a movement aimed towards the rationalization of society, shared with many of the coeval political cultures, and to identify the foundations of an anarchist “art of government”.

KEYWORDS: Anarchism; Power; State; Portugal; Governmentality.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
O anarquismo como cultura política.....	2
Anarquismo e Estado moderno.....	4
A tese e o seu plano	8
 CAPÍTULO 1 – Anarquismo, historiografia e poder.....	13
1.1 – História e memória do anarquismo em Portugal	13
1.1.1 – O anarquismo nas sínteses historiográficas portuguesas	14
1.1.2 – O anarquismo na historiografia sobre o movimento operário	20
1.1.3 – A historiografia sobre o movimento libertário, a historiografia e memória militantes e as fontes	25
1.1.4 – Notas gerais e conclusão.....	33
1.2 – Poder, governamentalidade e biopolítica.....	37
 CAPÍTULO 2 – “O governo de cada um de si mesmo”: ciência, razão e liberdade.....	47
2.1 - Cultura e revolução	48
2.2 - Liberdade e Governo	55
2.3 – Ciência e razão.....	59
2.4 – Religião.....	66
2.5 – Conclusão	71
 CAPÍTULO 3 – O ensino escolar e a preparação para a vida	73
3.1 - Escola laica vs. Escola racional.....	75
3.2 - Fins e propósitos da educação libertária.....	81
3.3 - Educação e preparação revolucionária	84
3.4 - A Escola Oficina N.º 1	89
3.5 – Conclusão	95

CAPÍTULO 4 – “Enriquecer o cérebro, burilar o sentimento”: arte, propaganda e lazer	97
4.1 - Arte, classe e reprodução social	97
4.2 - Arte social e crítica da arte	103
4.3 – O teatro como “a arte social por excelência” e o fado como arte sem salvação.....	109
4.4 - Imprensa e propaganda.....	115
4.5 – Lazer, festa e convívio.....	122
4.6 – Conclusão	129

CAPÍTULO 5 – O aperfeiçoamento da espécie: natureza, evolucionismo e degeneração	132
5.1 – Anarquismo e natureza	132
5.2 – A biopolítica libertária.....	135
5.3 – Evolução e degeneração	137
5.4 – Regeneração e cuidado de si: higienismo, saúde, naturismo e desporto	147
5.4.1 – Naturismo	153
5.4.2 – Educação física e desporto	157
5.4.3 – Eugenia	161
5.5 – Conclusão	169

CAPÍTULO 6 – O mundo por pátria e a emancipação de todas as raças.....	171
6.1 – A regeneração da “raça”	171
6.2 – Antinacionalismo e etnopsicologia.....	174
6.3 – O “matadouro africano”: a emergência de uma consciência anticolonial no anarquismo.....	178
6.4 – Mário Domingues, anti-racismo e anticolonialismo n’ <i>A Batalha</i>	183
6.5 – Para lá de Mário Domingues	189
6.6 – Em jeito de síntese: Mário Castelhana	192

CAPÍTULO 7 – Entre o lar e a fábrica: A emancipação feminina e a mulher operária	198
7.1 – As mulheres libertárias	201
7.2 – O amor livre.....	204
7.3 – A educação da mulher e as “pequenas revoluções nos costumes”	209
7.4 – Sufragismo, direitos políticos e feminismo	212

7.5 – Economia, trabalho e sindicalização.....	215
7.6 – Os inquéritos à situação sindical e laboral das mulheres.....	223
7.7 – A “heroína anónima”	225
7.8 – Conclusão	229
 CAPÍTULO 8 – Gerir a população e disciplinar o indivíduo: Biopolítica, neomalthusianismo e homossexualidade	231
8.1 – Neomalthusianismo	234
8.2 – Homossexualidade e “a degenerescência da espécie”	241
8.3 – Conclusão	250
 CONCLUSÃO: Anarquismo, modernidade e a arte de governar	252
A revolução anarquista enquanto processo de racionalização da sociedade	254
O anarquismo como forma de subjectivação individual.....	260
 ARQUIVOS, FONTES E BIBLIOGRAFIA	263
Arquivos	263
Periódicos	263
Outras fontes impressas	265
Bibliografia	269

APRESENTAÇÃO

“Sede bem-vindos ao seio da Sociedade Nova. Estão ali as ferramentas, além os campos para os arrotear. Vamos, que o tempo urge. É dia claro já, e foi longa e penosa a noite.”

Edgar Rodrigues, *Os anarquistas e os sindicatos: Portugal, 1911-1922*, 1981

“...Que vivemos perseguindo uma aspiração sempre tão fascinante e sempre, até hoje, tão fugitiva, tida pelos egocentristas como absurda quimera, enquanto para outros cintila como realidade próxima, generosa e redentora. E que é, para todos, como uma ciclópica fábrica de inquietação, pois no desencontro imenso da Humanidade, com as classes renhindo entre elas, umas pelas suas velhas regalias, outros por uma igualdade a raiair no futuro, as doutrinas em conflito vão trespassando de sangue a Terra, húmus formidável de toda uma época e do mundo de amor que há-de vir, que há-de vir, que há-de vir um dia, um dia talvez longínquo, mas um dia!”

Ferreira de Castro, «O Intervalo» in *Os Fragmentos*, 1974

Entre as últimas décadas do século XIX e o fim da Primeira República, o anarquismo tornou-se uma das culturas políticas que mais envolveu as classes populares proletarizadas em Portugal. Afirmou-se então como matriz do movimento sindical e pautou a acção dos seus agentes, em alguns casos independentemente da filiação política ou ideológica que para si reclamavam. O seu declínio iniciar-se-ia com a eclosão da ditadura militar, em 1926, e acentuar-se-ia nos primeiros anos do Estado Novo.

Mas a influência do anarquismo não se fez sentir apenas no terreno politizado das lutas operárias. Tocou também a vida de um grande número de pessoas em múltiplas esferas, alterando o seu quotidiano e relações pessoais, a sua forma de entender o mundo e a sua capacidade de intervir numa sociedade em acelerada transformação. Nas condições de vida adversas que as classes populares enfrentavam, prevalecendo uma ideia de organização social que as condenava a um lugar na base da pirâmide social, surgiram ideias e práticas que foram subvertendo gradualmente esse fatalismo. Com a emergência do anarquismo, parte das classes populares redefiniram-se enquanto sujeito colectivo, alteraram a correlação de forças da sociedade e da política portuguesa e passaram a condicionar indelevelmente o seu rumo. São os traços desta configuração política particular, e dos processos de subjectivação que contribuíram para o seu impacto, que nos propomos estudar ao longo destas páginas.

O anarquismo como cultura política

O anarquismo é uma constelação de ideias e práticas difícil de sistematizar. Desde a sua origem que a acção dos indivíduos e dos grupos que se definiram como anarquistas foi caracterizada por uma grande fluidez e algum nível de informalidade. O que, ainda assim, permite agrupar sob uma mesma categoria tendências por vezes tão diferentes, até antagónicas, é um conjunto de valores e princípios – mais ou menos imutáveis – que os seus agentes reclamaram para se filiar na sua tradição e orientar as suas acções. Há alguns anos, o antropólogo David Graeber definiu o anarquismo como “um discurso ético sobre a prática revolucionária”, cujos princípios – auto-organização, associação voluntária, ajuda mútua, rejeição do Estado e de todas as formas de desigualdade, violência e dominação estruturais – corresponderiam a comportamentos considerados tão antigos quanto a humanidade¹. Segundo esta perspectiva, mais do que uma doutrina ou um corpo teórico filiado em autores que assumiam estar a criar algo novo, o anarquismo seria, acima de tudo, uma atitude².

Além da especificidade das filiações autorais que o caracterizaram³, o anarquismo distingue-se de outras culturas políticas – em especial de outras culturas políticas revolucionárias – pelo facto de as suas expressões muito raramente se subordinarem a uma organização centralizada, incumbida de definir um programa doutrinário e organizacional e de coordenar as acções daqueles que se reclamam da sua tradição. As organizações anarquistas que existiram, e continuam a existir, tendem a privilegiar, pelo menos teoricamente, a organização da base para o topo, do simples para o composto, do indivíduo para o colectivo, como forma de salvaguardar a liberdade, a autonomia individual e a flexibilidade colectiva. Raramente, na sua história, procuraram assumir um intuito disciplinador e hegemónico, com interesse em eliminar ou cooptar todos aqueles que se situaram na sua tradição, mesmo quando correspondentes a

¹ Graeber, David, 2004, *Fragments of an Anarchist Anthropology*, Chicago: Prickly Paradigm Press, pp. 3 e ss.

² Como exemplo, Graeber sublinha que nenhuma das “tradições” anarquistas remete para o nome de um fundador ou autor, mas para um tipo de prática: anarco-sindicalismo, anarco-comunismo, anarco-individualismo, etc., Graeber, *Fragments...*, p. 5.

³ O anarquismo é e foi muitas vezes abordado a partir das ideias de um conjunto de autores que se destacaram enquanto proponentes das diversas correntes. Na sua fundação doutrinária, reconhecem-se, geralmente, autores como o filósofo inglês William Godwin (1756-1836) e o francês Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) e, numa fase subsequente, Max Stirner (1806-1856), Mikhail Bakunin (1814-1876) e Piotr Kropotkin (1842-1921). A pertença a este cânone é frequentemente questionada ou ampliada e, na última década, a própria existência de um cânone anarquista foi colocada em causa (ver, por exemplo, o número 2013: 1 da revista académica *Anarchist Developments in Cultural Studies*, intitulado “Blasting the Canon”, editado por Ruth Kinna e Süreyya Evren).

expressões mais marginais. Foram poucas as vezes, e geralmente sob contestação, que se procurou impor ou efectivar uma disciplina programática ou constituir um programa político que delimitasse rigidamente as fronteiras do que poderia ou não ser considerado anarquista⁴. O grau de informalidade e adaptabilidade que exige para se manter coerente com esses valores e princípios, conjugado, naturalmente, com momentos e lugares de formalização estratégica mais ou menos duradouros, é uma das razões para a fluidez que caracterizou o anarquismo ao longo da sua história.

A complexidade e a variabilidade do que constitui o universo anarquista não são, portanto, apreensíveis pelo estudo de uma organização, por mais ou menos expressiva que seja, nem redutíveis ao estudo de um conjunto de indivíduos cujas ideias e acções em algum momento se destacaram. A expressão "cultura política" parece ser aquela que melhor permite abordar o anarquismo e captar estas particularidades que destacamos. Compreender o anarquismo enquanto cultura política possibilita ver os mecanismos de criação de sentido e de mobilização política para lá das estruturas formais de intervenção, ditas modernas, que predominaram noutras correntes políticas. Paul Lichterman e Daniel Cefaï definem “cultura política” como

the sets of symbols and meanings or styles of action that organize political claims-making and opinion-forming, by individuals or collectivities. By culture, we mean patterns of publicly shared symbols, meanings, or styles of action which enable and constrain what people can say and do⁵.

Pretendemos, portanto, entender o anarquismo como uma cultura em toda a sua extensão antropológica, englobando as dimensões tanto institucionais como quotidianas da vida dos militantes, através do conjunto de proposições que compunha um entendimento particular da realidade, constituía uma consciência colectiva e uma identidade particulares e sugeria um projecto de organização social e política próprio.

As ideias que aqui procuramos explorar corresponderam, assim o sugeriremos ao longo dos próximos capítulos, a expressões maioritárias do anarquismo no país e que

⁴ Um dos casos mais conhecidos e discutidos foi o da “Plataforma Organizacional da União Geral de Anarquistas” (também conhecido como “Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários” ou como Plataformismo), proposta do grupo Dielo Truda publicada em 1926. Dielo Truda era composto por um grupo de militantes anarquistas que estiveram envolvidos na revolução bolchevique e que se encontravam exilados em Paris, entre os quais se incluía o ucraniano Nestor Makhno. Os plataformistas propunham um programa revolucionário que defendia, entre outras coisas, a unidade táctica e a unidade teórica, o que na época suscitou críticas e acusações de autoritarismo, centralismo e partidarismo, nomeadamente por anarquistas como Errico Malatesta, Emma Goldman, Max Nettlau, entre outros.

⁵ Lichterman, Paul & Cefaï, Daniel, 2006, “The idea of political culture” in Goodin, Robert E. & Tilly, Charles (eds.), *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*, Oxford: Oxford University Press, p. 393.

constituíram o pano de fundo em que se teceram as suas práticas no período estudado. Ainda assim, o leitor não encontrará aqui uma narrativa representativa e completa do que foi o anarquismo em Portugal. De resto, não cremos que o anarquismo tenha sido mais ou menos excepcional em Portugal do que noutros contextos nacionais, como também não advogamos que o anarquismo português tenha sido um mero produto de importação estrangeira⁶. Foi, sim, uma cultura política que conjugou criativamente ideias e práticas globais com discussões, saberes e conflitos que aconteciam no território nacional.

Anarquismo e Estado moderno

Sobre as culturas políticas libertárias recaíram, frequentemente, epítetos como “utópico” ou “milenarista”. Na força da crença dos seus sujeitos quis-se diagnosticar um “impulso instintivo” e místico, mais próprio de ideias religiosas do que das modernas formas de participação política. Subjacente a esses diagnósticos está, necessariamente, uma outra crença: a de que a ordem das coisas não poderá escapar aos termos estabelecidos. Qualquer ideia que procure romper com esses termos, e se alie a uma forte crença que não só é necessário como possível fazê-lo, é vista como tributária de uma certa ingenuidade, de uma intransigência romântica, até de uma infantilidade ou insensibilidade ao peso inescapável da realidade.

Ora, o que é certo é que aquela percepção da possibilidade de um mundo novo moveu milhares de pessoas. A convicção da sua iminência, ou da possibilidade da sua concretização num horizonte próximo, não nasceu espontaneamente de um desejo ou foi simplesmente determinada pelo desespero imposto pelas condições de vida (o “mesquinho materialismo do estômago”, nas palavras de um importante militante anarquista e sindicalista português⁷). Foi, sim, o resultado de um processo histórico que se foi definindo como uma cultura singular através da experiência decorrente do seu próprio movimento, mas também da apropriação, da confrontação e da transformação de ideias e saberes que, no seu tempo, se encontravam disseminadas por diversos sectores da sociedade.

⁶ Diferentemente de João Freire que, na mais completa e influente história escrita sobre o anarquismo em Portugal, afirma que se trata “no plano doutrinário, (...) em Portugal, de um *produto de importação estrangeira*” (cf. Freire, João, 1992, *Anarquistas e Operários – Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto: Edições Afrontamento, p. 319).

⁷ Joaquim de Sousa, Manuel, 1989 [1938], *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante: 1925-1938*, Lisboa: Antígona, p. 15.

O mundo novo pode não ter sido alcançado, mas, para aqueles que por ele lutaram, não foi apenas um horizonte distante. Foi, também, uma realidade de que já se faziam experiência os caminhos percorridos até lá chegar, caminhos que foram tornando credível a proximidade desse novo mundo e que procuraremos perceber neste trabalho. Para os anarquistas desta história, a crença não se resumia à expectativa da mera substituição de uma fatalidade de violência e opressão por um destino mais optimista. Derivava de um caminho que se construía dia-a-dia, através da luta e confrontação, mas também de novas formas de relacionamento, de solidariedade e de educação. Se é fácil reconhecer algum determinismo impulsionando o optimismo da inevitabilidade do novo mundo, as condições desse optimismo anarquista não eram inevitáveis nem espontâneas. Têm uma longa e complexa história que importa resgatar da condescendência da posterioridade.

A nossa sensibilidade ao impacto destas ideias, e a secundarização a que paradoxalmente se viram votadas em quase toda a historiografia dedicada ao período, motivou o interesse pelo estudo do anarquismo, procurando perceber melhor o que o caracterizava e de que forma afectou a vida de tanta gente num determinado período da história portuguesa.

Interessou-nos também, a montante desta tese, a circunstância de a expansão do anarquismo ter sido contemporâneo do processo de institucionalização de um Estado moderno em Portugal. No ímpeto racionalizador que caracterizava estoutro processo, assente em saberes e tecnologias emergentes que procuravam operar uma redefinição das concepções sociais e que sugeriam novas ideias de governo, encontramos várias zonas de convergência com o projecto anarquista de transformação da sociedade.

Esta contemporaneidade foi tendencialmente tratada como um conflito entre partes inconciliáveis, em radical oposição, cada uma imbuída da sua própria lógica imanente, como se operassem em espaços e tempos diferentes. O anarquismo foi reduzido à sua crítica e hostilidade à autoridade e às formas de poder e governo hegemónicas e, face a estas, deu-se por adquirida a marginalidade radical das suas ideias, práticas quotidianas e formas de organização. O processo de constituição do Estado, dos seus saberes e tecnologias de governo, por sua vez, foi frequentemente visto como independente dos movimentos sociais, mais ou menos estruturados, que a ele se opunham ou resistiam. Em suma, tanto o Estado como o anarquismo foram entendidos como dois produtos essencialmente acabados. A relação constituinte do conflito entre

ambos travado, as interligações e continuidades entre as forças antagonistas, foram quase sempre ignoradas. Os conflitos, os diálogos, os impasses, as vitórias e as derrotas que marcaram o longo percurso de afirmação do Estado e do anarquismo foram vistos como consequência de factores intrínsecos às suas ideias e instituições mais do que ao contexto em que coexistiram e conflituosamente se relacionaram.

É essa coexistência e o carácter produtivo desse conflito que esta tese também procurará focar. Compreendemos a exterioridade que o Estado constituía por relação ao anarquismo, e vice-versa, como uma construção performativa permanente, em que se disputavam diferentes ideias de ordem social e de subjectivação e em que se construía relações de poder com um fim de dominação, no caso do Estado, ou com um fim emancipatório, no caso do anarquismo – uma dicotomia que, ressalve-se, nem sempre é tão operativa quanto aparenta. Pretendemos desta forma evitar a fetichização tanto do anarquismo como do Estado, que os trata como “coisas” fechadas, em si, absolutamente coerentes e independentes. Como assinala Michel Foucault, “o Estado é, em simultâneo, aquilo que existe, mas também aquilo que ainda não existe de forma suficiente”; julgamos que o mesmo pode ser dito, também, sobre o anarquismo⁸. cremos que a história de uma cultura política como o anarquismo pode contribuir para um melhor entendimento do processo de afirmação da autoridade do Estado, tal como a história do exercício dessa autoridade pode contribuir para uma melhor compreensão das formas organizacionais que o anarquismo tomou.

Neste trabalho, essa relação conflitual será olhada *a partir das expressões que foram identificadas como integrantes do universo anarquista por com ele manterem uma afinidade directa*. Insistimos nesta definição porque tais expressões se caracterizam pela sua pluralidade e são muitas vezes contraditórias entre si, tanto a nível doutrinal como táctico. Ou seja, não procuraremos identificar uma ontologia anarquista ou encerrar o anarquismo numa definição coerente, organizado por um conjunto de

⁸ Foucault, Michel, 2010, *O Nascimento da Biopolítica*, Lisboa: Edições 70, p. 28. Pierre Bourdieu, em *Sobre o Estado*, remete para a dificuldade em estudar o Estado fora dos termos em que este se define a si próprio e que os seus agentes produzem sobre o mesmo – termos esses que se revelam perversivos de toda a realidade social e, por extensão, do seu estudo. Contra os reducionismos funcionalistas e institucionalistas sobre o Estado, Bourdieu sugere um acrescento à famosa definição de Max Weber, adicionando-lhe a dimensão simbólica; o Estado seria assim definido pela posse do “monopoly of legitimate physical and symbolic violence” (itálico no original, p. 4), constituindo um princípio de ortodoxia e de consenso sobre a ordem social. Na sua síntese, “the state is the name that we give to the hidden, invisible principles (...) of the social order, and at the same time of both physical and symbolic domination, likewise of physical and symbolic violence” (Bourdieu, Pierre, 2014 [2012], *On the State: Lectures at the Collège de France, 1989-1992*, Cambridge: Polity, p. 7).

parâmetros rígidos a partir dos quais se constituiriam as suas variantes e se desenhariam as suas divergências. Queremos abordá-lo na sua heterogeneidade, sem sacrifício das transformações e incoerências que o atravessaram ao longo do período estudado. Esta opção deve-se à fluidez que afirmamos ser característica do anarquismo (mas que não consideramos ser uma exclusividade sua), e à extensão da presença que lhe reconhecemos, o que fez com que até entre outras correntes políticas, como o republicanismo ou o socialismo, se manifestassem alguns dos seus traços distintivos. De resto, o termo “libertário”, ou mais propriamente, neste caso, “socialismo libertário”, é frequentemente tomado como sinónimo de anarquismo e é usado para abarcar essa multiplicidade de ideias e práticas ou até para abranger ideias que, apesar da sua proximidade, dele se procuram distanciar. Por essa razão, usaremos tanto “anarquismo” como “libertário” para nos referirmos ao sujeito estudado.

O anti-estatismo, o anticapitalismo, o apoliticismo⁹, o antiparlamentarismo, a acção directa, a ajuda mútua, a solidariedade, a defesa da liberdade, da autonomia individual e da igualdade social, são as ideias que tomamos como comuns a esse universo libertário. Independentemente da abertura que lhe reconhecemos, é ainda assim certo que o anarquismo constituiu uma tradição política singular, muitas vezes em ruptura radical com as ideias e instituições a que se opunha e por vezes, também, com aquelas que lhe eram próximas. Mas as ideias, conceitos e posicionamentos comuns ao universo libertário nem por isso deixaram de estar em permanente redefinição – e assim acontecia especialmente no período estudado – e por isso assumiram diversas formas e gradações. Como tal, diversas ideias, tácticas e formas de organização, que ora foram repudiadas por alguns anarquistas, ora foram por estes reclamadas como parte da sua tradição, ainda que em divergência com alguns dos proponentes dessas outras culturas políticas, fazem parte do objecto desta tese. É disso exemplo o sindicalismo revolucionário, visto por muitos anarquistas como um produto da sua tradição, fosse ele considerado uma táctica, entre outras, na luta de classes e na luta pelo advento de um mundo novo, fosse ele considerado uma doutrina heterónima do anarco-sindicalismo, ou, ainda, fosse ele defendido como uma doutrina auto-suficiente¹⁰.

⁹ Para os anarquistas, política remetia para a esfera estatal e institucional e é nesse sentido que o seu apoliticismo deve ser entendido.

¹⁰ Também são disso exemplo os chamados “intervencionismo” e “possibilismo”, por vezes chamados anarco-reformismo, comuns nos últimos anos do regime monárquico e ainda frequentes nos primeiros anos da Primeira República, expressões essas reclamadas por alguns anarquistas próximos dos campos socialistas e republicanos e defensores de alianças e colaborações com estes. Mas, para esta clarificação

É certo que, se englobamos o sindicalismo revolucionário no campo anarquista, abdicamos de perseguir a coerência muitas vezes reclamada pelos militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários, quase sempre interessados em afirmar a independência absoluta e a pureza das suas posições políticas. Em qualquer dos casos, independentemente da filiação ou da classificação assumida pelos sujeitos estudados, era por relação ao anarquismo que muitas das ideias dos sindicalistas revolucionários se constituíam e aquele era, necessariamente, um referente incontornável¹¹. Além disso, a extensão da influência das ideias anarquistas, a sua precoce relação com o movimento operário em Portugal, e o facto de ter sido entre a classe operária que se manifestou com mais força, dificultam a possibilidade de estabelecer fronteiras absolutas em relação a muitas das correntes com que conviveu, tornando a distinção rígida entre anarquismo e sindicalismo revolucionário perniciosa para os propósitos desta tese¹².

A tese e o seu plano

Esta tese procura contribuir para a história do anarquismo em Portugal na relação com o contexto em que surge e em que se desenvolve. Trata-se de evitar reduzir o anarquismo à expressão de uma vontade autónoma, efeito de uma lógica imanente à sua ideologia, independente das condições sociais e culturais em que existe, impermeável a outros discursos, saberes e práticas que o rodeiam, com ele simpatizando ou a ele opondo-se. Pretende-se nomeadamente conhecer o anarquismo com ênfase na sua relação com os saberes que partilhou com uma razão de governo, a fim de

terminológica, esses casos apresentam-se como menos equívocos, ora porque se assumiam como anarquistas, ora porque, apesar disso, as suas posições relativizavam alguns dos princípios atrás apontados como transversais ao anarquismo aqui estudado.

¹¹ Sem prejuízo da presença de ideias oriundas do marxismo, ou de outras correntes, entre os sindicalistas revolucionários. Se dizemos que era por relação ao anarquismo que este se constituía, isso deve-se, em primeiro lugar, à presença quase hegemónica do anarquismo, e à influência residual das ideias marxistas no movimento operário português, e, em segundo lugar, à comunhão com muitos dos pontos que caracterizavam o anarquismo e o distinguiam, precisamente, das ideias dominantes entre os marxistas.

Para se entender melhor o anarquismo como o ponto referencial da classe operária em Portugal, recorde-se, também, a origem do Partido Comunista Português, que, contrariamente ao que se verificou em outros países, foi criado por libertários e inicialmente influenciado por muitos dos seus princípios.

¹² Não obstante, alguma historiografia procurou demarcar claramente essa corrente e estabelecê-la como um objecto separado, e.g. Pereira, Joana Dias, 2011, *Sindicalismo Revolucionário: A história de uma Idéa*, Casal de Cambra: Caleidoscópio. Para um exemplo que aborda a relação entre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, ver Altena, Bert, 2010, "Analysing Revolutionary Syndicalism: The importance of Community" in Berry, David and Bantman Constance (eds.), *New Perspectives on Anarchism, Labour and Syndicalism*, Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp. 180-220 e para um estudo que os integra na mesma "tradição" libertária ver o capítulo 5 de Van der Walt, Lucien and Schmidt, Michael, 2009, *Black flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*, Oakland: Ak Press.

identificar de que forma foi por eles condicionado e se reorganizou ou transformou em função deles.

Por esta via, interessa-nos, também, contribuir para uma história das relações de poder na modernidade ocidental, de como estas tomaram forma entre práticas de autoridade e de resistência, convidando a um exercício historiográfico que seja sensível a contributos teórico-empíricos manifestos a nível tanto da história dos movimentos sociais¹³ como da história do poder de Estado¹⁴. Tomamos como premissa que mesmo uma cultura política vista como a mais marginal das marginais, caso do anarquismo, participa de uma história do poder. De resto, nas suas manifestações procurará identificar-se, igualmente, uma “vontade de governo” e serão analisados os saberes e técnicas por si usados para a construção de um certo sujeito político, na linha dos estudos sobre governamentalidade iniciados por Michel Foucault. Em razão da sua oposição aberta e militante ao Estado, que lhe confere relativa marginalidade política, cultural e social, e da sua importância junto de determinadas camadas sociais populares, o anarquismo revela-se a este nível um interlocutor particularmente desafiante.

Subjacente a todos estes objectivos está um entendimento dos sujeitos políticos enquanto seres inacabados e em mutação, compreensíveis em relação com o contexto em que emergem e intervêm, nomeadamente com outras culturas políticas, e a ideia de que há formas de dominação e de resistência transversais tanto aos grupos de poder hegemónicos como àqueles que se situam em oposição a estes ou à sua margem.

Podemos resumir o que orienta esta tese em dois propósitos: em primeiro lugar, o de dar conta dos processos libertários de subjectivação, concentrando-nos, para isso, naqueles mais dirigidos à construção de um sujeito individual do que à construção do sujeito colectivo; em segundo lugar, o de explorar a articulação desses processos com um conjunto de saberes orientados para o conhecimento e governo da população que então constituíam um certo paradigma epistemológico, científico, administrativo e político na sociedade portuguesa e de que os anarquistas faziam uso. O encontro entre os processos libertários de subjectivação e esses saberes permite-nos situar o anarquismo num movimento de racionalização da sociedade que era partilhado com muitas das culturas políticas coevas.

¹³ E.g. Thompson, E.P., 1991 [1963], *The Making of the English Working Class*, London: Penguin Books.

¹⁴ E.g. Foucault, Michel, 2009, *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977-78*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.

A tese é composta por oito capítulos. No primeiro capítulo, começamos por explorar as leituras sobre o anarquismo presentes na historiografia portuguesa e identificamos as principais fontes e arquivos a que recorremos. Introduzimos, ainda, alguns dos conceitos e ideias que guiarão esta tese, nomeadamente as ideias de poder, governamentalidade e biopolítica.

Os restantes capítulos podem ser divididos em torno de dois eixos. Os capítulos 2, 3 e 4 incidem mais directamente sobre os meios e parâmetros da formação intelectual e moral dos anarquistas, enquanto nos capítulos 5, 6, 7 e 8 a ideia de natureza ganha outro protagonismo e a atenção desloca-se para as ideias e para os cuidados sobre o corpo e a biologia. Nesses três primeiros capítulos, concentramo-nos em alguns dos conceitos e práticas que estruturavam as técnicas de subjectivação que serviam a criação do sujeito libertário, articulando-os com a ideia de prefiguração que orientava o projecto revolucionário anarquista. A educação foi um dos principais, senão o principal, móbil do projecto libertário. A criação de estruturas e métodos educativos era vista como fundamental à criação de um “homem novo” que desencadearia a revolução e garantiria a sua continuidade. Através da educação disseminar-se-iam os valores basilares do projecto libertário – fundados na liberdade individual, na igualdade social e na solidariedade – e anular-se-iam aqueles que caracterizavam a sociedade com que se pretendia romper. No segundo capítulo, introduziremos a importância das ideias de ciência, razão e liberdade para o projecto libertário. No terceiro capítulo, abordaremos alguns dos princípios pedagógicos que deviam caracterizar as escolas e os projectos educativos libertários, destacando como exemplo o caso mais bem-sucedido e duradouro da Escola-Oficina N.º 1. Finalmente, no quarto capítulo, estenderemos as ideias e práticas educativas para lá do contexto escolar, relacionando-as com o fim mais vasto de criação de uma cultura libertária, tomando como exemplos as concepções sobre arte, sobre propaganda e alguns dos hábitos de lazer e convivência quotidianos dos anarquistas.

Nos capítulos 5, 6, 7 e 8, deslocamo-nos do “espírito” para as formas de subjectivação que faziam do corpo o seu cerne e que eram, em grande medida, estruturadas por concepções de fundo biológico. No quinto capítulo, procuraremos oferecer um enquadramento mais completo da relação entre cultura e natureza no imaginário libertário, recorrendo aos conceitos foucaultianos de biopolítica e de população, para ajudar a situar o lugar do evolucionismo no quadro epistemológico

anarquista. Interessam-nos as técnicas em que as teses evolucionistas se desdobraram para regular os hábitos quotidianos e promover um cuidado de si, em grande medida com o propósito de reverter o que se entendia ser a “degeneração da espécie”. O cruzamento das teorias criminológicas, higienistas e eugenistas que mobilizavam muitos dos debates da época com aqueles que aconteceram no campo libertário merecerá a nossa atenção, nomeadamente pela análise das discussões sobre desporto, sexualidade, naturismo e outras actividades quotidianas. Os capítulos seguintes explorarão, com mais detalhe, o encontro entre natureza e cultura e alguns dos exemplos introduzidos no quinto capítulo. Assim, o sexto capítulo será dedicado às concepções sobre a “raça” presentes nas teses degeneracionistas e nos debates sobre o colonialismo, sobre o internacionalismo e sobre o nacionalismo. No sétimo capítulo, o foco incidirá sobre as concepções de género entre os libertários, relacionando-as com as relações entre homens e mulheres no movimento operário e na cultura libertária. Finalmente, no oitavo e último capítulo, concentrar-nos-emos em algumas das técnicas de regulação da sexualidade presentes entre os anarquistas, tomando como exemplos o neomalthusianismo e a homossexualidade.

Os temas que escolhemos para o nosso estudo podem parecer algo inusitados e merecem, por isso, uma breve explicação. O anarquismo foi geralmente estudado através de análises às suas principais organizações, aos acontecimentos históricos mais dramáticos ou heróicos em que se viu envolvido e às teses filosóficas das suas grandes figuras. Nesse quadro, para além do já referido “cânone” autoral, destacaram-se os actos mais espectaculares da “propaganda pelo facto” anarquista (bombas, atentados, assassinatos e assaltos), especialmente nas últimas décadas do século XIX, e, posteriormente, as greves, manifestações e motins. Em Portugal, foram as organizações do movimento operário onde a acção anarquista se concentrou maioritariamente que captaram a atenção de investigadores e historiadores; na sombra ficaram muitas das ideias e das discussões em que se envolveram com sectores mais amplos da sociedade portuguesa e os saberes que mobilizaram e procuraram articular com as bases do seu projecto revolucionário. Este viés comprometeu a compreensão da cultura política anarquista e relegou-se para um segundo plano a dimensão mundividencial que procurava estruturar e dar significado a todos os momentos da vida dos militantes (desde aqueles mais informais e banais àqueles estruturados pelas organizações criadas para responder a fins específicos). As reflexões sobre os hábitos, costumes, relações

sociais e meios de acção eram, contudo, tão abundantes quanto as questões relativas ao trabalho e à classe social, sendo-lhes reconhecida uma importância equiparável. Termos escolhido explorar os elementos da cultura política anarquista que serviam a subjectivação do militante libertário para lá das questões focadas nos acontecimentos políticos, nas questões doutrinárias ou nos conflitos laborais, deveu-se, então, antes de mais, à menor consideração desses elementos pelo estado da arte. Uma desconsideração que marca a história do anarquismo mas também das classes populares em Portugal.

Foi, além disso, por intermédio de alguns dos problemas que tomamos como objecto da nossa reflexão que se estabeleceu uma ligação com outras culturas políticas e com debates que percorreram diferentes sectores da sociedade portuguesa. A centralidade que uma dada ideia de população adquiriu nas formas de governação coetâneas, assim como o papel desempenhado pela ideia de razão na reestruturação das sociedades nos últimos séculos, são disso emblemáticos, na medida em que foram fundamentais para a emergência de certos modelos pedagógicos e para o lugar que tomaram nessa mundividência as preocupações com a sexualidade, a saúde, a espécie e, enfim, a multiplicidade de comportamentos individuais. Em poucas palavras, perceber em que é que o anarquismo se distinguiu, ou em que é que se manteve em continuidade com tendências mais transversais focadas nos mesmos problemas, ajuda-nos a perceber o lugar, a um tempo enquadrado e disruptivo, do anarquismo no seu tempo.

Mas, antes de avançarmos, vejamos em que termos é que o anarquismo tem vindo a ser interpretado na historiografia portuguesa.

CAPÍTULO 1 – Anarquismo, historiografia e poder

1.1 – História e memória do anarquismo em Portugal

Apesar da influência que o anarquismo teve em Portugal, a historiografia dedicou-lhe uma atenção reduzida e, na maior parte das vezes, superficial. O anarquismo, pelo seu peso no período em questão, revelou-se impossível de ignorar; não obstante, a evidência da sua presença foi geralmente reduzida a uma caricatura ou tomada como preâmbulo de factos históricos considerados, esses sim, mais complexos e merecedores da atenção dos historiadores. São, por isso, poucas as obras académicas especificamente dedicadas ao anarquismo e menos ainda aquelas que procuraram estudá-lo globalmente, enquanto cultura política com uma dimensão que se estendia para lá das lutas sociais e operárias. A grande quantidade de estudos dedicados ao período em questão aquando do recente centenário da implantação do regime republicano, pouco veio alterar a situação.

Na historiografia de síntese e de referência do período estudado, e na historiografia especificamente dedicada ao anarquismo e ao movimento operário em Portugal, podemos identificar algumas tendências predominantes que acabaram por constituir um certo repertório de referência e de lugares-comuns em torno do que se entende por anarquismo. No geral, como veremos, esse conjunto de asserções assenta em visões teleológicas, estatocentristas ou economicistas, remetendo o anarquismo para uma fase embrionária (leia-se, imatura) na evolução das formas políticas ditas modernas, subordinando-o ao contexto político-institucional do período e/ ou tomando-o como o resultado directo das condições de produção e da economia portuguesa.

Podemos separar a bibliografia de interesse em quatro partes. Em primeiro lugar, os trabalhos de “referência” que procuraram fazer uma história de síntese da Monarquia Constitucional, da Primeira República, do período da Ditadura Militar e dos primeiros anos do Estado Novo (em alguns casos abarcando todos estes períodos, noutros, tratando-os separadamente). Em segundo lugar, os trabalhos que abordaram a história do movimento operário, nuns casos, no seu todo, desde o que se considera ser a sua origem; noutros casos, focando episódios específicos da sua história, a sua imprensa periódica ou determinadas classes profissionais. Em terceiro lugar, a historiografia especificamente dedicada ao anarquismo, mais escassa, mas sem a qual não seria

possível concretizar este mesmo trabalho, mais atenta ao seu dinamismo e complexidade. E, por último, conjunto de trabalhos entre a memória e a história, escritos por historiadores ou autores relacionados com o movimento anarquista ou que se situam na sua tradição – trabalhos esses cujo estatuto em muitos casos oscilam entre a fonte e a bibliografia de referência.

1.1.1 – O anarquismo nas sínteses historiográficas portuguesas

Na abordagem ao anarquismo oferecida pelas obras de síntese, destaca-se o predomínio do político e um estilo narrativo quase cronístico, em que as classes populares são vistas em função das instituições oficiais, dos regimes e dos grandes eventos a estes associados. As classes populares surgem aqui, muitas vezes, como um agente difuso e indefinido, presas às decisões que as elites políticas, económicas e culturais tomavam, ou sendo consideradas como “vítimas” das condições estruturais da sociedade portuguesa. Quando aparecem é, geralmente, compondo o pano de fundo que ilustra a conflituosidade do período e sinaliza as tensões em torno da “questão social”; ou então, quando os seus meios de intervenção social e política remetem para a esfera estatal, as classes populares são referidas pela sua integração em partidos políticos ou colaboração com instituições governamentais.

A organização e o peso social do movimento libertário, em particular, são frequentemente interpretados como sintoma da debilidade ou fragmentação do sector industrial nacional e das condições de produção dominantes no país, marcado por uma elevada ruralidade e enormes taxas de analfabetismo. Como resultado, é relativizada a sua agencialidade, e a mundividência por trás dos sujeitos que construíram e participaram nestes movimentos populares raramente é aprofundada. Condenados a uma certa marginalidade e desprezo pelas elites no período da sua intervenção, vêm hoje a historiografia reduzir a sua vida a um papel reactivo, meio visceral e espontâneo.

Os trabalhos de A. H. de Oliveira Marques, tanto na sua *História de Portugal*¹⁵ como em *A Primeira República Portuguesa*¹⁶, são, provavelmente, os que melhor correspondem a este retrato geral. O mesmo se pode dizer de uma das histórias mais recentes da Primeira República, escrita por Miriam Halpern Pereira, *A Primeira*

¹⁵ Marques, A. H. de Oliveira, 1974, *História de Portugal – Das revoluções liberais aos nossos dias*, Vol. II, Lisboa: Palas Editores.

¹⁶ Marques, A. H. de Oliveira, 1971, *A Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Horizonte.

*República*¹⁷, e da mais antiga *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*¹⁸ da mesma autora¹⁹. Nas obras destes autores, para além de encontrarmos essa subordinação do movimento operário e das classes populares à história governativa dos períodos sob tratamento, podemos também começar a perceber com detalhe alguns dos termos ou quadros interpretativos a que o movimento e as classes referidas se viram sujeitas. Em Oliveira Marques, o movimento operário e as classes populares são quase sempre abordadas através de estatísticas, da legislação laboral ou das acções dos governos e das elites perante a “questão social”²⁰. Halpern Pereira, nas obras acima referidas, desconsidera quase totalmente as formas organizacionais e de intervenção do movimento operário, por contraponto às formas de participação política ditas modernas, e características das sociedades demoliberais, a que chama de “cidadania activa”. Como exemplo, perante a indiferença das classes populares face ao sufrágio, interroga-se “acerca do motivo de não ter surgido por parte dos excluídos um movimento de defesa dos seus direitos de cidadania activa” e, apesar de observar “formas de politização das camadas populares no campo”, defende que “esta *dimensão moderna da luta política* [o sufrágio] não parece fazer parte do seu repertório nesta época”²¹. A mesma noção de uma pré-modernidade das práticas do movimento operário está presente quando afirma que este “nunca se organizou como oposição ao regime republicano”²², assim pressupondo a historiadora que as formas de oposição se cingiam àquelas que se davam no campo da política institucional. Desconsidera, por isso, o forte conflito que opôs uns e outros no decorrer de todo o período de vigência do regime e a forte organização que esse antagonismo estruturou. Estas afirmações demonstram o estatocentrismo da abordagem historiográfica. A recusa anarquista em adoptar as formas “modernas da luta política”, nomeadamente o partidarismo, a integração no Estado e a participação eleitoral, não é entendida como algo sustentado ideologicamente e consciente, mas

¹⁷ Pereira, Miriam Halpern, 2016, *A Primeira República: Na Fronteira do Liberalismo e da Democracia*, Lisboa: Gradiva.

¹⁸ Pereira, Miriam Halpern, 1994, *Das revoluções liberais ao Estado Novo*, Lisboa: Presença.

¹⁹ É de assinalar que entre uma obra e outra desta autora, separadas por mais de 20 anos, o tratamento da questão pouco mudou.

²⁰ Nas 23 páginas do capítulo “Ideologias e estrutura política”, em que se descrevem os diferentes grupos políticos activos no período, os “grupos operários” ficam resumidos a 8 linhas (cf. *História de Portugal*, p. 253).

²¹ (itálico nosso) Pereira, *A Primeira República...*, pp. 84-5. Ilustrativa de um certo determinismo teleológico, é, também, a sua afirmação de que “a desconfiança generalizada em relação aos partidos políticos”, a que associa uma “desmobilização política”, “viria a favorecer o golpe de Estado fascista” (Pereira, *Das revoluções liberais...*, 182), desprezando as diferenças substanciais entre o antipartidarismo operário de raiz libertária e o antipartidarismo fascista.

²² Pereira, *A Primeira República...*, pp. 213-4.

determinado por uma debilidade ideológica e pelas condições estruturais da economia e da política nacionais²³. Em suma, nestes autores a acção operária resume-se, quase sempre, a um conjunto de reacções às medidas que vinham “de cima” e, por outro lado, as acções do Estado raramente são entendidas na sua relação com a acção dos movimentos operários e populares.

Já os também historiadores Rui Ramos e Vasco Pulido Valente²⁴ oferecem-nos um quadro de interpretação do período com algumas diferenças, motivado em grande medida pelo seu ensejo de explicar as origens do Estado Novo em contraste com o caos político que, segundo os autores, teria caracterizado as décadas anteriores, marcadas pela violência e pelo “terror” de uma dominação republicana em contracorrente com a história, i.e., com um amadurecimento cívico da nação que o período final da Monarquia Constitucional viria já materializando. As classes populares e o movimento operário vêm-se aqui resumidos em função deste quadro maior, ora como ilustração da disseminação do recurso à violência numa sociedade instável e em “estado de guerra permanente”²⁵, ora como vítimas do despotismo de um regime republicano considerado de modo ahistórico e anti-histórico, conforme sublinhado por Fernando Rosas e Fernanda Rollo²⁶. Mais uma vez, é um povo passivo, vitimizado e meramente reactivo que encontramos, caracterizado como se de uma turba selvagem se tratasse, movida por uma “violência mística”²⁷, com muitos dos seus gestos de resistência ao Estado reduzidos a “selvajaria”, “delinquência” e “mandriice”²⁸. Para Ramos, o sindicalismo e o anarquismo eram, neste cenário, uma imitação do que se fazia em Espanha e em França²⁹ e as associações operárias eram formas “larvar[es] de politização”,

²³ Outro exemplo da teleologia e do estatocentrismo que remete as ideologias e formas de organização antiestatais do operariado do período para uma fase pré-moderna da intervenção política, encontra-se noutro artigo da autora quando afirma que “na Europa nenhuma corrente política ousaria, hoje, questionar a intervenção do Estado no domínio social em termos absolutos”, cf. Pereira, Miriam Halpern, 2010, “Centenário da República: Mutualismos, seguros sociais e a I república”, *Seara Nova*, n.º 1713, pp. 23-26.

²⁴ Uma das obras que aqui destacamos de Vasco Pulido Valente é significativamente intitulada *O Poder e o Povo*, sugerindo uma separação entre os dois. Por *povo*, o autor entende uma massa heterogénea e anónima, em rigor destituída de poder efectivo, enquanto *poder* remete para as estruturas políticas governamentais, com os seus líderes e agentes principais de individualidade bem vincada pelas suas decisões e idiossincrasias.

²⁵ Valente, 1999 [1976], *O Poder e o Povo*, Lisboa: Círculo de Leitores, p. 171.

²⁶ Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda, 2009, “Introdução”, in Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinda-da-China, p. 9.

²⁷ Ramos, Rui (coord.), 2012 [2009], *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa: Esfera dos livros, p. 28.

²⁸ Ramos, Rui, 2001 [1994], *A Segunda Fundação*, Lisboa: Editorial Estampa, p. 86.

²⁹ Ramos, *A Segunda Fundação*, p. 169.

caricaturadas como simulacros parlamentares ou uma espécie de encenação³⁰. Os seus militantes eram pouco mais do que uma “tropa de choque” dos intelectuais e a gente ilustrada que entre estas classes se encontrava assemelhava-se a “homens pré-históricos que continuavam a ler Zola e Nordau, o lixo darwinista do século XIX”³¹. Numa tendência que atravessa quase toda a historiografia sobre estes sujeitos, as formas dos seus meios de organização e acção eram, igualmente, consideradas pré-políticas, alimentadas por mitos redentores de “base cristã” como a greve geral³². Esta caracterização a-histórica e anti-histórica do período em questão, pela compreensão que oferece do regime republicano como um fenómeno desprovido de base social e fruto dos intuítos fanáticos de uma minoria radical, sugere-nos que o revolucionarismo sindical e anarquista, com o seu apogeu no período republicano, não poderia senão ser entendido, ele também, como a-histórico e anti-histórico. O anarquismo era aqui, antes de mais, uma consequência da desordem política vigente e dos manejos das elites, nomeadamente das elites republicanas que sistematicamente procuravam instrumentalizar as massas para os seus fins³³.

Já no trabalho de Fernando Rosas encontramos uma crítica sustentada a esta visão do período. A queda da Monarquia, a emergência da República e o seu fracasso devem ser vistos como consequência da crise dos sistemas liberais que atravessa quase todos os países da periferia europeia capitalista³⁴. Por aí se entende a irrupção das massas na política e a emergência de novas classes e grupos sociais, “portadoras de reivindicações sociais e políticas, de pretensões e expectativas que chocam com a velha ordem social, com a natureza oligárquica, elitista e restritiva dos sistemas liberais instalados”³⁵. É nesse sentido que a base social da revolução republicana deve ser entendida; e é também no descontentamento e na mobilização social intensificadas pelo fracasso do novo regime em superar essa crise que se encontra uma das causas

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 212.

³¹ Idem, *ibidem*, pp. 486-7.

³² Valente, Vasco Pulido, 1992, “Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política)”, in *Análise Social*, vol. XXVII (115), 1992 (1.º), p. 20.

³³ Joel Serrão, ainda que em referência a um período histórico anterior, sugere algo semelhante, quando diz que “o nosso liberalismo não foi o que ‘devera’ ter sido (...), arrastando consigo a consequência necessária de que o socialismo que por cá vicejou também não foi o que ‘devera’ ter sido, pois que, afinal, teria esgrimido contra um fantasma”, Serrão, Joel, 1979, *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo: Antologia do Pensamento Político Português*, Lisboa: Livros Horizonte, p. 10.

³⁴ E.g., Rosas, Fernando, 2018, *A Primeira República, 1910-1926: Como venceu e como se perdeu*, Lisboa: Bertrand.

³⁵ Rosas, Fernando, 2009, “A crise do sistema oligárquico em Portugal”, in Rosas e Rollo (coord.), *História...*, p. 16.

determinantes para a queda da República³⁶. O trabalho de Rosas, contudo, mantém o foco nas grandes estruturas económicas e no contexto político institucional dominante, e, conseqüentemente, o movimento operário permanece relativamente subordinado a um quadro macropolítico que não convida a uma análise aprofundada da autonomia da sua actividade e da difusão das suas ideias. Afirma Rosas que “o republicanismo, nos finais da primeira década do século XX, é o discurso político e ideológico hegemónico nas camadas sociais urbanas excluídas ou marginalizadas do sistema, incluindo a maioria do activismo operário socialista ou mesmo libertário que por ele se deixa conquistar”³⁷, afirmação esta que relativiza a dimensão estratégica, e não vinculativa, do apoio que o operariado socialista e libertário deu à revolução republicana, dimensão que veio a determinar o quase imediato divórcio entre estes e o novo regime.

Foi em boa medida na obra historiográfica de Manuel Villaverde Cabral que se desenvolveu a análise da crise do sistema liberal que se estende a todo o período tratado por esta tese e que procura compreender o advento dos regimes ditatoriais portugueses³⁸. O trabalho de Villaverde Cabral é, de resto, o que mais foge às tendências gerais atrás apontadas, nomeadamente o pendor elitista e político e o

³⁶ E.g. Rosas, *A Primeira República*. Num ensaio que integra a obra de síntese da Primeira República organizada por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, António Reis, por outro lado, procura rebater a ideia de que a queda do regime republicano se tenha devido ao antiobreirismo dos regimes republicanos, uma tese que atribui “à historiografia de tendência marxista”. As razões para que a seu ver a questão operária não tenha tido importância para essa queda, prendem-se com a divisão do operariado, o facto de este “representar uma escassa percentagem da população global do país e “por a orientação anarco-sindicalista dominante” se revelar “pouco eficaz na condução das lutas” (Reis, António, 2009, “Parte 5 – Epílogo: o fim da Primeira República”, in Rosas e Rollo, *História...*, pp. 575-6). Esta interpretação tem vários aspectos que importa assinalar. Em primeiro lugar, a questão da representatividade populacional do operariado menospreza a comparável representatividade populacional de outras ideias políticas, como o próprio republicanismo, que tiveram representação política institucional e governaram. Esta incongruência deve-se, precisamente, à desconsideração de formas de luta e acção política que fujam dos quadros institucionais e das práticas políticas ditas modernas. Deve-se, também, à confusão entre representatividade estatística e poder e influência efectivos, prendendo a compreensão histórica e social ao peso dos números (algo que nunca seria feito, por exemplo, para as elites: afinal, apesar de constituírem uma minoria, foram elas que governaram no decorrer de quase toda a história nacional).

Há que sublinhar que esta relativização da “questão social” e do peso das culturas populares e operárias na explicação da “derrota” da República, ou da própria Monarquia, é comum à maioria da historiografia. É, por isso, revelador que, apesar do pouco poder e influência reconhecidos a estas classes, seja praticamente unânime o papel incontornável que lhes é geralmente reconhecido na implantação da República e na defesa do regime perante os diferentes golpes contra-revolucionários que procuraram derrubá-lo no decorrer da sua existência. Temos, assim, um movimento operário demasiado fraco e insignificante para ter qualquer influência determinante na direcção e no desfecho dos diferentes regimes políticos, mas, ao mesmo tempo, suficientemente forte para ter sido determinante na sua implantação e para o sustentar nos momentos de maior aperto.

³⁷ Rosas, Fernando, 2009, “A crise...”, in Rosas e Rollo (coord.), *História...* p. 19.

³⁸ E.g., Cabral, Manuel Villaverde, 1977, *O Operariado nas Vésperas da República, 1909-1910*, Lisboa: Presença; Cabral, Manuel Villaverde, 1979, *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa: Regra do Jogo.

determinismo materialista³⁹. A emergência da classe operária é detalhadamente explicada, tanto através de um quadro socioeconómico estrutural como da sua própria acção autónoma⁴⁰. As acções dos sindicatos e do movimento operário não são interpretadas como meras reacções às disposições do patronato industrial e do Estado, sendo reconhecido, por outro lado, o que nestas disposições seria resposta ou consequência da emergência dos movimentos reivindicativos. Por exemplo, a transformação e intensificação da exploração do trabalho que se deu com a introdução do maquinismo industrial e a forte recomposição política da classe, que se acentua no início do século XX, são entendidas na decorrência de um longo processo conflitual impossível de ser reduzido a uma relação de causa-efeito unilinear. Villaverde Cabral reconhece, além disso, que o direito à greve foi uma consequência das lutas operárias e não o contrário, como é defendido por alguns autores. Contrariamente a Fernando Rosas, destaca a indiferença do movimento operário perante o regime e equaciona mesmo se a República não é um subproduto da luta de classes⁴¹. Segundo as suas próprias palavras,

damo-nos conta, pois, que todas as concessões que a República viria a ser obrigada a fazer dentro em breve, no plano das liberdades de organização, não são mais do que a conclusão de um movimento que amadurecera muito antes da mudança de regime, e que muito pouco tinha a ver com a propaganda republicana, pois esta raramente falava de tais questões.⁴²

Assinale-se, finalmente, que a sustentar as análises de Villaverde Cabral está uma divergência em relação às leituras dominantes dos modos de produção em Portugal e do desenvolvimento da indústria, concluindo, inclusivamente, que o modo de produção capitalista era já dominante em Portugal no final do século XIX, ainda que conjugado com modos de produção artesanais e rurais⁴³.

³⁹ Ver, em especial, as críticas à tese do milenarismo do movimento operário defendida por José Pacheco Pereira (Idem, *Portugal na Alvorada*, p. 210), à ideia de atraso causada pela influência anarquista e pela ausência do marxismo (Idem, *ibidem*, p. 214) e à tese de que o anarquismo surge de uma aristocracia operária, artesanal mais do que industrial (Idem, *ibidem*, p. 215)

⁴⁰ Importa destacar o seu entendimento do conceito de classe, que nos interessa particularmente: “a classe não é concebida como um conjunto sociologicamente parcelizado, mas como um corpo político em vias de recomposição permanente, isto é, um conjunto lançado num processo de homogeneização que os movimentos do capital procuram prevenir, ao mesmo tempo, porém, que o relançam a níveis diferentes no termo do seu ciclo” (Idem, *ibidem*, p. 268).

⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 210, pp. 259-261 e ainda p. 311. Sobre a maturidade que reconhece no movimento sindical e a autonomia de classe no advento da República, na mesma obra, as pp. 219 e ss.

⁴² Idem, *ibidem*, p. 311.

⁴³ Villaverde Cabral considera que a semiproletarização daí derivada não foi meramente transitória em Portugal e que a indústria têxtil se afastou do centro urbano do Porto em direcção aos campos por o

1.1.2 – O anarquismo na historiografia sobre o movimento operário

Nos trabalhos mais focados sobre o movimento operário, a sua actividade e as suas estruturas organizativas ganham, compreensivelmente, maior visibilidade e há uma maior pluralidade de abordagens. Mas, na sua maioria, quer tratem especificamente de uma classe profissional, organização sindical, ideologia ou evento particular, quer procurem oferecer um retrato geral da trajectória desse movimento e das ideias socialistas em Portugal, as histórias continuam a ser feitas em torno das principais organizações, dos líderes mais destacados e dos eventos mais visíveis⁴⁴. Além disso, não raramente esses movimentos continuam a ser lidos de acordo com um quadro macropolítico em que as regras do jogo estão pré-estabelecidas e perante as quais haveria pouca margem de manobra. Continua-se assim a tomar a agencialidade operária como uma reacção às movimentações das elites e principais instituições políticas, ou a tratá-la em termos evolucionistas, inserindo os seus comportamentos numa marcha de sentido único em direcção ao progresso, para explicar o seu fracasso, debilidade ou, mesmo, a emergência posterior de outros movimentos e ideias. No fundo, é frequentemente de acordo com os termos do que se entendem ser as formas políticas modernas que a história é interpretada, geralmente submetida a uma lógica teleológica. Por isso, os estudos sobre o movimento operário não deixam de acusar algumas das tendências explicativas anteriormente apontadas, tendências que por vezes aqui se manifestam até com maior destaque e desenvolvimento. Afinal, foi em alguns destes estudos que algumas das obras de síntese atrás abordadas basearam o seu tratamento do movimento e das culturas operárias.

complemento salarial que as actividades de produção rurais ofereciam permitir salários mais baixos (idem, *ibidem*, p. 133).

⁴⁴ Neste “cânone” do anarquismo português podemos incluir um conjunto de autores, geralmente dirigentes sindicais, como Alexandre Vieira, Manuel Joaquim de Sousa, Emídio Santana, Francisco Quintal ou Mário Castelhana, ou intelectuais que não têm origem operária, como Neno Vasco, Adolfo Lima, Emílio Costa, Mário Domingues, Sobral de Campos, Campos Lima, Nogueira de Brito ou Severino de Carvalho. Nas instituições, predominam as referências às duas maiores organizações sindicais do período, União Operária Nacional (U.O.N.) e Confederação Geral do Trabalho (C.G.T.; sobre esta ver a tese de Teodoro, José Miguel de Jesus, 2013, *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, 2 vols., Doutoramento em História, Faculdade de Letras – Universidade Lisboa). E, nos eventos, podíamos destacar a greve dos têxteis, no Porto, de 1903 (que mereceu um exaustivo estudo por Eduardo Cintra Torres, 2018, *A Greve Geral de 1903 no Porto: Um estudo de história, comunicação e sociologia*, Porto: Edições Afrontamento); a greve rural de 1912, o 18 de Janeiro de 1934 (em que se destaca o livro de Fátima Patriarca, 2000, *Sindicatos Contra Salazar*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais) a greve geral de 1918 (vd. Pereira; José Pacheco, 1976, *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de Novembro de 1918*, Porto: Nova Crítica), e os principais congressos operários.

César Oliveira é um dos autores reconhecidos como referência nesta área⁴⁵ e é, indubitavelmente, o autor que mais contribuiu para que o conhecimento do pensamento socialista e do pensamento anarquista saísse do quase “zero absoluto” em que se encontrava quando iniciou os seus estudos⁴⁶. Nos seus trabalhos, percebemos o longo caminho de implantação das ideias socialistas em Portugal, até à consolidação da predominância anarco-sindicalista no movimento operário e ao quase desaparecimento do Partido Socialista. Apesar de reconhecer o “extraordinário trabalho de propaganda, informação e organização” por trás do sucesso dos anarquistas, e da crítica que faz dos “apriorismos ideológicos”, e outros simplismos, que se destacavam nas referências ao movimento operário e ao anarquismo do período⁴⁷, a sua explicação para o impacto e crescimento do anarquismo não deixa de suscitar algumas observações críticas da nossa parte. São três as razões que, segundo o autor, explicam o sucesso do anarquismo e do sindicalismo revolucionário: em primeiro lugar, as características “atípicas” do desenvolvimento industrial no país; em segundo lugar, a debilidade do Partido Socialista; em terceiro lugar, a existência no movimento operário organizado de “uma tradição tendencialmente mais próxima do anarquismo e do sindicalismo revolucionário”⁴⁸. Esta ordem de enunciação não é inocente, pois parte das condições socioeconómicas, a que se segue o factor político e, finalmente, a força cultural e ideológica do anarquismo. Assim, antes de mais, a influência do anarquismo é explicada pelo “processo [produtivo] atípico” da sociedade portuguesa “dentro do quadro geral do processo do capitalismo industrial na Europa”, marcado por um “estádio de desenvolvimento e concentração industrial” atrasado, pela sua dispersão, predomínio da ruralidade e elevadas taxas de analfabetismo na população, estágio esse a que seria correspondente o anarquismo, a que chama de “o ‘primitivo’ socialismo”⁴⁹. O fracasso

⁴⁵ E.g., Oliveira, César, 1973, *O Socialismo em Portugal (1850-1900)*, Porto: Afrontamento; Oliveira, César, 1973, *A criação da União Operária Nacional*, Porto: Afrontamento; e Oliveira, César, 1973, “Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português perante a guerra de 1914-18”, in *Análise Social*, n.º 40, pp. 679-702.

⁴⁶ Oliveira, *O Socialismo...*, p. 14.

⁴⁷ Veja-se a sua crítica desse apriorismo em Vitor de Sá, quando este diz que “foi lástima que resultou grande prejuízo para a expansão do pensamento moderno em Portugal” que “a geração de 1870 tivesse adoptado o figurino de Proudhon quando precisamente dezoito anos antes, as suas doutrinas tinham sido entre nós conhecidas – e não apenas conhecidas, como ainda criticadas com grande espírito progressivo” (Sá, Victor de, 1964, *Perspectivas do século XIX*, Lisboa: Portugal, pp. 215 e ss.). A discussão em torno da maior presença de Proudhon do que de Marx, e das consequências daí derivadas, marca muitas das abordagens sobre as origens do socialismo em Portugal (ver, em especial, Margarido, Alfredo, 1975, *A introdução do Marxismo em Portugal: 1850-1930*, Lisboa: Guimarães).

⁴⁸ Oliveira, *A criação...*, p. 33.

⁴⁹ Cf. Idem, *O Socialismo...*, pp. 197-198; Idem, “Os limites...”, pp. 680 e ss. E, para o “«primitivo» socialismo”, ver Idem, *Ibidem*, p. 32.

do Partido Socialista em Portugal e o vazio que este deixou⁵⁰, uma situação propiciada por conflitos internos e pela mudança na lei eleitoral de 1895, abririam espaço para o crescimento do anarquismo, pelo seu discurso utópico mais simples e directo, assente em “pressupostos ideológicos porventura mais primários que os marxistas”⁵¹. Por esta razão, este ofereceria um “atractivo imediato, um impulso instintivo”, que se coadunava com factores de ordem etnopsicológica agravados pela mentalidade profissional e culturalmente atrasada dos trabalhadores, mais ou menos intocados pelo impacto das transformações trazidas pela disciplina da fábrica e pelas grandes concentrações industriais⁵². Em suma, podemos concluir que, sem tais condições, o anarquismo não teria alcançado o impacto que lhe é atribuído, independentemente da “certa maturidade de consciência de classe e um nível organizativo mínimo” e, ainda, do “extraordinário trabalho de propaganda e informação” que César Oliveira identifica por trás do aumento da acção e organização das classes trabalhadoras no início do século XX⁵³.

António José Telo, mais focado no período sidonista, destaca a mesma “ingenuidade da ideologia” anarquista, em que vê “a infância do movimento operário”⁵⁴, e explica a sua influência e predominância sobre o marxismo a partir de termos semelhantes aos de Oliveira, nomeadamente, a dispersão e pequena dimensão do proletariado português, o analfabetismo da população portuguesa e a sua compatibilidade com a “doutrina simples do sindicalismo anarquista”, a que acrescenta a influência de França e Espanha e a desilusão do operariado com a República⁵⁵. Em Telo encontramos também a referência ao carácter “pequeno-burguês” da ideologia anarquista, muito comum nas abordagens marxistas e que se manifestará com maior clareza ainda nos trabalhos de Fernando Medeiros⁵⁶, Ramiro da Costa⁵⁷ e José Pacheco

⁵⁰ Idem, *O Socialismo...*, pp. 145-6 e p. 196; Idem, *A criação...*, pp. 12-3 e p. 33; Idem, “Os limites...”, p. 683.

⁵¹ Idem, *A criação*, p. 15.

⁵² Idem, *O Socialismo...*, pp. 197-8.

⁵³ Idem, *A criação...*, pp. 17 e 33.

⁵⁴ Telo, António José, 1977, *O Sidonismo e o movimento operário português: Luta de classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa: Ulmeiro, pp. 8-9.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 51 e ss.

⁵⁶ Medeiros, Fernando, 1978, *A sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo*, Lisboa: Regra do Jogo.

⁵⁷ Costa, Ramiro da, 1979, *Elementos para a história do movimento operário em Portugal*, vol. 1, Lisboa: Assírio & Alvim.

Pereira⁵⁸, juntamente com a tese do carácter primitivo ou pré-moderno do anarquismo pelo seu utopismo, espontaneísmo catastrofista, profetismo e milenarismo⁵⁹.

Finalmente, queremos destacar o trabalho de Maria Filomena Mónica, que estudou algumas classes profissionais, como os vidreiros da Marinha Grande, os chapeleiros e os metalúrgicos, com especial enfoque nas transformações e nos conflitos introduzidos pelo desenvolvimento da indústria capitalista e pela introdução de maquinaria industrial, especialmente em classes onde ainda dominavam modos de produção artesanal⁶⁰. Nesses trabalhos, e em especial na introdução da antologia *A Formação da Classe Operária Portuguesa* e na obra *Artesãos e operários*⁶¹, a autora procura distanciar-se da histórica política e económica que dominava até então os estudos sobre as classes trabalhadoras, operando segundo categorias que reputa

⁵⁸ Pereira, José Pacheco, 1971, *Questões sobre o movimento operário português e a Revolução Russa de 1917*, Porto: edição do autor. O carácter evolucionista das suas teorias é especialmente vincado. Também Ramiro da Costa vê a longa história da classe operária como “um processo clarificador”, isto é, um processo de superação “de direcções que correspondiam aos interesses de outras classes”, processo esse que culminaria, necessariamente, no momento em que o Partido Comunista e os seus sindicatos tomariam as rédeas do movimento operário (Costa, *Elementos...*, p. 7). José Pacheco Pereira vê nas primeiras associações, e no desenrolar da história do movimento operário, “uma etapa” que “como todas as etapas continha no seu seio os elementos da etapa anterior e da que se lhe seguia” (e.g. Pereira, José Pacheco, 1981, “A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-70)”, *Análise Social*, vol. XVII (65), 1981-1.º, 135-6).

⁵⁹ Sobre o anarquismo como “movimento espontâneo” ver Ramiro da Costa, *Elementos...*, p. 8 e p. 68; na mesma obra, sobre o anarquismo como “projecto utópico”, ver, por exemplo, p. 151; Pacheco Pereira aponta “o predomínio de formas utópicas” e um “revolucionarismo profético” (1976, *As lutas operárias...*, p. 18 e p. 58 respectivamente) e o mesmo autor sobre “a visão catastrófica” resultante da “penetração ideológica anarquista”, *Questões sobre...*, p. 21. Acrescente-se, finalmente, que a associação aparece, também, na obra de autores próximos do movimento libertário, como M. Ricardo de Sousa que assinala a persistência – não só nos anarquistas, mas em várias correntes políticas revolucionárias – de uma “fé cega no futuro” e na esperança de “uma revolução messiânica para amanhã” (2011, *Os caminhos da anarquia: Uma reflexão sobre as alternativas libertárias em tempos sombrios*, Lisboa: Letra Livre, p. 98).

As associações entre anarquismo e movimentos milenaristas, messiânicos ou proféticos como forma de sugerir o seu alegado carácter espontaneísta, primitivo ou pré-moderno tem uma longa história que remonta a autores como Juan Diaz del Moral (1929, *História de las agitaciones campesinas andaluzas*) e a Franz Borkenau (1963 [1937], *The Spanish Cockpit*), mas a sua popularização e até banalização deveu-se aos historiadores britânicos Gerald Brenan, Raymond Carr, James Joll e, em especial, a Eric Hobsbawm na obra *Rebeldes Primitivos* (1983 [1959]). Uma das críticas mais sustentadas a essa associação veio de um antropólogo norte-americano, Jerome Mintz, que fez um longo período de trabalho de campo em Casas Viejas, na Andaluzia, uma das aldeias que Hobsbawm dava como exemplo pela insurreição que aí teve lugar em 1933. Mintz considerava que a análise de Hobsbawm – assim como a dos outros historiadores assinalados – era baseada “on a preconceived evolutionary model of political development rather than on data gathered in field research” (cf. Mintz, 2004 [1982], *The Anarchists of Casas Viejas*, Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, p. 271 e ss.).

⁶⁰ Mónica, Maria Filomena, 1979, “Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914), *Análise Social*, vol. XV (60), 1979 – 4.º, pp. 859-945; 1981, “Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981, 3.º-4.º, pp. 505-571; 1982-3, “Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934), *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), pp. 1231-1277.

⁶¹ Mónica, Maria Filomena, 1982, *A Formação da Classe Operária Portuguesa: Antologia da imprensa operária (1850-1934)*, Lisboa: Gulbenkian.; e 1986, *Artesãos e operários: Indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

anacrónicas e moralistas, como as de “progresso” e “reaccionário”, e, para o efeito, situa-se na “nova” história social da classe operária iniciada pelo historiador inglês E. P. Thompson⁶². Nessa historiografia, o mecanicismo e estaticismo subjacentes às ideias de classe social dominantes são criticados e o desenvolvimento das formas de consciência de classe é entendido à luz de um processo histórico em que a comunidade desempenha um papel tão fundamental quanto o local de produção⁶³. Ainda assim, apesar desta declaração de intenções, os trabalhos da autora não estão isentos de juízos mecanicistas: assim, vemos reduzidas as intenções revolucionárias de alguns dos sujeitos estudados a uma manifestação da juventude⁶⁴; vemos reafirmado o simplismo teórico e o carácter reformista, utópico e espontaneísta dos anarquistas⁶⁵; e o seu sucesso explicado pelo fracasso do Partido Socialista e das condições socioeconómicas estruturais⁶⁶. A despeito da exposição de Mónica à obra de E. P. Thompson, encontramos, ainda, entre os factores que em seu entender causaram a atracção pelo anarquismo, o efeito espasmódico do desespero das condições de vida dos operários⁶⁷. Estas teses ganharão especial destaque em trabalhos posteriores da autora, nomeadamente em textos que abordam especificamente a presença do anarquismo em Portugal, destacando-se o tom messiânico e milenarista em que as suas ideias são descritas⁶⁸.

⁶² E.g. Thompson, *The making....* e ainda 2008 [1971], *A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII*, Lisboa: Antígona.

⁶³ Ver Mónica, *A formação...*, pp. 14-6 e pp. 23-24.

⁶⁴ E.g., Mónica, Maria Filomena, 2001, “O senhor Ávila e os conferencistas do Casino”, *Análise Social*, vol. XXXV (157), p. 1030.

⁶⁵ E.g., Mónica, “Indústria e democracia...”, p. 1271; “Uma aristocracia...”, e 1987, “Os trabalhadores e os anarquistas”, in Biblioteca Nacional, *100 anos de anarquismo em Portugal, 1887-1987*, Lisboa: Biblioteca Nacional, p. 14.

⁶⁶ Em termos ainda mais taxativos do que César Oliveira, Maria Filomena Mónica afirma que Hintze Ribeiro, com a já referida lei eleitoral de 1895, “lançou os operários nos braços dos anarquistas” (in 1987, Prefácio a *Almanaque de A Batalha, 1926*, Lisboa: Edições Rolim, p. XIII) e defende que “ao contrário do que por vezes tem sido defendido, o antiparlamentarismo operário derivou, não de uma forte consciência de classe, mas da exclusão das camadas trabalhadoras do sistema eleitoral português” (“Indústria e democracia...”, p. 1276).

⁶⁷ Como exemplo, referindo-se a um dos momentos por trás da ascensão do anarquismo, refere que “quando o povo começou a sentir fome e os trabalhadores se viram ameaçados de desemprego, tudo mudou” (in “Os trabalhadores...”, p. 12).

⁶⁸ Na introdução ao *Almanaque de A Batalha*, fala de “uma doutrina que lhes falava de um paraíso na terra” e que os seus agentes “não sabiam bem o que era, nem como, ou quando, chegaria, mas nunca duvidaram de que, um dia, ela surgiria, radiosa, esplendida, como o sol que aparecia nos cabeçários dos seus jornais” (*Almanaque...*, p. XVII). Noutro texto refere que os anarquistas “sonhavam com um universo róseo” e eram pouco mais do que agentes passivos crentes de que “o ideal, estava a descer, por fim, à terra” neste caso, em referência a um dos períodos de maior actividade dos libertários, o triénio 1919-1921 (“Os trabalhadores...”: pp. 14-15).

1.1.3 – A historiografia sobre o movimento libertário, a historiografia e memória militantes e as fontes

Os trabalhos académicos sobre anarquismo e ideias libertárias podem ser divididos entre os que se concentraram num aspecto particular das suas actividades e aqueles que estudaram o percurso das ideias e movimentos libertários num período mais longo de tempo, enquanto cultura estruturada, plural e dinâmica, como sucede nos trabalhos de João Freire, António Ventura, Carlos da Fonseca e, para o caso do sindicalismo revolucionário, Joana Dias Pereira.

No primeiro campo, incluímos os estudos sobre periódicos, como o trabalho de João Medina sobre o semanário *Terra Livre* (1981-3), o estudo de João Freire sobre o periódico *A Sementeira* e o seu principal impulsionador, o arsenalista Hilário Marques⁶⁹, e, ainda, a monografia de Jacinto Baptista sobre o maior periódico da história do movimento operário do período, órgão da U.O.N. aquando da sua criação e posteriormente da C.G.T., o diário *A Batalha*⁷⁰. Alguns militantes anarquistas mereceram especial atenção, como foi o caso de Emílio Costa, estudado por António Ventura, e o de Neno Vasco, especialmente na biografia de Alexandre Samis e na introdução de João Freire à reedição do trabalho mais conhecido de Vasco, *A Conceção Anarquista do Sindicalismo*⁷¹. António Candeias, por sua vez, estudou aprofundadamente as práticas pedagógicas e as escolas libertárias e sindicais, destacando-se a sua tese de doutoramento sobre a Escola Oficina N.º 1, fundada por libertários e maçons, e determinante para o percurso de alguns destacados militantes libertários da história portuguesa⁷². João Freire e Maria Alexandre Lousada dedicaram trabalhos à importância das ideias neomalthusianas entre os libertários⁷³. Finalmente, Luís Bigotte Chorão publicou um longo comentário sobre a repressão das ideias

⁶⁹ Freire, João, 1981, “«A Sementeira», do arsenalista Hilário Marques”, *Análise Social*, vol. XVII (67-8), 3.º-4.º, pp. 767-826.

⁷⁰ Baptista, Jacinto. 2019 (1977). *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora...: Para a História do Diário Sindicalista A Batalha, 1919-1927*. Lisboa: Letra Livre.

⁷¹ Ventura, António, 1995, *Entre a República e a Acrácia: O pensamento e a acção de Emílio Costa (1897-1914)*, Lisboa: Edições Colibri; Samis, Alexandre, 2009, *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*, Lisboa: Letra Livre; Vasco, Neno, 1984 [1923], *A Conceção Anarquista do Sindicalismo*, Porto: Afrontamento.

⁷² Candeias, António, 1992, *Educar de Outra Forma: A Escola Oficina N.º 1 de Lisboa, 1905-1930*, Dissertação de Doutoramento: Universidade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto.

⁷³ Freire, João e Lousada, Maria Alexandre, 2012, *Greve de Ventres! Para a história do movimento neomalthusiano em Portugal: em favor de um autocontrolo da natalidade*, Lisboa: Edições Colibri.

anarquistas no século XIX, enquadradas nos saberes criminológicos da época⁷⁴. Podíamos, ainda, recordar os estudos de João Medina que abordaram a relação de escritores como Afonso Lopes Vieira e Eça de Queirós⁷⁵ com o anarquismo, e, mais exaustivo, o trabalho de Ricardo António Alves, *Anarquismo e Neo-Realismo*, sobre Ferreira de Castro⁷⁶.

As obras mais importantes, contudo, são, porventura, estudos de maior fôlego, que procuraram estudar e compreender o anarquismo e os movimentos libertários no decorrer das primeiras décadas da sua existência em Portugal. Estas obras concentram-se nas suas correntes mais difundidas, nas suas principais organizações e militantes, mas permitem também aceder à heterogeneidade do anarquismo, aos debates e polémicas que o atravessaram, aos diversos momentos da sua expansão e às mudanças tácticas que o marcaram. Carlos da Fonseca, autor de quatro volumes de antologia da história do movimento operário em Portugal⁷⁷, acompanhados por quatro importantes estudos introdutórios, dedicou um trabalho especificamente ao movimento libertário, intitulado *Para uma análise do movimento libertário e da sua história*. Nesta obra, Carlos da Fonseca distancia-se dos principais mitos em torno da história do anarquismo em Portugal, situando a presença das suas ideias em ambiente urbano e descartando as teses que o apresentam como uma ideologia inerente ao mundo rural e implantado entre “as camadas ‘retardatárias’, ou mesmo ‘bárbaras’”, do proletariado⁷⁸. Um dos seus principais propósitos passa por recuperar a importância do movimento libertário na história portuguesa, considerando que, “com excepção do sindicalismo de acção directa, componente nenhuma do movimento social exerceu tanto como o anarquismo uma tal influência na sociedade portuguesa, entre 1886 e 1936”⁷⁹. Neste trabalho, vemos iniciado com maior detalhe o afloramento da ética anarquista, quer quanto ao indivíduo, quer quanto às práticas de organização colectiva, que subjaz à construção da sua autonomia e das suas redes de sociabilidade e propaganda, assentes numa forte cultura organizativa, pedagógica e propagandística.

⁷⁴ Chorão, Luís Bigotte, 2015, *Para uma História da Repressão do Anarquismo em Portugal no Século XIX, seguido de «A Questão Anarchista», de Bernardo Lucas*, Lisboa: Letra Livre.

⁷⁵ Medina, João, 1972, *Eça de Queiroz e o Anarquismo (1892-1894)*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; 1980, *Afonso Lopes Vieira, Anarquista*, Lisboa: Ed. António Ramos.

⁷⁶ Alves, Ricardo António, 2002, *Anarquismo e neo-realismo: Ferreira de Castro nas encruzilhadas do século*, Lisboa: Âncora.

⁷⁷ Fonseca, Carlos, 1980, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal (4 Vols.)*, Mem Martins: Europa-América.

⁷⁸ Fonseca, Carlos da, 1988, *Para uma análise do movimento libertário e da sua história*, Lisboa: Antígona, p. 9.

⁷⁹ Idem, *Ibidem*, p. 10

O alcance cultural da sua abordagem coloca-nos, porém, alguns problemas. Por exemplo, Fonseca não deixa de ver em algumas práticas exteriores ao movimento sindical um ascetismo rígido e reminiscências religiosas. Seria o caso de aspectos da vivência quotidiana e informal da cultura política anarquista, como o hábito de os militantes libertários nomearem os seus filhos, numa “devoção semelhante à dos primeiros cristãos”, a partir dos valores acratas ou dos nomes de outros militantes históricos do movimento⁸⁰.

António Ventura⁸¹, por outro lado, estuda o movimento anarquista até 1910, privilegiando as suas relações com os republicanos e com os socialistas, expondo as ligações do ideal libertário com outras culturas políticas, ligações estabelecidas através da colaboração em organizações anticlericais⁸², artísticas, educativas ou cívicas, de combate à lei de 13 de Fevereiro de 1896⁸³ e, também, nas associações de classe. A relação do anarquismo com o movimento operário, contrariamente à tendência dominante, não constitui o cerne do trabalho em questão. Ainda assim, o autor sublinha a precocidade da relação dos anarquistas portugueses com o movimento operário, até por comparação com o que se verificou noutros países, onde o sindicalismo só posteriormente se teria tornado o campo privilegiado da acção libertária⁸⁴. Mais significativo para esta tese será, porventura, o carácter transformativo das relações que Ventura identifica entre diferentes culturas políticas, inserindo o anarquismo numa rede

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 59.

⁸¹ Do mesmo autor, há que destacar, também, a já referida biografia de Emílio Costa, *Entre a República... e o estudo sobre o movimento sindical rural*, 1976, *Subsídios para a história do movimento sindical rural no Alto Alentejo (1910-1914)*, Lisboa: Seara Nova.

⁸² Como assinala, “estamos convencidos de que foi nas estruturas anticlericais que o convívio entre elementos de vários horizontes ideológicos abriu as portas a colaborações de outro tipo, mais políticas, ou, se preferirmos, cívicas”, Ventura, 2000, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal (1892-1910)*, Lisboa: Edições Cosmos, p. 107.

⁸³ A lei de 13 de Fevereiro de 1896 foi uma lei criada contra os anarquistas, à semelhança de outras leis semelhantes surgidas noutros países por volta do mesmo período. Nos seus sete artigos, decretavam-se penas de prisão correcional até seis meses, seguidas de deportação para as “províncias ultramarinas”, por período indefinido, para todo aquele que “professar doutrinas de anarquismo” e “defender, aplaudir, aconselhar ou provocar, embora a provocação não surta efeito, actos subversivos quer da existência da ordem social, quer da segurança das pessoas ou da propriedade”. A imprensa ficava proibida de “ocupar-se de factos ou de atentados do anarquismo” ou “dar notícia das diligências e inquéritos policiais e dos debates que houver no julgamento de processos instaurados contra anarquistas”. Os réus eram julgados sem direito a júri, podiam ser presos sem culpa formada e a lei tinha efeitos retroactivos. A lei vigorou até à implantação da República.

⁸⁴ “Já vimos que no caso português, a generalidade dos autores aponta a segunda metade da década de 90 do século XIX, como o início do trabalho anarquista nas associações de classe. A verdade é que podemos fazer recuar substancialmente esse momento até 1893, ano em que, como vimos, são fundados diversos grupos libertários. Estamos perante um facto curioso: o anarquismo português, tão débil – como, aliás, o socialismo em geral –, com estruturas muito deficientes, mal informado e mal formado, parece estar à frente dos seus congéneres europeus no que respeita à adesão ao trabalho sindical” (*Republicanos...*, p. 99).

de influências mais vasta, fundamental para perceber muitos dos saberes e ideias que atravessaram a história libertária portuguesa.

O estudo de Joana Dias Pereira sobre o sindicalismo revolucionário é particularmente relevante por analisá-lo enquanto doutrina e estratégia autónoma por relação ao anarquismo⁸⁵. Apesar de, tal como vimos, não considerarmos possível nem operativo distingui-lo em absoluto do anarquismo, ou, mais amplamente, do movimento libertário, muitos sindicalistas revolucionários travaram acesas polémicas com os militantes anarquistas e procuram afirmar a independência e auto-suficiência da sua doutrina. Tais polémicas não são despiciendas e, tal como assinala a autora, as especificidades das diferentes correntes revolucionárias foram geralmente menosprezadas pela historiografia.

Um dos critérios de Joana Dias Pereira para estabelecer a distinção entre anarquismo e sindicalismo revolucionário assenta na consideração de que este último resulta da confluência de várias correntes ideológicas (libertárias e marxistas), o que lhe garantiria uma posição intermédia entre o anarquismo e o comunismo, representando, portanto, um papel de transição entre uma “fase” e outra⁸⁶. Por aqui se explicaria o “avanço” na história do movimento operário português trazido pela emergência do Partido Comunista em Portugal, uma perspectiva expressa, por exemplo, na afirmação da autora quando diz que “os entusiastas do bolchevismo são exactamente os mais representativos defensores do sindicalismo revolucionário”⁸⁷, referindo-se a Manuel Ribeiro e a José Carlos Rates (ambos na fundação da Federação Maximalista, em 1919, e que levou, em 1921, ao surgimento do Partido Comunista). Estando subjacente a esta visão historiográfica tanto o predomínio do político como uma certa concepção teleológica que encontramos, igualmente, noutros trabalhos aqui já referidos, o estudo de Joana Dias Pereira, apesar da sua exaustividade no apuramento da singularidade do sindicalismo revolucionário, acaba por secundarizar as circunstâncias em que muitos destes debates ocorreram e que suscitaram a sua redefinição e o seu reposicionamento no movimento sindical. Se o sindicalismo revolucionário não pode ser reduzido a um

⁸⁵ Pereira, Joana Dias, 2011, *Sindicalismo revolucionário: A história de uma Idéa*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.

⁸⁶ Um dos problemas desta abordagem é assumir uma coerência e um fechamento maior do anarquismo e do marxismo, como se também estes não fossem o resultado do encontro de ideias que foram associadas a essas e outras correntes políticas (o que, naturalmente, era menosprezado pelos seus militantes, interessados em destacar a pureza e originalidade das suas posições).

⁸⁷ Pereira, *Sindicalismo...*, p. 11.

produto do anarquismo, também não era independente da sua presença e influência no contexto português e, como tal, não é possível percebê-lo sem ser por relação a este⁸⁸.

Finalmente, há a destacar aquele que continua a ser o trabalho mais importante sobre anarquismo em Portugal, a tese de doutoramento, publicada em livro como *Anarquistas e Operários*⁸⁹, de João Freire, um autor a que poderíamos juntar Paulo Guimarães, ainda que o trabalho deste especificamente dedicado ao anarquismo seja, por comparação, mais reduzido e menos exaustivo⁹⁰. Apesar de ter como ponto de partida a questão “que relações existem entre a actividade profissional e uma ideologia como o anarquismo?”⁹¹, derivada da área disciplinar em que o autor se situa – a sociologia do trabalho –, João Freire não se concentra apenas no movimento operário na sua dimensão política (no sentido institucional corrente) e nas suas expressões organizativas. Reconhece a sua existência fora destes campos e entende o anarquismo como um “grupo social estruturado”⁹², uma cultura política com uma forma singular de ver o mundo e nele situar os seus agentes, em que as opções e possibilidades que oferece são enformadas por um conjunto de referentes próprios, moldadas por e entre práticas, relações e interações de todo o tipo, tanto simbólicas como materiais. Por outras palavras, o anarquismo é tratado como um conjunto heterogéneo de saberes, crenças, valores e normas morais que orientaram a acção dos sujeitos que com ele se envolveram e nele se sociabilizaram. É essa cultura libertária que o autor procura apreender, na sua pluralidade de ideias e práticas (sindicais, mas, também, naquelas como o neomalthusianismo, o naturismo, o esperanto, o antimilitarismo, a sexualidade),

⁸⁸ Apesar de a afinidade entre sindicalismo revolucionário e anarquismo ser maior do que a que se verifica entre estas e outras correntes políticas, também não consideramos possível abordar a história do anarquismo em Portugal separando-o totalmente do socialismo, do republicanismo e do comunismo.

⁸⁹ Freire, João, 1992, *Anarquistas e Operários – Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto: Edições Afrontamento; é de referir, também, a edição inglesa da mesma tese que inclui capítulos que não integraram a edição portuguesa, 2001, *Freedom fighters: Anarchist intellectuals, workers and soldiers in Portugal's history*, Montreal: Black Rose Books.

⁹⁰ Destaque-se, por exemplo, Guimarães, Paulo, 2007, “Cercados y perseguidos: La Confederación General do Trabalho (CGT) en los últimos años del sindicalismo revolucionario en Portugal (1926-1938”, Cerezales, Diego Palacios e Sánchez, Mercedes Gutiérrez (eds.), *Conflicto político, democracia y dictadura: Portugal y España en la década de 1930*, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Pp. 199-241; 2017, “Anarquismo, violência e protesto popular durante a Primeira República em Portugal” in Veloso, Luísa et al (eds.), *Anarquismo, Trabalho e Sociedade: Livro em homenagem a João Freire*, Coimbra: Almedina, pp. 51-80; e, ainda, 2018, “Cultura juvenil anarco-sindicalista e culturas populares urbanas em Portugal (1910-1940)”, in Rita Raposo et al (eds.), *Utopia, Anarquia e Sociedade: Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*, Coimbra, Almedina, pp. 543-565.

⁹¹ *Anarquistas...*, p. 30. Uma questão que redundava numa dependência entre o anarquismo português da época e o ofício dos militantes, dependência essa que é questionada no prefácio da obra pelo próprio orientador da tese, Manuel Villaverde Cabral.

⁹² Idem, *Ibidem*, p. 376.

juntamente com as formas de reprodução social existentes para lá do trabalho e do sindicato (na família, nos centros culturais e actividades de lazer, na escola, nos grupos de afinidade ou na actividade artística). Neste quadro, as greves e os sindicatos são estudados enquanto lugares de reivindicação e conflito, mas, na mesma medida, enquanto espaços comunitários de solidariedade e sociabilização, simultaneamente impulsionadores de uma transformação social e individual e criadores de um sujeito revolucionário particular. Contudo, nesta obra, apesar da sua abrangência, procura-se entender o anarquismo essencialmente a partir das suas relações materiais – com destaque para o trabalho e para o ofício –, e os saberes e referentes epistemológicos que Freire descreve não são muito colocados em perspectiva com aqueles que circulavam no seu tempo e atravessavam diferentes culturas políticas, como procuraremos fazer nesta tese.

Já os trabalhos historiográficos, memorialísticos ou biográficos escritos por antigos militantes são marcados por um tom geralmente hagiológico e, por vezes, com erros factuais⁹³. Apesar disso, oferecendo relatos contemporâneos dos envolvidos em muitas das lutas que atravessaram o período, tais trabalhos contêm dados fundamentais para perceber a cultura política anarquista, o dia-a-dia dos militantes e o que motivou muitas das suas decisões e inflexões tácticas. Na verdade, mais do que como obras de referência, devem ser tratados como fontes. Edgar Rodrigues, um ex-militante anarco-sindicalista português exilado no Brasil desde 1951, é o autor da obra mais exhaustiva sobre o sindicalismo e o anarquismo em Portugal, assumindo o propósito de resgatar a memória libertária do esquecimento a que foi votada durante o Estado Novo e no pós-25 de Abril⁹⁴. Os seus trabalhos têm um forte cunho historiográfico, mas, como o próprio autor sublinha, não têm qualquer pretensão académica e são a expressão de um militante envolvido em muitas das lutas que retrata. São de destacar, ainda, as memórias

⁹³ Carlos da Fonseca sublinha, por exemplo, os “pontos obscuros, imprecisões, algumas não-verdades e, sobretudo, silêncios -sobre certas questões escaldantes” do livro de Manuel Joaquim de Sousa e acusa Emídio Santana, autor das notas que acompanham a terceira edição do livro, de confundir os seus desejos com a realidade (vd. 1978, *A Origem da I Internacional: O centenário da Federação Portuguesa*, Lisboa: Estampa).

⁹⁴ Destaque-se a tetralogia sobre a história do movimento anarquista português: Rodrigues, Edgar, 1980, *O despertar operário em Portugal, 1834-1911*, Lisboa: Sementeira; 1981, *Os anarquistas e os sindicatos, 1911-1922*, Lisboa: Sementeira; e 1981, *A resistência anarco-sindicalista à ditadura*, Lisboa: Sementeira; 1982, *A oposição libertária em Portugal, 1939-1974*, Lisboa: Sementeira.

e biografias dos militantes Emídio Santana⁹⁵, Alexandre Vieira⁹⁶, Manuel Joaquim de Sousa⁹⁷, Francisco Quintal⁹⁸, David de Carvalho⁹⁹, José Francisco¹⁰⁰, Adriano Botelho¹⁰¹, Mário Castelhana¹⁰² e Acácio Tomás de Aquino¹⁰³.

Quanto às fontes primárias, a imprensa anarquista foi o recurso que exploramos com maior profundidade. Era nas páginas dos jornais que se disseminavam as ideias, se divulgavam as iniciativas mais importantes e era também aí que aconteciam os principais debates. A imprensa escrita oferece-nos, além disso, registos para todos os anos abrangidos por esta tese, ainda que com alguns desequilíbrios derivados de vicissitudes conjunturais. O número de publicações acompanha o crescimento e a vitalidade do movimento libertário, havendo por isso uma maior abundância entre 1910 e 1925. Com a consolidação da ditadura a partir de 1926, a acção dos grupos libertários e a liberdade de imprensa ficam seriamente condicionadas, mas sem que a actividade editorial desapareça completamente. Há, além disso, desigualdades decorrentes da dimensão dos jornais, quer pela sua duração, quer pela sua periodicidade e abrangência temática. Neste sentido, o diário *A Batalha* (1919-1927) não encontra paralelo em nenhuma outra publicação. O facto de ser um diário permitiu-lhe conceder espaço a ideias que só se encontravam em publicações específicas (como é natural, os jornais existentes, mais pequenos e irregulares, privilegiavam as ideias e as acções dos grupos e organizações a que estavam ligados); permitiu-lhe, ainda, conceder um espaço quase ilimitado a debates, discussões e polémicas entre os militantes. Por estas razões, *A Batalha* é uma fonte que implica alguns riscos, pelo seu sobredimensionamento, desde logo, tornando aparente o maior peso da época em que se publicou e privilegiando certos autores, ideias e organizações. Todavia, esses riscos são matizados pelos temas

⁹⁵ Santana, Emídio, 1976, *História de um atentado: O atentado a Salazar*, Lisboa: Forum; e 1985, *Memórias de um militante anarco-sindicalista*, Lisboa: Perspectivas & Realidades.

⁹⁶ Vieira, Alexandre, 1950, *Em volta da minha profissão: subsídios para a história do movimento operário no Portugal Continental*, Lisboa: Edição do autor; 1959, *Figuras gradas do movimento social português*, Lisboa: Edição do autor; 1974 [1970], *Para a história do sindicalismo em Portugal*, Lisboa: Seara Nova.

⁹⁷ Sousa, Manuel Joaquim de, 1976, *O Sindicalismo em Portugal*, Porto: Afrontamento; 1989, *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante*, Lisboa: Antígona.

⁹⁸ Quintal, Francisco, 1988, *Palavras Veementes*, Lisboa: Sementeira.

⁹⁹ Carvalho, David de, 1977, *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1910-1926)*, Lisboa: Seara Nova.

¹⁰⁰ Francisco, José, 1982, *Episódios da minha vida familiar e de militante confederal (1898-1982)*, Lisboa: Sementeira; 1983, *Páginas do História Cegetista*, Lisboa: Sementeira; 1987, *Últimas páginas, 1986-1987*, Lisboa: Sementeira.

¹⁰¹ Botelho, Adriano, 1989, *Adriano Botelho, Memórias & Ideário: Antologia de textos*, Ponta Delgada: Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

¹⁰² Castelhana, Mário, 1975, *Quatro Anos de Deportação*, Lisboa: Seara Nova

¹⁰³ Aquino, Acácio Tomás de, 1978, *O segredo das prisões atlânticas*, Lisboa: Regra do Jogo.

em que escolhemos concentrar a nossa análise; salvo algumas excepções são temas transversais ao campo libertário no tempo e no espaço (exemplos de excepção são o neomalthusianismo, cuja importância decai na segunda metade da década de 1910, e o desporto, que vê a sua popularidade crescer entre as classes operárias a partir da segunda metade da mesma década e que encontra por isso mais espaço no jornal *A Batalha* do que em qualquer outro). Apesar de termos coberto a maior parte das publicações libertárias existentes no período estudado (pelo menos daquelas disponíveis nos arquivos), *A Batalha*, pela durabilidade, consistência e qualidade, foi aquela que nos exigiu mais tempo e que fizemos por ler e mapear de forma exaustiva.

O acervo arquivístico mais importante para esta tese foi o Arquivo Histórico-Social (AHS-BN), depositado na Biblioteca Nacional, e organizado por João Freire. Nele encontram-se os espólios de alguns dos militantes mais influentes e das principais organizações sindicais e libertárias e um volume imenso de materiais que inclui publicações periódicas, livros, fotografias, correspondência, actas de reuniões e assembleias, entre outros, especialmente para os anos posteriores a 1910. A sua dimensão e organização providenciam condições excepcionais para o estudo do anarquismo em Portugal e sem a sua existência esta tese seria certamente de outro âmbito. Igualmente importante foi a plataforma *Casa Comum*, da Fundação Mário Soares, que reúne diversos espólios pessoais, entre os quais se destaca o fundo de Alberto da Fonseca Pedroso, que contém documentos do espólio de Alexandre Vieira e diversos livros, publicações e materiais de propaganda anarquista. O Arquivo de História Social, depositado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, foi consultado com muito menos afinho, e a ele recorri principalmente por incluir o espólio do anarquista Pinto Quartim; contudo, não substitui nem adiciona muito para além do que se pode encontrar no AHS-BN. Quanto ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, se inicialmente tínhamos projectado usá-lo com maior regularidade, pelo rumo que a tese tomou acabou por servir, principalmente, para a consulta de processos específicos, depositados em diferentes fundos, referentes a alguns militantes ou acontecimentos; ou seja, não nos dedicámos a explorar sistematicamente, por exemplo, o Arquivo da PIDE-DGS, pois o tipo de elementos que compilava sobre os militantes e as actividades dos libertários não parecem ser de grande utilidade para o propósito deste trabalho (hipótese que se confirmou sempre que a ele recorremos). Mesmo no caso da

propaganda apreendida, na maior parte dos casos ela encontra-se disponível noutros dos arquivos consultados.

Finalmente, beneficiamos de um período de investigação de três meses na British Library, em Londres, que serviu principalmente para a consulta de bibliografia dedicada ao anarquismo noutros contextos que não o português.

1.1.4 – Notas gerais e conclusão

Em jeito de conclusão, podemos dizer que entre os aspectos mais comuns nas referências da historiografia portuguesa ao anarquismo, resulta o entendimento deste como um sintoma, uma espécie de “dor de crescimento”, dos processos de modernização da sociedade e do Estado português. Raramente o anarquismo foi considerado uma peça activa e influente desses processos ou foi visto como preconizando, ele próprio, de um processo específico de modernização em diálogo com as dinâmicas sociais e políticas coetâneas. Sem sacrifício da sua singularidade e idiossincrasias, o anarquismo participou, mais do que se reconhece usualmente, nas tendências e nas discussões do seu tempo, mesmo se remetido a uma posição marginal entre os protagonistas que as representaram.

Há várias razões que ajudam a compreender esta posição atribuída ao anarquismo na maior parte da historiografia. Entre elas, cumpre destacar o elitismo e o estatocentrismo que caracteriza uma boa parte da historiografia portuguesa, marcada pela predominância de perspectivas metodológicas e epistemológicas assentes num entendimento da sociedade e da política derivada da tradição liberal. Esta naturalização historiográfica de um ponto de vista liberal articula-se com a sobrelevação dos aspectos que tornam o anarquismo “exótico”, o que contribui para torná-lo ininteligível segundo determinados quadros interpretativos e deslocado dos principais tópicos privilegiados pelas ciências sociais e humanas. Os anarquistas tomam como indissociáveis e mutuamente dependentes valores que, em última instância, são tomados como inconciliáveis ou dependentes de um equilíbrio instável sempre ameaçado pelo hobbesiano estado de guerra generalizada. É o caso da articulação entre ordem social, liberdade e igualdade social, cujo balanço, para os anarquistas, não resulta de certas condicionalidades, mas da realização máxima de cada um desses preceitos. Esta interdependência é estranha aos debates opondo tradições políticas como o liberalismo,

o conservadorismo e o socialismo, agravando a aparente incomensurabilidade do anarquismo e a sua redução a uma expressão incoerente, contraditória e teoricamente simplista¹⁰⁴.

Acresce que, neste cenário, as classes populares, e em particular a classe operária, são, no geral, tendencialmente destituídas de autonomia. Irremediavelmente condicionadas pelas instituições políticas formais, pela vontade e decisões dos agentes pertencentes às elites e pelas condições estruturais da sociedade portuguesa, tais classes são frequentemente situadas em posição de atraso. As suas bases culturais são tomadas como estáticas, desprovidas do dinamismo que se reconhece às formas de vida modernas, e por isso contextualizadas segundo um quadro funcionalista arcaico. Na melhor das hipóteses, a sua força aparece enquanto força de atrito na marcha do progresso, atreladas que estão à tradição e a práticas e crenças próximas da religiosidade popular, expressão de um desencantamento com a modernidade e de uma nostalgia de formas de vida pré-modernas. No fundo, mais do que agentes de transformação, representam reminiscências passadas, e dos seus desejos e manifestações colectivas parece sobressair resistência por inércia, mais do que uma proposta de transformação emancipatória. Enquanto expressão deste atraso, tudo o que estrutura as suas formas de participação social, as ideologias que privilegiam e as suas práticas organizativas – procurem elas ordenar a sua intervenção na sociedade ou as suas práticas de lazer e convívio –, encontra-se condenado ao fracasso e ao desaparecimento. Se os seus meios são “primitivos”, os seus fins “utópicos” também o são. Em poucas palavras, é a deslocação do anarquismo para fora do tempo e do espaço em que existiu que explica, em parte, a marginalidade a que foi votado pela historiografia.

O carácter espontâneo dos movimentos a quem são frequentemente imputadas tais categorias é, no caso do anarquismo em Portugal, agravado pela sua composição social. O anarquismo foi um movimento de massas onde predominou o operariado. Os

¹⁰⁴ Para isso contribui também a representação fragmentada do “real” em que operam estas perspectivas, cabendo a diferentes disciplinas ou subáreas disciplinares o estudo dos diferentes componentes que compõem esse “real”. Assim, à ciência política e à história política cabe o estudo da política, entendida nas suas expressões institucionais e governamentais; à sociologia e à história social, o da sociedade moderna, da sua composição e dos padrões e desigualdades que a atravessam; às ciências económicas e à história económica, o estudo da economia, frequentemente numa escala macro e, por isso, dominada por abordagens quantitativas; à etnografia, à antropologia ou à história cultural, o das culturas populares, dos seus “costumes”, da tradição e do folclore. Como resultado, o anarquismo, enquanto cultura política maioritariamente de “massas” e popular, com uma proposição substancialmente diferente das perspectivas hegemónicas e sugestiva de uma transformação articulada de todas as dimensões acima referidas, dificilmente poderia ser entendido senão parcelarmente.

seus dirigentes foram, na sua maioria, autodidactas e raramente elaboraram obras doutrinárias ou de fôlego teórico. A disseminação do anarquismo no país deveu bastante ao próprio processo das lutas operárias e deu-se, em grande medida, pela propaganda oral (nas assembleias, nos comícios, nos sindicatos e nos diversos espaços da sociabilidade operária) e escrita (mas aqui especialmente através da imprensa operária, difusão de folhetos, opúsculos e brochuras e traduções de autores estrangeiros). Apesar da importância de alguns intelectuais, a expansão do anarquismo em Portugal deveu-se, acima de tudo, à acção dos agentes operários e foi em conformidade com os seus reportórios de luta e a partir do seu imaginário que este foi recebido e apropriado, moldando-se e sendo moldado por esse encontro. Ora, pelo que dissemos antes, a historiografia não atende às longas discussões de fundo teórico que foram travadas entre os agentes operários ou com interlocutores de outras classes sociais e culturas políticas; discussões essas que os colocavam como actores da vida moderna, esboçando novos projectos e novas vias para a sua execução. A linguagem em que os anarquistas se exprimiam era simples à luz dos códigos letrados. Os termos e conceitos que usavam para ordenar a realidade e, no fundo, expressar os seus desejos, acentuam a distância em relação a uma vanguarda que define o que é a modernidade e julga em função disso. Uma vanguarda de que inconfessadamente participa o historiador, aos olhos do qual os discursos anarquistas soam bizarros e primários, pejados que estão de recursos retóricos alheios a noções académicas de “racionalidade” e “cientificidade”. O fosso entre uns e outros sai reforçado pela aparência do carácter rudimentar do conhecimento que revelam sobre o mundo das “elites” e das vanguardas que procuram empurrá-los na direcção do progresso. As suas acções são reduzidas a uma espontaneidade pouco consequente, devedora do instinto, do romantismo e de um ímpeto messiânico, mais do que de uma racionalidade consonante com a modernidade. Pela nossa parte, preferimos antes seguir a sugestão feita pelo filósofo e historiador Jacques Rancière no trabalho *A Noite dos Proletários*:

deixando, por uma vez, expressar-se o pensamento daqueles que não estão 'destinados' a pensar, talvez venhamos a reconhecer que as relações entre a ordem do mundo e os desejos dos que a ela estão submetidos oferecem um pouco mais de complexidade do que o admitem os discursos eruditos¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Rancière, Jacques, 2012, *A noite dos proletários: Arquivos do sonho operário*, Lisboa: Antígona, p. 11.

De resto, importa referir que, se recusamos a imputação ao anarquismo de um fundo milenarista e apocalíptico, quando criticamos essa imputação misticista não é apenas por entendermos que o anarquismo poderá ser tido como moderno, mas por rejeitarmos a rigidez das dicotomias que tem subjacentes: dicotomias como tradição/modernidade, religião/ciência, instinto/razão, entre outras.

Em suma, verifica-se, frequentemente, uma ausência de crítica e de esforço de interpretação historiográfica dos movimentos anarquistas, o que é agravado por um conhecimento superficial dos mesmos, arrumando-os em categorias pré-concebidas e em lugares-comuns mais ou menos estabelecidos. Procura-se inseri-los numa cadeia evolutiva que avança no sentido do progresso, encontrando-se este, precisamente, no advento da razão e de uma modernidade (política e cultural) que é representada pelo nosso presente.

Da nossa parte, não nos surpreende encontrar elementos místicos nas ideias ou na retórica anarquistas, nem identificar a “crença” e uma “fé” como importantes para a acção dos seus militantes, até porque não vemos aí necessariamente qualquer incompatibilidade com movimentos e ideais emancipatórios, nem supomos a existência de nenhum movimento (revolucionário ou não) que seja imune a tais factores. Cremos que nenhuma ideologia ou sistema político constitui uma totalidade coerente *de facto*, e, como tal, a separação radical entre tradição e modernidade, ciência e religião ou reforma e revolução, por exemplo, não tem qualquer outra utilidade senão como “ideais-tipo”,¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Estas dicotomias reproduzem uma ideia de progresso assente num forte evolucionismo e determinismo material e ignoram, de resto, a presença de terminologia de origem teológica no pensamento político e das ciências sociais da modernidade, como assinalaram diversos autores. Basta recordar o trabalho do jurista e político alemão Carl Schmitt para um exemplo conhecido e de alguém que se situa nos antípodas do pensamento libertário, e.g. 1985 [1922], *Political Theology: Four Chapters on the concept of sovereignty*, Massachusetts: The MIT Press.

1.2 –PODER, GOVERNAMENTALIDADE E BIOPOLÍTICA

“The state (...) is a condition, a certain relationship among human beings, a mode of behaviour; we destroy it by contracting other relationships, by behaving differently toward one and other. We are the State and continue to be the state until we have created the institutions that form a real community.” Gustav Landauer

O anarquismo foi uma das culturas políticas que mais longe foi, no período abordado, na intenção de pensar as relações sociais e a política para lá do “problema da autoridade” e em subverter esse princípio basilar de praticamente todas as ideias de governação política – princípio que uniu monárquicos, republicanos, socialistas, as principais tendências do comunismo coevas e, posteriormente, as expressões e regimes ditatoriais que prevaleceram em Portugal¹⁰⁷. Poucas ideias foram tão longe no propósito de testar os limites das concepções políticas e sociais dominantes. Com isso, o anarquismo abriu certamente novas possibilidades, o que não nos impede de questionar o seu sucesso em romper eficazmente com tais limites e a sua capacidade em superar ou subverter as tecnologias de governo que as reproduziam e construíam¹⁰⁸, tanto mais que, com este trabalho, não pretendemos identificar uma ontologia anarquista, que o tornaria sinónimo de autonomia, revolução, resistência e emancipação, por oposição à autoridade, à reforma, ao poder e à opressão. Interessa-nos, sim, perguntar por uma razão de governo, relativa à relação dos indivíduos consigo mesmos e com os outros, que tanto aproxima como antagoniza as diferentes ideologias, instituições e movimentos

¹⁰⁷ Como exemplo para o estudo do período, Rui Ramos, em *A segunda fundação*, analisa o período histórico que vai de 1890 a 1926, como um processo que atravessaria os diferentes regimes políticos contemporâneos e sugere uma ideia de republicanismo que vai para lá da forma do regime, compatível, em última instância, com a monarquia. Um republicanismo que se definiria, antes de mais, como “uma certa *maneira de tratar o problema da autoridade*” (itálico no original), e, em segundo lugar, “pela hipótese de que a autoridade política só poderá segurar-se quando fundada na adesão e participação de todos os indivíduos, isto é, numa atitude moral comum” (Ramos, *A segunda...*, p. 65). Ainda que a designação “republicanismo” não seja inocente, permitindo a Ramos sugerir o despropósito da revolução republicana, ela identifica a natureza do problema da autoridade como subjacente aos diferentes regimes políticos (Monarquia Constitucional, República e Estado Novo).

¹⁰⁸ A secundarização deste ponto comum entre os diferentes regimes que atravessam o período estudado, e a submissão do anarquismo a uma lógica política que lhe era relativamente estranha, fundada nas premissas dos regimes demoliberais modernos, levou a que a principal tónica, sobre as posições dos anarquistas em alguns momentos da história portuguesa, fosse reduzida ao sectarismo ou a uma “incompreensão (...) das ‘contradições’ políticas entre as diversas ‘fracções’ das classes dominantes” (e.g. Oliveira, “Os limites...”, p. 679). No nosso entender, as posições dos anarquistas não são redutíveis a tais leituras, pois não são compreensíveis sem entender o que os distinguia na leitura do mundo. Nessa leitura, o traço transversal aos diferentes regimes – a que chamamos o “problema da autoridade” – sobrepunha-se às suas diferenças conjunturais ou ideológicas e, para o anarquismo o que estava em causa era o reconhecimento e distanciamento desse ponto de comunhão entre as diferentes forças políticas. Encerrar tais entendimentos numa “incompreensão” do cenário político contemporâneo ignora, mais uma vez, a complexidade da interpretação libertária das forças sociais e das dinâmicas políticas.

que com o anarquismo coexistiram. Tratamos, pois, de entender o anarquismo como uma cultura política significativamente imbricada nos antagonismos da sua época e não em posição de exterioridade por relação a esse mundo. No fundo, pretende-se ver o anarquismo tanto enquanto sujeito como enquanto objecto do seu tempo e com isso reconhecer que produziu novas formas de subjectivação e, logo, também de sujeição.

Mais do que apurar as suas qualidades ou defeitos, possibilidades ou limitações, procura-se, acima de tudo, percebê-lo diacrónica e sincronicamente a partir das suas manifestações num período da história portuguesa em que teve particular influência e visibilidade. Não se pretende oferecer uma história narrativa que encadeie numa sequência cronológica os grandes eventos, as instituições mais importantes e os militantes ou os pensadores que mais se destacaram no seu seio. Em sentido diacrónico, procuramos identificar as suas continuidades, naquilo que foram os seus traços predominantes ao longo desse período, independentemente dos regimes políticos e das manifestações culturais e sociais hegemónicas na sociedade em que se manifestou. Tal exercício permite-nos identificar os traços comuns e simbióticos com a modernidade social e política coeva, sem descurar, esperamos, a sua originalidade. No sentido sincrónico, procuramos abordá-lo no seu contexto e face a determinadas questões e problemas, reforçando ou problematizando a persistência das suas ideias nessa continuidade histórica e, como tal, as suas idiossincrasias, assim como as suas similitudes e dependência das instituições e ideias que lhe são contemporâneas.

É em função deste propósito que se manifesta o nosso interesse pelos conceitos foucaultianos de poder, governamentalidade e biopolítica que atravessam toda a tese, muitas vezes de forma explícita, quase sempre como pano de fundo. Alguns pressupostos que assumimos como fundamentais para fazer este caminho, nomeadamente quanto ao entendimento do que é o poder, antecedem, na obra de Foucault, o aparecimento das ideias de governamentalidade e de biopolítica, mas relacionam-se profundamente com estas. Falamos, em particular, de um entendimento do poder como relacional, reticular e, por isso mesmo, transversal às relações sociais, o que nos convida a não imunizar o anarquismo do poder e das suas manifestações, como muitas vezes acontece. Pela recusa do autoritarismo e dos métodos coercivos que os anarquistas associavam principalmente ao Estado, entre eles o seu aparato jurídico-normativo de intervenção sobre os sujeitos, o anarquismo parece-nos particularmente

adequado à proposta de Foucault de inverter o ponto de partida dos estudos sobre as relações de poder:

Em vez de orientar a investigação sobre o poder pelo lado do edifício jurídico da soberania, dos aparelhos de Estado, das ideologias que o acompanham, creio que é preciso orientar a análise do poder para o lado da dominação (e não da soberania), do lado dos operadores materiais, das formas de subjugação, das conexões e utilizações dos sistemas locais de subjugação e, por fim, do lado dos dispositivos de saber¹⁰⁹.

Ou seja, contra uma “análise descendente do poder”, feita a partir de uma ideia jurídico-política de soberania, que coloca, por exemplo, o Estado como o lugar de produção das desigualdades e das formas de dominação, Foucault sugere uma “análise ascendente do poder”. Segundo esta óptica, as desigualdades e formas de dominação que o poder soberano produz deixam de ser necessariamente entendidas como derivadas de uma intencionalidade e racionalidade que lhe são imanentes e passam a poder procurar-se, também, nas dinâmicas relacionais e nos saberes que existiriam abaixo ou à margem de si.

Assim, o poder não é aqui visto como uma “coisa”, e muito menos é entendido como algo localizado num centro, como o Estado ou outra forma institucionalizada de governo, onde germinariam quase todas as relações de poder, perspectiva essa cara a muitos anarquistas que reivindicam um estranhamento do poder e o remetem para uma exterioridade. Com Foucault, entende-se o poder como algo que atravessa todos os níveis da sociedade e que perpassa as relações sociais independentemente da escala, da proximidade e da formalidade das suas expressões. Suspender a presunção desse ponto nevrálgico do poder, seja ele o Estado ou qualquer outro, e procurá-lo, também, nas relações quotidianas e informais, ajuda-nos a tentar perceber como é que o próprio anarquismo, e as relações entre os seus militantes, é condicionado pelas relações de poder que o rodeiam, mas ajuda-nos, acima de tudo, a perceber de que forma é atravessado por elas, reproduzindo-as ou, muitas vezes, criando novas formas de poder. O poder, nesta linha, não é visto apenas como algo repressivo mas, também, como algo produtivo. Ainda que o anarquismo apareça frequentemente a invocar certos mecanismos deterministas como a base da ordem das coisas, há planos e projectos para atingir o fim a que se propõe. Há, portanto, uma razão de governo, uma arte anarquista de governar, que não é de ordem soberanista, nem de ordem divina.

¹⁰⁹ Foucault, Michel, 2006 [1976], “*É preciso defender a sociedade*”, Lisboa: Livros do Brasil, pp. 47-8.

No período em questão, assistimos à institucionalização de um Estado que procurava governar não apenas pela coerção e pela violência, mas também por recurso a um conjunto de saberes e técnicas que procuravam objectificar, tornar abstracto e padronizar o tempo, o espaço e a população para os tornar passíveis de mobilização e orientação. Muitos desses saberes e técnicas foram partilhados pelo Estado e pelos anarquistas, assumidos que eram, por ambos, enquanto neutros e instrumentais, capazes de captar leis e tendências universais da “natureza” humana individual e social e, assim, sustentar a verdade proposta pelas suas narrativas. Entre estes saberes, encontramos rudimentos, aplicações e desenvolvimento de disciplinas de ciências sociais e naturais como a sociologia, a antropologia, a psicologia, a economia e a biologia, e encontramos métodos como a estatística, o inquérito, a pedagogia ou a racionalização dos métodos de produção. A intervenção anarquista nos indivíduos e na sociedade visava, necessariamente, a criação de um sujeito militante activo no presente e o desenvolvimento de um sujeito livre e autónomo, capaz de construir e, depois, viver na sociedade de iguais preconizada; mas visava, igualmente, garantir a provisão de bens e serviços para satisfação das necessidades de subsistência, de segurança ou para manter um certo equilíbrio social, o que implicava sistematizar e identificar padrões e prioridades no contexto em que intervinham. O Estado, por sua vez, actuava não apenas objectificando, quantificando e medindo a população, mas igualmente aferindo ou procurando aferir e calcular as suas sensibilidades e alma.

A governamentalidade e a biopolítica interessam-nos enquanto conceitos interpretativos de processos históricos contemporâneos, em desconexão crescente com uma noção soberana do poder que tinha no território um dos seus centros de acção, caracterizados por um conjunto de técnicas de condução de condutas individuais e populacionais. No(s) liberalismo(s) encontramos um desenrolar sem precedentes deste processo. Na liberdade, na razão e na importância concedida à autonomia individual, valores que guiam os saberes e dispositivos aqui tratados, encontramos uma afinidade com as formas libertárias de subjectivação¹¹⁰, pois, entre os anarquistas, o poder exercia-se mais pela promoção de procedimentos através dos quais o indivíduo actuasse

¹¹⁰ Reconhecer a afinidade entre liberalismo e entre anarquismo, especialmente enquanto forma de governamentalidade, não é, obviamente, o mesmo que ver no anarquismo um resíduo pequeno-burguês, ou não implica ir de encontro às formulações anarco-capitalistas. O que defendemos é que o anarquismo se constituiu como um radical opositor ao liberalismo, especialmente nas suas concepções económicas, mas não deixou de ser igualmente devedor de uma tradição que se desenvolve com o liberalismo político, nomeadamente pelo lugar que a liberdade e a autonomia individual ocupam nas suas ideias e práticas, tal como veremos.

sobre si próprio e não pela acção de um soberano ou pela autoridade de qualquer estrutura exterior e centralizada, como o Estado. Reconhecer na liberdade e na razão formas de governação implica pensá-las como técnicas de condução do indivíduo através do paradoxo da ausência da coerção como forma de coagir – condução essa que se dá muitas vezes pela intervenção do indivíduo sobre si mesmo. Nas palavras de Patrick Joyce, “freedom as something that is ruled *through*, freedom as a formula for exercising power, and freedom, as has been said, as a technique of rule, as *technological*”¹¹¹. A liberdade é, na verdade, para Foucault, uma das condições do exercício do poder, pois este nunca determina em absoluto as possibilidades de um sujeito e, logo, só pode existir como uma acção sobre outra acção¹¹². É perante essa impossibilidade de determinação da acção de um sujeito e do reconhecimento da sua agencialidade que a liberdade se torna uma tecnologia de poder e se estabelece enquanto uma ética, adequando o pensamento e a conduta às normas e princípios vigentes, que opera sobre os sujeitos a partir da sua – e sobre a sua – autonomia e capacidade de autocontrolo. É este encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si que Foucault classifica como governamentalidade¹¹³.

No anarquismo, como foi dito atrás, essa ideia de governo de si e dos outros manifesta-se de diversas maneiras e é perceptível através de alguns dos seus elementos mundividenciais. Da disposição conjunta de valores como a liberdade, a autonomia individual, a igualdade e a solidariedade, em conjugação com as noções de razão, ciência, natureza e cultura, surgem tensões e efeitos imponderados nas autoproclamadas pretensões anarquistas. Desde logo, na conciliação entre a importância que se concede, por um lado, à liberdade e autonomia individual e, por outro lado, à acção colectiva e à igualdade social. As concepções, saberes e técnicas de governo que modelam as suas práticas são parte dessas tensões, procurando ordenar, promover, moldar ou eliminar certos comportamentos individuais, práticas colectivas e as relações formais ou informais entre os seus militantes, comumente em nome de uma racionalidade abstracta e pretensamente neutra, através da qual se procura dar legibilidade à sociedade e aos indivíduos e sustentar uma moral que serve de base à intervenção sobre estes.

¹¹¹ Itálicos no original. Joyce, Patrick, 2003, *The Rule of Freedom: Liberalism and the Modern City*, London: Verso, p. 1.

¹¹² E.g. Foucault, *Security...*, p. 49.

¹¹³ Ramos do Ó, Jorge, 2003, *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*, Lisboa, Educa., p. 38.

Nikolas Rose, um dos mais destacados autores do campo dos chamados estudos sobre governamentalidade, defende que a noção de governo, segundo esta concepção, remete para uma razão política, entendida como “a kind of intellectual machinery or apparatus for rendering reality thinkable in such a way that it is amenable to political programming”¹¹⁴. Na sequência deste entendimento, as tecnologias de governo devem ser analisadas enquanto estratégias, técnicas e procedimentos através das quais se procura concretizar essa programação política, tratando da disposição e ordenamento dos sujeitos e das suas dinâmicas sociais, isto é, enquanto “the spatial and strategic arrangements of things and humans and the ordered possibilities of their movement within a particular territory”¹¹⁵. O que entendemos aqui enquanto governo, e o que nos permite encontrar no anarquismo uma arte de governar, remete mais para esse propósito de ordenamento social e disposição das coisas, através de um conjunto de tecnologias enformadas por certas epistemologias e disposições éticas, do que propriamente para uma ordem social consumada e unilinearmente imposta de cima para baixo. Nas próprias palavras de Foucault, governar tem como finalidade “uma disposição das coisas a conduzir a um fim adequado”¹¹⁶.

A ideia de população, que emerge com as formas de governamentalidade e de biopolítica, e os saberes usados para torná-la legível e governável são fundamentais nestes processos de subjectivação, veiculando num só processo dinâmicas individuais e colectivas. Enquanto técnica de governo, um dos propósitos do anarquismo passa precisamente por harmonizar os interesses de um sujeito livre e individual(izado) com os interesses comuns a um sujeito colectivo. É num trabalho simultâneo do indivíduo sobre si, sobre as suas relações e sobre a sua integração na sociedade – feita a partir do sindicato, da escola, da fábrica, da oficina, do grupo de afinidade e das associações recreativas e culturais –, que esse modo de governação ganha forma e estabelece a moral a partir do qual se estrutura um novo sujeito.

Em síntese, entendemos a governamentalidade e a biopolítica enquanto processos de condução das condutas, em que a população ocupa um papel fundamental como categoria que simultaneamente individualiza e colectiviza os sujeitos, através da

¹¹⁴ Rose, Nikolas, “Chapter 2: Governing ‘advanced’ liberal democracies” in Barry, Andrew, Osborne, Thomas and Rose, Nikolas (eds.), 1996, *Foucault and political reason: Liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*, Chicago: The University of Chicago Press, p. 42.

¹¹⁵ Dean, Mitchell, 2010 [1999], *Governmentality: Power and Rule in Modern Society*, London: Sage, p. 125.

¹¹⁶ Foucault, Michel, 2010, “A «governamentalidade»”, in Neves, José e Dias, Bruno Peixe (coord.), *A Política dos Muitos: Povos Classes e Multidão*, Lisboa: Tinta-da-China, p. 122.

sua ordenação padronizada e objectiva, com o fim de possibilitar a antecipação e a prevenção de muitos dos seus comportamentos e dinâmicas, tornando-os, portanto, passíveis de intervenção e mobilização “com o mínimo de despesa e o máximo de eficácia”¹¹⁷. A racionalização e a universalização de certas leis sociais e naturais são fulcrais para a constituição e legitimação destes saberes e técnicas, e é na crença dos libertários nesses mesmos processos que procuraremos discernir em que termos se dá a comunhão governamental sugerida e quais os seus efeitos.

Igualmente importante, defendemos que o quadro interpretativo desenhado pelos conceitos de governamentalidade e biopolítica, e o seu foco em torno dos processos de subjectivação, das tecnologias do eu e do governo de si mesmo, permite-nos olhar para algumas práticas dos anarquistas do seu tempo – por vezes distantes e até contraditórias com aquilo que hoje se entende ser o anarquismo – sem incorrer nessa condescendência da posterioridade, anacrónica e acrítica, que se regozija em expor tais contradições ou as falências dessas práticas e ideias dominantes no anarquismo do passado. Muitos dos estudos contemporâneos da história do anarquismo tendem a abordá-lo em directa continuidade com o anarquismo tal como o entendemos hoje em dia, como se aquilo em que se tornou, e que nele predomina hoje, estivesse contido nas suas origens e, teleologicamente, o seu desenvolvimento fosse uma questão de tempo ou uma inevitabilidade. Nesse processo, perdem-se pelo caminho ideias consentâneas com o seu tempo mas, frequentemente, em contradição, ou mesmo profundamente opostas, com o entendimento que delas temos actualmente, tanto por via teórica como por via da prática dos grupos que se situam na sua linhagem ideológica. Por outras palavras, o quadro interpretativo foucaultiano permite não cair na apologia e na defesa de uma qualquer exemplaridade do anarquismo, mas impede, também, que se caia na condenação moral e fechada dos termos de algumas das práticas e ideias então dominantes, hoje porventura condenáveis ou surpreendentes. Mais do que procurar uma imanência das práticas anarquistas, há que analisá-las no contexto plural em que existem, e, também, entre a multiplicidade de formas de governo que o condicionavam ou impulsionavam, muitas vezes apropriando-se das tecnologias que as sustentavam e das razões de governo que lhe estavam subjacentes.

Podemos, desta forma, partir tanto do Estado para perceber os anarquistas, como, na mesma medida, partir do anarquismo para perceber as tecnologias de

¹¹⁷ Foucault, “É preciso...”, p. 50.

subjectivação e de governo do Estado, através dessa coincidência entre os saberes e tecnologias de que dispõem, em particular aqueles que contra eles se organizaram. Identificar o ponto de encontro dessas racionalidades indicia, frequentemente, um paradigma maior, tal como a identificação do seu desencontro pode sugerir a incompletude e a precariedade desse mesmo paradigma e revelar os caminhos da resistência encontrados para desafiá-lo.

Relacionar anarquismo e governamentalidade possibilita, também, como tal, pensar a partir das ideias e práticas do primeiro formas de contra-governamentalidade ou, pelo menos, pistas potenciais para ir para lá da razão de governo identificada com a governamentalidade. A ideia de um poder relacional nunca foi estranha aos anarquistas, ainda que seja facilmente obscurecida pela importância que a sua retórica doutrinal e propagandística concedeu e concede às estruturas de dominação estatais. Como veremos, podemos encontrar esse entendimento entre os militantes libertários na atenção que estes dedicaram ao cuidado de si e às relações entre militantes, no dia-a-dia (no lazer, no trato informal, nas relações familiares), mas, também, nos sindicatos, na fábrica e na escola. Podemos encontrá-la, igualmente, e de forma explícita, em alguns dos seus autores “clássicos”. A título de exemplo, recordemos a célebre frase de Gustav Landauer que se encontra em epígrafe na segunda parte deste capítulo, em que este se afasta da reificação do Estado e o apresenta antes como uma “condition, a certain relationship between human beings, a mode of behaviour”¹¹⁸. Recordemos, ainda, Martin Buber, e a distinção que faz entre a ideia de revolução no anarquismo e noutras culturas políticas revolucionárias, como o marxismo, vendo no primeiro um “contínuo pós-revolucionário” e no segundo um “salto revolucionário”, isto é, no primeiro, a ideia

¹¹⁸ Esta citação tem, naturalmente, sido objecto de alguma atenção crítica. Paradoxalmente, por duas razões opostas e algo contraditórias que são usadas em simultâneo: num caso, por relativizar ou abandonar uma certa ideia de Estado como principal instituição de poder, um Leviatã todo-poderoso que deve continuar no centro dos combates que se travam pela liberdade; noutra caso, por permanecer, aparentemente, demasiado estado-cêntrica por confundir o Estado com todas as formas de dominação (e.g. Gordon, Uri, 2016, “Reinstating the State in Anarchist Critique”, *Anarchy: A journal of desire armed*, n.º 77). A primeira crítica, como já vimos, não é partilhada nesta tese e é, em certa medida, contra ela que se procurará ir. A segunda crítica, apesar da sua pertinência, creio que ignora um entendimento retórico e performativo do Estado, comum entre os anarquistas, que o toma como sinónimo de poder e autoridade num sentido mais abrangente, sem com isso o ver como esse ponto centrífugo das relações de poder que perpassam a sociedade ou, para o mesmo efeito, sem com isso abandonar a sua importância completamente. Para outra crítica de Landauer, ver Price, Wayne, 2011, “Landauer’s Fallacy: Gustav Landauer’s ‘famous statement’”, online em: <https://theanarchistlibrary.org/library/wayne-price-landauer-s-fallacy.pdf> (acedido em 10-11-2019) e para uma resposta a este artigo, em defesa da citação de Landauer, ver Kuhn, Gabriel, 2019, “Gustav Landauer, Revolution and Social Relationships: A response to ‘Landauer’s fallacy’”, online em <https://blog.pmpress.org/2019/07/31/gustav-landauer-revolution-and-social-relationships-a-response-to-landauers-fallacy/> (acedido em 10-11-2019).

de que a revolução é um processo contínuo e que uma sociedade igualitária e horizontal nunca será plenamente alcançada e, no segundo, a ideia de que há um antes e um depois marcado por um evento transformador revolucionário. No caso de Proudhon, um dos nomes do cânone anarquista, a proximidade entre as ideias de poder e até de um diagnóstico governamental é salientada por autores como Nildo Avelino¹¹⁹. Finalmente, nos estudos anarquistas contemporâneos, esta relação é explorada, desenvolvida e actualizada, em muitos autores que se situam no campo do chamado pós-anarquismo, através de uma releitura do cânone anarquista à luz das ideias do pós-estruturalismo contemporâneo¹²⁰.

Tudo isto, em síntese, abre o caminho para encontrar no anarquismo tanto uma potencial crítica da governamentalidade, ou uma contra-governamentalidade, como, também, uma manifestação de governamentalidade.

É esta última perspectiva a que talvez mais se destaque neste estudo, por ser a que melhor se articulou com a dimensão empírica da investigação e a que mais perplexidade nos causou. A essa perplexidade não será alheio um facto que nos parece significativo: o de que, apesar da proximidade do anarquismo do período estudado a uma certa tradição que vem do Iluminismo, e que desemboca nas formas do liberalismo do seu tempo, são raros ou inexistentes os estudos que leiam o anarquismo como parte

¹¹⁹ Avelino, Givanildo Oliveira, 2008, *Anarquismos e governamentalidade*, Tese de Doutoramento – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (ver, em especial, a 1.ª parte da tese, intitulada “Proudhon, anarquia e governamentalidade”).

¹²⁰ No chamado pós-anarquismo e na tessitura deste laço entre anarquismo, pós-estruturalismo e pós-modernismo, destacam-se os trabalhos de autores como Todd May, Lewis Call. Saul Newman: e.g. May, Todd, 1994, *The political philosophy of poststructuralist anarchism*, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press; Call, Lewis, 2002, *Postmodern Anarchism*, Lanham: Lexington Books; Newman, Saul, 2001, *From Bakunin to Lacan: Anti-authoritarianism and the dislocation of power*, Lanham: Lexington Books e 2005, *Power and Politics in Poststructuralist Thought: New theories of the political*, New York: Routledge. Veja-se, ainda, um Rousselle, Duane & Evren, Süreyya (eds.), 2011, *Post-Anarchism: A reader*, London: Pluto Press. Numa boa parte destes trabalhos, o diálogo com o passado anarquista faz-se contra as suas principais ideias e figuras, com algumas excepções, e procura estabelecer uma ruptura ou superação desse passado. Para um ensaio crítico que sugere que o pós-anarquismo mais do que uma transcendência é uma variante do anarquismo “clássico”, ver Franks, Benjamin, 2007, “Postanarchism: A critical assessment”, *Journal of Political Ideologies*, 12 (2), pp. 127-145. Jesse Cohn, sobre o trabalho de Daniel Colson – autor que faz igualmente uso dos pós-estruturalistas e pós-modernistas para interpretar o anarquismo – sugere que mais do que ler o anarquismo “clássico” pelo olhar “correctivo” dessas correntes contemporâneas, o que implica uma simplificação distorcida, deve procurar fazer-se o que na sua óptica alguns autores fizeram com Marx: ler Proudhon, por exemplo, para lá de Proudhon; fazer uma leitura pós-moderna dos anarquistas no lugar de opor anarquistas e pós-anarquistas/ pós-estruturalistas (cf. Cohn, Jesse, 2019, “Preface: The translation manual”, in Colson, Daniel, *A little philosophical lexicon of anarchism from Proudhon to Deleuze*, Colchester: Minor Compositions).

desse processo histórico identificado por Foucault, privilegiando-se, no lugar dessa perspectiva, a crítica que as ideias acratas contêm e a ruptura radical com tal processo.

Posto isto, e em síntese, olhar o anarquismo à luz da história das relações de poder não tem um fim judicativo, nem o propósito de tornar o anarquismo indistinto das tendências históricas e sociais em que se inseriu. Tais intenções, para além de cínicas, recairiam no propósito totalizador e funcionalista que marcou alguns dos usos que foram feitos das ideias de poder desenvolvidas por Foucault, em que todas as relações e experiências sociais se viram reduzidas a um mesmo denominador e desligados de outros factores explicativos. Quando identificamos nas práticas anarquistas formas de governo e técnicas de poder, em continuidade com outros processos de governação de que alegadamente se procuravam distanciar, reconhecemos a influência de múltiplos factores. Não representam necessariamente qualquer falência crítica inevitável do anarquismo, nem uma limitação na compreensão das forças em jogo ou sequer a presença irremediável de tendências autoritárias mais ou menos intrínsecas, como sugere alguma da crítica pós-anarquista¹²¹. Não se pretende defender, também, que tudo é poder e que não há forma de escapar das estruturas de dominação e de controlo que orientam. Propomo-nos, sim, perceber, analisar e captar aquilo que distinguiu o anarquismo, tanto nos seus termos, e no que de singular proporcionou, como nas relações mais vastas em que se inseriu.

¹²¹ E.g., Newman, Saul, 2010, *The politics of postanarchism*, Edinburgh: Edinburgh University Press.

CAPÍTULO 2 – “O governo de cada um de si mesmo”: ciência, razão e liberdade

Nesta tese, quando falamos de cultura, falamos de cultura no seu sentido antropológico. Não entendemos a cultura como uma esfera isolada da actividade humana, onde caberiam as artes, a educação, os costumes e os lazeres, mas sim como um campo estruturado de valores, ideias e práticas que orientam e dão sentido aos comportamentos dos indivíduos e que, como tal, os situam no mundo e ordenam o seu entendimento da sociedade.

Os anarquistas usavam a palavra cultura principalmente no sentido convencional, mas tal não significava que assumissem a cultura como separada ou subordinada a outras estruturas sociais, como a economia ou a política. Como veremos em seguida, consideravam-na tão estruturante quanto as condições materiais e sociais dos indivíduos. A educação e a cultura tinham um papel fundamental no seu projecto de transformação social, criando as condições que o tornariam exequível e que assegurariam a sua continuação. Os valores e saberes que orientavam as práticas educativas e culturais eram tendencialmente transversais a todos os campos da intervenção anarquista e compunham uma moral que dava sentido e regulava as práticas quotidianas e individuais dos militantes tanto como as colectivas e organizacionais. São estes valores e saberes – em particular a liberdade, a razão e a ciência – que abordaremos especificamente neste capítulo. Nos dois capítulos posteriores, começaremos a explorar esse lugar axial através de algumas das práticas e dos meios que procuravam efectivá-los, nomeadamente aqueles que eram designados mais recorrentemente por “cultura”, como a pedagogia, a educação e o conjunto de práticas lúdicas e artísticas que integravam parte das formas da sociabilidade libertária, geralmente mais quotidianas e informais. Com isso tornar-se-á mais claro que a importância que lhes era concedida visava o propósito maior de ordenar e capacitar a leitura de todos os aspectos do comportamento individual e da ordem social defendida. No fundo, constituíam a base da subjectivação do agente revolucionário e do “novo homem” ajustado à sociedade futura.

2.1. Cultura e revolução

Para perceber a centralidade da educação e da cultura como formas de subjectivação, é-nos útil começar por apresentar a forma como os anarquistas concebiam o projecto revolucionário e viam como indissociável a transformação individual e a transformação colectiva. Contrariamente ao que é usualmente sugerido, quer na historiografia quer na cultura histórica e na memória em geral, a revolução, para os anarquistas, não era redutível a um momento, a um ponto derradeiro de viragem entre um mundo onde predominava a miséria, a desigualdade e a injustiça, e um “mundo novo” baseado na liberdade, na igualdade e na abundância. Também não era redutível a um momento “purificador”, guiado pelo apelo de uma fé milenarista, como se com a sua eclosão a sociedade idealizada se tornasse um facto consumado e irreversível. Se alguma propaganda anarquista de tonalidade mais romântica e redentora pudesse colocar as coisas nesses termos, não seria fundamentalmente essa crença que sustentaria o sentido das suas acções e a forma como se planeava o advento e o sucesso da desejada transformação social. Esta transformação implicava uma ruptura, um momento de aceleração da mudança, mas a revolução, mais do que um fim, era entendida como parte de um processo. O seu planeamento era feito sem termo, para um período longo, indefinido e aberto, que se estendia do presente a um tempo incerto. Percebemo-lo pela diversidade de meios que os anarquistas procuravam criar para tornar essa transformação possível e para que o seu desiderato não fosse efémero. Meios que serviam tanto a destruição das condições presentes que os militantes viam como nefastas para os indivíduos e para o equilíbrio social, como a implementação das estruturas sociais que regulariam a sociedade futura.

Esta concepção da revolução atravessa praticamente todas as discussões sobre o seu significado acontecidas no período da história do anarquismo aqui estudado. Mas um período de especial clarificação dá-se aquando da emergência de um paradigma revolucionário distinto, trazido pela revolução bolchevista na Rússia e pela afirmação das suas ideias em Portugal, nomeadamente com a criação da Federação Maximalista Portuguesa em 1919 e, depois, em 1921, com a criação do Partido Comunista Português. Os comunistas, a despeito das afinidades que no período mantinham com muitos dos pontos do imaginário anarquista, defendiam a revolução imediata pela apropriação dos aparatos de poder que os anarquistas pretendiam eliminar, secundarizando a preparação revolucionária que os anarquistas viam como fundamental

para desencadear a revolução e para garantir a sua continuação. Contra a ideia da revolução imediata, que projectava para o momento pós-revolucionário a criação gradual da sociedade comunista (no sentido partilhado por comunistas e anarquistas), os libertários defendiam que o sucesso da revolução dependia da superação completa do Estado e do capitalismo e não da sua desagregação por etapas. O agente da transformação social e os seus meios individuais e colectivos de acção deviam estar o mais preparados possível no presente para a transição revolucionária e para o que se seguiria no período pós-revolucionário. Descrendo de idealizações fechadas e monolíticas de sociedade, prevendo impasses e imprevistos, os anarquistas opunham-se ao que entendiam serem as propostas bolchevistas. Francisco Quintal¹²², no órgão da União Anarquista Portuguesa, afirmava que “reconhecer tão antecipadamente uma constituição social, tipo perfeito da sociedade de amanhã, é desconhecer a existência de evolução contínua, é encerrar o pensamento e as necessidades humanas numa gaiola que levamos connosco para toda a parte”¹²³. Segundo outro militante anarquista, o “sovietismo” era o mais recente avatar do “messianismo político” e, contra aqueles que “a cada passo (...) aclamam os soviets, numa pavorosa inconsciência do abalo eslavo” (...) que “quase diviniza o Estado”, lembrava a necessidade de que “cada um principie por se revolucionar a si mesmo”: a “Revolução, não [é] o lance teatral, melodramático, da barricada, mero episódio na sucessão lenta dos factos, mas todos os pequenos incidentes da vida”¹²⁴.

Em suma, tanto a transformação individual como a transformação colectiva começavam a preparar-se no imediato. E o reconhecimento de “uma evolução contínua” não abdicava de algumas disposições que deviam manter-se independentemente do contexto: a preparação da sociedade libertária e a sua efectivação futura deviam manter uma continuidade caracterizada por um máximo de liberdade individual e um máximo de igualdade social, assente no mútuo acordo e na solidariedade entre os indivíduos, sem o sacrifício da autonomia individual e, portanto, sem o recurso a métodos coercivos ou repressivos, o que chocava com as propostas bolchevistas. Desafiando a maioria das teorias políticas contemporâneas, o anarquismo conjugava ideias aparentemente

¹²² Francisco Quintal (1898-1987) era natural do Funchal, Madeira, e de origem burguesa. Foi oficial da Marinha Mercante e, mais tarde, tornou-se professor primário. Aderiu cedo ao anarquismo e esteve na fundação da Federação Anarquista Ibérica, em 1927. Nos pós-25 de Abril retomou a militância anarquista. Ver Freire, João, 2019, *Quatro itinerários anarquistas: Botelho, Quintal, Santana e Aquino*, Lisboa: A Batalha, pp. 22-41.

¹²³ Quintal, Francisco, “Os propósitos do ‘Anarquista’”, *O Anarquista*, n.º 1, 28 de Fevereiro de 1926.

¹²⁴ L.F., “O grande alarme”, *A Comuna*, n.º 13 – Ano I, 25 de Julho de 1920, p. 1.

antagónicas extraídas, por um lado, do liberalismo clássico e, por outro, do socialismo¹²⁵. Se para uns mais liberdade individual implicava menos ordem social, para outros mais igualdade social dependia de uma ordem social baseada na regulação autoritária de um poder central, como o Estado, um dos principais alvos do combate libertário. Para os bolchevistas, esse postulado era, pelo menos, uma necessidade transitória para a concretização plena dos diversos projectos políticos. Para os anarquistas, pelo contrário, a coerência entre os meios usados para alcançar o fim de uma sociedade livre e igualitária e este mesmo fim era essencial, o que significava que a concentração de poder e a autoridade não podiam servir a sua criação. Por estas razões, as instituições de manutenção da ordem social ou de redistribuição da riqueza privilegiadas pela generalidade das outras correntes políticas (o Estado e as polícias mas, também, e por exemplo, a religião) e os meios de luta política predominantes, como os partidos, a acção parlamentar e a petição¹²⁶, não tinham lugar no projecto libertário. Castravam a liberdade individual, subjugando os indivíduos a interesses que por vezes lhes eram estranhos, e geravam outro tipo de desigualdades e privilégios. Baseavam-se num princípio autoritário inconciliável com as suas pretensões. Na mesma medida a que a todos caberiam os mesmos direitos e deveres na futura sociedade livre, todos deviam ser agentes impulsionadores da transformação no presente e da nova ordem social. Em poucas palavras, processos de luta autoritários e baseados em relações de poder desiguais não poderiam gerar uma sociedade livre e de iguais¹²⁷. Só a vivência quotidiana e a experiência da liberdade entre iguais permitiria a aprendizagem e a responsabilização que tornariam obsoletas as fórmulas autoritárias. Tal como declarava

¹²⁵ Mais do que com o socialismo, a relação do anarquismo com o liberalismo sempre suscitou alguma discussão, em parte pelas derivações contemporâneas do liberalismo clássico que subsumiram quase por completo a ideia de liberdade política numa ideia de liberdade económica focada no agente racional e egoísta. Para uma discussão dos factores coincidentes e divergentes entre o anarquismo e o liberalismo clássico, e em especial de algumas das correntes liberais que se fundaram nessa tradição “clássica”, ver Colson, Daniel, 2012, *Writing Against Democracy: Anarchist Literature and the Aporia of Representation, 1880-1940*, Ph.D. Dissertation, University of Illinois at Urbana-Champaign, pp. 4-11.

¹²⁶ João Branco, segundo uma óptica evolucionista, chamava à petição o “atavismo do pedir” e considerava-a o exemplo da persistência de uma tara passada. “O direito de petição, é a sujeição, é a submissão de animal domesticado ao Estado. (...) É o reconhecimento da própria escravidão e da superioridade dos outros; é a confissão inane de impotência. / Em vez de se exigir aquilo a que se tem direito, pede-se humildemente o favor de lh’o concederem soberanamente” (itálicos no original). Cf. Branco, João, “O atavismo do pedir”, *A Sementeira*, n.º 13 – 1.ª Série, Setembro de 1909, p. 101.

¹²⁷ Por aqui se entende a aludida distância com o comunismo partidário e autoritário soviético que, se almeja uma sociedade semelhante à idealizada pelos anarquistas, defende formas autoritárias para a alcançar: a criação de um partido, a participação no sistema parlamentar e eleitoral “burguês”, a tomada do poder de Estado e a ditadura do proletariado. Mas por aqui se entende, também, a distinção entre liberalismo e anarquismo, pressupondo o primeiro, e recusando o segundo, que a garantia da liberdade individual implica sempre alguma forma de lei ou autoridade exterior ao indivíduo. E.g. Colson, *Writing against democracy*....

Alexander Berkman, anarquista lituano célebre pela sua actividade nos Estados Unidos da América, a própria cura para os males da liberdade era mais liberdade e não a sua restrição¹²⁸.

No editorial do número inaugural do Suplemento Literário e Ilustrado do jornal *A Batalha*, recordavam-se esses princípios:

É por meio da Educação, do Saber, da Ciência, que se faz a revolução nos sentimentos e nas ideias que preparam o indispensável condicionalismo das nossas acções! (...) Empregar meios que estão em contradição com [a revolução], com a sua essência, não é realizá-la; é corrompê-la, é fazer obra de inimigo que desacreditando-a só tem em vista adiar, protelar, a sua efectivação.¹²⁹

Convencionou chamar-se *política prefigurativa*¹³⁰ a esta ideia baseada na coerência entre meios e fins que via como necessária a correspondência entre as formas de luta, relações sociais e organizações criadas no presente e as relações e instituições da sociedade futura. Estas deviam ser antecipadas e emuladas tanto quanto possível no imediato¹³¹. A prefiguração não se cingia a organismos como os sindicatos, os grupos de afinidade, as associações ou as escolas, mas devia acontecer, igualmente, nos hábitos individuais, nas relações quotidianas e informais, entre amigos, militantes ou familiares. Cada um devia agir como se já fosse livre¹³².

Como era reconhecido pelos próprios, essa prefiguração teria sempre um alcance limitado numa sociedade regulada por instituições estruturadas por relações de poder

¹²⁸ Berkman, Alexander, 1980 [1929], *ABC of Anarchism*. London: Freedom Press, p. 42.

¹²⁹ Anon., “Saber para poder – Saber o que se pode fazer”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha* n.º 1 – Ano I, 3 de Dezembro de 1923, p. 1.

¹³⁰ E.g. Franks, Benjamin, 2006, *Rebel Alliances: The Means and Ends of Contemporary British Anarchisms*, Edinburgh & Oakland: AK Press and Dark Star, p. 13 e ss; Kinna, Ruth, 2016, “Utopianism and prefiguration”, in Chrostowska, S. D. e Ingram, James D. (eds.), *Political Uses of Utopia: New Marxist, Anarchist, and Radical Democratic Perspectives*, New York: Columbia University Press, pp. 198-215; Gordon, Uri, 2017, “Prefigurative politics between ethical practice and absent promise”, *Political Studies*, Volume 66: issue 2, pp. 521-537. Sublinhe-se que o uso da palavra prefiguração poucas vezes aparecia entre os militantes no período estudado; a sua banalização fez-se nas últimas décadas em meios activistas não exclusivamente anarquistas e só então passou a servir de referência, na literatura académica, para designar as práticas anarquistas.

¹³¹ No preâmbulo da constituição da Industrial Workers of the World, a organização sindical norte-americana, maioritariamente anarquista, criada em 1905, afirma-se que “we are forming the structure of the new society within the shell of the old”, um princípio que ainda hoje se mantém nos estatutos da I.W.W. e que era muitas vezes repetido pelos militantes portugueses no período aqui estudado. Para dar apenas um exemplo que ecoa essa afirmação praticamente nos mesmos termos, veja-se um dos editoriais do jornal da Associação de Classe dos Fabricantes de Armas e Ofícios Acessórios, quando afirma que o programa revolucionário operário deve “criar dentro do seu próprio seio, o meio novo, a sociedade nova, as novas instituições” (Anon., “Fins a atingir”, *O Arsenalista*, n.º 15, 27 de Dezembro de 1914).

¹³² David Graeber *apud* Jeffries, Stuart, 2015, “David Graeber interview: So many people spend their working lives doing jobs they think are unnecessary”, *Guardian*, , 21 de Março de 2015 (online: <https://www.theguardian.com/books/2015/mar/21/books-interview-david-graeber-the-utopia-of-rules> - acedido a 11 de Novembro de 2019).

desiguais e autoritárias. Entre outras coisas, considerava-se que a autonomia individual era condicionada por elevadíssimas taxas de analfabetismo e por saberes instrumentalizados pelo Estado, pelo capital e pela Igreja para fins de dominação, agravando a “degenerescência física e moral” dos indivíduos pela promoção da competição, do egoísmo e de hábitos e valores hostis à realização e bem-estar individuais. Desta constatação decorriam, necessariamente, algumas potenciais contradições e ambiguidades. Desde logo, o reconhecimento de que perante tantos constrangimentos não era possível agir de forma totalmente livre, o que logo limitaria as possibilidades de prefiguração. Mais do que isso, todos esses constrangimentos impeliavam o indivíduo no sentido contrário ao da sua libertação, tornando-o “alienado” pelas condições presentes e, como tal, desinteressado da superação da sua condição subalterna. Logo, não se podia superar o problema da falta de liberdade concedendo simplesmente uma liberdade irrestrita, como sugeria Berkman. Pela sua condição de “escravos”, “explorados” e “manipulados”, os sujeitos precisavam de ser libertados, o que pressupunha uma acção exterior sobre a sua (in)acção, ou seja, uma acção sobre a sua vontade. Neno Vasco¹³³, num texto em que procurava esclarecer o que se entendia por liberdade de um ponto de vista libertário, definia-a como "a possibilidade de realizar uma vontade"¹³⁴. Seguindo este entendimento, para que essa vontade se constituísse enquanto uma potência emancipatória afim ao projecto libertário, era preciso criá-la no indivíduo de modo a levá-lo a superar os constrangimentos interiores e exteriores que a impediam¹³⁵. A criação dessa vontade devia fazer-se sem recurso à coacção ou à repressão e consistir num processo de autoconhecimento e de autogoverno. Esse processo ligava-se a uma ideia de verdade, regulada por um conjunto de saberes e valores considerados neutros, universais e concomitantemente supraindividuais e suprainstitucionais, fundamentados nas leis da razão, da ciência e da natureza.

¹³³ Neno Vasco (1878-1920), como era conhecido Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos, nasceu em Penafiel mas mudou-se cedo para o Brasil, juntamente com o pai, depois da morte da mãe. Voltou para Portugal no início dos anos 90 do século XIX para cursar direito na Universidade de Coimbra, curso que completou em 1901. Foi ainda nesse período em Portugal que tomou contacto com o anarquismo. Voltou para o Brasil, São Paulo, pouco tempo depois, onde se envolveu mais activamente com o meio anarquista, dirigindo periódicos e mantendo correspondência com figuras como Kropotkin e Malatesta. Regressou a Portugal após a revolução republicana, em 1911, tendo sido recebido por camaradas portugueses com quem manteve contacto. O seu livro mais conhecido, *A Conceção Anarquista do Sindicalismo*, foi publicado em 1923, já depois da sua morte, em 1920, causada por uma tuberculose. Em 2009, foi publicada uma longa biografia de Neno Vasco por Alexandre Samis: *Minha Pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*, Lisboa: Letra Livre.

¹³⁴ Neno Vasco, “A liberdade”, *A Aurora*, n.º 125, Série II – Ano 2.º, 15 de Dezembro de 1912.

¹³⁵ Constrangimentos que, segundo Neno Vasco no mesmo texto, podiam decorrer das “forças naturais físicas” ou “do mundo social, das forças humanas”.

A educação – entendida num sentido abrangente que contemplava diferentes métodos – era certamente uma das formas mais unânimes entre os libertários de concretizar os seus propósitos. Em 1924, numa pequena reflexão sobre o estado da educação no meio operário, Emílio Costa¹³⁶ assinalava com agrado ser esta uma questão onde reinava uma “perfeita concordância”, em contraste com a “profunda divisão que reina em tácticas e orientações”¹³⁷. O reconhecimento do seu papel incontornável é transversal a todo o período cronológico abrangido por esta tese e nunca constituiu motivo de grande disputa entre os militantes. Nisso terá participado a proximidade com os republicanos durante o período da monarquia constitucional, tendo ambos conjugado esforços precisamente em sectores como o da educação e do anticlericalismo. Contrariamente ao que se verificou noutros contextos, portanto, divergências quanto à precedência ou posposição da educação face à revolução, por exemplo, nunca se traduziram em cisões ou conflitos insuperáveis entre os anarquistas¹³⁸.

A escola, principalmente, guiada por modelos pedagógicos específicos e fundamentada nesses saberes considerados neutros e universais – mas também a literatura, a imprensa, a propaganda e algumas formas de expressão artística – era um dos meios ao serviço da formação dos indivíduos segundo um tipo-ideal bastante específico, ainda que definido, geralmente, em termos mais ou menos genéricos

¹³⁶ Emílio Costa (1877-1952), natural de Portalegre, foi anarquista e professor do ensino secundário. Em 1903 partiu para Bruxelas para estudar na Universidade Livre, onde leccionavam anarquistas como o geógrafo Élisée Reclus e o sociólogo Augustin Hamon. Em 1907 colabora com o pedagogo catalão Francisco Ferrer y Guardia na criação da Liga Internacional para a Educação das Crianças que contou com secções em diversas cidades europeias, nomeadamente Lisboa, onde foi fundada em 1908 pela colaboração de anarquistas e republicanos. Regressa a Portugal em 1909. Antes da República, participou activamente nas discussões entre anarquistas “intervencionistas” (defensores de uma revolução republicana) e “puritanos”, colaborando com uns e com outros mas mantendo sempre grande desconfiança perante os hipotéticos benefícios que uma revolução republicana poderia trazer. Em 1911 foi escolhido para secretário-particular de Guerra Junqueiro, aquando da sua nomeação para embaixador de Portugal na Suíça. Aceitou o convite, mas demitiu-se poucas dias depois de o ter feito por “as autoridades de Setúbal, sem o repúdio do Governo, terem usado de processos violentos em relação ao operariado daquela cidade” no âmbito das greves que aí aconteceram (cf. Vieira, Alexandre, 1959, *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*, Lisboa: Edição do autor, p. 58). Foi um dos anarquistas portugueses mais prolíficos na escrita e, apesar da proximidade com alguns republicanos, nunca se afastou dos ideais libertários. Ver a biografia de António Ventura, 1994, *Entre a República e a Acrácia: O pensamento e a acção de Emílio Costa (1897-1914)*, Lisboa: Colibri.

¹³⁷ Costa, Emílio, “Em bom caminho”, *A Batalha*, n.º 1830 – Ano VI, 9 de Novembro de 1924, p. 1.

¹³⁸ Essas divergências foram mais acentuadas, por exemplo, na Argentina, e.g. Juan Suriano, *Paradoxes of Utopia: Anarchist Culture and Politics in Buenos Aires, 1890-1910*. Oakland: AK Press. A posição de Bakunin, que defendia que o povo devia “emancipar-se primeiro e depois instruir-se-á a si mesmo à medida dos seus desejos”, encontrou aí outra expressão. Em Portugal, alguns militantes aproximavam-se desta postura, e colocavam a educação num segundo plano face a outras acções consideradas mais urgentes, mas tal nunca resultou em críticas de fundo ou tentativas de constrangimento de quaisquer esforços educativos, fossem eles no âmbito dos sindicatos e associações de classe ou nos grupos de afinidade e associações especificamente anarquistas.

(criativo, autónomo, livre, racional, solidário). A impessoalidade desses saberes remetia para uma ideia positivista de “esclarecimento” ou “ilustração” que permitia conceber a educação como um processo de “condução” sem coacção, caracterizado pelo envolvimento activo do indivíduo. A ideia de autogoverno implícita parecia anular a conotação negativa que a palavra governo tinha para os libertários e, em particular, o facto de esse “envolvimento activo do indivíduo” implicar uma acção de um sujeito (esclarecido) sobre outro (ignorante), isto é, a condução da sua conduta. Para os libertários, mais do que acção de alguém, parecia ser a verdade a conduzir o indivíduo e, como tal, a libertá-lo. A educação seria, mais do que a imposição de uma vontade sobre outra, o meio que desencadearia o encontro de uma vontade comum sustentada por certos saberes objectivos e universais.

São discerníveis, desde já, algumas semelhanças entre a importância concedida à educação pela ideia liberal de governo e pela libertária. Ambas procuravam promover um tipo de sujeito reflexivo, autoconsciente e responsável, com a instrução a desempenhar um papel fundamental na sua formação pelo seu potencial libertador intrínseco¹³⁹. A própria ideia de autogoverno e a intenção de promover a liberdade era comum ao pensamento liberal e aparece com cada vez maior frequência a partir do século XIX nos mais diversos registos. Tal como ao historiador Patrick Joyce, em *The State of Freedom*, interessa-nos, também aqui, entender como é que se estabelecem formas de auto-regulação nos indivíduos, nas famílias e na população. Como é que a liberdade, tanto no modelo liberal como no modelo libertário, é posta ao serviço da governação, como prática política que incentiva ao autogoverno e à responsabilidade individual, e que propósitos isto serve. Nas palavras de Joyce, “pensar a liberdade como forma de governar as pessoas é considerar a ausência de restrição enquanto forma de restrição”¹⁴⁰, uma intenção paradoxal que vemos como comum a ambas as culturas políticas. Mas, independentemente de a educação poder ter um papel mais central no projecto libertário do que noutros, o que cremos ser verdade, há diferenças que devem ser assinaladas. Desde logo, quanto à própria ideia de liberdade.

¹³⁹ Para uma história da educação em Portugal no contexto liceal que retrata este processo, e.g. Ramos do Ó, Jorge, 2003, *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*, Lisboa, Educa.

¹⁴⁰ Joyce, Patrick, 2003, *The Rule of Freedom: Liberalism and the Modern City*, London: Verso Books, p. 1.

2.2 - Liberdade e Governo

A liberdade liberal, diz-nos o mesmo Joyce noutra obra a partir do exemplo britânico, sempre foi mais sobre governar do que sobre libertar do governo¹⁴¹. No modelo liberal, o indivíduo e a sociedade são entendidos como possuidores de uma relativa autonomia face ao Estado e ao mercado, mas nunca como totalmente independentes ou capazes de existir sem algum grau de subordinação a estes. Isto é, as ideias de governo que a liberdade servia nesse modelo relacionavam-se com uma certa ideia de ordem fundada no Estado e no mercado¹⁴², o que é dizer, eram livres porque o Estado liberal e o mercado faziam delas livres. Ainda que correndo o risco de se sermos demasiado lineares, podemos dizer que havia uma solidariedade inquebrantável entre liberdade, Estado e mercado, onde estes últimos ocupavam lugares reguladores do sentido da acção social e, como tal, das dinâmicas da própria sociedade, servindo a liberdade a normalização e a legitimação dos seus poderes.

Devemos contudo questionar se, mesmo da perspectiva em que os anarquistas se colocavam, era possível reclamar uma posição de exterioridade face ao Estado e ao mercado, isto é, um lugar – a sociedade – onde os traços da sua autonomia se mantinham mais ou menos presentes. Uma das marcas da governamentalidade liberal, e da sua institucionalização em curso, no período, em Portugal, passava, cremos, pela deslocalização do Estado para lá de um centro e, consequentemente, pela difusão do que seriam os seus poderes pelos próprios sujeitos da sua governação. O Estado não seria, assim, um ponto concentracionário de poder acima da sociedade e dos indivíduos, mas, cada vez mais, um contínuo reproduzido por dinâmicas sociais e individuais que manteriam uma relativa independência, mas nunca uma autonomia plena.

Tanto no anarquismo como no liberalismo, tal como apontamos, a própria ideia de que o único governo possível “é o governo de cada um de si mesmo”¹⁴³ remetia para um entendimento da liberdade como forma de disciplina. O pedagogo anarquista Adolfo Lima¹⁴⁴ defendia justamente que “a liberdade é o melhor processo de disciplina e de

¹⁴¹ Joyce, Patrick, 2013, *The State of Freedom: A Social History of the British State since 1800*, New York: Cambridge University Press, p. 5.

¹⁴² Joyce, *The State of Freedom*, p. 6.

¹⁴³ E.g. J. de S. R. (SEZUIROSA), “O princípio da autoridade”, *A Batalha*, n.º 712 – Ano III, 28 de Março de 1921, p. 2. SEZUIROSA era o pseudónimo do militante anarquista João de Sousa Reis.

¹⁴⁴ Adolfo Lima (1874-1943), natural de Lisboa, formou-se em direito na Universidade de Coimbra, exerceu advocacia entre 1902 e 1910 mas acabou por se dedicar exclusivamente ao ensino e à pedagogia, actividades onde se destacou, em especial pelo seu papel na Escola-Oficina N.º 1, tema a que voltaremos

destruir condutas falsas”¹⁴⁵. Ainda que não fosse reconhecida autoridade nem legitimidade ao Estado ou ao mercado, havia uma ideia de sociedade onde determinados tipos de comportamentos eram legítimos e outros não. Havia, por isso, também, como assinalámos, tecnologias que agiam sobre as acções dos indivíduos, intervinham sobre estas como forma de regulá-las, controlá-las e normalizá-las, estabelecendo, assim, que comportamentos teriam lugar no mundo novo e que comportamentos deviam ser eliminados ou marginalizados. A ideia de ordem que configuravam podia ser baseada na liberdade enquanto forma de disciplina, no princípio paradoxal da ausência de restrição enquanto forma de restrição, mas persistia a ideia de que há quem governe e quem precise de ser governado, mesmo que temporariamente. Governado não em função de determinadas instituições que se sobrepusessem ao indivíduo pela coacção e pela repressão, mas governado através da liberdade firmada em saberes e valores considerados universais e impessoais. E é no uso destes saberes e valores que encontramos um dos factores de maior comunhão com o liberalismo ou, pelo menos, com uma certa mundividência contemporânea. Em síntese, podemos dizer que no anarquismo existia uma interligação entre liberdade e determinados saberes que conectavam indivíduo e sociedade. Mas, contrariamente à liberdade de uma sociedade liberal regulada pelo Estado ou pelo mercado, a função não era perpetuar o poder de quem o detinha, mas dismantelá-lo, ainda que gradualmente, até que não houvesse quem tivesse mais poder e quem tivesse menos poder. O sujeito libertário, em vez de ser um co-produtor do Estado, legitimando-o e reproduzindo-o com a sua liberdade, seria um co-produtor da sociedade baseada no máximo de liberdade e no máximo de igualdade.

Posto isto, não havia como escapar à necessidade de haver um agente transmissor, detentor do conhecimento, com uma função activa e, como tal, condutora daqueles que não possuíam tais saberes e estavam – ainda que temporariamente – remetidos a um papel passivo. Continuavam, por isso, a haver aqueles que governavam e aqueles que precisavam de ser governados. Ferreira de Macedo afirmava que educação significava, “no sentido etimológico (...) *conduzir a partir de*, conduzir num

no capítulo seguinte. Descendente de uma família nobre, recusou o título de conde que lhe cabia (cf. Alexandre, *Figuras gradas...*, p. 81).

¹⁴⁵ Lima, Adolfo, “As formaturas escolares”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 78 – II Ano, 25 de Maio de 1925, p. 2.

certo sentido (...), para qualquer fim”¹⁴⁶, sendo por isso essencial definir qual esse fim. A educação era, portanto, o meio para essa condução, principalmente através das escolas, da imprensa e da propaganda. O *Suplemento Literário e Ilustrado* de *A Batalha*, no já citado editorial do seu número inaugural, apresentava-se como um “órgão de exposição doutrinária e elemento de educação e aperfeiçoamento moral e intelectual”, pois “é a obra da educação que conduz ao auto-aperfeiçoamento do indivíduo”, e defendia que “as mais belas e fortes energias precisam de ser *guiadas, orientadas* por uma consciência esclarecida para poderem alcançar um resultado desejado”¹⁴⁷. Manuel Joaquim de Sousa¹⁴⁸ num texto de comemoração e balanço do primeiro aniversário do diário *A Batalha* aproveitava a ocasião para relembrar a importância da acção das massas ser “convenientemente orientada para que surta os devidos resultados”¹⁴⁹.

Esta reconhecida necessidade de conduzir, orientar ou dirigir era atribuída frequentemente e de forma aberta ao papel de uma elite ou vanguarda. Naquela que era geralmente referida como a “carta orgânica” do sindicalismo português, assinalava-se haver aqueles que têm mais capacidade para pensar e aqueles que têm menos e reforçava-se o poder dos “especialistas”, sugerindo-se uma submissão voluntária, ainda que ressalvando ser essa uma condição transitória: “ao estudioso é, pois, imposto o processo pedagógico de aceitar *inicialmente* e a título precário, o que dizem os especialistas-tipo sobre determinada matéria, ou assunto científico, enquanto não adquire o necessário cabedal para se emancipar, retomar a liberdade de pensar sobre o assunto.”¹⁵⁰ Num texto não assinado, “Preparando a revolução”, publicado no jornal *A*

¹⁴⁶ Itálicos no original Anon., “Nos Arsenalistas – Decorreu com brilho a inauguração da IV secção da Universidade Popular Portuguesa”, *A Batalha*, n.º 749 – Ano III, 5 de Maio de 1921, p. 2.

¹⁴⁷ Itálicos nossos. Anon., “Saber para poder – Saber o que se pode fazer”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 1 – Ano I, 3 de Dezembro de 1923, p. 1.

Noutro texto do mesmo Suplemento, intitulado “A função social da arte – Ligeiras considerações sobre as diversas vantagens dos operários visitarem mais frequentemente museus”, Julião Quintinha levava mais longe essa necessidade de orientação e defendia que “os operários, as massas populares, carecem de ser orientadas, não só para a eclosão dos movimentos políticos ou sociais, mas para tudo” (in *A Batalha - Suplemento Literário e Ilustrado*, n.º 19 – Ano I, 7 de Abril de 1924, p. 1).

¹⁴⁸ Manuel Joaquim de Sousa (1883-1945), natural do Porto, foi um dos mais emblemáticos militantes anarco-sindicalistas em Portugal. Começa a trabalhar como sapateiro com 12 anos de idade e cedo se aproxima do movimento anarquista. Participa em todos os congressos sindicais nacionais realizados entre 1909 e 1925. Em 1919, tornar-se-ia o primeiro secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho. Autodidacta, participou activamente na imprensa sindical no decorrer da sua militância e deixou dois livros – que referimos na introdução – sobre a sua vivência no movimento sindical e anarquista, cf. Freire, João e Lousada, Maria Alexandre, 2013, *Roteiros da Memória Urbana, Porto – Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa: Colibri, pp. 75-6.

¹⁴⁹ Joaquim de Sousa, Manuel, “Ao cabo de um ano”, *A Batalha*, n.º 356 – Ano II, 23 de Fevereiro de 1920, p. 1.

¹⁵⁰ Itálico no original. Este documento foi elaborado pela Comissão Organizadora do 3.º Congresso Nacional Operário e, pela sua importância e extensão, foi publicada em livro. A sua redacção coube,

Batalha, um militante sublinhava que “de facto a *elite* existe”, acrescentando lamentar que a elite seja “ainda pequena” e que “necessário se torna que ela aumente até ao ponto de desaparecer, ou seja, até ao desaparecimento da diferença entre orientadores e orientados”¹⁵¹. As escolas, juntamente com outros organismos operários aliados a projectos educativos, como veremos com mais detalhe à frente, eram muitas vezes incentivadas como os meios de criação dessa elite necessária. Em 1920, quando se projectava a criação de uma Casa dos Trabalhadores que reuniria uma série de facilidades para a classe operária, projecto que não veio a concretizar-se, *A Batalha*, procurando reunir o apoio moral e económico do operariado, criticava o “grande número de inconscientes que opõem a sua resistência passiva a qualquer movimento de interesse geral”, não concorrendo com o seu esforço para a realização da obra. Defendia, por isso, que os operários conscientes “devem influir sobre os outros, mais fracos de espírito, aconselhá-los, demonstrar-lhes quanto há de grande e de belo na obra que nos propomos levar a cabo”¹⁵². Com o mesmo intuito de formação de uma “elite revolucionária para educar a massa, moral, intelectual e social” é criado, em 1922, em Lisboa, o “Centro de Propaganda e Estudos Sociais”, anunciando a publicação de um órgão de imprensa intitulado *O Libertário* e a pretensão de publicar folhetos, livros e manifestos de propaganda, assim como de realizar cursos, grupos de estudo, bibliotecas, conferências e palestras¹⁵³.

Em suma, o que estes exemplos demonstram é a extensão e a banalidade desta ideia que via como necessária e inevitável a existência de uma vanguarda mais apta para orientar as massas e capaz de criar as condições para o sucesso da revolução. Como vemos, isto contraria algumas premissas do modelo prefigurativo. A grande diferença face a outras ideologias políticas é que a necessidade dessa vanguarda ou elite que se destacava da maioria era, principalmente, colocada no presente. Devia anteceder a revolução e não cristalizar-se enquanto poder, através da posse do Estado, por exemplo,

muito provavelmente, a Adolfo Lima. Voltaremos mais vezes a este texto noutros capítulos: C.G.T., 1922, *Organização Social Sindicalista: Subsídios para a discussão das teses sob este título*, no 3.º Congresso Nacional Operário. Lisboa: Edição da Comissão Organizadora do 3.º Congresso Nacional. A edição em livre pode ser encontrada em Fundação Mário Soares – Fundo Alberto Pedroso – Pasta 09777.008 (versão digitalizada em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09777.008>, acedido a 21 de Fevereiro de 2020).

¹⁵¹ Anon., “Preparando a revolução – A organização operária tem que preparar os seus militantes para o advento da Sociedade Nova”, *A Batalha*, n.º 179 – Ano I, 25 de Agosto de 1919, p. 1.

¹⁵² Anon., “A Casa dos Trabalhadores”, *A Batalha*, n.º 330 – Ano I, 27 de Janeiro de 1920, p. 1.

¹⁵³ E.g. Anon., “Centro de Propaganda e Estudos Sociais”, *A Batalha*, n.º 1074 – Ano IV, 23 de Maio de 1922, p. 2; e os estatutos em Anon. “Centro de Propaganda e Estudos Sociais de Lisboa”, *A Batalha*, n.º 1132 – Ano IV, 29 de Julho de 1922, p. 3.

como o momento espoletador da revolução. A distinção entre “operariado consciente” e os “inconscientes” e “fracos de espírito” servia, certamente, um propósito de legitimação de uma elite perante uma minoria, mas não se traduzia no que Pierre Bourdieu classificou como “o racismo da inteligência”, por meio do qual “os dominantes visam produzir uma ‘teodiceia do seu próprio privilégio’ (...), uma justificação da ordem social que dominam.”¹⁵⁴ No fundo, cria-se, a revolução só seria possível quando o poder dessa minoria, esclarecida e imbuída de certos saberes, se distribuísse pelo maior número possível de sujeitos.

2.3 – Ciência e razão

Subjacente a estes processos de criação do sujeito revolucionário e autónomo estava, portanto, uma concepção fortemente positivista, em que a ilustração e a educação aproximariam o indivíduo da autoconsciência e da sua libertação. Para além de uma valorização do conhecimento em si, guiado por uma rígida ideia de verdade, esta crença no poder regenerador e libertador da educação traria a consciência das desigualdades e das estruturas de poder que negavam a emancipação individual e colectiva e geraria, mais ou menos automaticamente, a resistência que levaria a novas formas de vida e ao esboroar das estruturas dominantes. Em muitos casos, no seu âmago estava um conjunto de disposições cientificistas, imbuídas de uma concepção evolucionista e determinista do progresso, que legitimavam a ideia de uma sociedade igualitária e livre como parte de um devir histórico inevitável, ainda que situado num futuro indeterminado. O combate ou a promoção de certos comportamentos individuais integrava-se num processo guiado por leis naturais e, portanto, algo contraditoriamente, independente da vontade dos indivíduos. Por outras palavras, natureza e sociedade eram determinadas pelos mesmos princípios e, assim, o novo mundo e o novo homem deviam ser fundados na ciência e na razão, os “antídotos de todo o dogma”¹⁵⁵.

Nas palavras de um militante, o próprio ensino racional – como os anarquistas chamavam ao modelo educativo que defendiam –, “ou melhor, positivo”, não seria assim uma “invenção”, mas um resultado da “psicologia colectiva, correspondente ao estágio social para que caminhamos”, e a “emanação de uma concomitante mentalidade

¹⁵⁴ Bourdieu, Pierre, 2003 [1984], *Questões de Sociologia*, Lisboa: Fim de Século. Pp. 277-8

¹⁵⁵ Ferrer y Guardia, Francisco, “Racionalismo humanitário”, *A Sementeira* n.º 14 – 1.ª Série – II Ano, Outubro de 1909, pp. 108-9.

social e por conseguinte filia-se no desenvolvimento científico dos povos”¹⁵⁶. Adolfo Lima, como muitos outros libertários, defendia mesmo que “os fenómenos sociais” eram tão naturais como as leis da matemática, da astronomia, da física e da química: “nós todos ao praticarmos múltiplos actos da nossa vida social, ao mantermos as relações uns com os outros, obedecemos às leis naturais tão rigorosas como as dos movimentos dos corpos celestes, dos astros, dos planetas, da Lua”¹⁵⁷. Essa crença manifestava-se, aliás, na já referida “carta orgânica” do sindicalismo português publicada pela C.G.T.: “o nosso Ideal é profunda e largamente ponderado, cientificamente fundamentado” e tão certo “como as induções e raciocínios matemáticos”. Em termos ainda mais enfáticos, afirmavam que “não exigiam mais, nem outra coisa que não seja o império absoluto da Ciência, dos princípios e das leis científicas”¹⁵⁸.

Este cientificismo estendia-se às referências aos mais diversos tópicos visados pelos anarquistas, fosse a crítica dos costumes¹⁵⁹, da arte¹⁶⁰, das instituições sociais coevas e das decisões dos governantes¹⁶¹, fosse a defesa dos seus métodos de organização¹⁶² e de regulação das práticas laborais¹⁶³. As leis naturais e a sua

¹⁵⁶ Branco, João, “Ensino racional”, *A Sementeira*, n.º 15 – 1.ª Série – II Ano, Novembro de 1909, pp. 113-114.

¹⁵⁷ Lima, Adolfo, “Os fenómenos sociais”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 9 – Ano I, 28 de Janeiro de 1924, p. 2.

¹⁵⁸ C.G.T., *Organização Social Sindicalista*, p. 9.

¹⁵⁹ E.g. Para Ângelo Jorge, “os hábitos, os costumes da sociedade em que se vive, a profissão, a habitação, o vestuário, a sua higiene” (que nomeava para caracterizar o “meio social”) eram alguns dos factores determinantes da acção do homem e, por isso, a sua libertação viria em parte pela intervenção nesses domínios, cf. Jorge, Ângelo, “A inevitabilidade da anarquia”, *Luz e Vida*, n.º 1, Fevereiro de 1905, p. 13. Ver, também, sobre o carnaval “como a subversão de todos os princípios da moral científica”: A voz que clama no deserto (pseudónimo de Jaime Brasil), “Carta do povo sobre a loucura do carnaval”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 14 – Ano I, 3 de Março de 1924, p. 1.

¹⁶⁰ E.g. “a arte, como todas as manifestações da actividade humana, tem de acompanhar o progresso da ciência. Arte sem ciência não pode admitir-se”, in Lima, Adolfo, “O pasteleiro de Madrigal”, in *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 10 – Ano I, 4 de Fevereiro de 1924, pp. 5-6.

¹⁶¹ E.g. “(...) demonstrado com bases sólidas e científicas e assente como está a necessidade de uma vida social sem exploração e sem opressão de quaisquer espécies”, in Anon., “Ao aparecer”, *A Sementeira*, n.º 1 – 1.ª Série – I Ano, Setembro de 1908, p. 1; ou a crítica numa nota oficiosa da C.G.T. à acção do governo perante a carestia e a instituição de dois tipos de pão, que então suscitava violentos protestos, por ser “anti-científica”, Anon., “Confederação Geral do Trabalho – Nota oficiosa”, *A Batalha*, n.º 521 – Ano II, 12 de Setembro de 1920, p. 1.

¹⁶² E.g. “São as leis naturais que impelem o progresso para a vastidão do campo científico, económico e social e assim nós, sem intuítos de imitar cegamente os camaradas de além-fronteiras, vamos tratando de investigar quais são os meios de organização obreira mais simples, práticos e adaptáveis à região portuguesa”: Joaquim de Sousa, “Nova fase de organização”, *A Batalha*, n.º 104 – Ano I, 8 de Junho de 1919, p. 1; ou ainda, Anon., “O mês de agitação”, *A Batalha*, n.º 539 – Ano II, 30 de Setembro de 1920, p. 1: “O movimento operário não é uma ficção (...) mas sim uma lei da evolução humana, da própria Natureza”.

universalidade eram desta forma colocadas ao serviço da legitimação das crenças libertárias, confirmando a validade das suas pretensões revolucionárias.

O predomínio do cientificismo positivista e determinista no anarquismo português atesta que, quanto ao lugar que a ciência ocupou no imaginário libertário nacional, predominou largamente o pensamento kropotkiniano¹⁶⁴. Isto apesar da influência de anarquistas como o italiano Errico Malatesta¹⁶⁵. Malatesta, apesar de se filiar na tradição anarcocomunista associada a Kropotkin, foi um dos pensadores "canónicos" do anarquismo que mais contestou o lugar que a ciência e o determinismo ocupavam na mundividência libertária, especialmente pelo seu efeito nas ideias de liberdade libertárias. Contra o determinismo de Kropotkin, Malatesta colocava a vontade como propulsora do anarquismo e negava a sua subordinação a qualquer programa ou modelo científico¹⁶⁶. Em Portugal, o peso de Malatesta fez-se sentir, acima de tudo, nas discussões sobre organização e raramente pelas suas críticas ao lugar do determinismo e da ciência – o que se verificou mesmo em jornais como *A Aurora*, do Porto, e em autores, como Neno Vasco, em que a influência do anarquista italiano era mais saliente¹⁶⁷. Não obstante, apesar de raras, as contestações mais notórias ao lugar da

¹⁶³ E.g. "...a jornada das oito horas é daquelas questões que mais se imporá, julgo, justificada e apoiada pela ciência", Manaças, Afonso, "A fadiga e o dia de oito horas", *Terra Livre*, n.º 2 – 1.º Ano, 20 de Fevereiro de 1913, p. 4.

¹⁶⁴ Sublinhe-se, todavia, que alguns anarquistas portugueses, como o demonstram as citações atrás reproduzidas, levavam o seu determinismo muito mais longe do que Kropotkin. Kropotkin reconhecia a dimensão hipotética e probabilística das leis naturais, vendo-as como o resultado da conjugação e da interferência de múltiplos factores, em muitos casos imprevisíveis. Sobre o "anarquismo científico" de Piotr Kropotkin (1842-1921) ver Mac Laughlin, Jim, 2016, *Kropotkin and the Anarchist Intellectual Tradition*, London: Pluto Press; e, especialmente, o recente livro de Richard Morgan, em que analisa a intersecção que se dá entre ciência e anarquismo no pensamento de Kropotkin e em que defende que essa relação – mais do que resultante do "ambiente intelectual geral" do seu tempo – derivava de um conhecimento e de um diálogo intenso entre alguns saberes e métodos científicos com o anarquismo, representando, inclusivamente, um novo momento na sua tradição de pensamento, Morgan, 2020, *The Making of Kropotkin's Anarchist Thought: Disease, Degeneration, Health and the Bio-political Dimension*, London, Routledge. Sobre o entendimento de Kropotkin das leis naturais, distinto do do Iluminismo oitocentista, ver, em especial, o segundo capítulo, "Mapping, Statistics and Social Law".

¹⁶⁵ Sobre a influência de Malatesta em Portugal, ver Freire, João, 1985, "Malatesta e o anarquismo português", *Ler História*, n.º 6, pp. 35-49.

¹⁶⁶ Sobre o lugar e o significado de vontade no pensamento de Malatesta (1853-1932), ver Avelino, Nildo, 2004, *Anarquistas: Ética e Antologia de Existências*, Rio de Janeiro: Achiamé, em especial os subcapítulos "A emergência de Errico Malatesta", "A crítica ao cientificismo" e "Pensamento e Vontade, Saber e Querer" (pp. 33-47), que sublinha a singularidade de Malatesta na tradição do anarquismo comunista, em particular nas suas diferenças com Kropotkin. Sobre Malatesta ver, ainda, Richards, Vernon, 2015 [1965], *Life and Ideas: The Anarchist Writings of Errico Malatesta*, Oakland: PM Press e Turcato, Davide, 2012, *Making Sense of Anarchism: Errico Malatesta's Experiments with Revolution, 1889-1900*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.

¹⁶⁷ Não será contudo por acaso que Neno Vasco tenha procurado pensar a liberdade para além da dicotomia determinismo/ livre arbítrio e a tenha aproximado precisamente da ideia de vontade, como vimos no texto citado atrás e como podemos verificar, também, no seu livro *A Concepção Anarquista do Sindicalismo*, Porto: Afrontamento, pp. 53 e ss.

ciência no pensamento anarquista surgiram precisamente em artigos traduzidos e publicados na imprensa portuguesa, entre eles de Malatesta. Para nos atermos a dois exemplos, recorde-se o texto “A ciência e os ‘científicos’”, escrito pelo anarquista francês Jean Grave, e o texto “Ciência e Reforma Social” de Malatesta, ambos publicados no jornal *A Sementeira*. Grave dirigia a sua crítica ao “pedantismo de certos sujeitos, que ao ejacular o ‘isto é científico’, imaginam ter-nos fechado a boca para todo o sempre, ou contra o sectarismo de alguns sinceros a quem custa a admitir que a ciência, na hora em que estamos, não possa resolver todos os problemas humanos”. E sobre a sociologia acrescentava que “se (...) é uma ciência, não passa ainda de uma ciência incompleta que dá lugar a todas as interpretações, a todos os erros” e, como tal, para se discutir acerca das sociedades, é preciso ter em conta factores de ordem diversa¹⁶⁸. Malatesta, sublinhava, igualmente, os exageros que atribuíam à ciência “o poder de tudo compreender e tudo resolver”, fazendo dela “uma nova religião”. Apontado mais directamente aos anarquistas, acrescentava que “muitos dos nossos camaradas, e entre os mais beneméritos e ilustres, sustentaram precisamente que a Anarquia é uma dedução das verdades estabelecidas pela ciência” e seria até “a aplicação da concepção mecânica do universo aos factos humanos”, com a consequência de tal determinismo pressupor que “se tudo é matéria, se tudo está submetido a leis naturais, a vontade é uma ilusão, uma quimera a liberdade, e o homem não passa dum autómato”. A ciência seria, assim, uma nova divindade. Perante a relativa insignificância da ciência para a instauração de uma sociedade anarquista, mas sem abandonar a importância da sua contribuição, defendia, em conclusão, que “nós não somos anarquistas porque a ciência nos ordena que o sejamos; mas somo-lo, entre outras razões, por desejarmos que todos possam gozar as vantagens e satisfações que a ciência proporciona.”¹⁶⁹

É, aliás, assinalável que críticas como estas tenham aparecido maioritariamente por via de textos traduzidos. Entre os anarquistas portugueses, as críticas dirigiam-se, principalmente, para o uso enviesado ou considerado equívoco de termos como “racional” ou “ciência”. Sem nunca ter colocado em causa o positivismo que guiava o seu pensamento, Adolfo Lima, no seu modelo pedagógico, reconhecia as limitações da ideia de que só seria possível atingir a verdade através da ciência e admitia que o

¹⁶⁸ Grave, Jean, “A ciência e os científicos”, *A Sementeira*, n.º 36 – 1.ª Série – Ano III, Agosto de 1911, pp. 289-290.

¹⁶⁹ Errico Malatesta, “Ciência e Reforma Social”, *A Sementeira*, N.º 31 – 2.ª Série – Ano 3.º, Julho de 1918, pp. 105-108. O texto de Malatesta foi originalmente publicado em 1913 no jornal italiano *Volontà*.

conhecimento devia ser igualmente procurado no subconsciente e nas intuições de ordem sentimental¹⁷⁰. Emílio Costa, por outro lado, apontava criticamente ao uso banalizado de “racional” para adjectivar o tipo de ensino proposto pelos diferentes discursos e projectos educativos libertários, pois considerava servir mais um proselitismo encapotado do que um fim propriamente pedagógico. Referindo-se às tentativas de instrução escolar surgidas sobretudo depois do fuzilamento de Ferrer¹⁷¹, afirmou que os frutos que daí resultaram foram, acima de tudo, “perda de tempo, de esforços e de dinheiro. Como o ‘ensino racional’ fora perseguido, começou-se a chamar racional a toda a propaganda revolucionária feita às crianças na escola” e fecharam-se “os olhos à pedagogia”, querendo fazer delas “pequeninos revolucionários, cheios de doutrina humanitária e emancipadora”. Mais do que “falta de boa vontade”, Costa via nisso uma consequência de “falta de saber e de competência”: “não é por se ser bom sindicalista ou bom anarquista que se sabe dirigir uma escola, elaborar um plano de estudos, escolher o edifício, ou sequer se tem uma noção clara e precisa do que se deseja.”¹⁷² Veja-se, todavia, que a crítica de Emílio Costa não visava a ideia de razão em si. O que se contestava era o anarquismo como a expressão da razão na política, na sociedade e na evolução histórica, e, assim, o seu estatuto de representante exclusivo ou expoente máximo dessa razão. A pretensão de Costa era justamente a de resgatar o carácter universal da razão e o seu estatuto independente de qualquer filosofia política.

¹⁷⁰ Apud Ramos do Ó, Jorge, 2005, “Dewey on Lima or the Social Prosthesis in the Construction of the New Education Discourse in Portugal (1925-1936)” in Popkewitz, Thomas (ed.) *Inventing the Modern Self and John Dewey*, New York: Palgrave Macmillan.

¹⁷¹ Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909) foi um pedagogo anarquista catalão, criador da Escola Moderna e autor da obra que provavelmente mais influenciou os modelos pedagógicos e escolares libertários em Portugal e em quase todo o mundo. Ferrer foi assassinado em 1909, depois de ter sido acusado pelas autoridades catalãs de ser um dos responsáveis da revolta conhecida como Semana Trágica, ocorrida no mesmo ano em Barcelona.

¹⁷² Costa, Emílio, “Revolução e Propaganda”, *Germinal*, N.º 8, Setembro de 1916, pp. 236-238. Num texto já citado atrás do mesmo autor, “Em bom caminho”, publicado oito anos depois no n.º 1830 de *A Batalha*, em 9 de Novembro de 1924, este voltava a repetir algumas destas ideias e a referir-se ao mesmo período imediatamente posterior ao fuzilamento de Ferrer, em que as “‘escolas’ e esse ‘racionalismo’ não eram mais do que um pretexto para se fazer obra demolidora das instituições religiosas e políticas” – salvaguardando, contudo, que essas escolas ainda não tinham desaparecido completamente.

João Branco, anos antes, noutro texto já citado, dirigia a sua crítica ao uso do termo “racional” aplicado ao ensino para os republicanos que criavam “escolas racionais” “sem curarem de saber em que consistia este novo processo de ensino”. Propunha, para “definir os termos”, a distinção entre o método “racional” (seguido por Ferrer) e o método “racionalista” (em linha com a tradição iluminista que considerava ser seguida pelos republicanos e que correspondia ao “ensino laico”). Ver “Ensino racional”, *A Sementeira*, n.º 15 – 1.ª Série – II Ano, Novembro de 1909, pp. 113-114. Ver, ainda, Emílio Costa, “Há que distinguir”, *A Sementeira*, n.º 16 – 1.ª Série – II Ano, Dezembro de 1909, pp. 125-126, e, também, João Branco, “Escola Laica e Educação Racional”, *A Sementeira*, n.º 16 – 1.ª Série – II Ano, Dezembro de 1909, pp. 126-128.

Entre as críticas à ciência partilhadas por praticamente todos os libertários portugueses, mantinha-se incontestado o estatuto reverencial do conhecimento científico e visava-se, acima de tudo, os seus usos e o papel dos agentes científicos. Era o caso dos psiquiatras (apesar da importância concedida aos saberes *psi*), imbuídos de “poderes excepcionais” e legitimados a avaliar a “integridade mental de cada um, “reputando-se padrões de normalidade” com que determinavam que “meio mundo estava avariado do miolo”. Daí resultava um rol de consequências irremediáveis nas vidas dos indivíduos, nomeadamente o internamento de “criaturas no pleno gozo das suas faculdades”, o que levava a que se apelasse à restrição desse poder¹⁷³.

O alvo mais frequente dessas críticas era o “monopólio da ciência” pela burguesia e pelas elites, o que impediria um acesso igual ao conhecimento, à formação científica e às descobertas científicas. Tal como em Malatesta, havia a percepção generalizada de que “as vantagens e satisfações que a ciência proporciona” não eram usufruídas por todos. Assinalava-se frequentemente que a ciência servia, antes de mais, o capital, o militarismo, a guerra e certos fins patrióticos e que, por isso, o contraste que existia entre o progresso científico e as condições sociais e morais ia muito para lá da importância do conhecimento científico só por si¹⁷⁴. Os médicos e higienistas, em particular, eram especialmente visados por as suas prescrições ignorarem muitas vezes tais condições. Daí que, mesmo nos textos mais marcados pelo peso do positivismo, se ressaltasse que *apesar da ciência* “muito há que fazer”¹⁷⁵. Apesar desta, a tão falada degenerescência física e moral avançava sem freio e até em alguns dos principais “baluartes sociais” que deviam servir o progresso, como a universidade, a ciência se “incompatibiliza[va] com a vida”¹⁷⁶.

Portanto, quando atrás falamos do carácter universalista do conhecimento científico, há que assinalar que esse universalismo não se limitava ao facto de a sua apreensão e compreensão ser acessível a todos, contrariamente a formas de

¹⁷³ Perfeito de Carvalho, “Não apoiado! – Locutório de um insurrecto”, *A Batalha*, n.º 507 – Ano II, 25 de Agosto de 1920, p. 1. Ver, também, Anon., “O caso da suposta louca – Procura-se estabelecer o mistério em volta duma infâmia!”, *A Batalha*, n.º 2061 – Ano VII, 21 de Agosto de 1925, p. 1.

¹⁷⁴ E.g. “o progresso da ciência só vem denunciar o roubo, cada vez mais escandaloso, duma exígua minoria de potentados que expropriam a humanidade de todas as facilidades que a ciência lhe lega como troféu de vitória. É que a ciência sofre do mesmo açambarcamento, da mesma espoliação exercida sobre os materiais indispensáveis à vida”: Anon., “Sobre um congresso – Para o progresso da ciência”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 82 – II Ano, 22 de Junho de 1925, p. 1.

¹⁷⁵ e.g. CGT, 1922, *Organização Social Sindicalista*, p. 104.

¹⁷⁶ In Frias, Eduardo, “Instituições burguesas – As Universidades consideradas como baluarte social”, *A Batalha*, n.º 1896 – Ano VI, 29 de Janeiro de 1925, p. 1.

conhecimento assentes na crença e no dogma. O universalismo pressupunha, também, a necessidade de esse conhecimento se manter independente da subordinação ou instrumentalização por uma dada ideologia ou autoridade e pressupunha, ainda, que os seus resultados deviam beneficiar toda a gente sem distinção. Universalidade significava, como tal, igualdade, e significava, ainda, num sentido mais literal, internacionalismo¹⁷⁷. Por isso, as críticas ao regime educativo laico promovido pelos republicanos, como veremos no capítulo seguinte, apontavam que com ele apenas tinha mudado o agente opressor e o sujeito da devoção: a “Igreja” era substituída pelo “Estado” e “Deus” pela “Pátria”. O conhecimento mantinha-se ao serviço de uma submissão e de um modelo de subjectivação social autoritário: se antes servia a criação de “féis”, agora servia a criação de “cidadãos”. Nas palavras de Emílio Costa, reconhecendo precisamente o papel da ciência no ensino laico, e assinalando, portanto, as diferenças entre este e o ensino religioso: o ensino laico “é uma vitória, mas vitória incompleta, porque ainda se governa, embora em nome da ciência”¹⁷⁸.

A ciência não era o único fundamento em que se baseava a *verdade* procurada pelos libertários. Esta era complementada por uma ideia de natureza que assumia, por vezes, um carácter primordial. Veremos isso com mais detalhe na segunda parte, mas recordemos, por agora, e como exemplo, as críticas antivacinas. Assim, no âmbito do 1º Congresso Vegetariano Naturista da Península, a realizar em Lisboa, afirmava-se que

agora que a humanidade se liberta de todas as tutelas é oportuna uma campanha a favor da liberdade da medicina e contra o despotismo da purulenta vacina e das mil drogas venenosas antifisiológicas de origem químico farmacêutica chamadas remédios, com que ultimamente se tem envenenado a humanidade¹⁷⁹.

Numa carta enviada para *A Batalha*, um estudante protestava contra a obrigatoriedade da vacina, apontando os efeitos nocivos desta no corpo humano e criticando a hipocrisia do Estado e dos patrões que pretendiam impor tal obrigatoriedade quando descuravam por completo as condições higiénicas e a alimentação dos trabalhadores. *A Batalha*, em resposta, afirmava não ser da sua competência pronunciar-

¹⁷⁷ A travessia do Atlântico Sul concretizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 1922, foi bastante comentada na imprensa operária, nomeadamente os eventos e celebrações oficiais realizados em torno do feito. Para estes, a viagem devia ser destacada pela sua importância científica, o que a tornava um feito internacionalista e, portanto, inapropriável para fins de propaganda nacionalista e exaltação de “orgulho nacional”. Gonçalves Correia, por exemplo, defendia que os aeronautas eram “cidadãos do Mundo, pois “a ciência é cosmopolita, mundial, universal”, “Correia, Gonçalves, “Travessia do Atlântico”, *A Batalha*, n.º 1102 – Ano IV, 24 de Junho de 1922, pp. 1-2.

¹⁷⁸ Costa, Emílio, “Bíblia, Código Civil, L’entr’aide”, *A Sementeira*, n.º 15 – 1.ª Série – II Ano, Novembro de 1909, p. 116.

¹⁷⁹ Anon., “O congresso dos Naturistas”, *A Batalha*, n.º 53 – Ano I, 17 de Abril de 1919, p. 1.

se a favor ou contra as vacinas e que tal assunto devia ser tratado pelos médicos. Contudo, havia um ponto em que não tinham “receio de [se] pronunciar: a obrigatoriedade da vacina. Somos francamente contra ela, como o somos de resto contra todas as imposições”¹⁸⁰.

2.4 - Religião

Para lá do fundo positivista, a invocação da ciência e da razão servia, também, como forma de estabelecer uma distância em relação à religião, em particular à religião Católica, então com largo poder no campo da educação, e sugerir uma moral que não fosse guiada pelo dogma, pelo medo e pela superstição. O analfabetismo, certos traços do atraso e da corrupção moral identificadas pelos libertários, a inconsciência das classes subalternas da sua própria condição e, no fundo, a ignorância em que as massas se mantinham, tudo isto seria em grande medida consequência do imenso poder atribuído à Igreja Católica no presente e no passado, nomeadamente por via da presença jesuíta e pelo papel da Inquisição.

Esta oposição à religião Católica e à Igreja uniu republicanos e anarquistas nos anos que antecederam a República, estimulando a colaboração em organizações e iniciativas que visavam combater o poder clerical, a quem se atribuía uma acção perniciosa sobre as massas e um interesse em manter a ignorância que as mantinha na obscuridade¹⁸¹. Nos últimos anos da Primeira República, o combate libertário à religião ressurgiu com especial vigor, mas desta vez com críticas ao regime republicano, acusado de ter traído as suas promessas e permitido o recrudescimento das forças clericais¹⁸². Juntavam-se a essas críticas os ataques permanentes do regime às acções dos operários e

¹⁸⁰ P. Sousa, “A vacina é um bem? É um mal?”, *A Batalha*, n.º 1919 – Ano VII, 27 de Fevereiro de 1925, p. 2. Para outros exemplos especificamente dirigidos às vacinas, ver Fernando Tarrida del Marmol, “A varíola e a vacina”, *A Sementeira*, n.º 24 – 1.ª Série – Ano II, Agosto de 1910, pp. 189-90. Contra a obrigatoriedade da vacina, surge outro texto n’*A Batalha*, alguns números à frente do anterior, sugestivamente intitulado “Os dogmas na medicina – A obrigatoriedade da vacina constitui um atentado à liberdade individual”, *A Batalha*, n.º 1954 – Ano VII, 9 de Abril de 1925, p. 3.

¹⁸¹ E.g. Ventura, António, 2000, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal (1892-1910)*, Lisboa: Edições Cosmos.

¹⁸² E.g. A Voz que clama no Deserto, “Carta a um Cardeal da Santa Igreja sobre os benefícios da Lei da Separação”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 122 – Ano III, 29 de Março de 1926, p. 1.

dos sindicalistas e a maior tolerância para com as manifestações públicas das forças clericais¹⁸³.

Tal disparidade de critérios não constituía, apesar desses protestos, um apelo à repressão da religião, das suas manifestações ou dos “maneios clericais”¹⁸⁴. Visava, acima de tudo, expor o afastamento de republicanos e anarquistas e sugerir o crescente conservadorismo dos primeiros, mesmo se existiam anarquistas com uma postura mais intransigente. Em finais de Outubro de 1920, uma polémica procissão, planeada para o dia 2 de Novembro em Almada, suscitou os protestos de vários operários e levou inclusivamente a que um deles fosse agredido por ter recusado uma contribuição monetária para a sua organização. Uma carta enviada para *A Batalha*, por um operário local “avançado em ideias”, é ilustrativa da postura que muitos anarquistas privilegiavam nestas circunstâncias, promovendo o combate de ideias no lugar da repressão, através de contramanifestações propagandísticas e pedagógicas que desafiassem tanto os defensores das ideias contrárias como os limites e a tolerância das próprias autoridades. Nessa carta, o operário Zacarias Pinho criticava a atitude de alguns camaradas e afirmava não se importar “que os católicos exerçam o seu culto na praça pública. O que me importa é que igual liberdade, a liberdade de se manifestarem na praça pública, seja concedida aos proletários.” E sugeria, em alternativa,

Que as classes operárias e liberais desta vila convoquem o povo a reunir em comício, no largo de Cacilhas, a fim de protestar contra a carestia da vida e contra todos os ataques feitos à liberdade de pensamento, de reunião, de associação, etc... Ou então, que se forme um cortejo em que haverá cartazes negros, com caracteres brancos que indicarão os preços dos géneros de primeira necessidade, as datas célebres dos ataques da religião e reaccionários contra a Liberdade, abrindo o cortejo, em vez da cruz, o pendão vermelho da liberdade. Também poderia um grupo musical tocar hinos libertários. Se estas manifestações forem consentidas não restaria a menor dúvida de que a liberdade de pensamento era um facto em Almada.¹⁸⁵

¹⁸³ E.g. “Tanto somos contra a intolerância dos crentes como contra a dos ateus: pretendemos a liberdade para todas as crenças e todos os cultos”, in Anon., “Liberdade só para os católicos, não!”, *A Batalha*, n.º 1724 – Ano VI, 1924, p. 1.

¹⁸⁴ Veja-se a crítica aos “grupos de defesa da República” que organizam manifestações contra algumas missas realizadas em Lisboa por monárquicos, acusando o governo de “transigir com esse ‘banditismo’” e afirmando que “a realização destes actos [em nada prejudicava] a estabilidade do regime”, Anon., “Regimes de Liberdade”, *A Batalha*, n.º 664 – Ano II, 8 de Fevereiro de 1921, p. 1.

¹⁸⁵ Pinho, Zacarias, “Liberdade de cultos – Que a todos seja permitida a liberdade de pensamento”, *A Batalha*, n.º 562 – Ano II, 24 de Outubro de 1920, p. 2. Esta posição foi secundada por outros operários, ainda que, por vezes, conjugada com ameaças, como aconteceu num texto não assinado publicado dias depois deste: “...a realizar-se a procissão os santos não voltarão inteiros à igreja”, in “A procissão em Almada – O povo não a quer; a procissão está fora do espírito da época”, *A Batalha*, n.º 568 – Ano II, 30 de Outubro de 1920, p. 1.

As aparições de Fátima e o culto que se gerou em seu redor, ampla e duramente criticados pelos libertários, exemplificam igualmente a forma como o combate contra a religião se conciliava com a oposição à repressão. Geralmente apontada como uma “mistificação clerical” que abusava da “ignorância dos simples” e dos “matóides, [d]os histéricos e (...) tarados” , imitando Lourdes para encher os cofres da Igreja¹⁸⁶, considerava-se que “a única maneira de exercer influência num meio fanatizado como é este não pode ser senão a de abrir muitas escolas, iluminar o cérebro da infância”, não sendo “com ordens, com decretos, com proibições que se muda a mentalidade dum povo”¹⁸⁷.

Apesar da oposição às manifestações e crenças religiosas, havia, contudo, uma significativa afinidade da grande maioria dos anarquistas com a figura de Jesus Cristo e a crítica à Igreja fazia-se regularmente através de uma distinção do papel histórico dos dois. Cristo não era visto como uma figura divina, mas sim como um ser humano, um mártir operário antecessor das ideias revolucionárias e até do próprio anarquismo, e a Igreja como usurpadora e responsável pela deturpação do seu legado. A própria doutrina cristã era apontada por alguns libertários como a génese do anarquismo, através de um percurso em que aquela “foi-se tornando menos mística e mais humana, menos simbólica e mais real, mais racional e lógica do que sentimental”, acabando por ser conhecida, no presente, e depois de ter tido vários nomes, como anarquismo¹⁸⁸. Lado a lado com a figura de Cristo, surgiam, pontualmente, outras figuras do martirológico libertário, como o pedagogo Francisco Ferrer ou como o anarquista russo Piotr Kropotkin¹⁸⁹. Este Cristo idealista e defensor dos oprimidos, mártir operário,

Para outro exemplo de crítica contra a intolerância anticlerical, neste caso visando um grupo que durante a semana santa foi para a porta das igrejas “dirigir palavras injuriosas a quem lá entrava”, ver Emílio Costa, “Uma grande ilusão”, *Terra Livre*, n.º 9 – 1.º Ano, 10 de Abril de 1913, p. 3.

¹⁸⁶ Lima, Cristiano, “A mistificação clerical de Fátima- A ignorância popular, filão inesgotável do catolicismo”, *A Batalha*, n.º 1069 – Ano IV, 17 de Maio de 1922, p. 1.

¹⁸⁷ Anon., “A especulação de Fátima”, *A Batalha*, n.º 1808 – Ano VI, 15 de Outubro de 1924, p. 1. Estas críticas eram feitas no seguimento de uma peregrinação a Fátima que, apesar de ter sido proibida pelas autoridades, reuniu milhares de pessoas. Para os anarquistas, a proibição tinha, geralmente, um efeito contraproducente, tal como a adesão a esta peregrinação demonstrava. Além disso, o crescimento do culto de Fátima expunha o fracasso do combate republicano às ideias religiosas e evidenciava o crescimento das forças reaccionárias muito apontado nos últimos anos da República.

¹⁸⁸ O texto não tem assinatura, mas era, provavelmente, da autoria de Perfeito de Carvalho, o autor regular da secção *Notas & Comentários* do jornal *A Batalha*, rubrica onde o texto apareceu. in *A Batalha*, n.º 299 – Ano I, 25 de Dezembro de 1919, p. 1. Para outro exemplo de Cristo como libertário, ver o poema de José Benedy, “Eterno Cristo”, *Terra Livre*, n.º 4 – 1.º Ano, 6 de Março de 1913, p. 5.

¹⁸⁹ Como exemplo das analogias entre a morte de Ferrer e a de Cristo, ver dois textos, no mesmo número e na mesma página d’ *A Batalha*, um de Gonçalves Correia, “13 de Outubro”, e outro de Jose Benedy, “Francisco Ferrer Guardia – 1909-1921”, *A Batalha*, n.º 887 – Ano III, 13 de Outubro de 1921, p. 3; Para uma analogia entre Kropotkin e Cristo, onde se afirma que “Kropotkine é para a humanidade deste século

revolucionário e subversivo, era recorrentemente invocado por altura do Natal, uma época em que se destacavam as grandes assimetrias existentes entre as classes altas e as classes operárias. Para os libertários, e à semelhança dos republicanos, o Natal devia ser uma época de celebração da família, mas as condições de vida do operariado tornavam-na uma época triste e pesada, marcada pela miséria e pela pobreza, em oposição à opulência evidenciada pelas classes altas que celebravam o nascimento de Cristo. Cristo servia assim o contraste entre a miséria de uns e a abundância de outros, enquanto alguém que se cria ter vivido uma vida tão humilde quanto a do operariado e de, à semelhança deste, ter lutado contra a exploração e por um mundo diferente. A hipocrisia da Igreja e da burguesia era assim exposta pela sua distância à figura que diziam celebrar¹⁹⁰. Mário Domingues¹⁹¹, num texto intitulado a “História do menino que nasceu hoje”, a ocupar a totalidade da página frontal do jornal *A Batalha*, descrevia Cristo como “um bom operário” carpinteiro e revolucionário, e destacava o “carácter sonhador e utópico” que o levou ao ostracismo. Não isentava, contudo, Jesus Cristo de culpas na apropriação que dele foi feita, considerando que ele se teria deslumbrado com a glória e a teria tomado como um dom divino, nunca desmentindo os rumores que corriam em seu redor sobre a sua superioridade¹⁹². O Cristo “perfeitamente humano” apresentado por Mário Domingues levou a que a redacção de *A Batalha*, em editorial publicado alguns números depois, se posicionasse em defesa do autor, pela quantidade de cartas que “desabaram sobre a banca de trabalho”, provavelmente escritas por católicos ofendidos. Nesse editorial, afirmava-se que “amam melhor a Cristo os ateus, que os católicos mais sinceros”: “Quão mais belo não é um Cristo, absolutamente humano, que luta pela perfeição, que se deixa crucificar pela humanidade – um Cristo sem sombra de

o que Cristo foi para a humanidade de há 2000 anos”, ver Anon., “A Igreja Católica, principal inimiga e caluniadora das doutrinas de Cristo”, *A Batalha*, n. 2251 – Ano VIII, 4 de Abril de 1926, p. 1.

¹⁹⁰ A mesma acusação de hipocrisia foi usada, por exemplo, na luta contra a lei de 13 de Fevereiro de 1896, que criminalizava os anarquistas, e durou até ao fim do regime monárquico. Num artigo que assinalava os nove anos da promulgação da lei e apelava à sua revocação, os autores destacavam que “é num país cuja religião oficial se diz apoiada nas doutrinas de Jesus Cristo” – “talvez o primeiro anarquista de todo o mundo” – (...) que “vós, burgueses, e vós, homens do Governo” cometem “tais actos de iniquidade” e “que tais infâmias clamorosas têm lugar!”. Nós, “Nove anos de d’ignomínia”, *Luz e Vida*, n.º 1 – Série 1, Fevereiro de 1905, pp. 15-16.

¹⁹¹ Mário Domingues (1899-1977), natural de São Tomé e Príncipe, foi um dos mais destacados redactores do jornal *A Batalha*, nomeadamente como crítico de arte e pelas campanhas anticolonialistas e anti-racistas que ainda desenvolveu. Militou nas Juventudes Sindicalistas e integrou o grupo anarquista *Claridade*. Voltaremos a Mário Domingues com mais detalhe no capítulo 6.

¹⁹² Domingues, Mário, “História do menino que nasceu hoje”, *A Batalha* – Ano IV, 1252, 25 de Dezembro de 1922, p. 1.

divindade, um Cristo que não possa ter responsabilidades nesses crimes repugnantes que em seu nome dia-a-dia se praticam!”¹⁹³

Por vezes, a relação dos libertários com a natureza encontrava-se com a defesa e evocação de rituais e costumes que remetiam para o paganismo ou para ideias panteístas, ainda que quase sempre enquadradas em termos científicos ou seculares. Tal como acontecia com os republicanos, alguns militantes defendiam que algumas tradições ou celebrações públicas, nomeadamente de carácter religioso, fossem substituídas por cerimónias que celebrassem a natureza. O carnaval, muito criticado pelos libertários, devia, assim, ser substituído pela celebração da primavera, como sugeria João Pedro de Andrade¹⁹⁴. Mário Domingues foi, provavelmente, o libertário que mais fez a apologia do paganismo nas páginas da imprensa libertária. Distanciando-se tanto da “intolerância religiosa” como da dos “livres-pensadores”, Domingues defendia que as celebrações populares contemporâneas eram o resultado da apropriação e subversão de anteriores cultos pagãos. Contra um certo ascetismo libertário que condenava as festividades e as manifestações de alegria popular, considerava que estas não deviam ser menosprezadas e que a “alegria pagã” devia ser reclamada “para garantir que o indivíduo alcance a felicidade e o bem-estar”¹⁹⁵. Indo ainda mais longe, se o cristianismo era “a rejeição da vida”, “só o paganismo pode permitir a libertação da humanidade”¹⁹⁶.

Uma corrente com menos expressão no panorama português, por vezes ligada ao naturismo, colocava a dimensão espiritual em primeiro plano e, contrariamente a militantes como Mário Domingues, mostrava-se especialmente crítica ou céptica da ciência e do positivismo predominante. Ângelo Jorge¹⁹⁷, anarquista e naturista

¹⁹³ Anon., “Defendendo um inocente!”, *A Batalha*, n.º 1255 – Ano IV, 29 de Dezembro de 1922.

¹⁹⁴ Andrade, João Pedro de, “Farça [sic] trágica”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 66 – Ano II, 2 de Março de 1925, p. 2. Ver, também, Bento Faria sobre a Semana Santa como a época da Ressureição da Natureza e contra a celebração Católica, “Semana santa: Ressureição! Ressureição!”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 71 – Ano II, 6 de Abril de 1925, p. 1.

¹⁹⁵ Mário Domingues, “São Martinho, tosca imitação católica do alegre Dionísio, dos gregos, e do tonto Bacco, dos romanos”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 103 – Ano II, 16 de Novembro de 1925, p. 1.

¹⁹⁶ Mário Domingues, “E teremos mel e leite para a delícia do paladar”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 72 – Ano II, 13 de Abril de 1925, pp. 4-5.

¹⁹⁷ Ângelo Jorge (1883-1922), natural do Porto, foi um dos maiores expoentes do naturismo e vegetarianismo entre os anarquistas portugueses e um dos poucos seguidores da corrente anticientífica, ligada ao anarquista individualista francês Henri Zisly (que se opunha ao vegetarianismo). Em 1905 ainda o vemos a criticar o naturismo em correspondência trocada com Zisly (e.g. “Sientismo e naturismo”, *Luz e Vida*, n.º 5 – Série I, Junho de 1905, p. 75), mas rapidamente se afirmaria como um dos maiores propagandistas dessas correntes. Em 1909 participa na fundação da revista *O Vegetariano*, que se publicaria até 1935, em 1911 na fundação da Sociedade Vegetariana de Portugal. Em 1912 publica aquela

portuense, foi uma das figuras mais destacadas desta tendência. Em *Irmânia*¹⁹⁸, utopia naturista e libertária que publica em 1912, sintetizava as suas principais ideias à época, descrevendo uma sociedade habitada por “fiéis da grande Religião da Natureza” a viver em “êxtase pagão e panteísta”¹⁹⁹, mantendo, contudo, a oposição às formas de religião organizada. Para Ângelo Jorge, a natureza sobrepunha-se à ciência, devendo esta limitar-se ao conhecimento das “leis naturais”, sem com elas interferir. No ímpeto positivista de “tudo querer saber” que movia a ciência, o autor via uma “modalidade de Orgulho Humano”²⁰⁰, criticando a arrogância antiespiritualista e ateísta de materialistas e livres-pensadores enquanto sintomas da corrupção do “País de Ciência e de Maldade” (termos em que se referia à sociedade burguesa de onde era originário o personagem principal, alter-ego do autor)²⁰¹. Para o autor, só a ligação espiritual com a natureza tornaria possível o advento da sociedade libertária e do homem livre.

2.5 – Conclusão

As ideias de revolução e de sociedade libertárias tinham na ciência e na razão dois dos seus eixos, informando uma ética – fundada na liberdade, na igualdade e na solidariedade – que devia ordenar todos os momentos da vida dos anarquistas segundo uma lógica prefigurativa. Segundo esta lógica, a transformação individual e social, mais do que apenas uma projecção futura, colocava a concretização da sociedade anarquista no presente e defendia que as relações, as organizações e os meios de luta accionados deviam antecipar e corresponder àqueles que se tornariam predominantes na sociedade futura.

Não obstante, os anarquistas eram parte de um tempo e de um lugar particulares e reconheciam a impossibilidade de escapar imediatamente a um mundo oposto aos seus desejos. Uma sociedade estruturada por formas de dominação e autoridade impunha, necessariamente, limites às possibilidades prefigurativas. Mas esses limites e condicionamentos nem sempre foram entendidos enquanto tal. Apesar da oposição a

que será a única utopia literária escrita por um anarquista português, *Irmânia: Novela Naturista*, sobre uma comunidade organizada segundo os princípios libertários e do naturismo. Manteve-se relativamente desligado do movimento operário e sindical, mas a sua colaboração com a imprensa libertária foi comum (por exemplo nos jornais *Luz e Vida*, *Amanhã* e *A Batalha*).

¹⁹⁸ Ângelo Jorge, 2004 [1912], *Irmânia: Novela Naturista*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi.

¹⁹⁹ Ângelo Jorge, *Irmânia*, p. 54.

²⁰⁰ Ângelo Jorge, *Irmânia*, p. 104

²⁰¹ Ângelo Jorge, *Irmânia*, p. 44.

todas as formas de dominação e autoridade, e da noção de que estas perpassavam a sociedade no seu todo, a centralidade da ciência e da razão para a condução das relações, dos costumes e para a própria organização da sociedade libertária, obscurecia o papel instrumental que desempenhavam em algumas das formas de governação emergentes, nomeadamente para o próprio Estado. Vistos como saberes neutros e universais, a sua relação com o Estado e com outras formas de dominação hegemónicas seria de ordem conjuntural. A manutenção de certas estruturas de disciplinamento dos comportamentos e dos saberes deve ser entendida por essa via.

A ciência e a razão integravam o processo de deslocação do poder de Estado de um soberano para todos os sujeitos, reproduzindo-o através de dinâmicas sociais e individuais que mantinham uma relativa independência daquele, mas nunca uma autonomia plena.

É na incapacidade em captar a disseminação desse poder pelos sujeitos de governação que podemos identificar algumas das limitações do anarquismo em superá-lo ou, por outras palavras, em que podemos encontrar uma das razões para que a cultura política anarquista não tivesse deixado de reproduzir algumas das técnicas de que o Estado e outros aparatos autoritários modernos se serviam para estender o seu poder. Apesar de todas as diferenças, e independentemente do radicalismo que os anarquistas imprimiam a alguns dos saberes e valores que partilhavam com o liberalismo, os processos de subjectivação mantiveram semelhanças e responderam a um mesmo propósito de levar o sujeito a vincular a sua identidade e consciência a um poder de controlo exterior – no caso do anarquismo, não seria o Estado nem o mercado, mas uma ideia de sociedade, apolítica e regulada por leis naturais e pela razão, com prescrições frequentemente normativas sobre os comportamentos e as relações sociais.

CAPÍTULO 3 – O ensino escolar e a preparação para a vida

Olhemos agora, mais concretamente, para meios de subjectivação que participavam da criação e reprodução do militante e do “novo homem” através do favorecimento e da regulação das suas escolhas, relações e comportamentos. A escola, como já vimos, era o meio que mais se destacava entre o rol de dispositivos e tecnologias que serviam o propósito educativo central ao processo de emancipação libertária. É para elas, e para algumas das ideias que integravam a pedagogia libertária, que olharemos agora.

No período aqui estudado, além do combate que travavam contra o ensino religioso e o ensino oficial promovido pelos diferentes regimes, os libertários procuraram criar uma rede de escolas alternativas, geralmente através dos sindicatos, fundadas em ideias afins ao seu quadro ideológico e reguladas por uma pedagogia particular. O propósito não era apenas suprir a escassez da oferta de ensino existente e ocupar um espaço deixado livre pela ineficiência do Estado (em particular o republicano, em parte mais relevado porque o republicanismo tinha dado grande preponderância à educação, especialmente antes da instauração do regime). Era, acima de tudo, o de construir algo novo, capaz de substituir essas escolas, e ir para além do possível nos regimes coevos. Por outras palavras, era um processo prefigurativo que não visava só a destruição das escolas e dos modelos de ensino existentes, mas que procurava fazer esse combate através da criação das alternativas que deviam substituí-los. Foi, aliás, a secundarização da importância da dimensão prefigurativa do anarquismo, agravada pela excessiva relevância atribuída ao seu hipotético milenarismo, que levou alguns autores a ver nessa aparente dissonância uma contradição²⁰².

Essa rede de escolas atingiu uma dimensão bastante significativa, ainda que certamente longe da pretendida pelos libertários. Apesar de se encontrarem

²⁰² António Candeias, por exemplo, autor do estudo mais detalhado sobre uma dessas experiências pedagógicas libertárias, a Escola-Oficina N.º 1, acaba assim por dizer que “o anarquismo (...) sem abdicar do seu discurso irredentista, [teve] que o combinar com uma pragmática frequentemente contraditória com o discurso”, fazendo confluir “um discurso apocalíptico gerador de uma enorme fé no futuro e uma praxis do dia-a-dia em que o poder constituía uma questão fundamental” (Candeias, António, 2011, “Anarquismo, Sindicalismo e Educação no 1º Terço do Século XX em Portugal: Os ‘alternativos’?” in Margarida Felgueiras & Antón Costa Rico, *Exílios e Viagens*, Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, p. 161)

disseminadas um pouco por todo o território nacional, as escolas concentravam-se principalmente nos grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto. Mesmo assim, alguns números não deixam de impressionar. Segundo António Candeias, as escolas operárias, na Lisboa dos anos 20 do século XX, eram tantas quantas as escolas detidas pelo Estado – dados que estão longe de ser exaustivos, como o próprio reconhece²⁰³, e que não incluíam só escolas libertárias, mas que dão uma ideia aproximada da importância desta rede.

Para nós, no entanto, mais do que a dimensão da rede, a quantificação ou o mapeamento das escolas, ou até o seu sucesso na execução dos modelos pedagógicos promovidos pelos libertários, interessa apurar as ideias e os fins que orientariam essas escolas: quem é que deveriam servir, como é que deveriam organizar-se, quais as ideias que promoviam e em função das quais deviam guiar-se. A maioria dessas escolas funcionou com poucos meios e teve uma existência efémera ou irregular. Foram muitos os constrangimentos, nomeadamente de ordem económica e política, a impedir a concretização plena destes projectos. Mas as ideias que lhes subjaziam mereciam abundantes referências e considerações nos meios libertários.

O exemplo mais conseguido de uma dessas escolas em Portugal, pela sua duração, dimensão e forma como aplicou e desenvolveu essas ideias, foi a Escola Oficina N.º 1. Esta escola dispôs de recursos de que nenhuma outra usufruiu e o seu sucesso, num dado período, tornou-a um exemplo a seguir pelos projectos de educação libertária existentes ou a desenvolver²⁰⁴. É, além disso, um caso estudado com

²⁰³ Ver Candeias, António, 1992, *Educar de Outra Forma: A Escola Oficina N.º 1 de Lisboa, 1905-1930*, Dissertação de Doutoramento: Universidade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, p. 132. Candeias fez a sua contabilização com base num número limitado de jornais, com a agravante de a informação avaliada ser mais concentrada na região de Lisboa. Além disso, apenas considerou as escolas infantis e de primeiras letras, deixando de fora o ensino para adultos. Ficaram de fora, também, as chamadas escolas de militantes, ainda que estas tivessem uma prioridade que ia para lá do ensino das primeiras letras e fossem, por isso, distintas das escolas de educação primária ou técnica.

²⁰⁴ No I Congresso Confederal, IV Nacional, realizado em Santarém em Setembro de 1925, é aprovada uma tese sobre Educação em que se propunha criar um Secretariado de Educação na C.G.T., com o de organizar e desenvolver uma rede educativa nacional. A Escola-Oficina era apresentada como o modelo a seguir “para educação geral e especial dos filhos dos (...) associados [sindicais]”, *apud* Joaquim de Sousa, Manuel, 1974, *O Sindicalismo em Portugal*, Porto: Afrontamento: 172-3. Como recorda Candeias, esta tese era o “corolário de largos anos de experiência operária no domínio educativo” e visava “estruturar e ‘racionalizar’ as múltiplas experiências anteriores, e através da sua discussão conferir-lhes uma unidade teórico-pedagógica geral que estava, pensamos nós, longe de existir” (Candeias, 1987, “As escolas operárias portuguesas no primeiro quartel do século XX”, in *Análise Psicológica*, 3 (V), p. 327). Recorde-se, aliás, que esta tese reproduzia outra apresentada no Congresso anterior, realizado na Covilhã em 1922, tese essa que por diversos motivos não chegou a ser discutida.

profundidade, especialmente por António Candeias, na sua tese de doutoramento²⁰⁵, o que nos permite usá-la como referência.

3.1 - Escola laica vs. Escola racional

Desde a Revolução Industrial, é sabido, estabeleceu-se crescentemente, entre a maioria das ideologias e crenças, a convicção de que a escola era fundamental na construção de uma certa coesão social. A escola possibilitaria reforçar os laços estruturantes de uma comunidade, criando uma identidade colectiva e inculcando os valores que deviam regular a cidadania numa sociedade liberal. Ensinava, além disso, um conjunto de competências cognitivas e profissionais, juntamente com práticas e hábitos disciplinares, consentâneos com o crescimento industrial e com os novos métodos de produção e de organização do tempo que caracterizavam as fábricas. A ideia da escola enquanto promotora do progresso e da consolidação social ganhou apoio junto de quase todas as modernas ideias de governo.

Por se situarem na mesma tradição positivista que as ideologias liberais, os anarquistas partilharam com estas a crença no papel progressista da escola. Reconheciam-na igualmente enquanto uma das formas de sociabilidade e subjectivação mais eficazes. Muitos dos conceitos característicos da pedagogia libertária coincidiam com aqueles presentes nas ideias de ensino liberais, nomeadamente a promoção da criatividade, da autonomia e da iniciativa que seriam próprias da criança e a colocação desta no centro da preocupação das práticas educativas. Tanto liberais como anarquistas fundamentavam e estruturavam as suas ideias com base num conjunto de saberes e técnicas científicas, em particular as ciências *psi* e a então emergente pedagogia, vistas como neutras e apolíticas. Este fundo positivista, que regia os métodos e conteúdos das escolas libertárias, foi um dos factores a manter o racionalismo anarquista na esfera de influência da epistemologia que orientava a filosofia burguesa nesta matéria, tal como constatou António Candeias²⁰⁶.

É, contudo, possível relativizar os termos dessa comunhão entre os modelos pedagógicos liberais e os modelos libertários. O plano de substituir a rede escolar oficial por uma rede escolar operária e libertária não tinha em mente apenas uma mudança de

²⁰⁵ Candeias, *Educar de Outra Forma...*

²⁰⁶ Candeias, “As escolas operárias portuguesas...”, pp. 359.

controle das escolas por razões de poder e hegemonia. Derivava, igualmente, de divergências que opunham os diferentes modelos de ensino. Essas divergências eram usualmente expostas através de um conjunto de críticas feitas pelos militantes operários e libertários ao ensino tradicional (laico ou religioso). Previsivelmente, o alvo principal dessas críticas era o princípio autoritário que atravessava as formas de ensino oficiais: na própria organização do espaço e do controle dos estudantes (a escola “caserna” ou a escola “prisão” eram expressões usadas com regularidade para caracterizá-la), nos conteúdos ensinados (patrióticos ou religiosos, criando num caso súbditos do Estado e noutro da Igreja) e, também, nos métodos usados para transmiti-los (um ensino baseado na memorização das matérias e não na aprendizagem activa, o que tinha o efeito de criar “autómatos” ou “indivíduos mutilados”, com a autoridade do professor a sobrepor-se ao interesse do aluno). Para o anarquista Emílio Costa, os ensinamentos religioso, laico e racional correspondiam a “três estados diferentes, três *étapes* do espírito humano”, correspondendo os dois primeiros a uma concepção de ensino autoritária e o terceiro a uma concepção libertária. Por isso, afirmava que

a escola laica não é diferente da religiosa; diferente de ambas é a escola racionalista. (...) Aquelas servem organizações sociais fundadas na autoridade; esta serve uma organização (ainda não realizada) fundada na liberdade. (...) O fim do ensino, tanto religioso como laico, é formar bons obedientes, embora se chamem num caso *fiéis* e no outro *cidadãos*; uns e outros são indivíduos pertencentes a organizações sociais que lhes impõem deveres.²⁰⁷

O ensino laico era, contudo, visto como um progresso face ao ensino religioso, o que o próprio Emílio Costa assinalava quando dizia que aquele era “uma vitória, mas vitória incompleta, porque ainda se governa, embora em nome da ciência”²⁰⁸. Mas, tal como indicavam as palavras de João Branco em *A Batalha*, a crítica ao princípio autoritário que persistia no ensino laico ia para lá da sua relação com o Estado e da ideia de governo que lhe estava associada:

A liberdade de consciência que ela [a escola laica] defende diz respeito *unicamente* à religião. (...) E os outros dogmas, os outros preconceitos? A esses deixa-os inteiramente de pé. A propriedade, a autoridade marital, a correlativa subordinação da mulher, a arte e a ciência como um dom, a caridade, o crime e o castigo, o Estado, a pátria, a ordem, o prestígio da autoridade, o respeito às leis e aos chefes, etc., tudo fica de pé, tudo ela sanciona e defende com entusiasmo. (...) Ele procura – empregando, à semelhança do jesuíta solerte, um conjunto de meios, de práticas

²⁰⁷ (itálicos no original) Costa, Emílio, “Bíblia, Código Civil, L’entr’aide”, in *A Sementeira*, n.º 15 – 1,ª Série – II Ano, 15, Novembro de 1909, p. 116.

²⁰⁸ Idem, *ibidem*.

políticas, de exercícios militares, com hierarquias, prémios e castigos – fazer dos alunos eleitores, a que chama cidadãos; criar soldados que «defendam a Pátria»; insuflar o dogma da bandeira – símbolo da supradita pátria –; alimentar o ódio ao estrangeiro; manter o amor fetichista pelo nosso exército, pela hierarquia social; isto é, agarra nas crianças e, corrompendo-lhes a inteligência, mentindo-lhes, faz delas esses servidores inconscientes, esses partidários de toda essa engrenagem metafísica do Estado-Autoridade, do Estado-Lei, do Estado-Parlamento.²⁰⁹

Em suma, a escola tradicional criava “servidores inconscientes”, reforçava as hierarquias sociais (nomeadamente de classe, de género e culturais), estimulava o amor pela Pátria e pelos seus símbolos, “alimenta[ndo] o ódio ao estrangeiro”, e, por essa via, legitimava o poder do Estado, o militarismo, o patriarcado e a propriedade privada. No fundo, para os anarquistas, tanto o ensino religioso como o laico funcionavam como meios de hegemonização de uma ordem fundada na estratificação social, em múltiplas desigualdades e no respeito pela autoridade. Por manterem e acentuarem essas desigualdades, eram meios de reprodução social. Nas palavras do grupo anarquista *O Semeador*, “a organização do ensino é feita para consolidar a existência das castas”²¹⁰.

Uma das grandes divergências entre republicanos e libertários quanto à importância da educação encontrava-se, precisamente, no que entendiam por educação popular. A educação “tradicional” dirigida às classes populares seguia um modelo massificado que não atendia ao ritmo, às condições de vida e, no geral, às especificidades afectivas e intelectuais de cada criança e de cada indivíduo. Tinha uma base vocacional que visava criar operários e trabalhadores adaptados aos modelos disciplinares da fábrica. Estimulava, além disso, a competição, a obediência, a eficiência e o sucesso individual, no lugar da criatividade, da solidariedade e da liberdade. Para os anarquistas, por outro lado, o conhecimento e a aprendizagem tinham um valor inerente. O ensino devia ser integral, aliando matérias científicas, artísticas, morais e técnico-profissionais, isto é, devia conjugar a formação manual e profissional com a formação intelectual, moral e física. Para Deolinda Lopes Vieira²¹¹, o ensino visava integrar

²⁰⁹ Branco, João, “Escola laica e educação racional”, *A Batalha*, n.º 1806 – Ano VI, 12 de Outubro de 1924, p. 3.

²¹⁰ Estas palavras foram escritas num documento referente a um Congresso Pedagógico anteriormente realizado e criticavam a ausência da opinião anarquista no evento, *vd. O Semeador*, “A educação só pode ser livre quando a libertem das tutelas dos governos e das oligarquias”, *A Batalha*, n.º 1756 – Ano VI, 15 de Agosto de 1924, p. 3. Do grupo anarquista *O Semeador* faziam parte alguns militantes bastante conhecidos da história portuguesa, como Adriano Botelho, José Carlos de Sousa e Manuel Joaquim de Sousa, só para citar alguns.

²¹¹ Deolinda Lopes Vieira (1888-1993), natural de Beja, foi uma militante anarquista, maçom, feminista e professora primária. Leccionou na Escola-Oficina N.º 1 desde 1910 até pouco depois do advento da ditadura militar. Batalhou pela coeducação e pelos modelos de pedagogia libertários. Como feminista, participou no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e integrou a comissão organizadora de

“conjuntamente o cérebro, o coração e a saúde e vigor físico da criança, [para] que ela tenda a desenvolver normalmente as suas faculdades físicas, intelectuais e morais”²¹²; e para João Branco, visava “formar em cada ser humano não um indivíduo mutilado, mas uma individualidade em que haja consciência da sua existência social integral (...) e que esta não é apenas económica, ou política, mas sim, económica, familiar, artística, científica, moral, jurídica e política”²¹³.

Liberto de preconceitos e de ideologias, o conhecimento e a educação encontravam-se com o seu potencial libertador e gerariam um sujeito socialmente interventivo, activo e crítico e, logo, um sujeito incapaz de se adaptar ou conformar ao desempenho de um papel pré-estabelecido ou a um lugar na ordem social determinado por outrem. Essa educação devia, por isso, ser fundada numa ideia de igualdade que não segmentasse o conhecimento a providenciar de acordo com a classe social ou com o género, promovendo oportunidades iguais sem deixar de reconhecer as condições desiguais de que partia cada aluno.

Por estas razões, e apesar de os libertários não considerarem que pudesse surgir qualquer obra positiva na educação por iniciativa governamental²¹⁴, em 1924, a extinção das chamadas escolas primárias superiores, previstas desde 1911 pelo governo republicano mas apenas postas em funcionamento em 1919, é recebida com fortes críticas e apontada como um retrocesso. Campos Lima apontava que com a supressão das referidas escolas “tudo cai de novo na mesma estagnação” quanto à instrução da população. Apesar de consideradas mais inclusivas, reconhecia que também na organização destas escolas se tinha reproduzido o “vício de origem: estabelecer classes de alunos conforme a sua proveniência social, os burgueses a um lado os operários a outro”, e estabelecido, por isso, “um ensino para os ricos e um ensino para os pobres, acentuando a distinção de classes”. Mas a defesa de “uma cultura geral para todos”, e da possibilidade do ensino do liceu e do ensino superior surgirem como a continuação dos estudos primários organizados segundo este modelo, levava-o a afirmar, talvez com

diversos congressos; ver mais em Freire, João e Lousada, Maria Alexandre, 2013, *Roteiros da Memória Urbana – Lisboa: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa: Colibri, p. 99.

²¹² Lopes Vieira, Deolinda, “Sobre a educação integral”, *Amanhã*, n.º 1 – I Série, 1 de Junho de 1909, pp. 5-8.

²¹³ Branco, João, “Ensino racional”, *A Sementeira*, n.º 15 – 1.ª Série – II Ano, Novembro de 1909, p. 1.

²¹⁴ Atitude que atravessa praticamente todo o período estudado. No jornal *O Metalúrgico*, escrevia-se, em 1904, que “...a nós cérebros libertos da instrução dogmática cabe-nos não de pedir ao Estado que remodele a instrução, o que ele nunca fará, mas de criarmos escolas”, *O Metalúrgico*, n.º 25, 1904, apud Candeias, *Educar de Outra Forma*, p. 149.

algum exagero, mas de uma forma demonstrativa do peso da educação no projecto libertário, que essa posição

deve constituir uma das mais instantes reclamações do operariado organizado e de bem mais valor que a comparticipação dos lucros em empresas, reformas operárias, seguros obrigatórios, assistência nos desastres de trabalho e tudo isso com que a burguesia republicana julga poder deter a marcha das ideias de emancipação e de revolta.²¹⁵

Em poucas palavras, a educação para o povo não devia diferir da educação para as classes mais privilegiadas, nem reproduzir a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, restritiva da formação intelectual daqueles a quem deviam caber certas funções na ordem social, como os operários e camponeses, e por isso limitadora das suas oportunidades profissionais e da própria possibilidade de prosseguirem os estudos²¹⁶. No fundo, o que estava em causa era um modelo de sociedade e o papel que nela se reconhecia que o indivíduo viesse a desempenhar. Mais do que a aptidão para uma função predeterminada, a educação tinha para os libertários um valor próprio e o seu carácter emancipatório era independente da vinculação a qualquer programa ou ideologia política (o que para alguns militantes incluía a própria ideologia anarquista). Só nesses termos poderia servir a criação de um sujeito que contribuísse para a transformação social e impulsionasse a sociedade na direcção de uma crescente liberdade, autonomia individual e igualdade social.

Num debate ocorrido na Escola Oficina N.º 1, entre a Direcção e o Conselho Escolar, encontramos um exemplo bastante ilustrativo dos papéis que cada ideia de sociedade reservava aos respectivos sujeitos. Assinale-se, por agora, que o Conselho Escolar era composto pelos professores e principais impulsionadores da via libertária que marcou a escola, nomeadamente quanto aos regulamentos e normas disciplinares que nela deviam vigorar, o que os colocava geralmente em conflito com a Direcção e com as suas intenções mais moderadas. No modelo socioeducativo da referida escola, tal como veremos mais à frente com outro detalhe, prevaleceu a intenção dos libertários,

²¹⁵ Lima, João Evangelista de Campos, “A educação do povo: como os republicanos entendem a democratização do ensino – Instrução para os ricos e instrução para os pobres”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 43 – Ano I, 22 de Setembro de 1924, p. 1.

²¹⁶ Em Abril de 1924, por exemplo, é criada a Câmara Sindical do Trabalho, em substituição das Uniões dos Sindicatos Operários. Na alínea 9.ª dos seus estatutos, estabelece-se como objectivo “colaborar com os professores para a reforma profunda da instrução em todos os seus aspectos, tendo por fim a *igualdade absoluta do ensino para os dois sexos, a possibilidade de acesso aos altos estudos*, sem que se leve em conta as condições de fortuna ou de nascimento, mas somente as qualidades e a capacidade do estudante” (itálico nosso), *apud* Joaquim de Sousa, Manuel, 1974 [1931], *O Sindicalismo em Portugal*, Porto: Afrontamento, p. 151.

proponentes de uma maior flexibilidade no cumprimento dos horários de funcionamento das aulas e da abolição das formas de avaliação usuais. Essas opções suscitaram críticas da direcção e, como recorda António Candeias, estas surgiram frequentemente de forma explícita, questionando, por exemplo, “que tipo de ‘trabalhador’ é que a Escola Oficina N.º 1 está a ‘fabricar’.” Na transcrição de uma acta de 1912 do Conselho Escolar desta escola encontrámos um exemplo dessa preocupação. Um dos membros da direcção, Henrique Constant, falando tanto nessa qualidade como na de patrão, afirmava que “o aluno (...) deve sair da escola apto para a oficina, o que hoje não acontece, como o pode mostrar por experiência com o exemplo de um ex-aluno da escola que tem na sua oficina e que, satisfazendo-o com a inteligência no trabalho, está longe de lhe dar a mesma satisfação como actividade”²¹⁷. O ex-aluno revelava-se, portanto “inteligente no trabalho”, mas insatisfatório no campo profissional pelo que dele era requerido. Segundo António Candeias, o que estava em causa nestas queixas era

[a] inexistência nesta escola, daquilo que mais do que os currículos propriamente ditos, define, segundo os autores que à Sociologia da Educação se têm vindo a dedicar, uma parte fundamental das funções dum sistema educativo tradicional e, porque não dizê-lo, classista e reprodutor: a inculcação, pela vivência diária dentro dum espaço escolar gerido por uma série de regras e regulamentos portadores dum capital de violência simbólica, quando não física, duma série de ‘habitus’, ou seja, de atitudes e valores ligados à racionalidade do trabalho, à submissão, à hierarquia, à pontualidade, ao cumprimento escrupuloso de regras impostas sobre os espaços, sobre os tempos, sobre os falares, enfim, sobre o comportamento, inculcação essa sempre necessária ao desempenho das funções subalternas.²¹⁸

Os lamentos de Constant não surtiram grande efeito. Por quase mais de uma década, foi o modelo libertário que persistiu na Escola Oficina N.º 1, em boa parte graças ao sucesso dos pedagogos libertários em levar o mais longe possível o seu projecto e em contornar as frequentes preocupações e críticas da direcção.

Em síntese, considerava-se que a escola “tradicional” era instrumentalizada para fins políticos e ideológicos, servindo a hegemonia cultural e a reprodução social que estruturava a sociedade que se pretendia destruir. O ensino laico, segundo estas críticas, limitava-se a substituir o Deus do ensino religioso pelas ideias de Pátria e de Estado e criava, por isso, um sujeito conforme às necessidades da sua manutenção. Era, como tal, um obstáculo à emancipação individual e colectiva, desinteressada em providenciar ao aluno as ferramentas que o tornariam um sujeito autónomo.

²¹⁷ Candeias, *Educar de Outra Forma*, p. 245

²¹⁸ Candeias, *Educar de Outra Forma*, p. 246.

3.2 - Fins e propósitos da educação libertária

A escola defendida pelos libertários devia ser uma escola desligada de interesses e ideologias políticas, movida, unicamente, pelos fins já referidos e pelo “interesse do aluno”. Perante isto, colocava-se a questão de saber evitar as “armadilhas” da educação tradicional, nomeadamente a de esta servir um propósito de doutrinação política e ideológica, com as posições e opiniões do professor a sobrepor-se e castrarem o interesse, a liberdade e a autonomia do aluno.

Tal como veremos no decorrer da tese, para os libertários havia, certamente, limites a essa ideia de liberdade e de autonomia, nuns casos implícitos e noutros formulados explicitamente através de uma série de interditos. Sabemos, já, que a liberdade individual não era dissociável da sociedade e do interesse colectivo, formulado em termos igualitários, e que não devia sobrepor-se a uma ideia de solidariedade. Na ideia de liberdade dos libertários não cabia a exploração do homem pelo homem, nem cabiam formas de autoridade que implicassem a subjugação de uns a outros. A liberdade era uma norma de conduta e não uma ideia rígida e absoluta; correspondia a um processo e a uma actividade contínua, só entendível de acordo com uma posicionalidade e um contexto, e não a um fim. A liberdade e a autonomia eram por isso valorizadas como uma ética, independentes de qualquer ideologia política, nomeadamente a libertária, ainda que esta as colocasse no centro do seu projecto. É, em parte, tendo em conta esta ideia de liberdade que devemos considerar o seu significado no processo educativo proposto pelos libertários.

Como vimos também, isto não anulava a consciência de que a escola servia uma forma de subjectivação de um “homem novo”, um sujeito conforme tanto ao projecto revolucionário de destruição da sociedade coeva como à sua consolidação e manutenção futura. Mas daqui não devemos necessariamente depreender que à proposta alternativa de educação dos libertários correspondia necessariamente a pretensão de criar militantes anarquistas – não era o caso, pelo menos para os seus pedagogos. Naturalmente, como nos recordam as palavras de Emílio Costa atrás citadas, essa intenção nem sempre estava ausente e a bandeira da “escola racional” não escapava a um certo proselitismo, que em muitos casos ia além da promoção atenta e cuidada de um certo conjunto de métodos pedagógicos e saberes. Entre anarquismo e ciência assumia-se uma afinidade que, por vezes, redundava na posição de tomar o anarquismo como a expressão científica das leis do progresso e da evolução sociais. Consequentemente, segundo este

entendimento, não havia contradição em conjugar o ensino racional e de base científica com referências directas às ideias libertárias como forma de acelerar esse processo evolutivo²¹⁹.

Seja como for, de todas estas tensões resultaram variadas respostas educativas, definidas de acordo com parâmetros e prioridades diferentes e dirigidas a públicos diversos. O combate à hegemonia cultural e à reprodução social que a escola tradicional promovia não se fazia através de um modelo de escola fechado e generalizável. Isto é, em conformidade com a oposição à escola massificada, os libertários recorreram a diferentes actividades e formas de ensino, o que nem a já referida tese sobre Educação ratificada no I Congresso Confederal, IV Nacional, em 1925, procurou colocar em causa²²⁰. Muitas vezes, essa diversidade foi mais fruto dos condicionalismos impostos pela falta de recursos do que o resultado de um ideal pedagógico específico ou de um planeamento prévio. A rede escolar alternativa era, e assim deveria ser, composta por instituições de ensino com algumas diferenças, organizadas segundo as necessidades identificadas pelos militantes. Na maior parte dos casos, estas escolas e actividades de ensino eram criadas pelas organizações sindicais. A valorização positivista do conhecimento e da educação e o reconhecimento do direito ao seu acesso, o combate à “degenerescência física e moral” e a preocupação com as elevadas taxas de analfabetismo, conjugados com a forma como tudo isto afectava especialmente as classes populares, faziam com que a primeira preocupação fosse a de providenciar uma educação básica dirigida especialmente àqueles a quem esta era geralmente inacessível, caso dos operários e dos seus filhos.

Mais do que uma escola capaz de servir exclusivamente a sua função de subjectivação de um ser livre e autónomo adequado à “sociedade nova”, a prioridade estava em oferecer a possibilidade de aprendizagem das “primeiras letras”, reduzindo o analfabetismo, aumentando a literacia e providenciando o acesso a certos conhecimentos técnicos ou de “cultura geral”. A sua vinculação sindical fazia com que estas escolas procurassem servir, por vezes em exclusivo, os seus associados e os filhos destes. Para os adultos, o ensino deveria acontecer à noite, em horário pós-laboral, para

²¹⁹ Veremos, mais à frente neste capítulo, o exemplo das “escolas de militantes” das Juventudes Sindicalistas.

²²⁰ Apesar de propor que as “escolas primárias de educação integral” deviam ser organizadas “sob o tipo-modelo de Escolas-Oficinas ou Escolas de Trabalho”, procurando conferir uma unidade teórico-pedagógica às experiências escolares libertárias, a tese propunha diversos meios de educação que iam das Universidades Populares ao teatro livre, cf. Joaquim de Sousa, *O sindicalismo...*, p. 172-3.

não interferir com a sua actividade profissional. Nestes casos, os conteúdos remetiam especialmente para o ensino das primeiras letras e para o ensino de matérias técnicas relacionadas com a área de actividade dos associados. Para as crianças, o ensino fazia-se geralmente em horário laboral. Era para estas que as preocupações pedagógicas se colocavam com maior acuidade, na medida em que visavam não só o desenvolvimento das referidas competências básicas, mas a própria preparação para a vida e a formação moral e profissional do indivíduo. Com a ocupação do dia das crianças, respondiam também à preocupação de que estas não se perdessem nos caminhos da “má vida” enquanto os pais se encontravam a trabalhar²²¹. No geral, o ensino destas escolas, para além de racional e apolítico, devia assentar em métodos não directivos, que não implicassem o constrangimento da criança, e deviam visar tanto o desenvolvimento intelectual como o desenvolvimento físico e moral-afectivo da criança. A experimentação e a observação deviam substituir o saber apriorístico e a aprendizagem mnemónica. Os anarquistas resumiam as particularidades do que entendiam ser a função da educação, contrastando-a com a ideia de “instrução” que assumiam caracterizar o ensino tradicional e que “asfixiava o raciocínio”²²². A educação não visava apenas a inculcação e partilha de conhecimentos mas, na mesma medida, o “aperfeiçoamento moral” do indivíduo através dos valores da “generosidade, solidariedade e amor à liberdade”²²³.

A obra do pedagogo catalão Francisco Ferrer y Guardia foi a referência mais influente na definição das premissas que as escolas racionais deviam seguir. Muitos dos seus preceitos eram seguidos por quase todas as escolas, nomeadamente a abolição do recurso à violência e aos castigos físicos como método disciplinar e a exclusão de conteúdos que promovessem a religião, o Estado, o militarismo ou valores patrióticos. Contudo, há poucas razões para acreditar que estas escolas correspondessem à escola idealizada pelos libertários e, em especial, por pedagogos como Ferrer. Certas práticas condenadas pelos pedagogos libertários eram ainda assim frequentes, como a realização

²²¹ Como exemplo, ver Lima, Adolfo, “As férias escolares”, in *Germinal*, n.º 9, Outubro de 1916, pp. 276-280. Neste texto, em que se defende o fim das férias escolares, é patente a preocupação com a ocupação dos tempos livres pelas crianças fora da escola. Para outro exemplo, no já referido I Congresso Confederal e IV Nacional de 1925, foi aprovado um aditamento à tese “Trabalho das Mulheres e Menores” em que se defendia como “conveniente para ser adoptado pelas centrais a criação nos bairros da população fabril, de instituições que permitam resguardar do ambiente deletério das ruas, ministrando educação sobre as bases preconizadas na tese *Educação* (...)”, apud. Joaquim de Sousa, Manuel, 1974 [1931], *O Sindicalismo em Portugal*, Porto: Afrontamento, pp. 167-168.

²²² E.g. Carlos de Sousa, José, “Instruir não basta; é preciso educar”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 84 – Ano II, 6 de Julho de 1925, pp. 1-2.

²²³ E.g. Anon., “A educação social”, *A Batalha*, n.º 507 – Ano II, 25 de Agosto de 1920, p. 1.

de concursos, a premiação dos alunos e as avaliações feitas por testes e exames²²⁴. Para isso contribuiria algum desconhecimento dos métodos pedagógicos invocados e, também, a escassez de professores no próprio meio libertário. A dificuldade em encontrar professores que assegurassem os estudos nas escolas sindicais e que estivessem familiarizados com os ideais libertários levou à necessidade de recorrer a professores formados segundo os métodos pedagógicos “tradicionais”, professores esses que leccionavam ou haviam leccionado no ensino público.

3.3 - Educação e preparação revolucionária

O que até agora abordámos relaciona-se com a ideia de “ensino integral” proposta pelos libertários. O equilíbrio entre a formação intelectual, moral, física e profissional era basilar em praticamente todas as concepções educativas dos libertários. Corresponhia ao que Deolinda Lopes Vieira chamava de “preparar para a vida” e que tinha como fim “fazer do ser humano um ser útil a si e à colectividade”²²⁵. A formação integral seria o primeiro passo para contornar o papel da escola enquanto mecanismo de reprodução social e o maior contributo para estimular a dignidade pessoal e profissional do indivíduo, desenvolvendo a capacidade de raciocínio, o espírito crítico e a consciência do seu valor social, fundamentais para criar um sentido de responsabilidade, “perante a sociedade, dos actos que praticamos”²²⁶.

Para além da provisão de competências básicas de literacia e numeracia, o potencial libertador da educação também contemplava, portanto, uma preparação “técnica-profissional” e a “preparação revolucionária”. A preparação técnica-profissional não deve ser confundida com “ensino profissional”. Este era principalmente dirigido ao desenvolvimento de conhecimentos ligados a uma profissão particular e, como tal, era visto como um factor de reprodução social, uma forma de criar “serviçais” e “entes escravizados” dependentes quer dos “caprichos patronais” quer dos

²²⁴ Sobre a persistência de prémios, prática a que se opunha Ferrer, ver Candeias, *Educar de Outra Forma*, pp. 146-7. Quanto à manutenção de certas formalidades na organização da sala de aula e do espaço escolar – formalidades essas criticadas pelos pedagogos libertários – recorde-se a deliberação em Assembleia da Associação de Classe do Pessoal Extraordinário dos Tabacos para a construção de um estrado “para servir de tribuna para o exercício do professor”, Candeias, *Educar de Outra Forma*, p. 145-6. A mesma intenção de criar um estrado, neste caso “para os alunos se habituarem à tribuna”, era defendida por Fernando de Almeida Marques, secretário-geral da Federação das Juventudes Sindicalistas, vd. “As escolas de militantes”, *A Batalha*, n.º 1199 – Ano IV, 24 de Outubro de 1922, p. 1.

²²⁵ Vieira, Deolinda Lopes, “A escola deve preparar a vida”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 2 – Ano I, 10 de Dezembro de 1923, p. 2.

²²⁶ Idem, *ibidem*.

“intelectuais” e “sábios exploradores”²²⁷. Numa tese sobre educação apresentada ao II Congresso das Juventudes Sindicalistas, em 1926, defendia-se que

não basta produzir. É necessário saber-se o que se produz e o valor da produção, condições essenciais para que num período em que se proporcione o triunfo da Revolução expropriadora seguido dum período mais ou menos destrutivo, se exija sem demoras e deficiências o período reconstrutivo.²²⁸

Era com isto em mente que a reacção de alguns operários à criação de cursos profissionais por parte dos sindicatos era negativa, considerando tal opção contraproducente aos interesses do próprio sindicato. Contrariamente a algumas suposições, estes operários consideravam que esses cursos, enquanto potenciais “viveiros de capatazes e encarregados”, serviriam mais os interesses do patronato do que os da classe operária. A formação técnica-profissional não podia ser separada da ideia de ensino integral e dos fins revolucionários da classe operária. Como tal, o alcance pretendido era maior. Num sentido mais imediato, para além de contribuir para a dignificação profissional e aumentar o conhecimento das indústrias, contribuiria para fortalecer as reivindicações operárias, assim como para aperfeiçoá-las, tornando-as mais “conscientemente humanas”²²⁹. Acima de tudo, e mais importante, esta preparação era fundamental para a criação da autonomia operária que permitiria tomar conta das indústrias e dos meios de produção. Para Emílio Costa, era preciso combater tanto a ilusão da “revolução-panaceia”, baseada na espontaneidade das massas e na crença da “eclosão magnífica do arranjo de tudo pelas virtudes da espontaneidade,”, como a ilusão “da eficácia da educação escolar” só por si, uma ilusão que considerava ter levado à secundarização de outras formas de organização por alguns militantes. Com estas críticas, Emílio Costa visava, portanto, tanto aquilo a que chamava a educação teórica (separada da prática) como a educação ideológica, assente numa “desastrosa concepção providencialista da revolução social”. A educação precisava de incluir o planeamento da sociedade pós-revolucionária e preparar “técnicos, administradores, dirigentes, organizadores, todos os que enfim sirvam os elementos políticos da nova sociedade”²³⁰. Apesar de estas palavras nos recordarem a já relatada e frequente intenção de criar uma vanguarda, neste caso capacitada para assegurar a produção e distribuição dos bens quando a classe operária estivesse na posse dos meios de produção, eram muito os

²²⁷ Lima, Adolfo. “A educação e o operariado”. *Germinal*, n.º 2, Março de 1916, pp. 47-51.

²²⁸ Comité Confederal, “Educação”, *A Batalha*, n.º 2270 – Ano VIII, 27 de Abril de 1926, p. 4.

²²⁹ Lima, *ibidem*.

²³⁰ Costa, Emílio, “Teoria e prática”, *A Batalha*, n.º 1898 – Ano VI, 31 de Janeiro de 1925, pp. 1-2.

militantes que sublinhavam que a preparação devia ser feita para eliminar a dependência “dos técnicos, engenheiros e intelectuais”²³¹ e devia ser por isso dirigida a

todos, e não apenas alguns, (...) para que todos conscientemente possam então ser valores perante o facto revolucionário afim não só de prestarem à grei os serviços que ela lhes reclamará, mas também para que não haja quem possa julgar-se sob o domínio de chefes ou de Messias, que são plantas que o sindicalismo não cultiva.²³²

A educação, tal como a emancipação económica, devia ser obra dos próprios trabalhadores. E por isso o sindicato era o local onde mais se incentivava ao despontar das iniciativas educativas. O sindicato não era apenas o lugar para organizar as reivindicações operárias; era, acima de tudo, um organismo de resistência e de cultura operária, onde se preparava a revolução e a pós-revolução a todos os níveis. A organização de escolas e instituições educativas não visava, como tal, unicamente a educação e formação dos sindicatos, mas, também, e como se defendia num editorial de *A Batalha* a propósito da criação de uma Biblioteca Operária, a possibilidade de o operariado “ir absorvendo certas funções que hoje estão entregues a instituições oficiais” e assumir a administração de “serviços públicos” como um treino.²³³

Para alguns militantes, a importância concedida à preparação técnico-profissional e à preparação revolucionária levava a questão da educação para lá do entendimento mais positivista de muitos dos seus proponentes. Havia quem considerasse que os conteúdos dessa educação não deviam contemplar apenas os saberes “neutros”, havendo que incluir, também, mais explicitamente, elementos da cultura sindicalista e libertária e o propósito de desenvolver os seus organismos. Na tese sobre educação que temos vindo a mencionar, apresentada no I Congresso Confederal em 1925, defendia-se que “para ser científica, verdadeira, [a educação] tem de identificar a sua acção com a ideologia, os seus meios com os fins, a sua base científica com o Ideal científico, o seu objectivo com a realidade”²³⁴.

As Juventudes Sindicalistas (J.S.), especialmente nos anos 20, foram quem mais incentivou a criação destas escolas directamente ligadas à organização revolucionária. Além de verem na educação um meio fundamental para desenvolver uma consciência operária e incutir um “espírito de classe” que levasse à compreensão da “missão futura”

²³¹ Anon., “A boa semente”, *A Batalha*, n.º 291 – Ano I, 17 de Dezembro de 1919, p. 1.

²³² Anon., “Discreteando”, *A Batalha*, n.º 167 – Ano I, 13 de Agosto de 1919, p. 1.

²³³ Anon., “A biblioteca operária”, *A Batalha*, n.º 858 – Ano III, 8 de Setembro de 1921, p. 1.

²³⁴ Campos, Manuel da Silva et al, “Educação”, *A Batalha*, n.º 2059 – Ano VII, 18 de Agosto de 1925, p. 4.

do operariado, a preparação revolucionária e técnico-profissional não podia ser plenamente eficaz se excluísse a intenção activa de formar militantes operários²³⁵. As “escolas de militantes” foram a resposta encontrada para essa necessidade e para procurar acelerar o processo revolucionário. O destaque da componente ideológica, vincado na própria designação destas escolas, distingue-se das respostas educativas geralmente promovidas pelos operários e pelos libertários. Mas a sua inclusão parece-nos pertinente por serem a expressão visível do que separava alguns militantes das fórmulas mais positivistas da “educação racional” que guiaram a maior parte das experiências. Apesar de também reclamarem essa mesma tradição “racionalista” e procurarem seguir alguns dos seus princípios, não tinham a mesma preocupação pedagógica que se podia encontrar nas propostas mais estruturadas de ensino – o que se podia explicar pela urgência que colocavam na concretização da transição revolucionária.

A vocação militante levava, ainda, à secundarização de outros aspectos e à reprodução de outras tendências presentes no meio operário. Em primeiro lugar, como seria previsível, os conteúdos privilegiados eram diferentes. Num texto referente à inauguração da Escola de Militantes do núcleo da J.S. de Lisboa, frisava-se que “nessas aulas serão postos, *de preferência*, problemas sociais à discussão”, mas “não serão, porém, postos de parte os problemas literários, artísticos e científicos”²³⁶. Em segundo lugar, persistiam certos formalismos condenados pela educação “racional” e rejeitados nas experiências portuguesas. Fernando de Almeida Marques, então secretário-geral da Federação das J.S., numa entrevista que já referimos em nota anterior e em que apresentava o seu plano para as Escolas de Militantes a criar, incluía entre os seus planos ter “os alunos [a falar] de um estrado para se habituarem à tribuna”, como forma de contrariar a manifesta “falta de oradores operários”²³⁷. Em terceiro lugar, contrariamente ao interclassismo que o “ensino racional” promovia, o público-alvo destas escolas era exclusivamente operário, constituindo as J.S., neste aspecto, um meio ainda mais fechado do que os sindicatos operários. Finalmente, a coeducação, geralmente defendida e promovida nas experiências educativas “racionalistas”, era secundarizada pela predominância masculina e por um certo machismo enraizado no

²³⁵ E.g. Marques, Alfredo, “A cultura mental do operariado”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 12 – Ano I, 18 de Fevereiro de 1924, p. 2.

²³⁶ (itálico nosso) Anon., “Escola de militantes”, *A Batalha*, n.º 1224 – Ano IV, 22 de Novembro de 1922, p. 1.

²³⁷ “As escolas de militantes”, *A Batalha*, n.º 1199 – Ano IV, 24 de Outubro de 1922, p. 1

meio operário. Nada indica que a participação feminina estivesse vedada nestas escolas, mas o discurso era diferente e direccionado com menos ambiguidades para o elemento masculino, como que reduzindo as mulheres à sua função de mães ou companheiras dos militantes²³⁸. Assim, em 1922, as J.S., num manifesto sugestivamente intitulado “Aos jovens! Aos pais! Aos trabalhadores!” em que defendiam a sua missão educativa, lançavam um apelo às mulheres para que estas deixassem “vir a nós os vossos filhos e os vossos irmãos e dispensai-nos toda a vossa simpatia porque a merecemos”²³⁹.

A ligação às J.S., particularmente perseguidas e vigiadas pelas autoridades por serem associadas a meios de intervenção mais radicais e a “ataques bombistas”, pesou sobre o funcionamento destas escolas. As suas actividades eram frequentemente reprimidas pela polícia e para a comunicação social republicana e monárquica estas pouco mais eram do que escolas onde “se ensina a fazer bombas”²⁴⁰. No seguimento da proibição de uma aula a acontecer numa escola de militantes em Lisboa, uma comissão em representação das J.S. reuniu-se com o governador civil de Lisboa para protestar contra a frequência com que as actividades destas eram reprimidas. Em resposta, o governador condenou a forma como as J.S. faziam a propaganda de ideias e afirmou ter em seu poder cadernos de inscrição de sócios, como as moradas dos militantes, e que “quando estala uma bomba, quando se pratica um acto violento e se fazem prisões, consultando esses cadernos, vejo sempre que os presos pertencem às Juventudes Sindicalistas”²⁴¹. Perante acusações como esta, as J.S. respondiam afirmando que a sua missão era a de criar homens conscientes e afastá-los da taberna.

Todavia, a ideia prevalecente era a de que a educação continha um potencial libertador imanente, independente de qualquer vinculação a um programa ou ideologia política, nomeadamente a anarquista. Contrariamente ao que sucedeu noutros países onde o anarquismo teve expressão equivalente, a posição de Bakunin, que defendia que o povo devia emancipar-se primeiro e só depois instruir-se²⁴², não encontrou grande eco em Portugal. É, aliás, emblemático que o lugar concedido à educação no projecto

²³⁸ Um tema que desenvolveremos no capítulo 6.

²³⁹ Núcleo das J.S. de Lisboa, “Um manifesto das Juventudes Sindicalistas – Aos jovens! Aos pais! Aos trabalhadores!”, *A Batalha*, n.º 1037 – Ano IV, 9 de Abril de 1922, p. 2.

²⁴⁰ Nas palavras do deputado Carvalho da Silva, vd. Anon., “Notas & Comentários - Calúnia!”, *A Batalha*, n.º 1202 – Ano IV, 27 de Outubro de 1922, p. 1.

²⁴¹ Anon., “As Juventudes Sindicalistas e o Governador Civil”, *A Batalha*, n.º 1238 – Ano IV, 9 de Dezembro de 1922, p. 1.

²⁴² *Apud.*, McLaughlin, Paul, *Mikhail Bakunin: The Philosophical Basis of His Anarchism*, New York: Algora Publishing, p. 28.

revolucionário anarquista tenha sido um dos factores frequentemente mencionados pelos opositores comunistas para vincar a distinção do seu modelo de revolução, tal como sublinhava José Carlos Rates²⁴³: “separa-nos dos sindicalistas e dos anarquistas eles darem uma importância primordial ao factor educação para provocar a revolução, enquanto nós supomos que serão os factos materiais que a hão-de provocar”²⁴⁴. Mesmo quando alguns militantes libertários se revelavam próximos desta postura, e colocavam a educação num segundo plano face a outras acções consideradas mais urgentes, daí nunca resultaram críticas de fundo ou tentativas de constrangimento de quaisquer esforços educativos, fossem eles no âmbito dos sindicatos e associações de classe ou nos grupos de afinidade e associações especificamente anarquistas²⁴⁵.

3.4 - A Escola Oficina N.º 1

A abundância de materiais e documentação que a Escola-Oficina N.º 1 deixou, permitiu que fosse estudada com um detalhe que não seria possível para outras escolas sindicais e libertárias do período. A sua duração e impacto, usufruindo de condições materiais e apoios de que nenhuma outra escola dispôs, explicam esse legado e explicam, igualmente, que nela se tenha desenvolvido e aplicado um modelo de ensino libertário a uma escala sem paralelo com nenhuma outra escola sua contemporânea. Por essas razões, tornou-se o modelo de referência das escolas sindicais e libertárias existentes e futuras. Contudo, a Escola-Oficina e os seus promotores, críticos da massificação do ensino e conscientes dos efeitos decorrentes da generalização de práticas que nasciam de contextos e necessidades específicas, não pretendiam criar um exemplo ou uma receita que se aplicasse a todas as experiências educativas. Recusaram, inclusivamente, os apelos para sistematizar as suas práticas de forma a providenciarem um modelo que orientasse outras escolas.²⁴⁶

As características da Escola-Oficina N.º 1 oferecem-nos uma síntese de muito do que atrás foi por nós apontado em relação ao ideal educativo libertário. Representa a

²⁴³ José Carlos Rates, marinheiro e operário conserveiro, foi um dos mais destacados militantes sindicais nas primeiras décadas do século XX. Posteriormente, converter-se-ia ao comunismo, tendo sido o primeiro secretário-geral do Partido Comunista Português (entre 1923 e 1925), e, em 1931, aproximar-se-ia do salazarismo, aderindo à União Nacional.

²⁴⁴ *Apud.* Brandão, Raul, 1984, *Os operários*, Lisboa: Biblioteca Nacional, p. 298.

²⁴⁵ Refira-se, mais uma vez, o caso da Argentina, onde esta cisão foi mais acentuada. e.g. Juan Suriano, *Paradoxes of Utopia: Anarchist Culture and Politics in Buenos Aires, 1890-1910*. Oakland: AK Press

²⁴⁶ Ver Candeias, *Educar de Outra Forma*, p. 511.

concretização de um modelo que, na maior parte dos casos, para os outros militantes, não passou de uma vontade. Por isso mesmo, esta experiência implicou a confrontação com os limites e as ambiguidades das concepções idealizadas e, conseqüentemente, a sua contínua reformulação e adequação para responder aos desafios que se colocavam. Estes desafios não derivavam somente das vicissitudes desse processo de efectivação. Surgiam, também, do dia-a-dia da escola e da relação entre professores e alunos, dentro e fora da sala de aulas, tal como da escolha e elaboração das matérias a leccionar. Mas eram devidos, igualmente, a condicionantes de ordem material, burocrática e política que eram mais ou menos alheias à vontade dos seus principais proponentes e que em alguns momentos interferiram com o seu funcionamento. Estas não eram apenas externas à escola – fruto, por exemplo, dos regimes políticos dominantes e das políticas públicas em vigor – mas, também, consequência das dinâmicas internas da própria instituição, atravessadas por diferentes sensibilidades políticas, sociais e pedagógicas.

A Escola-Oficina N.º 1 foi criada em 1905, através da Sociedade Promotora de Asilos, Creches e Escolas, por iniciativa de duas lojas maçónicas. Fundada com o propósito de ser uma escola profissional de marcenaria dirigida às classes populares, rapidamente se inicia a transformação dos seus programas curriculares. Para isso contribuiu a influência libertária trazida pela entrada de um conjunto de professores ligados ao ideal, também eles maçons, casos de Luís da Matta, António Lima e o seu irmão Adolfo Lima²⁴⁷, três das figuras mais importantes da história da instituição.

O período de vida desta instituição que aqui nos interessa considerar, seguindo a cronologia de António Candeias, vai de 1907 a 1918 e corresponde ao momento de implementação e consolidação daquilo a que o autor chama o “modelo libertário”. Atravessa, portanto, os últimos anos da Monarquia Constitucional e quase toda a primeira década do regime republicano. Depois deste período, com o abandono de Luís da Matta e, ainda antes, de Adolfo Lima, a escola entra num período de decadência e progressiva desvirtuação do modelo libertário dominante, ainda que César Porto, que assumiu o papel de responsável pedagógico, fosse também ele anarquista. Desde então, a Direcção da escola, predominantemente republicana, sobrepõe-se ao Conselho Escolar, composto por este grupo de professores maioritariamente libertários e responsáveis pelo rumo da escola nos anos anteriores (um caminho que não se fez sem

²⁴⁷ A filiação maçónica de Adolfo Lima nunca ficou cabalmente provada. Ver Candeias, *Educar de Outra Forma*, p. 159

alguns conflitos, como pudemos ver atrás, no exemplo que opôs o director Henrique Constant a algumas das escolhas pedagógicas seguidas pelo Conselho).

Abandonada a vocação profissional do projecto inicial, a escola caminha então, desde 1907, para um modelo sociopedagógico baseado no ensino integral que procurava responder à formação intelectual, técnico-científica e profissional dos alunos. As opções de estudos profissionais persistiram, mas sempre estruturadas de tal forma que o carácter integral da educação predominasse em qualquer uma delas. A liberdade era um dos eixos fundamentais desta concepção de ensino, que, como seria de esperar, se apresentava sempre como um projecto de subjectivação com os olhos no futuro: a Escola-Oficina devia representar o “que deve ser a escola primária do futuro, o tipo para que tende a escola”, e deve criar “os indivíduos do futuro”²⁴⁸. Em nenhum momento, contudo, se formula esse futuro em termos de “revolução” ou por referência ao “anarquismo”, mas sempre em termos abstractos, através de conceitos como o de liberdade, igualdade e solidariedade. Mais do que dirigida por um ideal fechado e normativo de uma “sociedade nova”, essa projecção futura continha, antes de mais, uma crítica da sociedade presente e a sugestão de um caminho que levasse à sua superação, através de uma concepção evolucionista, mas aberta, de progresso. Mais uma vez, combinavam-se transformação social e transformação individual. Para Adolfo Lima, a autonomia que subjazia às práticas de autogoverno promovidas por esta escola tinha o duplo benefício de estimular a individualidade e o “exercício e prática da acção individual perante a colectividade”, e, simultaneamente, evidenciar “a necessidade que todos temos de nos associar”, favorecendo, por essa via, “a tendência social por oposição à tendência individualista ou egoísta”, tal como a criação de uma “consciência social”.

O que distinguia esta perspectiva das “tradicionais” estava na centralidade concedida ao desenvolvimento da criança. Em termos latos, a atribuição dessa centralidade era comum a outras correntes pedagógicas modernas. Tanto no modelo libertário como em modelos mais “tradicionais” ou associados à chamada “educação nova”, tal intenção servia uma ideia de sociedade e a criação de um tipo de sujeito que nela encaixasse e para ela contribuísse. Mas a forma como esta se traduzia no modelo libertário era distinta. Neste caso, era conferida ao aluno maior liberdade em

²⁴⁸ “Relatório de contas e Gerência do Ano Económico de 1909-1910 e do ano de 1910-1911”, pp. 15-16, *apud.* Candeias, *Educar de Outra Forma*, p. 247

praticamente todas as dimensões da vida escolar, procurando equilibrar as relações de poder entre professores e alunos. O controlo dos professores persistia, principalmente na elaboração dos programas curriculares e dos conteúdos. Mas, em quase tudo o resto, os alunos eram chamados a intervir activamente e a participar nos processos de decisão de aspectos relacionados com a vida da instituição (dentro e fora da sala de aulas). Esta forma de democracia directa, assente na primazia da liberdade e da autonomia individual entendidas enquanto valores em si mesmos, procurava reduzir ao mínimo a instrumentalização do interesse do aluno pela vontade do professor e os constrangimentos ao seu desenvolvimento.

Nas aulas, a organização prévia dos programas lectivos pelos professores não pressupunha um modelo rígido e fechado, sujeito ao cumprimento estrito do que estava programado e calendarizado. Privilegiava-se um modelo aberto em que a curiosidade do aluno e as suas intervenções orientassem a aula, muitas vezes através de debates, cabendo ao professor a condução do que se passava dentro da sala de aula. Em muitos casos, como nos dá conta António Candeias, as aulas desviavam-se do que estaria previamente preparado por consequência da intervenção ou questão de um aluno. A participação activa do aluno era considerada mais importante e eficaz do que o método escolástico tradicional unidireccional e centrado no professor, em que a este cabia o papel activo e, aos alunos, o papel passivo de receptores do conhecimento. Desta forma considerava-se que mesmo as matérias que integravam os planos curriculares eram adaptadas ao que era considerado significativo pelos alunos²⁴⁹. O privilégio de métodos pedagógicos “activos” e não-directivos estava em consonância com os preceitos da educação racional, onde se privilegiava a aprendizagem pela experiência e pela observação, em detrimento do apriorismo que predominava nos métodos tradicionais. Mas o espaço concedido aos alunos na gestão da dinâmica das próprias aulas ia, provavelmente, mais longe do que outras experiências semelhantes acontecidas no período em Portugal.

O mesmo se passava com as formas de avaliação. Os exames foram abolidos em 1908 e substituídos por exposições dos trabalhos dos alunos. Foram igualmente extintos os graus ou os anos das aulas profissionais, assim como as notas de aproveitamento e de comportamento – prática que já era seguida por alguns professores da instituição, que as substituíram pelo “processo de serem os próprios alunos a avaliar e a marcar as suas

²⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 460.

próprias notas”. Com isto considerava-se ter sido eliminada “uma prejudicialíssima fonte de rivalidades e às vezes de injustiças”²⁵⁰. Ainda neste período, vemos também serem suprimidas as faltas e flexibilizados os horários. Num relatório relativo a esta matéria, defendia-se que “a educação da pontualidade, como qualquer outra educação, não pode fazer-se por *uma ordem*, pelo império de uma vontade, porque não convence e pode redundar numa injustiça. E toda a educação baseada numa injustiça é contraproducente e nula. O exemplo, a prática, é o maior estímulo e a mais eficaz e bela educação”²⁵¹. Em suma, ainda que em referência à questão específica dos horários, nesta citação encontramos explicitados alguns dos principais princípios que orientavam este modelo pedagógico: a educação pela punição e pela coerção deveria ser substituída, em praticamente todos os campos, pelo exemplo e pelo envolvimento do aluno, promovendo a sua autoconsciência e responsabilização.

A promoção de um equilíbrio das relações de poder foi procurada, também, através da eliminação de certas formalidades. Na gestão do espaço escolar não existiam praticamente restrições ou fronteiras claras, podendo os alunos ocupar as salas quando nelas não decorressem aulas, circular livremente pelo espaço em qualquer altura e até mesmo abandonar ou entrar nas aulas sem pedir permissão²⁵². Nas salas de aulas, não existia o habitual estrado para o professor e a sua disposição espacial era reorganizada com as carteiras a dar lugar a uma mesa onde todos, incluindo o professor, se sentavam. Professores e alunos tratavam-se pelo nome, quando os segundos, antes, eram tratados pelos seus números de matrícula, e o vestuário passava a ser semelhante para ambos (com o início da coeducação, em 1913, o vestuário escolhido passa a reflectir as diferenças de género, com as raparigas a usarem um vestido). Mais tarde, esse vestuário será mudado por vontade dos alunos, depois de manifestarem o seu descontentamento à direcção.

²⁵⁰ Relatório do Conselho Escolar para o ano de 1909-1910, *apud.*, idem, *ibidem*, p. 226.

²⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 243.

²⁵² O uso do espaço foi dos temas mais discutidos, em especial pela Direcção, que se queixava frequentemente de barulho, gritaria e de encontrar alunos “deitados no chão”, *vd.* Idem, *ibidem*, p. 294. Factor de alarme na direcção foi também o conhecimento de que as crianças iam brincar para o laboratório depois das aulas. As queixas sobem de tom a partir de 1912, quando o crescimento do número de alunos se descontrolou. Este aumento do número de alunos, consequência do sucesso da escola, era a razão apontada pelo Conselho Escolar para a perda de algum controlo na gestão do espaço, o que causou constrangimentos aos seus planos pedagógicos e abriu espaço para que gradualmente a direcção conseguisse introduzir regras e procedimentos que normatizavam a regulação da escola (Idem, *ibidem*, pp. 294 e ss.).

Um dos exemplos mais singulares da experiência da Escola-Oficina foi a constituição de uma associação de estudantes, *A Solidária*, em 1910, encarregue da gestão de uma parte da escola. De acordo com o princípio de que “a associação escolar deve ser a obra dos próprios educandos”²⁵³, *A Solidária* foi criada por iniciativa dos alunos, ainda que auxiliada e impulsionada por professores como Adolfo Lima, e funcionou com quase plena autonomia até, pelo menos, 1920. Os corpos administrativos da mesma eram compostos apenas pelas crianças da instituição e só estas podiam elegê-los. Para além da organização de excursões, almoços, actividades desportivas (como natação e ciclismo mas, também, dança e fotografia) e peças teatrais (tendo a associação construído o seu próprio teatro), tudo suportado financeiramente pela própria *Solidária*, a actividade provavelmente mais importante era a gestão da cantina escolar, com a função de providenciar refeições em todos os dias de aulas. A gestão da cantina implicava a elaboração dos menus, compra de alimentos, mobiliário e utensílios de cozinha, o pagamento de ordenados às cozinheiras e a distribuição de senhas. Todas as actividades da *Solidária* exigiam uma gestão orçamental e, como tal, colocavam as crianças a lidar com dinheiro. Sem grande surpresa, as contas da *Solidária* foram sempre deficitárias, dependendo em boa parte de contribuições exteriores às crianças e às actividades da associação, mas, enquanto houve dinheiro suficiente, os orçamentos e a sua gestão não foram um problema, mais uma vez com os professores a privilegiarem a experiência associativa em si e a aprendizagem pelo erro, sem interferência exterior, impedindo, ainda, que a função recreativa da associação fosse totalmente subordinada às suas funções utilitárias. À *Solidária* competia, também, a discussão de questões disciplinares que envolviam os estudantes e, mesmo, a discussão de matérias referentes aos professores ou à direcção.

A partir de 1920, os estatutos são alterados em Assembleia Geral e *A Solidária* passa a incluir, também, elementos do corpo docente, passando estes a ter o direito de eleger e ser eleitos para os cargos da associação. Também a Direcção da escola passa a ter poderes de gestão e de controlo sobre a associação. A partir desse ano, e segundo o historiador António Candeias, *A Solidária* torna-se um mecanismo de controlo dos alunos por parte da direcção e dos professores: “cada vez menos nesta associação se discutem pontos de vista ou se organizam festas, excursões ou actividades desportivas,

²⁵³ Lima, Adolfo, “Autonomia dos Educandos” in *Educação Social*, n.º 4, Abril de 1925, *Apud*. Candeias, *Ibidem*, p. 354.

artísticas e lúdicas; cada vez mais ela é utilizada para ‘informar’ os alunos das decisões das Direcções, ou para lhes passar reprimendas”²⁵⁴.

3.5 - Conclusão

Através de uma concepção integral da educação, os libertários procuraram romper com um modelo de ensino que actuava como reprodutor das desigualdades sociais e que servia primeiramente a intenção de criar um sujeito disciplinado segundo as normas do lugar e das funções que eram expectáveis que viesse a assumir. Para os anarquistas, tanto o ensino religioso como o laico funcionavam como meios de hegemonização de uma ordem fundada na estratificação social, em múltiplas desigualdades e no respeito pela autoridade. O ensino laico, segundo os anarquistas, apesar do abandono da matriz religiosa, mantinha a pretensão de criar “servidores inconscientes”, reforçava as hierarquias de classe, de género e culturais, incutia o amor pela Pátria e, por essa via, servia como reprodutor do poder do Estado e como via de normalização do patriarcado e da propriedade privada. As escolas libertárias, seguindo um modelo educativo racional, deviam, por outro lado, criar um sujeito autónomo, adequando-se os métodos de aprendizagem, os conteúdos e a própria organização do espaço escolar a um ideal de liberdade e auto-responsabilização que visava quebrar o autoritarismo que regulava as práticas educativas autoritárias. A Escola-Oficina N.º 1 foi o exemplo mais conseguido de uma escola modelada segundo o ideal libertário.

Não obstante, as premissas pedagógicas dos modelos libertários eram guiadas por uma crença de fundo positivista no poder da educação e correspondiam a um quadro de valores afim aos modelos educativos liberais então em consolidação por via estatal. A ideia de escola racional libertária partilhava traços significativos com as concepções educativas modernas que então se popularizavam, nomeadamente os da chamada educação nova. Foi, em parte, esse fundo comum, impulsionado pela cientifização da pedagogia por via da introdução de diferentes saberes disciplinares, em particular da psicologia, a manter o anarquismo em relação com as linhas que orientavam as práticas pedagógicas mais ou menos transversais à época. A escola libertária, mesmo nos seus momentos mais conseguidos, tinha na ideia de liberdade “o melhor processo de disciplina e de destruir condutas falsas”, para usar as palavras de Adolfo Lima citadas

²⁵⁴ Candeias, *Educar de Outra Forma*, p. 164.

no primeiro capítulo²⁵⁵, o que se traduziu, muitas vezes, num entendimento da prática escolar como um meio para a criação de um sujeito idealizado em termos restritivos e, conseqüentemente, na manutenção de formas de governo e de regulação das condutas que visavam uma ideia específica de ordem social.

²⁵⁵ Lima, Adolfo, “As formaturas escolares”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 78 – II Ano, 25 de Maio de 1925, p. 2.

CAPÍTULO 4 – “Enriquecer o cérebro, burilar o sentimento”: arte, propaganda e lazer

Enquanto forma de subjectivação, a educação não se limitava à criação de escolas e de cursos. A “cultura do espírito” fazia-se, também, através das diferentes formas de expressão artística (artes plásticas, teatro, literatura ou cinema), da imprensa e da propaganda, assim como do lazer e da forma como se ocupavam os tempos livres. Estas actividades eram elementos fundamentais no processo de formação integral do indivíduo. Evocando valores como a beleza, a perfeição, o bem e a verdade, compunham uma sensibilidade estética e moral sem a qual o conhecimento escolar elementar e a formação profissional desperdiçariam o seu potencial emancipatório. Esta sensibilidade atravessava todas as dimensões da cultura política libertária: contribuía para o aperfeiçoamento moral do indivíduo; consciencializava-o do lugar que ocupava na sociedade e do seu papel enquanto agente revolucionário; desenvolvia o brio e a exigência que devia pautar a relação do trabalhador com o seu labor; e, igualmente importante, proporcionava momentos de prazer e distração no dia-a-dia pesado de um operário. Em suma, as actividades culturais, artísticas e de lazer integravam um campo de significação e ordenação do mundo que se estendia para lá do tempo ocupado pelo trabalho e pelos momentos de luta.

Por tudo isto, o acesso à cultura era uma aspiração revolucionária guiada pelo mesmo desejo de autonomia que se encontrava noutros campos da luta libertária: na mesma medida em que se ambicionava acabar com a posse privada dos meios de produção e socializá-los de forma igualitária e solidária, ambicionava-se tornar os meios de produção cultural num bem comum e acessível a todos sem distinção.

4.1 – Arte, classe e reprodução social

Para a generalidade dos militantes, os artistas e os revolucionários travavam uma luta semelhante contra as ideias retrógradas e pelo progresso humano. Ambos eram movidos pela “mesma ânsia de beleza”²⁵⁶. A inseparabilidade da luta pelo “pão para o corpo” e da luta pelo “pão para o espírito” tornava incompreensível para a maioria a

²⁵⁶ Domingues, Mário, “A arte e os artistas ante a revolução”, *A Batalha*, n.º 665 – Ano II, 9 de Fevereiro de 1921, p. 1.

separação que se verificava entre o artista, o intelectual e o operário. Criticava-se assim tanto o operário que se desinteressava da produção cultural, e que por isso descurava a sua formação, como os artistas que eram “revolucionários em arte mas conservadores na vida social”²⁵⁷. Segundo David de Carvalho, “a luta que se desenrola no campo social, das novas fórmulas contra um anacronismo político e económico, também se desenrola no campo literário e artístico, onde o modernismo ataca com ardor os processos tradicionalistas e arcaicos das escolas e dos mestres”²⁵⁸. A cultura, para além de educativa, era, também, um campo de conflito, esperando-se que os artistas e os operários confluíssem no objectivo comum de derrubar as instituições antigas e substituí-las pelas novas.

Tal como com as escolas, considerava-se que a arte e a cultura se encontravam monopolizadas pela burguesia e pelas elites. Consolidavam desigualdades e privilégios e, por esse motivo, funcionavam como meio de reprodução social. Resgatar o seu potencial educativo implicava travar um combate que contrariasse essa hegemonia, criando novas vias emancipatórias e inclusivas para as classes afastadas das esferas de produção cultural. Nas críticas que visavam o classismo do campo artístico, apontava-se frequentemente o facto de o seu usufruto estar limitado às elites e excluir as classes populares. Estas viam ser-lhes vedado o acesso pelos preços elevados dos espectáculos e exposições, pelos seus longos horários de trabalho e, ainda, pelo que se considerava ser uma falta de instrução, que as levava a refugiar-se “nos espectáculos mais ordinários”²⁵⁹. Além destas razões, os conteúdos das obras artísticas retratavam, geralmente, as condições de vida e os interesses das classes altas, distantes dos problemas e aspirações das massas. Contra a moral corrompida e corruptora da “arte burguesa”, urgia, portanto, criar uma “arte social” que atraísse as classes populares e contribuísse para a sua educação.

Entre as principais razões apontadas para explicar este afastamento da arte estava o que se entendia ser o “mau gosto” do povo. Libertários, operários e burgueses partilhavam frequentemente esse diagnóstico, mas, para os primeiros, essa condição não era totalmente imputável às classes populares. A alegada falta de sensibilidade estética do povo era vista, acima de tudo, como resultante da monopolização da produção

²⁵⁷ Quintinha, Julião, “Problemas da actualidade: Os revolucionários em arte que são conservadores na vida social”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 72 – Ano II, 13 de Abril de 1925, p. 5.

²⁵⁸ Carvalho, David de, “A luta contra o anacronismo”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 59 – Ano II, 12 de Janeiro de 1925, p. 2.

²⁵⁹ Vasco, Neno, “Arte e Revolução”, *A Sementeira*, n.º 1 – II Série – I Ano, Janeiro de 1916, pp. 10-11.

cultural e artística pela burguesia. Eduardo Frias reconhecia que, enquanto as elites assistiam a “teatro do bom”, as massas operárias assistiam a teatro de revista (alvo frequente das críticas dos libertários), mas defendia que, se assim acontecia, não era por culpa das próprias. Do mesmo modo, a qualidade dos espectáculos e obras que lhes eram acessíveis não podia ser justificada pela sua falta de gosto. A decadência da arte acompanhava a decomposição da sociedade, num processo decorrente do predomínio burguês e do seu desprezo pela elevação das classes subordinadas. Mais importante, era um processo para o qual os trabalhadores afirmavam não contribuir: antes pelo contrário, consideravam-se os únicos dedicados a procurar invertê-lo, “para construir [a sociedade] em bases novas, mais humanas, mais limpas.”²⁶⁰

O classismo predominante nos diferentes campos da produção artística também não era necessariamente uma consequência da pertença dos artistas às elites. A condição precária do artista era frequentemente recordada para sublinhar que estes se encontravam mais próximos da classe operária do que das classes altas. Mas era também essa condição precária que os tornava dependentes destas classes, geralmente mais ilustradas, com maior poder de consumo e proprietárias dos espaços e circuitos de exibição das produções culturais. No lançamento da *Novela Vermelha*, uma iniciativa editorial de *A Batalha* que publicou “curtas novelas concebidas num intuito educativo e salutar”, afirmava-se que “o literato é (...) o indivíduo mais dependente dos interesses capitalistas. Se se recusar a servir directa ou indirectamente a classe predominante é condenado ao silêncio. Fecham-se-lhe os jornais e os editores negam-se, por medo, a fazer vir a lume a matéria literária que possa ser considerada subversiva”²⁶¹. Para Mário Domingues, essa dependência de “uma casta” obrigava os artistas e agentes culturais a defendê-la e, como tal, “a arte não pod[ia] senão representar os interesses dessa casta.”²⁶² Por todas essas razões, a separação do trabalho manual e do trabalho intelectual, que subjazia ao desprezo dos intelectuais pelas classes populares, era vista como contraproducente. Artistas e intelectuais eram chamados a integrar as fileiras

²⁶⁰ Frias, Eduardo, “A sensibilidade do povo vista pelo prisma burguês”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 100 – Ano II, 26 de Outubro de 1925, pp. 4-5.

²⁶¹ Anon., “A Novela Vermelha”, *A Batalha*, n.º 732 – Ano III, 17 de Abril de 1921, p. 1. A colecção *A Novela Vermelha* reuniu 12 obras escritas por Manuel Ribeiro, Nogueira de Brito, Cristiano Lima, Sobral de Campos, Mário Domingues, Augusto Machado, Jesus Peixoto, José Benedito e Julião Quintinha. Publicou-se entre Maio de 1921 e Julho de 1922.

²⁶² Domingues, Mário, “A arte e os artistas ante a revolução”, *A Batalha*, n.º 609 – Ano II, 11 de Dezembro de 1920, p. 1.

revolucionárias, afirmando-se que teriam a ganhar com uma revolução tanto como os operários.

Combater a separação que “narcotiza[va] “a sensibilidade e a inteligência de uns e outros, ao ponto de provocar entre ambos um injustificado despeito”²⁶³, não passava apenas por destacar a condição proletária dos artistas e o papel disruptivo que partilhavam com os revolucionários. Os operários reclamavam, também, a possibilidade de lhes ser reconhecido o papel de agentes culturais e intelectuais, fosse enquanto consumidores, fosse enquanto criadores. Para muitos militantes, as reivindicações culturais não tinham importância apenas pelo seu papel na educação e no aperfeiçoamento moral do indivíduo. O interesse do operariado pela cultura e pela arte era também a expressão de uma subversão do papel social a que pareciam nascer condenados e, por isso, um desafio à ordem hegemónica. O operário que se dedicava à sua instrução e formação artística representava “um já elevado grau de dignidade e de consciência moral” e um “índice da revolta consciente contra o carácter mais brutal da escravidão”²⁶⁴. Entre aqueles que ocupavam o seu tempo com essas actividades, encontrava-se o desejo de “deixarem de ser produtores para serem homens” e a vontade de se absterem “da sua existência escravizada sempre que pode[m]”²⁶⁵, aproveitando “mais tarde as horas que lhe restam do labor quotidiano para se entregarem à leitura de obras que possam fazer a sua ilustração”²⁶⁶.

Só o acesso das classes populares à arte e à cultura poderia fazer com que estas deixassem de ser factores de privilégio e distinção de classe. Neste sentido, Nogueira de Brito, habitual crítico de arte nas páginas d’*A Batalha*, lamentava que em Portugal se escolhessem sistematicamente “recintos de elite” para a realização de concertos e exposições, locais que pelos seus preços, pelas “exigências de ordem indumentária” e mesmo por “educação e por condição” tiravam “aos trabalhadores toda a vontade de frequência, quando não os impedem completamente de a elas concorrer”. Daí surgia a questão: “porque não hão de os artistas procurar as salas das associações operárias para a exibição dos seus méritos?”:

²⁶³ Nogueira de Brito, “A arte e o povo”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 35 – Ano I, 28 de Julho de 1924, p. 6.

²⁶⁴ Vasco, Neno, “A Casa dos Trabalhadores e as 8 horas”, *A Batalha*, n.º 228 – Ano I, 14 de Outubro de 1919, p. 1.

²⁶⁵ Anon., “O direito à vida”, *A Batalha*, n.º 1062 – Ano IV, 9 de Maio de 1922, p. 1.

²⁶⁶ Anon., “A guerra ao livro”, *A Batalha*, n.º 437 – Ano II, 16 de Junho de 1920, p. 1.

Não fica mal que Chopin, Schumann e Wagner se oiçam nos sindicatos, (...) como ainda menos ficará mal aos nossos mestres de pintura encostar às paredes das salas das associações do operário os seus quadros, antes que a bolsa do rico os adquira para logradouro dos seus olhos e dos que com ele privam.²⁶⁷

Como forma de contornar a inacessibilidade da arte às camadas populares e combater os preços elevados do entretenimento, os sindicatos, juntamente com as sociedades de recreio²⁶⁸, procuravam disponibilizar e organizar todo o tipo de actividades: saraus literários, grupos dramáticos e musicais, exposições, concertos, palestras e até excursões e visitas guiadas a museus ou locais de interesse cultural. Nas vésperas de uma festa organizada por *A Batalha*, destacava-se a importância dessas actividades nas associações de classe, pois estas

têm descurado em grande parte o papel de educação moral e intelectual que deviam e podiam desempenhar. Nem só a sua missão é o pugnar pelo aumento de salários ou pela diminuição de lucros de labor; o desenvolvimento pelo teatro, pela palestra, pela leitura explicada, do que a arte, a ciência, a moral nos possam ensinar (...) são coisas que devem encontrar-se no primeiro plano dum programa de emancipação social.²⁶⁹

Apesar da sugestão de que não era feito o suficiente, a maioria dos sindicatos reconhecia que a sua missão ia para lá das reivindicações materiais e procedia de forma a estabelecer-se enquanto centro da sociabilidade operária. Procurava organizar as lutas, mas, também, os momentos de confraternização e a educação dos seus sindicados. Por isso procuravam que as suas sedes reunissem, sempre que possível, as condições adequadas para a organização de todo o tipo de actividades culturais ou de lazer. Perante as dificuldades que a maioria das classes profissionais encontrava para adquirir um edifício que satisfizesse esse desejo, e motivados pelo sucesso do recém-criado jornal diário *A Batalha* (um projecto que até à sua concretização foi por muitos considerado inexequível), foi lançada em 1919 a ideia de criar uma Casa dos Trabalhadores em Lisboa. A ideia suscitou grande adesão e, durante meses, mobilizou um grande número de militantes, organizando-se iniciativas de apoio e de recolha de fundos. O plano nunca se concretizou, mas, enquanto a ideia se manteve no horizonte, nos textos e cartas que quase diariamente se publicavam na imprensa operária, especialmente n' *A Batalha* (um dos principais dinamizadores do projecto), exprimiam-

²⁶⁷ Nogueira de Brito, “A arte e o povo”..., p. 6.

²⁶⁸ Ver os comentários ao primeiro Congresso das Sociedades de Recreio: Barros e Silva, “O Congresso das Sociedades de Recreio”, in *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 29 – Ano I, 16 de Junho de 1924, p. 6.

²⁶⁹ Anon., “O grande festival operário”, *A Batalha*, n.º 61 – Ano I, 25 de Abril de 1919, p. 1.

se frequentemente as necessidades e os desejos a que esta devia responder e que iam muito para lá das questões combativas. Sem estranheza, a questão educativa e cultural era transversal a quase todas as manifestações em defesa do projecto. A sua importância era defendida pela urgência em ver o trabalhador substituir a taberna e o café pela sua associação (uma preocupação recorrente) ou, simplesmente, para proporcionar momentos informais de confraternização entre os operários, sublinhando-se a importância das condições de conforto e higiene que a Casa dos Trabalhadores devia assegurar e que os operários não poderiam encontrar nos seus próprios lares. Mas, acima de tudo, devia providenciar espaços e facilidades logísticas para a realização de todo o tipo de actividades sindicais, culturais e educativas²⁷⁰. Numa nota entusiasmada, Neno Vasco expressava a ambição comum a muitos militantes:

amplas salas para assembleias, bibliotecas, conferências, concertos, espectáculos! A música, o teatro, a arte declamatória e didáctica, todas as artes, servidas pelos artistas sindicados, enchendo os merecidos ócios do trabalhador, enriquecendo-lhe o cérebro, burilando-lhe o sentimento!²⁷¹

As questões de classe que perpassavam as posições dos operários e libertários sobre as artes eram marcadas por outros paradoxos. O contraste entre algumas formas da cultura popular e as opiniões da vanguarda operária ou intelectual que escrevia na imprensa era constante. Em torno desta vanguarda geravam-se, frequentemente, debates sobre a possibilidade ou impossibilidade da regeneração ou adequação à luta revolucionária de certas formas de arte. À discrepância entre o número de críticos na imprensa libertária de algumas actividades culturais e artísticas populares (como era o caso do fado, dos bailes e até do teatro de revista) e a presença frequente destas nos eventos organizados pelos próprios operários não seriam estranhas as diferenças de classe que permeavam o próprio movimento libertário – diferenças essas que devem ser sublinhadas, especialmente quando a imprensa é uma das principais fontes para o estudo da cultura libertária. Uma parte importante dos redactores que preenchiam as páginas dos jornais operários eram intelectuais de profissões liberais (como advogados ou professores) e estavam, por isso, apesar da sua solidariedade e militância no movimento operário, distantes do dia-a-dia e dos hábitos quotidianos dos operários. Por essa razão, muitos traços da cultura popular eram vistos com desprezo ou altivez e interpretados à

²⁷⁰ Para uma síntese de tudo aquilo que a Casa dos Trabalhadores devia reunir, ver Anon., “A Casa dos Trabalhadores”, *A Batalha*, n.º 308 – Ano I, 5 de Janeiro de 1920, p. 1.

²⁷¹ Vasco, Neno, “A Casa dos Trabalhadores e as 8 horas”, *A Batalha*, n.º 228 – Ano I, 14 de Outubro de 1919, p. 1.

luz de uma distinção – confessada ou não – entre “alta cultura” e “baixa cultura”. Daí, provavelmente, o conservadorismo estético que pautava muitas das suas opiniões sobre arte e a correspondência com um cânone partilhado pelas elites, em que a dança clássica era preferida aos bailes populares ou às “danças modernas”²⁷², a música clássica ao fado e ao jazz, a pintura naturalista e realista à maioria das vanguardas modernistas (a citação de Nogueira de Brito, partilhada algumas páginas atrás, é ilustrativa das formas de arte apreciadas e consideradas legítimas).

4. 2 - Arte social e crítica da arte

Apesar da separação entre “alta cultura” e “baixa cultura”, a importância que se reconhecia ao esforço criativo dos operários e das classes populares concedia às suas criações artísticas e culturais um valor próprio que, por vezes, secundarizava a qualidade técnica ou a própria mensagem que procuravam passar. Por essa razão, estas criações nem sempre eram sujeitas ao mesmo escrutínio crítico que as dos artistas de outras classes. Mário Domingues, numa das suas crónicas de crítica de arte, dedicada a uma exposição em que as obras eram maioritariamente de artistas operários, assinalava precisamente essa diferença de critérios ao afirmar que

nesta exposição não nos preocupa o detalhe; pouco nos importa que haja melhores pintores ou escultores; que uma figura não possua carácter ou que a cor de certo poente não seja perfeita. O que temos de exaltar aqui é o esforço, a boa vontade, o entusiasmo dos expositores, que tentaram, com bastante êxito, reunir artes tão diferentes, fazendo enveredar a arte por um caminho novo – a arte para o povo – que tanta vez aqui temos preconizado.²⁷³

Quando as críticas visavam artistas que não fossem de origem popular, os critérios mudavam. O mesmo Mário Domingues, dois anos antes, criticava uma exposição de Leitão de Barros por no seu trabalho a técnica “não ser posta ao serviço da verdade”, por deturpar a cor das paisagens e não ter qualquer valor educativo, acusando-o de ser um artista de gabinete. Domingues afirmava não encontrar nas obras de Barros qualquer “ideal alevantado, uma noção de vida que passa, desta vida de miséria, de dor, de convulsão em que todo o mundo se debate”²⁷⁴. Julião Quintinha, outro crítico regular

²⁷² E.g. Vasco da Fonseca, “A mulher e as danças modernas”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 60 – Ano II, 19 de Janeiro de 1925, pp. 4-5.

²⁷³ Domingues, Mário, “A arte e os artistas”, *A Batalha*, n.º 704 – Ano III, 20 de Março de 1921, p. 1.

²⁷⁴ MD, “A arte e os artistas”, *A Batalha*, n.º 278 – Ano I, 4 de Dezembro de 1919, p. 2. A crítica aos artistas portugueses por não expressarem na sua obra qualquer ideal, por a reduzirem a um “exercício” técnico e por ignorarem os problemas da época em que viviam era repetida regularmente por Domingues.

de arte nas páginas de *A Batalha*, apesar de considerar que o critério moral não devia servir para avaliar as obras artísticas – “não há moral nem imoral; o que há é obras bem feitas ou mal feitas” –, também apontava à ausência de um ideal em muitos dos trabalhos que sujeitava à sua apreciação²⁷⁵.

Afirmações como esta, em que se procurava eliminar o critério moral e cingir a avaliação dos trabalhos artísticos ao que é “bem feito” ou “mal feito”, procuravam, naturalmente, estabelecer a objectividade e a neutralidade das críticas. Apesar de tais declarações de intenções serem paradoxalmente acompanhadas por apreciações de carácter moral sobre a mensagem, as personagens das obras ou até sobre os autores, procurava-se, também, defender o campo da arte como um campo autónomo, independente de quaisquer doutrinas políticas, tal como sucedia, por exemplo, com o que se pretendia para a educação.

O caso do escritor e popular militante libertário Manuel Ribeiro²⁷⁶ é exemplar da tensão entre o critério moral e o critério “técnico” como factores de apreciação da qualidade da obra. A publicação do primeiro livro da chamada “trilogia social”, *A Catedral* (1920), revelou a aproximação do escritor ao catolicismo, confirmada nas duas obras seguintes, *O Deserto* (1922) e *A Ressureição* (1923). Se o primeiro trabalho foi recebido com alguma simpatia pelo meio libertário, apesar da apreensão causada pela “indulgência [e] condescendência exagerada perante a religião católica e os católicos”²⁷⁷ denotada em algumas passagens, os seguintes iniciaram um aceso debate na imprensa libertária, que se prolongou nos anos seguintes e culminaria com a separação entre o

Por exemplo, sobre a exposição anual de Belas Artes, afirmava que “os pintores em Portugal não têm miolos, não pensam (...). É uma verdadeira miséria intelectual. Não há naquelas salas uma opinião; uma concepção mais alta da vida; um voo largo para a perfeição; não existe um ideal”, *vd. M.D.*, “A arte e os artistas”, *A Batalha*, n.º 751 – Ano II, 7 de Maio de 1921, p. 1.

²⁷⁵ E.g. Quintinha, Julião, “Dos livros e dos autores”, *A Batalha*, n.º 1771 – Ano VI, 2 de Setembro de 1924, p. 2.

²⁷⁶ Manuel Ribeiro (1878-1941), natural de Beja, foi empregado de escritório da CP e jornalista, mas notabilizou-se como escritor e poeta. Começou por militar no campo republicano mas, após a instauração da República, aproximou-se em definitivo do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, defendendo este último como uma doutrina que se bastava a si mesma e que devia por isso manter-se independente do anarquismo. Entusiasmado com a revolução bolchevique russa, funda, em 1919, a Federação Maximalista Portuguesa (FMP) e exerce a função de director do seu órgão de imprensa, *A Bandeira Vermelha*. Ainda integrou o Partido Comunista Português, que veio a suceder à FMP, mas por pouco tempo. No início dos anos 20 reconverte-se ao catolicismo, confissão de que se tinha afastado com a adesão ao campo libertário, o que foi evidenciado pela trilogia literária a que nos referimos em seguida.

²⁷⁷ Domingues, Mário, “Manuel Ribeiro e a sua literatura – Um revolucionário arredado da sua missão? Condescendência perigosa? Um género de literatura que convém discutir”, *A Batalha*, n.º 1142 – Ano IV, 17 de Agosto de 1922, p. 1. A este artigo seguem-se outros dois do mesmo autor, convidando Manuel Ribeiro a reagir e esclarecer a sua conversão ao cristianismo (“Ainda Manuel Ribeiro”, *A Batalha*, n.º 1150 – Ano IV, 26 de Agosto de 1922, p. 1).

escritor e o movimento, com acusações de traição. Após a edição de *O Deserto*, Mário Domingues publicou uma série de artigos a manifestar a sua desilusão com a obra, não pela sua qualidade literária, mas pela frustração de ver o escritor trocar “a infinita superioridade dos nossos ideais de Justiça, de Bondade, de Beleza” pela “sedução caduca, impotente, fanada da fé cristã”²⁷⁸. Perante a insistência de Domingues para que Manuel Ribeiro reagisse e esclarecesse a sua conversão ao cristianismo – por não querer “ver perdida a sua reputação” e “os católicos cantarem vitória”²⁷⁹ –, o escritor vem a público, contrariado, reafirmar as suas “velhas concepções sociais”, negar a “adesão a credo algum religioso” e defender o carácter revolucionário da obra²⁸⁰. As explicações de Manuel Ribeiro não satisfizeram os críticos, que lhe atribuíam o intuito de prestigiar a religião e exaltar a fé, mostrando-se preocupados com a apologia do livro feita pelos católicos e, em toada paternalista, afirmando que “o leitor mal preparado moralmente (...) sente-se seduzido pela vida monástica”²⁸¹. Julião Quintinha – que através vimos defender que “não há moral nem imoral; o que há é obras bem feitas ou mal feitas” – elogiava o livro “primoroso” e belo literariamente, mas contestava que fosse um “romance” e afirmava a incompatibilidade de algumas ideias com o “pensamento *moral*, económico e social da nossa época”, pouco “conformes com a psicologia dum vulgar revolucionário”²⁸².

A dimensão da polémica e a separação de Manuel Ribeiro do movimento revolucionário libertário não podem, contudo, ser reduzidas à sua aproximação ao cristianismo e ao catolicismo. Em causa estava, também, uma ideia de luta social e de revolução que Mário Domingues via sacrificada por Manuel Ribeiro na apologia que a sua obra fazia da vida monástica, interpretada enquanto “filosofia da inação, da contemplação silenciosa, da renúncia, da submissão”²⁸³. Acresce a isto que o afastamento entre Manuel Ribeiro e os anarquistas tinha começado a acentuar-se antes desta polémica e era perceptível desde a sua aproximação aos ideais comunistas soviéticos. A fundação da Federação Maximalista Portuguesa, em 1919, e a sua

²⁷⁸ Domingues, “Manuel Ribeiro e a sua literatura”...

²⁷⁹ Domingues, “Ainda Manuel Ribeiro”...

²⁸⁰ Ribeiro, Manuel, “Manuel Ribeiro defende o seu ponto de vista”, *A Batalha*, n.º 1154 – Ano IV, 31 de Agosto de 1922, p. 1. No n.º 1163 Manuel Ribeiro volta a responder.

²⁸¹ Domingues, Mário, “As incoerências de Manuel Ribeiro”, *A Batalha*, n.º 1164 – Ano IV, 12 de Setembro de 1922, p. 1.

²⁸² Quintinha, Julião, “«O Deserto», de Manuel Ribeiro”, *A Batalha*, n.º 1229 – Ano IV, 28 de Novembro de 1922, pp. 1-2.

²⁸³ Domingues, Mário, “Manuel Ribeiro e a sua obra - Examina-se imparcialmente ‘O Deserto’ e chega-se a conclusões pessimistas no que respeita à defesa das ideias revolucionárias”, *A Batalha*, n.º 1143 – Ano IV, 18 de Agosto de 1922, p. 1.

conversão, em 1921, no Partido Comunista Português, com Manuel Ribeiro entre os principais intervenientes, vieram criar um conflito intenso entre ambas as correntes políticas, resultando numa cisão que marcaria o movimento operário nos anos e décadas seguintes²⁸⁴.

Em síntese, nas reacções à obra de Manuel Ribeiro encontramos exposta a ideia de que a arte, para ser reconhecida enquanto tal, mais do que revelar a qualidade técnica do artista, devia veicular um ideal revolucionário ou de crítica social e recusar, inequivocamente, a apologia de instituições religiosas e estatais. Esteticamente devia corresponder a um conjunto de linguagens que não rompessem com as “leis” naturais e sociais ou que não confrontassem o entendimento positivista da verdade que perpassava a mundividência anarquista. No fundo, quando se falava de uma “arte social”, falava-se de uma arte que conjugasse a denúncia social com uma representação tão fiel quanto possível do que se entendia ser o mundo, movido por leis universais e pelo desígnio histórico do progresso²⁸⁵.

No geral, as obras que chocavam com o cânone estético valorizado pelos libertários – em regra naturalista ou realista – eram desconsideradas enquanto sinais de pedantismo ou de narcisismo. A posição perante as vanguardas artísticas era reveladora deste conservadorismo estético. Apesar da sua ligação, em alguns países, ao meio libertário, as vanguardas em Portugal eram frequentemente visadas pela crítica de alguns militantes. Para a maioria, a liberdade era indissociável das questões sociais e, como tal, não existia algo como uma “liberdade artística” independente da veiculação de uma mensagem de transformação social ou de denúncia das desigualdades. A liberdade entendida em termos abstractos e a originalidade não constituíam, só por si, critérios de apreciação artística. Por isso mesmo, o cubismo, o futurismo, o expressionismo, o impressionismo, e até o primitivismo, eram, para esses militantes, uma “falsa arte moderna (...) postiça [e] grotesca”, ao serviço da “exaltação do

²⁸⁴ Em 1924, nas páginas d’*A Comuna*, Alfredo Gaspar, um “ex-agente da *Bandeira Vermelha* [órgão da Federação Maximalista Portuguesa] em New-Bedford, Mass., mas que nunca foi bolchevista”, lançava uma subscrição pública para “comprar um hábito de frade e um rosário de carola” a Manuel Ribeiro, que apelidava de “o bolchevista assanhado e aspirante a Lénine ‘pretogues’, e hoje convertido à fê católica” (os subscritores pareciam ser todos militantes emigrados nos Estados Unidos da América), vd. Gaspar, Alfredo, “Um post-escripto”, *A Comuna*, n.º 63 (153) – Ano V – Série II, 25/5/924, p. 4.

²⁸⁵ Algo que vimos sugerido na própria discussão sobre a obra de Manuel Ribeiro, mas que podia ser encontrado em muitas outras críticas ou considerações sobre arte. Como exemplo, Adolfo Lima, em crítica a uma “tragi-comédia” em exibição no Teatro Nacional, defendia que “no estado actual da ciência” não eram admissíveis peças “que desconheçam o determinismo social dos factos e o condicionalismo psíquico das acções humanas”, “O pasteleiro de Madrigal”, in *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 10 – Ano I, 4 de Fevereiro de 1924, pp. 5-6.

capitalismo, do industrialismo e do individualismo”²⁸⁶. Representavam uma “hipertrofia da individualidade”, eram marcadas por um “excessivo egoísmo” e movidas por uma preocupação com a originalidade que chegava ao “delírio”²⁸⁷. A crítica à ideia de autor, pelo que se entendia ser um culto do artista e da afirmação do seu nome característico da “arte moderna”, estava subjacente a estas diatribes, procurando ressaltar-se o carácter didáctico e comunitário da arte.

Em algumas destas críticas, o conservadorismo evidenciava-se, também, na denúncia do rompimento total da “arte moderna” com o passado. Se a originalidade e a inovação deviam ser valorizadas, na arte esta dialogava tanto com o passado como com a ideia do futuro revolucionário, devendo a “arte moderna” ser a expressão do “passado mais *um*”, residindo a originalidade nesse *um*²⁸⁸. Por outras palavras, mais do que plenamente revolucionária e impulsionadora de uma ruptura total com as linguagens correntes, a arte inseria-se numa tradição e devia ser renovadora, como, aliás, sugeria o próprio título – *Renovação* – da publicação quinzenal especialmente dedicada às artes do diário *A Batalha*²⁸⁹.

Por outro lado, alguns autores, como Ferreira de Castro²⁹⁰, sem descartarem o carácter social como o fundamento principal da arte, e sem fazerem a apologia directa das expressões referidas de “arte moderna”, afirmavam que esta só devia “amar intensamente o futuro”, deixando “o passado em seus sarcófagos”. Ferreira de Castro sublinhava que a arte passada servia a glorificação heróica “dos guerreiros e das igrejas”, das guerras, “do chicote e [d]a crueldade”²⁹¹, e apelava a uma “revolução

²⁸⁶ Anon., “Da ‘Arte Moderna’”, *Renovação*, n.º 8, 15 de Outubro de 1925, pp. 114-115.

²⁸⁷ Idem, *ibidem*.

²⁸⁸ (itálico no original) Idem, *ibidem*.

²⁸⁹ A *Renovação*, publicação iniciada em 2 de Julho de 1925, era anunciada como uma revista que vinha combater “o privilégio da arte e da cultura pugnando pelo direito do povo ao prazer da vida e do espírito”, prosseguir a “obra de educação popular e emancipadora” e testemunhar que “o operariado não é indiferente as manifestações artísticas, as concepções de beleza”, cf. Anon., “Nem só do pão vive o homem”, *A Batalha*, n.º 2010 – Ano VII, 20 de Junho de 1925, p. 1.

²⁹⁰ José Maria Ferreira de Castro (1898-1974), jornalista e escritor, integrou o grupo editorial de *A Batalha* e a equipa de redactores das suas publicações, nomeadamente do diário *A Batalha* (1919-1927), do semanário *Suplemento Literário e Ilustrado* (1923-1927) e do quinzenário *Renovação* (1925-1926). Foi como romancista que se notabilizou, em particular com o romance *A Selva* (1930) que lhe trouxe projecção internacional e contribuiu para torná-lo no escritor português mais traduzido à época. Manteve-se sempre próximo dos ideais libertários, o que o levou a recusar integrar estruturas partidárias ou iniciativas políticas, como a candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República, para a qual foi convidado para fazer parte da Comissão de Honra. Sobre a vida e a obra de Ferreira de Castro ver Alves, Ricardo António, 2002, *Anarquismo e Neo-Realismo: Ferreira de Castro nas encruzilhadas do século*, Lisboa: Âncora.

²⁹¹ Ferreira de Castro, “O perigo do classicismo”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 105 – Ano II, 30 de Novembro de 1925, p. 4.

artística” que fosse criativa, em vez de meramente reprodutiva ou descritiva²⁹², o que contrastava, em parte, com uma arte refém da “realidade” e da representação desta que era defendida por muitos libertários.

Mário Domingues, distanciando-se também de um certo conservadorismo, escreveu diversas vezes sobre o futurismo e as críticas que lhe eram dirigidas, elogiando a “ousadia semi-heróica de romper com o meio e lançar à tela, francamente, desassombradamente, os seus sentimentos nobres, encarando a beleza da vida de conformidade com o avanço impetuoso deste século renovador”²⁹³. Considerava que esta era uma expressão artística “perseguida e incompreendida”, distanciando-se do “coro dos trocistas do futurismo, antes preferindo rir dos conservadores”. Sem se desviar das preocupações da “arte social”, defendia que as questões que interessava colocar a estas formas de “arte moderna” e, em particular, ao futurismo, “antes de atacar, de a tentar demolir”, eram se seria “moral ou imoral? Trará vantagens à humanidade? Não trará?”²⁹⁴

Independentemente da veiculação de um ideal ou da crítica social, a relação entre a obra de arte e o trabalho do artista, especialmente quando de origem operária, era, também, particularmente valorizada. A representação do imaginário operário, das suas condições de vida e de uma identidade de classe, era frequente. Mas a conexão entre arte e trabalho devia funcionar nos dois sentidos, isto é, não deviam ser apenas o “mundo” do trabalho e a condição do trabalhador a serem representados na arte; o próprio trabalho e o seu produto deviam ser uma forma de expressão artística, uma manifestação do espírito de perfeição e do zelo profissional do operário, uma manifestação que demonstrasse a sua elevação moral e a do seu ideal²⁹⁵. Pela ligação directa com o seu ofício, um dos artistas representados na exposição de arte popular atrás referida, o operário metalúrgico Lourenço Chaves de Almeida, autor de trabalhos em ferro, merecia os mais rasgados elogios de Mário Domingues. A sua obra exemplificava que “o trabalho é espírito; que ao trabalho – rude até hoje, gerador da

²⁹² Ferreira de Castro, “As novas tendências literárias: Da Arte de Descrever à Arte de Sugerir”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n. 12 – Ano I, 18 de Fevereiro de 1924, p. 1.

²⁹³ Domingues Mário, “A arte e os artistas”, *A Batalha*, n.º 389 – Ano II, 27 de Março de 1920, p. 2.

²⁹⁴ M.D., “A arte e os artistas – Exposição futurista de Almada Negreiros”, *A Batalha*, n.º 431 – Ano II, 7 de Junho de 1920, p. 1.

²⁹⁵ E.g Anon., “Defendendo os bons processos de construção”, *A Batalha*, n.º 154 – Ano I, 30 de Junho de 1919, p. 2, em que a Associação dos Pedreiros lamenta o incumprimento das normas de segurança e de boa execução profissional, afirmando que “parece-nos mesmo que desapareceu o gosto pelo Belo e pela Arte”.

riqueza alheia e do cansaço físico – se pode aliar um pensamento mais alto; que ao trabalho árido pode gerar-se o sentimento do Belo”²⁹⁶. Esta oposição entre os factores negativos do trabalho e a muito evocada ideia de Beleza reforçava a pretendida elevação da sensibilidade das massas, entregues a condições de vida difíceis e dominadas pela crueza e aridez do ofício. Além disso, nesta relação expressava-se uma preocupação moral com o desempenho da profissão e com a qualidade do trabalho, enquanto antídotos ao industrialismo capitalista, aos seus métodos de produção e à própria produção e consumo massivos – factores tantas vezes criticados pelos operários por descurem a qualidade dos produtos em função de interesses privados, por contribuírem para o desinteresse do trabalhador pelo produto do seu trabalho e, como tal, por serem contrários ao interesse colectivo e à moralização individual.

4.3 – O teatro como “a arte social por excelência” e o fado como arte sem salvação

Eram várias as formas de expressão artística que mais apelavam ao interesse dos operários e dos militantes libertários. O teatro, através da dramatização de situações da vida quotidiana dos operários e dos problemas sociais que estes enfrentavam, apresentava-se como um meio particularmente directo e eficaz de consciencialização social. O peso do analfabetismo e da iliteracia entre as classes populares tornava menos acessíveis meios como a imprensa, a literatura ou a propaganda escrita. Se “a arte é a escola dos que não sabem ler”²⁹⁷, o teatro, por essas características, era para muitos militantes “a arte social por excelência”, “a arte que mais influência directa tem nos povos”²⁹⁸, a “escola do povo”²⁹⁹, mais importante até que outros meios de propaganda e divulgação de ideias escritas, nomeadamente a própria imprensa³⁰⁰. Tal como defendia

²⁹⁶ M.D., “A arte e os artistas”, *A Batalha*, n.º 433 – Ano II, 12 de Junho de 1920, p. 1.

²⁹⁷ Brasil, Jaime, “O «Salão de Outono» continua brilhantemente as tradições do Palácio de Belas-Artes”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 62 – Ano II, 2 de Fevereiro de 1925, p. 1.

²⁹⁸ A primeira frase encontra-se em Lima, Adolfo, “O pasteleiro de Madrigal”, in *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 10 – Ano I, 4 de Fevereiro de 1924, pp. 5-6. A segunda frase é do mesmo autor e encontra-se em “Teatro – A sua função social”, *Terra Livre*, n.º 2 – 1.º Ano, 20 de Fevereiro de 1913, p. 6.

²⁹⁹ Anon., “Depois do jornal o teatro operário seria o mais forte ataque à fortaleza burguesa”, *A Batalha*, n.º 298 – Ano I, 24 de Dezembro de 1919, p. 1.

³⁰⁰ Frias, Eduardo, “Um inimigo do povo”, *A Batalha*, n.º 2144 – Ano VII, 26 de Novembro de 1925, p. 1. Como em tudo, havia excepções. Jaime Brasil criticava o teatro contemporâneo, negando a sua condição de arte e considerando-o uma “laicização da liturgia” e uma “província da literatura”, in “Paradoxos bárbaros do teatro.”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 4 – Ano I, 24 de Setembro de 1923, p. 5.

Luís da Matta, “o teatro é mais naturalmente assimilável para todos do que qualquer outro género de literatura, dependente, em geral, de preparação instrutiva ou educativa”³⁰¹. Funcionava, além disso, como forma de entretenimento e ocupação dos tempos livres, proporcionando momentos de lazer e distração aos operários sobrecarregados pela sua vida laboral e a quem restava pouco mais, nos seus tempos livres, do que a frequência das malvistas tabernas. Aliava-se ao entendimento da cultura como um campo de conflito, tal como referimos atrás, campo que se considerava ser dominado e instrumentalizado por uma burguesia consciente da importância de controlar e tornar inofensivos esses mesmos momentos de lazer e divertimento das classes produtoras. Num texto em que defendia que “as classes trabalhadoras devem interessar-se pela renovação do teatro num sentido educativo e social”, Eduardo Frias afirmava que a burguesia “não ignora a necessidade de distração, de divertimento que devora as suas vítimas e então procura ensinar as suas ideias, e não consentir a expansão das ideias dos trabalhadores, onde elas poderiam ter, onde têm mesmo, maior poder de assimilação: (...) a hora em que o operário procura a sua distração.”³⁰²

Todas estas razões fizeram do teatro, desde cedo, no meio operário e libertário português, uma das artes mais apreciadas e promovidas pelos seus militantes. Entre Novembro de 1900 e Janeiro de 1901, o jornal *A Obra* promove um inquérito intitulado “Teatro do Povo – Inquérito a uma ideia”, que reúne o contributo de diversos autores, entre eles alguns militantes libertários, e inclui, também, a tradução de artigos de autores estrangeiros sobre teatro social e teatro popular. Neste inquérito, veremos referidos e desenvolvidos os argumentos mais relevantes que acompanharão a crítica ao teatro e às artes nas décadas seguintes. Mais marcante, ainda neste período de plena expansão das ideias libertárias em Portugal e de radicalização da classe operária, foi a fundação, em Lisboa, no ano de 1902, da Sociedade Teatro Livre³⁰³. Com o mote “Redimir pela Arte, vencer pela Educação”, esta Sociedade assumiu como missão renovar a vida teatral nacional, democratizando-a pelo acesso às classes populares e pela transformação dos conteúdos, privilegiando textos que focassem problemas sociais e o quotidiano das classes pobres através de uma estética realista e naturalista. A

³⁰¹ Luís da Mata, “Teatro Livre II”, *O Caixeiro*, 22 de Junho de 1902 (*apud*. Cláudia Figueiredo, 2011, *Arte, Redenção e Transformação*, Tese de mestrado apresentada à FCSH-UNL, p. 44).

³⁰² Frias, Eduardo, “Um inimigo do povo”, *A Batalha*, n.º 2144 – Ano VII, 26 de Novembro de 1925, p. 1

³⁰³ A Sociedade Teatro Livre encontra-se seminalmente estudada na tese de mestrado de Cláudia Figueiredo “Arte redenção e transformação: a experiência da Sociedade Teatro Livre (1902-1908)”, concretizada em 2011, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.

Sociedade Teatro Livre foi uma das experiências teatrais mais relevantes da história libertária portuguesa e um dos melhores exemplos de uso da arte enquanto meio de transformação social e ao serviço da educação das massas. José Esteves afirmava mesmo, em *Amor e Liberdade*, sobre a estreia do Teatro Livre, que se teria exibido, provavelmente pela primeira vez, “a arte moderna, a nosso entender a verdadeira arte”³⁰⁴. A primeira temporada estrearia em 1904 e, após uma vida conturbada, a que não foram indiferentes as dificuldades materiais, cessaria a sua actividade em 1908. Tal como a Escola-Oficina N.º 1, a Sociedade Teatro Livre foi iniciativa de um conjunto de intelectuais que militavam no campo do socialismo, do republicanismo e do anarquismo, alguns deles com ligações maçónicas. Nomes como Adolfo Lima, Luís da Matta e César Porto integraram ambas as instituições, destacando-se ainda, entre os militantes libertários, Emílio Costa e Severino de Carvalho.

O imenso poder educativo atribuído ao teatro e a outros meios de expressão artística passava igualmente pelo reconhecimento dos riscos em que incorreria se caísse nas mãos erradas. Uma arte dramática “escrava do capitalismo”³⁰⁵ e manejada contra os trabalhadores, “torcendo as ideias, envenenando as correntes de opinião, retendo, enfim, o efeito da máxima força da propaganda da verdade, impondo as suas estúpidas convenções, os seus cruéis pensamentos, a sua odiosa perseguição”³⁰⁶, resultava numa acção “nefasta, maléfica”³⁰⁷ e servia como factor de reprodução social e hegemonização cultural da burguesia. A intervenção na frente cultural fazia-se, portanto, como era habitual, através tanto de criação de estruturas alternativas e emancipatórias, como da crítica e denúncia persistente dos discursos e, em alguns casos, estéticas predominantes. As “obras de fancaria, o romantismo piegas”³⁰⁸, a representação da “banalidade do velho mundo burguês”³⁰⁹, a “peça patriótica, incitando o homem ao ódio e ao homicídio, ao desprezo pela vida alheia e pela sua própria vida”³¹⁰, atraíam uma porção

³⁰⁴ Esteves, José, “Teatro Livre”, *Amor e Liberdade*, n.º 4 – 1.ª Série, 15 de Março de 1904, pp. 55-56. Um elogio que nem por isso o impediu de criticar a 2ª récita da temporada de estreia do Teatro Livre alguns números à frente (ver “Teatros”, *Amor e Liberdade*, n.º 7 – 1.ª Série, 1 de Maio de 1904, pp. 110-112), sobre a peça “Em ruínas” da autoria de Ernesto da Silva”; uma crítica sustentada por, entre outras coisas, não cumprir “as exigências da dramaturgia moderna” e por apresentar uma ideia equivocada do neomalthusianismo e não ser, por isso, uma “peça orientadora”.

³⁰⁵ Faria, Bento. “Teatro do povo – Inquérito a uma ideia”, *A Obra*, n.º 307 – Ano VII, 23 de Dezembro de 1900.

³⁰⁶ Frias, Eduardo, “Um inimigo do povo”, *A Batalha*, n.º 2144 – Ano VII, 26 de Novembro de 1925, p. 1.

³⁰⁷ Lima, Adolfo, 1914, *O Teatro na Escola*, Lisboa: Guimarães & Cª Editores, p. 5.

³⁰⁸ M.D., “A arte para o povo – O Teatro desmoralizador”, *A Batalha*, n.º 355 – Ano I, 22 de Fevereiro de 1920, p. 2.

³⁰⁹ Anon., “Arte dramática nacional”, *A Batalha*, n.º 21 – Ano I, 16 de Março de 1919, p. 1.

³¹⁰ M.D., “A arte para o povo”...

significativa dessas críticas. No campo da arte dramática, era o teatro de revista – pelo seu peso na produção nacional, por representar a transformação do teatro em “vulgar comércio” e por se entender contribuir, mais do que qualquer outro género, para “explorar a ignorância e o mau gosto que infiltra[v]am no povo”³¹¹ – que constituía o alvo mais frequente. A revista era o exemplo acabado da decadência e da corrupção generalizada que os libertários identificavam na sociedade.

Parte desta aversão era motivada por um puritanismo e conservadorismo bastante enraizado na cultura libertária. O adjetivo mais usado para classificar as peças do género era o de “pornográfico”, por ultrapassarem os “limites últimos do razoável”³¹² e por a revista servir, principalmente, o “pretexto para o espectador *passar em revista* as pernas das coristas que desfilam diante dele”³¹³. Igualmente frequente nestas críticas era uma certa homofobia, muito presente na cultura libertária do período – um tópico que exploraremos mais à frente –, denunciando-se as “obras hermafroditas” e os “ademanos amaricados” ou “trejeitos repugnantes de invertido” (...)” deprimentes para o nosso sexo”³¹⁴.

Este tipo de críticas estendia-se a todos os tipos de meios de expressão artística. Era por exemplo o caso do cinema, então em expansão, pelo crescimento do número de cinematógrafos e até pelo seu uso em contexto escolar (de que a Escola-Oficina N.º 1 foi exemplo). A maior parte dos textos que o visavam criticava, geralmente, o uso que lhe era dado. O cinema era um “importante factor do desenvolvimento da criminalidade, da degenerescência moral e do abandalhamento que por aí se estadeia”³¹⁵, nomeadamente “da criminalidade infantil (...) e da perversão das nossas crianças”³¹⁶, quando devia ser um poderoso instrumento de educação popular³¹⁷.

Havia, por outro lado, formas de arte ou expressões estéticas mais divisivas, por alguns militantes considerarem não terem salvação possível, já que as características

³¹¹ M.D., Ibidem.

³¹² Peixoto, Jesus, “Excrescências teatrais – A Revista”, *A Batalha*, n.º 726 – Ano III, 11 de Abril de 1921, p. 1.

³¹³ (Itálico nosso) Peixoto, “Excrescências teatrais”...

³¹⁴ Peixoto, Jesus, “O teatro, perigo social”, *A Batalha*, n.º 1185 – Ano IV, 7 de Outubro de 1922, p. 1.

³¹⁵ Anon., “Um perigo a combater – A acção deletéria do cinema – Impõe-se a necessidade de transformar o cinema de um factor de perversões num instrumento de úteis ensinamentos”, *A Batalha*, n.º 177 – Ano I, 22 de Agosto de 1919, p. 1.

³¹⁶ Anon., “O animatógrafo e a criminalidade infantil”, *A Batalha*, n.º 116 – Ano I, 22 de Junho 1919, p. 1.

³¹⁷ Para uma defesa do cinema enquanto meio educativo, ver Nogueira de Brito, “O cinema e a sua função educativa”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 150 – Ano III, 11 de Outubro de 1926, p. 1.

“corruptoras” se sobrepunham a qualquer potencial educativo. Era o caso do fado³¹⁸. A relação deste estilo musical com as tabernas e com as “alfurjas da Mouraria e os becos de Alfama”³¹⁹ tornavam-no “impossível de regeneração”. Cristiano Lima afirmava que se se tentasse separá-lo “da prostituição, do álcool, da tourada (...) o que fica é tão deplorável, tão pobre, que não chega a chorar uma lágrima de aguardente”³²⁰. Para além da associação íntima entre o fado e comportamentos repudiados pelos libertários, a crítica remetia, também, para o seu estatuto de “canção nacional” e para a sugestão de um “carácter português” marcado pelo derrotismo, pela melancolia e até pelo impulso suicida. Agostinho Campos identificava o “português aventureiro”, o “Portugal, povo de poetas” ou a “Saudade portuguesa” presentes no género musical como “estilizações romanescas ou poetizadas da preguiça, ociosidade, tuberculização moral e intelectual, deliquescência, abdicação e ruína de uma parte, felizmente pequena, das nossas classes médias e pseudo-dirigentes”³²¹. De tal forma que nem o facto de ser possível encontrar “tanta revolta em certos versos do fado como nas estrofes da ‘Internacional’” o poderiam salvar³²². O fado apresentava-se, portanto, como antagónico ao projecto de regeneração moral libertário.

Estas críticas encontravam-se, pelo conteúdo – e ainda que desprovidas do propósito nacionalista –, com alguns dos comentários mais conhecidos à época, como os de Eça de Queirós, Fialho de Almeida e Ramalho Ortigão³²³. Ao destacarem, por um lado, a sua ligação à marginalidade social e a comportamentos imorais e, por outro, o seu fundo fatalista e a promoção de uma atitude de resignação perante a sociedade, as críticas dos libertários cruzavam de resto os argumentos invocados tanto pelos meios

³¹⁸ O jazz, ainda que em menor grau, também por ser menos popular e de aparecimento recente, era igualmente repudiado por alguns militantes: e.g., Julião Quintinha, em que classifica o jazz como “infernal música”, em “Dos livros e dos autores”, *A Batalha*, n.º 1771 – Ano VI, 2 de Setembro de 1924, p. 1; ou uma referência ao jazz como causa de enfermidade, Anon., “Uma nova doença – O que é a ‘jazzmentia’”, *A Batalha*, n.º 1894 – Ano VI, 27 de Janeiro de 1925, p. 2. Sobre a dança “foxtrot” que “acompanhad[a] duma música desarmónica e selvagem transformam os pares em ridículos ‘fantoques de feira’”, Vasco da Fonseca, “A mulher e as danças modernas”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 60 – Ano II, 19 de Janeiro de 1925, pp. 4-5.

³¹⁹ Peixoto, Jesus, “Teatros, música e cinemas – O fado nos espectáculos públicos concorre para o embrutecimento do povo”, *A Batalha*, n.º 2073 – Ano VII, 4 de Setembro de 1925, p. 2.

³²⁰ Lima, Cristiano, “O culto do fado”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 29 – Ano I, 16 de Junho de 1924, p. 5.

³²¹ Agostinho de Campos em Vieira, Alexandre, “Educação estética”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 20 – Ano I, 14 de Abril de 1924, p. 1.

³²² Lima, “O culto do fado”. Ver, também, a defender o desaparecimento do fado, Anon., “Folguedos de Junho...: Os motivos porque o povo ama ainda certas diversões pueris”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 134 – Ano III, 21 de Junho de 1926, pp. 4-5.

³²³ Ver Rui Vieira Nery, 2004, *Para uma História do Fado*. Lisboa: Corda Seca, p. 141.

mais conservadores como pelos meios mais avançados³²⁴. Contudo, o carácter popular do fado e a sua presença nos bairros onde estas classes habitavam fazia com que essas opiniões não fossem unânimes e em torno delas se gerasse algum debate³²⁵. Mais uma vez, as diferentes origens de classe que atravessavam o meio libertário eram parte desta divisão, com os maiores objectores a pertencerem, geralmente, a uma classe média e elite intelectual que escrevia na imprensa operária. E certo é que, apesar das críticas frequentes, o fado nunca deixou de integrar as festas e eventos sindicais, inclusivamente festas da própria *Batalha*³²⁶, e de acontecer nos espaços de algumas das maiores e mais militantes organizações do movimento operário, como a Federação da Construção Civil³²⁷. Entre os operários revolucionários que mais se destacaram na promoção do fado, encontrámos João Black, autor da letra do hino d'A *Batalha*³²⁸, e José Carlos Rates, fundador de *O Fadinho – Semanário de Crítica e Propaganda do Fado*, um dos primeiros periódicos dedicados ao Fado³²⁹.

No combate a esta e a outras expressões artísticas, a censura ou apelo à proibição não eram recursos admitidos pelos libertários. Quando estas eram aplicadas pelas autoridades, a crítica libertária passava a visar as acções repressivas, independentemente do teor da obra. Disso foi exemplo uma peça de teatro da autoria de António Ferro, criticada na imprensa libertária, mas defendida da acção repressiva das autoridades: “mal de nós se a literatura começa a estar à mercê da primeira autoridade administrativa cujo critério é mais policial do que saneador, sabido como está que sob o falso argumento de proteger a moral é possível toda a iniquidade”³³⁰. O combate aos tipos de arte repudiados na imprensa e na opinião libertária devia ser feito pela crítica constante, pelo boicote do público e pela promoção de eventos e actividades que representassem a

³²⁴ Nery, *Para uma história...*, p. 142.

³²⁵ E.g. para um artigo em defesa do fado, pelo operário e militante António Magina, em resposta a textos críticos de Nogueira de Brito e de Jesus Peixoto sobre a Festa do Fado, ver “A II Festa do Fado – A forma como decorreu não prova a degenerescência da trova popular”, *A Batalha*, n.º 2076 – Ano VII, 8 de Setembro de 1925, p. 2.

³²⁶ Anon., “A festa em homenagem a ‘A Batalha’ decorre no meio do maior entusiasmo e assume aspectos de singular imponência”, *A Batalha*, n.º 68 – Ano I, 3 de Maio de 1919, p. 2.

³²⁷ Essa festa, promovida por uma comissão de “velhos militantes (...) em auxílio da propaganda”, incluía um “concerto de fados sociais”, para o qual era lançado uma “quadra a prémio”: “Agita-se o velho mundo/ Na mais nobre aspirações/ Rompem novos horizontes/ Solstício da redenção”, vd. Anon., “Festas operárias – Matinée social”, *A Batalha*, n.º 262 – Ano I, 17 de Novembro de 1919, p. 2.

³²⁸ João “Black”, João Salustiano Monteiro de baptismo, foi tipógrafo, jornalista e um dos maiores cultores do fado no período, em particular do fado operário de cariz revolucionário. O hino d'A *Batalha* foi musicado pelo maestro Tomás Del Negro.

³²⁹ Ver Nery, *Para uma história...*, p. 149.

³³⁰ Nogueira de Brito, “A censura teatral”, *A Batalha*, n.º 1435 – Ano V, 28 de Julho de 1923, p. 3.

arte social defendida pelos militantes. Como sempre, o motor da transformação era a educação. A repressão não tinha lugar.

4.4 - Imprensa e propaganda

Especialmente no período estudado, distinguir propaganda de educação ou de qualquer uma das actividades anarquistas anteriormente referidas suscita algumas questões. O fundo positivista e a crença no poder da verdade e do conhecimento aplicavam-se tanto às questões educativas como ao que poderíamos chamar propaganda. Como exemplo, a Comissão de Propaganda das Juventudes Sindicalistas, grupo conhecido pela sua militância combativa, apresentava a sua missão como educativa e científica e dela faziam parte tanto debates sobre as lutas e ideias libertárias, como a realização de palestras científicas e visitas a museus³³¹. A propaganda não era só indissociável da “verdade” e da própria ciência, como se entendia que a melhor forma de a fazer seria pela educação.

O anarquismo pressupunha que todos os indivíduos eram agentes de transformação em igual medida e por isso esta devia resultar de um encontro colectivo de afinidades. A adesão ao anarquismo não passava somente pela adopção dos seus símbolos e ideias. Implicava uma aprendizagem que se fazia tanto pela experiência, através dos processos de luta e de organização, como por uma ética relativa a uma certa forma de estar no mundo e de o interpretar. Assim, a propaganda não era apenas uma forma particular de veiculação ou adequação da mensagem libertária para atingir o fim de a difundir a qualquer custo; a propaganda não devia distinguir-se daquilo que os anarquistas consideravam distintivo das suas práticas e ideias e da sua vivência na luta ou nas actividades do dia-a-dia. Em consonância com o cariz prefigurativo que já descrevemos, em que os meios devem ser coerentes com os fins, a propaganda, para os libertários, tinha correspondência com o que chamavam de “acção directa”, “propaganda pelo facto” ou “propaganda pelo exemplo”³³², apesar de se reconhecer que

³³¹ Ver, como exemplo, a notícia referente à criação dessa comissão, decidida em Assembleia Geral da secção de Belém do Núcleo de Belém das J.S., Anon., “Vida Sindical – Juventudes Sindicalistas”, *A Batalha*, n.º 1856 – Ano VI, 11 de Dezembro de 1924, p. 4.

³³² Para um melhor entendimento do que se entendia por “propaganda pelo facto” ou “propaganda pelo exemplo” (*propaganda by the deed*), para lá do entendimento comum que tende a cingir o seu significado aos actos de violência que caracterizaram o anarquismo finissecular, ver Ruth Kinna, 2019, *The Government of No One: The Theory and Practice of Anarchism*, London. Pelican (sem página pois a versão digital do livro não vem numerada).

esta era a forma de propaganda “mais difícil, porque só a pode exercer quem sente as ideias”³³³. Os meios de propaganda deviam ser auto-suficientes, obra dos próprios sujeitos revolucionários e independentes de quaisquer interesses financeiros e políticos³³⁴. Deviam ser orientados pelos mesmos valores morais e pela mesma postura que se considerava dever pautar a vida do militante em qualquer circunstância da sua vida. O respeito pela “verdade”, uma certa “integridade moral” e a defesa da “liberdade de expressão absoluta” eram fundamentais e, como tal, a propaganda não excluía a autocrítica, a divergência e a discussão franca de ideias³³⁵.

Nas conferências e debates, muito frequentes por serem uma forma de exposição oral, apelava-se, recorrentemente, a que estas assegurassem uma certa pluralidade ou incluíssem o contraditório. Em substituição do formato “tradicional” das conferências, Perfeito de Carvalho propunha que as sessões contassem “com três ou quatro oradores, contribuindo isto para um esclarecimento maior, especialmente em caso de existirem discordâncias”³³⁶. Num sentido semelhante, Gonçalves Correia³³⁷ e outros militantes propuseram e organizaram conferências a que chamaram “controvérsias verbais públicas”. Na opinião deste militante, estas controvérsias seriam “o mais belo contribuinte para a educação popular, desde que os adversários de princípios (...) sejam correctos, leais e tolerantes, embora entusiastas”. Serviam, além disso, como exemplo da “superioridade do comunismo libertário sobre o regime presente”³³⁸.

³³³ Anon., “Sejamos poucos, mas limpos!”, *A Batalha*, n.º 176 – Ano I, 22 de Agosto de 1919, p. 1.

³³⁴ “*Política*” no sentido em que a entendiam os libertários, ou seja, uma esfera separada das demais dimensões da vida social, correspondente, geralmente, aos partidos, ao parlamento e ao Estado.

³³⁵ E.g. “se quisermos possuir autoridade moral para combater os erros alheios devemos começar por eliminar os nossos. (...) Se erramos somos os primeiros a confessá-lo, se o operariado, que aqui defendemos, trilha inconscientemente mau caminho, avisamo-lo”, Anon., “A instrução e o operário”, *A Batalha*, n.º 628 – Ano II, 1 de Janeiro de 1921, p. 1.

³³⁶ Perfeito de Carvalho, “Não apoiado! Locutório dum insurrecto”, *A Batalha*, n.º 291 – Ano I, 17 de Dezembro de 1919, p. 1.

³³⁷ Gonçalves Correia (1886-1967), natural de Castro Verde, foi anarquista, vegetariano e caixeiro-viajante de profissão. Fundou duas comunas (em 1917 a Comuna da Luz, situada em Vale de Santiago, Odemira, e no final dos anos 20 a Comuna Clarão, situada em Albarraque, Sintra). Apesar do seu pacifismo, foi detido diversas vezes durante a República e durante a ditadura pela divulgação de propaganda anarquista e como alegado instigador da greve dos trabalhadores do Vale de Santiago em 1918. Sobre Gonçalves Correia ver Louçã, João Carlos, 2013, “A utopia concreta de Gonçalves Correia: Percurso e contexto de um anarquista alentejano singular”, *Em Debate*, n.º 9: 1.º Semestre, pp. 90-111.

³³⁸ Correia, Gonçalves, “Controvérsias públicas”, *A Batalha*, n.º 853 – Ano III, 2 de Setembro de 1921, p. 2. Nos números 855, 910 e 951 de *A Batalha* encontram-se notícias de “controvérsias” que aconteceram no seguimento do apelo de Gonçalves Correia. Estas “controvérsias” ou “debates contraditórios” eram comuns bem antes dos apelos de Perfeito de Carvalho e de Gonçalves Correia, O Grupo de Estudos Sociais “Regeneração Humana” de Alcântara, criado em 1911 e existente até 1914, realizava regularmente conferências e “debates contraditórios” (cf. “Centro de Estudos Sociais ‘Regeneração Humana’”, em Freire & Lousada, *Roteiros... Lisboa*, p. 123). Aconteciam, além disso, em diversas ocasiões, como atesta o caso de um “passeio familiar e de propaganda”, organizado pelo Grupo de

Isto não significava que a admissão de todas as opiniões à imprensa ou aos eventos libertários fosse sempre colocada como hipótese – desde logo se estas contradissem em absoluto esses valores ou antagonizassem o que o anarquismo representava –, tal como não significava que a representação de certas posições existentes dentro do campo libertário ou de campos políticos próximos não estivesse sujeita a disputas e à contestação de alguns militantes, com o argumento de que contribuíam para o “divisionismo” ou, nos momentos mais sectários, de consubstanciarem uma “traição”. Na mesma medida, se a autocritica era frequente nas páginas da imprensa libertária, visando ideias, processos de luta ou os hábitos e costumes das classes populares, quando essas críticas eram feitas, nos mesmos termos, por elementos estranhos ao movimento operário, ou por outras forças políticas, eram fortemente repudiadas e rebatidas pelos militantes operários. A defesa da pluralidade e da divergência podia ser valorizada em si, mas havia a consciência de que os argumentos em disputa não eram independentes dos sujeitos que os usavam. Integravam uma luta em torno de uma hegemonia e, logo, havia uma distinção entre quem se considerava participar no debate com um fim emancipatório e quem o fazia com um interesse em manter as condições de subjugação de uns a outros.

Independentemente da celeuma causada pela manifestação na imprensa operária e libertária de posições contrárias às dos anarquistas, como aconteceu, por exemplo, nos anos 20 com a intensificação da cisão do movimento operário português desencadeada pela emergência do Partido Comunista Português, alguns anarquistas, como Francisco Quintal, mantinham que “um jornal avançado não pode, sob pretexto algum (a não ser o da falta de redacção ou de gramática) negar a publicação a um artigo, mesmo que quem o escreva não seja do nosso campo ou sendo-o mostre discordância tal que pareça aos outros que há divisionismo. Sim, o divisionismo. Têm todos muito medo que os adversários venham a saber que *na nossa casa* há divergências de opiniões” (itálico no original). Para Quintal, “o medo que a maioria sente pela crítica” é um dos males “de que se ressent o campo avançado português” e dava, justamente, o exemplo do que acontecia entre “os marxistas-comunistas por Moscóvia” e “sindicalistas e anarquistas por Berlim” (referindo-se às duas Internacionais em que uns e outros se dividiam), que procuravam mostrar “reciprocamente aos adversários que do seu lado há

Propaganda Libertária do Porto, em que se relatava ter-se estabelecido a “controvérsia entre os vários camaradas, versando-se alguns assuntos doutrinários e ideológicos, que vivamente interessaram”, in Anon., “Vida Anarquista – Grupo de Propaganda Libertária – Porto”, *A Comuna*, n.º 17 (107) – Ano IV – Série II, 8-7-923, p. 6.

homogeneidade de opiniões, que tudo lê a mesma cartilha”, criando um “ambiente pesado” e contribuindo para o “tão célebre confucionismo que todos combatem mesmo quando o espalham às mãos cheias”. Para Quintal, os jornais deviam ter “as suas colunas livres, mesmo para os nossos inimigos”, e as assembleias não deviam dar “mais o espectáculo degradante de se recusar a palavra a quem a pediu”, pois essa era a melhor forma de clarificar a “questão social” e garantir que não se deixaria “nenhuma pergunta sem a respectiva resposta”³³⁹.

Como ilustra o exemplo de Quintal, a defesa da liberdade de expressão fazia-se por se ver nela a melhor forma de combate, esclarecimento e avanço das ideias. Mas fazia-se, também, por questões de princípio, estendendo-se aos adversários que ocupavam posições totalmente contrárias às ideias emancipatórias. A denúncia na imprensa da repressão de que eram alvo outras forças políticas era habitual, recaísse essa repressão sobre agentes do campo monárquico ou do campo republicano mais hostil ao movimento libertário³⁴⁰. Em reconhecimento desta postura dos libertários, era, por exemplo, a jornais como *A Batalha* que os adversários apelavam sempre que se viam alvo de censura ou condicionamento das autoridades. Um caso emblemático foi o de Rolão Preto – então director de *A Monarquia* e em breve uma das principais figuras do fascismo português – que apelou directamente ao director d’*A Batalha* para que este manifestasse solidariedade por o seu periódico ser alvo de censura prévia, um pedido a que o director e o jornal aquiesceu, partilhando a sua indignação³⁴¹.

A imprensa, apesar do peso do analfabetismo, era um dos meios de propaganda mais populares, tal como atesta a enorme quantidade de títulos publicados durante as décadas estudadas e, em especial, a dimensão d’*A Batalha*, órgão da C.G.T., que chegou a ser um dos três jornais diários de maior tiragem no país³⁴². Nas páginas das

³³⁹ Quintal, Francisco, “A crítica”, *A Comuna*, n.º 100 (190) – Ano V – Série II, 8/ 3/ 925, pp. 6-7.

³⁴⁰ E.g. veja-se, como exemplo, Anon., “Notas & Comentários – Intolerância”, *A Batalha*, n.º 167 – Ano I, 13 de Agosto de 1919, p. 1, em que se condena o gesto de “um grupo de indivíduos” que “tomaram de assalto a agência onde se vendem os jornais de Lisboa”, atirando pela janela “os jornais de orientação monárquica, católica ou conservadora” e realizaram, com eles, um “pomposo auto-de-fé” em que pegaram fogo aos jornais. *A Batalha* critica o gesto e afirma que “nem pelo facto de a brutalidade ir atingir desta feita os nossos inimigos deixa de repugnar-nos o travo acentuadamente miguelista que caracteriza a época corrente”.

³⁴¹ Anon., “Mais uma vez – O jornal ‘A Monarquia’ sistematicamente apreendido”, n.º 600 – Ano II, *A Batalha*, 1 de Dezembro de 1920, p. 1.

³⁴² Ver Baptista, Jacinto. 2019 (1977). *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora...: Para a História do Diário Sindicalista A Batalha, 1919-1927*. Lisboa: Letra Livre, pp. 99-100.

Uma das formas de contornar o analfabetismo e a iliteracia passava pela leitura pública dos jornais, geralmente nos locais de trabalho, nas associações ou no espaço público, cabendo a quem era alfabetizado a leitura em voz alta dos artigos de imprensa para um grupo de pessoas – e.g. um caso em que, após a

publicações operárias e libertárias, comentava-se a actualidade, divulgavam-se as iniciativas culturais e as lutas em curso e discutiam-se textos doutrinários. Eram, além disso, frequentes os textos de divulgação científica, textos contendo informações de carácter mais utilitário (que podiam ir de sugestões para cuidar do lar, conselhos de higiene e medicina ou informações sobre agricultura e horticultura) e contos literários ou poemas.

A imprensa libertária devia exemplificar a coerência com os valores defendidos e mostrar a superioridade do ideal, estabelecendo dessa forma um contraste com a restante imprensa, dominada por grandes grupos económicos ou vinculada a forças políticas partidárias ou estatistas. Essa coerência era reclamada, por exemplo, quando se apontava para a contradição resultante de muitos indivíduos e grupos que eram alvo de censura serem, também eles, defensores da censura quando no poder, invocando a importância da manutenção da “ordem social” ou criminalizando ideias adversárias. Procurava afirmar-se, permanentemente, a honestidade, a independência e a lealdade, condenando-se a ofensa e a mentira tantas vezes usadas nos debates ideológicos. No artigo de fundo do seu número inaugural, *A Batalha* apresentava-se como “um adversário contumaz” da classe poderosa mas leal, “que deseja impor-se não pelo exercício do insulto degradante ou da calúnia arvorada em acicate, mas pela crítica correcta e justiceira aos seus actos, crítica de que não isentaremos também as próprias instituições operárias”³⁴³. Independência também não se confundia com neutralidade. Grande parte da imprensa operária não escondia que existia para defender

leitura em voz alta de *A Batalha* por um operário no local de trabalho, os ouvintes decidem pagar o preço do jornal, fazendo uma colecta, em solidariedade com a censura que o jornal sofria, Anon., “A Batalha vive!”, *A Batalha*, n.º 151 – Ano I, 27 de Julho de 1919, p. 1. Este hábito é sublinhado em memórias de operários, como por exemplo em Francisco, José, 1983, *Páginas do Historial Cegetista*, Lisboa: Editora Sementeira, p. 20.

Sublinhe-se, também, o hábito de “ler e passar” que nos faz supor que as tiragens não correspondessem ao real número de leitores, sendo estes em maior número do que as tiragens – ver Silva Mendes, 2006 [1896], *Socialismo Libertário ou Anarchismo: História e Doutrina*, Lisboa: Letra Livre, p. 151. O jornal *A Sementeira*, à semelhança de outras publicações, apelava aos que leitores que “Depois de leres *A Sementeira*, não a deves destruir. Se não a desejas coleccionar, deves deixá-la nos comboios, nos carros, nos restaurantes, nos cafés, nos bancos dos jardins, em toda a parte, enfim, onde possa ser lida por outro. Espalhar é semear, torná-la conhecida será arranjar novos adeptos para a nossa obra.”, em anúncio no fundo da página, “Depois de leres...”, *A Sementeira*, n.º 17 – 2.ª Série, Maio de 1917, p. 260.

A tiragem média dos jornais libertários, segundo João Freire, devia rondar os 1000 a 3000 exemplares. Sem comparação com as tiragens de *A Batalha*, era, ainda assim, um número significativo. Apesar de as tiragens serem variáveis, para *A Batalha* chegam a apontar-se tiragens de 20 a 25 mil exemplares diários no seu apogeu, entre 1921 e 1923, e David de Carvalho, redactor do jornal, refere que se chegou a imprimir 40 mil exemplares., cf. Baptista, *Surgindo vem ao longe...*, pp. 99 e 183, respectivamente.

³⁴³ Vieira, Alexandre, “O operariado em marcha”, *A Batalha*, n.º 1 – Ano I, 23 de Fevereiro de 1919, p. 1.

“apaixonadamente” aqueles “desdenhosamente classificad[os] (...) de sub-gente”³⁴⁴ e “atacar com denodo a burguesia”. O que não aceitava era que a restante imprensa clamasse falar pelo povo e ser a representante de um “sentimento comum”, quando estava “permanentemente de cócoras antes os poderosos” e agia em nome de interesses e conveniências “manifestamente pelo existente”³⁴⁵. Em suma, sem sacrifício de posicionamento ideológico, procurava-se agir de acordo com um determinado conjunto de valores cuja universalidade devia sobrepor-se a qualquer doutrina política ou interesse particular (fossem esses interesses determinados por questões financeiras, políticas ou pessoais).

Naturalmente, as polémicas e os conflitos interiores ao próprio movimento operário e libertário não estiveram ausentes das suas páginas e não se cingiram à disputa com os adversários directos, como os partidários comunistas. Em alguns casos, iam mais fundo do que as divergências de opinião ou de filiação política e remetiam para questões formais ou mesmo para o estatuto daqueles que escreviam na imprensa. Pouco depois do seu aparecimento, a *Aurora Social*, boletim mensal e órgão oficial da U.S.O. de Évora, sentia-se na obrigação de responder a acusações de vaidade que lhes tinham sido dirigidas “por assinarmos todos os nossos artigos quando pertencemos à redacção”. Se assim o faziam, diziam em sua defesa, “não [era] por vaidade, porque não somos criaturas mesquinhas que pretendam criar nome”, mas sim por desejarem “tomar a responsabilidade de tudo quanto escrevemos e responder perante os tribunais quando a Lei nos acuse sem alijar sobre outros as nossas culpas”³⁴⁶. Consequências mais graves e duradouras teve um episódio que envolveu a C.G.T. e *A Batalha* e que se reflectiu no posicionamento público da própria organização operária perante o golpe de 28 de Maio de 1926, que instaurou a ditadura militar em Portugal. Desde há algum tempo que a C.G.T. e *A Batalha* vinham sendo acusadas de reformismo e centralismo pela União Anarquista Portuguesa³⁴⁷ (U.A.P.), através do seu órgão oficial de imprensa, *O Anarquista*³⁴⁸. Os acontecimentos de 28 de Maio de 1926 vêm aprofundar estas

³⁴⁴ Idem, ibidem.

³⁴⁵ Anon., “Sempre ambíguos”, *A Batalha*, n.º 578 – Ano II, 9 de Novembro de 1920, p. 1.

³⁴⁶ A nota era assinada pela Redacção: “Uma explicação”, *Aurora Social*, n.º 3 – Ano I, Janeiro de 1920, p. 29.

³⁴⁷ A União Anarquista Portuguesa foi criada em 1923 e terminou em 1928. Em 1927 participa no Congresso de Valência, em Espanha, onde foi fundada a Federação Anarquista Ibérica.

³⁴⁸ Ver, por exemplo, Anon., “Comentários – Conselheira!...”, *O Anarquista*, n.º 2 – Ano I, 14 de Março de 1926, p. 1; ver, também, o editorial do número inaugural, Anon., “Os propósitos do ‘Anarquista’”, *O Anarquista*, n.º 1 – Ano I, 28 de Fevereiro de 1926, pp. 1-2.

desinteligências e confirmar as acusações que a U.A.P. dirigia à C.G.T. e a *A Batalha*, acusações dirigidas à “criminosa atitude de expectativa [que assumiam] em face dos acontecimentos que deram origem à actual situação política”, e obrigavam a precipitar a luta pela transformação confederal e por “expurgar as organizações dos empecilhos que lhes dificultam a marcha”³⁴⁹.

Uma das causas que a U.A.P. via por trás do “descalabro profundo” que tinha marcado *A Batalha* e a C.G.T. nos últimos meses, prendia-se com a profissionalização do seu corpo redactorial, composto por jornalistas que viviam “do jornal e não para o jornal”, o que fazia d’*A Batalha* uma agência de emprego, tornava-a permeável a interesses políticos estranhos ao movimento operário e levava-a a “enfileirar ao lado dos jornais burgueses”, escudando-se no “profissionalismo jornalístico” em detrimento da causa revolucionária que deviam defender³⁵⁰. Dias antes destas palavras publicadas n’*O Anarquista*, Ferreira de Castro, Eduardo Frias, Jaime Brasil e Pinto Quartim, em carta aberta dirigida ao director d’*A Batalha*, reagiam a comentários públicos sobre o facto de serem pagos pelos seus artigos, e que “constituam um feudo para os seus colaboradores”, e anunciavam a cessação da sua colaboração com o jornal. Afirmavam

É de assinalar que este episódio teve repercussões não só na história do movimento operário português, como, também, na própria historiografia, não fosse a imprensa uma das principais fontes historiográficas do período. A “atitude de expectativa” perante a insurgência militar declarada nas páginas d’*A Batalha* obscureceu conflitos mais profundos que se travavam no movimento operário e, em particular, dentro do próprio Conselho Confederal da C.G.T., opondo, entre outros, Manuel Joaquim de Sousa, Santos Arranha, então director do jornal, e Manuel da Silva Campos. Segundo Manuel Joaquim de Sousa, perante os acontecimentos do 28 de Maio, para que a C.G.T. já se vinha preparando há algum tempo, a orientação do jornal “foi de autêntica sabotagem”, assumindo uma posição neutral, contra a intenção da C.G.T. de iniciar um “levantamento geral imediato” (Sousa, *Os últimos tempos...*, p. 38). Só no dia 1 de Junho *A Batalha* lançava um apelo de “às armas” e anunciava que a C.G.T. proclamava “em princípio a greve geral revolucionária”. Esse apelo seria retirado dias depois, por decisão de Santos Arranha e sem a anuência da C.G.T., o que, nas suas memórias, David de Carvalho, referiria ter acontecido em resposta a uma intimação governamental e ter suscitado a oposição de membros da redacção, nomeadamente Mário Domingues e Cristiano Lima (cf. David de Carvalho, *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1910-1926)*, pp. 241-3). A proclamação oficial da “greve geral revolucionária em todo o país” só chegaria, efectivamente, a 17 de Junho (proclamação essa que viu o seu efeito anulado por o suplemento d’*A Batalha* que a anunciava ter sido apreendido pelas autoridades). Na historiografia, este episódio é retratado com maior detalhe em Guimarães, Paulo, 2007, “Cercados y perseguidos: La Confederación General del Trabajo (CGT) en los últimos años del sindicalismo revolucionario en Portugal (1926-1938”, Cerezales, Diego Palacios e Sánchez, Mercedes Gutiérrez (eds.), *Conflicto político, democracia y dictadura: Portugal y España en la década de 1930*, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Pp. 199-241.

³⁴⁹ Anon., “A Confederação está-se afastando do terreno revolucionário que lhe está demarcado”, *O Anarquista*, n.º 8 – Ano I, 11 de Julho de 1928, pp. 1-2.

³⁵⁰ Anon., “Continuamos pugnando para que a Confederação Geral do Trabalho se integre na acção revolucionária”, *O Anarquista*, n.º 9 – Ano I, 8 de agosto de 1926, pp. 1-2. Manuel Joaquim de Sousa, mais tarde, falava que essa profissionalização levou a “um espírito de classe, quase o espírito de casta. (...) Cada redactor era considerado um ‘camarada’. Mas, antes de ‘camarada’, considerava-se ‘jornalista’”; acrescentava que *A Batalha*, por esta via, “longe de ser escola de jornalistas operários, revolucionário e ideológico, foi a escola de jornalismo para a imprensa burguesa”, Sousa, *Últimos tempos...*, p. 28.

como natural esse princípio, por escreverem profissionalmente e por “nenhum do pessoal das suas [d’a *Batalha*] várias secções o fazer gratuitamente”, mas recordavam que tais artigos se pagavam muitas vezes mal, não dependendo deles para viver, e que escreviam “por idealismo, por amor às ideias”. A atitude que tomavam era, portanto, de “mágoa profunda”, por “amor pela Justiça e pela Verdade” e para evitarem criar “ainda mais divisionismos”³⁵¹. No início de 1927, as críticas da U.A.P, em conjugação com a convulsão interna que se registava na C.G.T. e com a situação política vivida em Portugal, levariam ao despedimento do órgão oficial da C.G.T. daquele que era o redactor há mais tempo em funções no jornal, Mário Domingues (presente praticamente desde a sua fundação). Nenhum destes factos passou sem críticas, devolvendo-se as acusações de “agentes da burguesia” aos redactores do jornal *O Anarquista*³⁵², no seguimento do afastamento dos primeiros redactores, e, no caso de Mário Domingues, obrigando o próprio Comité Confederal a publicar uma Nota Oficiosa em resposta às críticas que o despedimento tinha recebido, alegando que Domingues “não satisfa[zia] as necessidades morais e materiais de ‘A Batalha’” e acusando o redactor de não cumprir o horário de trabalho³⁵³.

Em suma, como vimos nos exemplos aqui apresentados, assumia-se que a imprensa e a propaganda deviam pautar-se por um determinado conjunto de valores cuja universalidade, sem sacrifício do posicionamento ideológico, devia sobrepor-se a qualquer doutrina política ou interesse particular (fossem esses interesses determinados por questões financeiras, políticas ou pessoais). Mas, como atesta o conflito em torno dos redactores d’A *Batalha*, esses valores, como a autonomia individual e a liberdade de expressão, não deviam fazer-se independentemente de um interesse colectivo tal como formulado pelas organizações e instituições em nome de quem se falava.

4.5 – Lazer, festa e convívio

O dia-a-dia de um operário era marcado por uma longa jornada de trabalho que facilmente podia atingir ou superar as 14 horas. O tempo livre restante e os baixos

³⁵¹ Ferreira de Castro, Eduardo Frias, Jaime Brasil e Pinto Quartim, “Uma atitude nobre perante um insulto soes”, *A Batalha*, n.º 2342 – Ano VIII, 21 de Julho de 1925, p. 1. Segundo Jacinto Baptista, regressariam pouco depois, cf. Baptista, *Surgindo vem ao longe...*, p. 115.

³⁵² Moreira, Alvaro, “O sentido protesto dum idealista contra uma baixa difamação”, *A Batalha*, n.º 2351 – Ano VIII, 31 de Julho de 1926, p. 4.

³⁵³ Comité Confederal, “Nota Oficiosa do Comité Confederal”, n.º 2488 – Ano VIII, 9 de Janeiro de 1927, p. 1.

rendimentos auferidos, juntamente com o cansaço e o desgaste físico, não deixavam espaço para grandes actividades de lazer. Nas habitações, precárias e insalubres, também não se encontrava o conforto necessário às horas de descanso ou tão pouco condições que convidassem à permanência. A vida operária passava-se, por isso, principalmente, na rua ou em espaços públicos³⁵⁴. Como já vimos, o sindicato ou a associação de classe procurou tornar-se o principal centro da sociabilidade operária, organizando tanto as condições de luta como, também, as actividades educativas, culturais e recreativas que proporcionavam aos trabalhadores alguns momentos de distração e descanso. Funcionavam, como tal, enquanto espaços de confraternização formal e informal. Para além de servirem para cimentar uma identidade de classe e mobilizar o operariado para a luta pela sua emancipação, esta era também uma forma de afastar os trabalhadores de actividades e lugares que se considerava contribuírem para a sua degradação moral e física e, consequentemente, para gerar apatia ou conformação com as suas condições de vida.

As tabernas enquanto espaços de sociabilidade constituem um dos exemplos mais interessantes pela sua ambiguidade: fortemente criticadas por quase todas as camadas sociais e ideologias políticas, incluindo por anarquistas, eram um espaço central na vida social de praticamente todos os espaços de habitação e circulação operária. Nos retratos dantescos da cidade traçados pela burguesia, estas tinham um lugar de destaque e apareciam com frequência como verdadeiros focos de degradação, decadência e criminalidade. O álcool transformava o trabalhador em inútil para o trabalho, acentuava a degradação física a que já era propenso e tornava-o indomesticável e refém da vadiagem. Imune à disciplina do trabalho, indiferente às convenções morais que procuravam normalizar o seu comportamento, o frequentador da taberna não podia seguir outros caminhos senão os do ócio e do crime. Nos primórdios da industrialização em Portugal, uma das dificuldades mencionadas pelos industriais e pelos seus técnicos, geralmente vindos do estrangeiro, passava precisamente pela disciplinação dos camponeses, pouco dados ao trabalho regular da fábrica e vistos como mais atraídos pela taberna e pelo vinho. O industrial vidreiro inglês William Stephens, no quadro das políticas de assistência social e de controlo dos tempos livres dos trabalhadores, que rapidamente desenvolve quando chega à Marinha Grande na segunda

³⁵⁴ Um aspecto enfatizado pelas memórias de militantes libertários, como Emídio Santana, quando dizia que “nos bairros operários a rua era o grande palco da vida quotidiana”, vd. Santana, Emídio, 1987, *Memórias de um militante anarco-sindicalista*, Lisboa: Perspectivas & Realidades, p. 11 e ss.

metade do século XVIII, toma como uma das suas primeiras medidas o encerramento das tabernas da região, mantendo apenas uma em funcionamento e sob o seu controlo, fornecendo vinho de qualidade e a pronto pagamento³⁵⁵. A taberna como foco de disseminação de cultura revolucionária mantém-se no imaginário das autoridades, não só pelo interesse em associar tais ideias à criminalidade e à decadência moral atribuídas a esses espaços, mas também por reconhecerem que estas eram efectivamente um lugar de convívio de muitos dos revolucionários que perseguiam, funcionando como locais de propaganda e partilha de informações. Nos debates parlamentares em torno da Lei de Fevereiro de 1896 que proibia o anarquismo em Portugal, o Ministro da Justiça, António de Azevedo Castelo Branco, em defesa da lei, recordava que a propaganda anarquista “mais temível, a mais eficaz, é a que secretamente se faz nos conciliábulos destes grupos, nas oficinas, nas horas de descanso, nos cafés que frequentam”³⁵⁶.

O olhar negativo e disciplinador sobre estes espaços era partilhado por muitos militantes anarquistas. Sendo os espaços de convívio mais acessíveis, por existirem em grande número e por serem baratos, eram lugares particularmente frequentados pelas classes populares. Mas, nos retratos deles apresentados por um grande número de militantes, estes eram, acima de tudo, lugares de degradação, propícios a comportamentos desviantes e à embriaguez, que contribuía para o afastamento dos trabalhadores da vida sindical, para a deterioração da sua saúde e para a destruição do ambiente familiar. Tal como sucedia com as elites, a taberna confundia-se com uma série de comportamentos e actividades que suscitavam uma forte oposição e até a repugnância do movimento libertário, como o crime, jogo e as apostas, a prostituição e o consumo de álcool.

Na imprensa e na propaganda libertária, no decorrer de todo o período estudado, são recorrentes as referências às tabernas como um dos principais inimigos dos sindicatos, da educação e da emancipação operária. Porém, estas opiniões em que se pintava o pior cenário da vida destes locais, não devem ser confundidas com o lugar que tais espaços tinham na vida do operariado. Representavam, acima de tudo, a perspectiva puritana de alguma intelectualidade militante, a que não era estranha a sua condição

³⁵⁵ Machado de Sousa, Maria Leonor, 2009, “The Stephens of Marinha Grande/ Os Stephens da Marinha Grande” in Gouveia, António Camões (coord.), *British Families and the Portuguese Economy/ Famílias Inglesas e a Economia de Portugal*, Portalegre: Fundação Robinson, p. 12.

³⁵⁶ *Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, N.º 24, Sessão de 10 de Fevereiro de 1896, p. 256 (online in: <http://debates.parlamento.pt> – acedido a 10-02-2015)

social, afim a uma pequena-burguesia ou aristocracia operária menos ligada às condições de vida dessas classes ou especialmente hostil a um certo *lumpen-proletariado* que habitava as zonas de habitação popular. Através da imprensa é, aliás, quase impossível captar o ambiente que se viveria nas tabernas e o uso que delas terá sido feito. São poucos os casos em que algum comentário crítico suscitou uma resposta – ou em que esta foi publicada – que permitisse perceber como é que o convívio se dava nestes espaços. Por isso mesmo, essas opiniões não devem ser confundidas com a postura menos maniqueísta que caracterizaria a atitude de uma grande parte dos operários.

É principalmente nas autobiografias de operários, ou noutras referências indirectas feitas em notícias, que podemos encontrar algumas informações que nos permitem captar a sua importância no quotidiano operário e, por vezes, até mesmo no decorrer de greves. Por ser um dos espaços mais comuns e transversais de sociabilidade e confraternização das classes populares³⁵⁷, não podia deixar de funcionar, também, como lugar de partilha de experiências de luta, informações e mobilização. Muitas vezes, no decorrer de greves que se prolongavam no tempo, alguns desses estabelecimentos serviam como ponto de apoio aos operários, solidarizando-se com os movimentos e disponibilizando comida gratuitamente ou por fiado³⁵⁸. Nos primeiros anos de crescimento e consolidação do movimento operário, as dificuldades em encontrar um espaço próprio e a ausência de uma sede sindical faziam com que algumas reuniões acontecessem em lugares como as tabernas³⁵⁹.

Muitos anarquistas reconheciam essa centralidade da taberna na vida quotidiana e não ignoravam o papel positivo que desempenhava. Emídio Santana³⁶⁰ destacava que

³⁵⁷ Devemos, contudo, problematizar esta centralidade, na medida em que as tabernas eram espaços de sociabilidade essencialmente masculinos.

³⁵⁸ E.g. sobre o encerramento de um estabelecimento que fornecia alimentos a um grupo de grevistas da CUF, em Alcântara, “A guarda pretoriana agride os grevistas”, *A Batalha*, n.º 98 – Ano I, 2 de Junho de 1919, p. 1. Ver, também, sobre a mesma greve, “De tudo se serve a burguesia”, *A Batalha*, n.º 116 – Ano I, 22 de Junho de 1919, p. 1.

³⁵⁹ Em especial na viragem do século. Serve de exemplo a narrativa ficcional de Abel Botelho, em *Amanhã*, em que a taberna surge como um dos espaços de propaganda, debate e reunião de um grupo de operários em preparação para uma greve, cf. Botelho, 1982 [1901], *Amanhã*, Porto: Lello & Irmão.

³⁶⁰ Emídio Santana (1906-1988), natural de Lisboa, educado na Escola-Oficina N.º 1 e operário metalúrgico, aderiu cedo ao anarco-sindicalismo, destacou-se nas Juventudes Sindicalistas e no Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa. A fase mais conhecida da sua militância corresponde ao período da Ditadura Militar e do Estado Novo, muito pelos registos memorialísticos que escreveu e publicou, como a sua autobiografia *Memórias de um militante anarco-sindicalista* (1987). Em 1937, é um dos responsáveis pelo atentado a António de Oliveira Salazar, o que o levou a cumprir 16 anos de prisão. Sobre o atentado escreveu, também, um livro: *História de um atentado* (1976). Militou em diversas organizações de oposição à ditadura e, depois do 25 de Abril, participou no relançamento do jornal *A Batalha* e na

os sindicatos, as associações de classe e a taberna como os espaços por onde o operário repartia o seu tempo livre³⁶¹. Na cidade de Setúbal, destacava-se a taberna do anarquista José Alves, antigo operário conserveiro, local onde os operários se reuniam para cantar o fado social e onde se forneciam refeições gratuitas aos desempregados³⁶². Também Francisco Quintal sublinha nas suas memórias “quanto a velha Lisboa daqueles tempos [primeiras décadas do século XX] se achava semeada de cafés revolucionários”, nomeando alguns espaços de convívio anarquista onde as conversas se prolongavam “até altas horas” e onde “corriam por todas as mãos” autores como “Jean Grave, Kropotkine, Faure, Malato, Malatesta ou Tolstoi”³⁶³. Com maior detalhe, descreve uma taberna existente em Cacilhas, na margem sul do Tejo, aonde afluíam muitos operários para admirar os retratos pintados nas paredes de figuras como “Louise Michel (...), Bakunin (...), Francisco Ferrer (...), Kropotkine (...) e Alfredo Luís da Costa”, um dos regicidas que abateu o rei D. Carlos em 1908. Esses retratos permaneceram nas paredes desde os primeiros anos da República iniciada em 1910, até serem apagados pela polícia política da ditadura já em 1931³⁶⁴. Recorde-se, finalmente, que *A Sementeira*, um dos principais jornais anarquistas portugueses, publicado entre 1908 e 1919 e editado pelo arsenalista Hilário Marques, teve como sede, durante um longo período da sua existência, uma taberna situada no Cais do Sodré, em Lisboa³⁶⁵.

A taberna era, no fundo, a representação condensada de uma série de comportamentos, hábitos e formas de relacionamento que se procurava combater e eram parte do quotidiano operário. Contudo, outras formas de ocupação dos tempos livres ou outras actividades recreativas mais esporádicas remetiam, igualmente, para alguns dos “problemas” associados à taberna ou indiciavam outros. Os eventos festivos, no geral, eram associados a comportamentos anti-sociais, a manifestações colectivas de “degenerescência moral” ou a formas de distração que não teriam outro efeito senão o de embrutecer as massas e desviar a sua atenção dos “verdadeiros” problemas que as afectavam. Alguns militantes consideravam que as festas e “bailaricos”, além de

revitalização do movimento anarquista. Para ver mais, “Emídio Santana”, em Freire e Lousada, *Roteiros... Lisboa*, p. 99-100; ver, também, Freire, João, 2019, *Quatro Itinerários Anarquistas: Botelho, Quintal, Santana e Aquino*, Lisboa: A Batalha.

³⁶¹ Salgado de Matos, Luís, 1981, “Lisboa, 1920 – vida sindical e condição operária”, *Análise Social*, VII (67-68), p. 984.

³⁶² Freire, João e Lousada, Maria Alexandre, 2013. *Roteiros da memória urbana - Setúbal: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa: Colibri, p. 44.

³⁶³ Quintal, Francisco, 1988 [1977], *Palavras veementes*, Lisboa: Sementeira, pp. 75-76.

³⁶⁴ Quintal, *Palavras...*, pp. 79-80.

³⁶⁵ Freire, João, 1981. “A ‘Sementeira’ do arsenalista Hilário Marques”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), p. 780.

desviarem dinheiro que poderia ir para as quotas sindicais ou para o sustento do lar, promoviam comportamentos promíscuos. Mesmo as festas de solidariedade promovidas por alguns sindicatos ou sociedades de recreio não escapavam à crítica. José Benedy, a propósito de um festival organizado em beneficência da viúva e dos filhos do operário Guilherme Lima, assassinado no decorrer de uma greve geral, criticava as formas de solidariedade privilegiadas pelo operariado. Como esse evento demonstrava, até por ter sido adiado sucessivas vezes, a viúva e os filhos tinham que esperar em desespero pela ajuda que dependia de “que outras criaturas se divirtam”. Para Benedy estas formas de solidariedade não se distinguiam das formas de caridade burguesa, “ostensivamente exercida como se a mais bela das virtudes teológicas fosse uma partida de *tennis* ou um chá das cinco”, e criticava “aqueles camaradas que não concorrem com alguns cobs para qualquer acto necessário de solidariedade, a não ser a troco de uma teatrada”³⁶⁶.

Nos relatos e comentários sobre as festividades populares anuais, apontava-se geralmente a “alegria doida” do povo que dança “em vez de se insurgir”, numa “miséria crescente, toda dançante, cantante, bebante”³⁶⁷. Perfeito de Carvalho, numa crónica sobre as festas de Lisboa, para além de mostrar o seu repúdio pela alegria de quem “andou a cantar e a bailar pelas ruas”, apontava ainda o dedo a algumas marchas populares que deram vivas ao jornal *A Batalha*, ao passarem diante das janelas da redacção, “como se nos regozijássemos com tais manifestações, que antes nos entristecem”³⁶⁸.

Das celebrações no espaço público, era, contudo, o carnaval que gerava mais indignação. Em todos os anos, por alturas da sua comemoração, surgiam textos que contrastavam a condição de vida dos operários com o carácter festivo e fútil da ocasião, procurando demovê-los de participar nos cortejos e desfiles. A participação popular era vista como uma forma de auto-humilhação, sintoma de um “povo inconsciente”, “primitivos selvagens” ou “habitantes das cavernas”³⁶⁹, uma diversão “condenada pelo espírito filosófico da época”³⁷⁰. Adolfo Lima considerava-o uma das instituições nacionais que mais contribuíam “para formar o psiquismo do português actual” e

³⁶⁶ Benedy, José, “Como se deve exercer a solidariedade”. *A Batalha*, n.º 1226 – Ano IV, 24 de Novembro de 1922, p. 3.

³⁶⁷ C., “A Batalha no Porto”, *A Batalha*, n.º 447 – Ano II, 27 de Junho de 1920, p. 2.

³⁶⁸ Perfeito de Carvalho, “Notas & Comentários - Felizes...”, *A Batalha*, n.º 450 – Ano II, 29 de Junho de 1920, p. 1.

³⁶⁹ L., “Carnaval”, *A Sementeira*, N.º 3 – Ano I – 2.ª Série, Março de 1916, pp. 46-47.

³⁷⁰ Antunes, C., “O carnaval”, *A Obra*, n.º 527 – Ano XI, 11 de Março de 1905, p. 2. No mesmo número, ver o editorial, também dedicado ao carnaval, intitulado “A autópsia social”.

defendia a necessidade de combatê-lo a fim de melhorar o indivíduo e “evitar a sua permanência no simples estado de pura animalidade”, elevando-o “à categoria de ser humano progressivo”³⁷¹. Raros eram os textos referentes à celebração que não remetessem para uma certa condescendência moralista ou para o paternalismo. Mesmo as opiniões que escapavam a esse maniqueísmo faziam-no em termos ambíguos, destacando a importância de permitir celebrar a alegria, mas sem deixar de o ver como um sinal de falta de instrução ou de o opor a expressões da “alta cultura”, como a filosofia ou a literatura³⁷². A opinião de Mário Domingues era demonstrativa do conflito, que por vezes se revelava em alguns autores, entre, por um lado, o desejo de festejar e cometer alguns excessos e, por outro, entre a austeridade da postura de muitos militantes libertários. Apesar de confessar gostar do carnaval, por o ver como uma ocasião em que se podia usufruir de liberdades “que as convenções não (...) permitem no resto do ano”, não deixava de assinalar positivamente o decrescimento da popularidade dessa tradição e de ver a sua “agonia” como “o despertar da coerência humana”. Para si, o sentido do carnaval derivava da falta de liberdade e de felicidade na sociedade contemporânea, e, como tal, quando estas abundassem, não seria mais necessário “para o homem andar contente, para revelar-se inteiramente, para ser natural, para ser homem!”³⁷³.

Apesar das críticas ferozes e dos apelos para que o carnaval fosse combatido, a sua proibição não fazia parte das pretensões dos libertários. Em 1920, a proibição da sua celebração pelas autoridades motiva mesmo a crítica de alguns militantes nas páginas da imprensa operária, considerando a atitude “imoral, inútil” e contraproducente, por ter o efeito de reavivar uma tradição que consideravam já estar a cair em desuso³⁷⁴. No geral, defendia-se que o combate a este tipo de tradições e festividades devia ser feito através da criação de alternativas, como a comemoração da “vitalidade da Primavera”³⁷⁵, pela

³⁷¹ Lima, Adolfo, “Determinismo social – Carnaval, Touradas & Desportos” *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 17 – Ano I, 24 de Março de 1924, p. 4.

³⁷² E.g. Lima, Cristiano, “A estupidez e a vulgaridade dos que adoptam uma indumentária grotesca”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 116, 15 de Fevereiro de 1926, pp. 1-2.

³⁷³ Domingues, Mário, “Numa baile de máscaras – Algumas considerações filosóficas acerca do Carnaval e a sua incoerência”, *A Batalha*, n.º 1003 – Ano IV, 28 de Fevereiro de 1922, p. 1.

³⁷⁴ Anon., “O Carnaval – Como todas as ideias velhas, vai morrendo”, *A Batalha*, n.º 348 – Ano I, 15 de Fevereiro de 1920, p. 1.

³⁷⁵ Andrade, João Pedro de, “Farsa trágica”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 66 – Ano II, 2 de Março de 1925, pp. 1-2.

distribuição de propaganda³⁷⁶, ou, como fizeram as Juventudes Sindicalistas em Beja, organizando cortejos que saíssem para as ruas entoando “a *Internacional*, o *Hino à Batalha*, o *Hino Libertário*” e outras canções sociais³⁷⁷.

As excursões foram outro dos meios particularmente populares de convívio e distracção, até por servirem, também, como momentos de propaganda, educação e solidariedade. Muitos destes passeios eram feitos a fábricas e visavam proporcionar, não só um maior conhecimento das indústrias, como, também, a aproximação entre os operários de diferentes localidades³⁷⁸. Frequentemente, no decorrer ou após as visitas, os excursionistas desfilavam pelas localidades visitadas com as suas bandeiras sindicais, entoando canções sociais e hinos revolucionários³⁷⁹. Tal como devia acontecer com todas as outras actividades de lazer, as excursões eram actividades festivas que “nem por sê-lo perde[m] a significação revolucionária”³⁸⁰.

4.6 – Conclusão

Todos os momentos da vida do militante deviam ser orientados de acordo com os valores que sustinham a ética libertária. As formas de ocupação dos tempos livres, a arte e, no geral, as actividades culturais não eram excepção. Eram parte fundamental do processo de formação integral do indivíduo: constituíam um campo de significação e ordenação do mundo; propiciavam o desenvolvimento de uma consciência de classe pela exposição das condições de vida das classes populares; e apresentavam as

³⁷⁶ Como exemplo, veja-se o “manifesto de propaganda contra a estúpida festa carnavalesca” que um grupo de estudantes anarquistas de Coimbra editou e distribuiu na cidade, Anon., “O Carnaval”, *A Comuna*, n.º 103 (193) – Ano V – Série II, 1/3/925, p. 3.

³⁷⁷ Anon., “A Batalha na província e nos arredores – Beja”, *A Batalha*, n.º 355 – Ano I, 22 de Fevereiro de 1920, p. 3.

³⁷⁸ E.g., uma “série de visitas de estudo” organizadas pela comissão administrativa do Sindicato do Pessoal do Arsenal do Exército a diversos estabelecimentos industriais, museus e asilos da capital, Anon., “Uma bela iniciativa”, *A Batalha*, n.º 861 – Ano III, 11 de Setembro de 1921. P. 1. Ver, também, Neno Vasco, dando como exemplo as excursões e visitas de estudo promovidas pelas Juventudes Sindicalistas francesas, “A missão das Juventudes Sindicalistas”, *A Sementeira*, n.º 3, II Série, Março de 1916. No n.º 334 do jornal *A Obra*, de 30 de Junho de 1901, publica-se o relato de duas excursões, uma realizada ao Porto com a organização de um grupo de operários manipuladores de tabaco (“Excursão ao Porto”, p. 3) e outra, promovida pela Caixa Económica Operária, realizada à Figueira da Foz (“Excursão à Figueira da Foz”, p. 3).

³⁷⁹ E.g. Anon., “O passeio fluvial a Vila Franca”, *A Batalha*, n.º 112 – Ano I, 16 de Junho de 1919, p. 1. Outro exemplo, numa excursão a Vila Real, em que “alguns jovens sindicalistas, bem como outros camaradas, treparam para o tejadilho de algumas carruagens do comboio de via reduzida, desfraldando ao vento algumas bandeiras”, tendo acontecido o mesmo durante o cortejo pela vila, Anon., “Uma excursão linda efectuada pelo operariado portuense, em benefício da Casa dos Trabalhadores do Porto”, *A Batalha*, n.º 1103 – Ano IV, 25 de Junho de 1922. P. 3.

³⁸⁰ Anon., “O passeio fluvial...”.

reivindicações presentes e o caminho para a emancipação futura. No fundo, a intenção prefigurativa que devia caracterizar as diferentes formas de luta e intervenção política estendia-se aos momentos de lazer e ao dia-a-dia do militante. Vendo na razão e no exemplo as melhores formas de propaganda e de instrução, em cada gesto, comportamento ou relação devia demonstrar-se a superioridade moral do ideal libertário, o que levaria ao desaparecimento dos hábitos e actividades que eram consideradas prejudiciais para o indivíduo e para a vida em sociedade.

Muitas das caricaturas ou reducionismos presentes nas leituras históricas sobre o anarquismo deveram-se a uma perspectiva antitética às formas de vida libertárias, que ignoraram as continuidades entre acção e ideia, prática e teoria. A importância que o anarquismo concedeu à educação, à cultura ou à chamada formação integral do indivíduo, e a diversidade de meios que desenvolveu para esse propósito, foram frequentemente negligenciados em função de um aparente espontaneísmo, visto como decorrente da simplicidade do seu entendimento da vida e da sociedade. O peso desta narrativa levou inclusivamente a que, mesmo nos casos em que algumas dessas experiências foram abordadas com profundidade, como no trabalho de António Candeias sobre a Escola-Oficina N.º 1, estas fossem vistas como exemplos de “uma pragmática frequentemente contraditória com o discurso” – discurso esse, nas palavras do mesmo autor, “irredentista”, “apocalíptico” e “gerador de uma enorme fé no futuro”³⁸¹. Há em alguns destes discursos – o que não é o caso de Candeias – uma certa condescendência historiográfica que é comum a muitos olhares sobre as classes populares, considerando-as desprovidas de densidade antropológica e por isso incapazes de suscitar um esforço interpretativo do autor. A superficialidade que se atribui a muitos desses sujeitos é, por vezes, mais consequência da superficialidade dos quadros interpretativos que sobre eles recaem do que uma característica efectiva dos próprios.

Como se procurou mostrar nestes capítulos, os anarquistas concebiam a transformação da sociedade em continuidade com uma ética que constituía um campo de significação e ordenação do mundo e que, por isso, se estendia a todas dimensões da vida dos militantes. Essa ética mobilizava, por vezes, discursos e técnicas de intervenção sobre as condutas dos indivíduos, o que chocava com algumas das suas disposições prefigurativas, moldadas por um antiautoritarismo radical e pela defesa quase ilimitada da liberdade individual. Parte dessas tensões, apesar da reconfiguração

³⁸¹ Candeias, “Anarquismo, Sindicalismo...”, p. 161.

singular que os anarquistas por vezes operaram sobre esses discursos e técnicas, não era estranha a uma afinidade com um conjunto de saberes partilhados com os modelos de governação a que se opunham e que correspondiam a paradigmas estabelecidos ou emergentes na sociedade coeva. A centralidade da ideia de razão e a assunção de neutralidade conferida a alguns discursos científicos, consequente de um cientificismo e positivismo bastante enraizado na mentalidade libertária, servia como legitimação de certas normas e meios de disciplinação, ao colocar o ónus da intervenção sobre leis universais ou naturais e não sobre o indivíduo. As escolas, a pedagogia, as tentativas de definição do que devia ser considerado arte ou não, a organização dos tempos de lazer e das actividades recreativas foram meios a que os anarquistas recorreram para intervir sobre o “espírito”, de modo a modelar o sujeito com vista a um papel específico: o de agente de destruição da sociedade “velha” e o de agente de construção da sociedade “nova”. Na parte que se segue, aprofundaremos o uso que os anarquistas fizeram de certos saberes em que a cultura se encontrava com a natureza e que geravam, por isso, formas de intervenção que, pela sua disposição biológica, recaiam sobre os corpos e não somente sobre o “espírito”.

CAPÍTULO 5 – O aperfeiçoamento da espécie: natureza, evolucionismo e degeneração

Na mundividência anarquista a natureza não era somente um referente metafísico, nem era redutível a um paradigma do sublime, como que provida de um sentido teológico, acima da cultura e objecto de uma devoção secular. Entre natureza e cultura existia uma conexão mutuamente constituinte, considerando-se que nos processos sociais e culturais participavam factores de ordem natural, tal como também a natureza sofria a interferência de factores de ordem social e cultural. A relação entre indivíduo, sociedade e natureza era central em muitas das ideias de emancipação libertárias e radicava numa continuidade que entretecia os modelos de comportamento individual e de organização social. Nesta parte, exploraremos de que forma se dava esta conexão e como é que se traduzia nas suas técnicas de subjectivação. O nosso foco, contudo, e a despeito dessa continuidade, incidirá, predominantemente, sobre o lado da natureza e dos seus efeitos sobre o indivíduo. Interessa-nos explorar quais os efeitos que se considerava que a natureza tinha no comportamento individual e nos processos de transformação social, ou seja, de que forma integrava a construção do sujeito revolucionário e as ideias de organização social libertárias.

5.1 – Anarquismo e natureza

Na historiografia e nas ciências sociais, as abordagens à relação entre anarquismo e natureza remeteram, principalmente, para a exploração do princípio que usualmente se considera definir o ideal libertário quanto à “natureza humana” ³⁸². Predominaram as análises em torno da dicotomia de uma “boa” ou “má” natureza, guiadas, em parte, pelo interesse em refutar ou confirmar o alegado optimismo libertário, isto é, a crença – e a dependência dela para o sucesso do seu projecto – no carácter intrinsecamente bom do ser humano. Mas esse quadro binário, derivado geralmente de leituras superficiais e impressionistas do anarquismo, não se nos afigura pertinente, nem sequer heurísticamente útil, por ser incapaz de abarcar a diversidade de posições relativas ao peso da natureza no indivíduo e na sociedade que o atravessaram.

³⁸² Para uma obra que trata esta questão ver Morland, David, 1997, *Demanding the Impossible?: Human Nature and Politics in Nineteenth-century Social Anarchism*, London: Cassell.

Para os anarquistas, o ser humano era, acima de tudo, um produto do meio em que se inseria, compelido pelas relações sociais em que se envolvia e pelo contexto institucional e estrutural que organizava essas relações. A continuidade entre natureza e cultura traduzia-se justamente na ideia de “meio ambiente”, que funcionava essencialmente como noção epistemológica e não enquanto guia moral. Por meio ambiente entendia-se a existência de factores que operavam tanto positivamente como negativamente sobre o ser humano e sobre as relações sociais, como tal contemplando-se a possibilidade de uma “má natureza” que exigisse uma intervenção técnica capaz de a modificar ou dominar. A natureza não era originariamente boa ou má, tal como a cultura não o era. As potencialidades de uma e de outra seriam o resultado de uma harmonia que pressupunha a sua continuidade e até indistinção. Por ser passível de ser transformada ou controlada nos seus caracteres essenciais, a natureza não surgia como factor primordial para a exequibilidade da sociedade libertária. É de acordo com esta lógica que nos parece que deve ser entendida a ideia de “lei natural” entre os anarquistas, o que vai no sentido contrário ao alegado rousseunismo que lhe é frequentemente imputado.

A questão da natureza humana não foi, de resto, uma questão que pareça ter preocupado a maior parte dos militantes e intelectuais libertários e surgia apenas em resposta a quem os acusava de crerem numa “boa natureza”. Assim, o luso-brasileiro Pinto Quartim³⁸³, na sua primeira obra de propaganda libertária, defendia que, “se o homem não *nasce bom* como afirmou Rousseau, também não *nasce mau* como nos quer fazer crer o pessimista alemão” e, como tal, a questão “deve ser-nos indiferente”³⁸⁴. Neno Vasco, em *A Concepção Anarquista do Sindicalismo*, enfrentou a mesma problemática por ver nela uma objecção frequente ao anarquismo. Considerando que tal crença não teria qualquer fundamento, e seria “puro religiosismo”, afim ao “paraíso

³⁸³ António Tomás Pinto Quartim (1887-1970), filho de portugueses, nasce no Rio de Janeiro, Brasil. Em 1905 inscreve-se na Universidade de Coimbra para estudar Direito de onde é expulso em 1907 por participar na greve académica. Em 1913, por ter mantido a nacionalidade brasileira, é expulso para o Brasil, acusar de estar envolvido no rebentando da bomba lançada na Rua do Carmo em Junho de 1913, e regressa novamente a Portugal em 1915. Trabalhou principalmente como jornalista, tendo dirigido diversas publicações anarquistas, como o jornal *Amanhã* (1909), *Terra Livre* (1913) e a redacção d’*A Batalha*. O seu espólio encontra-se depositado e organizado no Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Sobre a vida de Pinto Quartim ver, ainda, a tese de doutoramento de João Carlos Marques, 2021, *Um indesejável além-mar: Pinto Quartim e o movimento libertário nos dois lados do Atlântico (1887-1930)*, Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa.

³⁸⁴ (itálicos no original) Quartim, Pinto, 1907, *Mocidade, Vivei!*, Lisboa: Livraria Clássica Editoria, p. 27.

cristão”³⁸⁵, sugeriu, antes, a hipótese inversa: “porque o homem não é um anjo, não é perfeito, é que é necessário instaurar o socialismo anarquista, extinguir os meios de explorar e dominar”, na medida em que, “se o homem fosse um anjo, qualquer regime serviria, porque o indivíduo nunca faria mal, fossem quais fossem as condições em que o colocassem”³⁸⁶. Na sua opinião, “o homem não é bom nem mau (...), é um animal sociável com paixões e necessidades”, e procede de acordo com as condições em que actua³⁸⁷. A necessidade de responder a esta objecção não se ficou unicamente pelas obras panfletárias ou doutrinárias, aparecendo, por exemplo, numa tese apresentada ao I Congresso Confederal e IV Nacional em 1925, na qual se estabelecia que “a C.G.T. considera que o homem, excepção feita aos tarados doentes por hereditariedade, não é bom nem mau originariamente”³⁸⁸.

Todavia, como se depreende pela referência nesse documento à hereditariedade, a relação entre natureza e cultura não era desprovida de algumas ambiguidades. Ainda que não subscrevessem uma ideia linear de natureza humana, os anarquistas, pelo seu cientificismo determinista e positivista, coincidiam em alguns pontos fundamentais com as concepções então dominantes, marcadas pela crescente confluência entre a biologia, a política e os saberes das ciências sociais e humanas. Reconheciam-se condicionantes de ordem natural – ocasionalmente em termos essencialistas – no indivíduo e na sociedade, assumindo, por isso, a sua interferência nas possibilidades de emancipação humana e de transformação social. Por outras palavras, cria-se, também, numa natureza imanente a cada indivíduo, que não punha em causa a sua maleabilidade ou reversibilidade, mas que antecedia, em certo grau, a cultura, moldando e condicionando as formas de vida possíveis. Perante estes factores de força maior, colocava-se, necessariamente, a questão da inevitabilidade de regular comportamentos ou mesmo

³⁸⁵ Vasco, Neno, 1984 [1923], *A Conceção Anarquista do Sindicalismo*, Porto: Afrontamento, p. 66.

³⁸⁶ Encontra-se, nesta afirmação, o eco de outra proferida anos antes por uma das principais referências de Neno Vasco, o anarquista russo Piotr Kropotkin: “We do not advocate Communism and Anarchy because we imagine men to be better than they really are; if we had angels among us we might be tempted to entrust to them the task of organising us, though doubtless even they would show the cloven foot very soon. But it is just because we take men as they are that we say: “Do not entrust them with the governing of you. This or that despicable minister might have been an excellent man if power had not been given to him. The only way of arriving at harmony of interests is by a society without exploiters and without rulers.” It is precisely because men are not angels that we say, “Let us arrange matters so that each man may see his interest bound up with the interests of others, then you will no longer have to fear his evil passions.”, cf. 1886, *The Place of Anarchism in Socialistic Evolution*. London: William Reeves, pp. 18-19.

³⁸⁷ Vasco, ibidem, p. 64 e s.

³⁸⁸ Cf. “Educação”, in *A Batalha*, n.º 2058 – Ano VII, 16 de Agosto de 1925, p. 4. A tese era assinada por Manuel da Silva Campos, Carlos Maria Coelho, Lúcio Costa, Luís Gonzaga, Joaquim de Sousa, Manuel Henriques Rijo, Manuel Nunes e Manuel Joaquim de Sousa (relator).

eliminar aqueles que destoavam ou perturbavam uma normatividade definida nestes termos.

5.2 – A biopolítica libertária

O período em que as ideias anarquistas se definem enquanto doutrina política, e vêem a sua influência expandir-se, é simultâneo ao de uma crescente conexão entre os modos de governação e organização da sociedade e os diversos saberes que constituíam as ciências sociais, humanas e biológicas. O conceito de biopolítica, popularizado por Michel Foucault, procura retratar esta mudança em que os modelos disciplinários de governação começam a coexistir e a dar gradualmente lugar a modelos e técnicas de controlo populacionais formuladas em moldes que Foucault define como securitários. A emergência da ideia de população enquanto problema económico e político foi fundamental para este processo e constitui um dos elementos centrais da biopolítica e da governamentalidade modernas³⁸⁹. O poder deixa então de incidir apenas sobre o indivíduo e sobre os sujeitos isolados e passa a operar sobre uma multiplicidade de corpos entendida enquanto espécie e condicionada por diferentes variáveis, o que torna necessária a identificação de padrões e constantes populacionais. População deve assim ser entendida enquanto uma categoria que remete tanto para uma visão micro e macro dos processos sociais, fundamental para um exercício de governo que procura entrecruzar “os comportamentos de todos e cada um de modo homólogo”³⁹⁰. Uma das particularidades da ideia de população, segundo as concepções governamentais e biopolíticas, reside na abrangência de factores que são tanto de ordem quantitativa quanto de ordem qualitativa. Por outras palavras, a população enquanto sujeito deixa de definir-se somente pela “quantidade” que ocupa um dado território e passa a incluir também a “qualidade” dos seus sujeitos, qualidade apurada através de diversas variáveis, geralmente quantificáveis, que servem um modelo de governação singular; um modelo de governação, em suma, focado na gestão de dimensões que não são

³⁸⁹ As obras onde Michel Foucault explora e desenvolve a ideia de biopolítica são, por ordem cronológica, Foucault, 2006 [1976], *“É preciso defender a sociedade”*, Lisboa: Livros do Brasil; 2009 [1978], *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977-78*, Basingstoke: Palgrave Macmillan; 1978, *The History of Sexuality – Volume I: An Introduction*, New York: Pantheon Books; e 2010 [1979], *O Nascimento da Biopolítica*, Lisboa: Edições 70.

³⁹⁰ Ramos do Ó, Jorge, 2003, *O governo de si mesmo: Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*, Lisboa: Educa, p. 30

apreciadas moralmente, nem suscitam necessariamente formas de regulação disciplinares ou uma intervenção directa de modo a constrangê-las ou eliminá-las.

A preocupação com a “qualidade” e com a “quantidade” da espécie que percorre uma boa parte dos discursos governativos coevos foi partilhada pelos anarquistas. Entre estes, em paralelo com o que acontecia na esfera estatal, procuraram desenvolver-se, igualmente, técnicas de regulação dos comportamentos e de todo o tipo de hábitos individuais e de cuidado de si (sexuais, reprodutivos, de cuidado com o corpo e com a saúde), mas também das formas de sociabilidade e organização social (das dimensões mais informais até à família e à administração de um território nacional). A constituição da população enquanto eixo governamental remete-nos, portanto, para uma razão de governo modelada de acordo com uma interligação entre a natureza e a cultura e que, para efeitos de síntese, podemos traduzir por uma simultânea biologização do social e socialização do biológico. Esta foi, aliás, uma das vias pela qual os anarquistas participaram do impulso racionalizador da modernidade. O aparato conceptual e epistemológico que partilhava com outras culturas políticas coevas, potencial ou efectivamente antagónicas, remetia para um mesmo propósito, de conferir legibilidade sobre o território e a população³⁹¹, organizar a sociedade e, no fundo, criar modos de governação de si e dos outros, segundo uma ideia específica de ordem social e de equilíbrio da espécie.

Na obra de Giorgio Agamben a biopolítica é entendida enquanto um momento de *indistinção*, característico das formas de governação modernas, entre *zoe* (“o simples facto de viver”, a vida natural) e *bios* (“a forma ou a maneira de viver”, a vida política)³⁹². Neste aspecto, a perspectiva de Agamben parece-nos mais adequada para pensar o anarquismo, pois em Foucault, como afirma Agamben, mais do que uma indistinção, estava em causa a conjugação de uma e outra. Para o filósofo italiano, com a emergência das formas de poder governamentais, articuladas com os diversos saberes já referidos, a vida natural deixa de se situar num ponto paralelo ao da vida política e passa a confundir-se com esta. As necessidades fisiológicas consideradas essenciais para a vida natural, e por isso tomadas como universais, adquirem uma especial relevância nos modelos de “governo dos homens”. A preocupação simultânea com a qualidade e a quantidade da espécie – e já não um entendimento da vida ou da natureza

³⁹¹ E.g. Scott, James. C., 1998, *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, New Haven: Yale University Press.

³⁹² Agamben, Giorgio, 1998, *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*, Lisboa: Presença, pp. 12 e ss.

com existências autónomas – suscitou a necessidade de administrar as necessidades vistas como biológicas e naturais dos sujeitos, diluindo, por essa via, a sua autonomia e universalidade na cultura. A gestão das condições de vida e das dinâmicas demográficas tornam-se, assim objecto de governação e, como tal, problemas iminentemente políticos.

Menos adequada ao anarquismo é, porém, a visão soberanista, jurídica e estatocêntrica que percorre a conceptualização de biopolítica presente no mesmo trabalho de Agamben, destacada por Lemke quando diz que “Agamben is apparently not aware that biopolitics is not only the purview of government regulation. It is also a field of 'autonomous' subjects who as rational patients, entrepreneurial individuals, and responsible parents (should) demand biotechnological options”³⁹³. A ideia de governamentalidade foucaultiana que atenta a uma “microfísica do poder”, numa reticularidade que se estende para lá da lei e das formas de regulação centradas do Estado, coaduna-se melhor com a biopolítica libertária e com a “análise ascendente do poder” que propusemos. O estudo das dinâmicas de poder no anarquismo implica procurar entendê-las a partir da forma como se constituíam de baixo para cima, ou se davam entre sujeitos situados a um mesmo nível, e implica deslocar o olhar para os procedimentos pelos quais se procurava fazer o indivíduo actuar sobre si próprio sem a intervenção de uma autoridade centralizada ou acima dos indivíduos.

No decorrer deste e dos capítulos que se seguem, procuraremos perceber alguns aspectos desta biopolítica libertária. Veremos, primeiro, neste capítulo, em que saberes é que se fundou essa biopolítica e que reapropriações ou reinterpretações deles se fizeram pelos anarquistas. Veremos, em seguida, nos capítulos restantes, como é que tais saberes e técnicas se conjugaram com as questões da raça, do género e da sexualidade.

5.3 – Evolução e degeneração

O peso que as narrativas de carácter evolucionista tinham na leitura que os anarquistas faziam do progresso histórico e das possibilidades de transformação social era determinante na elaboração das suas formas de governação. Esta afinidade, ainda

³⁹³ Lemke, Thomas, 2011, *Biopolitics: An advanced introduction*, New York: New York University, p. 61. Lemke discute os problemas da abordagem de Agamben em toda a sua extensão, pp. 59 e ss.

que muitas vezes formulada em termos idiossincráticos, não era propriamente original. O evolucionismo tinha um papel de relevo em praticamente todas as culturas políticas seculares contemporâneas. E os anarquistas, pela especial importância que concediam à ciência, em nome da razão e do combate à religião, encontravam nas teses evolucionistas uma fonte de ruptura com os saberes teológicos enquanto ordenadores metafísicos e materiais do mundo. É naquele que Alexandre Vieira³⁹⁴ considerou “o mais importante documento apresentado em congressos operários nacionais”³⁹⁵, e que foi genericamente apelidado como a “Carta Orgânica do Sindicalismo Português”, a tese *Organização Social Sindicalista* (doravante OSS), que encontramos uma das mais completas sínteses da leitura evolucionista da história segundo a óptica sindicalista e libertária³⁹⁶. Nesse extenso documento, a história humana é apresentada como sendo caracterizada por diversos estádios de desenvolvimento e complexidade, indo do “homogéneo para o heterogéneo” e do “simples para o complexo”³⁹⁷, numa linha evolutiva que começa com a primeira forma de agregação humana – “as hordas” – e tem o seu devir final na “organização social sindicalista”, a organização adequada à concretização plena da “tendência natural” de sociabilização do ser humano³⁹⁸, “a resultante fatal do determinismo social”³⁹⁹ e, como tal, o estádio da “sociabilização intensiva dos povos”. Segundo este quadro, o Estado e o poder político desapareceriam inevitavelmente com o progresso: “com o tempo (...) *todas as formas* de autoridade

³⁹⁴ Alexandre Vieira (1880-1973), natural do Porto, compositor tipográfico e jornalista, foi um dos militantes mais notórios do movimento sindical português e o defensor mais emblemático da autonomia do sindicalismo revolucionário, sem nunca se ter considerado anarquista. Foi director do semanário *O Sindicalista* (1910-1916) e d’*A Batalha*. Participou, ainda, na Universidade Popular Portuguesa e, durante a ditadura, na Associação dos Inquilinos Lisbonenses juntamente com outros libertários. No período da ditadura, publicou diversas obras, entre elas *Figuras Gradadas do Movimento Social Português* (1959) e *Para a história do sindicalismo em Portugal* (1970) – para mais elementos biográficos, ver Freire, João & Lousada, Maria Alexandre, 2013, *Roteiros da memória... Lisboa*, p. 90. Sobre o autor ver ainda Pedroso, Alberto e Ventura, António, 1985, *Alexandre Vieira: 30 anos do sindicalismo português*, Lisboa: Edições Um de Outubro.

³⁹⁵ Alexandre Vieira, 1974 [1970], *Para a História do Sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, p. 157.

³⁹⁶ Esta tese, pela sua importância e pela sua extensão, foi publicado em livro: 1922, *Organização Social Sindicalista: Subsídios para a discussão das teses sob este título, no 3.º Congresso Nacional Operário*. Lisboa: Edição da Comissão Organizadora do 3.º Congresso Nacional. Como apontamos no primeiro capítulo, reconhece-se em Adolfo Lima um dos seus principais redactores e, de facto, este documento sintetiza muitas das ideias apresentadas em múltiplos textos ao longo dos anos de militância do pedagogo anarquista. Cf. Fundação Mário Soares/ Casa Comum – Fundo Alberto Pedroso – Pasta 09777.008 (versão digitalizada em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09777.008>)

³⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 24.

³⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 23.

³⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 65.

tendem a desaparecer. A evolução da humanidade assim nos diz dum modo evidente”⁴⁰⁰.

Contudo, o evolucionismo abraçado pelos libertários não se cingia unicamente a este entendimento linear e determinista da história, assente na crença de que as sociedades caminham sempre no sentido de um maior progresso. Seguia, também, os preceitos biológicos relativos ao desenvolvimento da espécie humana, o que se verificava, por exemplo, como já referimos, nas preocupações com a “qualidade da espécie” e com os efeitos da hereditariedade. Este evolucionismo biológico expressava-se em termos mais pessimistas, e contrabalançava o optimismo progressista, destacando a decadência e a degenerescência da espécie que resultava de uma organização social fundada em desigualdades sociais que originavam a miséria e as precárias condições de vida que afectavam a maioria da população. É, em suma, o evolucionismo que providencia o quadro em que se dá o encontro entre biologia, política e moral que caracterizava a mundividência libertária.

Para muitos libertários, tanto o mundo biológico como o social eram indelevelmente condicionados por leis naturais e universais, explicáveis e inteligíveis pela razão e pela experiência. Nesse sentido, as formas de organização social, assim como muitos dos hábitos individuais e costumes culturais, deviam estar em concordância com as leis da natureza e da evolução no sentido de se assegurar o progresso histórico⁴⁰¹. Este cruzamento entre a moral e a biologia, entre natureza e cultura, que se dava na relação entre evolucionismo e anarquismo, reflectia-se num conjunto de considerações relativas à reprodução da espécie e ao peso da herança genética nos comportamentos individuais e sociais, informando as suas leituras sobre o crime, a ordem social, mas, também, sobre questões como a sexualidade e o planeamento familiar.

⁴⁰⁰ (itálico no original) Idem, *ibidem*, p. 55. Acrescente-se que uma leitura semelhante já tinha sido apresentada, ainda que de forma menos desenvolvida, numa tese com o mesmo nome ao I Congresso Operário Nacional, em 1909. Uma narrativa semelhante estava também plasmada nas páginas da Caderneta Confederal de sindicado da Confederação Geral do Trabalho (vd. exemplar no Arquivo Histórico-Social, BNP - N61, Cx. 64 AHS.6785 ms.241). Este tipo de narrativa evolucionista integrava, de resto, as abordagens a muitos tópicos, servindo, geralmente, para introduzi-los e inseri-los numa linha de progresso histórico. Um dos exemplos pioneiros, acima de tudo pelo seu significado e sistematicidade, terá sido o livro que abordaremos em seguida, Silva Mendes, 2006 [1896], *Socialismo Libertário ou Anarchismo: História e Doutrina* (edição fac-símile], Lisboa, Letra Livre.

⁴⁰¹ Pinto Quartim, por exemplo, no livro já citado, considerava que a filosofia libertária mostrará que “o homem, produto da Natureza, deve unicamente estar sujeito às imprescritíveis leis naturais e de que o gerador do mal-estar universal é a não observância dos direitos naturais do homem” (idem, *ibidem*, p. 25)

Para o quadro evolucionista que organizou a narrativa historicista libertária, colocando o anarquismo enquanto desiderato dessa mesma história, terá contribuído, em especial, o trabalho de Piotr Kropotkin. Kropotkin terá sido um dos anarquistas mais influentes no anarquismo português e essa influência percebe-se, justamente, pelo lugar que o evolucionismo ocupou no imaginário libertário nacional. Terá sido principalmente pela sua leitura que esse quadro de inteligibilidade histórica, social e biológica se desenhou e que, provavelmente, se deu a leitura de outros autores, por vezes intermediada pelo olhar de Kropotkin⁴⁰². Foi esse, por exemplo, o caso de Herbert Spencer, um dos proponentes do darwinismo social, autor da expressão “sobrevivência do mais apto” (*survival of the fittest*) e uma das referências de Kropotkin tanto na sua actividade científica como no seu anarquismo⁴⁰³.

Logo na primeira obra de fôlego de doutrina libertária elaborada por um autor português, *Socialismo Libertário ou Anarchismo*, publicada em 1896, Silva Mendes discute a importância das teses darwinistas lado a lado com as ideias dos principais teóricos anarquistas, denotando alguma proximidade com a versão de Herbert Spencer mas sem abdicar da crítica ao individualismo spenceriano a partir da perspectiva do comunismo anarquista de Kropotkin. A simpatia por Spencer, que muitos anarquistas consideravam o “sociólogo mais importante”, foi notória desde cedo no anarquismo em Portugal e salientou-se em muitos militantes que procuravam dissertar sobre as bases da doutrina anarquista. Silva Mendes aponta-o, aliás, como uma das “maiores individualidades [anarquistas] da actualidade”, juntamente com Kropotkin, Elisée Reclus, Tolstoi e Ibsen (“isto é, o maior sociólogo, o maior apóstolo da liberdade, o maior geógrafo, o maior cristão, o maior dramaturgo!!!”)⁴⁰⁴ – afirmação que ecoou em anarquistas como Pinto Quartim, que a repete quase nos mesmos termos, e em Sesuirosa

⁴⁰² Para perceber o lugar fundacional das correntes evolucionistas e dos saberes biológicos no trabalho de Kropotkin, ver o já referido livro de Richard Morgan, 2020, *The Making of Kropotkin's Anarchist Thought: Disease, Degeneration, Health and the Bio-political Dimension*, London, Routledge.

⁴⁰³ Para a leitura multifacetada de Spencer por Kropotkin, nomeadamente quanto às afinidades e divergências entre os dois, ver Adams, Matthew S., 2016, “Formulating an anarchist sociology: Peter Kropotkin’s reading of Herbert Spencer”, *Journal of the History of Ideas*, Vol. 77, N.º 1, pp. 49-73. Neste artigo, Adams defende que “Kropotkin, like many evolutionists writing before the insights of modern genetics, remained attached to the theories of Jean-Baptiste Lamarck. But more than this, it was Spencer’s influential work on animal adaptation that was central to Kropotkin’s attempt to navigate the debates between followers of Darwin and supporters of Lamarck”, contudo sem deixar de assinalar que “Kropotkin’s engagement with Spencer was (...) central to the creation of his sociology, but it was a sociology propounding a distinct political vision” (pp. 51-2).

⁴⁰⁴ Idem, *Ibidem...*, p. XII

(pseudónimo de João de Sousa Reis)⁴⁰⁵. Para além dos nomes referidos, encontramos a presença de Spencer em autores como José de Jesus Gabriel⁴⁰⁶, Bento Faria⁴⁰⁷, Adolfo Lima⁴⁰⁸ e João Evangelista de Campos Lima. De resto, o nome de Spencer aparecia com frequência em textos doutrinários e até de propaganda, mas, geralmente, sem grande aprofundamento.

É justamente em João Evangelista de Campos Lima⁴⁰⁹ que encontramos uma abordagem mais detalhada e sistemática da relação do evolucionismo com o anarquismo e das afinidades e discordâncias com a obra de Spencer. Aliás, em Campos Lima o diálogo entre anarquismo e evolucionismo perdura – talvez de forma mais evidente do que noutros militantes – em todas as suas teorizações sobre o anarquismo, que vão desde os seus primeiros escritos, na primeira década do século XX, até, pelo menos, aos anos 30⁴¹⁰. Ao longo da sua militância, em livros, em textos publicados na imprensa e

⁴⁰⁵ Quartim coloca Spencer entre as mesmas individualidades referidas por Silva Mendes – com excepção de Tolstoi –, considerando-o um dos “defensores apaixonados” do anarquismo“ e o mais eminente sociólogo moderno” (cf. Quartim, *Mocidade...*, p. 33). Sesuirosa escreve que “Spencer é um dos grandes sociólogos científicos mais celebrados em todo o mundo, como filósofo preconizador de um regime no qual a humanidade inteira viva em igualdade de circunstâncias: com iguais direitos e deveres” (cf. Sesuirosa *apud*. Gustavo, Soledad, 1901, “*A mulher*”, Porto: Typographia Gutenberg, p. 99).

⁴⁰⁶ E.g., Gabriel, José de Jesus, “Concepções da vida”, *A Obra*, n.º 519 – Ano X, 14 de Janeiro de 1905, p. 2 – um texto em que o autor lê Kropotkin e Spencer lado a lado. No mesmo jornal, nos números seguintes, aparecem alguns textos deste militante a discutir as teses evolucionistas. Há poucos dados sobre Gabriel, desconhecendo-se a data e local de nascimento e da morte. Foi metalúrgico e torneiro mecânico no Arsenal do Exército, anarquista intervencionista e, mais tarde, esteve entre os fundadores do PCP (dados recolhidos em http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=militante&cid=2186&Itemid=49 (consultado em 14-05-2020)).

⁴⁰⁷ Bento Faria, no jornal *A Obra* e desde a viragem libertária deste jornal *circa* 1900, disserta abundantemente sobre o anarquismo quase sempre em articulação com as teses evolucionistas, num exercício que se prolonga quase até 1905. Em 1904-1905, Bento Faria funda a revista “Amor e Liberdade”. Mantém-se ligado ao anarquismo nas décadas seguintes. Desconhece-se a data de nascimento e a data da morte.

⁴⁰⁸ Num texto que integra a discussão que decorria sobre as relações entre sindicalismo e anarquismo, afirma que “o *facto sociológico* será o nosso ponto de partida”, colocando sempre Spencer entre as suas referências, cf. Lima, Adolfo, “Respondendo a um inquérito: Sindicalismo e Anarquismo”, *Terra Livre*, n.º 5 – 1.º Ano, 13 de Março de 1913, pp. 1-2.

⁴⁰⁹ João Evangelista de Campos Lima (1877-1956), natural do Porto, maçom, advogado e jornalista, foi um dos mais importantes anarquistas da primeira metade do século XX. Cursa direito em Coimbra mas é expulso da universidade pelo seu envolvimento na greve académica de 1907, o que o impediu de doutorar-se. Em 1908 começou a exercer advocacia mas sem aceitar servir como advogado de acusação (só abriu uma excepção, contra um polícia que assassinara um operário). Apesar da proximidade com algumas figuras destacadas do republicanismo, recusou sempre convites para cargos políticos, como o de deputado, governador civil ou até Ministro da Justiça em 1919. Integrou o conselho jurídico da C.G.T. e, após a ditadura, manteve-se sempre ligado ao anarquismo. Deixou um grande número de obras publicadas e escreveu em muitas das publicações libertárias das primeiras décadas do século XX (dados recolhidos em <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/arquivo/?p=collections/findingaid&id=74&q==> - acedido a 03-01-2020). Parte do seu espólio encontra-se depositado no Arquivo Histórico-Social da BNP (cx. 58).

⁴¹⁰ Como exemplo, veja-se a discussão entre Campos Lima e Manuel Ribeiro, em 1929, pelas palavras deste contra o evolucionismo determinista seguido pelos libertários que considerava contrário à liberdade e à igualdade. Campos Lima, em resposta, afirmava a ideia de evolução sugerida por Darwin, reformulada

em conferências, Campos Lima discutiu profusamente o evolucionismo e as teses de origem darwinista, procurando articular a leitura do mundo que estes propunham com o projecto libertário. Em *O Movimento Operário em Portugal*, publicado em 1910, o advogado e militante anarquista aborda a questão da selecção natural e, em particular, as ideias de luta pela vida (*struggle for life*)⁴¹¹ e de sobrevivência do mais apto, contestando a sua adequação às relações entre indivíduos da mesma espécie e à sociedade coetânea. Para Campos Lima, a competição e as desigualdades que estruturavam as sociedades liberais eram contrárias às leis naturais e, logo, não operavam enquanto factores de selecção natural⁴¹². Em alternativa à competição como motor da evolução, defendia, expectavelmente, a tese kropotkiana da “ajuda mútua”, elaborada em resposta à obra de Darwin e, em particular, a algumas das derivações social-darwinistas que inspirou⁴¹³.

Como é perceptível, as críticas de Campos Lima não descartavam por completo as “leis darwinistas” da evolução, mas sim as aplicações e apropriações delas feitas, nomeadamente o seu uso na defesa da sociedade existente, profundamente desviada do curso natural por uma organização das relações sociais que era a causa dos conflitos e da decadência que a caracterizava. Era a partir deste quadro que se delineava a defesa de uma profunda transformação social revolucionária, pois só numa sociedade comunista anarquista, como a que o autor defendia, se realizariam as condições para a “uma verdadeira aplicação” da “lei darwinista”⁴¹⁴. Nessa sociedade, além do progresso social, dar-se-ia um “notável progresso” biológico, em parte pela consagração do “amor livre”, pois

as leis sexuais serão feitas inteiramente de harmonia com a natureza. Os fortes procurar-se-ão instintivamente. Os degenerados, porque o são, também para se juntarem irão buscar outros degenerados. Estas últimas ligações terão como

por Kropotkin, que considerava ter posto “em relevo (...) que o darwinismo é principalmente a teoria da evolução pelo auxílio mútuo”, e, segundo as próprias palavras de Ribeiro, mostrava-se “um utilitarista da escola de Spencer”. Ribeiro, em resposta, defendia que as teses de Campos Lima redundavam necessariamente na “luta pela vida” e na sobrevivência do mais apto “que sacrifica o fraco e dá primazia ao forte”. O debate aconteceu entre 3 de Abril e 15 de Abril de 1929 nas páginas do Diário de Notícias e encontra-se online no arquivo da Fundação Mário Soares/ Casa Comum (Fundo de Alberto Pedroso): <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09795.056> (consultado em 03-04-1920).

⁴¹¹ E.g., Campos Lima, João, 1910, *O Movimento Operário em Portugal*, Lisboa: Guimarães Editores, p. 37. Para outros exemplos do uso da ideia de “struggle for life”, ver OSS, p. 43. Ver, também, Mendes, *ibidem*, pp. 181-215.

⁴¹² *idem*, *ibidem*, pp. 37 e ss.

⁴¹³ E.g., *Idem*, *ibidem*, p. 39.

⁴¹⁴ *Idem*, *ibidem*, p.66.

consequência a depressão do número de degenerados, porque providencialmente a infecundidade é uma das características da degenerescência.⁴¹⁵

A atenção à questão da degeneração foi uma constante entre os libertários portugueses, não só em articulação com as discussões sobre evolucionismo, como vemos acontecer na citação de Campos Lima, mas também enquanto tema provido de relevância própria. A sua presença era, também, visível nas narrativas de outras culturas políticas contemporâneas, nomeadamente nas que partilhavam o mesmo fundo evolucionista. Mas entre os anarquistas portugueses, a urgência concedida ao combate à degeneração moral, social e biológica teve uma particular relevância desde o início do século. O cruzamento que sugeria entre factores biológicos e factores morais tornava-a particularmente atractiva para os libertários, para quem a natureza e a cultura, como vimos, se relacionavam estreitamente.

Havia que lidar, contudo, com o paradoxo de construir e justificar um programa político libertário com base num conjunto de saberes científicos que visavam especificamente os anarquistas, nomeadamente aqueles que discutiam a questão da degeneração. Alguns dos principais tratados sobre a degenerescência da espécie, juntamente com a criminologia e alguns dos saberes *psi*, destacavam o anarquismo e os anarquistas como exemplos dos perigos que decorriam desse processo de decadência. Max Nordau, numa das mais influentes obras dedicadas à questão, intitulada precisamente *Degeneração*, apontava os anarquistas individualistas como degenerados mentais⁴¹⁶. Em Portugal, no processo de discussão da lei “anti-anarquista” de 13 de Fevereiro de 1896, o ministro da Justiça, António d’Azevedo Castelo Branco, invocava essas teses em defesa da aprovação da lei, alegando ser “necessário atender a que entre os prosélitos do anarquismo se encontram, principalmente, indivíduos que os antropologistas classificam de degenerados, desequilibrados e destituídos de senso moral”⁴¹⁷.

⁴¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 47

⁴¹⁶ Significativamente, Silva Mendes cita e subscreve Nordau nesta matéria, *ibidem*, p. 182. Nordau foi, de resto, amplamente divulgado nas páginas da imprensa libertária, geralmente através de citações soltas, pelas suas críticas à religião, ao militarismo, ao parlamentarismo e às formas de governação coevas. Entre os jornais que publicaram textos e citações de Nordau, alguns deles recorrentemente, podemos destacar *A Sementeira*, *Terra Livre*, *A Comuna*, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, *Aurora Social*.

⁴¹⁷ Sessão n.º 24 de 10 de Fevereiro de 1896 – Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, p. 257, online em: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/024/1896-02-10/257?q=anthropologistas%2Bclassificam%2Bde%2Bdegenerados&pPeriodo=mc> (acedido a 01/03/2017)

Tal como as leis darwinistas eram ajustadas e integradas aos fins libertários, a questão da degeneração era igualmente alvo de uma resignificação que a tornava coerente com o projecto libertário, rebatendo e invertendo algumas das teses dominantes entre os usos feitos por outras correntes políticas. Uma dessas resignificações está patente na citação de Campos Lima. Tal como sugeria, em sintonia com a crença de outros anarquistas, a degeneração decorria, principalmente, das desigualdades sociais e das condições de vida da maioria da população, o que é dizer, remetia acima de tudo para o “meio ambiente”. Por essa razão, para os anarquistas, as elites económicas e políticas eram as principais culpadas por esse processo, enquanto causadoras dessas desigualdades e de hábitos e comportamentos imorais⁴¹⁸, contrariamente ao que defendiam essas mesmas elites que atribuíam a responsabilidade da degradação biológica e moral às classes populares.

A degeneração servia, portanto, primeiramente, uma narrativa de denúncia dos efeitos nefastos da autoridade⁴¹⁹, do capitalismo e do legado histórico da Igreja Católica sobre as condições de vida contemporâneas. Sublinhe-se que esta tese se coadunava com a crença libertária de que só a revolução permitiria contrariar o avanço da degeneração e combinava com a maleabilidade reconhecida à natureza humana. O maior peso do meio ambiente face a factores biológicos imutáveis e universais tornava reversíveis os efeitos da degenerescência ou do curso decadente da evolução da espécie. Como é claro, em sintonia com as teses evolucionistas predominantes em Portugal, entre os anarquistas sobressaía a influência francesa de raiz neolamarckista, que privilegiava os efeitos ambientais face aos biológicos. Recorrendo mais uma vez às palavras de Campos Lima,

No fundo, em qualquer forma de degenerescência e portanto no crime também, há sempre a influência do meio exterior. Transforme-se esse meio, dêem-se a todos as condições indispensáveis de existência e não haja receio de que a lei biológica falhe: a degenerescência atenuar-se-á e, subsistindo ainda algum tempo pelos resíduos que a hereditariedade transmite, acabará por desaparecer.⁴²⁰

⁴¹⁸ Para ver com mais detalhe os temas que caracterizavam as teses degeneracionistas das elites, ver, por exemplo, Ferraz de Matos, Patrícia, 2010, “Aperfeiçoar a ‘raça’, salvar a nação: eugenia, teorias nacionalistas e a situação colonial em Portugal”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 50, p. 92.

⁴¹⁹ Em editorial de *A Batalha*, intitulado “Uma perigosa enfermidade social”, afirma-se explicitamente: “uma das razões fundamentais por que nós somos pela abolição do poder coercitivo do Estado provém da verdade psicológica que afirma o exercício da força como causa da obliteração das faculdades mentais.” Anon., “Uma perigosa enfermidade social”, in *A Batalha*, n.º 2447 – Ano VIII, 21 de Novembro de 1926.

⁴²⁰ Lima, *O movimento...*, pp. 18-19.

Era, também, por estas razões que se, por um lado, os anarquistas coincidiam com os criminologistas na associação entre degeneração, crime e desvio⁴²¹, chegavam, por outro lado, à conclusão oposta no que respeitava à intervenção legislativa do Estado. Num texto em que discutia a “extinção da criminalidade”, Campos Lima considerava que a criminalidade era irresolúvel pela lei, pois “o indivíduo é um produto do seu meio, já porque ele sofreu a acção directa, já porque hereditariamente lhe foram transmitidas certas tendências do mesmo meio, aos seus anteriores comunicadas”⁴²². Apesar do papel atribuído à hereditariedade e à biologia no comportamento individual, Campos Lima distinguia o “criminoso degenerado” do “criminoso atávico”, considerando o primeiro como condicionado por factores biológicos, causados ou espoletados por razões exógenas (sociais e culturais), e o segundo como fundamentalmente condicionado por razões biológicas inerentes e relativamente independentes da influência do meio. Se o comportamento e a degeneração biológica do criminoso atávico não eram reversíveis pelos efeitos da “higiene e terapêutica social”, a sua existência era, contudo, residual e não constituía um factor de preocupação – segundo afirmava, a própria “criminologia moderna” tinha descartado a sua importância e representatividade. Era sempre o meio ambiente que predominava. Bento Faria, exprimindo mais claramente o determinismo dos libertários, defendia que estes “vêem no criminoso um produto e não um ser que procede criminosamente por seu livre arbítrio” e, por isso, contra a lógica punitiva e disciplinária do sistema judicial, afirmava que era “à sociedade e não ao indivíduo que devemos dirigir-nos [sic] a pedir contas dos actos anti-sociais”⁴²³.

Como vemos, a cientificidade dos saberes criminológicos, apesar do seu ataque aos anarquistas, não era plenamente descartada; antes se reconfigurava a sua orientação

⁴²¹ Por exemplo, Campos Lima defendia que “o degenerado é o criminoso tipo”, *vd.* Campos Lima, 1905, “A extinção da criminalidade”, *Luz e Vida*, n.º 5 – Série I, Junho de 1905, p. 82.

⁴²² *Idem*, “A extinção...”. Uma tese também expressa em Campos Lima, 1906, *A Questão Social*, Coimbra: Núcleo de Educação Anarquista, pp. 30-2. Adolfo Lima apontava no mesmo sentido quando afirmava que “em vez de atacar os indivíduos, castigando-os, o que devemos atacar são as instituições, são os factores de degenerescência”, in “Determinismo Social”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, N.º 17 – Ano I, 24 de Março de 1924, p. 4. Para dar como exemplo um caso concreto, em que se comentava um crime de infanticídio, o redactor da notícia sublinhava ser contrário à condenação da mulher autora do referido crime, por ser o “produto mórbido dum ambiente mórbido, consequência funesta duma moral jesuítica” e defendia que “os nossos ataques vão mais longe, vão às causas da degenerescência, vão à sociedade defeituosa em que vivemos” (Anon., “Ainda o infanticídio”, *A Batalha*, n.º 1433 – Ano V, 26 de Julho de 1923, p. 1), uma opinião que se repete numa carta enviada para o jornal e publicada no número seguinte.

⁴²³ Faria, Bento, “A solidariedade pela ciência e a Revolução pela solidariedade”, *A Obra*, n.º 326 – Ano VII, 5 de Maio de 1901, p. 1. Neno Vasco seria provavelmente uma das excepções mais notórias a esse determinismo, o que é exemplificado pelo texto que citamos no segundo capítulo sobre a liberdade. Nesse texto, Vasco procurava esboçar uma ideia de liberdade que ia para lá da oposição entre livre arbítrio e determinismo (*cf.* Vasco, “A liberdade”).

para outras forças políticas e sociais. Algumas profissões, por exemplo, eram vistas como tendo o “ferrete do crime”, caso dos militares, dos comerciantes e dos políticos, o que se apontava como a confirmação de algumas das teses da “escola criminalista chamada antropológica”⁴²⁴. Os agentes de instituições repressivas que visavam directamente os operários, como a Confederação Patronal e o Tribunal de Defesa Social⁴²⁵, eram aquelas sobre quem mais recaía o olhar criminológico. Em 1921, num artigo de fundo do jornal *A Batalha*, José Maria Gonçalves evocava as “teorias sobre a origem da criminalidade” de Darwin, Augustin Hamon⁴²⁶, Enrico Ferri e Cesare Lombroso para condenar os crimes da Confederação Patronal⁴²⁷. Noutro caso, o de um operário preso na sequência de um atentado, acusava a Patronal de estar por trás dessas detenções e classificava um dos seus líderes, Virgílio Pinhão, como “um tipo apulhastrado, com todas as características dum anormal, idêntico a tantos exemplares de que os criminalistas e os psiquiatras se têm servido para ilustrar os textos das suas

⁴²⁴ Anon. “Considerações sobre os crimes e os criminosos”, *A Batalha* – Ano IV, 25 de Fevereiro de 1922, p. 1.

⁴²⁵ Em 11 de Maio de 1920 (Lei n.º 969), era aprovada a criação de um tribunal especial, o Tribunal de Defesa Social, para julgar “os fabricantes, os portadores e os detentores de bombas explosivas” (Art. 1.º, alínea a) e aqueles que instigassem à prática de crimes por esses meios. O tribunal seria constituído por um “membro da magistratura especial ou do Ministério Público e por dois indivíduos formados em direito, de nomeação do Governo”. No projecto de lei sujeito a discussão na Câmara dos Deputados em 15 de Abril de 1920, a sua disposição era ainda mais arbitrária, propondo-se que fosse constituído “pelo Director da Polícia de Investigação Criminal, pelo Director da Polícia de Segurança do Estado e pelo Comissário Geral de Polícia”. Foram muitas as vozes que se levantaram contra o projecto e o debate prolongou-se por várias sessões. Era apontada a sua “barafunda jurídica”, que permitia que o detido fosse julgado duas vezes (por um tribunal regular e por um tribunal excepcional), e era constantemente recordada a lei de 13 de Fevereiro de 1896, combatida sem concessões pelos republicanos. Para o deputado Álvaro de Castro, o tribunal em questão era constituído “duma maneira tão excepcional que ultrapassa[va] as excepcionalidades da lei de 13 de Fevereiro”. A sua aprovação não foi unânime, apesar de todas as alterações que sofreu. O Tribunal foi extinto em 19 de Dezembro 1923.

⁴²⁶ Augustin Hamon (1862-1945) foi um sociólogo, precursor da psicologia social e anarquista francês, muito popular entre os militantes portugueses, em especial pelos seus livros *Déterminisme et responsabilité* (1898, traduzido para português em 1900 e reeditado em 1908 e 1910) e *Psychologie de l'anarchiste-socialiste* (1895, traduzido em 1915). Esta última obra foi, aliás, citada logo em 1896 na obra de Silva Mendes de que já falamos. Foi um contribuidor regular das páginas d'*A Batalha* e manteve durante um longo período uma rubrica regular dedicada principalmente a questões de política internacional.

⁴²⁷ Vd. Gonçalves, José Maria, “A Confederal Patronal e a criminologia patológica”, *A Batalha*, n.º 1060, Ano IV, 6 de Maio de 1922, p. 1. Apesar da referência a Lombroso, um dos criminologistas que mais contribuiu para a criminalização e patologização dos anarquistas, Gonçalves redireccionava a sua perspectiva para as elites políticas e económicas, defendendo que “a estes é que cabe a classificação de crimes sociais, que erradamente se convencionou chamar aos praticados por operários, com o objectivo de qualquer reivindicação para benefício comum”. Lombroso, previsivelmente, pela forma como caracterizou os libertários em *L’Uomo Delinquente* (1876) e especialmente em *Gli Anarchici* (1894), era mais criticado do que invocado apologeticamente, o que não acontecia com outros criminologistas, como Enrico Ferri, por exemplo. Sobre a criminologia e o anarquismo ver a obra de Luís Bigotte Chorão, em especial a segunda parte, “O debate científico sobre a questão anarquista”, em que apresenta as ideias de Lombroso: Chorão, 2015, *Para uma história da repressão do anarquismo em Portugal no século XIX*, Lisboa: Letra Livre.

divagações científicas”⁴²⁸. Sobre o Tribunal de Defesa Social, num artigo em que se denunciava a indiferença do governo perante o grande número de operários deportados, escrevia-se sobre um polícia que integrava esse tribunal e que seria “manifestamente, um tarado, um caso de estudo de psiquiatras de *verdade*, a quem falta (...) aquele equilíbrio mental de que falamos”⁴²⁹.

Por todas estas razões, o código penal era visto como “um código de classe”⁴³⁰, pois, a haver responsabilidade criminal dos actos “anti-sociais”, a regulação recairia sempre sobre as classes privilegiadas, “que se arrogam o direito de tutelar (...), dominando e dirigindo pela força e impondo leis que só a elas aproveita”⁴³¹. As prisões, em vez de regenerarem ou educarem, eram consideradas “escolas do crime”, onde se agravavam as tendências anti-sociais. Tal como as leis e os tribunais, “as prisões só cuidam do efeito e deixam estupidamente actuar e desenvolver todas as suas causas e condições geradoras do crime”⁴³². Por derivar fundamentalmente do meio ambiente, o crime devia, portanto, ser combatido nas suas causas – pela transformação radical da sociedade e dos costumes – e não pela repressão.

5.4 – Regeneração e cuidado de si: Higienismo, saúde, naturismo e desporto

As causas da degeneração apontavam, frequentemente e de forma indistinta, a factores de ordem moral e de ordem biológica. Uma educação errónea, a religiosidade, a inferioridade moral e a sentimentalidade apareciam interligadas com uma alimentação deficiente, com o excesso de trabalho, com a saúde e com a higiene, suscitando práticas e cuidados biopolíticos com o propósito de assegurar a regeneração individual e colectiva. Na sociedade libertária essas causas desapareceriam ou tornar-se-iam residuais, mas, em sintonia com a ética prefigurativa que guiava as acções dos militantes, tanto o seu comportamento quotidiano, como as práticas de organização

⁴²⁸ Vasconcelos, Aníbal de, “Desmascara-se um bandido!”, *A Batalha*, n.º 1431- Ano V, 24 de Julho de 1923, p. 1.

⁴²⁹ Itálico no original; Anon. “As deportações são uma iniquidade mantidas por Domingos Pereira, Barbosa & C.ª”, *A Batalha*, n.º 2075 – Ano VII, 6 de Setembro de 1925, p. 1.

⁴³⁰ Anon., “Os delitos sociais”, *A Batalha*, n.º 753 – Ano III, 9 de Maio de 1921, p. 1.

⁴³¹ Ismaelita, “Os mendigos criminosos e a carta do sr. dr. Ferraz de Macedo”, *A Obra*, n.º 439 – Ano IX, 4 de Julho de 1903, p. 1. Como se depreende pelo título, este texto surge na sequência de um artigo sobre o trabalho do médico e antropólogo criminologista Ferraz de Macedo (1845-1907) e de uma resposta que este enviou para o mesmo jornal a demarcar-se da leitura feita por Ismaelita. Ismaelita era o pseudónimo do anarquista e farmacêutico Ismael Pimentel (infelizmente não encontramos mais dados biográficos).

⁴³² Anon. “Considerações sobre os crimes e os criminosos”, *A Batalha* – Ano IV, 25 de Fevereiro de 1922, p. 1.

colectiva deviam apontar um caminho imediato de combate à degeneração e de revigoração da “raça”⁴³³. Sobral de Campos, num texto publicado no jornal *A Batalha*, recordava precisamente a importância do combate à degeneração no processo de preparação revolucionária, assinalando que, conjuntamente com a “grande tarefa” de reconstrução da sociedade, não devia descurar-se a “destruição do nosso passado, das nossas taras, dos nossos vícios, das contaminações que, mais ou menos, sofremos no ambiente pestilencial do meio social em que vivemos”⁴³⁴. Mais explicitamente, Lion de Castro, apontando ao “perigo do álcool”, afirmava que “não é ao Estado burguês que cabe a missão de educar e de formar consciências, nem dele nada podemos esperar, mais sim dos agrupamentos sindicalistas, socialistas, anarquistas e naturistas”⁴³⁵. Um apelo que se repetia noutros textos, que apontavam aos males do presente e apelavam ao seu combate.

De modo semelhante ao que vimos suceder com a educação, com a cultura e com a ocupação dos tempos livres, a tarefa de destruição de “taras”, “vícios” e “contaminações”, implicava uma intervenção contínua e combinada nas diversas dimensões da vida individual e colectiva. Coerentemente com a continuidade entre natureza e cultura, a regeneração individual e a preparação revolucionária colectiva não eram entendidas separadamente, mas parte de um processo integrado. Para os anarquistas, ecoando as analogias organicistas de algum darwinismo social, a sociedade era como um corpo composto por vários órgãos, havendo uma interdependência entre o total e o singular⁴³⁶. Descurar uma das partes comprometia o funcionamento do todo, o que tornava causas de degeneração factores quer morais quer materiais. A deterioração moral causava a deterioração física e vice-versa, o que tornava a urgência de combatê-la parte de todas as circunstâncias da vida e indissociável do processo revolucionário. O cuidado de si – expresso, por exemplo, nos cuidados com o corpo e com a saúde – não se distinguia, nos seus fins, da luta por melhores condições de trabalho ou de habitação. Em conformidade, a Federação dos Operários da Construção Civil, num texto em que

⁴³³ E.g.: “O anarquista, fiel aos seus princípios, deve condenar todos os vícios, porque uma vez a humanidade liberta de todos os vícios que a atormentam será feliz. Condenando todos os vícios, conhecendo os seus males, ele deve ser o primeiro a dar o exemplo”. Anon., *Comuna Livre*, N.º 7, 19 de Março de 1916.

⁴³⁴ Sobral de Campos, “Preparemo-nos!”, *A Batalha*, n.º 356 – Ano II, 23 de Fevereiro de 1920, p. 1.

⁴³⁵ Lion de Castro, “O perigo do álcool”, *A Batalha*, n.º 631 – Ano II, 5 de Janeiro de 1921, p. 1.

⁴³⁶ Um exemplo claro pode, mais uma vez, ser encontrado no documento da OSS; ver, por exemplo, pp. 19-34. Ver também um texto de Adolfo Lima em que defende a tese do “superorganismo social” numa óptica libertária, em Lima, Adolfo, “Respondendo a um inquérito – Sindicalismo e Anarquismo II”, *Terra Livre*, n.º 7 – 1.º Ano, 27 de Março de 1913, pp. 2-3.

expunha um plano de trabalhos, recordava que “robustecer o organismo, prepará-lo para bem reagir contra a hecatombe, é um dever de defesa social que tanto depende do indivíduo como da colectividade”⁴³⁷.

É neste quadro, suportado e legitimado por uma diversidade de saberes científicos, que vemos por vezes surgir espaço para o aparecimento de um discurso medicalizado que patologizava comportamentos individuais e processos sociais⁴³⁸. Essas “patologias” – ou sintomas de uma “patologia” maior, como a degeneração – deviam ser alvo de práticas enquadradas em termos terapêuticos. O discurso terapêutico, pela sua aura científica, providenciava, além disso, uma alternativa à autoridade estatal, baseada na repressão e na intervenção jurídica, e permitia manter o incentivo exclusivamente na educação, na responsabilidade individual e na autonomia do sujeito, mesmo quando elaborada em termos normativos. Para Jaime Brasil⁴³⁹, o crime, segundo a sua leitura determinista, era considerado uma patologia que devia ser tratável “pela terapêutica aplicável às psicopatias” – uma tese que, como vimos atrás, também Campos Lima subscrevia quando falava da importância da “higiene e terapêutica social”⁴⁴⁰. Também o poder e o autoritarismo, por exemplo, apareciam frequentemente nas páginas d’*A Batalha* como enfermidades que ora eram “causa da obliteração das

⁴³⁷ “A crise de produção na indústria da Construção Civil”, *A Batalha*, n.º 867 – Ano III, 18 de Setembro de 1921.

⁴³⁸ A título de exemplo, para não nos repetirmos e para recorremos apenas a dois textos já citados, em OSS descreviam-se as instituições do presente como “vírus malignos”, caracterizadas por “fundamentos patogénicos” e “o germe de todas as anomalias”, p. 7. Num editorial sobre a festa da raça, defendia-se que “as riquezas do Brasil que as caravelas abarrotadas descarregaram no Tejo, trouxeram os grandes hábitos de ociosidade que os levaram [as elites] à epilepsia, por excesso de bebedeiras, e ao manicómio, arrastados pela sífilis que os endoideceu”. Anon., “Uma raça de bandoleiros”, *A Batalha*, n.º 1697 – Ano VI, 7 de Junho de 1924, p. 1. P. Para um exemplo anterior e vindo de alguém que se situava numa linha ideológica distinta, a do “anarquismo reformista”, Heliodoro Salgado defendia que “os conservadores são casos taratológicos, exemplares das épocas do absolutismo sobrevivente” (Salgado, Heliodoro, “Evolução social”, *A Obra*, n.º 327 – Ano VII, 26 de Abril de 1902, p. 2. Um autor que assinava por Liber-Tario, sugeria que a medicina e a sociologia eram análogas, defendendo que a burguesia era uma doença que perturbava o funcionamento do “grande corpo social” e que “o burguesismo” era “o resultado da lesão natural que originou essa psicose”, Liber-Tario, “Questões de sociologia – O socialismo autoritário IV”, *A Obra*, n.º 339 – Ano VII, 4 de Agosto de 1901, p. 1.

⁴³⁹ Jaime Brasil Luquet Neto (1896-1966), natural de Angra do Heroísmo, Açores, foi um anarquista singular e de maior pendor individualista do que o usual no panorama português, tendo exercido, principalmente, a actividade de jornalista. Foi redactor de jornais como *O Século*, *A República* e *O Diabo* e *O Primeiro de Janeiro*, escreveu abundantemente n’*A Batalha* e nos seus suplementos e dirigiu e fundou o jornal *O Globo* (1930). Para além da crítica literária e artística, a sua obra versou, principalmente, sobre questões sexuais, tendo publicado os livros *O Problema Sexual* (1931), *A Questão Sexual* (1932), *Os Padres e a Questão Sexual* (1932) e *A União dos Sexos* (1933). Em 1925 fundou o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.

⁴⁴⁰ Idem, “A extinção...”, p. 82. Uma perspectiva em que muitos outros militantes insistiam, especialmente quando criticavam a violência policial e a repressão estatal.

faculdades mentais”⁴⁴¹, ora representavam taras seculares atávicas, que “redivivem [sic] em cada indivíduo, a despeito do progresso humano”⁴⁴².

O higienismo, a profilaxia, a puericultura e, mais tarde, a eugenia, mobilizavam uma boa parte das propostas “terapêuticas” dos libertários e integravam regularmente as exigências de melhores condições de trabalho e habitabilidade, assim como as considerações sobre a prática desportiva, o uso dos tempos livres ou as condições das sedes sindicais. O trabalho e o exercício de algumas profissões invocavam de forma sistemática as propostas higienistas, associando-se certas práticas laborais a “caracteres somáticos determinados e, por vezes, até rigorosamente definíveis”, a doenças e “debilidades, melancolias e excitações nervosas”⁴⁴³. Essas preocupações eram, aliás, traduzidas nas teses apresentadas em congressos sindicais e levaram à criação em 1925 do “Conselho Técnico de Salubridade Profissional” pela CGT⁴⁴⁴. As próprias sedes sindicais deviam reunir as condições de conforto e higiene que os operários não podiam encontrar nas suas habitações ou locais de trabalho e, por essa via, contribuir para formar “seres vigorosos por meio da limpeza, da higiene, dos passeios, dos desportos e do movimento”⁴⁴⁵. Cuidar das condições de salubridade dos sindicatos era uma forma de habituar o operariado à “missão regeneradora que se propõe desempenhar”⁴⁴⁶.

O mesmo foco higienista recaía sobre as condições de salubridade e habitabilidade de certos bairros populares dos grandes centros urbanos, como o Barredo, no Porto, ou Alfama, em Lisboa, alvos de frequentes reportagens em tons dantescos,

⁴⁴¹ E.g., Anon., “Uma perigosa enfermidade social”, *A Batalha*, n.º 2447 – Ano VIII, 21 de Novembro de 1926.

⁴⁴² E.g. Joaquim de Sousa, Manuel, “Igualdade e Liberdade”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 3 – Ano I, 23 de Dezembro de 1923, p. 5.

⁴⁴³ Costa Ferreira, “Estigmas profissionais”, *A Batalha*, n.º 959 – Ano III, 6 de Janeiro de 1922, p. 2. Ver, também, Costa, Emílio, “Condições de Trabalho”, *A Batalha*, n.º 19 – Ano I, 14 de Março de 1919, p. 1.

⁴⁴⁴ Esta decisão constava da tese “Higiene industrial”, apresentada ao I Congresso Confederal, IV Nacional. Nas suas conclusões, deliberava-se a organização do referido Conselho e apelava-se aos sindicatos para que realizassem “investigações sobre as condições de higiene nos locais de trabalho” e que colaborassem com o Conselho na “implantação das regras científicas de trabalho”. Num aditamento a essa tese, igualmente aprovado, convidavam-se a colaborar “entidades médicas cujo espírito e dedicação profissional tal permitam, podendo realizar-se, pelo menos, por esses higienistas, séries de palestras científicas atinentes a preservarem os operários dos perigos resultantes da negligência profissional”, e.g. Joaquim de Sousa, Manuel, 1974 [1931] *O Sindicalismo em Portugal*, Porto: Afrontamento, p. 164-165. Ver, ainda, “Higiene Industrial”, *A Batalha*, n.º 2066 – Ano VII, 27 de Agosto de 1925. Sobre a criação do Conselho Técnico de Salubridade Profissional, ver “O I Congresso Confederal”, *A Batalha*, n.º 2095 – Ano VII, 29 de Setembro de 1925, p. 1.

⁴⁴⁵ Anon., “A Casa dos Trabalhadores”, n.º 308 – Ano I, *A Batalha*, 5 de Janeiro de 1920, p. 1.

⁴⁴⁶ Souvarine, “Um sindicato modelar”, *A Batalha*, n.º 190 – Ano I, 5 de Setembro de 1919, p. 1.

descrevendo-os como epicentro de “doenças epidémicas”⁴⁴⁷ e aos seus moradores como “defeituosos fisicamente e aleijados moralmente”⁴⁴⁸. Segundo as descrições, esses bairros eram povoados por “tuberculosos”, “sífilíticos”, “raquíticos”, “anémicos”, “pedintes” e “andrajosos”⁴⁴⁹, perdidos para o crime, para o ócio e para a taberna. Nesses relatos, o definhamento dos corpos e da moral ocupavam um lugar tão ou mais importante que a descrição das condições materiais de habitação, servindo muitas vezes para sublinhar a irrecuperabilidade de tais zonas. Nos textos mais violentos, alguns bairros populares pediam “cloreto e creolina”⁴⁵⁰, o “camartelo demolidor”⁴⁵¹ ou não tinham outra solução senão ser “arrasados”⁴⁵². Os apelos às classes médicas, para que organizassem comícios e divulgassem “os preceitos da higiene”, eram comuns, vendo-se na sua inactividade e indiferença uma prova de que a “ciência est[ava] manietada por *cientistas* que se amerceiraram”⁴⁵³.

Estes retratos dos bairros urbanos remetiam para uma outra tendência popular entre os libertários e que era emergente no imaginário de outras culturas políticas contemporâneas⁴⁵⁴: a de que a vida nas cidades levava à degeneração física e à decadência moral, por oposição à vida do campo, mais regrada, menos marcada por ócios destrutivos e caracterizada pelo contacto com a natureza. Num artigo de fundo publicado n’*A Batalha*, sugestivamente intitulado “Regressar à terra”, descrevia-se a vida citadina como “uma orgia interminável”, invadida pelos “prostíbulos, as batotas, os clubs ricos, os hotéis luxuosos, os palacetes magníficos” que “irrompem no solo dum dia para o outro”, em contraste com a falta de habitação para as classes populares. O autor defendia que era necessário voltar à Terra – “generosa e acolhedora, berço das grandes alegrias e das fadigas gratas” – e “travar o urbanismo” para “descongestionar as grandes cidades”⁴⁵⁵. Mesmo os jardins, que permitiam o contacto com a natureza na

⁴⁴⁷ “A crise de produção na indústria da Construção Civil”, *A Batalha*, n.º 867 – Ano III, 18 de Setembro de 1921.

⁴⁴⁸ Anon., “‘A Batalha’ no bairro de Alfama”, *A Batalha*, n.º 947 – Ano III, 23 de Dezembro de 1921, p. 1.

⁴⁴⁹ Ver, por exemplo, Sobral de Campos sobre a Covilhã, a “manchester portuguesa”, “Por terras da beira...”, *A Batalha*, n.º 15 – Ano I, 10 de Março de 1919, p. 1.

⁴⁵⁰ 964, 1922, *batalha*

⁴⁵¹ Anon., “Notas & Comentários – A tuberculose”, *A Batalha*, n.º 176 – Ano I, 22 de Agosto de 1919, p. 1.

⁴⁵² Benedy, José, “Talvez os piolhos...”, *A Batalha*, n.º 46 – Ano I, 10 de Abril de 1919, pp. 1-2.

⁴⁵³ Itálico no original. C.V.S., “A Batalha no Porto”, *A Batalha*, n.º 968 – Ano III, 17 de Janeiro de 1922, p. 3.

⁴⁵⁴ Iria, aliás, constituir um dos eixos do imaginário salazarista. E.g. Luís Trindade, 2008, *Estranho caso do nacionalismo português*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

⁴⁵⁵ Anon., “Regressar à terra”, *A Batalha*, n.º 347 – Ano I, 14 de Fevereiro de 1920, p. 1. Uma posição defendida noutros editoriais, como por exemplo em “Os problemas económicos”, *A Batalha*, n.º 233 – Ano I, 19 de Outubro de 1919, p. 1, em que num tom menos maniqueísta se apelava à “revitalização da

cidade, eram, para Mário Domingues, lugares de depravação e não de regeneração, como seria suposto. Para o mesmo autor, o “grande corpo da cidade” era “gangrenoso de sífilis e alucinado pelo álcool”, como as suas reportagens da noite demonstravam⁴⁵⁶.

Apesar da glorificação do campo, eram múltiplos os retratos que descreviam a vida do camponês em termos menos romantizados e bucólicos, vendo-a como “miserável e pobre (...) trabalhando de sol a sol”⁴⁵⁷, e os apresentavam como “ingênuos”, “crédulos” e “simples”, para invocar alguns termos que surgiam nas caracterizações dos militantes de sindicalistas rurais.⁴⁵⁸

Uma das causas mais frequentemente apontadas para os males atrás apontados era o álcool – juntamente com outros vícios “excitantes dos nervos”, como o tabaco, as drogas e o jogo⁴⁵⁹. O consumo de bebidas alcoólicas era apontado como uma das causas principais da degeneração e definhamento físico e moral, “o maior inimigo do proletariado”⁴⁶⁰, levando ao crime, à prostituição e ao agravamento da miséria dos trabalhadores, destruindo famílias e enfraquecendo para o trabalho. Para além de ser um hábito burguês, constituía “a arma mais terrível que a classe capitalista se serve para poder prolongar por mais tempo o jugo tirânico” sobre os operários⁴⁶¹. Em 1921, é criada a Associação Anti-Alcoólica Operária, com sede na mesma morada da C.G.T. e de *A Batalha*, reunindo em pouco tempo cerca de mil associados⁴⁶². Nos seus textos e conferências, não se limitava a apontar as consequências na saúde do trabalhador, visando, principalmente, os efeitos sobre a luta social e a revolução. No balanço do seu primeiro ano de intensa actividade, argumentava que “o vinho e a aguardente fazem tagarelas e excitados, desordeiros e desorientados (...)”, quando o que “o operariado

terra” para que o campo deixasse de ser “a gleba primitiva do ganhão, do moço rude de lavoira, do mísero trabalhador rural escravizado como besta de carga sob as inclementes fustigações ásperas das intempéries e dos senhores” e contrastasse com a vida das cidades, onde se depaupera “o bom sangue do povo, as fecundas energias virilizantes da raça”.

⁴⁵⁶ E.g., Domingues, Mário, “A cidade... de madrugada: Lisboa do prazer e da miséria”, *A Batalha*, n.º 429 – Ano II, 5 de Junho de 1920, p. 1.

⁴⁵⁷ Bacelar, José, “O cavador”, *A Batalha*, n.º 67 – Ano I, 1 de Maio de 1919, p. 5.

⁴⁵⁸ Anon, “Uma comissão de rurais”, *A Batalha*, Ano 1, n.º 107, 11 de Junho de 1919, p. 1. A imprensa sediada em localidades onde predominavam os trabalhadores rurais, como Évora, também não pintavam um cenário tão romântico da vida no campo, e.g. Queiroga, Annibal, “Carta aberta a um trabalhador rural”, *Aurora Social*, n.º 4, Fevereiro de 1920, p. 43

⁴⁵⁹ Para um texto em que se apontava ao combate aos três, defendendo que “o anarquista, fiel aos seus princípios, deve condenar todos os vícios, porque uma vez a humanidade liberta de todos os vícios que a atormentam será feliz”, ver Anon. 1916, “A moral do anarquista”, *Comuna Livre*, n.º 7, 19 de Março de 1916, p. 2.

⁴⁶⁰ Anon, “Contra o alcoolismo”, *A Batalha*, n.º 724 – Ano III, 9 de Abril de 1921, p. 1.

⁴⁶¹ “Anti-alcoolismo e anti-tabagismo”, *A Batalha*, n.º 2266 – Ano VIII, 22 de Abril de 1926, p. 4.

⁴⁶² Anon, “Operários anti-alcoólicos”, *A Batalha*, n.º 737 – Ano III, 22 de Abril de 1921, p. 1.

quer é a “Revolução e não motins; as revoltas produzem-se com vinho, a Revolução só será levada a efeito com ideias elevadas postas em práticas”⁴⁶³.

As tabernas e os prostíbulos, “a lama de onde saem emanações pestilentas e que geram o crime”⁴⁶⁴, confundiam-se com o álcool e rivalizavam com os sindicatos, estimulando consumos desregrados e afastando os operários da actividade sindical para deleite daqueles que lucravam sem pudor com a sua decadência. Contudo, a maioria dos operários era contra o encerramento das tabernas e contra a proibição do consumo⁴⁶⁵ – a própria Associação Anti-Alcoólica Operária não exigia a abstinência como condição para a adesão –, contrapondo a essa solução a urgência da educação⁴⁶⁶. Contra o encerramento das tabernas, alguns operários defendiam que devia ser iniciativa destes não frequentá-las⁴⁶⁷ e que, em alternativa, deviam ser criadas cozinhas comunistas⁴⁶⁸, pois as tabernas eram usadas por muitos trabalhadores por providenciarem refeições a preços acessíveis. Estas posições reflectiam o papel que estes estabelecimentos tinham na vida social dos bairros populares, oferecendo um dos poucos espaços de convívio e de fuga à rotina do trabalho, servindo como lugar para o debate de ideias e propaganda, tal como vimos no capítulo anterior.

5.4.1 – Naturismo

Alguns temas concitavam boa parte das propostas para superar o definhamento da espécie e as suas causas, organizando-se em torno deles práticas mais ou menos sistematizadas. O naturismo foi uma das propostas e, para certos militantes, considerados “naturistas”, constituía uma corrente de pensamento com ideias e um estatuto relativamente autónomo no movimento libertário.

O culto do poder regenerador da natureza encontrava a sua máxima expressão nesta corrente, que defendia os efeitos benéficos do ar livre, do sol, dos banhos de mar, da abstinência do álcool e do tabaco ou, até, da adopção de uma dieta vegetariana. Era

⁴⁶³ Comissão Organizadora da Associação Anti-Alcoólica Operária, “Aos trabalhadores de Portugal”, *A Batalha*, n.º 967 – Ano III, 15 de Janeiro de 1922, p. 2.

⁴⁶⁴ “Anti-alcoolismo e anti-tabagismo”, *A Batalha*, n.º 2266 – Ano VIII, 22 de Abril de 1926, p. 4.

⁴⁶⁵ Perfeito de Carvalho era um dos militantes que destoava nesta nota, defendendo a “abolição absoluta”. “Propaganda Anti-alcoólica”, *A Batalha*, n.º 694 – Ano III, 10 de Março de 1921, p. 1.

⁴⁶⁶ E.g. Anon., “A lei seca e os bebedores”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 17 – Ano I, 24 de Março de 1924, p. 2.

⁴⁶⁷ F. S., “O V Congresso dos Trabalhadores Rurais Portugueses”, *A Batalha*, n.º 1247 – Ano IV, 20 de Dezembro de 1922, p. 1.

⁴⁶⁸ Anon., “Notas & Comentários”, *A Batalha*, n.º 968 – Ano III, 17 de Janeiro de 1922, p. 1.

seguida por uma minoria de militantes libertários, mas granjeava uma simpatia generalizada no movimento. Esta simpatia encontrava-se com o desejo de viver de acordo com as “leis da natureza” e, especialmente, com um certo ascetismo presente em alguns sectores da militância libertária. Entre os proponentes mais destacados do naturismo entre os libertários encontrava-se o já mencionado Ângelo Jorge, autor da utopia naturista, *Irmânia* (1912), e um dos fundadores da revista *O Vegetariano* (1909), publicação que no decorrer da sua existência integrou alguns libertários e, principalmente, republicanos de simpatia libertária. Gonçalves Correia foi outros dos militantes que se destacou, até pela sua importância no movimento anarquista, em especial no decorrer da I República, tendo fundado, em 1917, a Comuna da Luz, uma comuna naturista sediada em Vale de Santiago (Odemira), e, mais tarde, já em finais da década de 20, a Comuna Clarão, em Albarraque (Sintra). Foi, também, o responsável pelo jornal anarquista *A Questão Social* (1916) onde, para além do naturismo, procurava lançar as bases e mobilizar outros interessados na concretização da comuna que viria a fundar um ano depois.

Se nem todos os naturistas eram libertários, é possível afirmar que, entre as diversas correntes políticas, os anarquistas foram aqueles que em Portugal mais simpatia expressaram pelo movimento. Nas palavras de Mário Domingues, a propósito de uma entrevista ao naturista Lion de Castro, “os frugívoros e os vegetarianos simpatizam com *A Batalha*, talvez pelo facto de *A Batalha* ter especial simpatia pelos vegetarianos e frugívoros.”⁴⁶⁹ Para a maioria dos militantes, simpatizantes ainda que não aderentes a todas as suas prescrições, o naturismo apresentava-se como complementar à vida sindical e militante. Os seus aderentes mais acérrimos defendiam que pelo naturismo se podiam curar doentes “declarados incuráveis pela própria medicina que os intoxicou”⁴⁷⁰ ou mesmo o “alcoolismo hereditário”⁴⁷¹. Num período em que as condições de vida e de trabalho eram altamente precárias, e o acesso a cuidados médicos era praticamente inexistente, criando um terreno fértil para a

⁴⁶⁹ M.D., “Nós e os naturistas – O álcool”, *A Batalha*, n.º 559 – Ano II, 21 de Outubro de 1920, p. 1.

⁴⁷⁰ Amílcar de Sousa, “O culto da natureza”, *A Batalha*, n.º 51 – Ano I, 15 de Abril de 1919, p. 4. Uma desconfiança da medicina muito difundida entre os libertários, mas que remetia acima de tudo para a forma como era exercida e que não constituía qualquer oposição à ciência, como o atestam as palavras de Aurélio Quintanilha, professor universitário, cientista e militante libertário, quando afirmava que “o médico tem todo o interesse em conservar as doenças” e defendia a moralização da profissão (“Médicos e Medicina”, *Terra Livre*, n.º 15 – 1.º Ano, 13 de Março de 1913, p. 4). No mesmo sentido, *A Batalha* declarava o seu apoio à criação de uma Liga de Medicina Social, que tivesse um fim mais preventivo do que curativo, pois “o papel da medicina não é o que devia ser”. Anon, “Medicina Social”, *A Batalha*, n.º 500 – Ano II, 18 de Agosto de 1920, p. 2.

⁴⁷¹ Anon, “Consequências do Álcool”, *A Batalha*, n.º 1442 – Ano V, 5 de Agosto 1923, p. 3.

expansão de diversas doenças, o naturismo prometia uma "alternativa" terapêutica", tão focada na prevenção quanto na cura. Por essa razão, considerava-se mais eficaz do que a medicina tradicional, acusada de ignorar as causas das doenças e de delas beneficiar por estar entregue a interesses económicos. Apelando à responsabilidade individual e à autonomia do sujeito, compatibilizava-se com uma lógica libertária concentrada no “cuidado de si”. As propostas naturistas providenciavam hábitos e práticas que se consideravam eficazes no combate à corrupção do corpo e da moral, promovendo um estilo de vida saudável e em harmonia com a natureza, mais focado nos comportamentos individuais do que nas batalhas colectivas.

O naturismo não se apresentava como anti-científico – antes pelo contrário, considerava defender a “verdadeira ciência”⁴⁷². Surgia, acima de tudo, como alternativa à referida “merceerização” da medicina e da ciência, entregue a interesses comerciais e, no entender dos libertários, colocada ao serviço das elites em detrimento da saúde da maioria da população. Não obstante o culto da natureza que estruturava boa parte das suas ideias, o naturismo também não deve ser confundido com outras tendências que desde então se popularizaram em alguns segmentos libertários e ecologistas, como o primitivismo, o paganismo ou outras expressões antitecnológicas e anticientíficas. A defesa da tecnologia e da mecanização do trabalho, defendida pela generalidade do movimento libertário, era partilhada pelos naturistas. Gonçalves Correia, como exemplo, na sua famosa conferência publicada em livro, *A felicidade de todos os seres na Sociedade Futura* (1923), defendia que era a máquina que permitiria libertar tanto os humanos como os animais e alcançar a “felicidade de todos os seres”, cabendo-lhe “quase todo, senão todo, o trabalho necessário” na sociedade futura⁴⁷³.

Nas páginas da imprensa operária, nomes como Amílcar de Sousa, José Lion de Castro ou Eliezer Kaminetzky – divulgadores activos do naturismo – eram presença assídua, tendo mesmo *A Batalha* criado uma rubrica naturista de publicação regular a partir de 1923. Nas mesmas páginas, para além dos textos de divulgação, juntavam-se regularmente receitas vegetarianas. A crítica era rara e, quando acontecia, nunca redundava em hostilidade ou oposição aberta, apontando, antes, a algumas das características do movimento sem sacrificar a defesa de outras. Num artigo a comentar

⁴⁷² Excepção feita a Ângelo Jorge, como vimos no Capítulo 2, em que apontava o ímpeto positivista de “tudo querer saber” como uma “modalidade de Orgulho Humano”, propondo em alternativa um culto místico da natureza, *vd. Jorge, Irmânia*, p. 104.

⁴⁷³ Correia, Gonçalves, 1923, *A felicidade de todos os seres na sociedade futura*, Escoural: Tipografia A Racional, p. 20.

um Congresso Naturista então realizado, criticava-se o “proselitismo quase pueril” de alguns dos seus praticantes e estes eram considerados “neófitos de um ideal que é servido com um ritual quase religioso, contrários às verdadeiras leis naturais”. O autor sublinhava, contudo, a sua disposição para “estudar os melhores meios de acudir à degenerescência da espécie” e destacava o seu papel no combate ao alcoolismo e na difusão de práticas higiénicas⁴⁷⁴. Mário Domingues, que nunca se declarou naturista, assumia, por outro lado, uma postura provavelmente mais representativa da tolerância da maioria dos militantes, distanciando-se daqueles que se consideram superiores e “têm risos escarninhos para com aqueles que evitam o álcool e o tabaco, as carnes putrefactas e as janelas fechadas”⁴⁷⁵. Os mais jovens pareciam especialmente receptivos às suas propostas. No I Congresso das Juventudes Sindicalistas, em 1921, numa “das teses que mais interessavam ao Congresso”, intitulada “Abstinência e propaganda antialcoólica”, para além da denúncia dos “desgostos e doenças” que o consumo de álcool e a frequência da taberna traziam aos operários, propunha-se a adopção dos princípios naturistas, como “a abstenção das carnes e peixe, provadamente nocivos à saúde”. No debate que se gerou em torno da proposta, o delegado de Setúbal mostrava-se de acordo com a tese, mas recordava que “em Setúbal, onde o principal, quase único alimento, é o peixe, a propaganda é muito difícil”. A tese foi por isso aceite em princípio e sob o compromisso de fazer a “máxima propaganda dessas bases abstencionistas”⁴⁷⁶. Esta postura adoptada pelas Juventudes Sindicalistas não merecia, certamente, o mesmo entusiasmo na generalidade do movimento operário – especialmente nos militantes que viam o sindicalismo como auto-suficiente e a luta económica como aquela que devia concentrar os seus esforços –, mas denotava uma crescente abertura a este tipo de práticas.

⁴⁷⁴ Anon., “A acção dos naturistas”, *A Batalha*, n.º 2018 – Ano VII, 30 de Junho de 1925, p. 1. Uma excepção na atitude perante o naturismo, em particular o vegetarianismo, adoptando uma postura mais crítica, vinha de Jaime Brasil, um dos principais difusores da eugenia e da puericultura entre os anarquistas portugueses, como veremos à frente cf. Jaime Brasil, “A moral biológica e o direito de matar”, *Suplemento Literário e Ilustrado A Batalha*, n.º 75 – Ano II, 4 de Maio de 1925, p. 2.

⁴⁷⁵ Domingues, Mário, “O Homem e a Natureza”, *A Batalha*, n.º 1152 – Ano IV, 29 de Agosto de 1922, p. 3.

⁴⁷⁶ Anon., “Juventudes Sindicalistas- O seu I Congresso terminou anteontem no meio do maior entusiasmo”, *A Batalha*, n.º 659 – Ano II, 3 de Fevereiro de 1921, p. 1.

5.4.2 – Educação física e desporto

A promoção da educação física, o cuidado com o corpo e a defesa dos benefícios do ar livre eram outros dos pontos de contacto entre o higienismo, o naturismo e práticas disseminadas mais transversalmente pelo movimento libertário. Com a gradual adesão das classes populares ao desporto, o que se intensificou particularmente nas décadas de 10 e 20, este torna-se motivo de debate e, por vezes, razão para vivas discussões na imprensa e nos organismos operários. A sua defesa e promoção fazia-se, fundamentalmente, nos mesmos termos que visavam a regeneração do corpo, o aperfeiçoamento físico e a melhoria da saúde individual e colectiva. O seu exercício devia integrar-se na “moral nova”⁴⁷⁷ que compunha todos os momentos da vida do militante e, por isso, para além dos seus benefícios físicos, devia promover a camaradagem e os valores de solidariedade e cooperação, em sintonia com os princípios da educação integral: “o homem do futuro deverá saber remar, nadar, trepar, andar a cavalo”⁴⁷⁸. Em poucas palavras, a prática desportiva era vista como um “meio de regeneração a opor à degenerescência física que actualmente avassala uma grande parte da humanidade”⁴⁷⁹ e servia para “aperfeiçoar fisicamente o operariado para (...) a sociedade de amanhã”⁴⁸⁰, mas era também uma forma de educação e de luta que semeava “o princípio da solidariedade, do respeito e do amor mútuo entre os jovens operários de diversas nações”⁴⁸¹ e ajudava a combater “o patronato e o capital”⁴⁸². No fundo, as actividades desportivas deviam estar integradas na “moral nova” que compunha todos os momentos da vida do militante para a preparação revolucionária, conjugando o bem-estar e o revigoramento físico com a promoção de valores que reforçassem os laços entre o operariado.

O desporto operário, fundado em bases higienistas e científicas, era contrastado com o desporto burguês, cujos efeitos seriam principalmente a exploração comercial e a

⁴⁷⁷ Anon., “As Juventudes Sindicalistas realizam o seu primeiro Congresso”, *A Batalha*, n.º 657 – Ano II, 31 de Janeiro de 1921, p. 1.

⁴⁷⁸ Anon., “O operariado e os desportos”, *A Batalha*, n.º 883 – Ano III, 8 de Outubro de 1921, p. 3.

⁴⁷⁹ Santos, José dos, “A cultura física e a mocidade (Tese a apresentar à 1.ª Conferência das Juventudes Sindicalistas de Lisboa)”, *A Batalha*, n.º 1931 – Ano VII, 13 de Março de 1925, p. 3. Também pode ser encontrada no espólio da Federação das Juventudes Sindicalistas da Região Portuguesa (1920-1926) que se encontra em BNP-N61, Cx. 97-AHS3907ms532.

⁴⁸⁰ Anon., “O perigo do desporto para a causa operária e meio de o combater”, *A Batalha*, n.º 1568 – Ano V, 6 de Janeiro de 1924, p. 3.

⁴⁸¹ Anon., “Jornadas célebres no desporto operário”. *A Batalha*, n.º 1835 – Ano VI, 15 de Novembro de 1924, p. 2.

⁴⁸² K., “Desporto operário – A necessidade da ginástica para os operários”, *A Batalha*, n.º 1729 – Ano VI, 13 de Julho de 1924, p. 3.

difusão de valores negativos que alimentavam a rivalidade, a competição e a vaidade⁴⁸³. As actividades que se considerava interferirem com a vida sindical e com o trabalho eram repudiadas, segundo o princípio de que deviam contribuir sempre para o fortalecimento dos laços entre os militantes e para o revigoração físico do trabalhador debilitado pelo seu esforço laboral quotidiano e pelas condições de trabalho. Os libertários opunham-se ao modelo aristocrático que desenvolveu o desporto no país e que o via principalmente como uma forma de distinção social e de lazer⁴⁸⁴. Mas, como estes, criticavam a crescente profissionalização e industrialização da actividade desportiva. Tanto a sua profissionalização como a sua redução a uma distracção ou forma de lazer chocavam com o carácter utilitário que devia orientá-la em qualquer circunstância e que devia corresponder a uma aplicação dos seus exercícios “com método, cientificamente”⁴⁸⁵. O contraste entre trabalho e desporto era, aliás, a base de muitas das críticas que surgiam na imprensa operária. O trabalho era visto como uma forma de moralidade superior, como a actividade que devia concentrar as energias do operariado, deixando o tempo livre para a instrução individual e a organização colectiva que levariam à emancipação social. Jaime Brasil, num texto em que classificava pejorativamente o desporto “como o triunfo da medula sobre o cérebro”, contrastava-o, precisamente, com o trabalho, sublinhando que “verdadeiramente escola de beleza, de força, de solidariedade e de saúde moral, só há uma – O trabalho triunfante e redentor”⁴⁸⁶.

Raros eram os textos que condenavam o desporto de forma tão contundente quanto Jaime Brasil. No geral, as opiniões apontavam criticamente a certas práticas enquanto procuravam incentivar outras consideradas mais salutaras (entre elas, a natação, a ginástica, o pedestrianismo, o remo, os pesos e alteres, os exercícios de agilidade, a ginástica rítmica). Nos anos 20, com a popularização crescente de algumas modalidades desportivas entre os operários, a que também não seria indiferente o afastamento de muitos militantes da actividade sindical, assumiu-se a impossibilidade de “evitar a [sua] influência” e que a resposta devia passar pela integração nas

⁴⁸³ Como o ténis, o hipismo, mas, também, o futebol profissional, com a criação de vedetas e jogadores glorificados pelas massas; “o que são os concursos hípicas, os desafios de ténis (...) senão esplêndidos pretextos para que uma burguesia, infinitamente snob e inútil, exhiba teatralmente a sua vaidade?”, e.g. 883, Anon., “O operariado e os desportos”, *A Batalha*, n.º 883 – Ano III, 8 de Outubro de 1921, p. 3.

⁴⁸⁴ E.g. Kumar, Rahul, 2017, *A pureza perdida do desporto*, Lisboa: Edições Paquiderme, p. 25.

⁴⁸⁵ Anon., “O operariado e os desportos”, p. 3.

⁴⁸⁶ Jaime Brasil, “Paradoxos bárbaros do desporto”, in *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 5 – Ano I, 31 de Dezembro de 1923, p. 4.

organizações sindicais de “secções de saúde para os jovens operários desportistas”⁴⁸⁷, assim como pela promoção de agremiações desportivas operárias que incluíssem a propaganda sindical e reforçassem o “sentimento de classe”⁴⁸⁸. As críticas deslocaram-se, então, para as actividades de pendor militarista que mais mobilizaram os principais cultores do desporto nacional nas duas primeiras décadas do século XX, como o hipismo, as modalidades de luta e as de tiro. Previsivelmente eram os jovens quem dedicava mais atenção ao tema e quem mais se mobilizava para conciliar certas modalidades na actividade das suas principais organizações sindicais. Em 1925, na I Conferência das Juventudes Sindicalistas de Lisboa, a tese “A cultura física e a mocidade” propunha a criação de um secretário de Cultura Física e a nomeação de delegados desportivos nas secções das Juventudes. O objectivo era que se conjugassem esforços entre essas entidades para que fosse criada uma “Comissão de Educação Física” capaz de combater os desportos considerados perniciosos e promover as actividades moral e fisicamente revigorantes⁴⁸⁹.

A Batalha reflectiu a crescente adesão ao desporto pelas classes operárias e, nas suas páginas, incluía uma rubrica regular de notícias e reportagens relacionadas com a actualidade desportiva. Nessas rubricas, procurava-se uma linguagem neutra e informativa, reportando apenas os principais eventos. Mesmo aqueles desportos que mereciam a hostilidade quase unânime de todos os sectores operários e libertários, como o boxe, eram sujeitos a um tratamento jornalístico semelhante, destacando-se o “valor científico” dos lutadores envolvidos⁴⁹⁰. Para alguns grupos e periódicos anarquistas que acusavam a C.G.T. e o seu órgão de imprensa de um crescente pendor reformista, essas secções sobre “foot-ball e outros sports, como a luta grego-romana”, eram um “autêntico diploma de incapacidade para um jornal revolucionário”, o que confirmava

⁴⁸⁷ EGO, “Se não é possível evitar a influência dos desportos, a organização sindical deve criar secções de saúde para os jovens operários desportistas”, *A Batalha*, n.º 2124 – Ano VII, 3 de Novembro de 1925, p. 2.

⁴⁸⁸ K. “O perigo do desporto para a causa operária e o meio de o combater”, *A Batalha*, n.º 1568 – Ano V, 6 de Janeiro de 1924, p. 3.

⁴⁸⁹ José dos Santos, “A cultura física e a mocidade (Tese a apresentar à 1.ª Conferência das Juventudes Sindicalistas de Lisboa)”, *A Batalha*, n.º 1931 – Ano VII, 13 de Março de 1925, p. 3 – também disponível no espólio da Federação das Juventudes Sindicalistas da Região Portuguesa (1920-1926) que se encontra em BNP-N61, Cx. 97-AHS3907ms532. Esta tese antecipava outras duas teses apresentadas ao Congresso das Juventudes Sindicalistas realizado no ano seguinte: Curado, Raul, “A propaganda das Juventudes Sindicalistas e as suas modalidades”, *A Batalha*, n.º 2269 – Ano VIII, 25 de Abril de 1925, p. 4; e Anon., “A cultura física e a mocidade proletária”, *A Batalha*, n.º 2258 – Ano VIII, 13 de Abril de 1926, p. 4 (BNP-61, Cx. 97-AHS3907/ms541).

⁴⁹⁰ Anon., “Campeonato de luta no Coliseu”, *A Batalha*, n.º 1048 – Ano IV, 22 de Abril de 1922, p. 2.

as suas acusações de desvio revolucionário⁴⁹¹. O futebol, até por ser reconhecido como o desporto em que “se afirma[vam] as predilecções do operariado”, era mais divisivo e gerava opiniões distintas. Apesar de ser geralmente considerado preferível ao boxe e a outros desportos de luta, pelas suas “vantagens higiénicas do semi-desnudamento, do exercício e do ar livre”⁴⁹², sublinhava-se com frequência que a sua prática contribuía para o “atrofiamento físico” da classe operária e para o seu afastamento das organizações sindicais. Para alguns autores, a rápida e crescente adesão que registava e os efeitos nefastos que dela decorriam tornavam-no uma “epidemia perigosa” que devia ser combatida⁴⁹³. Todavia, pela sua rápida popularização, reconhecia-se cada vez mais a impossibilidade de abandoná-lo e optava-se por tentar recuperá-lo e adaptá-lo aos fins operários, defendendo-se o seu potencial para “para efeitos de propaganda”⁴⁹⁴ e para a melhoria da saúde dos operários, desde que conjugado com outros desportos⁴⁹⁵. Com esse intuito, alguns grupos de operários juntavam a sua voz à das Juventudes Sindicalistas e propunham que se fundasse um grupo de futebol “retintamente operário” que trouxesse os jovens “para o seio da organização”⁴⁹⁶ – uma opinião secundada por muitos outros militantes que viam na “criação duma agremiação desportiva operária (...) o único remédio para afastar o operariado dos clubes burgueses”⁴⁹⁷.

Estas opiniões denotavam, contudo, algum desfasamento em relação ao que se passava no terreno e seguiam, mais do que antecipavam, o que já acontecia: muitos

⁴⁹¹ cf. Anon., “Continuamos pugnando para que a Confederação Geral do Trabalho se integre na acção revolucionária”, in *O Anarquista*, 8 de Agosto de 1926.

⁴⁹² Anon., “Notas & Comentários – Desportos”, *A Batalha*, n.º 49 – Ano I, 13 de Abril de 1919, p. 1.

⁴⁹³ Anon., “A Batalha na província e nos arredores – Messines – A fúria futebolística”, *A Batalha*, n.º 1446 Ano - V, 5 de Setembro de 1923, p. 3. Ver, ainda, um texto que gerou um debate, em que também se apelidava o futebol de “doença epidémica” e se considerava que este não era adequado “como meio de desenvolvimento físico”, K., “O operário e os desportos”, *A Batalha*, n.º 1603 – Ano V, 17 de Fevereiro de 1924, p. 3.

⁴⁹⁴ K., “O desporto e educação física”, *A Batalha*, n.º 1574 – Ano V, 13 de Janeiro de 1924, p. 3.

⁴⁹⁵ K., o principal autor da secção de desporto de *A Batalha* e que escrevia principalmente sobre futebol, afirmava, num texto de opinião, que “o futebol praticado em demasia constitui um crime” e que em Portugal o desporto se resumia à “prática, desordenada quase sempre, do futebol”, vd. K. “O futebol praticado em demasia constitui um crime”, *A Batalha*, n.º 1617 – Ano VI, 5 de Março de 1924, p. 2. Para uma defesa dos efeitos benéficos do futebol na saúde do trabalhador e como fomentador da camaradagem e da solidariedade, ver Pontes, José, “O desporto é um elemento de força e um utensílio de triunfo”, in *Suplemento Literário e Ilustrado A Batalha*, n.º 66 – Ano II, 2 de Março de 1925, p. 3, e, ainda, “O operário e o desporto”, in *Suplemento Literário e Ilustrado A Batalha*, n.º 3 – Ano I, 17 de Dezembro de 1923, p. 3.

⁴⁹⁶ Anon., “Portimão – A falta de organização e a necessidade de arrancar a juventude do mau caminho que trilha”, *A Batalha*, n.º 1763 – Ano VI, 23 de Agosto de 1924, p. 3.

⁴⁹⁷ K. “Um alvitre”, *A Batalha*, n.º 2168 – Ano VII, 25 de Dezembro de 1925, p. 2. Este artigo surgia em apoio a um texto publicado alguns números antes em que se propunha que a organização sindical criasse “secções de saúde para os jovens operários desportistas” – ver EGO, “Se não é possível evitar a influência dos desportos, a organização sindical deve criar secções de saúde para os jovens operários desportistas”, *A Batalha*, n.º 2124 – Ano VII, 3 de Novembro de 1925, p. 2.

operários, indiferentes ao combate mais intransigente que alguns sectores faziam ao futebol, há muito que tinham posto mãos à obra⁴⁹⁸ e se esforçavam por conjugá-lo com as actividades sindicais – através da realização de jogos de beneficência para sindicatos⁴⁹⁹, para jornais sindicais⁵⁰⁰ ou para operários em greve⁵⁰¹.

5.4.3 – Eugenia

Em nome das propostas de regeneração da “raça” ou da “espécie, cometeram-se algumas das maiores atrocidades do século XX, em especial pelo regime Nazi na Alemanha, mas não só⁵⁰², o que contribuiu para que o tema se tornasse um tabu praticamente até aos nossos dias. Por estas razões, a associação entre anarquismo e eugenia pode parecer improvável, até provocadora⁵⁰³. Mas, o que é certo é que, entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a ciência eugénica atraiu a simpatia de movimentos de todos os espectros políticos⁵⁰⁴. E, se considerarmos o que expusemos neste capítulo, torna-se eventualmente menos surpreendente que o campo

⁴⁹⁸ Logo em 1922 é criada uma Liga de Futebol Operário. Cf. Anon. “Depostos - Liga de Futebol Operária”, *A Batalha*, n.º 1199 – Ano IV, 24 de Outubro de 1922, p. 2.

⁴⁹⁹ Por exemplo, um jogo de futebol que opôs o Casa Pia Atlético Club e o Sport Lisboa e Benfica a reverter para o Sindicato dos Caixeiros, e.g. Anon., “Desportos – Em benefício do cofre de instrução do sindicato dos caixeiros”, *A Batalha*, n.º 786 – Ano III, 16 de Junho de 1921, p. 2.

⁵⁰⁰ Para uma análise mais detalhada da relação d’*A Batalha* com o futebol ver Matos, José Nuno, 2012, “Anarquistas e desportistas: A Batalha Vs. A Batalha” in Nina Clara Tiesler e Nuno Domingos (ed.), *Futebol Português: Política, Género e Movimento*, Porto: Afrontamento, pp. 25-45.

⁵⁰¹ Por exemplo, um jogo organizado pelos Batalhudos, a equipa de futebol dos tipógrafos de *A Batalha*, a reverter para os mineiros de Aljustrel em greve e para caixa de solidariedade dos tipógrafos de jornal. E.g. “Anon., “Grupo de Futebol OS BATALHUDOS”, *A Batalha*, n.º 1213 – Ano IV, 9 de Novembro de 1922, p. 2. A greve dos mineiros de Aljustrel, iniciada em Outubro de 1922, durou quatro meses e foi um dos episódios mais emblemáticos das lutas operárias do período. Pela sua duração, mobilizou a solidariedade dos operários de todo o país que se organizaram, inclusivamente, para acolher os filhos dos grevistas em suas casas durante o período em que a greve decorreu. N’*A Batalha* de 29 de Outubro de 1922 publica-se em primeira página uma foto com um grupo de crianças aljustrelenses, filhas dos grevistas, recém-chegadas a Lisboa, vd. “Os mineiros de Aljustrel – O operariado manifesta a sua solidariedade”, n.º 1204 – Ano IV, p. 1.

⁵⁰² O sociólogo Hermínio Martins refere que na primeira metade do século XX pelo menos 29 países “na Europa e nas Américas”, incluindo os EUA, promulgaram leis eugenistas (p. 234). Nos EUA, a esterilização obrigatória para certos grupos sociais chegou a vigorar em 27 Estados (p. 395), cf. Martins, 2011, *Experimentum Humanum: Civilização tecnológica e condição humana*, Lisboa: Relógio d’Água.

⁵⁰³ “An unlikely convergence” é, aliás, o subtítulo do mais importante trabalho dedicado à relação entre anarquismo e eugenia, que compara o caso português, argentino, espanhol, inglês e francês, e que tomaremos como referência para esta parte do capítulo. Cleminson, Richard, 2019, *Anarchism and Eugenics: An unlikely convergence, 1890-1940*. Do mesmo autor, ver, também, o artigo “Eugenics without the State: anarchism in Catalonia, 1900-1937”, *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, Volume 39, Issue 2, Pp. 232-239.

⁵⁰⁴ Cleminson, depois de citar André Pichot, quando afirmou que a eugenia “is without a doubt one of the last taboos” na história do século XX, assinala que o mais surpreendente nesse silêncio está, contudo, no facto de a eugenia ter uma grande disseminação por todos os campos políticos e filosóficos a nível internacional, Cleminson, *Anarchism and Eugenics*, p. 7.

libertário não tenha evitado essa atracção. A base epistemológica partilhada por ambos, assente no evolucionismo, na preocupação com a degeneração e no papel da hereditariedade, permitiu que, a partir dos anos 20, determinadas propostas para a regeneração da raça, discutidas pelos proponentes da eugenia, comesçassem a despertar a atenção de alguns libertários.

Porém, antes de abordar essa atracção, é preciso começar por quebrar a linearidade que por vezes se estabeleceu entre a preocupação com a “qualidade” da espécie e a defesa de medidas eugenistas. A eugenia constituiu uma resposta específica à interacção entre biologia e sociedade⁵⁰⁵ e, em particular, à crescente preocupação biopolítica com a saúde das suas populações – preocupação essa que, como vimos, foi partilhada tanto por modelos de governação estatais como pelos anarquistas. Além de uma explicação para a alegada decadência física da humanidade sustentada em saberes científicos, a eugenia providenciava um conjunto de medidas para reverter uma tal tendência. Para os libertários, na grande maioria dos casos, a preocupação com a degeneração constituía, acima de tudo, um diagnóstico e não redundava em técnicas que visassem interferir directamente em factores congénitos de origem genética ou hereditária. O meio ambiente era considerado o factor determinante para a degeneração biológica (e moral) e, como tal, era da sua transformação que resultaria o processo de regeneração. A sugestão de uma intervenção focada nos corpos e em aspectos isolados do processo revolucionário, fossem eles biológicos ou sociais, nomeadamente as propostas mais radicais, que visavam o propósito de eliminar aqueles biologicamente inadaptados ou corrompidos, foi muito rara entre os anarquistas. Para estes, a selecção natural, sem qualquer necessidade de mediação ou intervenção externa, juntamente com a educação e autoconsciencialização, seriam suficientes para assegurar o restabelecimento de uma harmonia entre os corpos e a biologia com o desenvolvimento da espécie humana. Esta ênfase em factores ambientais ou mesológicos ia de encontro à referida preponderância que a escola neolamarckista teve em Portugal e que persistiu de forma determinante no decorrer dos debates sobre a eugenia no país. Segundo a historiadora Ana Leonor Pereira, a relativa semelhança com o eugenismo francês que se verificou em Portugal – e consequentemente a distância face ao eugenismo promovida em países como Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, Suíça e nos países nórdicos –

⁵⁰⁵ Cleminson, *Anarchism and eugenics*, p. 7.

advinha da “subordinação do espírito eugenista ao campo do higienismo”⁵⁰⁶. Por estas razões, as propostas do que se convencionou chamar “eugenia negativa”⁵⁰⁷ nunca tiveram qualquer acolhimento entre os libertários, pelo seu repúdio a qualquer forma de coerção e autoridade centralizada, propondo-se antes um cuidado de si fundado na responsabilidade individual e na adesão voluntária.

A relação dos anarquistas com a eugenia revelou-se de formas distintas. Por vezes, antecipando ou criando um terreno fértil para o seu desenvolvimento, ensaiando medidas de regeneração ou aperfeiçoamento biológico, sem contudo remeter directamente para a eugenia enquanto técnica. Noutros casos, especialmente a partir dos anos 20, remetendo e nomeando a eugenia como um quadro de referência para as práticas de aperfeiçoamento da espécie.

Foram exemplo da primeira tendência as propostas que visaram a regulação e limitação da procriação sexual e que coincidiam, em alguns pontos, com ideias que sustentaram os debates eugenistas, como aconteceu com o caso do neomalthusianismo (uma corrente explorada mais detalhadamente num dos próximos capítulos). Ainda que o propósito mais destacado do neomalthusianismo tenha apontado, maioritariamente, para a transformação da sociedade, para a superação das suas desigualdades e para a melhoria das condições de vida das classes populares, uma das suas bases fundamentais apontava para aspectos relacionados com a “qualidade” e tinha entre os seus fins o aperfeiçoamento da espécie. É, portanto, no quadro das propostas neomalthusianas que vemos surgirem elementos que iriam fundamentar algumas das propostas eugenistas, como a necessidade de limitar ou impedir a procriação de indivíduos considerados doentes, degenerados ou de alguma forma biologicamente inferiores, vistos, por isso, como ameaçadores à “qualidade” da espécie e causadores da sua degeneração. Para alguns dos seus proponentes, em sintonia com a narrativa eugénica, a qualidade sobrepunha-se à quantidade⁵⁰⁸. Um dos pioneiros do neomalthusianismo em Portugal, o médico Ângelo Vaz, então próximo dos libertários, delineava a importância desta doutrina tanto para a transformação social como para a perfectabilidade individual (o

⁵⁰⁶ Pereira, Ana Leonor, 1999, “Eugenia em Portugal?”, *Revista de História das Ideias*, vol. 20, p. 536.

⁵⁰⁷ Por eugenia negativa entende-se a prevenção ou eliminação da disgenia e os métodos de melhoramento genético da espécie por meios impositivos e coercivos (como a esterilização obrigatória e a castração não consentida, por exemplo) e por eugenia positiva entende-se a promoção de medidas que visam o aperfeiçoamento genético da espécie por meios cuja adesão é de carácter voluntário.

⁵⁰⁸ Freire, João e Lousada, Maria Alexandre, “O neomalthusianismo em Portugal: ‘Por uma procriação desejada, consciente e autocontrolada’”, in *Greve de Ventres! - Para a história do movimento neomalthusiano em Portugal: em favor de um autocontrolo da natalidade*, Lisboa: Edições Colibri, p. 22.

ónus mantinha-se, contudo, no efeito das condições sociais sobre o indivíduo e não o contrário). Na sua tese apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, abordava-se a solução, defendida por alguns autores, que propunham a proibição formal “a todos os que pela sua inferioridade física, não possam originar produtos sãos”, para a descartar em seguida como “uma violência e uma barbaridade, que nada justifica”⁵⁰⁹. Tal como Campos Lima, cria-se que a selecção natural levaria ao desaparecimento desses indivíduos. No que seria a tendência dominante entre os neomalthusianistas, defendia-se a realização de propaganda que difundisse “a necessidade de evitar a procriação” entre aqueles que não “reunissem as condições necessárias à realização de um bom nascimento”, informando uma resolução que “deve ser espontânea, imposta apenas pelos ditames da consciência, árbitra única das nossas acções e da nossa vontade”⁵¹⁰. Em poucas palavras, a limitação da procriação devia ser sempre voluntária e derivar da consciência individual, através do “uso das práticas neomalthusianas”, i.e., o uso de métodos anticoncepcionais.

A única proposta por nós encontrada em defesa do impedimento coercivo de procriação apareceu pela pena de um militante histórico do movimento sindical, então convertido ao comunismo, José Carlos Rates, no seu programa para uma ditadura do proletariado, publicado pel’ *A Batalha*⁵¹¹. No capítulo intitulado “Das uniões sexuais”, Rates considerava “um crime, de resultados altamente nocivos à organização social, a procriação de indivíduos fisicamente defeituosos”. Para o evitar, defendia nos Art.º 3 e Art.º 4 desse capítulo que “nenhuma união sexual poderá realizar-se (...) sem a sujeição prévia dos nubentes a exame médico” e que, depois de verificada a existência de doenças transmissíveis, se o nubente não contagiado mantivesse o desejo de realizar a união sexual, seriam adoptados “os meios rigorosamente científicos para evitar toda a procriação do casal assim constituído”⁵¹².

Os poucos casos que pareciam aproximar-se de tal postura eram geralmente mais ambíguos, sem afirmarem que a procriação devia ser uma opção voluntária ou sem concretizarem medidas concretas para o impedimento das uniões sexuais por indivíduos doentes, o que tornava a sua posição indefinida. Bento Faria, em 1904, criticando os

⁵⁰⁹ Vaz, Ângelo, 1902, *Neo-Malthusianismo*, Porto: Typ. Da Empresa Litterária e Typographica, p. 115.

⁵¹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 59.

⁵¹¹ Rates, 1920, *A Ditadura do Proletariado*, Lisboa: Secção Editorial de A Batalha.

⁵¹² Rates, *A Ditadura do proletariado*, p. 5. N’*A Batalha*, Rates já tinha esboçado um programa de governo onde defendia a “organização da família em moldes novos”, com “a proibição enérgica e absoluta das uniões sexuais dos degenerados e doentes de doença transmissível”. Rates, “O perigo bolxevista”, *A Batalha*, n.º 53 – Ano I, 17 de Abril de 1919, p. 1.

“libertários que fazem coro com a igreja e com o estado sobre o dever de procriar”, defendia que se devia moderar e regular a procriação “ao sabor das conveniências sociais”. A saúde dos nubentes era um dos factores que devia ser tido em consideração na moderação e regulação da procriação, pois

um filho enfezado, raquítico, tuberculoso ou doido, um filho doente, enfim, é um ser por natureza inútil, e que na actual organização económica não vem senão embaraçar a existência dos que lutam com as dificuldades da vida. Portanto esse pobre ser, está consumindo, parasitariamente, elementos que bem poderiam ser empregados com melhor proveito, isto é, noutro filho inteiramente são, que estivesse apto por natureza a tirar do seu alimento forças necessárias para ir contra a sociedade, a fim de a transformar, literalmente.⁵¹³

As referências directas à eugenia surgem entre os anarquistas especialmente a partir dos anos 20. Na maior parte dos casos, surgiam associadas a outras práticas geralmente invocadas pelos libertários, como as que vimos atrás, em que se destacavam o higienismo ou o naturismo. É, aliás, provável que a difusão do eugenismo entre os anarquistas se tenha devido, em grande parte, à intervenção de algumas figuras ligadas a estas correntes. Amílcar de Sousa, médico naturista, e Adelaide Cabete, republicana feminista, médica e forte divulgadora da puericultura, foram dois dos defensores da eugenia que mantiveram uma proximidade activa e colaborante com o movimento libertário, quer através da participação em conferências quer nos seus órgãos de imprensa. Através de uma rubrica regular, publicada nas páginas do *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, Adelaide Cabete promoveu a puericultura⁵¹⁴ e cuidados de higiene que as progenitoras e as crianças deviam seguir para evitar o depauperamento físico⁵¹⁵. Amílcar de Sousa defendia a eugenia pelo menos desde 1913, definindo-a no seu livro mais conhecido, *O Naturismo*, como “a arte de nascer bem, de

⁵¹³ Faria, “O problema da procriação”, *Amor e Liberdade*, N.º 8 – 1.ª Série, 15 de Agosto de 1904, pp. 113-120. O discurso que remetia para o dispêndio parasitário de recursos com indivíduos doentes e degenerados, o que se tornou especial motivo de preocupação com os desenvolvimentos da medicina e com o surgimento de políticas de protecção social, foi um argumento frequentemente usado por eugenistas.

⁵¹⁴ Uma das vias através da qual a eugenia se desenvolveu em muitos países. Em 1928, Cabete publicou na *Alma Feminina* um texto, resultante de uma conferência, intitulado “Seleção Humana”, onde refere a eugenia, e, em 1929, apresentou uma conferência com o título “Eugénica e Eugenética”; ver Lousada, Isabel, 2009, “Adelaide Cabete: entre a eugénica e a eugenética na defesa da *Res Publica*”, Ceia, Carlos et al, *Letras & Ciências: As duas culturas de Filipe Furtado*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 513-531.

⁵¹⁵ Sobre a participação de Adelaide Cabete no suplemento semanal de *A Batalha*, ver Lousada, Isabel, 2008, “A batalha de Adelaide Cabete em *A Batalha* - higienismo no feminino” Magalhães, Maria José et al (coord.), *Quem tem medo dos feminismos?*, Vol. 2, Funchal: Nova Delphi, pp. 163-173.

tornar pura a raça, de aperfeiçoar, melhorando-a, em vez de a encaminhar para a degenerescência”⁵¹⁶.

Entre os militantes ou grupos anarquistas, a maioria das referências explícitas à eugenia eram pouco claras e eram apresentadas sem grande desenvolvimento. Num artigo de fundo publicado em *A Batalha*, falava-se das causas e das consequências económicas da carestia e referiam-se, também, as consequências de as mães e as crianças não seguirem a “nova ciência chamada *Engénica*” [sic], condenando-as a “ser degeneradas” e a gerar “crianças enfezadas, predispostas para toda a casta de doenças”⁵¹⁷. Na tese sobre Educação apresentada ao III Congresso Nacional Operário, realizado na Covilhã em 1922, a Comissão Organizadora defendia que se “operava uma grande e profunda revolução na pedagogia clássica e espiritualista com o surgimento da psicologia e da sociologia, assim como da *eugénica* e podologia (...), a ciência que estuda a natureza da criança”⁵¹⁸. Como estes exemplos demonstram, e tal como acontecia na maioria das referências vagas que lhe eram feitas, a eugenia remetia para uma boa alimentação e para o cuidado com a educação (neste caso, pela educação física) e as causas da degenerescência física continuavam a ser entendidas como resultado das desigualdades sociais e económicas.

A excepção mais assinalável a esta perspectiva veio de Jaime Brasil, um militante de pendor mais individualista e que atribuía à biologia uma proeminência explicativa central e, senão superior, equivalente àquela que os factores sociais e económicos tinham na maior parte das abordagens. Com a premissa de que “a moral nova dev[ia] ter por base as leis da biologia”⁵¹⁹, na sua obra encontramos, desde os anos 20, o maior e mais consistente esforço de divulgação da eugenia entre os libertários. A sua aproximação a esta corrente parece começar a desenhar-se através do contacto com o trabalho da anarquista e médica feminista uruguaia Paulina Luisi, próxima das feministas portuguesas e visita recorrente ao país, e do pedagogo e padre António de

⁵¹⁶ Sousa, 1913, *O naturismo: Alimentação natural, conselhos higienicos, tratamentos racionais, práticas quotidianas* (2.ª edição revista e aumentada), Porto: Sociedade Vegetariana, pp. 119. Amílcar de Sousa (1876-1940) foi um médico naturista do Porto. Foi um dos fundadores da revista mensal *O Vegetariano*, órgão da Sociedade Vegetariana de Portugal que se publicou entre 1909 e 1935, juntamente com o anarquista Ângelo Jorge. Amílcar de Sousa era próximo dos meios libertários e publicou regularmente em diversas publicações desta linha ideológica, nomeadamente n’*A Batalha* e n’*A Questão Social*.

⁵¹⁷ Anon, “O que a carestia de vida provoca”, *A Batalha*, n.º 940 – Ano III, 15 de Dezembro de 1921, p. 1.

⁵¹⁸ Itálico nosso. Anon. “3.º Congresso Nacional Operário – Tese sobre educação”, *A Batalha*, n.º 1157 – Ano IV, 3 de Setembro de 1922, p.1.

⁵¹⁹ Brasil, Jaime, “Questões de ética – A moral nova deve ter por base as leis da biologia”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 67 – Ano II, 9 de Março de 1925, p. 2.

Oliveira. À participação da médica uruguaia no Primeiro Congresso Feminista e de Educação, em Lisboa, e à sua conferência, intitulada “Educação Sexual”, Brasil dedica um texto para reforçar a ideia de que a higiene e a moral deviam ter por base “as leis biológicas”, chamando a atenção dos educadores para a eugenia e para a puericultura⁵²⁰. Mais tarde, agora em texto dedicado à semana da criança, Brasil apresenta a obra do Padre António de Oliveira, com destaque para o papel que a eugenia e a puericultura tinham no seu modelo, defendendo que “educar não basta, ensinar a ler é pouco. É preciso aprofundar até ao mistério da fecundação. Acompanhar a gestação do ser. Defendê-lo dos contágios enquanto embrionário. Cultivá-lo depois de nada, como a uma planta rara”⁵²¹.

Nas publicações de Brasil dos anos 30, nomeadamente nas suas obras de fôlego dedicadas à “questão sexual”, a eugenia aparece com outra clareza e sem ser por intermédio do trabalho de outros autores. Em 1931, publica a primeira dessas obras, *O Problema Sexual*, onde defende a criação de um Instituto da Sexualidade e Eugenia que garantisse a maternidade consciente e voluntária e incluísse clínicas que fornecessem “aparelhos eugénicos”⁵²². Mais significativo, Brasil considerava a legitimidade de contrariar a procriação nos casos em que se revelavam taras hereditárias e incuráveis, recusando, porém, a esterilização ou o impedimento das relações sexuais e sugerindo uma “profilaxia da concepção”⁵²³. Em *A Questão Sexual*, publicada em 1932, nos pontos que considera integrarem “a acção civilizadora da procriação consciente”, destaca a “selecção da espécie, que permitirá, pela rigorosa aplicação das leis eugénicas, a geração de seres com todas as condições para serem fortes”⁵²⁴. Tal como com os

⁵²⁰ Brasil, Jaime, “Questões de Ética – III – Ainda algumas palavras sobre a moral sexual”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 71, 6 de Abril de 1925, p. 3. As conclusões da tese de Paulina Luisi podem ser encontradas em Brazão, Arnaldo, 1925, *O Primeiro Congresso Feminista e de Educação*, Lisboa: Edições Spartacus, p. 193 e ss. Nesta, a autora destaca “três factores” compreendidos pela educação sexual, sendo um deles “a instrução científica ou a aquisição de conhecimentos necessários à inteligência para exercer a direcção e domínio da vontade, isto é, o conhecimento da vida e das leis que a regem”, nomeando uma série de disciplinas entre as quais destaca “a Eugénica e a Puericultura” (p. 193-5). Mais à frente, defende que “nas escolas normais é preciso incluir nos cursos correspondentes, o estudo dos órgãos e das funções da geração, da Puericultura, da Eugénica, da Ética e da Deontologia Sexual”, complementando com a organização de “cursos obrigatórios” que contemplariam, também, o ensino da “Puericultura e noções da Eugénica” (p. 197). Por proposta de Adelaide Cabete, a tese foi aprovada por aclamação.

⁵²¹ Brasil, “A semana da criança – Educar a criança é preparar o futuro”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 78 – Ano II, 25 de Maio de 1925, p. 1.

⁵²² As referências a esta obra de Jaime Brasil são tiradas da leitura de Richard Cleminson, *Anarchism and Eugenics*, pp. 139 e ss. A referência da obra de Brasil é 1931, *O problema sexual*, Lisboa: Editora Portugal Ultramar, p. 19.

⁵²³ Cleminson, *Anarchism and eugenics*, p. 140.

⁵²⁴ Brasil, Jaime, 1932, *A questão sexual*, Lisboa: Casa Editora Nunes de Carvalho, p. 395.

neomalthusianos, a procriação consciente devia ser sempre voluntária, informada por uma sólida educação sexual, o que passava pela adopção de métodos anticonceptivos e pelo aborto medicamente assistido, sempre com o consentimento dos indivíduos. Como tal, a “rigorosa aplicação das leis eugénicas” nunca se traduziu – nem em Jaime Brasil, nem noutros anarquistas – na defesa de medidas de eugenia “negativa”, isto é, medidas determinadas e aplicadas coercivamente pelo Estado ou outras instituições autoritárias. A esterilização de “certos doentes e tarados”, defendida por alguns autores, era para Jaime Brasil um erro, pois considerava que “as mais nobres conquistas da ciência” não mereciam ser estragadas com tais “subprodutos da humanidade”⁵²⁵.

Como podemos especular por comparação com outros contextos⁵²⁶, o interesse pela eugenia entre os anarquistas foi, provavelmente, interrompido pela eclosão da ditadura militar em 1926, com a consequente mudança de foco das preocupações do movimento e o declínio da acção militante com a passagem a uma situação de clandestinidade. Fora de Portugal, vemos que esta afinidade cresceu desde os anos 20 e, em alguns militantes, persistiu sem perturbações, mesmo após a promoção das práticas eugénicas pelo regime nazi, que, é sabido, vieram contribuir para a impopularidade de tais medidas⁵²⁷.

Em Portugal, a atestar essa possível tendência de crescimento, além da persistência da actividade de Jaime Brasil nos anos 30⁵²⁸, há a referência ao eugenismo em alguns grupos anarquistas fundados nos anos 40. Foi o caso da Aliança Comunista Libertária⁵²⁹ que, no seu documento programático, constituído por uma “Declaração de Princípios” e pela discriminação das “Bases” de referência para a adesão de novos grupos, estipulava que “todos os seus membros podem tomar a iniciativa de criarem toda a espécie de secções ou grupos específicos”, entre os quais, grupos dedicados à

⁵²⁵ Idem, *ibidem*, pp. 401-402.

⁵²⁶ Mais uma vez, serve de referência o livro de Cleminson, *Anarchism and eugenics*.

⁵²⁷ O caso mais emblemático e problemático veio de França, onde anarquistas individualistas como Manuel Devaldès (muito divulgado em Portugal nas duas primeiras décadas do século XX enquanto proponente do neomalthusianismo), contra a crescente tendência no próprio movimento eugenista, continuavam a defender a esterilização compulsória ainda em 1937 e defendiam, inclusivamente, algumas das políticas do regime nazi (apesar da sua oposição ao mesmo, consideravam que nem todas as medidas do regime deviam ser descartadas), cf. Cleminson, *Anarchism and eugenics*, p. 127

⁵²⁸ Em 1932, por exemplo, estava programada uma conferência de Jaime Brasil intitulada “Eugenismo”. Infelizmente, não tivemos acesso ao conteúdo da referida conferência, tendo sido possível tomar conhecimento da mesma por um ofício enviado ao Governador Civil de Lisboa pelo chefe de gabinete do Ministro do Interior, ver ANTT - PT/TT/MI-GM/4-34/451.

⁵²⁹ A Aliança Comunista Libertária estava sediada em Coimbra e esteve activa nos anos 40. Era parte da Federação Anarquista da Região Portuguesa fundada em 1932 – correspondente à secção portuguesa da Federação Anarquista Ibérica fundada em 1927 de que também fazia parte a Confederación Nacional del Trabajo de Espanha.

“prática eugénica”⁵³⁰. Foi, ainda, o caso do Grupo de Educação Sexual “Despertar”, fundado em 1941, que incluía entre os seus interesses e actividades o estudo do eugenismo⁵³¹. Cleminson refere um folheto deste grupo intitulado “Propaganda sexual” e dirigido às mulheres que questionava “Jovem Mulher! Já alguma vez pensaste nos modernos conceitos da eugenia?” e recomendava às mulheres, para se instruírem na “questão sexual que é fonte da vida”, que assimilassem “as práticas eugénicas”⁵³².

5.5 – Conclusão

É na centralidade da ideia de meio ambiente no imaginário anarquista que se estabelece a continuidade entre natureza e cultura e é por ela que, a nosso ver, se revela infundado o alegado rousseunismo que é frequentemente imputado aos anarquistas. A sobrelevação retórica da natureza nos discursos de alguns anarquismos levou a que se lhes atribuisse a incapacidade de pensar um “mal natural” e se ignorasse a importância concedida à técnica como domínio da natureza. Mas a “lei natural” que os anarquistas reclamavam para a base da sua doutrina não era um motus que tudo devia reger; e sim algo com o qual as criações humanas deviam harmonizar-se e, quando necessário, dominar. Como em grande parte da tradição prometeica do pensamento político e social, e sem desatender a essa importância da “lei natural”, para os anarquistas o domínio técnico da natureza era tão necessário quanto desejável e devia estar ligado à emancipação da espécie (excepção feita a algumas das franjas mais radicais do naturismo, em que o pensamento sobre a tecnologia consistia basicamente na sua negação, ou das correntes primitivistas, sem expressão em Portugal no período, que negam inclusivamente a própria ideia de “cultura”). Só à luz do mito de um anarquismo rousseuniano se apresenta como paradoxo a defesa simultânea de uma lei natural e das técnicas restritivas de fenómenos naturais que exploramos neste capítulo e que iremos

⁵³⁰ Itálico nosso. O documento e este artigo em particular detalhavam outras possíveis actividades e áreas a que os grupos a ser criados se podiam dedicar. A referência à “prática eugénica” vem na alínea c) do artigo 7.º, juntamente com “convivência, esperanto e relações mundiais”, vd. BNP – N61, Cx. 92-AHS6050/ ms. 1295.

⁵³¹ O grupo “Despertar” foi fundado em 1941 e dedicava-se ao estudo, discussão e divulgação de matérias relacionadas com a sexualidade e, ainda, à difusão de meios anticoncepcionais. Segundo João Freire e Maria Alexandre Lousada, terá durado, pelo menos, até 1947 (vd. 2013, *Roteiros da Memória Urbana – Lisboa*, Lisboa: Edições Colibri, p. 128). Na documentação do grupo, que se encontra no Arquivo-Histórico Social, encontra-se uma lista de livros e uma outra de autores a adquirir para constituir a sua biblioteca, em são destacados alguns relacionados com o tema do eugenismo (identificados numa lista com o nome “eugenistas”), BNP – N61, Cx. 92-AHS6045/ ms. 1275.

⁵³² Cleminson, *Anarchism and Eugenics*, p. 144. Este documento também se encontra no Arquivo-Histórico Social da BNP: Cx. 93, 6041/ ms. 1276.

abordar nos capítulos seguintes – como o eugenismo, os métodos anticonceptivos neomalthusianos ou mesmo a defesa da mecanização e desenvolvimento tecnológico dos métodos de trabalho e da produção, por exemplo.

O meio ambiente, pelas noções de cultura e natureza que mobilizava, remete, não obstante, para um paradoxo mais transversal à mundividência anarquista a que nos temos vindo a referir. As técnicas que os anarquistas mobilizavam para intervir e transformar a natureza e a cultura constituíam um potencial factor de tensão com alguns dos objectivos do projecto libertário. Desde logo, se por um lado se colocava a autonomia individual e a auto-responsabilização como factores fundamentais do processo de transformação libertário, o meio ambiente surgia, por vezes, enquanto factor de desresponsabilização individual e colocava o ónus em aspectos exteriores, como a estrutura social ou a natureza. Por essa via, procurava-se não só afastar a punição e a intervenção coerciva sobre os indivíduos, condenando a polícia, as prisões e os tribunais como agentes de regulação social, mas, também, combater certos comportamentos, que se consideravam nefastos e desviados de uma norma “natural” – norma essa que, por remeter para forças exteriores ao indivíduo, era tomada como neutra e universal e legitimava diferentes técnicas de intervenção sobre este. Legitimava, além disso, o reconhecimento de diferenças nos indivíduos que desafiavam a ideia de autonomia individual e a igualdade libertárias. Veremos, agora, nos capítulos que seguem, em que termos se constituíam essas diferenças, como é que se reflectiam nas ideias de organização social libertárias e alguns dos comportamentos que suscitavam a hostilidade libertária e suscitavam a necessidade de intervir sobre os mesmos com o fim de os eliminar ou controlar.

CAPÍTULO 6 – O mundo por pátria e a emancipação de todas as raças

Em contracorrente com a maior parte das culturas políticas coevas, os anarquistas negavam, na base do seu projecto, valores identitários de cunho histórico e/ou racista que compunham as narrativas então dominantes. A comunidade imaginada pelos libertários e as suas formas de mobilização colectiva construíram-se, portanto, contra as ideias de nação e de nacionalidade que eram eixos fundamentais para a maioria dos projectos de organização política colectiva e que se desenvolveram com particular vigor no século XIX. Contudo, como vimos no capítulo anterior, os anarquistas viam no seu projecto um caminho para a regeneração da raça e não renegaram, em alguns momentos, e como veremos em seguida, o recurso a narrativas de índole etnopsicológica como forma de legitimar e justificar a adequação de algumas das suas ideias e práticas ao contexto português. O seu quadro de referência científico era, além disso, emanado de muitos dos saberes que sustentavam as teses racistas e colonialistas contemporâneas, derivadas do evolucionismo e do positivismo, mantendo praticamente incólumes os seus pilares eurocêtricos. Tendo isso em conta, neste capítulo procuraremos perceber como é que um projecto antinacionalista e anti-racista se constituiu a partir de – e perante – um conjunto de ideias e saberes em parte comuns a essoutras culturas políticas, mas que deviam ser colocadas ao serviço da construção de uma comunidade fundada num imaginário antagónico.

6.1 – A regeneração da “raça”

A intenção de “regeneração da raça” contida no projecto revolucionário anarquista era parte de um repertório epistemológico que constituía uma leitura particular do mundo nos seus fundamentos biológicos e culturais. Resultava da apropriação e do diálogo com teses comuns a diversas correntes de pensamento então em voga no país e na Europa, tendo como pano de fundo o evolucionismo e os receios de degeneração da “espécie” ou da “raça”, por efeitos hereditários e/ou ambientais, que este alimentou. “Regenerar” era um verbo comum no vocabulário coevo e aparecia, por exemplo, afiliado a projectos nacionalistas de reafirmação da nação e do império português então considerados em decadência. Nos usos libertários não tinha o mesmo sentido. Não remetia desde logo para qualquer intuito ou ideário nacionalista (de

carácter histórico e cultural). No imaginário libertário, não remetia para a recuperação de qualquer pureza passada ou para a revivificação de uma grandeza então perdida. Integrado numa lógica progressista e evolucionista, regenerar significava, acima de tudo, anular os efeitos de decadência gradual que as condições sociais e culturais passadas e presentes potenciavam, para equilibrar, por essa via, a vida individual e social com as "leis naturais" (segundo o sentido simultaneamente biológico e social que os libertários lhe atribuíam). Não representava, como tal, qualquer desejo de regressar ao passado, nem se cria exactamente que esse equilíbrio alguma vez tivesse existido; remetia antes para a transformação radical das condições de vida e para a criação de um sujeito específico: o homem novo, sem o qual a construção de uma sociedade libertária não seria possível.

A ideia de raça aparecia em articulação com esses propósitos. Raça, no período em questão, tinha um sentido polissémico e entre os anarquistas portugueses aparecia quase unicamente, enquanto sinónimo de “espécie”⁵³³, recusando assim as distinções raciais e as disposições segregacionistas que mobilizavam outras correntes. O evolucionismo seguido pelos libertários era monogenista e, como tal, não tinha em consideração as discussões em torno das origens ou da composição da “raça portuguesa”, nem assumia qualquer cunho racista de afirmação de uma especificidade portuguesa. No dealbar do século XX, ainda era possível encontrar uma apologia explícita do poligenismo num anarquista como Heliodoro Salgado⁵³⁴. Mas, no geral, desde cedo que o evolucionismo seguido pelos libertários se afirmou como monogenista. As diferenças raciais ou étnicas que podiam ser identificadas não colocavam em causa a ideia de origem comum e pertença a uma mesma espécie, sendo atribuídas ao meio ambiente em que o ser humano se desenvolvia, o que podia incluir

⁵³³ “Raça” aparecia com maior frequência nos diagnósticos negativos, i.e., que apontavam o definhamento ou a degenerescência da espécie, enquanto que nas referências que indicavam um sentido construtivo e apontavam para um processo de regeneração usava-se, no lugar de “raça”, com igual ou maior frequência, os termos “humanidade”, “sociedade” ou “espécie”.

⁵³⁴ No âmbito de um “Curso Livre de Philosophia Social” que ministrou e publicou nas páginas do jornal *A Obra*, Salgado considerava que a “a origem poligenista do homem parece (...) comprovada: cf. “O homem primitivo – As raças humanas III”, *A Obra*, n.º 376 – Ano VII, 19 de Abril de 1902, p. 1. No mesmo curso, identificava os pigmeus como uma “raça degenerada física e moralmente, entre o orangotango e o homem” (n.º 374, 5 de Abril de 1902) e citava Schopenhauer quando este atribuía “ao chimpanzé a paternidade da raça preta e ao orangotango a da raça amarela”, da qual derivaria a raça branca (n. 2, n.º 375, 12 de Abril de 1902, p. 2). Heliodoro Salgado (1869-1906), natural da Trofa, foi jornalista, escritor e uma das principais figuras do chamado “anarquismo intervencionista” ou “anarquismo reformista”, por defender uma colaboração activa com os sectores republicanos. Destacou-se, ainda, pelo seu anticlericalismo e enquanto um dos organizadores da Carbonária Lusitana, também conhecida como carbonária dos anarquistas.

factores meteorológicos, mesológicos e, principalmente, socioeconómicos. Não é de estranhar, por isso, que as discussões em torno das origens ou da composição da “raça” portuguesa não tenham encontrado eco entre os libertários. A questão da miscigenação, que tanto ocupou alguns autores do período em diferentes sectores da vida nacional, não foi um factor de preocupação entre os libertários, nem tão pouco era apontada como uma das causas de degenerescência ou de definhamento. Contra essas teses, José de Jesus Gabriel, por exemplo, defendia, em 1905, que o progresso e a perfectibilidade humana derivariam do cruzamento racial, pois não só os ódios raciais tendiam a desaparecer, como a evolução se faria por essa lógica hereditária⁵³⁵.

Em suma, no combate libertário à “degenerescência da raça”, não estava em causa o apuramento de uma pureza racial, nem tão pouco qualquer simpatia com as narrativas nacionalistas que contrastavam o presente decadente com um heroísmo e glória passadas que se deviam recuperar, como sucedia noutras narrativas mais conservadoras⁵³⁶. O ímpeto regenerador, neste caso, passava pela luta revolucionária e, mais do que o regresso a um passado mitificado ou a recuperação de uma “pureza racial”, reclamava a harmonia com a ideia de natureza tal como formulada pelos anarquistas.

A missão regeneradora dos anarquistas pressupunha, todavia, a existência de uma fractura na sociedade que assentava em aspectos relacionados com a qualidade biológica dos indivíduos. Pela manutenção da ideia de raça, os anarquistas encontravam-se com as leituras que procuravam identificar uma fractura na sociedade resultante de um confronto de carácter biológico. Essa fractura, apesar do recurso ao termo “raça”, não era o resultado da oposição ou incompatibilidade entre raças distintas, exteriores uma à outra, mas, sim, uma fractura interna à própria sociedade que derivava de um desdobramento que se dava dentro da própria espécie ou, se quisermos, de uma só e mesma raça. Essa fractura, formulada nos termos da degenerescência, atavismo ou da “hereditariedade secular”, remetia, portanto, para uma divisão entre uma “sub-raça” e

⁵³⁵ Gabriel, José de Jesus, “Evolução Social”, *A Obra*, n.º 521 - Ano X, 28 de Janeiro de 1905, p. 3.

⁵³⁶ A “Festa da Raça”, celebrada anualmente pelas autoridades políticas, era, aliás, apresentada como uma festa celebrada por degenerados e defendia-se, a propósito, que a raça “é um nome pomposo que serve para designar um bando de ladrões e um grupo de tarados”. O texto em questão apontava aos feitos dos descobrimentos como a origem da degenerescência da raça e defendia que só se poderia “redimir pela sangria purificadora duma Grande Revolução!”, Anon., “Uma raça de bandoleiros”, *A Batalha*, Ano VI, n.º 1697, 7 de Junho de 1924, p. 1.

uma “super-raça”⁵³⁷ ou, para remeter para os termos usados pelos anarquistas, entre gente e sub-gente⁵³⁸. Esta fractura, igualmente partilhada por culturas políticas estatocêntricas, correspondia, no caso libertário, como que a uma apropriação daquele racismo estatal, que procurava a normalização ou purificação da sociedade pela eliminação daqueles que apareciam desajustados de uma certa norma (que podia ser biológica e/ou cultural), subvertendo-o através de uma inversão de forças: em vez de ser a super-raça a eliminar ou subjugar a sub-raça, seria a sub-raça a eliminar a super-raça, ou, melhor, a anular essa fractura e as diferenças que a constituíam. A purificação biológica ou procura da perfectibilidade humana não estava, como tal, ao serviço de um projecto de dominação global. Em conjugação com a luta de classes, esta luta de raças considerava antes que era a super-raça que se encontrava desviada da norma e era à sub-raça que cabia indicar à sociedade e ao indivíduo o caminho correcto para a concretização do equilíbrio desejado. Em sintonia com a diluição entre natureza e cultura que caracterizava o projecto libertário, a luta regeneradora conjugava-se com a luta de classes e eram, no fundo, quase sinónimos, caminhando, em ambos os casos, para a eliminação das hierarquias, construídas a partir de múltiplos processos de alterização, que estruturavam os sistemas de dominação. O que não impedia, diga-se, o surgimento de formas de dominação que visavam a eliminação de certos hábitos ou comportamentos – um aspecto a sublinhar, pois referimo-nos a hábitos ou comportamentos cujo perigo se assumia derivar dos seus efeitos sobre a qualidade biológica e moral da espécie, e não necessariamente do seu contributo para a manutenção das estruturas de poder que os libertários combatiam, como acontecia, por exemplo, com algumas das disposições higienistas e eugenistas que vimos no capítulo anterior, bem como outras que trataremos nos capítulos seguintes.

6.2 – Antinacionalismo e etnopsicologia

Em 1922, *A Batalha* acompanhava o entusiasmo com que era seguida no país a travessia do Atlântico realizada pelos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral. A posição dos anarquistas fazia-se, contudo, contra a apropriação “egoística e mesquinha” que procurava transformar o acto num “feito patriótico”⁵³⁹. Coutinho e Cabral eram

⁵³⁷ E.g. Foucault, Michel, *É preciso defender a sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*, Lisboa: Livros do Brasil, pp. 73 e ss.

⁵³⁸ Não era incomum os anarquistas referirem-se a eles próprios ou à classe operária como “sub-gente”.

⁵³⁹ Anon, “Nas vésperas dum grande triunfo”, *A Batalha*, n.º 1095 – Ano IV, 16 de Junho de 1922, p. 1.

vistos enquanto “cidadãos do mundo”, e não como “cidadãos portugueses”, que com o seu gesto afirmavam o carácter “cosmopolita, mundial, universal” da ciência⁵⁴⁰ e contribuía para o progresso da humanidade pela “união dos povos” e pela “abolição das fronteiras”⁵⁴¹. Cristiano Lima, contra a “especulação patriótica” em torno do caso, afirmava que “os anarquistas têm o mundo por pátria e condenam as pátrias que reduzem o mundo a ruínas e dividem os homens semeando entre eles o ódio”, sentindo-se por isso forçado a não comparecer “às manifestações de regozijo [oficiais] por nelas se ter imiscuído o sentimento patriótico”⁵⁴².

O combate ao nacionalismo e a defesa do internacionalismo foram dois dos motivos dilectos dos anarquistas, praticamente desde a sua origem em Portugal, e a sua substância não sofreu mudanças relevantes neste período. Não obstante, a pervasividade da questão da degenerescência, tida como fruto dos efeitos da hereditariedade e dos atavismos seculares, permitiu a afirmação de disposições quase essencialistas tanto de ordem individual e colectiva, como as relativas às diferenças entre os povos (étnicas) ou mesmo a grupos sociais internos à própria sociedade. Não é assim de estranhar que pontualmente surgissem manifestações ambíguas ou mesmo contraditórias, como quando – a propósito da “festa da raça” promovida pelas autoridades públicas – se recusava a ideia de uma “raça lusa”, caracterizada por especificidades próprias e unida por um fundo temperamental comum, afirmando, porém, que:

Todos os vícios próprios destes tipos [que passaram pela Península Ibérica] se encontram aqui, fermentando e vicejando. É por isso que vemos pujarem simultaneamente o vício celta da embriaguez e o semita da prostituição, a pederastia dos gregos e a chatinagem dos judeus, a corrupção administrativa dos romanos e os ciúmes bestiais dos mouros, o sanguinário autoritarismo dos godos e a subserviência vilíssima dos escravos negros.⁵⁴³

O autor procurava recusar o uso identitário e potencialmente essencialista de uma ideia de “raça” associado a um “aglomerado populacional, considerado no tempo e no espaço”. No seu entender, “raça” era uma “palavra descabida no seu sentido genérico, por as diferenciações étnicas gerarem tipos, sucessiva e constantemente alterados por cruzamentos e mudanças de ‘habitat’”, o que, no caso da Península

⁵⁴⁰ Correia, Gonçalves, “Travessia do Atlântico”, *A Batalha*, n.º 1102 – Ano IV, 24 de Junho de 1922, pp. 1-2.

⁵⁴¹ Anon., “Terminou ontem a grande vitória”, *A Batalha*, n.º 1097 – Ano IV, 18 de Junho de 1922 p. 1.

⁵⁴² Lima, Cristiano, “Uma torpe especulação patriótica em volta de um empreendimento humano, glorioso e útil”, *A Batalha*, n.º 1050 – Ano IV, 25 de Abril de 1922, p. 1.

⁵⁴³ Anon., “A festa da raça”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 29 – Ano I, 16 de Junho de 1924, p. 1.

Ibérica, teria dado lugar a “degenerescências e decadentes hibridismos”. Por outras palavras, apesar de recusar uma unidade étnica no presente, não deixava de a reconhecer num passado virtual. Em suma, como este exemplo indica – ainda que numa enunciação discriminatória pouco frequente entre os libertários –, a crítica de narrativas que mitificavam a história e os costumes, em nome da afirmação de uma identidade portuguesa, nunca se dissociou plenamente do reconhecimento de certos tropos de fundo etnopsicológico⁵⁴⁴. Para os libertários que os invocavam, esses traços de uma psicologia étnica constituíam um recurso que se prestava a certas caracterizações das classes populares (que podiam tanto destacar positivamente o seu espírito combativo como denunciar negativamente a sua passividade), mas que apontavam, acima de tudo, para a crítica das elites portuguesas. Estas ideias nunca foram enquadradas numa tentativa de construir uma identidade ou um imaginário colectivo sistematizado, coerente e fechado, fundado num determinado território ou associado a uma determinada população. Serviram, acima de tudo, para alegar e explicar a existência e a constância de certos costumes, o grau de subdesenvolvimento ou desenvolvimento dos diferentes povos e para combater a disseminação de práticas consideradas contrárias aos hábitos de determinadas populações. Argumentos que invocavam diferenças antropológicas ou argumentos de psicologia étnica podiam até ser usados para justificar a autodeterminação dos povos colonizados pelos portugueses, como um autor fazia relativamente às possessões indianas:

somos povos antropológicamente diferentes (...). Enquanto os portugueses deixam-se guiar pelo sentimento, sendo a sua qualidade característica a audácia, os índios [sic], em todas as manifestações são dominados pela fria e penetrante lógica, e são essencialmente prudentes.⁵⁴⁵

⁵⁴⁴ Para um estudo sobre os discursos etnopsicológicos em Portugal, ver Leal, João, 2000, *Etnografias portuguesas (1870-1970): Cultura popular e identidade nacional*, Lisboa: Dom Quixote, em especial o capítulo 3, “Psicologia étnica: Invenção e circulação de estereótipos”.

⁵⁴⁵ Fernando da Costa (1906-?) foi um independentista de origem goesa e um dos fundadores do Centro Nacionalista Indiano em Lisboa. Formou-se, na metrópole, em engenharia química. Nas páginas do Suplemento de *A Batalha*, Costa publicou uma dezena de textos a defender a independência de toda a Índia (a britânica e a portuguesa). Com este texto, procurava, por um lado, defender um grupo de estudantes indianos, residentes em Portugal, que se propunham criar o Partido Nacional Indiano e, por outro lado, contestar as afirmações de Jaime Cortesão, que dizia não “termos na Índia nada que se pareça com o problema inglês” e que não havia “qualquer barreira intransponível de raça entre a Índia e a Metrópole”. O autor demonstrava que, independentemente de indianos e portugueses poderem ser iguais perante a lei, havia discriminação racial nas relações entre uns e outros. Cf. Fernando da Costa, “O Movimento Nacional Indiano e a Índia-Portuguesa”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 125, 19 de Abril de 1926, p. 2. Para saber mais sobre o nacionalismo goês, ver Lobo, Sandra Ataíde, 2013, “O reencontro da indianidade: o nacionalismo goês nos anos 20”, in Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha (coord.), *Goa: Passado e Presente*, Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, pp. 271-279.

Era justamente com um propósito estratégico que, na maior parte dos casos, se invocavam tais motivos. Casualmente, estes surgiam como forma de contrastar a “pobreza” e a “vacuidade” dos políticos portugueses, de um lado, e, do outro, a acção de outros líderes estrangeiros, como o britânico Lloyd George⁵⁴⁶. Mas, mais recorrentemente, procuravam estabelecer uma distinção entre as classes populares e os membros das elites, assinalando, por exemplo, o carácter progressivo e revolucionário dos primeiros e o carácter indolente e imitativo dos segundos, que se limitavam a importar “modas” vindas do estrangeiro⁵⁴⁷.

Este recurso estratégico a argumentos de natureza etnopsicológica é particularmente notório, por ser reiterado, no contexto de dois momentos marcantes para a história do movimento operário português. Em primeiro lugar, no seguimento da Revolução Soviética, com a emergência do Partido Comunista Português e a discussão sobre a implantação de uma “ditadura do proletariado”, argumentava-se, contra o PCP, que as revoluções deviam ser feitas em conformidade com as características especiais de cada povo e deviam adaptar-se à sua psicologia e temperamento; ou seja, como afirmava Campos Lima, “por temperamento, por educação, pelo tradicionalismo da sua vida social, o português não aceita docilmente a imposição duma forte autoridade” e, por essa razão, “não adoptará como modelo que deva copiar servilmente o regime político que se estabeleceu na Rússia”⁵⁴⁸. Em segundo lugar, perante a ameaça da instauração de uma ditadura fascista em Portugal, e à semelhança do que acontecia a propósito do exemplo soviético, enfatizava-se a inadaptabilidade dos portugueses a

⁵⁴⁶ Ver, por exemplo, um editorial dedicado a um discurso pronunciado por Lloyd George numa conferência, considerando a “todos os títulos notável” e tomado como demonstrativo de que “a sociedade portuguesa – as suas instituições, os seus homens, os seus costumes – andam atrasados de muitos anos em relação ao resto do mundo civilizado”, Anon., “Revolução necessária”, *A Batalha*, n.º 18 – Ano I, 13 de Março de 1919, p. 1. Os elogios a Lloyd George ficavam-se, contudo, por estas comparações; na maioria dos textos que o referiam o tom era crítico.

⁵⁴⁷ Esse carácter imitativo dos portugueses servia, frequentemente, para contrapor à defesa do nacionalismo. Num texto contra a mudança horária, por exemplo, afirmava-se que “aqui tudo se macaqueia do estrangeiro (...). Imitam (...) os mais patriotas principalmente, sem utilidade alguma (...), desmentindo a cada passo a fé nacionalista”. E acrescentava: “É curioso que nós, antipatriotas, sejamos, por vezes – sem o desejarmos, sem ajuntarmos aos actos uma única parcela do credo nacionalista – os que defendemos os *hábitos próprios, naturais do povo*” (itálico nosso), cf. Anon., “As horas desandam...”, *A Batalha*, n.º 685 – Ano III, 1 de Março de 1921, p. 1.

⁵⁴⁸ Lima, Campos, “Adoptaremos o figurino russo?”, *A Batalha*, n.º 1584 – Ano V, 25 de Janeiro de 1924, p. 1. Para mais exemplos: Anon., “Palavras sinistas”, *A Batalha*, n.º 59 – Ano I, 23 de Abril de 1919, p. 1, um editorial em que se defende que “a revolução tomará características especiais em cada povo, adaptando-se à sua psicologia”. E Anon., “Notas & Comentários – A lógica de ‘A Manhã’”, *A Batalha*, n.º 517 – Ano II, 8 de Setembro de 1920, p. 2., em que se afirma que “o facto de se discutir a ditadura ou os soviéticos não quer dizer que se condene a Revolução, indica apenas que a cada povo, com os seus hábitos próprios, com um temperamento muito seu, compete fazer a Revolução de conformidade com esse temperamento e esses hábitos” (um texto provavelmente escrito por Perfeito de Carvalho que aderiria ao Partido Comunista Português alguns meses depois).

regimes autoritários e citavam-se republicanos e seareiros como João Camoesas⁵⁴⁹ ou Câmara Reis, quando este afirmava que “o sentimento de liberdade, até mesmo o seu culto, são profundos na própria multidão, onde existe uma tradição fortemente revolucionária”⁵⁵⁰.

6.3 – O “matadouro africano”: a emergência de uma consciência anticolonial no anarquismo

O antinacionalismo e o internacionalismo libertários conjugaram-se amiúde com a denúncia do racismo e foram-se apresentando, a alguns militantes, como parte de um mesmo problema. Em 1897, naquela que João Freire considerou ser a carta fundadora do anarquismo português⁵⁵¹, a “Declaração de Princípios do Grupo Comunista-Anarchista em Lisboa”, estatuiu-se, numa das suas alíneas, a rejeição do “sentimento patriótico ou nacional, o egoísmo de raças, religiões e línguas”⁵⁵². O patriotismo e o ódio racial eram tomados como parte de um mesmo problema e apareciam vulgarmente nas críticas ao militarismo e às guerras. Em nome do internacionalismo, o trabalhador era visto como um “ente internacional”, contrariamente ao “ente nacional” constituído pelo “cidadão”, que “se submete ao Estado e está sujeito à sua jurisdição, que dele recebe direitos especiais e lhos paga em especiais deveres”⁵⁵³. O sujeito colonizado foi, pouco a pouco, integrando esse ente internacional, enquanto igual vítima da exploração capitalista e dos ódios raciais que subjaziam os desígnios imperialistas.

As denúncias da violência e da exploração laboral sofridas pelos nativos das possessões coloniais nacionais, envolvendo, geralmente, o Estado português e as suas forças militares, apareceram, por isso, igualmente desde cedo na imprensa operária e

⁵⁴⁹ Declarações pronunciadas numa sessão contra a “tentativa fascista” que se realizou na sala de festas da Federação da Construção Civil, situada na sede d’A Batalha e da C.G.T., e que incluía entre os oradores Mário Domingues e António Peixe, cf. Anon., “A campanha contra a ameaça fascista intensifica-se, acorrendo o povo às conferências e sessões em grande número”, A Batalha, n.º 2237 – Ano VIII, 19 de Março de 1926, p. 1.

⁵⁵⁰ Anon., “A semana anti-fascista está decorrendo com vibração e entusiasmo”, A Batalha, n.º 2235 – Ano VIII, 17 de Março de 1926, pp. 1-2. Esta tese era contudo rebatida por alguns libertários, como acontecia num artigo não assinado em que se afirmava que “escreve-se com muita ignorância e deslance que os portugueses são avessos a ditaduras e a ditadores. Ora isso é simplesmente uma lenda. Pelo contrário, os portugueses têm até uma enternecedora propensão para a albarda”, Anon., “As ditaduras e os portugueses”, Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha, n. 80 – II Ano, 8 de Junho de 1925, p. 2.

⁵⁵¹ Freire, João, 2001, *Freedom Fighters: Anarchist Intellectuals, Workers, and Soldiers in Portugal's History*, Montreal: Black Rose Books, p. 9.

⁵⁵² Anon., “Declaração de princípios do Grupo Comunista-Anarchista em Lisboa”, A Revolução Social, Número-programa, Novembro de 1887, p. 3.

⁵⁵³ Anon., “O proletariado e os deportados”, A Batalha, n.º 311 – Ano I, 8 de Janeiro de 1920, p. 1.

libertária. Em 1894, o jornal anarquista *A Conquista do Bem*, sediado em Coimbra, denunciava um saque a uma povoação na Guiné feito por militares portugueses e de que teria resultado o incêndio da respectiva povoação e a morte de um homem e de uma mulher aí residentes. O episódio era apresentado, em tom irónico, como uma “demonstração flagrante da nobre valentia e alta civilização da burguesia” e servia de contra-exemplo ao tom “enlevado” em que um jornal (não identificado) relatava esses episódios e os apresentava como exemplares dos “grandes feitos que os portugueses obraram” na então colónia portuguesa⁵⁵⁴.

Relatos como este vinham geralmente de militantes deportados (uma prática que se intensificou desde o final do século XIX, especialmente com a “lei anti-anarquista” de 1896, e que se prolongou pelo período do Estado Novo) ou emigrados nas colónias. Apareciam usualmente nas secções de correspondência dos periódicos, identificadas com o nome genérico de “Cartas de África” ou a indicar a cidade do remetente, como “Cartas de Lourenço Marques”, “Cartas de Luanda”, etc. Juntava-se à correspondência oriunda das colónias portuguesas a tradução de textos publicados na imprensa estrangeira sobre as possessões coloniais de outros países europeus⁵⁵⁵. Gradualmente, com o contributo dos relatos destes deportados ou emigrados, foi-se consolidando, entre alguns libertários, o reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos colonizados, ainda que de forma incipiente e mais fundado em questões de princípio. Emílio Costa, nas crónicas que publicou entre 1901 e 1903 em *O Amigo do Povo*⁵⁵⁶, um semanário sediado na sua terra natal, Portalegre, partia da rejeição do militarismo e do patriotismo⁵⁵⁷ para condenar o “matadouro africano”, questionando directamente a legitimidade dos europeus em África e os propósitos civilizadores que alardeavam: “(...) a terra tem um povo, que a conheceu primeiro que o nosso descobridor, e que também lhe fica pertencendo. Porque? Simplesmente porque o descobridor tinha mais força ou mais astúcia do que o indígena; e está justificada a conquista”⁵⁵⁸. Em 1907, em *Carta a um Soldado*, voltava a afirmar que “não temos o direito a dizer que Angola,

⁵⁵⁴ Anon, “Pela Guiné”, *Conquista do Bem*, n.º 4 – Ano I, 29 de Junho de 1894, p. 4.

⁵⁵⁵ Por exemplo, o relato de um viajante sobre o Congo Belga, a expor a violência dos belgas e dos franceses: “ali não há mais que um afan, mais que um desejo: explorar os negros”, Anon., “Como se coloniza”, *A Sementeira*, n.º 23 – 1.ª Série, Julho de 1910.

⁵⁵⁶ As citações e referências a Emílio Costa que se seguem neste parágrafo são todas tiradas do livro de António Ventura, 1995, *Entre a República e a Acrácia: O pensamento e a acção de Emílio Costa (1897-1914)*, Lisboa: Edições Colibri.

⁵⁵⁷ Para Emílio Costa, o patriotismo era “uma falsificação, uma mentira da qual vive a instituição militar”, idem, *ibidem*, p. 98.

⁵⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 99. A citação é tirada de um texto originalmente publicado em 1902, Demétrio (pseudónimo), “Pátria e Soberanias”, *O Amigo do Povo*, n.º 30, 6/7/1902, p. 1.

Moçambique, etc., nos pertencem” e que a sua posse se tinha feito e se mantinha pela força, o que dava direito a que os seus habitantes se revoltassem contra a exploração que sofriam⁵⁵⁹. Em 1903, no jornal *A Obra*, um habitual correspondente de Lourenço Marques, após a exposição de mais uma série de episódios de violência que demonstravam “como o negro é espoliado” pelo “egoísmo burguês”, partilhava a sua admiração com “a passiva tranquilidade e quietude dos nativos ante as espoliações”⁵⁶⁰. Um ano depois, no mesmo jornal, um autor anónimo, a propósito de uma emboscada sofrida por uma coluna militar portuguesa em Angola, em termos muito próximos dos usados por Emílio Costa, denunciava as “barbaridades sobre os indígenas” cometidas pelos portugueses a pretexto da civilização das colónias, mas cujo “verdadeiro fim é ou defender os interesses capitalistas contra as revoltas dos escravos, ou abafar ímpetos de rebelião dum povo dominado *que se quer tornar independente*”⁵⁶¹. Contra as fronteiras, contra o “dogma” e “fé religiosa” da pátria e contra a imposição de “uma religião, um regime comercial, político e militar”⁵⁶², apelava-se a uma greve geral militar internacional pelo boicote e pela deserção⁵⁶³.

Foi por isso mais precocemente do que alguma historiografia tem assumido que se começou a desenvolver uma “consciência anticolonial” entre os anarquistas e o operariado português⁵⁶⁴ – uma consciência baseada no antipatriotismo, no antimilitarismo e no anticapitalismo, mais do que especificamente oposição ao racismo, mas, ainda assim, um anticolonialismo que não remetia para uma política ou regime colonial particular, visando indiscriminadamente o colonialismo do período monárquico e o colonialismo republicano com base nos mesmos princípios libertários.

⁵⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 99. As posições de Emílio Costa sobre o colonialismo, segundo António Ventura, viriam a mudar “substancialmente” com os anos. Nos anos imediatamente a seguir à implantação da República, perante a sempre presente ameaça de potências estrangeiras, como a França, Alemanha e a Inglaterra, sobre as colónias, Emílio Costa vem a defender a alienação das colónias através do que Ventura entende ser um operação de “venda”, com as “receitas obtidas [a ser utilizadas] no desenvolvimento de Portugal” (p. 262). Contra o patriotismo e a “defesa sentimental” das colónias pelos republicanos, defendia que estas não eram necessárias e que “se Portugal deve ter colónias, mais lhe vale ter poucas, mais valorizadas”, não se mostrando então contrário à sua posse (ver Ventura, *ibidem*, pp. 260-5).

⁵⁶⁰ Silvano, “Carta de Lourenço Marques”, *A Obra*, n.º 441 – Ano IX, 18 de Julho de 1903, p. 2.

⁵⁶¹ Itálico nosso. Anon., “Frutos do militarismo”, *A Obra*, n.º 505 – Ano X, 8 de Outubro de 1904, p. 1.

⁵⁶² Anon., “Heroísmo atávico”, *A Obra*, n.º 506 – Ano X, 15 de Outubro de 1904, p. 1.

⁵⁶³ Anon., “Frutos do militarismo”.

⁵⁶⁴ Por exemplo, José Castro e José Luís Garcia que estudaram a questão colonial no jornal *A Batalha*, publicado entre 1919 e 1927, defendem que é “após a I Guerra Mundial que se começa a (...) a formar, nalguns sectores do militantismo libertário, uma consciência anticolonial”. José Castro & José Luís Garcia, 1995, “«A Batalha» e a questão colonial”, *Ler História*, n.º 27/ 28, p. 127.

Contudo, nas primeiras duas décadas do século XX, o reconhecimento do direito à resistência dos povos nativos das colónias e as afirmações anticolonialistas que vimos não podem ser confundidas com a afirmação de um ideal “independentista”. Por um lado, porque a apologia das revoltas indígenas nunca foi para lá disso mesmo – apologia – e não remeteu para um projecto concreto contra o colonialismo como o que veremos desenvolver-se nos anos 20; baseou-se antes, e como já dissemos, em questões de princípio afins à ideologia libertária. E terão sido justamente o internacionalismo e a defesa da abolição das fronteiras, contrárias à possibilidade de emergência de qualquer pátria, a contribuir para a hesitação de muitos dos militantes que se pronunciavam sobre as colónias, inclusivamente nos anos 20, em fazerem uso da ideia de “independência”⁵⁶⁵. Por outro lado, o evolucionismo libertário, que colocava a Europa no centro do progresso e da civilização, nunca permitiu que a contestação ao colonialismo se dissociasse de uma retórica civilizadora. É disso exemplo um dos textos atrás citados, publicado no jornal *A Obra*, em que se declarava que nenhum país está à altura de civilizar «selvagens» e, em seguida, se afirmava “que se deve educar, civilizar os povos distantes, que têm vivido fora da nossa esfera científica e artística, mas (...) não por meio de exércitos armados até aos dentes, matando e arruinando”: deve-se “humanizar os selvagens sem violência”⁵⁶⁶. A missão civilizadora que se colocava em causa era, basicamente, aquela a que correspondiam os regimes colonialistas predominantes, baseada na exploração, na espoliação e na violência.

No fundo, estamos perante uma ambiguidade transversal ao movimento operário libertário, mais do que uma particularidade relativa ao entendimento da “questão colonial”. Essa ambiguidade remete, basicamente, para o paternalismo vanguardista emanado das “elites” do movimento e para o positivismo iluminista que perpassava o ideal libertário, aspectos que estabeleciam a necessidade e até a inevitabilidade de educar, conduzir e orientar para a sua libertação um sujeito (o operário, o camponês ou o indígena) ignorante e alienado por séculos de domínio, exploração e “aculturação”⁵⁶⁷; ou seja, um sujeito cuja agência era limitada pelos efeitos do meio ambiente, propiciadores de atavismos e degenerações.

⁵⁶⁵ Uma relutância assinalada por Castro e Garcia, *ibidem*, p. 144.

⁵⁶⁶ Anon., “Heroísmo atávico”, p. 1.

⁵⁶⁷ À semelhança do que José Neves refere em relação ao Partido Comunista, quando diz que esta postura, mais do que parecer “completamente determinada por uma visão de cariz racista”, sugere, antes, “uma ampliação à escala mundial da lógica dicotómica proletário/ camponês”. Cf. Neves, José, 2008, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal: Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa: Tinta-da-China, p. 143.

Esta relação problemática entre o reconhecimento de condicionantes da agencialidade e a defesa da autonomia individual e colectiva já foi abordada no segundo capítulo; mas, para a questão colonial, a ambiguidade presente na defesa simultânea do anticolonialismo e da missão civilizadora torna-se mais perceptível recorrendo à reflexão de um militante que apresentava o internacionalismo como um processo civilizacional. A civilização, nas suas palavras, era um “factor do internacionalismo” que procedia no sentido da uniformização dos povos pela diluição das correntes de opinião nacionais, acrescentando que:

as diversas manifestações de progresso podem mais que o desejo de diferenciação que abriga os mandantes por interesse próprio, apagando as características provenientes de épocas em que as condições de vida as provocavam e estabelecendo uma unidade psicológica relativa entre os povos civilizados que, agora, já não podem viver isoladamente, bem pelo contrário influenciando-se mutuamente.⁵⁶⁸

Finalmente, à margem da questão colonial, um tópico em que as posições anarquistas mais explicitamente combinaram a psicologia étnica e a questão racial foi o do anti-semitismo. Apesar de este sempre ter suscitado manifestações de repúdio por alguns militantes libertários⁵⁶⁹, em 1925 *A Batalha* não deixava de publicar uma entrevista com Mário de Sá, autor do livro *A Invasão dos Judeus*, dando-lhe destaque na primeira página com o título “O perigo judeu” e sublinhando nos subtítulos que “demonstra-se, com factos, a existência dum gravíssimo perigo judeu” e que “a índole judaica é naturalmente oligárquica e não tem nobres concepções sociais”. No final da entrevista, o jornal acrescentava que “não podemos deixar de ponderar que os nossos ideais libertários nos impedem de encarar essa questão das raças com a estreiteza comum dos critérios vulgares e ferozmente nacionalistas”, mas mantinha em aberto as perguntas sugeridas por Mário de Sá e, para as apoiar, apresentava uma lista de nomes de judeus portugueses ligados à finança (“todo um bando negro de sanguessugas que se alimentam da miséria do povo”)⁵⁷⁰. O artigo suscitou diversas reacções entre os leitores do jornal, o que levou o mesmo a responder, dois dias depois da sua publicação, aos “reparos” que tinha recebido por parte de “indivíduos da colónia judaica e até por camaradas que, num direito legítimo, discordam do aspecto da referida entrevista em

⁵⁶⁸ Souvarine, “Algumas considerações sobre internacionalismo”, *A Batalha*, n.º 373 – Ano II, 11 de Março de 1920, p. 1.

⁵⁶⁹ Veja-se, em 1901, um artigo de elogio a um livro que expunha “os erros que se têm espalhado contra o judaísmo”, repudiando o mito dos judeus ricos e demonstrando a pobreza em que a maioria dos judeus vivia, cf. Anon., “Judeus”, *A Obra*, n.º 351 – Ano VII, 27 de Outubro de 1901.

⁵⁷⁰ Anon., “O perigo judeu”, *A Batalha*, n.º 1908 – Ano VI, 13 de Fevereiro de 1925, p. 1.

que supõem existir a reminiscência duma questão de raças” (dando conta que também tinham recebido manifestações de acordo). No artigo de resposta, em que se partilhava o conteúdo de algumas das cartas recebidas, argumentava-se que “o sentido dessa entrevista visava atacar os judeus, não por serem judeus mas por serem dos mais acentuados detentores do capitalismo em todo o mundo”, sublinhando a incompatibilidade dos ideais libertários com a “questão das raças” e que, “se amanhã se levantasse um movimento de acintosa perseguição a essa raça, nós seríamos o primeiro a levantar o nosso protesto”⁵⁷¹.

6.4 – Mário Domingues, anti-racismo e anticolonialismo n’A Batalha

No jornal *A Batalha* e nos seus suplementos, a exposição da situação dos negros nas colónias portuguesas, assim como nas colónias de outros países⁵⁷², ganhou uma regularidade e um destaque sem precedentes noutras publicações libertárias e operárias. Pela primeira vez, através de centenas de artigos publicados entre 1919 e 1927, é elaborada uma crítica sistemática do colonialismo através da destriça de muitos dos seus aspectos estruturantes e de um escrutínio detalhado da política administrativa portuguesa nas colónias. Nessas críticas, para além dos relatos da violência e dos abusos sobre os nativos, que já encontrávamos em textos anteriores, destacava-se a atenção concedida às formas de exploração laboral sobre os negros, em particular o regime de “trabalho forçado”, entendido pelos libertários como uma mutação do regime escravagista mais aparente do que real. Nas palavras irónicas reproduzidas num editorial d’*A Batalha* sobre a “forma desumana como os negros [são] tratados em São Tomé”, “é claro que a escravatura não existe. O [colono] analfabeto enriqueceu por milagre e as bofetadas são simples incidentes...”⁵⁷³; ou ainda, segundo um correspondente de Benguela, em Angola, que denunciava “a ‘blague’ da igualdade de raça” e expunha

⁵⁷¹ Anon., “O perigo judeu”, *A Batalha*, n.º 1910 – Ano VI, 15 de Fevereiro de 1925, p. 2. A esta resposta, seguir-se-iam outros textos a condenar o anti-semitismo e a defender a superação da “questão racial”. N’*A Batalha*, Julião Quintinha criticava o livro e apontava que “o assalto à riqueza e ao Estado” era uma consequência do capitalismo e, portanto, ilegítimo independentemente de quem o realizava (cf., “Os livros e os autores”, *A Batalha*, n.º 1940 – Ano VII, 24 de Março de 1925, p. 2). Ferreira de Castro, no suplemento do mesmo jornal, apontava igualmente aos “preconceitos de raça”, remetia a “avareza dos judeus” para factores conjunturais e não para uma “característica da raça” e apresentava-os como uma “raça proscrita” e de “emigrantes perseguidos, massacrados impiedosamente” (cf. “O ouro de Israel e a situação da raça proscrita”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 69 – Ano II, 23 de Março de 1925, p. 4).

⁵⁷² Como exemplo, um editorial a denunciar a colonização britânica da Índia, Egipto e Irlanda: Anon., “Os direitos dos pequenos povos”, *A Batalha*, n.º 330 – Ano I, 27 de Janeiro de 1920, p. 1.

⁵⁷³ Anon. “Não há escravatura...”, *A Batalha*, n.º 625 – Ano II, 29 de Dezembro de 1920, p. 1.

como “o indígena é violado e forçado como um irracional”, “dantes vendia-se carne humana, agora aluga-se!”⁵⁷⁴.

Entre a imensidão de artigos publicados durante estes anos, são de relevar três séries, publicadas entre 1921 e 1922, por obedecerem a uma sequência e coerência temáticas e sintetizarem, em certa medida, as linhas que irão tecer a crítica do colonialismo e a defesa da emancipação da raça negra que surge no jornal. A primeira desta série de artigos corresponde, basicamente, ao acompanhamento do congresso Pan-Africano que aconteceu entre Paris, Bruxelas e Londres e em que se digladiavam duas correntes⁵⁷⁵, uma “reformista”, representada por Blaise Diagne, e cuja ala portuguesa é acusada de “glorifica[r] [as] maravilhas da colonização portuguesa”⁵⁷⁶, e uma “revolucionária”, em que se destacam W.E.B. Du Bois e Marcus Garvey, defendida pel’*A Batalha*⁵⁷⁷. A série de artigos seguinte é intitulada “No Império de Norton de Matos” e reúne mais de uma dezena de artigos, publicados diariamente na primeira página do jornal entre 16 de Fevereiro e 2 de Março de 1922⁵⁷⁸. O foco é a situação vivida em Angola – quer pelos trabalhadores europeus para aí deslocados, quer pelos trabalhadores nativos – sob a administração de Norton de Matos, então Alto-comissário da República de Angola desde 1921, ex-governador geral de Angola e ex-Ministro das Colónias. A última “campanha”, iniciada meses depois com o título “Para a História da Colonização Portuguesa”, é assinada por Mário Domingues e agrupa cerca de duas dezenas de artigos entre 30 de Junho e 25 de Julho de 1922⁵⁷⁹. Neste caso específico, é onde se desenvolvem mais detalhadamente as linhas do pensamento anticolonialista presentes n’*A Batalha* e, em especial, de Mário Domingues: entre os vários assuntos tratados, expõem-se as formas de segregação e discriminação racial, a prostituição e

⁵⁷⁴ J. Pierre, “Carta de Benguela – A liberdade de Angola”, *A Batalha*, n.º 1535 – Ano V, 25 de Novembro de 1923, p. 3.

⁵⁷⁵ A primeira referência ao Congresso aparece a 23 de Agosto de 1921, Anon., “O Alto Comissário”, *A Batalha*, n.º 844 – Ano III, 23 de Agosto de 1921, p. 1, a propósito da participação do recém-criado Partido Nacional Africano. Em 1 de Outubro inicia-se o relato das discussões ocorridas no Congresso, (Anon., “Pela emancipação da raça negra”, *A Batalha*, n.º 878 – Ano III, 1 de Outubro de 1921, p. 1), e a 12 de Outubro, num artigo sugestivamente intitulado “A emancipação dos negros há-de ser obra dos próprios negros”, inicia-se uma “nova fase da exposição” dedicada a comentar as resoluções do Congresso (n.º 886, p. 1), fase que termina dois números depois.

⁵⁷⁶ E.g., Anon. “Em face do congresso Pan-Africano”, *A Batalha*, n.º 880 – Ano III, 4 de Outubro de 1921, p. 3.

⁵⁷⁷ E.g., Anon., “O movimento emancipador dos africanos”, *A Batalha*, n.º 874 – Ano III, 27 de Setembro de 1921, p. 1.

⁵⁷⁸ O primeiro artigo intitula-se “Os preliminares da história” (n.º 993 – Ano III, p. 1) e o último “Aos governantes e ao povo!” (n.º 1005 – Ano IV, p. 1).

⁵⁷⁹ O primeiro artigo intitula-se “Para a história da colonização portuguesa - O negro, vítima secular” (n.º 1108 – Ano IV, p. 1) e o último “Pela emancipação da raça negra!” (n.º 1128 – Ano IV, p. 1).

violência sobre as mulheres negras, a exploração laboral dos negros e, pela primeira vez, é explicitamente defendido “o ideal da independência” através de uma formulação libertária e antinacionalista. Em jeito de balanço, no último texto desta série, Mário Domingues afirma que, “hoje, milhares de indivíduos sabem que em África se persegue o negro, que a abolição da escravatura não passa duma autêntica mentira, e que a colonização portuguesa apenas se pode designar pela palavra crime!”⁵⁸⁰.

A “questão colonial” n’*A Batalha* mereceu a atenção de alguns artigos historiográficos nos últimos anos⁵⁸¹ e nestes é apresentada uma síntese dos principais artigos publicados no jornal. Mário Domingues está no centro de todas estas análises, sendo justamente reconhecido como o protagonista da atenção e desenvolvimento que o tema regista neste período. José Castro e José Luís Garcia, no primeiro desses estudos, separam em três eixos o tratamento do colonialismo no jornal: em primeiro lugar, a crítica da política colonial republicana; em segundo, o apoio ao movimento social anticapitalista nas colónias; e, em último lugar, a problemática da “emancipação da raça negra” e o apoio às organizações de negros na metrópole e colónias⁵⁸². No artigo, procuram rebater a “ideia generalizada” na historiografia de que o movimento operário comungava da “vaga de nacionalismo colonial”, assim como a de que permaneceu “alheado da questão colonial”⁵⁸³, e defendem que foi nas páginas desse jornal que se deu “a emergência de uma consciência anticolonialista”⁵⁸⁴ – um argumento que relativizámos atrás. É de reter, não obstante, a ideia – partilhada por todos os outros artigos – de que os problemas da emancipação da raça negra e do futuro das colónias passam para um novo plano nesse contexto e, muito em especial, pela intervenção de

⁵⁸⁰ Domingues, “Pela emancipação da raça negra!”, p. 1.

⁵⁸¹ Castro, José & José Luís Garcia, 1995, “«A Batalha» e a questão colonial”, *Ler História*, n.º 27/ 28, p. 125-146; Garcia, José Luís, 2012, “Um mulato contra o império português. Descobrir Mário Domingues no século XXI”, in Gaspar et al, *Estado, Regimes e Revoluções: Estudos em Homenagem a Manuel de Lucena*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 457-483; Cleminson, Richard, 2019, “Anarchism and anticolonialism in Portugal (1919-1926): Mário Domingues, *A Batalha* and black internationalism”, *Journal of Iberian and Latin American Studies*, 25: 3, pp. 441-465.

⁵⁸² No artigo assinado por José Luís Garcia, focado em Mário Domingues, o autor destaca outras três posições: “o combate sistemático e fundamentado das formas dissimuladas de quase escravatura que persistiam (...) nas antigas colónias africanas; a denúncia da ideologia racista que determinava a colonização e permeava a sociedade e instituições portuguesas; uma primeira reflexão sobre a importância das independências africanas”, Garcia, *ibidem*, p. 459.

⁵⁸³ Castro e Garcia, *ibidem*, p. 127.

⁵⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 144. Em Garcia, esta conclusão aparece significativamente mais matizada, considerando Mário Domingues como o responsável pelas “primeiras [palavras] no Portugal imperial a defenderem a independência de África, de forma coerente e pública, num meio de comunicação de grande circulação” (Garcia, *Um mulato...*, p. 457)

Mário Domingues⁵⁸⁵. Essa mudança não se dá tanto por o jornal passar “a questionar abertamente o próprio sistema de dominação colonial”, como afirmam os autores, o que já acontecia anteriormente, mas sim, parece-nos, por uma mudança de posição relativamente à agencialidade do negro e do colonizado – menos paternalista e, por isso, menos dúbia.

O sujeito racializado e colonizado passa a ser visto no mesmo plano do trabalhador, entendendo-se que ambos são vítimas do mesmo sistema. De acordo com os termos em que um texto colocava o problema, “o Estado tirano que nos sacrifica é o mesmo que nas imensas colónias africanas persegue, explora, humilha, mata, tortura populações inteiras, que mantém há séculos mergulhadas na mais atroz ignorância e servidão”; e o capitalismo que “reduz, na Europa, os trabalhadores brancos a escravos do salário” é o mesmo que reduzia “em África, os negros a escravos do chicote”⁵⁸⁶. Mário Domingues, no primeiro texto que assina n’*A Batalha* sobre o tema, para questionar o silêncio na Europa sobre os motins “que opuseram negros e brancos nos EUA”, enfatiza a “analogia tremenda da luta dos pretos espoliados dos seus direitos contra os brancos que lhes negam e a luta dos trabalhadores contra a burguesia que os engana”⁵⁸⁷.

Pouco a pouco, nesta analogia, vai-se ainda assim introduzindo um factor distintivo, com o factor racial e o factor económico a surgirem imbricados na questão social, mas sem que se deixe de enfatizar a especificidade da condição do negro. Para ver como se estabelece essa relação entre raça e classe, vale a pena olhar com atenção para um texto escrito por Mário Domingues que tem como mote a repressão sobre uma greve em São Tomé & Príncipe⁵⁸⁸. Aí, Domingues defende que “a questão de raças (...) só será resolvida quando a questão social for solucionada” e para o demonstrar identifica as classes sociais que compõem a “engrenagem social” da colónia e assinala as diferenças com o que se verifica na metrópole, colocando na base da estratificação são-tomense aqueles que considera serem “uma espécie de sub-gente, formada pelos serviçais, importados, como qualquer mercadorias, de vários outros pontos de África”.

⁵⁸⁵ Castro e Garcia, *ibidem*, p. 134.

⁵⁸⁶ O texto defende, ainda, que “a questão colonial pura e simples não existe” e que há sim “a questão da raça negra” que por sua vez faz parte da “questão social”, cf. Anon., “O operariado e os escravos negros”, *A Batalha*, n.º 1240 – Ano IV, 12 de Dezembro de 1922, p. 1.

⁵⁸⁷ Domingues considera que esse silêncio se deve a que “falar-se de pretos e de brancos implica falar-se de colonização, e colonização, até hoje, ainda não se pode traduzir senão por uma palavra – crime”. Domingues, “Colonização”, *A Batalha*, n.º 194 – Ano I, 9 de Setembro de 1919, p. 1.

⁵⁸⁸ Domingues, “A questão de raças”, *A Batalha*, n.º 748 – Ano III, 4 de Maio de 1921, p. 1.

Compara-os com o proletariado europeu, por serem quem produz a riqueza, mas à revolta que a situação económica provoca junta “a reivindicação da raça, a revolta contra o domínio do branco”, que identifica existir especialmente entre a classe média negra e educada. Apesar da reivindicação da raça existir, também, nos “negros capitalistas”, a sua intenção é a eliminação do domínio do capitalismo europeu, distinta, portanto, daqueles que “desejam[...] a destruição completa da propriedade privada e a abolição absoluta do preconceito de raças”. O caminho, aponta, passa pela extensão das reivindicações da classe média negra – “que têm por tendência a igualdade económica” – à “grande massa, aos serviçais incultos”, considerando que serão estes a constituir o agente impulsionador para a transformação da “engrenagem social” são-tomense e a fazer cair tanto o domínio europeu como a “preponderância dos capitalistas indígenas”. Perante os obstáculos e o isolamento com que se depararão na metrópole os grupos que lutam pela reivindicação da emancipação dos negros, Domingues considera que a força necessária para resistir só poderá ser encontrada “na classe operária, a que revela ideais mais altos, a que reivindica a abolição do capital, a que anseia por destruir as desigualdades de toda a espécie”. Em suma, “a classe operária, aliada a organismos de negros, garantirá o êxito das reivindicações de raça” e só pela aliança dos “trabalhadores de todas as cores e de todas as raças, estreitamente unidos, podem destruir o inimigo comum – a burguesia negra, amarela, branca ou vermelha”.

Raça e classe interligam-se por haver entre o sujeito colonizado e racializado e os trabalhadores brancos uma afinidade maior do que a de uns e outros com as elites dos seus países. Colonizado e trabalhador integram, por isso, uma luta comum e a relação entre um e outro deixa de ser de subordinação e passa a ser de colaboração.

Com a emergência de uma “consciência rácica” e o encontro com o “ideal separatista”, a balança, começa, contudo, a descair para a iniciativa dos próprios negros, E Domingues passa a assumir, mais declaradamente, que “a liberdade só a poderão alcançar os próprios negros, unidos numa consciência rácica. A liberdade não se concede, conquista-se. Que a conquistem os negros!”⁵⁸⁹ Nesta mudança de perspectiva, a agencialidade dos sujeitos racializados e colonizados é redefinida e, de um retrato de passividade, fruto dos processos de embrutecimento e desumanização a que foram sujeitos, começa a emergir uma história de resistência que lhes confere autonomia. No primeiro artigo da campanha “Para a história da colonização portuguesa”, esta mudança

⁵⁸⁹ Domingues, “O ideal da independência”, *A Batalha*, n.º 1111 – Ano IV, 5 de Julho de 1922, p. 1.

é notória quando Mário Domingues se propõe contar a história do “preto [que] resiste a todos os portugueses”: “prostituíram-lhe a mulher e as filhas – e resistiu!/ Roubaram-lhe os haveres e a liberdade – e resistiu!/ Envenenaram-no com álcool – e resistiu ainda!”⁵⁹⁰. Anos depois, sem sacrifício da colaboração entre ambos, a distância entre a vida dos operários, miserável, mas, ainda assim, feita de “pequenos nada”, e o povo negro vítima da “tortura máxima, a dor mais pungente e aflitiva”, torna-se clara.⁵⁹¹

Para a emergência desta “consciência rácica”, contribui uma diversidade de factores, dos quais destacamos dois. Antes de mais, a condição de sujeito racializado do próprio Mário Domingues: mulato, nascido em São Tomé e Príncipe, filho de mãe nascida em Angola e “vendida como escrava para São Tomé” e de pai branco – um conjunto de aspectos biográficos que Domingues invoca quer para afirmar o seu “orgulho da cor que possu[i]”, quer para afirmar, pela sua origem europeia e africana, a importância da “cooperação das duas raças” e a sua “especial autoridade para servir de juiz nesta contenda”⁵⁹². Igualmente fundamental é o aparecimento e crescimento, na metrópole e nas colónias, de grupos de sujeitos racializados organizados que procuram chamar a atenção para a sua condição e lutar pela emancipação da raça negra. A aproximação entre estes grupos e o movimento operário é visível nas páginas do jornal *A Batalha* – e dá-se, provavelmente, por esta via – pelo acompanhamento detalhado que fazem do primeiro congresso Pan-Africano e do apoio ao Partido Nacional Africano.

Sublinhe-se, porém, que Mário Domingues nunca se juntaria efectivamente a nenhuma “agremiação de raça negra”. Tal como afirmaria mais tarde, no âmbito de uma reunião em que participou e que juntava diversas organizações, em contradição com a importância que concedeu anteriormente à criação de grupos de negros, “a sua ideologia não lhe permitia integrar-se em qualquer agremiação da raça negra”, pois lutava “pela emancipação de todas as raças e, portanto, da raça negra”. Seria nesse espírito de independência, “sem se filiar em qualquer grupo ou agremiação”, que estaria “disposto a contribuir com o seu esforço para a emancipação da raça e afirmação dos seus direitos”⁵⁹³.

⁵⁹⁰ Idem, “Para a história da colonização portuguesa - O negro, vítima secular”, p. 1.

⁵⁹¹ Domingues, “O povo negro de Angola – Carne para negócio, aima [sic] para sofrimento, corpo para escravatura!”, *A Batalha*, n.º 1788 – Ano VI, 21 de Setembro de 1924, p. 1.

⁵⁹² Idem, *ibidem*.

⁵⁹³ Anon., “A raça negra vai entrar em actividade na defesa dos seus direitos”, *A Batalha*, n.º 1777 – Ano VI, 9 de Setembro de 1924, p. 1.

É da articulação destes diversos factores e agentes que surge o esboço de um ideal independentista, explanado por Mário Domingues, que abre a possibilidade de uma crítica anticolonialista e de uma luta contra os “ódios de raça” capaz de ir além das simples afirmações genéricas de princípio e de solidariedade habituais. O interesse e originalidade desse ideal está na sua formulação em termos libertários e, por isso, na distanciação que opera em relação aos modelos nacionalistas e estatistas de independência que começavam então a crescer e que viriam a orientar a grande maioria dos movimentos independentistas⁵⁹⁴. Para Mário Domingues, as revoltas periódicas que vê surgir “não são mais do que prenúncios duma revolução imensa que abaterá o poder, não apenas dum país, mas de todas as potências coloniais”, já que “perante o imperialismo europeu não há pretos portugueses, ingleses ou alemães, há homens que desejam ser livres”⁵⁹⁵. Será dos escombros desse império multinacional que se constituirá, não um conjunto de Estados nacionais mas uma confederação africana, num caminho que Richard Cleminson designa, referindo-se à tese de Domingues, como “libertarian anti-capitalist federalism”⁵⁹⁶.

6.5 – Para lá de Mário Domingues

Mário Domingues, como já enfatizámos por diversas vezes, foi o principal protagonista do desenvolvimento desta nova consciência anticolonial e anti-racista. Mas, nas páginas d’*A Batalha*, não foi uma voz isolada na denúncia do regime de exploração colonial e da violência em que se alicerçava, nem tão pouco o único a defender abertamente a independência das colónias. São disso exemplo Ferreira de Castro, Jaime Brasil, Cristiano Lima, Artur Monteiro de Castro e Correia de Sousa, que, em 1926, recupera o título “Sob o império de Norton” para alguns dos seus textos sobre

⁵⁹⁴ A essa aspiração mais longa e análoga ao projecto revolucionário anarquista, Domingues juntava uma longa lista de reivindicações parciais mas imediatas: “a abolição do álcool, dos castigos corporais, do imposto de palhota; a isenção do serviço militar; a liberdade absoluta de trabalho e de imprensa; uma ampla amnistia para todos os presos por questões ráticas, políticas ou sociais; a equiparação de salários e vencimentos do preto com os do branco”. cf. “Pela emancipação da raça negra”, *A Batalha*, n.º 1128 – Ano IV, 25 de Julho de 1922, p. 1.

⁵⁹⁵ Domingues, “A Confederação Africana”, *A Batalha*, n.º 1118 – Ano IV, 13 de Julho de 1922, p. 1.

⁵⁹⁶ O desenvolvimento desta tese é, aliás, o principal foco do ensaio de Richard Cleminson. É nesse propósito que reside a sua originalidade comparativamente aos outros dois ensaios referidos, em especial o de Castro e Garcia, que parecem não reconhecer a possibilidade de um independentismo que não seja nacionalista. Esta perspectiva é patente quando afirmam que Mário Domingues é “a única voz que defende explicitamente a independência das colónias”, mas (...) não ultrapassa os quadros mentais da ideologia anarquista nem contradiz o seu vincado antipatriotismo” (itálico nosso, p. 140) e, mais à frente, quando reforçam que “a questão nacional é um problema fulcral que a ideologia libertária não resolve” (p. 144).

Angola⁵⁹⁷. No anticolonialismo e anti-racismo destes autores predomina o espírito antinacionalista e antipatriótico comum a Mário Domingues, mas nos textos de outros autores encontramos posições com matizes dissemelhantes, nomeadamente sobre a independência da Índia, o que nos leva a assumir que o direito à autodeterminação dos povos era reconhecido como importante em si mesmo, sem estar necessariamente dependente da comunhão integral dos ideais anarquistas.

São de destacar, nesta linha, as posições já referidas de Fernando da Costa (que escreveu no suplemento semanal d'A *Batalha* diversos artigos sobre a Índia, em particular em defesa do nacionalismo indiano revolucionário, contra as castas e contra a ocidentalização da Índia independente)⁵⁹⁸ e um artigo de Eduardo Frias sobre Rabindranath Tagore. Neste último texto, em que se faz o elogio de Tagore e se apresentam algumas das suas ideias, Frias defende o patriotismo do revolucionário indiano como a expressão “anarquista da cooperação de todo o mundo com base na formação de grupos”. Nas suas palavras, que vale a pena citar pelo seu carácter aparentemente idiossincrático no contexto libertário coetâneo, e por se aproximarem das perspectivas que futuramente dominariam nos movimentos independentistas, a particularidade do patriotismo de Tagore deriva da sua oposição à “formação de uma força dentro de uma nação, força capaz de oprimir em seu poder de expansão outras nacionalidades” e propor, antes, “o desenvolvimento e a personalização de um grupo com fins ideológicos e meios de acção capazes de projectar sobre os outros povos o mesmo desejo de libertação, idêntica elevação visando a justiça, a dignidade humana”⁵⁹⁹.

Não é despidendo assinalar, também, que a presença destes textos conectava de alguma maneira as posições expressas com A *Batalha* e com a organização de que era porta-voz, a Confederação Geral do Trabalho – o que aliás nos parece ser mais um

⁵⁹⁷ Num desses textos afirma: “Convencer-se-ão os povos africanos, de que os portugueses ou americanos, qualquer que seja o país que os domine, nunca poderão passar da triste condição de escravos enquanto se não libertarem por completo da tirania dos dominadores? / O nativo só poderá suavizar a sua sorte de escravo quando se vir absolutamente livre dos opressores que o roubam, torturam e matam com o ódio da raça e a sede do ouro, explorando e administrando, exportando e importando ele próprio as suas riquezas – as abundantes riquezas do seu solo, subsolo e mar.” Correia de Sousa, “Os vexames e sofrimentos do povo de Angola sob o consulado de Norton de Matos, A *Batalha*, n.º 2268 – Ano VIII, 24 de Abril de 1926, pp. 1-2.

⁵⁹⁸ Um desses textos já citamos atrás (vd. nota 13), mas acrescentemos, a título de exemplo, “O actual movimento político da Índia” em *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 128 – Ano III, 10 de Maio de 1926, p. 6 (e no número seguinte).

⁵⁹⁹ Frias, Eduardo, “Rabindranat Tagore – Um revolucionário indiano”, *Renovação*, n.º 21 – Ano I, 1 de Maio de 1926, p. 334.

elemento demonstrativo de que a emergência de uma consciência anticolonial no anarquismo e no movimento operário antecede os anos 20⁶⁰⁰. Recorde-se que no congresso fundacional da CGT, realizado em Setembro de 1919, e por isso anterior aos artigos assinados por Mário Domingues, é apresentada a tese “Organização operária nas colónias”⁶⁰¹. Aqui declara-se que “o domínio colonial encarado sob qualquer dos seus múltiplos aspectos é inaceitável à luz do Direito e inconveniente por incompatível com o progresso dos povos”. Reconhecendo que os trabalhadores negros nas colónias “arrastam uma vida de escravidão a que é preciso pôr cobro” – o que exige “prudência para que a sua falta de educação social não faça subverter a alta missão que nos impomos” –, estabelece-se que “esses povos, etnologicamente diferentes do continental, com indústrias muito próprias, são os únicos competentes para resolver os seus problemas”, contando para isso com o “incondicional apoio da organização da metrópole”. A esta impõe-se “o dever de os organizar e preparar para a luta social que se trava na Europa, abandonando a solidariedade meramente platónica que lhe tem dispensado para enveredar abertamente pela intensificação da propaganda sindicalista nessas regiões, criando e robustecendo os seus sindicatos e federações (...) [e] dando-lhes enfim uma organização completa”⁶⁰².

O tema voltaria a surgir no I Congresso Confederal, IV Nacional, em 1925, com uma longa tese intitulada “Condições de trabalho nas colónias”, mas em que, desta feita, a postura dúbia perante a agencialidade dos africanos é mais evidente e onde se verificam algumas regressões por relação a decisões anteriores⁶⁰³. Apesar de assinalar a manutenção da escravatura, reconhecer o direito à autodeterminação dos povos africanos (complementado pela intrigante afirmação de que se faça “dentro dos limites da Justiça”) e condenar a missão civilizatória portuguesa, que tudo o que deu ao negro “para se civilizar” foram as “missões religiosas, o álcool, o cavalo-marinho ou o chicote”, o texto dirige o seu apelo “à intervenção do proletariado europeu para garantir que “os direitos daqueles sejam respeitados como trabalhadores e como homens”, por

⁶⁰⁰ Castro e Garcia reconhecem essa comunhão relativa entre Mário Domingues, *A Batalha* e a C.G.T., mas, tal como já referimos, não deixam de situar a emergência dessa consciência no contexto em questão. *cf. Ibidem*, p. 140.

⁶⁰¹ Segundo o livro de actas do Congresso, a tese é aprovada sem discussão. AHS 1030-ms.171

⁶⁰² Anon. “O próximo Congresso”, *A Batalha*, n.º 126 – Ano I, 2 de Julho de 1919, p. 1.

⁶⁰³ A tese pode ser encontrada na íntegra em Joaquim de Sousa, Manuel, 1974, *O sindicalismo em Portugal*, Porto: Afrontamento, p. 169-171. e em “Condições de trabalho nas colónias”, *A Batalha*, n.º 2086 – Ano VII, 18 de Setembro de 1925, p. 3. A tese foi proposta e redigida por Manuel da Silva Campos, Manuel Joaquim de Sousa, Manuel Henriques Rijo, Carlos Maria Coelho, Luís Gonzaga, Lucio Costa, Joaquim de Sousa e Manuel Nunes.

considerar que “os proletários negros, com uma mentalidade obliterada, não compreenderão desde já a luta de classes”⁶⁰⁴. O congresso delibera ainda “que a C.G.T. de futuro fervente a organização de sindicatos, esforçando-se porque nos mesmos ingressem negros assalariados, *embora seleccionados*” (itálico nosso). Na discussão da tese, é votada e aprovada a criação do “Dia do Escravo Negro”, “consagrando esse dia a uma manifestação nacional de protesto contra o despotismo que na África é exercido sobre os nossos irmãos de raça negra”⁶⁰⁵. Finalmente, fora dos grandes congressos confederais, por constituir um exemplo único, é de registar a proposta que a Liga das Artes Gráficas do Porto apresenta no congresso nacional da sua classe, acontecido dias antes do IV Congresso Nacional na cidade de Santarém: “para que desapareça o aspecto de qualquer imitação à interferência e imperialismo dos Estados”, sugerem a eliminação da palavra “colónias” do Estatuto Federal então em discussão. A proposta é rejeitada por sete votos contra um. Manuel Nunes, da C.G.T. justifica a rejeição da proposta por “os trabalhadores africanos estarem sob a ditadura dos governadores ou seja os chamados altos-comissários”, o que implica que as “reclamações de carácter profissional ou moral [tenham] de ser tratadas em Lisboa junto do poder central” e que, por isso, “só a Federação é que está na [sic] altura de prestar toda a sua solidariedade em benefício dos trabalhadores das colónias”⁶⁰⁶.

6.6 – Em jeito de síntese: Mário Castelhana

Os termos em que os militantes mais vocais e atentos às questões da raça e do colonialismo colocavam a discussão não serão, porventura, totalmente representativos das perspectivas que perpassavam o movimento operário e o movimento libertário. As ideias desses militantes coadunavam-se com os princípios gerais da doutrina libertária, mas representam um aprofundamento singular de tais questões. Corresponderiam, porventura, a exemplos mais sofisticados de ideias que se encontravam em potência entre os militantes e que, podemos assumir especulativamente, se tornariam as posições dominantes assim que estas passassem para o centro das preocupações do movimento.

⁶⁰⁴ As razões para essa “obliteração” estariam nos processos “civilizatórios” do regime colonial, em que são destacados o álcool e uma educação ministrada com o fim de “castrar as suas energias criadoras” e “destruir todo o ímpeto de revolta”, segundo termos da própria tese.

⁶⁰⁵ Sugestão proposta por Saul de Sousa e acrescentada em adenda à Conclusão V, cf. “anon. “O I Congresso Confederal – IV Nacional – encerrou os trabalhos no meio do maior entusiasmo”, *A Batalha*, n.º 2096 – Ano VII, 30 de Setembro de 1925, p. 1.

⁶⁰⁶ “O II Congresso dos Trabalhadores do Livro e do Jornal que se está realizando em Santarém”, *A Batalha*, n.º 2089 – Ano VII, 22 de Setembro de 1925, p. 4.

Por outras palavras, se é possível reconhecer o anti-racismo e o anticolonialismo como posições disseminadas em elevado grau entre os libertários, tal reflectia, antes de mais, uma posição doutrinária que se fundamentava, acima de tudo, em princípios e valores abstractos. Como tal, o anti-racismo e o anticolonialismo não podem ser vistos como correspondendo a uma atitude coerente transversal ao conjunto dos seus militantes e devem ver-se na articulação com os saberes e crenças que temos vindo a explorar neste capítulo e nesta tese – nomeadamente, o fundo evolucionista e positivista com que eram tendencialmente conjugadas as ideias libertárias.

Nesse sentido, podemos tomar como mais paradigmático da percepção do movimento as posições manifestadas por Mário Castelhana no livro em que narra as memórias do seu primeiro período de deportação⁶⁰⁷. Nessas memórias, Mário Castelhana oferece-nos um olhar comprometido sobre as relações entre brancos e negros nas colónias, onde são claramente expressos os principais pontos de oposição ao racismo e ao colonialismo que apresentamos atrás, mas um olhar que é também marcado por algumas das ambiguidades e "pontos cegos" que constituíam a mundividência libertária. Um olhar rápido sobre a obra de Castelhana permite-nos, por conseguinte, sintetizar alguns dos pontos que temos vindo a assinalar.

Mário Castelhana foi um militante anarquista e dirigente sindical ferroviário. Nos últimos anos da C.G.T., até à sua ilegalização e dissolução, estabeleceu-se como um dos militantes anarquistas mais influentes e, em Janeiro de 1927, assumiria o cargo de director d'*A Batalha* até ao seu desaparecimento como diário em Maio do mesmo ano. Ainda no rescaldo da tentativa revolucionária de Fevereiro de 1927, foi preso em Outubro e deportado em Novembro, passando cerca de três dos quatro anos de deportação em Angola. Viria a ser novamente preso e deportado em 1934, inaugurando em 1936 a colónia prisional do Tarrafal, onde viria a morrer em 1940. Da experiência do primeiro período de deportação, resultaria *Quatro Anos de Deportação*, obra publicada postumamente, em 1975, mas escrita em 1931. Cerca de metade do livro é dedicado ao que Castelhana chama a sua "análise directa à vida da raça negra" (p. 37)⁶⁰⁸, o que realiza através da descrição dos costumes e das condições materiais e

⁶⁰⁷ Castelhana, Mário, 1975, *Quatro Anos de Deportação*, Lisboa: Seara Nova. Salvo indicação em contrário, todas as citações nesta parte têm origem na obra de Castelhana.

⁶⁰⁸ Mais à frente, frisa novamente esse interesse: "foi este um dos problemas que mais me interessou em África. / Olhar para um preto, estudá-lo, procurando investigar até que ponto poderá ir a sua capacidade mental ao lado das restantes raças; aprofundar a psicologia que, de uma forma geral, caracteriza os

morais da população africana em Angola e da sua exposição aos efeitos do colonialismo português. A intercalar a narrativa surgem algumas propostas para a transformação do país africano.

A sua análise, como seria de esperar, é dominada por uma perspectiva crítica sobre a história da colonização portuguesa, a que atribui a causa do “estado de atraso” em que “sistematicamente [se tem] mantido (...) a raça negra”. Descreve essa história como “de lutas, de conquistas, de suborno e de submissão” (p. 91) e apresenta a propalada “missão civilizadora” portuguesa como um “fingimento” (p. 104), como uma série de processos de exploração e desumanização cuja intenção dominante é “colocá-los [os africanos] numa situação de nítida inferioridade” (pp. 120-1). Em sintonia com os princípios libertários que o orientavam, o propósito de Castelhana era guiado pelo intuito de “contrariar todos os desejos de predomínio, partam eles donde partir [sic] e atinjam o que atingir [sic]” (p. 90), o que detalhava numa explanação mais longa que vale a pena citar:

Nós, os avançados, analisamos a questão sob aspectos diversos e não queremos nem a dependência da raça preta, nem que uma educação atrofiada seja inoculada, de maneira a amanhã se verificar os mesmos princípios de egoísmo nacionalista que caracteriza a mentalidade burguesa – oligárquica de cada nação – mas sim que as raças se irmanem no mesmo desejo de aperfeiçoamento e bem-estar a que têm igual direito, abolindo o ódio que entre si se estabeleceu e todos os princípios que tendem à desagregação dos povos, cada vez com mais necessidade de conjugarem energias e comungarem numa solidariedade que só uma fraternal amizade poderá vincar (...). (p. 90)

Em suma, nesta citação e nas anteriores, encontramos explanados alguns dos princípios gerais da ideologia libertária que apoiava o olhar de Castelhana, como o antinacionalismo, a defesa do fim do ódio entre raças, a solidariedade e o combate ao domínio de uns sobre os outros. Mas na articulação desses princípios com a subscrição fortemente etnocêntrica das teses evolucionistas enquanto factor explicativo e das teses positivistas como paradigma de progresso, características das leituras de boa parte dos seus contemporâneos, libertários e não só, vemos emergirem algumas das tensões e ambiguidades presentes nas ideias sobre raça e sobre o colonialismo.

Comecemos pela forma como Castelhana olhava para as “raças”. No seu entender, as teses científicas que afirmavam inferioridade do negro não tinham qualquer

diferentes povos que constituem a raça negra, auscultar-lhe os sentimentos, as dores, os egoísmos e as desgraças de que estão possuídos (...)”, p. 101

sustentabilidade, como se comprovava, por um lado, pelo exemplo de “milhares de pretos num estado de cultura insofismável”, e, por outro, pela constatação

de que à medida que um cérebro se vai desenvolvendo, as feições vão-se modificando dando ao semblante uma expressão diferente da primitiva. Isto dá-se em qualquer povo ou raça, não sendo difícil deduzir no conjunto fisionómico de determinada criatura o possível grau do seu desenvolvimento mental. (p. 102)

Ressalta nesta citação uma afinidade explícita com as teses do determinismo biológico afim a alguma da antropologia física popular em campos científicos e burocráticos do final do século XIX⁶⁰⁹. Mas a peculiaridade da opinião de Castelhana está no peso residual atribuído aos factores hereditários ou a distância de um determinismo exclusivamente biológico, pois que para ele o desenvolvimento e as alterações fisionómicas podiam verificar-se, quase imediatamente, pela mudança de ambiente e pelo efeito da educação. Como acrescentava em seguida,

desvie-se um dos seus elementos, dê-se-lhes mais ilustração, proporcione-se-lhe a aquisição de conhecimentos mais vastos que movimentem o seu cérebro e faça-se-lhe depois o confronto à sua configuração anterior e verificar-se-á uma grande diferença, não apenas de maneiras, como no seu aspecto fisiológico cerebral e na parte do corpo especialmente onde os seus sentidos actuam ou estão instalados. / O olhar, as contracções, a redução das saliências extraordinariamente pronunciadas na face quando em estado bruto, distinguem perfeitamente o preto de verdade civilizado, do preto semi-selvagem ou em absoluto estado de ignorância. (pp. 102-103)

As diferenças que identificava entre raças eram, por isso, totalmente determinadas pelos efeitos do meio ambiente sobre o indivíduo (tal como se verificava genericamente no anarquismo coevo), meio ambiente esse que integrava elementos tanto naturais como culturais, e que tinha, também, consequências simultaneamente biológicas e morais⁶¹⁰.

⁶⁰⁹ E.g., Madureira, Nuno Luís, 2006, *As Ideias e os Números: Ciência, Administração e Estatística em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte. Sobre a influência da antropometria em Portugal, diz o autor: “Como a estatística da capacidade craniana é capaz de revelar os patamares da inteligência humana, os estudos antropométricos abrem a porta à história das civilizações: a estrutura facial encerra o cérebro; o cérebro a inteligência; a inteligência o potencial de desenvolvimento. Destaca-se, assim, um argumento capaz de explicar as diferenças entre as raças negras e raças brancas (...)”, p. 14.

⁶¹⁰ Nos efeitos do “meio ambiente” incluíam-se, também, factores mesológicos que tanto influíam sobre os brancos como os negros. Assim, os comerciantes brancos em África “ultrapassam, em ambição (...), o seu colega da metrópole”, o que atribuía ao “meio e [ao] clima, pois o excessivo calor, levá-los-á a uma excitação febril cuja graduação se repercutirá no preço dos géneros à venda” (p. 68). Sobre os “caracteres” dos negros, afirmava que “o clima especial das regiões de onde são oriundos” influía “nos seus temperamentos e nos estados do seu desenvolvimento, lento ou de constante progresso, não sendo a isto estranho a situação geográfica dos seus territórios, a sua primitiva comunicação com o exterior, o seu maior ou menor grau de ambição e de conquista” (p. 101). Acrescente-se que os efeitos mesológicos eram também invocados para caracterizar a população de certas zonas de Portugal, como por exemplo numa

Expectavelmente, Castelhana considerava que, para a transformação desse meio ambiente, “o principal ponto a atender é o da educação moral” (121) e seria através desse ponto que se distinguiria “o esforço que não é verdadeiro, sob o ponto de vista civilizador” (p. 104), do sistema colonial e o remédio que propunha: “Civilizar! Mas civilizar de verdade!” (p. 107), providenciando pão e educação aos nativos e recusando o “erro” das punições e dos castigos (p. 119). Colonização e civilização seriam, portanto, distintas, mas a superioridade europeia (o seu maior “adiantamento”, para usar a palavra a que recorre) mantinha-se incontestada. Este etnocentrismo é particularmente visível numa das suas propostas – em contradição, até, com o espírito anticoercivo dos libertários –, quando estabelecia como necessário que se “pegasse na criança, a retirasse do convívio deletério da libata”, onde o efeito dos batuques lhe “aviva[m] o estado semi-selvagem” (pp. 106-7)⁶¹¹, e se restringisse, sem impedir totalmente, o convívio do “indígena” com a família”, para restringir a influência do meio sobre o indivíduo e colocá-lo “em contacto com a civilização dos meios mais desenvolvidos” (p. 121).

A despeito das críticas ao colonialismo e ao “ódio entre raças”, Castelhana revela-se incapaz de operar uma cisão com a “mentalidade” colonial. A negação da agencialidade dos africanos e a linearidade que imprimia ao tempo histórico colocavam os africanos num estado “atrasado” e necessitados, por isso, de uma intervenção externa que “domesticasse” os seus costumes e os integrasse no processo civilizacional de uniformização dos povos (para recuperar a ideia de internacionalismo veiculada por um militante que partilhámos atrás). O respeito que os libertários reconheciam à individualidade e às especificidades locais, só apuráveis pelos próprios sujeitos no seu contexto e antagónicas a fórmulas políticas universais, não era extensível aos africanos e parecia abranger apenas os povos europeus⁶¹².

reportagem sobre a Marinha Grande, em que se invocavam os trabalhos de Oliveira Martins, destacava-se “a influência grandíssima em matéria mesológica na formação do carácter que torna os seus oriundos [da Marinha Grande] dignos duma apreciação, à sua condição psíquica” – considerações que se estendiam à descrição do temperamento dos habitantes de outras regiões do país. Cf. A.M., “A vila da Marinha Grande”, *A Batalha*, n.º 1686 – Ano VI, 25 de Maio de 1924, p. 3.

⁶¹¹ Para um estudo sobre os “batuques”, no contexto colonial português, mais propriamente em Moçambique, como foco “de tensão existente nas situações coloniais” (p. 17) e enquanto um “facto anormal” incompatível com o desígnio civilizacional e o espaço público colonial, ver Pereira, Matheus Serva, 2020, “*Grandiosos batuques*”: *Tensões, arranjos e experiências coloniais em Moçambique (1890-1940)*, Lisboa: Imprensa de História Contemporânea.

⁶¹² Seria, aliás, interessante confrontar esta tese libertária com a ideia que via o internacionalismo enquanto processo de uniformização, para verificar em que termos convivem as duas, o que é que esta inclui e exclui desse processo, e, enfim, como é que se concilia com – ou que limites impõe a – particularidades locais e vernaculares das populações.

Em suma, em Castelhana encontramos reflectidas muitas das ambiguidades que expusemos ao longo deste capítulo e que caracterizaram o olhar de muitos militantes operários e libertários sobre a “raça” e o colonialismo. Mantinha-se um equilíbrio difícil entre uma consciência anticolonial indefinida, por vezes embrionária, e uma “missão civilizadora” arraigada a um espírito positivista e evolucionista, análoga, aliás, ao papel que os libertários procuravam assumir no seu projecto de criação do “homem novo” e de transformação revolucionária.

CAPÍTULO 7 – Entre o lar e a fábrica: a emancipação feminina e a mulher operária

O movimento operário organizado era esmagadoramente composto por homens e o campo libertário não era excepção. Naquela que é a obra de referência para a história do anarquismo português, João Freire, num universo de 3300 militantes, identifica apenas 69 mulheres, ou seja, cerca de 2% do total de militantes⁶¹³. Mesmo reconhecendo que não se trata de uma contagem total, este número, obtido a partir de uma amostragem significativa, oferece-nos, certamente, um valor percentual aproximado do real. Perante a importância concedida pelos libertários à emancipação feminina, expressa em termos que se revelavam, por vezes, particularmente “avançados” para a época e que chocavam com os costumes vigentes, esta percentagem suscita algumas questões. Tanto mais porque não encontrava equivalência no número de mulheres empregadas na indústria ou nos campos. Se podemos assumir que a maioria da mão-de-obra fabril e rural era composta por homens, as mulheres estavam activas em quase todos os sectores produtivos e, em alguns casos, superavam os homens em número, como sucedia, por exemplo, nos sectores do têxtil, das conservas e do tabaco. Em 1890, a nível nacional, 35,2% do operariado fabril era composto por mulheres, descendo em 1900 para 29,7% e em 1911 para 28,3%, uma tendência que persiste nas décadas seguintes⁶¹⁴. Em Lisboa, em 1911, o operariado feminino correspondia a 23,7%⁶¹⁵. O papel secundário das mulheres operárias na vida sindical e libertária do período, assim como a divisão de tarefas que muitos dos discursos então reproduziam (em que às mulheres caberia, basicamente, o espaço doméstico e a esfera do consumo),

⁶¹³ João Freire acrescenta que o número de mulheres militantes tendia a aumentar consoante a origem de classe, sendo menos representadas entre as classes populares e mais representadas quando de origem social burguesa (correspondendo a 5% dos militantes). João Freire, 1992, *Anarquistas e Operários*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 261-2

⁶¹⁴ Virgínia Baptista assinala que estes valores não coincidem totalmente com a totalidade de mulheres trabalhadoras por os critérios de contabilidade dos censos variarem e excluírem certas actividades profissionais (Virgínia Baptista, 2014, “Legislation and Working Women in Portugal—Since the End of Nineteenth Century to the 1940s”, in *Journal of Business and Economics*, Vol. 5, N. 9, pp. 1558-1567; para um retrato ainda mais completo da realidade laboral feminina em Portugal entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ver o livro da mesma autora: 2016, *Protecção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal, 1880-1943*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais). Acrescente-se, ainda, que uma parte substancial das mulheres ausentes destes números trabalhava em oficinas domiciliárias e não em fábricas (o que acontecia por exemplo no sector têxtil) e alternava sazonalmente entre actividades (entre o trabalho na oficina, na fábrica ou no campo, por exemplo – para não falar nas actividades domésticas, excluídas em absoluto das contagens dos censos).

⁶¹⁵ Ramos, *A Segunda Fundação...*, p. 389.

não tinha correspondência com os números das mulheres efectivamente activas no mundo laboral.

Antecipando alguns dos aspectos a explorar neste capítulo, podemos dizer que estes números são reveladores de uma sociedade profundamente patriarcal e, portanto, que a marginalidade das mulheres derivava de uma ideia de ordem assente na desigualdade de género mais do que de uma realidade emanada das condições de produção dominantes. A subrepresentatividade das mulheres nas organizações operárias e de militância libertária é motivo de perplexidade, também, quando consideramos que o anarquismo se declarava contra todos os tipos de dominação e que incluiu, praticamente desde a sua origem, a defesa da “emancipação feminina” entre as suas causas. O movimento operário e libertário não deixava de ser tanto reflexo como reprodutor das lógicas patriarcais que predominavam na sociedade coetânea. Como veremos, a participação residual das mulheres no movimento sindical era reconhecida e resultava, muitas vezes, em apelos para que estas se juntassem aos sindicatos e se organizassem. Mas, por trás de alguns desses apelos, a responsabilidade continuava a pesar principalmente sobre estas, sem consideração pelos mecanismos que produziam a sua exclusão, enfatizando-se antes a sua desorganização, a sua passividade ou o seu desinteresse. O campo sindical continuava a ver as mulheres como um corpo estranho à sua dinâmica e às actividades produtivas em que procuravam intervir.

A passividade atribuída às mulheres parece, contudo, manifestamente exagerada. Os números e os relatos disponíveis dificilmente captam a intervenção e participação constante das mulheres no mundo operário e nas suas lutas. Como assinala Michelle Perrot, os campos explorados pelo “ofício do historiador” são os “da acção e do poder masculinos”, e operam a partir de fontes que “são produtos de homens que têm o monopólio do texto e da coisa públicos”⁶¹⁶. Mesmo quando se fala sobre a condição da mulher e se manifesta o desejo da sua emancipação, os intervenientes são, na sua maioria, homens. Ao contribuírem para obscurecer a presença e o papel histórico das mulheres, as estatísticas e as fontes usadas contribuem, também, para a reprodução desta forma de desigualdade. Um manto de invisibilidade recai sobre o que escapa a essa ordem predominantemente masculina, o que tanto acontece na produção historiográfica como nos arquivos que lhe servem de alimento.

⁶¹⁶ Perrot, Michelle, 2018 [1988], *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*, Rio de Janeiro: Paz & Terra, p. 197.

Certo é que as mulheres tinham um papel fundamental na vida operária e em todos os momentos das suas lutas, tal como é possível captar, apesar de tudo, por alguns relatos que delas encontramos nas diversas fontes. A pergunta que resta, portanto, é o porquê de – apesar dessa participação na vida laboral e nas lutas – as mulheres terem continuado maioritariamente ausentes e, por vezes, desinteressadas dos sindicatos e das organizações libertárias. A resposta mais imediata aponta para os impedimentos constituídos pela predominância masculina nesses organismos, organizando as suas práticas em torno de um discurso e de um conjunto de preocupações que respondiam, principalmente, aos seus problemas materiais e concepções sociais. Em suma, a distância que separa as estatísticas e as narrativas que encontramos expõe a persistência de práticas discriminatórias também nas práticas militantes do movimento operário e libertário, oriundas quer do contexto global das relações sociais em que estes se inseriam quer da sua mundividência particular. Eram elas mesmas, por esta razão, responsáveis pela reprodução interna ao movimento de formas de discriminação e exclusão das mulheres mais amplas, perpetuando um ciclo vicioso.

Estas nossas notas iniciais, atente-se, não tratam de projectar no passado categorias do presente. Os anarquistas, apesar de se distinguirem em alguns aspectos da chamada “primeira vaga feminista” (desprezando, por exemplo, a luta pelos direitos políticos, como o sufrágio), estavam em sintonia, em muitos pontos, com a ontologia feminina que a caracterizou. Por essa razão, são tanto os termos em que a questão se apresentava no pensamento libertário como os contrastes entre estes e os padrões dominantes que devem interessar este capítulo, captando as contradições e as ambiguidades que atravessavam esse mundo. Em parte porque, tal como apontamos, os libertários defendiam a emancipação da mulher e a igualdade de direitos, em alguns casos incondicionalmente, e reconheciam que as mulheres eram muitas vezes vítimas de múltiplas formas de discriminação (que cruzavam o género com a política e a classe social). Reconhecia-se, por isso, que estavam sujeitas a uma opressão incomparavelmente superior à que afectava os homens operários. Mas esta atitude não foi transversal aos movimentos operário e libertário, nem, quando existiu, foi alheia à reprodução de um modelo normativo de género, muitas vezes definidos em termos essencialistas. A mulher, cria-se, apesar de dever ser igual em direitos aos homens, era provida de caracteres e funções específicas, condição em que interferiam factores de

ordem cultural mas, também, o peso da biologia e das ideias de natureza que apresentamos atrás.

Neste capítulo, procuraremos apurar em que termos se construía a defesa libertária da emancipação feminina, qual a imagem da mulher que estes criavam e reproduziam, quais as causas da sua opressão e qual a forma para superá-la. Veremos, no fundo, como é que se procurava conjugar uma ideia de emancipação de classe e de género com as tensões trazidas por um conjunto de disposições normativas ligadas a costumes e a tradições fortemente implantadas. Não se pretende oferecer um retrato uniforme das posições dos anarquistas sobre a mulher. Para além de não ser possível fazê-lo, o anarquismo, pela sua heterogeneidade e horizontalidade organizacional, sem uma matriz programática e referencial para orientação dos seus militantes, reuniu sempre no seu seio posições contraditórias ou irreduzíveis a uma fórmula fechada⁶¹⁷. O nosso interesse dirige-se, portanto, para essas contradições que o atravessavam, sem as assumir como representativas da totalidade do movimento, mesmo quando exprimiam disposições maioritárias.

7.1 – As mulheres libertárias

Foram poucas as mulheres que se destacaram na militância libertária. Entre elas, são de assinalar Deolinda Lopes Vieira (já referida em capítulos anteriores, foi professora na Escola Oficina N.º 1), Rosalina Ferreira (professora, conhecida como “Maria da Fonte” pela sua combatividade), Júlia Cruz (professora), Lucinda Tavares Manaças (professora), Susana Quintanilha (professora), Margarida Paulo (profissão desconhecida), Virgínia Dantas e Margarida Peixoto (ambas costureiras)⁶¹⁸. Note-se, a

⁶¹⁷ cremos que não é por isso possível afirmar, nem contra nem a favor do anarquismo, como o fazem Paulo Marques Alves e Olinda Gama, que “só a corrente de filiação marxista, com base nos princípios de igualdade e da emancipação, sempre defendeu o direito das mulheres ao trabalho assalariado”. Para além de o marxismo ter tido uma afirmação tardia em Portugal enquanto movimento, posterior, aliás, ao anarquismo, tal afirmação só é possível se se confundir a posição do Partido Comunista Português com a dos militantes e das organizações de base. É de resto falso que os marxistas tenham sido os únicos a defender “que elas não constituíam um grupo, homogéneo, existindo no seu seio interesses diferenciados, podendo inclusivamente as diferenças que entre elas se manifestavam serem mais relevantes do que as que derivavam do género”. Afinal, independentemente das diferentes nuances, esta sempre foi a posição dos anarquistas, como veremos em seguida. Cf. Paulo Marques Alves e Olinda Gama, 2013, “A militância no Feminino nos primórdios do Sindicalismo em Portugal”, *UBIMUSEUM – Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, 2, pp. 185-186.

⁶¹⁸ É de sublinhar a formação superior à média que a maioria destas mulheres teria, o que se constata por se dedicarem ao ensino, e uma mais que provável condição social distinta das operárias. Acresce a este factor sociológico as especificidades geográficas da presença do anarquismo no território nacional. Por exemplo, todas as militantes identificadas como professoras estiveram activas em Lisboa, enquanto

título simbólico, mas nem por isso menos significativo, que no livro de Alexandre Vieira, *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*, em que se descreve o percurso de algumas das principais figuras do “movimento social português”, não é dedicada nenhuma entrada a uma mulher; e, nos rascunhos para a sequência deste livro, que não chegou a ser publicada, continuava a ausência⁶¹⁹.

Alguns dos nomes acima referidos conjugaram esforços para criar alguns dos poucos grupos libertários constituídos unicamente por mulheres. Em Lisboa, em 1912, surge a União das Mulheres Anarquistas, que sucede ao grupo Primeiro de Janeiro e adere no ano da sua fundação à Federação Anarquista da Região Sul e, posteriormente, em 1915, à União Anarquista Portuguesa⁶²⁰. Em 1913-1914, Edgar Rodrigues identifica a existência de um grupo anarquista feminino em Alcântara⁶²¹. No Porto, em 1914, surge o Núcleo de Mulheres Anarquistas “Aurora Redentora”, com a pretensão de criar uma biblioteca e promover o estudo e o feminismo⁶²². Nos anos 20, na mesma cidade, há registo dos grupos Carolina Micaelis (provavelmente surgido em 1921) e Luisa Michel (1924-1926)⁶²³. Este último grupo propunha-se “levantar o espírito moral das mulheres proletárias da cidade, chamando-as à vida, para, unidas, conquistarem o seu lugar na sociedade, a que tem jus”, e na sua primeira reunião decidiu “realizar, com o

Virgínia Dantas e Margarida Peixoto, ambas costureiras, residiam no Porto. Para uma pequena biografia de Júlia Cruz, ver Freire & Lousada, 2013, *Roteiros da Memória Urbana – Lisboa*, Lisboa: Edições Sementeira, p. 111. Sobre Júlia Cruz, Edgar Rodrigues adianta, ainda, que no período em que viveu no Bairro Alto com Bartolomeu Constantino, seu companheiro, influenciaram ideologicamente “meretrizes, uma das quais tinha o retrato de Pedro Kropotkin na entrada da sua sala”, cf. *Os Anarquistas e os Sindicatos*, Lisboa: Edições Sementeira, p. 197. Para alguns dados biográficos de Virgínia Dantas e Margarida Peixoto, ver, Freire & Lousada, 2013, *Roteiros da Memória Urbana – Porto*, Lisboa: Edições Colibri, pp. 80-1 e p. 77, respectivamente. Veja-se ainda que no livro da mesma série dedicado a Setúbal as mulheres libertárias destacadas e a quem os autores dedicaram notas biográficas eram todas conserveiras, cf. Freire & Lousada, 2013, *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal*, Lisboa: Edições Colibri, pp. 36 e ss.

⁶¹⁹ Vieira, Alexandre, 1959, *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*, Lisboa: Edição de autor. A sequência nunca viu a luz do dia, mas o seu esboço pode ser consultado em *Casa Comum – Fundação Mário Soares* – Fundo de Alberto Pedroso, Pastas: 09769.135 até 09769.149 e, ainda, na pasta 09772.087 (online em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09769.135> – aceso a 03-01-2020).

⁶²⁰ Na União das Mulheres Anarquistas, destacaram-se as militantes Júlia Cruz e Margarida Paulo. Segundo Freire & Lousada este grupo dedicava-se “à propaganda emancipadora da mulher, mas sem passar pelo sufrágio”, com uma postura alegadamente mais radical que os agrupamentos semelhantes surgidos na cidade do Porto na década seguinte, cf. 2013, *Roteiros da Memória Urbana – Lisboa*, Lisboa: Edições Colibri, p. 124. Neste livro, é apontada como data da fundação o ano de 1913, mas a sua fundação remonta, certamente, a 1912. Veja-se que em 1916 celebravam-se os 4 anos da sua criação: cf. Anon, “União das Mulheres Anarquistas”, *Comuna Livre*, n.º 6 – Ano I, 27 de Fevereiro de 1916, p. 4.

⁶²¹ Cf. Rodrigues, *Os Anarquistas e os Sindicatos*, Lisboa: Edições Sementeira, pp. 197-198. Sem grandes informações sobre a actividade deste grupo e por ser composto por algumas das militantes da União das Mulheres Anarquistas, é possível que se trate do mesmo grupo.

⁶²² Ver *Aurora* n.º 200 – Série II, 24 de Maio de 1914 e o n.º 206 – Série II, 5 de Julho de 1914.

⁶²³ Estes grupos partilharam algumas militantes, nomeadamente as já referidas Virgínia Dantas e Margarida Peixoto. Para uma pequena descrição destes grupos ver Freire & Lousada, 2013, *Roteiros da Memória Urbana – Porto*, pp. 86-7.

concurso da organização anarquista local, uma tournée de propaganda às mulheres nos principais bairros operários”⁶²⁴. Refira-se, ainda, o Centro Feminino de Educação Social, criado no Porto em 1925 e que no mesmo ano publica um manifesto em que apela à mobilização das “mães, esposas, filhas, mulheres das fábricas e dos *ateliers*” contra as deportações e prisões de operários, sublinhando a urgência de a mulher portuguesa afirmar a “nota vibrante, esse traço vigoroso, essa sua nítida feição de feminismo sensibilizador perante as atrocidades que os cruéis governantes desta abandonhada república estão perpetrando contra o operariado”⁶²⁵.

Infelizmente, é pouca ou nenhuma a informação disponível sobre a actividade destas mulheres e destes grupos. A imprensa, quando se refere às suas actividades, nunca o faz com grande detalhe. A sua presença surge, normalmente, nas entrelinhas ou em segundo plano. Mesmo nas conferências ou congressos em que os assuntos abordados respeitavam à situação das mulheres no movimento libertário e no movimento operário, era a voz masculina que predominava. As teses que discutiam a situação das mulheres na indústria ou nos sindicatos, inclusivamente no período em que estes temas saltaram para o topo das discussões em curso, continuavam a ser redigidas e discutidas maioritariamente por homens. Como exemplo, no I Congresso Confederal, IV Nacional, em 1925, a tese “A defesa das mulheres e menores no trabalho” é subscrita unicamente por homens (Manuel da Silva Campos, Carlos Maria Coelho, Lúcio Costa, Luís Gonzaga, Joaquim de Sousa, Manuel Henriques Rijo, Manuel Joaquim de Sousa e Manuel Nunes)⁶²⁶. A hegemonia masculina fazia-se sentir até nas actividades dos grupos exclusivamente femininos, como o referido “Luisa Michel”. Numa “sessão de propaganda feminina”, realizada no Centro Comunista Libertário com a promoção deste grupo, a maioria dos oradores eram homens (Vieira Alves, Serafim Cardoso Lucena, Inácio Martins e Ribeiro Dias), cabendo apenas a introdução a Margarida Barros e uma intervenção a Felismina Virgínia⁶²⁷.

Era, portanto, nos termos e de acordo com prioridades e preocupações definidos pela esmagadora preponderância masculina que a questão feminina se manifestava nas acções e na propaganda libertária. Todavia, e mesmo que num plano relativamente

⁶²⁴ Na secção “Vida Anarquista”, Anon. “Grupo Feminino Libertário ‘Luisa Michel’, *A Batalha*, n.º 1742 – Ano VI, 30 de Julho de 1924, p. 3.

⁶²⁵ Anon., “Um manifesto contra as deportações”, *A Batalha*, n.º 2127 – Ano VII, 6 de Novembro de 1925, p. 2.

⁶²⁶ Silva Campos et al, “A defesa das mulheres e menos no trabalho”, *A Batalha*, n.º 2060 – Ano VII, 20 de Agosto de 1925, p 4. (continua nos números seguintes).

⁶²⁷ Anon. “Propaganda feminina”, *A Comuna*, n.º 90 - Ano V- Série II, 30 de Novembro 1924.

acessório, o reconhecimento da importância da emancipação das mulheres mereceu a atenção de muitos militantes anarquistas desde cedo. Sem constituir uma das principais causas do movimento e sem merecer a mesma visibilidade e constância dedicada a outros assuntos nas páginas da sua imprensa, os textos e as intervenções públicas que procuravam chamar a atenção para a importância da discriminação e da exploração com base no género apareciam com regularidade. Na sua doutrina, a emancipação integral do indivíduo incluía sem distinção, pelo menos abstractamente, tanto o homem como a mulher. Os anarquistas reconheciam que a mulher se encontrava numa posição de inferioridade face aos homens, como consequência, principalmente, das condições sociais existentes. A igualdade entre os sexos integrou, portanto, o repertório de ideias e lutas libertárias. Mas vejamos em que termos tal sucedia.

7.2 – O amor livre

Manuel Joaquim de Sousa, num pequeno texto autobiográfico sobre as primeiras décadas da sua vida, destaca a importância que teve na sua formação a leitura de um livro dedicado às mulheres, a *Cartilha de Instrução Social: A Mulher*, escrito pela anarquista espanhola Soledad Gustavo (pseudónimo de Teresa Mañé) e traduzido para português em 1901 por J. Sesuirosa (pseudónimo do anarquista João de Sousa Reis)⁶²⁸. Além de ter contribuído para enraizar o ideal libertário no autor, Manuel Joaquim de Sousa afirmava que com essa leitura ter-se-ia radicado no seu espírito “o respeito pelas mulheres e um grande anseio por que elas se libertassem, como os homens, de preconceitos falsos e procurassem emancipar-se”, levando-o a corrigir nos seus comportamentos “veleidades e abusos amorosos, próprios da idade, da educação e do ambiente ‘donjuanesco’”. A leitura da obra incentivou-o “a catequizar as raparigas que o acaso aproximava de mim”, mas deparou-se, contudo, com a incompreensão face a “doutrinas para elas tão exóticas e jamais pressentidas”, consequência, segundo o seu entender, da condição de “escravas seculares duma moral convencional e falsa” e do medo de afirmar “uma vida de luta pela sua emancipação, pela proclamação dos seus direitos de liberdade e igualdade social e humana”.⁶²⁹

⁶²⁸ Gustavo, Soledad, 1901, “*A mulher*”, Porto: Typographia Gutenberg. Manuel Joaquim de Sousa afirma ter lido o livro com 19 anos, supondo-se portanto que o fez em 1902. O livro foi originalmente publicado em 1890. Teresa Mañé foi a mãe da conhecida militante anarquista espanhola Federica Montseny.

⁶²⁹ Joaquim de Sousa, Manuel, 1989, *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante*, Lisboa: Antígona, p. 167

Foi, fundamentalmente, nos termos que encontramos nas palavras de Manuel Joaquim de Sousa que a questão da emancipação feminina se começou por colocar entre os anarquistas portugueses. O reconhecimento da “igualdade social e humana”, por referência ao género sexual, surgiu em especial no âmbito da defesa do chamado “amor livre”. Por este defendia-se que a união entre o homem e a mulher devia ser o resultado de uma vontade mútua, livre e entre iguais, motivada pela atracção e pelo amor. O casamento, quer este fosse sancionado pela Igreja ou pelo Estado, era um dos factores que no entender dos anarquistas e dos proponentes do amor livre contribuía para a subordinação das mulheres aos homens. Neno Vasco chamava-lhe “a ficção jurídica do amor”⁶³⁰ e para Bento Faria a família” que “a moral manda respeitar” era uma “instituição (...) que consiste dum marido que goza dum pleno direito, garantido por lei, de governar a sua companheira de existência, à qual impõe deveres e obrigações e a quem faz sua escrava”⁶³¹. A importância que esta questão teve para os anarquistas é notória desde o eclodir das suas ideias Portugal. Na já citada “carta fundadora” do anarquismo no país, a Declaração de Princípios do Grupo Comunista Anarquista de Lisboa, estatuiu-se, na segunda alínea, a rejeição da “legalidade imposta pelo estado ou pela religião à constituição da família”⁶³².

O amor livre ia, porém, para lá do problema das uniões sancionadas pelo Estado ou pela Igreja e conectava-se com as múltiplas dimensões quotidianas e estruturais em que se devia operar a transformação humana. Pressupunha-se que numa sociedade patriarcal as mulheres eram impelidas para o casamento por preconceitos morais e necessidades económicas, o que agravava a sua dependência do homem. “A solução dos problemas do amor está no comunismo”, dizia-se numa rubrica de *A Sementeira* dedicada ao tema, pois “o amor é inseparável da questão da vida económica” e “tem sido sempre escravo da propriedade e do capital”⁶³³. Neno Vasco sublinhava que a superação da questão da formalização legal do casamento era “um passo nulo, por vezes mínimo, para a liberdade do amor”. Como causas mais determinantes para o “amor escravo”, Vasco apontava questões que se manifestavam a montante e a jusante da

⁶³⁰ Zeno Vaz (pseudónimo de Neno Vasco), “Notas perdidas”, *A Sementeira*, 1ª série, n.º 42, Abril de 1912, p. 2.

⁶³¹ Faria, Bento, “A ilusão do livre-arbítrio”, *Amor e Liberdade*, N.º 1 – 2.ª Série, 1 de Maio de 1905., p. 3-8.

⁶³² In “Declaração de Princípios do Grupo Comunista-Anarchista, em Lisboa”, in *A Revolução Social*, n.º 10, 18 de Março de 1888.

⁶³³ Luís, José, “Notas para um dicionário, 27 – Amor livre”, *A Sementeira*, n.º 10 – 1ª Série, Junho de 1909, p. 8.

questão legal do matrimónio, como a “dependência económica, a situação dos filhos, o medo à violência e à vingança, o pavor das conveniências sociais, as diferentes formas de coacção directa ou indirecta, que entre si se amparam e se produzem, provocando uma opinião rotineira que constitui o seu ambiente moral e necessário, e que sanciona e poetiza enquanto simpáticos dramas passionais mesmo as mais selváticas e odiosas expansões da brutalidade física”⁶³⁴.

Entre as formas de “coacção directa ou indirecta” que decorriam da desigualdade instituída entre homem e mulher, e que tantas vezes resultavam em – e legitimavam – crimes passionais, estava o princípio da propriedade privada, que se considerava regular o casamento. As mulheres, pelo casamento, segundo Pinto Quartim, eram “obrigadas a prestar obediência [aos] maridos como se d’eles fosse[m] propriedade”⁶³⁵ e Campos Lima destacava que o amor – “a mais pura expressão de igualdade” – encontrava “no casamento a mais decidida condenação”, por fazer da mulher “uma criada às ordens do marido” e por impor regras derivadas de códigos que tinham “por fim regular a propriedade individual”⁶³⁶. Considerava-se que a lei e a moral vigentes reforçavam o direito de posse do homem sobre a mulher e uma das suas piores consequências seria o ciúme, motivo de vinganças e violências agravadas pelo alcoolismo e pela frequência da taberna⁶³⁷. A propósito de um feminicídio, motivado pela alegada infidelidade da mulher, Cristiano Lima criticava a população, “embriagada por sentimentos bárbaros” e “dominada por preconceitos assassinos”, que se manifestava em defesa do autor do homicídio, recordando que o crime passionais era algo característico dos “países atrasados e imbuídos de bárbaros preconceitos”⁶³⁸. Noutro texto, em que se repudiava a tolerância da lei e da moral perante o homem “vítima” de adultério que recorria ao homicídio, um autor defendia a dignidade da “mulher que foge ao marido de quem não

⁶³⁴ Vasco, Neno, “Noções rudimentares sobre amor livre”, *A Sementeira*, n.º 5 – 2ª série, Maio de 1916, pp. 4-5.

⁶³⁵ Quartim, *Mocidade...*, p. 44.

⁶³⁶ Campos Lima, *A questão social*, p. 25.

⁶³⁷ Ver, por exemplo, o drama de Bento Faria, “O delírio do ciúme”, *Amor e Liberdade*, n.º 2 – 1ª Série, 15 de Fevereiro 1904, pp. 25-28.

⁶³⁸ Lima, Cristiano, “O homem que matou para vingar a sua honra...”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 92 – Ano II, 31 de Agosto de 1925, p. 4. Ver, também sobre a violência nos casos de infidelidade, Ábilos, “A escravidão da mulher”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 94 – Ano II, 14 de Setembro de 1925, p. 5. As notícias referentes a cenas de violência de homens sobre mulheres cuja a motivação era o ciúme, apareciam, frequentemente, no jornal *A Batalha* com títulos como “As vítimas do ciúme”.

gosta” e considerava-a mais digna de respeito “do que aquela que a ele se dá por a isso a escravizar a lei”⁶³⁹.

A correspondência entre casamento e prostituição era frequentemente sublinhada pelos libertários. A prostituição começava naquele “que se une para que se lhe cuide da roupa ou dos calos”⁶⁴⁰ e revelava-se, principalmente, na reprodução da lógica da propriedade privada e na motivação económica que partilhavam. Os argumentos que sustentavam a crítica a um e a outro confundiam-se em muitos pontos: ambos funcionavam de acordo com a repudiada lógica comercial, ambos derivavam da crença na superioridade do homem sobre a mulher e ambos tinham por causa as desigualdades sociais. Para Campos Lima, essa equivalência dava-se por um e outro responderem “aos interesses puramente materiais dos cônjuges” e porque no casamento “a mulher, sujeita à vontade do marido, sem que para ele fosse atraída por uma forte simpatia, sofrerá a humilhação de se entregar sem prazer, por imposição apenas de circunstâncias monetárias”⁶⁴¹. Na atitude do Estado perante a prostituição, os libertários, em especial os abolicionistas, viam uma tolerância negligente, com uma regulação motivada por uma falsa preocupação com a “higiene pública” e com o interesse em arrecadar impostos que só servia para lhe conceder “um carácter oficial”⁶⁴². José Benedy, por exemplo, afirmava sobre o assunto que “a humanidade não tem podido subtrair-se à influência corrosiva e dissolvente dessa mesma legislação, com a qual e muito principalmente se tem querido e conseguido consolidar o regime da propriedade privada, que é fonte ubérrima das mais superlativas e intoleráveis monstruosidades, sendo uma destas a posse ou a compra da mulher como simples objecto de momentâneo prazer”⁶⁴³. Neno Vasco, em termos mais duros, no texto citado atrás, referia-se à prostituição como o “protótipo do amor escravo, um dos cancros gerados pelo regime da propriedade privada e do salariato”⁶⁴⁴.

⁶³⁹ Deus do Diabo, “Amor livre”, *Amor e Liberdade*, n.º 3 – 1ª série, 1904, p. 39

⁶⁴⁰ Deus do Diabo, *ibidem*, p. 38.

⁶⁴¹ Idem, *A questão social*, p. 23. Também Gonçalves Correia, “O casamento”, *A Batalha*, n.º 1427 – Ano V, 19 de Julho de 1923, p. 1. E ainda Ferreira de Castro que afirma que “o casamento é uma fórmula de comprar disfarçada...”, em “Nova carta a uma veraneante”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 95 – Ano II, 21 de Setembro de 1925, p. 4.

⁶⁴² Anon., “As principais causas da prostituição”, *A Batalha*, n.º 1764 – Ano VI, 24 de Agosto de 1924, p. 1.

⁶⁴³ Benedy, José, “A prostituição”, in *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 25 – Ano I, 19 de Maio de 1924, p. 3.

⁶⁴⁴ Vasco, Neno, “Noções rudimentares sobre amor livre”, *A Sementeira*, n.º 4 – 2ª série, Maio de 1916, p. 4.

A oposição à prostituição não era redutível a uma atitude puritana perante a questão do desejo e do prazer sexual. A cada um era reconhecido o direito de decidir sobre o seu próprio corpo, pois só o próprio sabe “o que ele quer, o que [lhe] pede, a satisfação que procura”⁶⁴⁵. Alguns autores defendiam, inclusivamente, a “poliandria, poligamia, adultério e divórcio” contra uma “lei que se deve desprezar”⁶⁴⁶, embora fosse igualmente comum encontrar outros que viam no amor livre “a mais verdadeira afirmação da monogamia”⁶⁴⁷. Mas a apologia da liberdade sexual entre homem e mulher e do direito ao prazer faziam-se, especialmente, através da promoção do controlo da natalidade e da libertação da sexualidade do “dever da procriação”. Nestes termos, era em boa medida contra a moral religiosa que se clamava. Bento Faria defendia o “amor estéril” contra o “amor fecundo”, que fazia da maternidade a “única razão de ser”, baseado numa “doutrina tirânica e cruel” que “coloca a criatura humana entre os sofrimentos da castidade absoluta e os da fecundidade sem limites”⁶⁴⁸. Para este combate pelo prazer sexual, muito contribuiu a popularidade dos ideais neomalthusianos entre os anarquistas⁶⁴⁹. Muitos dos seus defensores partilhavam com o economista e pastor protestante Thomas Malthus uma visão pessimista sobre o crescimento populacional, mas, contra a solução por este proposta, todos se opunham à castidade e à abstinência como soluções para o problema. A defesa de “uma proliferação voluntária, meditada e consciente”, sem o sacrifício da “voluptuosidade do amor”, ficou imediatamente estabelecida no trabalho que constituiu “a primeira defesa pública”⁶⁵⁰ do neomalthusianismo em Portugal, a tese de Ângelo Vaz, apresentada à Escola Médica do

⁶⁴⁵ Deus do Diabo, “Amor livre”, *Amor e Liberdade*, , n.º 3 – 1ª série, 1904, p. 39

⁶⁴⁶ Idem, *ibidem*. Ver, também, Ângelo Jorge que sem defender explicitamente a poligamia afirmava que “o casamento monogâmico é uma imoralidade”, in “Pelas crianças”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 78 – Ano II, 25 de Maio de 1925, p. 4 (Ângelo Jorge faleceu em 1922, como tal este texto terá sido escrito anos antes; não tem, contudo, indicação do lugar da publicação original); Ferreira de Castro, “Nova carta a uma veraneante”, p. 4. A questão do divórcio não se colocava entre os anarquistas; para lá da sua natureza jurídica, o amor livre pressupunha a liberdade de cessar a relação quando qualquer dos cônjuges o entendesse.

⁶⁴⁷ Curvelo de Mendonça, num “romance social” publicado n’*A Batalha*, distinguia a “monogamia mentirosa, convencional e podre” da sociedade coeva do amor livre que via como “a verdadeira afirmação de monogamia”, in “Regeneração”, *A Batalha*, n.º 97 – Ano I, 1 de Junho de 1919, p. 3. Ângelo Jorge, em contraste com o exemplo da nota anterior na sua fase mística e naturista mais intensa, defende, na sua “novela naturista”, *Irmânia*, o amor livre e condena a poligamia, cf. Jorge, *Irmânia*, p. 76 (o que nos faz pressupor que o texto da citação anterior foi publicado antes da publicação desta novela).

⁶⁴⁸ “Amor fecundo e amor estéril”, *Terra Livre*, n.º 7 – 1.º Ano, 27 de Março de 1913, p. 7.

⁶⁴⁹ Para um estudo do neomalthusianismo entre os anarquistas portugueses ver Freire, João e Lousada, Maria Alexandre, 2012, *Greve de Ventres! Para a história do movimento neomalthusiano em Portugal: em favor de um autocontrolo da natalidade*, Lisboa: Edições Colibri.

⁶⁵⁰ Freire e Lousada, *ibidem*, p. 51

Porto em 1902 e publicada em livro no mesmo ano⁶⁵¹. Seria em parte em torno das questões do prazer e da natalidade que o neomalthusianismo se afirmaria em Portugal nos anos seguintes. Com o tempo, cresceria em importância a centralidade da afirmação do “direito ao prazer” e a remissão da questão da natalidade para um plano secundário, tal como veremos no capítulo seguinte.

7.3 – A educação da mulher e as “pequenas revoluções nos costumes”

Nestes primeiros anos de expansão do anarquismo em Portugal, como vimos até aqui, a desigualdade entre o homem e a mulher tendeu a ser tratada principalmente no âmbito das relações privadas e afectivas. Entre as causas da sua exploração, como nos sugerem as palavras de Manuel Joaquim de Sousa atrás reproduzidas, destacavam-se os efeitos dos “preconceitos falsos” e “duma moral convencional e falsa”, o que se aplicava tanto aos homens como às mulheres. A base moral da crítica à desigualdade entre os sexos encontrava na defesa da educação feminina o meio privilegiado para inverter a situação, entendendo-se, na típica linha libertária, que só uma educação racional permitiria combater a moral burguesa e a superstição religiosa. A religião constituiria um dos principais obstáculos à emancipação das mulheres, vistas como especialmente permeáveis à influência dos agentes religiosos e ao “fanatismo da credence”⁶⁵². Só o acesso à educação permitiria destruir a “lenda caluniosa” do cristianismo sobre a inferioridade da mulher⁶⁵³. A burguesia, por outro lado, distinguia-se da moral religiosa mas substituí-a superstição por outros “preconceitos falsos”. A mulher devota dava lugar à mulher superficial, vaidosa e ostentadora, mantendo a mulher operária igualmente sujeita a certas desigualdades de poder que assentavam, principalmente, na classe social. Para a burguesia, além disso, a luta pelos direitos políticos sobrepunha-se à luta pela igualdade económica. Essas características atribuídas às mulheres burguesas surgiam habitualmente como forma de afirmar a distinção (e a distância) de classe da mulher operária. Não se pense, contudo, que apenas a religião e a burguesia eram vistas como responsáveis pela disseminação dos “falsos preconceitos”;

⁶⁵¹ Cf. Vaz, Ângelo, 1902, *Neo-malthusianismo*, Porto: Typ. Da Empresa Litterária e Typographica, p. 104 Como veremos no capítulo seguinte, alguns neomalthusianistas partilhavam com o pastor protestante Thomas Malthus algumas conclusões da sua “lei da população”, mas a recusa da abstinência social como solução para travar o crescimento populacional era ponto assente entre todos.

⁶⁵² Gustavo, *ibidem*, p. 64.

⁶⁵³ Salgado, Heliodoro, “A emancipação da mulher”, *A Obra*, Ano VII – N.º 311, 3 de Fevereiro de 1901, p. 1.

os operários eram igualmente acusados de contribuírem para a persistência dessa influência, condicionando o acesso à educação.

A defesa da educação conjunta dos dois sexos era uma das formas defendidas para reverter essas desigualdades nas suas diversas dimensões. Deolinda Lopes Vieira considerava-a “uma inovação importante” que “fará desaparecer toda essa espécie de despeito que hoje existe entre o homem e a mulher”⁶⁵⁴. A Escola-Oficina N.º 1, onde Deolinda Lopes Vieira leccionou, oferece-nos um exemplo – em alguns aspectos muito assinalável – da forma como os libertários entendiam a coeducação, promovendo a participação de ambos os sexos em disciplinas técnicas que, usualmente, reproduziriam uma divisão do trabalho com base no género⁶⁵⁵. Num parecer sobre a execução do ensino da coeducação na escola, redigido por Camila de Carvalho, uma professora contratada com a entrada em vigor desse programa, afirmava-se que “não há nem deve haver profissões para cada sexo, muito embora haja funções especiais e aptidões” (uma referência ao que chamava “a arte de tratar e educar a primeira infância”), sublinhando, contudo, que o homem devia partilhar os trabalhos caseiros. Em conclusão, reafirmava-se a ideia de que “a educação deve ser igual para os ambos sexos” e que, “no que respeita a trabalhos manuais educativos, também não deve haver diferenças. O que se ensina a um sexo deve ensinar-se a outro”⁶⁵⁶.

Como nos mostra a criação dos cursos de Ciências e Artes Caseiras e Ciências e Artes Culinárias no âmbito da implementação do programa de coeducação na referida escola, cursos esses especialmente vocacionados para as raparigas, a divisão sexual do trabalho não seria totalmente descartada. Todavia, em consonância com o princípio de que não haveria profissões específicas para cada sexo, e com o de que a educação devia ser igual para ambos, tais cursos eram ministrados obrigatoriamente e de forma indistinta a rapazes e raparigas entre os 7 e os 11 anos de idade; depois dessa idade, passavam a ser de carácter opcional, considerando-se “lógico e humano que se um rapaz

⁶⁵⁴ Vieira, Deolinda Lopes, “Sobre educação integral”, *Amanhã*, nº 1 – I Série, 1 de Junho de 1909, p. 5.

⁶⁵⁵ A coeducação na Escola-Oficina só seria concretizada em 1913, o que, como destaca António Candeias, não se fez sem algumas resistências, nomeadamente da parte da direcção que, para o fazer, exigia condições especiais para as raparigas admitidas. O Conselho Escolar, onde se reunia a “força” libertária da escola, por outro lado, manifestava, em 1912, que “foi unanime em considerar a admissão de alunas como uma necessidade para se completar o trabalho que a Escola-Oficina tem pretendido realizar, encarando a coeducação como um factor da mais alta importância na correcção dos defeitos habituais de cada sexo e como um preparo natural para a vida futura do aluno em sociedade”. Defendia, além disso, que “as regras para a admissão de alunas, deverão ser iguais às que se estabelecem para a de alunos”. Candeias, *Educar...*, p. 334.

⁶⁵⁶ Idem, ibidem, p. 336.

quiser seguir um desses cursos, deve ser-lhes permitido, assim como a uma rapariga que quisesse ser entalhadora, marceneira ou escultora estucadora, também deve permitir-se”⁶⁵⁷.

É possível reconhecer por trás da ambiguidade em não reconhecer profissões específicas para cada sexo e, ao mesmo tempo, criar cursos que tinham em vista o sexo feminino, ainda que abertos a rapazes e raparigas, um provável cuidado estratégico face às resistências da direcção da escola. Afinal, a ideia de igualdade de género proposta parecia ter alguma unanimidade e era afirmada pelos diversos elementos da escola, como Camila de Carvalho e o Conselho Escolar. Adolfo Lima, uma das suas principais figuras, defendia peremptoriamente que “o que nós devemos reclamar não é uma educação para a mulher, mas a educação para a mulher”⁶⁵⁸.

A eventual unanimidade neste contexto não esconde, porém, a percepção e as intensões disseminadas de forma mais transversal pelo movimento operário e libertário. A essa escala mais abrangente, a ênfase na educação como forma de emancipação feminina continha uma diferenciação menos ambígua dos papéis de género. A importância da instrução feminina apresentava-se, em grande medida, como uma forma de assegurar o sucesso da missão doméstica que se considerava ser primordialmente da mulher: a de educadora das gerações futuras, a de cuidadora do lar e a de companheira e suporte do esposo. Assim, em 1902, uma militante, Rebeca, apelava à emancipação da mulher para pôr fim à “mártir do lar doméstico e [à] escravidão a que a mulher se vê reduzida”, pois esta seria “a educadora do mundo inteiro; sois a primeira mestra da criancinha, aquela que lhe guia os seus primeiros passos, e quem lhe fez balbuciar as primeiras palavras”⁶⁵⁹. Mais tarde, num contexto em que a discussão tinha passado a concentrar-se na sindicalização e no trabalho feminino, Anibal Queiroga mantinha que o “grande e sublime papel” destas passava por “encorajar os homens para a revolta e pacificá-los depois da transformação operada”⁶⁶⁰. Para a concretização desse desígnio, Emílio Costa mantinha como fundamental que se prestasse atenção à educação da mulher para a atrair para as reuniões associativas e garantir que no pós-revolução a “mulher renuncie a receber auxílio do burguês e do padre”. Era para isso necessário

⁶⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 336.

⁶⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 330.

⁶⁵⁹ Rebeca, “A liberdade da mulher”, *A Ideia*, n.º 4 – Ano I, 30 de Novembro de 1902, p. 4.

⁶⁶⁰ Queiroga, “Mulheres, escutai!”, *Aurora Social*, n.º 4, Fevereiro de 1920., Ver, também, um texto sobre o contributo da mulher para a *Casa dos Trabalhadores*, em que se afirmava que “a mulher, (...) pelo seu trato, mais ou menos convincente e terno, influi sobre as opiniões do marido, do irmão ou do pai”, in Anon, “A Casa dos Trabalhadores”, *A Batalha*, n.º 307 – Ano I, 4 de Janeiro de 1920, p. 1.

“amenizar por um lado e sanear por outro as nossas reuniões” e ajustar a propaganda às especificidades femininas:

as ideias de revolta e de emancipação devem ser-lhes dadas na forma literária que mais se harmoniza com a sua maneira de ser e que ela procura: o romance ou o teatro. Se assim não se fizer, nove vezes sobre dez, aborrecer-se-á, largando a leitura e indo procurar o folhetim ou o boletim barato que lhe conta aventuras de amor ou de ciúme, de perdão e de vingança, de ambição e de sacrifício, de tudo, enfim, que é sentimento e paixão.⁶⁶¹

A integração das mulheres nos processos de luta levava-as, agora, para lá do lar, mas para fazer delas propagandistas, cuja principal influência se manteria, antes de mais, na esfera relacional e enquanto apoio ao homem. Fazer de cada mulher uma propagandista permitiria “a eclosão de pequenas revoluções nos (...) *costumes*, que serão o prelúdio da grande Revolução que pretendemos realizar – a grande Revolução que emancipe todo o género humano”⁶⁶². O caminho para a revolução incluía a mulher, mas, para muitos militantes, a linha da frente das lutas continuaria a ser do homem.

7.4 – Sufragismo, direitos políticos e feminismo

A oposição dos anarquistas ao Estado e o seu abstencionismo militante nunca permitiu que a questão dos direitos políticos da mulher, dominada pela defesa do sufrágio, suscitasse interesse entre os seus militantes, fossem eles homens ou mulheres. Constituiu, na verdade, um dos pontos de fractura com o movimento feminista republicano. Para os homens e para as mulheres anarquistas, o direito de voto podia ser vantajoso para as mulheres burguesas, mas era indiferente às operárias. Ignorava as condições de vida da classe operária e o peso que a classe social tinha enquanto factor de opressão adicional sobre as mulheres. Nas versões mais diplomáticas, os anarquistas reconheciam que a concessão do direito de voto teria a sua importância por constituir a abolição de um privilégio⁶⁶³ e por que, “se o homem tem a liberdade de fazer essa

⁶⁶¹ Costa, Emílio, “A Revolução sem ditadura – Uma obra indispensável”, *A Batalha*, n.º 669 – Ano II, 13 de Fevereiro de 1921, p. 1. No inquérito realizado em 1924 no suplemento semanal do jornal *A Batalha*, sobre quais os meios a desenvolver para incentivar a mulher a sindicalizar-se, praticamente todos os correspondentes sublinham a necessidade de criar uma propaganda especialmente vocacionada para esta. Este inquérito será abordado com mais detalhe à frente.

⁶⁶² Anon, “O voto para o sexo feminino – O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas reivindica esse direito”, *A Batalha*, n.º 1915 – Ano VI, 21 de Fevereiro de 1925, p. 1.

⁶⁶³ E.g. Vasco, Neno, “O feminismo e a mulher proletária”, *Terra Livre*, n.º 7 – 1.º Ano, 27 de Março de 1913, p. 5.

asneira, também a mulher a deve ter”⁶⁶⁴. Mas, no geral, o feminismo sufragista era descartado como um movimento burguês, desinteressado das condições de vida das mulheres operárias, incapaz, por isso, de lhes trazer qualquer benefício. Segundo um militante,

que lhes serviria a igualdade de direitos políticos se lhe negam a igualdade de direitos económicos? Que lhe interessaria o direito a ser elegível e a governar a nau ministerial se ela não deixaria de ser a eterna escrava do homem, desse homem que lhe concede direitos políticos, mas que a quer ver eternamente cingida pelo elo das convenções sociais que dá ao homem a categoria de sexo forte e que deprime a mulher relegando-a para a categoria do sexo fraco?⁶⁶⁵

Num texto publicado n’*A Batalha* e dirigido ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, assumia-se o apoio à reivindicação do direito a votar, mas sublinhando-se que “depois de obtido esse direito não o devem exercer”, em coerência com a postura abstencionista que defendiam. Com esta posição pretendia-se redireccionar a acção do Conselho para que a exercesse “de preferência junto da mulher do povo, a que mais sofre, a que suporta o peso mais esmagador da tirania que a sociedade exerce sobre a mulher”⁶⁶⁶. No fundo, para usar as palavras de Neno Vasco, defendia-se que “as operárias não precisam de fazer feminismo mas luta de classes”⁶⁶⁷. A subordinação da luta pela emancipação feminina à luta de classes estabelecia a superioridade da questão económica e social face a qualquer outra condicionante e negava a autonomia da questão feminista enquanto causa. Em rigor, alguns operários e libertários recusavam a própria ideia de feminismo. Numa saudação e mensagem de apoio enviada ao 1.º Congresso Feminista e de Educação, Manuel da Silva Campos, na condição de secretário-geral da C.G.T., confirmava essa posição como a do movimento operário organizado, acrescentando que, apesar desse apoio, estavam “absolutamente convencidos de que *não há um problema feminista a resolver*, mas uma questão social a solucionar, isto é, que a emancipação moral e política do género feminino depende da libertação económica dos povos da classe detentora dos meios de Produção e de Vida”⁶⁶⁸.

⁶⁶⁴ E.g. Anon., “O voto para o sexo feminino...”, p. 1.

⁶⁶⁵ Anon., “Igualdade de direitos para a mulher, mas de direitos económicos e morais”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 158 – Ano IV, 6 de Dezembro de 1926, p. 4.

⁶⁶⁶ Anon., “O voto para o sexo feminino...”, p. 1.

⁶⁶⁷ Vasco, “O feminismo e a mulher proletária”, p. 5.

⁶⁶⁸ Itálico nosso. Campos, Manuel da Silva, “Expediente – Da Confederação Geral do Trabalho – Ao 1.º Congresso Feminista e de Educação”, in Brazão, Arnaldo, 1925, *O Primeiro Congresso Feminista e de Educação*, Lisboa: Edições Spartacus, pp. 230-1.

Entre as militantes republicanas, houve algumas que se destacaram pela sua proximidade com o movimento operário e pelas relações com os libertários. Maria Veleda (1871-1955), professora e escritora, defendeu, em oposição a outras feministas que integraram a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), nomeadamente Ana de Castro Osório, que o sufrágio devia ser reconhecido às mulheres independentemente do seu nível de instrução, capital económico e profissão⁶⁶⁹. Para Veleda, “a emancipação económica das mulheres era muito mais importante que o alargamento do sufrágio universal”⁶⁷⁰. Estas duas posições são ilustrativas da sua preocupação com as mulheres operárias e de uma postura interclassista que contrastava com o elitismo do feminismo republicano⁶⁷¹. Maria Veleda seria também a tradutora da obra *A Dor Universal*, do anarquista Sebastien Faure⁶⁷². Angelina Vidal (1853-1917), jornalista, professora e escritora, foi outra militante feminista próxima de diversas classes profissionais operárias e colaborou com a imprensa operária e anarquista, nomeadamente os jornais *A Obra*, *A Greve* e a revista *Luz e Vida*, do anarquista português Ângelo Jorge. A sua popularidade no meio operário, notória desde cedo, levou a que em 1901 este se mobilizasse para ajudá-la financeiramente quando enfrentou dificuldades e teve que lidar com uma situação particularmente precária⁶⁷³.

⁶⁶⁹ Logo em Outubro de 1910, com a instauração da República em Portugal, a LRMP entrega uma petição ao Governo Provisório em que pedia o voto “para toda a mulher comerciante, industrial, empregada pública, administradora de fortuna própria ou alheia, diplomada com qualquer curso científico, literário ou escrita”. Em 1915, uma Representação assinada por Ana de Castro Osório e entregue ao Governo e Parlamento portugueses, pediam a concessão “do voto às mulheres diplomadas em cursos superiores”. Cf., Reynolds de Souza, Maria, 2013, *A Concessão do Voto às Portuguesas*, Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, pp. 11 e 13. Acrescente-se que aquando da criação da LRMP (1908), o histórico republicano António José de Almeida (que mais tarde seria o 6.º Presidente da República) opôs-se à integração de Maria Veleda, alegando que era “demasiado ‘vermelha’ e poderia por isto mesmo intimidar as mulheres, até certo ponto conservadoras que pretendessem ingressar na Liga”, o que fez com que não integrasse a direcção fundadora, cf. Maria Veleda, “Memórias de Maria Veleda”, in *República*, 9 de Março de 1950, em *Casa Comum - Fundação Mário Soares* – Fundo de Alberto Pedroso, Pasta: 09795.061, p. 11 (online em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09795.061> – acedido a 03-01-2020).

⁶⁷⁰ In Gama, Olinda, 2014, *Anarquismo e relações de género – o olhar anarquista do início do século XX*, Tese de Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, p. 33-4. Em 1910, Veleda defendia que “a questão económica é, sem dúvida, a primeira razão para que exista o feminismo” e dizia-se anti-sufragista, “mas, se o fosse, pediria tudo, e, se não dessem tudo, não aceitaria nada”, *apud*. Tavares da Silva, Maria Regina, 1983, “Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras no início do século XX”, *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), p. 892.

⁶⁷¹ Sobre a divisão na Liga entre as militantes conservadoras e as militantes revolucionárias (que Maria Veleda afirmava serem em maior número), ver Veleda, *Memórias*, pp. 19 e ss.

⁶⁷² Faure, Sebastien, 1910, *A Dor Universal*, Lisboa: Guimarães & Ca.

⁶⁷³ Em 1901, a *Sociedade de Instrução e Beneficência “A Voz do Operário”* reconhecia “os altos serviços prestados especialmente à classe dos manipuladores de tabaco e em geral a todo o povo trabalhador por D. Angelina Vidal”, propondo um vencimento mensal para a auxiliar “em troca de qualquer trabalho espontâneo que queira e possa prestar a esta Sociedade”. A proposta foi aprovada mas sem unanimidade, com alguns operários a pronunciarem a sua oposição e a votarem contra, debate esse que se prolongou

Finalmente, Adelaide Cabete, médica e professora, deu especial atenção às mulheres pobres no seu percurso⁶⁷⁴. Tal como referimos atrás, foi principalmente pela promoção da puericultura que se pautou a sua colaboração com a imprensa libertária e com o movimento operário. A partir de 1924 foi colaboradora do suplemento semanal de *A Batalha*⁶⁷⁵. Também sinal da sua afinidade com os ideais libertários foi o nome que adoptou enquanto maçon na loja Humanidade do Grande Oriente Lusitano: Louise Michel. Apesar das afinidades libertárias, não deixou de ser criticada por alguns militantes, como Cristiano Lima, e apelidada de “feminista burguesa”⁶⁷⁶.

7.5 – Economia, trabalho e sindicalização

Apesar das afirmações que sublinhavam a importância da independência económica da mulher para a sua libertação, o pleno reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora e agente da luta de classes seguiu um caminho lento e tortuoso até adquirir algum destaque no debate. A questão económica manteve-se, também ela, no geral, presa na esfera doméstica e era, acima de tudo, de acordo com esse contexto e o efeito que tinha nas relações privadas que a questão era abordada. A afirmação da mulher no espaço público continuou, por isso, a enfrentar um grande número de obstáculos. A libertação económica da mulher remetia quase exclusivamente para a libertação do trabalho assalariado e não para a defesa do direito ao trabalho enquanto meio para a independência económica. Tal como foi referido, não estava com isso em causa o reconhecimento de que a mulher operária era mais explorada do que o homem operário. Além de receber um salário inferior ao do homem pelo mesmo trabalho, era, também, a “escrava de um escravo”. Mas desta constatação não decorria, então, necessariamente, a aceitação plena do mesmo direito no acesso ao trabalho, nem tão pouco a defesa da sua sindicalização; era, antes, uma forma de justificar a necessidade de limitar o acesso das mulheres às fábricas. O principal propósito era garantir que a função que lhe era reconhecida socialmente não sofria interferências: a mulher devia continuar a ser, antes

durante algum tempo. Cf. Silva Pinto “Angelina Vidal”, *A Obra*, n.º 358 – Ano VII, 15 de Dezembro de 1901, p. 2.

⁶⁷⁴ A tese com que concluiu o curso na Escola-Médico Cirúrgica do Porto, em 1900, intitulava-se “Protecção às mulheres grávidas pobres como meio de promover o desenvolvimento físico das novas gerações”

⁶⁷⁵ Lousada, Isabel, 2008, “A batalha de Adelaide Cabete em *A Batalha* - higienismo no feminino” Magalhães, Maria José et al (coord.), *Quem tem medo dos feminismos?*, Vol. 2, Funchal: Nova Delphi, pp. 163-173

⁶⁷⁶ Lima, “A emancipação das mulheres”, *A Batalha*, n.º 1448 – Ano V, 12 de Agosto de 1923, p. 2.

de mais, mãe, esposa e cuidadora do lar. Em poucas palavras, assumia-se que a mulher era “uma das vítimas imoladas no altar capitalista”⁶⁷⁷, mas assim acontecia, principalmente, por via indirecta. A sua emancipação encontrava-se quase sempre dependente da emancipação masculina⁶⁷⁸. Na obra de Soledad Gustavo que temos usado como exemplo, quando a autora recusava que se impusessem deveres às mulheres “quando até o direito à vida digna lhe têm tirado”, como acontecia numa sociedade que “nos concede por igual trabalho (...), seja na fábrica, seja no atelier, (...) a metade do jornal do mesmo homem”⁶⁷⁹, o tradutor Sesuirosa adicionava uma nota que procurava amenizar o potencial alcance da afirmação, recordando os efeitos de se empregarem “mulheres em lugar de homens”. Esclarecia não querer com isso dizer

que a mulher não tenha igual direito de procurar emprego para os seus braços, mas a admissão das mulheres em serviços mais próprios para os homens, só deve ser permitido às que não tenham serviços domésticos nos próprios lares ou em outros, ou nos ateliers de vestuários femininos e de roupas brancas.⁶⁸⁰

Mesmo em posições que pareciam estabelecer sem ambiguidade “que todas as ocupações estejam abertas a todos”, como fazia César Porto, persistia o paradoxo de se assumir uma divisão do trabalho que considerava certas ocupações como mais adequadas às mulheres⁶⁸¹. Sem defender que essas ocupações “são, ou ficarão sempre, inacessíveis à mulher ou [são] inexecutáveis para qualquer mulher”, o acesso estaria dependente dum processo evolutivo que superasse o atraso que caracterizava a mulher na situação actual⁶⁸². Em suma, a relação da questão económica com a emancipação

⁶⁷⁷ Anon., “O trabalho das mulheres”, *A Greve*, n.º 140, 10 de Setembro de 1908, p. 1.

⁶⁷⁸ Esta precedência da emancipação masculina era, por vezes, feita em termos explícitos. Mas, independentemente destas contradições, acontecia, também, assumir-se que a emancipação masculina não seria possível sem a feminina. Dava-se ainda o caso de afirmações como “a mulher só será livre no dia em que o homem for livre” terem um sentido dúbio por pretenderem estabelecer não uma subordinação entre homem e mulher mas sim uma dependência mútua, segundo a lógica de “revolução total” libertária, em que nem o homem será livre enquanto a mulher não for e vice-versa, ver, por exemplo, Filho, Homem Cristo, “Feminismo de opereta”, *O Protesto*, n.º 9, 19 de Setembro de 1908, p. 1 (o artigo era, basicamente, contra o “feminismo burguês”).

⁶⁷⁹ Gustavo, *ibidem*, p. 25.

⁶⁸⁰ Sesuirosa em Gustavo, *ibidem*, p. 90 (nota 14).

⁶⁸¹ “(...) na enfermaria ou ainda na farmácia, a mulher estaria melhor do que o homem; a mulher alfaiate será um contra-senso; a mulher toureiro uma aberração”. Assinale-se que nos exemplos sugeridos não há nenhuma profissão industrial, o que entendemos acontecer mais por precaução do que pelo reconhecimento implícito do direito pleno a exercê-las. César Porto, “A Emancipação feminina e os seus contra-argumentos”, *A Sementeira*, n.º 12 – 1.ª Série, , Agosto de 1909, p. 91.

⁶⁸² “(...) para provar que a emancipação [da mulher] será um facto, melhor que outros argumentos serve o estudo da evolução”. César Porto escrevia, também, que “é inferior o salário da mulher porque ela terá menos necessidade. (...) Se é maior o desenvolvimento, mais são as necessidades – parece-se-nos regra geral”. Para a inferioridade do salário das mulheres, o autor afirmava que isso também se devia ao facto de que “a mulher conta ainda com o homem para a ajudar a viver”, por isso aceitava que a situação mudaria com a autonomização da mulher, isto é, “quando a mulher entenda que a independência é a sua

feminina teve sempre particularidades que distinguiam a mulher da situação do homem e, em certa medida, manteve-se durante muito tempo num plano secundário dos debates.

É por volta dos anos 20 que o problema começa a ter outra proeminência. As tensões decorrentes de um alegado aumento da presença das mulheres nas fábricas motivam discussões entre as classes operárias, o que leva as organizações sindicais a introduzir o tema com maior frequência nos seus congressos e comícios. Por trás desse aumento apontavam-se os efeitos da Grande Guerra, que tinha transformado “a mulher caseira” na “mulher proletária”⁶⁸³. Nesse contexto torna-se mais notória uma divisão entre aqueles que, por um lado, sublinhavam a importância da sindicalização da mulher e viam como legítima a sua aspiração à independência económica, e aqueles que, por outro lado, continuavam a considerar necessário restringir o seu acesso ao trabalho fabril para limitar as consequências que a sua entrada tinha nos salários e na própria estabilidade familiar.

Creemos, não obstante, que esta mudança no discurso não se deveu somente aos efeitos da guerra. Afinal “o problema da mulher” na indústria sempre se manifestou e os números da sua presença na indústria, na oficina e nos campos não parecem ter registado um aumento significativo nesse período. A entrada de mais mulheres em alguns sectores de onde antes estavam excluídas, ou em que ocupavam uma posição residual, pode ter-se verificado, mas a sua presença na indústria verificava-se desde meados do século XIX, intensificando-se com o crescimento das greves e outras formas de resistência operária. A defesa de um salário igual para homens e para mulheres e as discussões sobre a situação das mulheres na indústria é comum desde os primeiros congressos de classe realizados ainda no século XIX. Para o patronato, a contratação de mulheres, assim como a automatização do processo produtivo pela introdução das máquinas, foi uma das formas encontradas para responder a uma crescente conflitualidade laboral e manter as mais-valias⁶⁸⁴.

dignidade, quando queira sinceramente a sua emancipação, quando para a obter cultive tanto as faculdades como a maioria dos homens”. Idem, *ibidem*, p. 91.

⁶⁸³ Expressões de um texto não assinado, “A mulher proletária”, *A Batalha*, n.º 1840 - Ano VI, 21 de Novembro de 1924, p. 4.

⁶⁸⁴ Carlos da Fonseca inclui precisamente a utilização de mão-de-obra feminina – a que chama o “*tributo de sangue* das mulheres” (itálico no original) – como um dos “expedientes usados pelos industriais para manter elevada a taxa de mais-valia, sem que para isso se obrigassem a remodelar a tecnologia existente”. Acrescenta que sem o contributo das mulheres e menores “parte da indústria nacional teria ficado pelo caminho”, cf. Fonseca, Carlos da, 1979, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*, Vol. II, Lisboa: Publicações Europa-América, P.33.

Para a ressignificação desse debate – ou melhor, para a mudança que trás para o centro a situação económica da mulher e tira proeminência à questão moral e educativa –, cremos ter contribuído a recomposição ideológica do movimento operário e dos seus métodos de organização, que se opera a partir de meados dos anos 10. Antes de mais, a crescente ênfase na condição de operária, em detrimento de uma ideia de emancipação feminina assente em parâmetros mais abstractos, acompanha o clima de hostilidade entre republicanos e anarquistas que se intensifica no período posterior à implantação da República – hostilidade essa que veio pôr um travão na maioria das colaborações que se manifestavam em diversas associações cívicas e culturais. Tal como vimos, foi esse o principal argumento contraposto à narrativa feminista republicana que privilegiava a dimensão política e jurídica e que os operários e operárias consideravam beneficiar unicamente as classes altas. Se nos primeiros anos as ideias de emancipação feminina se construíram principalmente contra a moral religiosa, com o crescente peso do republicanismo, com quem havia uma comunhão maior, inclusivamente nas questões relativas à mulher, a narrativa libertária dirigiu-se para as diferenças de classe. Por isso, apesar das contradições que veremos persistirem no movimento anarquista quanto a esta questão, nesta transformação gradual não pode ser descartada a influência de dois factores: por um lado, a “anarquização” do movimento do operário, que se vinha acentuando há alguns anos e tem no Congresso de Tomar de 1914, com a fundação da U.O.N., um dos marcos da sua consagração⁶⁸⁵; e, por outro lado, a crescente consciencialização e mobilização das mulheres libertárias, cujo sinal mais evidente terá sido a criação dos primeiros grupos militantes femininos que atrás referimos. Pouco a pouco, o contributo (sempre escasso) das mulheres nas páginas da imprensa libertária vai aumentando a amplitude das suas exigências e sobe o tom das críticas aos companheiros operários que serviam de bloqueio à emancipação feminina.

Não menos importante, numa imprensa e num meio dominado pelos homens e em que os conteúdos produzidos expressavam, inevitavelmente, os seus interesses e perspectivas, nestes textos assinados por mulheres, o emissor e o destinatário da mensagem passam a ser, também, a mulher. Como exemplos, em 1915, uma militante que assinava por Josine, apelava à emancipação tanto moral como material da mulher e recordava às suas companheiras que “o homem tem-se empenhado em mantê-la

⁶⁸⁵ Apesar de não considerarmos possível identificar uma linha coerente nas ideias de emancipação feminina presentes no movimento anarquista, entre os seus militantes, especialmente aqueles mais “avançados”, havia quem defendesse incondicionalmente a liberdade da mulher.

[submissa, dócil, petrificada pela ignorância], levado pelo seu egoísmo”. Neste texto, a emancipação moral perde o lugar prioritário que invariavelmente ocupava nos apelos à emancipação feminina e assumia destaque a ideia de que a mulher “primeiro que tudo deve procurar alcançar a sua independência económica, para que possa ter toda a liberdade em agir conforme o seu pensamento”, e deve “procurar adquirir pelo seu trabalho o pão quotidiano, e não ficar esperando encontrar alguém que provenha às suas necessidades”⁶⁸⁶. Júlia Cruz nomeava o burguês e o operário como responsáveis pela situação da mulher – “todos são contra nós” – e como resposta reclamava às suas companheiras a necessidade de se unirem “duma maneira enérgica, que não dê azo a que nos continuem considerando como esses seres débeis e incapazes”. Só unidas numa só força se poderiam libertar “do jugo capitalista e da escravidão do homem bestializado pelo meio social existente”⁶⁸⁷. Júlia Cruz, aliás, noutro texto que contrastava com a contenção que até então prevalecia nos textos escritos por mulheres, apontava à sociedade que “mantém [a mulher] escravizada para satisfação dos seus desejos” e apelava aos companheiros que se juntassem nas barricadas para “pela pedra e dinamite” se defenderem “energicamente e com coragem dos ataques emanados da burguesia capitalista e dos governos tirânicos e opressores”⁶⁸⁸.

No terreno, contudo, a legitimidade do trabalho e da sindicalização feminina não deixa de continuar a ter dificuldades em afirmar-se perante uma grande parte dos militantes e dos dirigentes dos organismos de classe. Significativamente, nos congressos operários as teses dedicadas à situação das mulheres na indústria continuam a ser abordadas em conjunto com a questão do trabalho infantil, o que mantinha a remissão de ambos para um plano secundário no quadro das relações operárias. Mesmo em classes onde as mulheres sempre constituíram um contingente assinalável de mão-de-obra, como os corticeiros, persistia, nos anos 20, o alerta contra “a invasão nas fábricas de mulheres” e discutia-se a necessidade de tomar providências contra os seus efeitos⁶⁸⁹. Assim, em 1920, no II Congresso da Organização Operária Corticeira, realizado em Lisboa, a tese “O trabalho das mulheres e menores dentro das oficinas” colocava a

⁶⁸⁶ Josine, “À mulher”, *Comuna Livre*, n.º 4 - I Ano, 12 de Dezembro de 1915, p. 1.

⁶⁸⁷ Júlia Cruz, “Mulheres, unir fileiras”, *A Greve*, N.º 23 – Ano 1 (2.ª Série), 20 de Janeiro de 1918, p. 2.

⁶⁸⁸ Júlia Cruz, “Anomalias sociais”, *A Greve*, n.º 22 – Ano I (2ª Série), 13 de Janeiro de 1918, p. 4.

⁶⁸⁹ Anon., “Crise corticeira”, *A Batalha*, n.º 849 – Ano III, 28 de Agosto de 1921, p. 2. Veja-se que no órgão de imprensa desta classe profissional, já em 1910 se afirmava que “há muito que se vem debatendo na indústria corticeira a introdução da mulher como concorrente a baratear o trabalho do homem”, cf. Sacrovir, “Na fábrica Symington; Exploração de mulheres”, *O Corticeiro*, 26 de Fevereiro de 1910, *apud* Maria Filomena Mónica, *A formação da classe operária portuguesa*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 142.

questão em termos dos “prejuízos que existem para a mulher e para a criança, para a família e para a sociedade, da introdução das mulheres e dos menores na indústria, com que unicamente lucra o capitalismo”⁶⁹⁰. Quatro anos depois, em vésperas do III Congresso Nacional desta classe, Silvério dos Santos, secretário-geral da Federação Corticeira, em entrevista, começava por se referir a esta tese sublinhando que a “mulher tem sido desviada da sua função no lar devido às dificuldades económicas”⁶⁹¹. Nem as posições assumidas pelas trabalhadoras femininas dentro da própria classe⁶⁹², nem as vozes de alguns operários que se dirigiam à classe para criticar aqueles que achavam que as mulheres não deviam participar nas reuniões associativas⁶⁹³, conseguiram reverter estas perspectivas.

Nas resoluções das teses e discussões acontecidas nos congressos e conferências operárias de quase todas as outras classes, prevaleceu a intenção de tentar afastar as mulheres do trabalho fabril. O argumento mais brandido remetia para o efeito tido nos salários, já que as mulheres desempenhavam as mesmas tarefas do que os homens por metade do vencimento. Assim, como apontamos atrás, a reclamação de um salário igual para trabalho igual integrou as propostas operárias praticamente desde a origem do movimento associativo e manteve-se sempre como a exigência mais comum. Não obstante, como refere João Freire, não devemos assumir, nessa proposta, um posição desinteressada da parte dos operários, pois servia, acima de tudo, enquanto estratégia para conter o recurso à mão de obra feminina pelo patronato⁶⁹⁴. Não era aliás inocente que o problema se colocasse mais nos termos das consequências para a família e para a sociedade do que no prejuízo das desigualdades materiais sobre as mulheres, como

⁶⁹⁰ Anon, “O II Congresso da Organização Operária Corticeira”, *A Batalha*, n.º 482 - Ano II, 1 de Agosto de 1920, p. 1. Na discussão desta tese, tal como era habitual, só falaram homens, cf. Anon., “O II Congresso Corticeiro”, *A Batalha*, n.º 485 – Ano II, 3 de Agosto de 1920, p. 1.

⁶⁹¹ Anon, “O Congresso Corticeiro vai inaugurar-se no próximo domingo em Castelo Branco”, *A Batalha*, n.º 1821 – Ano VI, 30 de Outubro de 1924, p. 1. Seria, todavia, nesse mesmo congresso que se aprovaria a proibição de a mulher trabalhar durante o período de gravidez, garantindo-lhe o lugar no seu regresso, e a criação de creches para os filhos das operárias. Segundo João Freire, “terá sido esta a primeira vez em que tal tipo de reivindicações terão sido formuladas por congressos operários”, *Anarquistas e Operários*, p. 179.

⁶⁹² Por exemplo, em 1909, duas mulheres, Elisa David e Etelvina Silva, nas páginas d’*O Corticeiro*, chamavam a atenção para a situação das mulheres na indústria, a primeira considerando serem “escravas do capital e até é triste dizê-lo dos nossos próprios companheiros” e a segunda a apelar à união e associação das companheiras, apud. Mónica, *A formação...*, pp. 430-3.

⁶⁹³ Anon. “«A Batalha» na província – Barreiro – Uma sessão de propaganda em que o elemento feminino se faz representar largamente”, *A Batalha*, n.º 80 – Ano I, 15 de Maio de 1919.

⁶⁹⁴ Freire, *Anarquistas e Operários*, p. 179. O que era explicitamente afirmado em diversas ocasiões. Como exemplo, na mesma entrevista ao secretário-geral da Federação Corticeira, em resposta ao que era “necessário fazer” para responder ao desvio da mulher do lar, afirmava que mulher devia ser “colocada num plano de igualdade com o homem” e para isso defendia que “que ao trabalho igual ao do homem, feito pelas mulheres, seja pago igual salário”, tal como preconizava a tese, cf. Idem, *ibidem*, p.1.

vimos com o exemplo dos corticeiros. Por trás da questão da “concorrência desleal” estava a visão de que a organização das relações sociais, do trabalho e do próprio espaço assentava numa “ordem natural”. Era nessa ordem natural que se fundavam, igualmente, as diferenças entre os géneros. À mulher cabiam por inerência funções distintas das do homem e vice-versa, constituindo o lar e o espaço doméstico os lugares da acção feminina e a fábrica e o espaço público os lugares da acção masculina. Não por acaso, um dos argumentos usados para demover as mulheres de entrarem nas fábricas remetia para a sua “masculinização”⁶⁹⁵.

O combate à “invasão das mulheres” mobilizava, portanto, uma série de argumentos que iam para lá da questão dos salários e nutriam uma espécie de “pânico moral”. Nestas narrativas, o interesse material masculino era substituído por uma retórica paternalista que se apresentava como protectora das mulheres, incapazes de se defenderem por razões conjunturais, como a sua ignorância e impreparação moral, ou como consequência de características intrínsecas e imutáveis, fundadas no carácter feminino e na sua maior vulnerabilidade física. Um dos principais efeitos do trabalho feminino era o de contribuir para a degenerescência da espécie. A debilidade física da mulher tornava-a inapta para desempenhar certas actividades laborais e prejudicava a sua saúde física. Juntava-se a isso o desvio do “seu papel de boa esposa, de educadora de seus filhos e de equilibradora do lar”⁶⁹⁶, o que deixava as crianças ao abandono, sem cuidados, expostas aos perigos da rua e entregues a um futuro incerto. A fábrica era, no fundo, um foco de corrupção física e moral, agravado, no caso das mulheres, por a violência patronal surgir também pelo assédio e abuso sexual. Este conjunto de condições adversas fazia do trabalho feminino e do ambiente laboral meios propícios à prostituição.

Para alguns militantes e para algumas classes, porém, o trabalho feminino afirmava-se cada vez mais como um facto incontornável e a sua sindicalização era vista como urgente. Algumas classes, como a do calçado, canalizavam os seus esforços para campanhas de propaganda que levassem a mulher a optar pelo trabalho doméstico e por não abandonar o lar. Mas, numa grande parte dos casos, privilegiava-se consciencializar

⁶⁹⁵ As feministas republicanas também denunciavam o “falso feminismo”, como por exemplo Emília de Sousa Costa que afirmava que “uma verdadeira feminista não pode pensar em masculinizar-se, porque orgulha-se de ser mulher”, *apud.* Tavares da Silva, Maria Regina, 1983, “Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX”, *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), p. 879.

⁶⁹⁶ Anon, “Cumpra ao operariado velar pela protecção das mulheres e menores nas indústrias, materializando as resoluções do próximo Congresso Confederal”, *A Batalha*, n.º 2079 – Ano VII, 10 de Setembro de 1925, p. 1.

a mulher para a exploração a que estava sujeita e apelava-se a que se procurasse integrá-la nos sindicatos para colaborar com os homens na luta por melhores condições. Com a intensificação do debate que se verifica neste período, as opiniões dividiam-se e as teses e discussões sobre a situação da mulher raramente se mostravam unânimes. Em 1922, no V Congresso dos Trabalhadores Rurais, por exemplo, a tese “A mulher e os menores na indústria rural” suscita um longo debate. Na tese assinalava-se que as mulheres eram empregues em número superior a outras indústrias e que por isso se tornava “necessário fazer o mesmo que nas outras indústrias se tem feito – encarar de frente *o problema da mulher*” (itálico nosso). Estabelecia que “a natureza dotou a mulher com a missão de ser mãe e consequentemente a companheira do homem”, o que ficava impedida de fazer pelo trabalho, e que, por essa razão e por ser “mais frac[a] do que o homem fisicamente”, haveria trabalhos “que só o homem devia e deve fazer!”. Reconhecendo a impossibilidade de deixar de empregar as mulheres na indústria, defendia que se devia evitar fazê-lo “o mais possível” e, para isso, na conclusão, nomeava as actividades em que esse trabalho podia ser aproveitado. No debate sobre a tese, a maioria dos oradores defendia que a mulher “deve ser para o lar” e, por isso, “excluída de todo o trabalho agrícola que é demasiadamente pesado para ela”, mas alguns dos intervenientes contestavam tal postura e consideravam que a decisão cabia unicamente à própria. Nas palavras de um militante, “todas as criaturas devem seguir a sua vocação, deixando-se portanto a liberdade à mulher para que escolha o campo, a oficina, etc., se a esses trabalhos se poder adaptar”. Como era habitual, a principal proposta da tese pretendia tornar iguais os salários das mulheres e dos homens, mas acrescentava, no seu último ponto, que a Federação devia desenvolver “uma forte propaganda de forma a interessar a mulher nos trabalhos domésticos”⁶⁹⁷. Em 1926, contudo, a direcção do debate parecia ter tomado um sentido mais inclusivo e a Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais propunha que as mulheres trabalhadoras pagassem uma quota sindical inferior, que pesasse menos sobre os seus salários, tendencialmente mais reduzidos que o dos homens. Pelo carácter inusual da proposta, o Comité Confederal da C.G.T. emite um parecer em que se pronunciava favoravelmente sobre a proposta e em que sugeria a aplicação da mesma medida a outras indústrias. Deixava, por fim, o alerta para que tal medida não servisse “de modo algum para

⁶⁹⁷ Para a versão integral da tese, ver Anon. “V Congresso dos Trabalhadores Rurais – Tese: A mulher e os menores na indústria rural”, *A Batalha*, n.º 1238 – Ano IV, 9 de Dezembro de 1922, p. 2. Para o debate ocorrido no Congresso sobre a mesma tese ver Anon., “O V Congresso dos Trabalhadores Rurais Portugueses”, *A Batalha*, n.º 1246 – Ano IV, 19 de Dezembro de 1922, p. 1.

cercear quaisquer direitos às mulheres, em tudo iguais, social e economicamente, aos homens”⁶⁹⁸. No Congresso dos Operários da Indústria de Conservas, realizado em 1924, a tese “A mulher e a organização operária” concentrava, também, os seus esforços na inclusão das mulheres na vida sindical, propondo para isso, como era habitual, que se desenvolvesse “a propaganda sindical entre as mulheres”, mas acrescentando, num gesto mais raro, que se empregasse o “máximo esforço em descobrir e cultivar uma ou mais operárias com dotes de inteligência e oratória a fim de fazer delas militantes”, por se considerar esse o meio “mais prático e fácil de chamar a mulher ao nosso seio” e proporcionar a sua organização. Essa proposta, aprovada com unanimidade, devia ser aplicada o mais rapidamente possível e previa-se que uma dessas oradoras, “no caso de já existir”, integrasse “a primeira delegação de propaganda a enviar aos centros da nossa indústria”⁶⁹⁹.

7.6 – Os inquéritos à situação sindical e laboral das mulheres

O reflexo mais evidente do crescimento deste debate, e da divergência de opiniões, surge, porém, através de um recurso pouco usado pela imprensa operária portuguesa: dois inquéritos lançados pelo *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*. O primeiro surge em 1924 e apresenta duas questões relativas à sindicalização da mulher: “Como interessar as operárias pela melhoria da sua situação de assalariadas?” e “como conseguir que as proletárias se organizem e cooparticipem [sic] connosco na luta sindical?” Ao longo de 13 números, são apresentadas as respostas de 18 militantes, entre eles 4 mulheres (Angélica Porto, Miquelina Possante Sardinha, Margarida Peixoto Barros e Berta Ramos), e de 2 nomes colectivos (Núcleo da Juventude Sindicalista de Lisboa e o grupo O Semeador). Apenas dois autores se opõem às razões que motivam o questionário (a constatação do alheamento das mulheres e o interesse em integrá-las na vida sindical), afirmando, sem rodeios, que a sua integração é inútil e que o seu lugar é no lar doméstico⁷⁰⁰. Em todos os restantes casos se

⁶⁹⁸ Anon., “A nota confederal para mulheres e menores – Parecer do Comité Confederal aprovado na última sessão do Conselho Confederal”, *A Batalha*, n.º 2232 – Ano VIII, 13 de Março de 1926, p. 1.

⁶⁹⁹ Na última alínea da mesma tese, previa-se, também, que a Federação fundasse, “logo que a sua situação o permita, uma escola de militantes da qual sejam alunas algumas mulheres”. Anon., “O 1.º Congresso dos Operários da Indústria de Conservas”, *A Batalha*, n.º 1856 – Ano VI, 11 de Dezembro de 1924, p. 1.

⁷⁰⁰ Um dos militantes, Ursus, afirmava que o lugar da mulher e da sua missão é no lar doméstico (n.º 49), e Rozendo José Viana (operário sapateiro) que “a melhor acção que podemos exercer para a libertação da mulher é colocá-la dentro do seu sexo” e que “o lar é para a mulher e a fábrica é para o homem” (n.º 51).

reconhece a necessidade de trazer as mulheres para os sindicatos. No geral, as respostas remetem a causa do desinteresse para a própria mulher e fazem recair a solução na iniciativa masculina, por via da propaganda especificamente dirigida e pela adaptação do ambiente e das condições dos sindicatos (em ambos os casos de forma a atender ao que se consideram ser as suas especificidades psicológicas e emocionais). Num segundo plano, alguns autores reconhecem na intervenção dos homens e das famílias factores que contribuem directamente para o afastamento da vida associativa. Apenas Margarida Peixoto Barros e Berta Ramos recusam que a principal culpa seja atribuída às mulheres e remetem-na para os homens e para as famílias⁷⁰¹.

Mais importante, porventura, é o inquérito lançado na mesma publicação cerca de dois anos depois. No texto que servia de introdução assinalava-se que

certas profissões consideradas violentas e, portanto, incompatíveis com a natureza débil do sexo feminino passaram a ser exercidas por mulheres. E provou-se que estas se desempenhavam da sua missão tão bem como os homens. Este facto deixou muito abaladas algumas teses dos que eram contrários à entrada da mulher na vida social e do trabalho.⁷⁰²

As questões focavam agora a presença da mulher na vida laboral: “deve a mulher, à semelhança do homem, ingressar em todas as profissões?” e “deve a mulher dedicar-se de preferência aos labores domésticos, abstendo-se de tomar parte em trabalhos até hoje destinados ao homem?” O volume de respostas foi mais de três vezes superior às do inquérito anterior, reunindo 65 opiniões (54 homens e 11 mulheres). João Freire identificou 27 respostas favoráveis e 38 respostas negativas à primeira questão⁷⁰³. Apesar de mais equilibradas, também a maioria das mulheres se exprime contra o acesso a todas as profissões: 5 são favoráveis e 6 afirmam-se contra. As opiniões reunidas não satisfizeram os autores do inquérito. Num texto de balanço, publicado em editorial, o redactor lamentava ter este demonstrado “a pobreza espiritual e a tacaña

Para outro texto de Rozendo José Viana que expressava a mesma opinião, ver Mónica, *A formação...*, pp. 155-158.

⁷⁰¹ Margarida Peixoto Barros defendia que o que mais contribuía para a ausência das mulheres eram as famílias e, nos casais, os companheiros, apelando à criação de um grupo feminino (semelhante àquele a que pertencia no Porto) em Lisboa (n.º 43). Para Berta Ramos, os homens eram o principal impedimento a que as mulheres usufruíssem da vida associativa (n.º 53).

⁷⁰² Anon., “Um inquérito curioso – O suplemento de ‘A Batalha’ pergunta aos seus leitores se a Mulher deve ou não dedicar-se às profissões dos homens”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 153 – Ano III, 1 de Novembro de 1926, p. 5.

⁷⁰³ Nas respostas, João Freire distingue entre as posições firmes e matizadas quanto às questões. Assim, nas respostas positivas considera firmes 17 e nas respostas negativas identifica 26 respostas matizadas. Idem, *Anarquistas e Operários...*, pp. 179-180.

cerebração da maioria (...) que se inspirou no egoísmo ou na ignorância para contestar ou condicionar à mulher o direito de viver e ser livre.” Com palavras duras, acusava-se o homem de “não querer abdicar de uma soberania que só as convenções sociais, em que há, apenas, artificialismo e aparência, lhe reconhecem”, relegando a mulher para um plano inferior, e de ter sido “o homem que sempre a encerrou no lar” a impedir que esta tivesse desempenhado um papel “mais grandioso” na História. Em suma, a luta devia ser contra o capitalismo e não contra a mulher⁷⁰⁴. Ficava assim expressa a divisão que o tema ainda gerava no operariado, em particular entre as cúpulas e a base do movimento.

7.7 – A “heroína anónima”

Na historiografia e em textos produzidos na época, usou-se comumente a expressão “heroínas anónimas” para destacar o papel das mulheres nas lutas sociais⁷⁰⁵. Por essa via venceu-se, contudo, o lugar de retaguarda nas acções de militância que se considerava ser o das mulheres, deixando tacitamente aceite que essa condição decorria de uma certa inevitabilidade emanada da ordem natural das relações sociais. Mas, como se depreende do que até aqui temos vindo a descrever, esse anonimato era, em parte, o resultado de processos discursivos e materiais de invisibilização que operavam simultaneamente enquanto reprodutores da hegemonia masculina e excludentes das mulheres de diversas dimensões vida social. A dominação masculina que caracterizava o movimento operário e libertário invocava a alegada passividade ou inferior capacidade física (e psicológica) das mulheres, assim como a sua inconsciência e incompreensão da realidade social, para legitimar a postura paternalista que as tornava necessitadas de ser orientadas, conduzidas e protegidas. Todavia, apesar disso, e sem pretender pôr em causa o seu carácter por vezes minoritário, a presença feminina é uma constante nos relatos das greves, das assembleias ou dos protestos populares. Surgem, na maior parte dos casos, num plano secundário, diluídas nas histórias e nas acções dominadas pelo homens, mas sem que por isso o seu papel na vida destes movimentos deixe de se revelar incontornável. Na resposta ao inquérito relativo à sindicalização das

⁷⁰⁴ Anon, “A irresistível evolução social da mulher”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 166 – Ano IV, 31 de Janeiro de 1927, pp. 1-2.

⁷⁰⁵ Edgar Rodrigues assinala que “ao anarquista não passou despercebida a importância da mulher, insubstituível como mãe, companheira, educadora e como propagandista” e acrescenta que “mais do que uma inflamadora oradora a mulher foi, na prática, a grande *heroína anónima*” (itálico nosso), cf. *Os anarquistas e os sindicatos*, p. 196. Na imprensa, ver, como exemplo, Albireo, “A mulher libertária”, *A Obra*, n.º 333 – Ano VII, 23 de Junho de 1901, p. 2.

mulheres, Angélica Porto reivindicava a agencialidade das mulheres e o seu contributo incontornável quando afirmava que “a subordinação da mulher é, em certos casos, mais aparente do que real”⁷⁰⁶. Não obstante, o predomínio da voz e do olhar masculinos, reflectido tanto nas fontes escritas como na historiografia, torna difícil superar a força dessa aparência e apurar a intervenção e o papel efectivo que as mulheres desempenharam.

A sua acção manifestava-se, muitas vezes, em momentos e lugares que reflectiam a divisão dos papéis e do espaço segundo as categorias de género prevalecentes. Os atributos mais evidenciados por esses relatos eram o de cuidadoras e de suporte moral dos operários. Ofereciam o principal apoio aos presos e serviam como elo de comunicação com o exterior, passando informações entre aqueles que continuavam a luta e os que estavam momentaneamente impedidos de a fazer⁷⁰⁷. Nos momentos de perseguição que se seguiam a muitas das acções do movimento operário, as imagens estereotipadas de passividade e alheamento das lutas sociais era oportunamente usado para esconder e proteger militantes procurados pelas autoridades sem levantar suspeitas. Nas greves organizavam as cozinhas comunistas que asseguravam a sua durabilidade, providenciando um sustento fundamental para os operários que ficavam desprovidos de recursos económicos durante longas semanas ou meses. Mas era, mais uma vez, o apoio moral aquele destacado pelos grevistas, mesmo quando estas integravam as greves em condições iguais, o que sublinhava a posição secundária para que eram remetidas nos movimentos.

Nas situações de carestia as mulheres tomavam a fila da frente das acções de protesto. Mais uma vez, reflectia-se uma divisão de género que reconhecia a gestão do consumo e do orçamento familiar às mulheres e a da produção aos homens. Quando o encarecimento dos bens se fazia sentir, era o sujeito feminino que dominava os relatos sobre as longas filas que se faziam para obter o necessário a prover ao lar. Não deixavam por isso de estar sujeitas a críticas, pois para alguns militantes iam “engrossar as bichas (...) pelo prazer de dar à língua”⁷⁰⁸. As mulheres, por outro lado, organizavam

⁷⁰⁶ Porto, Angélica, “O inquérito sobre o ingresso da mulher na vida social está obtendo o maior êxito”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 55 – Ano III, 15 de Novembro de 1926, pp. 2-3.

⁷⁰⁷ Em 1921, uma comissão de mulheres convidava “as mães, esposas, filhas, irmãs e demais família feminina dos presos por questões sociais” para que reunissem em frente do parlamento no acto de entrega “de uma exposição – protesto que a mesma comissão vai entregar a um grupo de deputados”, Anon., “Presos por questões sociais – Convite às mulheres”, *A Batalha*, n.º 740 – Ano III, 25 de Abril de 1921, p. 1.

⁷⁰⁸ E.g., Anon., “Merecemos mais!”, *A Batalha*, n.º 448 – Ano II, 26 de Junho de 1920, p. 1.

comissões e assembleias onde apontavam o dedo aos operários, censurando-os por “não manifesta[rem] a sua revolta” e “ainda obrigar[em] as suas companheiras a apresentar-lhes os géneros”⁷⁰⁹ ou acusando-os de “irem vender parte dos géneros obtidos pelo dobro”⁷¹⁰. O mote para os assaltos aos armazéns de víveres ou a padarias, especialmente comuns no período da I Guerra Mundial e nos anos de carestia que se lhe seguiram⁷¹¹, eram quase sempre impulsionados pela sua revolta⁷¹². Não por acaso, na cidade de Chaves, em 1920, no seguimento de assaltos a casas onde “havia batata escondida” para aumentar os preços, o administrador do concelho mandava afixar editais a proibir as mulheres de circularem na rua depois das 20 horas⁷¹³.

A ênfase colocada no suposto papel passivo das mulheres não seria indiferente ao interesse em reforçar a ideia do espaço público enquanto espaço masculino e, conseqüentemente, a esfera doméstica como o lugar da acção feminina. A sua influência devia fazer-se sentir, acima de tudo, no âmbito das relações privadas e assumir uma função de apoio, mais do que combativa. Assim, no curso de uma greve geral da classe corticeira, que mobilizava homens e mulheres, um militante assinalava a presença destas pela “solidariedade prestada”, como se não fossem, também elas, parte do movimento⁷¹⁴. Miguel Correia, o histórico dirigente sindicalista, enquanto decorria uma greve da sua classe, os Ferroviários do Sul e Sueste, dirigia-se às “companheiras e filhas dos ferroviários que duma forma admirável, souberam incutir a seus maridos e pais a energia indispensável nos grandes momentos”⁷¹⁵. Mas mesmo em classes como a dos ferroviários, onde o seu número podia ser minoritário, algumas referências deixavam entrever que a sua participação nas greves ia para lá da solidariedade e do contributo

⁷⁰⁹ Anon., “A carestia da vida e a questão do inquilinato”, *A Batalha*, n.º 487 – Ano II, 5 de Agosto de 1920, p. 1.

⁷¹⁰ Anon., “A carestia da vida e a questão do inquilinato”, *A Batalha*, n.º 509 – Ano II, 27 de Agosto de 1920, p. 1.

⁷¹¹ Entre as causas apontadas para o fracasso da greve geral de 1918, destaca-se frequentemente a esperança trazida pelo fim da I Guerra Mundial, o que teria tornado a greve extemporânea e menos urgente. Mas para o seu fracasso é de considerar, também, a separação produzida a montante entre o movimento sindical e as mulheres e que acabava necessariamente reproduzida nestes momentos de luta mobilizados pelas principais centrais sindicais. Especialmente quando eram as mulheres que mais directamente sofriam e enfrentavam as consequências da carestia.

⁷¹² E.g. Anon., “Contra o decreto do pão”, *A Batalha*, n.º 518 – Ano II, 9 de Setembro de 1920, p. 1, em que se noticiava o assalto a algumas padarias e se destacava o papel das mulheres.

⁷¹³ Anon., “O desespero popular”, *A Batalha*, n.º 547 – Ano II –, 9 de Outubro de 1920, p. 1.

⁷¹⁴ A greve reclamava, entre outras coisas, um salário mínimo que permitisse equiparar os salários de homens e mulheres. Na mesma sessão em que o militante referido proferiu a afirmação citada, ocorrida no Barreiro, interveio, também, uma mulher, Vera: Cf. Anon., “Mantém-se entusiasticamente a greve geral corticeira”, *A Batalha*, n.º 63 – Ano I, 27 de Abril de 1919, p. 1.

⁷¹⁵ F. de Sousa, “Ainda a greve dos ferroviários do Estado”, *A Batalha*, n.º 373 – Ano II, 11 de Março de 1920, p. 2.

motivacional. Numa greve dos Comboios de Portugal, ocorrida um ano antes da dos Ferroviários do Sul e Sueste, uma parte da linha ferroviária de Coimbra é sabotada, o que leva ao descarrilamento de um comboio próximo de Alfarelos. Entre os 7 detidos pelo acto de sabotagem 4 eram mulheres⁷¹⁶.

Apesar da presença residual nos sindicatos, com pouca participação nas assembleias, comícios e congressos, as mulheres assumiram o protagonismo de muitas greves desde os alvares do movimento operário, especialmente nas indústrias onde estavam em maioria. Para nomear apenas greves referenciadas no feminino no índice de greves compilado por Carlos da Fonseca, em 1872 encontramos greves das linheiras, das espadeiras e das tintureiras⁷¹⁷. Em 1903, na histórica greve geral do Porto iniciada pelos trabalhadores do sector têxtil, composta por um grande número de mulheres, sobressaiu uma operária tecedeira de 19 anos, Infantina, presa por resistir a uma ordem de dispersão da polícia. O *Jornal de Notícias*, atraído pela sua história, entrevistou-a e pagou a fiança para que fosse libertada da prisão⁷¹⁸. É de assinalar, também, que um dos episódios que levou ao divórcio entre o regime republicano e o operariado foi a greve das conserveiras, iniciada pouco mais de 4 meses depois da implantação do regime, em Fevereiro de 1911, em que foi assassinada uma operária pela Guarda Nacional Republicana.

Nas greves, as mulheres enfrentavam a hostilidade do patronato e das autoridades, mas, em alguns casos, deparavam-se, também, com a falta de solidariedade de uma parte dos seus companheiros de classe. Em 1910, no seguimento de uma greve da indústria corticeira em Cacilhas, um operário criticava a indiferença dos companheiros perante um grupo de mulheres grevistas despedidas, quando, segundo dizia, estas se tinham colocado “destemidamente ao lado das reivindicações dos homens” e quando sem a sua temeridade “os homens não teriam saído vitoriosos da peleja travada contra o regulamento”⁷¹⁹. Estas acusações repetiam-se. Sobre a greve do pessoal feminino de uma fábrica têxtil em Guimarães, em 1920, o redactor escrevia que “os homens cometeram a cobardia de não acompanhar as mulheres no seu gesto altivo e reivindicador, querendo alguns desses verdadeiros traidores passar como homens

⁷¹⁶ Anon, “A greve ferroviária”, *A Batalha*, n.º 135 – Ano I, 11 de Julho de 1919, p. 2.

⁷¹⁷ Fonseca, Carlos da, 1984, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*, Vol. IV, Lisboa: Edições Europa-América, p.151.

⁷¹⁸ Para a transcrição completa da entrevista, ver Torres, Eduardo Cintra, 2018, *A Greve Geral de 1903 no Porto*, Porto: Afrontamento, p. 56-9.

⁷¹⁹ Sacrovir, “Na fábrica Symigton, exploração de mulheres”, *O Corticeiro*, 26 de Fevereiro de 1910, *apud*. Mónica, *A formação...*, pp. 142-144.

conscientes”⁷²⁰; e em 1926, *A Batalha* referia a greve das chacineiras de Aldegalega que durava há cerca de 5 meses, frisando que “a solidariedade das demais classes operárias tem sido nula”⁷²¹.

Muitas das manifestações de solidariedade com estas greves, revelavam, por vezes, a desconfiança e a condescendência com que muitos operários viam as mobilizações das suas companheiras. Por vezes assim acontecia de forma subtil, como quando se escrevia sobre uma greve do pessoal dos tabacos, em 1920, que não se notava “a mínima parcela de desfalecimento (...) *apesar de* a sua maioria ser composta por mulheres” (itálico nosso)⁷²². Enquanto nas greves dos homens se procurava realçar a bravura, intransigência e perseverança dos operários, nas das mulheres o relevo desviava-se, por vezes, para outros traços de carácter associados às mulheres. Uma reportagem sobre “as meninas dos telefones”, em greve pelo seu “parco ordenado, que mal chegava para adquirirem os modestos vestiditos e as fitas multicores com que mais acentuam o donaire próprio da sua mocidade”, apresentava-as como “gentis e travessas”, com uma “fragilidade cativante”, “encantadora impertinência” e “temperamento delicado”. O contraste era acentuado pela descrição da confraternização das grevistas “alegres e palradoras” com os “operários de mãos calosas e rostos francos”⁷²³.

7.8 – Conclusão

O combate pela emancipação feminina visou, principalmente, os aspectos morais da subordinação das mulheres e menos directamente os aspectos materiais. Tendo isto em conta, podemos afirmar que foi no âmbito doméstico, das relações pessoais e por oposição à moral religiosa que, primeiramente, se procurou afirmar a liberdade da mulher. Com o crescimento da influência republicana, com o surgimento dos grupos feministas afiliados nessa tradição política e, concomitantemente, com a organização de grupos de mulheres libertárias, esse combate passou a vincar, também, os efeitos da moral burguesa e, conseqüentemente, o peso da classe social. As questões económicas

⁷²⁰ Anon, “Está em greve o pessoal feminino duma fábrica”, *A Batalha*, n.º 446 – Ano II, 25 de Junho de 1920, p. 1.

⁷²¹ Anon, “As greves – Chacineiras de Aldegalega – Valoroso exemplo de lutadoras”, *A Batalha*, n.º 2200 – Ano VII, 3 de Fevereiro de 1926, p. 4.

⁷²² Anon., “Lutando por um salário maior”, *A Batalha*, n.º 380 – Ano II, 18 de Março de 1920, p. 2.

⁷²³ Souvarine, “As meninas dos telefones... em greve – Um sorriso de mulher atenuando as agruras da guerra social”, *A Batalha*, n.º 341 – Ano I, 8 de Fevereiro de 1920, p. 1.

ganharam outro protagonismo nas narrativas emancipatórias, reclamando-se a sua importância superior face às questões políticas e jurídicas. O contraste entre as condições de vida das mulheres operárias e as das mulheres burguesas compôs frequentemente essas narrativas. Com a afirmação do movimento operário revolucionário pela influência do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo, as questões relativas ao trabalho e à sindicalização feminina passaram a ocupar cada vez mais os debates sobre a questão, tornando-se saliente o choque entre as ideias defendidas por uma ala mais radical e o peso da tradição e dos costumes que alguns militantes procuravam manter na hora de defender os seus interesses materiais. No geral, predominou, contudo, uma ideia de ordem social que atribuía à mulher características e funções específicas na sociedade, complementares às actividades do homem, focadas no cuidado do lar e da família e na educação. Nisso pesou, também, o quadro mental libertário, organizado, por um lado, segundo uma lógica evolucionista que colocava as mulheres numa etapa mais atrasada da evolução face aos homens, o que as tornava mais necessitadas de educação e de serem conduzidas: e, por outro lado, assente num fundo normativo que associava o género a papéis sociais diferentes e pré-determinados por uma “ordem natural”. Uma mudança do lugar das mulheres na sociedade, pela integração no mercado de trabalho e pelo abandono da sua função maternal e educativa, era considerada um factor que contribuía para a degeneração da espécie. Não obstante, o feminismo libertário era um entre outros feminismos e partilhava muitos dos seus aspectos mais essencialistas com outros feminismos coetâneos.

CAPÍTULO 8 – Controlar a população e disciplinar o indivíduo: biopolítica, neomalthusianismo e homossexualidade

A defesa da liberdade sexual, entre os anarquistas, fez-se, principalmente, contra os constrangimentos que seriam procedentes da moral católica e da moral burguesa. Tal como vimos no capítulo anterior, as relações entre os sexos eram tendencialmente enquadradas pelos anarquistas em termos afectivos e emocionais e no âmbito das relações domésticas. O prazer era considerado um elemento tão ou mais importante do que a função procriativa a que a moral católica procurava reduzir a sexualidade. A um dever sobrepuja-se o direito ao prazer e a uma sexualidade livre. As relações íntimas entre os homens e as mulheres deviam ter como motivações a afinidade e a atracção mútua e, como tal, deviam recusar, igualmente, as razões de interesse económico que se entendia orientarem a mentalidade burguesa. Por um lado, procurava-se eliminar o peso da superstição nas escolhas dos indivíduos, por outro, mitigar a influência das desigualdades que estruturavam a ordem dominante e que, na esfera privada, oneravam especialmente as mulheres. Foi em torno do tema do amor livre, como vimos, que se definiram os termos da oposição à lógica artificial que se considerava reger as prerrogativas tanto religiosas como burguesas quanto à união dos sexos. O sexo era um facto natural e, como tal, devia ser regido pelos mesmos princípios racionais que orientavam a liberdade individual.

Em vista disso, a primordialidade reconhecida à educação na questão da emancipação sexual não respeitava, unicamente, a um processo de ilustração positivista, mas, também, à introdução de conhecimentos específicos e científicos sobre o sexo, sobre os corpos, sobre os processos de pensamento e interacção que deviam regular as relações interpessoais e, mais concretamente, sobre o lugar do indivíduo na sociedade. Era isso, no fundo, a educação integral. Daí que a importância atribuída a factores subjectivos de carácter passional, como as emoções e a atracção física, não fossem indiferentes a certos critérios universais da razão. Por vezes, essa lógica aplicada às relações estabelecia-se em termos básicos, através de uma aproximação vaga ao “método científico” pelo estudo e pela investigação. Para distinguir entre as relações conjugais que se estabeleciam por amor e aquelas que se uniam pelo “capricho de aquisição”, um autor diferenciava entre a “união instintiva” e a “união racionada”. A primeira “depende do instinto sexual, que os une, apenas para saciar a sexualidade”,

enquanto a segunda “é a união pela *investigação* das qualidades dos indivíduos que se unem”. Considerava, por isso, que “*estudar* os hábitos um do outro” era parte fundamental da “missão” daqueles que pensavam unir-se conjugalmente⁷²⁴.

Mas a racionalidade anarquista, no que concernia à sexualidade e às uniões entre os sexos, é especialmente inteligível se enquadrada na preocupação biopolítica que invocamos atrás e que era transversal a alguns modelos de governação emergentes em diversas culturas políticas modernas. Em Michael Foucault, a sexualidade aparece como um dos campos de importância estratégica para o desenvolvimento dos mecanismos biopolíticos por constituir um ponto de intersecção entre o organismo e a população e entre o corpo e fenómenos globais⁷²⁵. Nas suas palavras, esta “inscreve-se e efectiva-se, pelos seus efeitos procriadores, nos amplos processos biológicos que já não dizem respeito ao corpo do indivíduo, mas a esse elemento, a essa unidade múltipla que constitui a população. A sexualidade encontra-se precisamente na encruzilhada entre o corpo e a população”⁷²⁶. Assim, os discursos e saberes que a questão da sexualidade mobilizava remetiam para uma série de fenómenos económicos e políticos populacionais, em que se cruzavam biologia e sociedade e em que, consequentemente, a oposição indivíduo-colectivo se relativizava. Era na continuidade integrada pressuposta por esta relativização, comum aos mecanismos biopolíticos e à generalidade das leituras anarquistas sobre o indivíduo e a sociedade, que se encontrava um dos eixos fundamentais para o acoplamento de ambos.

Em Campos Lima, como vimos anteriormente, a defesa do amor livre não se fazia somente em nome da libertação dos afectos, da emancipação dos sexos e com o propósito de adequar as relações interpessoais ao modelo libertário. A sua importância decorria, acima de tudo, do papel que tinha na reversão do processo de degeneração sociobiológica que ocupava boa parte das suas preocupações. O amor livre colocaria as ligações sexuais em “harmonia com a natureza”⁷²⁷ e asseguraria a “garantia das aproximações dos sexos naturalmente”, sem a interferência de factores que seriam antagónicos a essa naturalidade, como “a perturbação dos interesses monetários”⁷²⁸. O

⁷²⁴ Itálicos nossos. M.P.A., “Amor e sexualidade”, *Comuna Livre*, n.º 5, I Ano, 2 de Janeiro de 1916, p. 2.

⁷²⁵ E.g. Foucault, 2006, “*É preciso defender a sociedade*”, Lisboa: Livros do Brasil, p. 269. Ver, também,. Foucault, 1978, *The History of Sexuality – Volume I: An Introduction*, New York: Pantheon Books, p. 25.

⁷²⁶ Foucault, “*É preciso...*”, p. 268

⁷²⁷ Campos Lima, *O movimento operário...*, p. 47.

⁷²⁸ Campos Lima, *A questão social*, p. 31.

amor livre, com tudo o que implicava, era, portanto, um elemento fundamental no processo de regeneração da espécie. O homem-corpo a que se dirigiam as técnicas de poder disciplinar dava lugar, em Campos Lima e entre os anarquistas, ao “homem-espécie”, o sujeito de uma emergente tecnologia de poder dirigida “à multiplicidade dos corpos, não na medida em que eles se resumem a corpos, mas na medida em que essa multiplicidade forma, pelo contrário, uma massa global, afectada por processos de conjunto ligados à vida”⁷²⁹. Em Campos Lima, o contraste entre um modelo disciplinar e um modelo biopolítico revela-se num entendimento da sexualidade que já não a resume a um quadro moral, que a define enquanto um bem ou a um mal, mas como algo que se insere numa série de causalidades e efeitos de diversa ordem. Pressupõe, além disso, uma auto-regulação da sexualidade e não um disciplinamento ou intervenção jurídica assente na proibição: a sexualidade deve acontecer livremente, sem qualquer tipo de restrição coerciva, pois só assim cumpre o propósito de selecção da espécie que resulta de uma conjunção de factores de diversa ordem, que vão do princípio hereditário de fecundidade⁷³⁰ à transformação das condições socioeconómicas. A citação anteriormente reproduzida, em que o autor sublinhava o “notável progresso” biológico para que o amor livre contribuiria, é exemplificativa:

as leis sexuais serão feitas inteiramente de harmonia com a natureza. Os fortes procurar-se-ão instintivamente. Os degenerados, porque o são, também para se juntarem irão buscar outros degenerados. Estas últimas ligações terão como consequência a depressão do número de degenerados, porque providencialmente a infecundidade é uma das características da degenerescência.⁷³¹

No anarquismo, a sexualidade como foco da intervenção biopolítica manifestou-se, tendencialmente, através de duas formas distintas mas complementares. Por um lado, a regulação da sexualidade pretendeu gerir as dinâmicas populacionais através de uma acção plurivalente. O neomalthusianismo ocupou o centro desta discussão enquanto

⁷²⁹ Homem-corpo e homem-espécie são termos de Michael Foucault, vd. “*É preciso defender...*”, p. 259.

⁷³⁰ Este contraste é melhor explorado por Foucault nas aulas do Collège de France de 1977-1978, quando distingue o modelo “disciplinar” da ideia de “segurança” que caracteriza o modelo biopolítico. Assim, o modelo disciplinar procura regular tudo, estipulando o que é proibido e o que é permitido ou obrigatório, enquanto o modelo securitário assume a naturalidade e a inevitabilidade de certos fenómenos e “deixa acontecer”, ajustando-se a esses processos para geri-los. Vd. Foucault, Michel, 2009, *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977-78*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, Pp. 45-7

⁷³¹ Idem, *O movimento operário*, P. 47. Ver também p. 66, quando afirma que, no comunismo anarquista, “biologicamente ter-se-á também feito um notável progresso. Pelo amor livre dar-se-á a verdadeira aproximação fisiológica, que mesquinhos interesses materiais não perturbaram, e isso terá como consequência o depuramento da espécie. Então terá aplicação a teoria darwinista: triunfarão os mais fortes, por isso que os fracos, procurando-se instintivamente, ir-se-ão extinguindo, obedecendo à lei da sua cada vez maior infecundidade.”

conjunto de técnicas que procurava interferir na natalidade e na fecundidade em articulação com as questões da produção e do consumo. É em torno deste tema que a dimensão biopolítica é mais saliente e será nele que nos focaremos na primeira parte deste capítulo. Por outro lado, a regulação da sexualidade entre os anarquistas manteve, por vezes, práticas disciplinares que deviam incidir sobre certos comportamentos e relações de modo a intensificar o seu ajustamento a uma racionalidade derivada da lei natural. Foi este o caso dos discursos produzidos sobre certas formas de sexualidade não-normativas, como a homossexualidade. Em ambos os casos, estava em causa a eliminação de formas de degenerescência que resultavam das formas de organização social e política coevas e da racionalização das relações sexuais. Mas, neste caso particular, as técnicas disciplinares cruzavam-se com as técnicas biopolíticas, articulando a disciplinarização dos comportamentos individuais com um conjunto de dinâmicas populacionais e com o modelo libertário de sociedade por que se lutava. Entre a defesa da autonomia individual, deixando as relações e os comportamentos seguirem o seu livre curso, e a necessidade de intervir directamente sobre eles, regulando-os disciplinarmente e, se necessário, segundo um modelo proto-jurídico, surgiam, necessariamente, algumas tensões e ambiguidades. Tal como vimos, o anarquismo tinha como base das suas formas de acção uma coerência entre meios e fins, recusando, por isso, quaisquer formas de intervenção coercivas e autoritárias para a concretização do seu projecto de máxima igualdade social e máxima liberdade individual. Mas nem por isso o impulso biopolítico, em detrimento das técnicas de disciplina, escondia a persistência de um discurso cogente, em conflito com os princípios libertários. É esta tensão que iremos explorar neste último capítulo, através desses dois exemplos.

8.1 – Neomalthusianismo

No estudo de referência sobre as ideias neomalthusianas entre os anarquistas portugueses⁷³², João Freire e Maria Alexandre Lousada apontam que o neomalthusianismo, apesar de se manter sempre numa posição de relativa marginalidade enquanto movimento organizado, teve uma influência importante no meio libertário. A sua presença manifestou-se com particular visibilidade nos primeiros

⁷³² Freire, João e Lousada, Maria Alexandre, 2012, *Greve de Ventres! Para a história do movimento neomalthusiano em Portugal: em favor de um autocontrolo da natalidade*, Lisboa: Edições Colibri.

quinze anos do século XX, disseminando um conjunto de ideias, métodos e práticas relativas ao controlo da natalidade e do seu impacto na população. Todavia, os efeitos da propaganda neomalthusiana estenderam-se bem para lá desse período e condicionaram expressivamente o repertório discursivo e comportamental dos anarquistas sobre a sexualidade⁷³³.

No mote desta doutrina – “bom nascimento, boa educação e boa organização social” – é patente a correlação que se assumia entre os comportamentos sexuais individuais e certas dinâmicas populacionais. Pela auto-regulação consciente e informada dos hábitos individuais de modo a levar a uma redução voluntária da natalidade, com recurso a métodos anticoncepcionais divulgados e distribuídos pelos militantes neomalthusianos, procurava-se, simultaneamente, libertar a sexualidade dos dogmas religiosos e interferir com certos padrões demográficos que se cria contribuírem para aumentar as desigualdades e a miséria social. O excesso populacional e a sua aparente tendência de crescimento incessante chocavam com a finitude dos recursos e com os limites da capacidade de produção. A pressão que esse desequilíbrio gerava sobre os recursos reflectia-se, especialmente, nas classes mais baixas, reduzindo os salários e agravando o desemprego, a carestia, a pobreza, as desigualdades de género e a força das instituições estatais, em particular aquelas que integravam o seu aparato repressivo, como a polícia e o exército. Por outras palavras, reforçavam a exploração do trabalho pelo capital e constituíam um cenário propício à disseminação de doenças, à emigração e ao aumento dos conflitos militares pela necessidade de expandir o território (e equilibrar o rácio entre população e recursos). Não menos importante, a procriação “excessiva” e não planeada concorria, com todas essas consequências, para reduzir as possibilidades de emancipação das classes trabalhadoras, pois condicionava o tempo que estas poderiam dedicar à sua formação, pela educação e pela cultura, e às actividades sindicais e revolucionárias.

Conjugado com o anarquismo, o neomalthusianismo expressava, além disso, uma descrença na acção estatal e, em particular, na assistência pública, considerando que estas, para além de não combaterem os problemas que estavam na origem da miséria, tendiam a “corromper o meio (...) com medidas bem irrisórias e inúteis”, e, por

⁷³³ Influência essa que verificou tanto nos sectores individualistas do anarquismo como nos mais “colectivistas”. Numa das poucas publicações anarco-individualistas que existiram em Portugal, *refratários*, é publicado um texto em defesa da doutrina neomalthusiana, *vd.* Dr. X..., “Mundo novo com omens [sic] velhos?”, *refratários*, n.º 2 – 1.º Ano, 26 de Novembro de 1921, p. 2.

isso, contribuía para que aumentassem – ou, pelo menos, persistissem – as doenças que afectavam as classes populares⁷³⁴. Só uma intervenção conjugada sobre a “proliferação ao acaso, inconsciente e irreflectida” para assegurar uma “boa gestação”, sobre a educação dos nascidos e sobre uma “péssima e defeituosa organização social”, poderia garantir a regeneração humana⁷³⁵.

O relevo dado às condições sociais dominantes e a articulação “anti”-natalista com a acção revolucionária demonstra a relação ambígua que o movimento neomalthusiano manteve com as ideias de Thomas Malthus. A constatação do desfasamento entre o crescimento das populações humanas e os meios de subsistência disponíveis, subscrita pelos neomalthusianos, surgiu da lei da população formulada por este economista e pastor protestante britânico. Segundo essa lei, a população aumentava em progressão geométrica e os meios de subsistência em progressão aritmética, o que tinha como consequência – se nada a interrompesse – uma pressão sobre os recursos que levaria ao seu esgotamento e, conseqüentemente, à degradação e depauperamento das condições de vida da população. Sem colocar em causa a inevitabilidade das desigualdades sociais, Malthus procurava limitar esse rumo pelo “moral restraint”, a promoção ou mesmo imposição do celibato e da abstinência sexual sobre as classes pobres. Os anarquistas neomalthusianos, por outro lado, opunham-se à abstinência sexual e defendiam o neomalthusianismo como uma forma de assegurar “a plena expansão do desejo sexual” (pelo uso de contraceptivos) e a “livre união dos sexos” pela emancipação da mulher “da opressão e do jugo do homem”,⁷³⁶. Ademais, no seu entender, a desproporção entre recursos e população não decorria de qualquer inevitabilidade, mas sim de uma distribuição desigual da riqueza, em grande medida pela organização desadequada dos meios de produção e pela existência da propriedade privada.

Em suma, para os neomalthusianos as ideias e os métodos que defendiam não tinham como pressuposto a adesão integral às teses malthusianas, mas o reconhecimento da necessidade de intervir nas condições de vida, quer para as melhorar

⁷³⁴ Vaz, Ângelo, 1902, *Neo-Malthusianismo*, Porto: Typ. Da Empresa Litterária e Typographica, p. 109. Vaz, citando Kropotkine, afirmava inclusive que “a assistência pública era uma das maiores mistificações deste século”, *vd.* p. 28.

⁷³⁵ Idem, *ibidem*, pp. 104 e ss.

⁷³⁶ Idem, *ibidem*, p. 111.

no imediato⁷³⁷ e evitar a degeneração da espécie, quer para criar as condições para a transformação revolucionária. Contudo, nos primeiros anos, a divulgação do neomalthusianismo em Portugal manteve, no geral, uma afinidade com o diagnóstico de Malthus, o que é dizer, tal como vimos, que as premissas de Malthus quanto ao problema da população não pareciam ser motivo de grandes divergências. Estas surgiam, sobretudo, no que concernia ao posicionamento das desigualdades sociais neste processo e às soluções discriminatórias e coercivas propostas para enfrentar o problema (como o “moral restraint”).

Ângelo Vaz, no texto que temos vindo a citar e que foi “a primeira defesa pública dos princípios do neomalthusianismo em Portugal”⁷³⁸, a tese apresentada à Escola Médico-cirúrgica do Porto⁷³⁹, considerava Thomas Malthus “injustamente atacado” e entregou-se à apresentação das suas ideias para procurar resgatar o que nelas considerava importante⁷⁴⁰. Para o anarquista do Porto, Malthus deu forma científica ao princípio da população, que considerava “inegável”, estabelecendo as leis a que obedecia e refutando a ideia de que a população era sempre um benefício ou que quanto maior esta fosse mais riqueza existiria no país. Recorrendo a Kropotkin – crítico de Malthus e, também, dos neomalthusianos – considerava, porém, um erro a ideia de que a causa da miséria fosse o excesso de população, remetendo-a para a divisão de classes e para a propriedade privada⁷⁴¹. Apesar de reconhecer o “alto fim humanitário” do proponente, demarcava-se, além disso, do impedimento dos casamentos e das uniões sexuais, considerando-as “uma barbaridade e uma violência” sem justificação⁷⁴². Tal como Campos Lima, Vaz considerava que “o grave problema do excesso de população”, e, em particular, a eliminação dos doentes e degenerados, se resolveria por

⁷³⁷ Veja-se o subtítulo do texto de um dos maiores divulgadores internacionais do neomalthusianismo, Luis Bulffi, “Pelo bem-estar imediato”, cf. “Neo-malthusianismo – Pelo bem-estar imediato”, *A Vida*, n.º 39, 14 de Janeiro de 1906, p. 1. Gaspar Santos privilegiava o método neomalthusiano à possibilidade do aumento da produção, como forma de equilibrar população e recursos, por considerar que o segundo processo “não era praticável no estado actual das sociedades dada a monopolização de todos os meios de produção por uma minoria de grandes exploradores.”, e.g. “Neo-malthusianismo I”, n.º 3, *Terra Livre*, 27 de Fevereiro de 1913.

⁷³⁸ *Vd. Freire & Lousada, Greve de ventres*, p. 51.

⁷³⁹ Note-se o contexto académico e disciplinar em que a tese foi elaborada, o da medicina, que leva o autor a procurar esclarecer logo no prefácio a aparente “estranheza” na escolha do tema, defendendo que “uma higiene e uma profilaxia sociais, bem entendidas, supõem o conhecimento profundo de todas as condições da vida individual”, Vaz, *Neo-malthusianismo*, pp. 17-8.

⁷⁴⁰ Nobre Cid, outro dos principais propagandistas do neomalthusianismo em Portugal, também defendia que Malthus teria sido “mal compreendido”, ver “Neo-Malthusianismo – XVIII”, *Germinal*, n.º 73, Série II, 10 de Maio de 1913.

⁷⁴¹ Ver Vaz, *Neo-malthusianismo*, p. 96. Sobre as convergências e divergências do autor com as teses de Malthus, ver o capítulo V da referida tese, pp. 84 e ss.

⁷⁴² *Idem, ibidem*, pp. 115-116.

um processo de “eliminação natural”, segundo a mesma lógica da esterilidade hereditária, e pela consciencialização das massas para a necessidade de evitar a procriação por via dos métodos neomalthusianos. Na sociedade nova, conciliava-se, assim, “o direito à subsistência com o direito ao amor”⁷⁴³.

No geral, os neomalthusianos anarquistas aceitavam as críticas ao malthusianismo, formuladas por autores como Kropotkin e Malatesta, e articulavam-nas com a doutrina neomalthusiana. Com estes, defendiam que a capacidade produtiva da humanidade era limitada artificialmente para controlar os preços e aumentar os lucros. Com uma exploração racional e científica dos recursos, pela agricultura intensiva ou até, segundo Ângelo Vaz, pela “fabricação química dos alimentos”⁷⁴⁴, a produção podia ser multiplicada de modo a satisfazer as necessidades de todos⁷⁴⁵. Mas, enquanto nuns casos se procurava conciliar essas críticas com as teses neomalthusianas, sem sobrepor uma luta à outra, noutros privilegiava-se a intervenção imediata sobre a procriação como a forma mais eficaz de resolver ou atenuar a questão populacional. Gaspar Santos⁷⁴⁶, por exemplo, para além de subscrever igualmente a lei da população malthusiana, defendia os métodos neomalthusianos por considerar que aumentar a produção “não é praticável no estado actual das sociedades dada a monopolização de todos os meios de produção por uma minoria de grandes exploradores”⁷⁴⁷.

Foi tendo por base esta relação com Malthus que se construíram as críticas ao neomalthusianismo entre os anarquistas portugueses, especialmente nos primeiros anos. O jornal *A Obra* foi uma das publicações que mais se empenhou em combater o neomalthusianismo, dedicando-lhe uma série de textos críticos. Nas suas páginas, Benjamin José Rebelo, apelidava o neomalthusianismo de “malthusianismo em

⁷⁴³ Idem, *ibidem*, p. 104.

⁷⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 57.

⁷⁴⁵ Ver, por exemplo, Malatesta “Produção e distribuição”, *A Vida*, n.º 28, II, 11 de Julho de 1909, p. 3 e Kropotkin, 1975 [1910], *A Conquista do Pão*, Lisboa: Guimarães Editores, em particular o capítulo “Agricultura”. Ver, também, para Portugal, a série de artigos que José Carlos Sousa publica em refutação das leis da população no jornal *O Sindicalista*, nos números 18, 20, 24 e 31, entre Março e Julho, e, para uma crítica mais sintética, o artigo de Manuel Luiz da Costa Junior, “Os deserdados”, *Terra Livre*, n.º 12 – 1.º Ano, 1 de Maio de 1913, p. 6 (com continuação nos números seguintes).

⁷⁴⁶ Gaspar Santos foi médico e um dos principais defensores do neomalthusianismo entre os anarquistas portugueses, vd. Freire e Lousada, 2013, *Roteiros da Memória Urbana – Lisboa*, Lisboa: Edições Colibri, p. 102.

⁷⁴⁷ Gaspar Santos, “Neo-malthusianismo – I”, *Terra Livre*, n.º 3, 27 de Fevereiro de 1913. Mantendo a posição que prevaleceu entre os neomalthusianos portugueses, Gaspar Santos renegava, igualmente, a castidade como solução e a ideia de que “o amor só seja permitido aos sãos, aos mais fortes”, considerando uma “crueldade intolerável”, Gaspar Santos, “Neo-malthusianismo – II”, *Terra Livre*, n.º 4, 6 de Março de 1913.

segundas núpcias”, criticava a desumanidade das suas propostas e, seguindo uma toada puritana, ressaltava o dever da procriação contra “o suicídio da espécie” (uma posição que ecoava as posições natalistas, que se opunham ao neomalthusianismo, vindas dos sectores católicos e governamentais)⁷⁴⁸. Um autor anónimo considerava o malthusianismo e o neomalthusianismo como o resultado da necessidade de os capitalistas justificarem cientificamente as condições dominantes, apelidando os seus proponentes de “moralistas de um novo género” e a sua doutrina como “a negação absoluta do Socialismo e da Revolução”. No mesmo artigo, o neomalthusianismo era caricaturado por fazer do “onanismo (...) um ideal social” e a sua pretensa novidade e eficácia eram contestadas, argumentando-se que os métodos anticoncepcionais, como o preservativo, para além de há muito estarem em uso, eram não só ineficazes como de inviável generalização⁷⁴⁹.

Gradualmente, as ideias de Malthus tenderam a perder relevância nas defesas do neomalthusianismo e deste ficou, principalmente, a defesa dos métodos e práticas anticoncepcionais. Em 1914, o jornal *A Aurora* publicava um texto do republicano francês Alfred Naquet, com o subtítulo “uma opinião sensata”, em que o autor defendia que o neomalthusianismo devia ser condenado “quando o erigissem como meio de resolver a questão social, opondo-o ao socialismo”, mas que os seus métodos e a ideia de uma “maternidade consciente, desejada” deviam ser preservados⁷⁵⁰. No mesmo jornal, num artigo anónimo, afirmava-se que “o neo-malthusianismo tem grande valor moral e higiénico, garante a livre maternidade, favorece a liberdade feminina, é um expediente de melhoramento económico e de liberdade de acção”, mas que o seu alcance não devia ser exagerado na “sociedade capitalista” e este não devia ser apresentado como “sucedâneo de outros meios mais importantes, mais rápidos e mais urgentes”⁷⁵¹. Foi perante o crescimento desta postura que Gaspar Santos, em 1913, afirmou, em tom de lamento e provavelmente com algum exagero, que o neomalthusianismo se teria desviado do seu “fim primitivo”⁷⁵².

Nos anos seguintes, especialmente na segunda metade da década de 1910, a doutrina desaparece quase por completo das páginas dos jornais libertários e operários.

⁷⁴⁸ Rebelo, Benjamim José, “Malthusianismos”, *A Obra*, n.º 496 – Ano IX, 6 de Agosto de 1904.

⁷⁴⁹ Anon, “O desvio neo-malthusiano”, *A Obra*, n.º 518 – Ano X, 7 de Janeiro de 1905, p. 3.

⁷⁵⁰ Alfred Naquet, “O neo-malthusianismo (uma opinião sensata)”, *A Aurora*, n.º 182, série II, 18 de Janeiro de 1914, p. 4.

⁷⁵¹ Anon, “O neo-malthusianismo”, *A Aurora*, n.º 4, Série III, 31 de Outubro de 1915, p. 6.

⁷⁵² Gaspar Santos, “Neo-malthusianismo II”, *Terra Livre*, n.º 4 – 1º Ano, 6 de Março de 1913, p. 6.

As referências apologéticas que pontualmente surgiam visavam, principalmente, as medidas e críticas políticas que contra este dirigiam outros campos políticos⁷⁵³. A influência do neomalthusianismo manteve-se, portanto, pela negação dos benefícios do natalismo e pela defesa do recurso aos métodos anticoncepcionais independentemente dos aspectos doutrinários do neomalthusianismo.

Sobre a relação entre malthusianismo, neomalthusianismo e biopolítica há, contudo, algumas questões que importa abordar. Antes de mais, a associação entre as ideias de Malthus e a biopolítica não é linear. Mitchell Dean sublinha, precisamente, a presença secundária de Malthus nos textos de Michael Foucault que exploram a ideia de biopolítica, o que é assinalável pela importância da ideia de população nesta e na obra de Malthus⁷⁵⁴. As ideias de Malthus redefiniram a ideia de população, a relação desta com a emergência da economia política e contribuíram grandemente para a centralidade que a questão adquiriu nas formas de governação modernas. Manteve, todavia, uma perspectiva moral e disciplinar sobre os seus processos e colocou, por isso, a sua ideia de população numa posição problemática no campo da biopolítica. Em contraste com a abordagem liberal emergente, que abordava a escassez numa perspectiva social fluída, em parte assente no *laissez faire*, *laissez passer* e nas leis da oferta e da procura do mercado, a escassez era vista como um mal que suscitava a necessidade de uma intervenção directa que visasse impedi-la.

Foucault, quando apresenta o reequacionamento da questão da escassez como um dos exemplos da emergência do paradigma biopolítico, foca-se nas posições dos fisiocratas em detrimento daquelas defendidas por Malthus⁷⁵⁵. Os fisiocratas viam o problema da escassez como algo que resultava de uma combinação abrangente de elementos de ordem diferente e consideravam-no por isso gerível pela actuação sobre elementos aparentemente dissociados do problema concreto. Contrariamente a Malthus, portanto, não o entendiam enquanto um conflito fundamental entre os seres humanos e a natureza, que exigisse uma intervenção orientada para evitar a fome, as guerras ou epidemias. Para os anarquistas, e em particular para os anarquistas neomalthusianos,

⁷⁵³ Estas críticas surgiam, principalmente, dos campos mais conservadores e, também, daqueles ligados aos poderes públicos, ambos defensores da natalidade. As razões que os moviam eram diferentes, mas em qualquer dos casos cruzavam-se argumentos morais (em defesa dos costumes e associando o neomalthusianismo à pornografia) e populacionais quanto à necessidade e aos benefícios de aumentar a taxa de natalidade.

⁷⁵⁴ Dean, Michell, 2015, “Malthus Effect: Population and the liberal government of life”, *Economy and Society*, 44:1, pp. 18-39.

⁷⁵⁵ Foucault, *Security, Territory, Population*, pp. 65 e ss.; ver, também, Dean, “Malthus effect...”, p. 21.

este também não era um conflito fundamental, derivado da natureza humana ou de uma “lei” específica, mas sim o resultado de uma conjunção de elementos que resultavam numa má organização económica e política e, logo, de algo que seria superado pela prossecução e estabelecimento de uma sociedade libertária, através de todos os processos que isso implicava. Diferentemente dos fisiocratas, contudo, para os anarquistas as leis do mercado não desempenhavam qualquer papel na superação do problema da população e das subsistência – estas eram aliás uma das causas do problema –; a sua resolução dar-se-ia pela transformação revolucionária e integrada dos comportamentos, da economia e da sociedade, organizados horizontalmente e segundo um princípio de solidariedade coerente com as leis naturais. Seguindo este rumo, contribuir-se-ia para que, por um lado, surgissem menos indivíduos degenerados e, por outro, para que aqueles que existiam desaparecessem gradualmente por um processo de selecção natural.

O neomalthusianismo pressupunha, portanto, uma intervenção sobre o problema, mas, contrariamente a Malthus, seria uma intervenção temporária que operaria sobre as diferentes dimensões de uma organização social disfuncional e não sobre um conflito intrínseco à natureza humana, imutável e eternizado na própria dinâmica população-recursos. Restituído um equilíbrio natural possibilitado pela sociedade libertária, o problema da escassez e da natalidade já não exigiria uma intervenção focada – preventiva ou curativa; exigia, somente, tal como com os fisiocratas, a sua gestão continua. Em suma, contrariamente a Malthus, para os neomalthusianos, a dimensão da população não era, em si, um bem ou um mal, mas algo que constituía um problema pelo desequilíbrio na combinação de diversos factores – biológicos, educativos, políticos, sociais, económicos. No neomalthusianismo libertário, portanto, a dimensão biopolítica surge com maior intensidade do que nas ideias de Malthus.

8.2 – Homossexualidade e “a degenerescência da espécie”

As referências a práticas sexuais não-normativas, como a prática homossexual, foram raras entre os anarquistas. Estas surgiam *en passant*, e sempre com um teor pejorativo, para sublinhar a decadência e imoralidade de certos sujeitos ou contextos, entre os quais se destacavam figuras de autoridade, as elites sociais e as instituições exclusivamente masculinas ou exclusivamente femininas, como as casernas, os internatos, as prisões ou as escolas. As denúncias de comportamentos homossexuais

remetiam, por isso, no geral, para figuras como os padres e os membros das classes altas, aristocráticas e burguesas, sublinhando-se, por essa via, a corrupção dos ambientes que promoviam, a decadência dos seus costumes, a hipocrisia da sua moralidade e, logo, a ilegitimidade do papel reverencial que reclamavam para si. O padre tinha um lugar destacado nestes retratos. A “lei anti-social do celibato que [lhes] impõe uma abstinência forçada” torná-los-ia propensos à pederastia⁷⁵⁶ e a outras “perversões sexuais”, a que acrescia o seu carácter assexuado, evidenciado em algumas descrições que o apresentavam como um indivíduo de “cara rapada” que proferia “devaneios melodiosos de hermafrodita”⁷⁵⁷ ou como alguém de “pele cetinosa como as damas e [com um] andar que participa um tanto ou quanto do ondulado mulhêril”⁷⁵⁸. Essas características faziam das igrejas “prostíbulos de invertidos” que apenas suscitarium uma “gargalhada de nojo e desprezo”, não fossem os “efeitos nefastos” que podiam ter no “espírito humano”⁷⁵⁹.

As manifestações de homossexualidade associadas a esses contextos, tomados como baluartes da regeneração moral – pela afirmação da virilidade e defesa da raça nas casernas, pela instrução nas escolas, pela promoção da moralidade pública nas igrejas e pela recuperação de indivíduos com comportamentos criminais nas prisões⁷⁶⁰ – atestavam, assim, que estes teriam, afinal, o efeito exactamente oposto, gerando comportamentos perversos e desviantes que punham em causa a qualidade moral e biológica dos indivíduos. A própria viabilidade da sociedade era colocada em causa, pois, em contradição com as posições neomalthusianas, um dos factores que tornava a homossexualidade ameaçadora era consubstanciar a negação das “necessidades genésicas – fecundando como homens e concebendo como mulheres”. Por não serem “fieis à natureza”⁷⁶¹ ou por não constituírem uma forma de “liberdade dentro da

⁷⁵⁶ Heliodoro Salgado, “A violação de menores”, *A Obra*, n.º 295 – Ano VII, 30 de Outubro de 1900, p. 1.

⁷⁵⁷ Anon., “Conferências só para homens”, *A Obra*, n.º 473, Ano IX, 27 de Fevereiro de 1904, p. 2.

⁷⁵⁸ José Carlos de Sousa, “Os cancros sociais – O Padre”, *Terra Livre*, n.º 1 – 1.º Ano, 13 de Fevereiro de 1913, p. 7.

⁷⁵⁹ Anon., “Conferências só para homens”, *A Obra*, n.º 473, Ano IX, 27 de Fevereiro de 1904, p. 2.

⁷⁶⁰ Um preso, detido em Monsanto, J.S. Melo, numa das muitas cartas que surgiam na imprensa a denunciar as condições das prisões, questionava: “Quando, após a saída das oficinas, os reclusos se aglomeram em grande celeuma ante o bordel dos invertidos e qualquer Boto ou Leal exhibe – embora sem as *atitudes estilizadas* e os processos “*raffinês*” de qualquer daqueles evangelizadores da inversão sexual – toda a sua degradação moral – poder-se-á dizer que se está num local de regeneração, onde a propósito de tudo e de nada, se berra sobre a necessidade de respeitar a disciplina?”, J.S. Melo, “A ‘disciplina’ nas prisões”, *A Batalha*, n.º 1427 – Ano V, 19 de Julho de 1923, p. 2.

⁷⁶¹ Bacellar, José, “Crónica Subvesiva – Immoraes”, *A Obra*, n.º 489 – Ano X, 18 de Junho de 1904, p. 2.

natureza”⁷⁶², os comportamentos homossexuais não se coadunavam com as ideias de liberdade social e individual libertárias.

A homossexualidade, em suma, tal como o crime e outros “desvios” sociais”, era um comportamento em que se cruzava a natureza e a cultura e resultava de um meio ambiente decadente e moralmente corrompido. No 1.º Congresso Anarquista na Região Portuguesa, realizado em 1911, numa tese dedicada ao anti-militarismo, defendia-se que “o militarismo provoca (...) a inversão sexual, a sífilis e o alcoolismo”⁷⁶³. Para Heliodoro Salgado, a pederastia⁷⁶⁴ tinha causas variadas, que iam da “perversão sexual resultante de uma degenerescência orgânica, mais ou menos atávica, às causas, por assim dizermos, artificiais, como sejam: a promiscuidade gerada na vagabundagem de pequenos miseráveis; a vida nos internatos de alunos chegados já à puberdade, sem possibilidade de regular encontro com fêmea; a vida ociosa das casernas (...)”⁷⁶⁵. Juntava-se a esses ambientes específicos aquele criado pela sociedade burguesa que, por descurar a educação e “todos os problemas que não lhe interessam”, contribuía para um “ambiente destruidor” e uma sociedade “perfeitamente pervertida” que proporcionava “o alarmante desenvolvimento da inversão dos desejos sexuais”⁷⁶⁶.

Todas estas tendências podiam ser corrigidas pela promoção de outro tipo de comportamentos e instituições que conduzissem a uma nova sociedade. As referências à homossexualidade apareceram, por isso, quase sempre, associadas a outras questões mais vastas, como a educação, a hierarquia e a autoridade, e nos diagnósticos genéricos que visavam a decadência dos costumes. Mas o seu “alarmante desenvolvimento” tornava urgente, para alguns militantes, uma reacção que lhe opusesse medidas restritivas. Nestes casos, diferentemente da questão da natalidade, a necessidade da intervenção sobre certas formas de sexualidade, como aquelas entre sujeitos do mesmo sexo, não se colocava apenas nos termos biopolíticos em que se abordava a questão da degeneração. A estas práticas correspondia um processo de agravamento acelerado dessa degeneração moral e biológica com consequências imprevisíveis, senão

⁷⁶² Jorge, Ângelo, 1904, “O indivíduo e o Estado”, *A Obra*, n.º 516 – Ano X, 31 de Dezembro de 1904, p. 1.

⁷⁶³ Constantino, Bartolomeu, “O 1.º Congresso anarquista na região portuguesa”, *A Aurora*, n.º 74 – Série II, 24 de Dezembro de 1911, p. 2.

⁷⁶⁴ “Pederastas”, “sodomitas”, “invertidos”, “uranistas” e, no caso das mulheres, “safistas” e “tribadistas” eram os termos mais usados na época, para designar os homossexuais. Neste texto, serão usados intercaladamente com o termo “homossexual”.

⁷⁶⁵ Heliodoro Salgado, “A violação de menores”, *A Obra*, n.º 295 – Ano VII, 30 de Outubro de 1900, p. 1.

⁷⁶⁶ Anon., “A educação social”, *A Batalha*, n.º 507 – Ano II, 25 de Agosto de 1920. P. 1.

irreversíveis, a que se devia portanto colocar um travão imediato. Não era suficiente, como tal, deixá-las acontecer livremente e esperar que a acção sobre outros factores fosse suficiente para determinar a sua regulação e o seu ajustamento ao ideal social preconizado. A homossexualidade, contrariamente à sexualidade normativa, não era um facto natural; era algo que punha em causa a própria continuidade da espécie e, segundo alguns relatos, com um grande potencial de contágio: disseminava-se rapidamente e quanto mais se espalhasse mais difícil se tornava evitar as suas consequências.

É de acordo com esta perspectiva que, em 1921, *A Batalha* decide trazer a homossexualidade para a mira das suas lutas. Através de uma série de artigos, procurou-se fomentar uma campanha contra a homossexualidade que rompia com a tibieza do tom que caracterizava as referências à questão. O acontecimento que a espoletou foi a publicação do livro de poesia de António Botto, *Canções*⁷⁶⁷, acontecimento que tem a primeira referência numa das rubricas diárias do jornal, “Notas & Comentários”⁷⁶⁸. Num texto não assinado, intitulado “Haja homens!”, o redactor revela o seu encontro com “um retrato de um homem” numa *vitrine* de uma livraria. O acontecimento não teria nada de estranho, não fossem os “hábitos de mulher” e “os ombros nus” a indicar “propósitos exibicionistas” que o tornavam uma imoralidade cujo fim seria “apenas atrair sobre o retrato (...) os olhares ardentes de outros homens”⁷⁶⁹. O incómodo parecia derivar da exposição pública da “pederastia” do retratado, António Botto, afirmando-se que “este poderia calar consigo a sua inspiração, fazer versos e o resto em família, que nós nada tínhamos que ver com as suas manias”. Essa exposição – que desafiava, aparentemente, uma tolerância reservada àqueles que mantinham tais posições na esfera privada – levava a que este tivesse que “sujeitar-se à crítica” que devia “ser impiedosa para a obra e para o autor”. Por considerar que os versos de Botto eram pouco

⁷⁶⁷ Para um estudo do significado e do impacto do “fenómeno Botto” na Lisboa dos anos 20, ver Klobucka, Anna, 2018, *O mundo gay de António Botto*, Lisboa: Documenta.

⁷⁶⁸ Até 1921 esta secção foi da autoria de Perfeito de Carvalho. Cerca desta altura Perfeito de Carvalho foi nomeado pela C.G.T. para ir como delegado ao Congresso da Internacional Sindical Vermelha, a acontecer em Julho de 1921 em Moscovo, em simultâneo com o III Congresso da Internacional Comunista. Com essa viagem, Perfeito de Carvalho acabou por permanecer na Rússia, casou com uma moscovita e foi viver para Paris. O seu nome ficou sempre envolto em polémica por nunca ter entregue o relatório da viagem à C.G.T. e pela aproximação ao comunismo. Depois da viagem, não voltou a escrever para *A Batalha*. A secção passa então a ser escrita principalmente por Mário Domingues. Não é, contudo, possível perceber se esta mudança já se tinha dado nesta altura, por não ter sido possível apurar a data da partida para a Rússia de Perfeito de Carvalho e, logo, quem seria o autor desta peça. Sobre Perfeito de Carvalho e sobre a viagem a Moscovo, ver Vieira, Alexandre, 1959, *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*, Lisboa: Edição do autor, pp. 26-27

⁷⁶⁹ Comentários semelhantes à foto de Botto na mostra da livraria tinham sido publicados cerca de um mês antes do texto d’*A Batalha*, a 14 de Abril de 1921, no jornal *A Capital*, vd. Klobucka, *O mundo gay...*, p. 87 e ss.

conhecidos – “os versos do sr. Botto são menos conhecidos do que o seu corpo, (...) volume muito mais folheado do que a sua poesia” –, a ameaça sob o ponto de vista moral colocava-se para aqueles que sendo “puros” pudessem folhear os versos e corressem, por isso, o risco de se corromperem e de “pode[re]m efeminar-se”. Por contrariar a Natureza, a obra era apresentada como “prejudicial à humanidade”, capaz de “contaminar uma geração inteira”, criar “um ambiente favorável ao desenvolvimento de miasmas, capazes de infeccionar uma geração”, e “acabar com a humanidade dentro de duas ou três gerações”. O autor deste texto considerava, contudo, que a melhor forma de lidar com o livro de Botto não passava por “queimá-lo”, nem por “proibi-lo”, pois “ele tem tanto direito a elogiar o vício como nós a combatê-lo”, mas sim pela criação de uma “corrente de opinião contrária”, competindo aos “homens, no verdadeiro sentido da palavra, combater esse mal” contrapondo “virilidade, saúde, beleza”⁷⁷⁰.

Passados cerca de três meses, *A Batalha* voltava a pegar no tema num longo editorial que apelava, no título, a “um grito de alarme contra a degenerescência da espécie” e procurava chamar “a atenção dos pais extremosos, das mães carinhosas, dos médicos, dos pedagogos e do proletariado revolucionário”. O artigo começava por apresentar uma justificação para a concessão de um destaque e um detalhe pouco usual a um tema tabu, dirigindo-se “àqueles que, “enfeudados na prisão escura e estreita da moral avariada de agora”, pudessem ficar incomodados com o editorial⁷⁷¹. No seu entender, o “papel de revolucionários” e o seu “anseio de pureza” exigia que abordassem publicamente “o que a moral burguesa (que admite essas coisas podres) considera imoral” e que se “rebel[assem] contra todos os fenómenos que formam o ambiente pútrido, gerador de degradação dos corpos e dos espíritos” que esta alimentava. Mais uma vez, a urgência de enfrentar o tema da inversão sexual – “que tomou de assalto, furiosamente, impetuosamente as duas últimas gerações, (...) atingindo neste momento proporções alucinantes” – decorria da ameaça que constituía para a própria espécie humana e do seu potencial de contágio: o safismo e a pederastia generalizavam-se, como qualquer outro vício, “com a facilidade das epidemias” e eram

⁷⁷⁰ Anon., “Haja homens!”, *A Batalha*, n.º 752 – Ano III, 8 de Maio de 1921, p. 1.

⁷⁷¹ Sobre este artigo não se reportou qualquer reacção negativa. Mas, poucos anos depois, uma série de artigos de Lion de Castro dedicados ao onanismo, pederastia e safismo na “secção naturista” do jornal, parecem ter tido uma recepção diferente. No segundo artigo dessa série, que apenas surgiu 6 meses após o primeiro, o autor começa por criticar “certos moralistas” que se “fizeram meus censores, dizendo ser o meu artigo indecoroso e, por isso, impróprio para ser tratado numa secção naturista”. Contra eles, defendiam que “a vida sexual influi notavelmente na vida dum povo, no seu físico, nos seus pensamentos, na sua moral”. Lion de Castro, “Secção Naturista – Questões Sexuais – O safismo”, *A Batalha*, n.º 1732 – Ano VI, 17 de Julho de 1924, p.3.

preocupantes por serem “contra a procriação, contra a própria humanidade, contra a razão de viver (...). O pederasta vive para morrer”.

No entender do redactor, os pederastas e as safistas eram doentes “duma doença estranha que os ambientes de degradação geram” e, na maior parte dos casos, seriam regeneráveis, o que devia merecer a atenção dos médicos, dos homens da ciência e dos sociólogos que, contudo, pareciam assistir de “braços cruzados a esta debacle formidável”. Mas o principal perigo estava “numa nova moral corrupta que na sombra se pretende erguer em volta desta enfermidade”, apontando-se a culpa às classes *snoobs* (colocando a hipótese de tal “moda” se ter iniciado entre elas), que embelezavam tais práticas “em versos repugnantes” e as tornavam num vício “que se poderia adquirir como o fumar”. Apontando as aglomerações como uma das principais causas da homossexualidade – nomeando, para além das casernas, dos conventos e dos internatos escolares, a cidade como um dos locais de onde surgia este “género de doentes” –, considerava-se que a solução passaria pela “abolição do militarismo”, pela “adopção nas escolas da coeducação” e pela “propaganda bem orientada” que demolisse “o actual conceito da honestidade que faz da natural inclinação da carne um crime” e expusesse “em todo o seu esplendor a Beleza grandiosa do amor livre”⁷⁷².

Este alerta não suscitou grandes reacções na página do jornal. Não obstante, *A Batalha* não desistiu de procurar amplificá-lo, publicando algumas notícias e artigos nos meses seguintes. Poucas semanas depois, denunciava um caso que considerava “justifica[r] o alarme (...) contra a degenerescência” (um episódio de “adultério” em que uma mulher tinha burlado o marido, abandonando-o em seguida para se juntar a outra mulher) e voltava a pôr “em relevo a necessidade de pais, mães, médicos e professores estudarem” casos como este que abalavam a sociedade e fomentavam “a desgraça de muito lar”. Um dos últimos esforços desta campanha surgiu pela pena de Pinto Quartim, contando um episódio aparentemente antigo em que uma senhora se teria apresentado na redacção do jornal onde trabalhava a solicitar a publicação de versos da sua autoria. Os versos teriam deixado o jornalista “enlevado e perturbado” e pareciam-lhe “magníficos” até ter reparado que eram assinados por uma mulher.

⁷⁷² Anon., “Um problema patológico-social – Um grito de alarme contra a degenerescência da espécie”, *A Batalha*, n.º 848 – Ano III, 27 de Agosto de 1921, p. 1. Lion de Castro, nos artigos que dedicou à questão, defendia que tais “perversões sexuais” eram causadas pela “educação perniciosa que na família e na escola à criança”, pelos ambientes onde se acumulavam “indivíduos do mesmo sexo”, como era usual, mas acrescentava “a alimentação excitante, as carnes, o álcool, a vida ociosa”. Incluía, por isso, entre o rol de soluções, uma “alimentação [que] deveria ser o mais simples possível”. *Vd.* Lion de Castro, “Secção naturista - Um perigo a combater”, *A Batalha*, n.º 1588 – Ano V, 30 de Janeiro de 1924, p. 2.

Devolveu os versos e recusou a publicação, informando a autora que não podia publicar “imoralidades destas” num “jornal sério e decente, que entra em casa de famílias”, admitindo, porém, que se fossem escritos por um homem os publicaria⁷⁷³.

A homossexualidade feminina, como se nota por estes depoimentos, merecia tanta preocupação quanto a dos homens. Ambos eram movidos por ódio ao sexo oposto. Os pederastas odiavam a mulher “tomando os hábitos desta e tenta[ndo] mesmo substitui-la”, adoptando as suas “maneiras delicadas e os prazeres caracterizadamente femininos”. As mulheres, por sua vez, não podem “ver, apreciar com qualquer justiça qualquer homem” e procuram outras mulheres, “saciam-me mutuamente, amam-se loucamente, com mais paixão (paixão doentia, é claro) do que muitos cônjuges”⁷⁷⁴. Na notícia atrás referida, que se seguiu ao “grito de alarme” lançado n’ *A Batalha*, defendia-se que “é trinta vezes mais abjecto o facto asqueroso de uma mulher roubar uma esposa, do que um homem tirar a mulher a outro homem”; era “uma das maiores imoralidades” possíveis. Tal como acontecia com a pederastia, supunha-se que o safismo era causado tanto por factores culturais como por causas biológicas, associado a determinadas características físicas e a certos “estados nervosos”, como a histeria e a neurastenia⁷⁷⁵. Um dos epítetos que recaía sobre estas mulheres era a de “mulher-homem”, sublinhando assim a dissociação entre o género e sexo biológico que desafiava a ordem natural assumida pelas convenções dominantes na época e pelos libertários⁷⁷⁶.

Na documentação do movimento operário organizado, como os pareceres, as actas dos congressos e as teses aí apresentadas, as referências à questão são quase nulas. Uma das excepções é um parecer redigido pela União dos Sindicatos Operários em 1924, sobre o “flagelo social” da prostituição. Neste parecer, que procurava lançar uma campanha contra a prostituição, defendia-se que o isolamento dos géneros e a negação da convivência sexual eram uma das causas da mesma e conectava-se esta com a origem da inversão sexual: esse isolamento podia “dar lugar a uma timidez de que resulta muitas vezes a atrofia de vários órgãos”, o que no homem, por se ver impedido de

⁷⁷³ Quartim, Pinto, “Rebeldias”, *A Batalha*, n.º 886 – Ano III, 12 de Outubro de 1921, p. 1.

⁷⁷⁴ Anon., “Um problema patológico-social”, p. 1.

⁷⁷⁵ Lion de Castro, “Secção Naturista – Questões Sexuais – O safismo”, *A Batalha*, n.º 1732 – Ano VI, 17 de Julho de 1924, p.3.

⁷⁷⁶ E.g. Anon., “A ‘mulher-homem’ de Famalicão”, *A Batalha*, n.º 873 – Ano III, 25 de Setembro de 1921, p. 1. A atestar a longa tradição deste sujeito peculiar, no repertório de referências à homossexualidade, veja-se outra caso de uma “mulher-homem”, em 1879, cf. Santana, Maria Helena e Lourenço, António Apolinário, 2011, “No leito. Comportamentos sexuais e erotismo”, in Mattoso, José (dir.), *História da vida privada em Portugal: A época contemporânea*, Lisboa: Temas e Debates, p. 283.

desenvolver “todas as suas faculdades e o senso másculo”, poderia resultar numa “derivação ou inversão funcional bem triste e lamentável”⁷⁷⁷.

As posições assumidas perante a homossexualidade não parecem ter sofrido grandes alterações com o passar dos anos. Foi enquanto deformação congénita ou doença – causa e efeito da corrupção e da decadência moral e biológica da sociedade – que continuou a ser tendencialmente tratada. Mas é com Jaime Brasil, o anarquista que em Portugal mais se terá dedicado às questões da sexualidade, que o olhar médico e científico sobre esta ganha particular proeminência; a homossexualidade começa a ser somente retratada em termos patológicos, passíveis de tratamento, e já não pela denúncia moral de casos aparentemente isolados. Enquanto doença – do foro psíquico –, tornava-se, em certa medida, “inerente ao animal humano” e deixava de constituir um perigo público. As bases desta perspectiva começam a desenhar-se nas páginas do *Suplemento Literário e Ilustrado de Batalha*, onde este militante começa a destacar-se, e apontavam para uma negação da moralidade enquanto algo provido de regras próprias e universais⁷⁷⁸. Contra as religiões, as leis penais ou os códigos de honra, defendia que devia surgir uma “nova moral” que se baseasse nas “leis da biologia”, pois só estas se revelavam imutáveis⁷⁷⁹. Não renegando o binómio do bem e do mal, estabelecia que o bem seria tudo o “que contribui para a expansão, conservação e exaltação da vida”⁷⁸⁰ e, como tal, a homossexualidade permanecia como algo contranatura, um “vício, (...) desvio funcional, (...) crime contra-a-natureza”⁷⁸¹. Contrária às “leis da vida”, era uma anormalidade que devia ser combatida, mas com serenidade, “pela moral [biológica] e pela higiene”, “pela demonstração evidente de que são opostos à vida, de que contrariam as leis naturais da expansão animal”⁷⁸².

⁷⁷⁷ Anon., “As principais causas da prostituição”, *A Batalha*, n.º 1764 – Ano VI, 24 de Agosto de 1924, p. 1.

⁷⁷⁸ “Mas existe realmente alguma coisa a que se chame – Moral? Parece-me bem que não. E parece-me que não, porque procurei durante alguns anos, a moral por toda a parte e ninguém me deu notícias delas. (...) O que é tido por moral aquém dos Pirenéus é imoral do lado de lá. (...) Porque variam de povo para povo, de ano para ano, de região para região, as práticas consideradas morais e o mesmo conceito da moral deve concluir que a moral é uma convenção, uma abstracção da fantasia doente dos homens, um mito a que não corresponde a mais imponderável das realidades.” in Jaime Brasil, “Paradoxos bárbaros – Da moral”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 51 – Ano I, 17 de Novembro de 1924, p. 4

⁷⁷⁹ “Questões de ética – A moral nova deve ter por base as leis da biologia”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 67 – Ano II, 9 de Março de 1925, p. 2.

⁷⁸⁰ Idem, *ibidem*.

⁷⁸¹ Jaime Brasil, “Questões de ética – II O fundamental biológico da moral sexual”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 68 – Ano II, 16 de Março de 1925, p. 2.

⁷⁸² Jaime Brasil, “Questões de ética – III Ainda algumas palavras sobre a moral sexual”, *Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha*, n.º 71 – Ano II, 6 de Abril de 1925, p. 3.

Só nos anos 30, quando Brasil publica vários livros dedicados à sexualidade, entre eles *A Questão Sexual* (1932), é que este novo enquadramento dá lugar a algumas diferenças da narrativa até então dominante. Nessa obra, a homossexualidade é tratada na primeira parte do livro, intitulada “A sexualidade mórbida”, conjuntamente com a prostituição, a masturbação e “outras anomalias” e “doenças sexuais”, continuando, por isso, a ser tratada como uma anomalia. Mas agora o seu entendimento é subordinado a um olhar psiquiátrico que a classifica enquanto “patologia auto-erótica e narcísica”. O teor disciplinário e até violento de algumas das soluções apresentadas mantém-se e levam-no a insistir na necessidade da prevenção ou na possibilidade de cura (“sobretudo para aqueles que se querem curar”), dando como exemplo as recomendações de Havelock Ellis e os tratamentos por “enxertias glandulares”. Porém, a homossexualidade deixa de constituir uma ameaça e desaparecem os motivos de alarme que levavam a quebrar o tabu sobre o tema e a exigir medidas urgentes para o restringir. Na parte final do capítulo, depois de condenar a legislação republicana (“mais severa do que a [da] monarquia”) e as arbitrariedades e violências a que esta submete os homossexuais em nome de uma “moral medievá”⁷⁸³, o autor questiona-se sobre quem sai prejudicado por “esse desequilíbrio” e conclui “que não há lugar (...) para temer os malefícios da homossexualidade”. Como sublinha, nenhum hipotético prejuízo de ordem ética dela derivado se sobrepõe “à liberdade individual, isto é o direito de cada um fazer o que entender, desde que não prejudique a liberdade de outrem”⁷⁸⁴. A liberdade individual começa, em suma, a incluir, também, a homossexualidade, abandonando-se a necessidade da acção repressiva sobre as suas manifestações. Não deixa, todavia, de ser vista como uma anomalia.

Já nos anos 40, em plena clandestinidade, persiste o tom neutro nas referências à homossexualidade e o abandono do alarmismo das décadas anteriores. Num dos questionários do grupo Despertar⁷⁸⁵, a homossexualidade continua a ser tratada em termos patologizantes e a ser atribuída ao “ambiente de promiscuidade de que é feita esta nossa decadente sociedade” e, em alguns casos, à “degeneração física”. Mas

⁷⁸³ Brasil, Jaime, 1932, *A questão sexual*, Lisboa: Casa Editora Nunes de Carvalho, p. 99.

⁷⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 100-101.

⁷⁸⁵ O Grupo de Educação Sexual “Despertar” foi criado em Lisboa em 1941 e estava ligado às Juventudes Libertárias. Os questionários de onde foram tiradas estas referências eram geralmente elaborados por membros do grupo em pequenos cadernos individuais. Através desse meio, partilhavam as suas dúvidas e questões de modo a serem respondidas, por escrito, por si ou por outro elemento, cabendo, comumente, ao secretário do grupo esse papel ou a escrita de um comentário às respostas. Parte do arquivo do grupo pode ser consultado no Arquivo Histórico Social, BNP – N61, Cx. 92/ AHS. 6045/ ms. 1275.

sublinha-se que através do “tratamento psicanalítico poder-se-á transformar um homossexual num ser normalmente sexual”.

8.3 – Conclusão

As relações entre homens e mulheres pressupunham a existência de funções específicas a cada género e a regulação do convívio entre ambos com base numa correspondência natural entre o género e o sexo biológico. No âmbito das relações sexuais, verificava-se, também, essa conexão. Neste aspecto particular, tais disposições estavam em perfeita sintonia com aquelas que predominavam na ordem burguesa e na moral católica coevas. A singularidade dos entendimentos anarquistas da sexualidade passava pela atribuição das suas manifestações “desviantes” ou comportamentos “perversos” a esses quadros morais burgueses e católicos. Essas práticas eram sempre colocadas em relação com o meio ambiente e com uma multiplicidade de factores, devendo ser sempre tratadas dentro dessa totalidade. É pela integração nessa totalidade que se percebe que o neomalthusianismo propusesse medidas aparentemente antinaturais, que visavam contrariar a “função genésica” que assegurava a continuação da espécie pela procriação. Sexualidade e procriação tornavam-se relativamente independentes e remetiam para um balanço permanente e mutuamente constituinte entre cultura e biologia que, no fundo, correspondia à concepção de natureza que os libertários subscreviam. Como procurámos defender, com o neomalthusianismo apresentavam-se um conjunto de técnicas fundamentalmente biopolíticas, que não procuravam intervir no indivíduo e nos seus comportamentos isoladamente, mas sim numa população e nas suas dinâmicas, numa lógica composta que tratava o indivíduo e a sociedade enquanto fenómenos contínuos particulares de uma mesma espécie – a espécie humana. A procriação e a sexualidade deviam, por isso, regular-se por uma série de automatismos e disposições voluntárias, resultando desse processo uma adaptação natural das dinâmicas populacionais à ordem desejada. Em consonância com os saberes evolucionistas, quanto mais se caminhasse no sentido da superação das condições socioeconómicas dominantes, mais a selecção natural operaria sem obstáculos. Elementos de ordem biológica, como a infecundidade hereditária, e de ordem individual e social, como a educação e a transformação das estruturas sociais e culturais prevalentes, combinar-se-iam para regenerar a espécie.

As relações afectivas e sexuais entre pessoas do mesmo género operavam segundo a mesma lógica, mas constituíam um factor de "pânico moral", pelas suas consequências imprevisíveis e potencialmente irreversíveis, o que suscitava apelos a uma intervenção mais intensa. Repare-se, contudo, que nunca se defendeu explicitamente o seu combate por via de medidas coercivas que assentassem na punição. O tom disciplinar e a necessidade de restringir os comportamentos homossexuais surgia implicitamente no alarmismo que pautava os discursos que se lhe referiam e pela remissão para um campo aparentemente neutro, como era o da medicina e da psiquiatria⁷⁸⁶. Em contraste com a leitura da sexualidade oferecida pelo neomalthusianismo, que não a via como um bem ou um mal, mas como um fenómeno natural que devia acontecer sem interferências coercivas, a homossexualidade era, contudo, entendida como um perigo moral de consequências unicamente negativas, que suscitava uma acção direccionada e restritiva. Só com Jaime Brasil começa a surgir um discurso que a desvia do carácter problemático que a colocava como uma ameaça pública. Apesar de continuar a ser tratada como uma anormalidade, recai, então, no campo das patologias que não suscitavam a necessidade da sua repressão, pois, apesar dos seus efeitos negativos, não oferecia qualquer perigo para a moralidade pública. A possibilidade da sua cura passava a caber ao indivíduo “doente”, sem desconsideração pela sua autonomia individual e pela sua vontade. O tratamento da homossexualidade torna-se, então, coerente com a lógica biopolítica que perpassava o universo libertário e que se sobrepunha ao modelo disciplinar.

⁷⁸⁶ Servia, ainda, para matizar crimes de ódio, em que sem se apelar à violência sobre os homossexuais se considerava, por exemplo, ser uma razão que servia de atenuante a algumas reacções violentas e criminais, tal como era assumido no caso do homicídio de um patrão por um trabalhador, alegadamente causado pelas práticas de assédio homossexual daquele: “os antecedentes imorais do crime, a ser verdade o que disse o criminoso, atenuam muito os seus consequentes lamentáveis que depõem contra esta dissolução, esta licenciosidade devassa e repugnante em que uma parte da sociedade humana está a cair. Se as coisas se passaram assim, foi uma lição cruel, mas uma lição que a sábia convenção dos tribunais irá corrigir...”, Anon., “O crime do tanoeiro”, *A Batalha*, n.º 936 – Ano III, 10 de Dezembro de 1921, p. 1.

CONCLUSÃO – Anarquismo, modernidade e a arte de governar

À maior parte das leituras historiográficas e políticas do anarquismo que identificámos no primeiro capítulo encontra-se subjacente uma ideia de modernidade que se define, em parte, pelas formas de protesto e de intervenção política mais características dos movimentos, partidos e outras instituições emergentes com a contemporaneidade política ocidental, em particular com os regimes demoliberais. Ora, pelo seu anti-estatismo, pelo seu antiparlamentarismo e pelo seu anti-autoritarismo, o anarquismo renegou uma grande parte dessas formas de acção política, como tal acabando por ser frequentemente tido pelos historiadores como um fenómeno exógeno às dinâmicas institucionais do seu tempo. Nessa exogeneidade viu-se a persistência de marcas da pré-modernidade, devedoras do costume e da tradição e, por isso, inadaptadas aos modernos movimentos de massas. Ao mesmo tempo, numa dimensão mais ontológica, o anarquismo foi considerado como um movimento inconsequente devido a limitações que seriam intrínsecas à sua própria doutrina, tida como ingénua, teoricamente limitada e marcada pelo peso de um excessivo “romantismo” e “utopismo”. Em poucas palavras, o anarquismo foi, geralmente, apresentado como anacrónico e desajustado face ao seu contexto.

Neste contexto, o interesse histórico de que o anarquismo foi sendo investido parece ter consistido principalmente na sua identificação com uma etapa transitória no percurso de outros movimentos e culturas políticas. O seu papel na história seria assim, essencialmente, o de um actor secundário cuja importância estaria na capacidade de esboçar práticas e ideias que só posteriormente, e por outros actores, alcançariam o seu desenvolvimento pleno e um estatuto autónomo. O anarquismo acabou assim por ser frequentemente instrumentalizado para efeitos de legitimação histórica e identitária desses outros movimentos e culturas políticas modernas.

Este tipo de circunstanciação histórica do anarquismo acabou por servir, também, o reforço de um determinado *statu quo*. O papel que lhe foi reconhecido e o seu alegado carácter anacrónico derivaram, frequentemente, da pressuposição de que os pilares da sociedade e da política estariam cimentados e, como tal, qualquer transformação social deveria ser procurada de acordo com os seus parâmetros. Qualquer prática ou proposta que sugerisse um caminho alternativo ao que ia sendo traçado pela institucionalização do Estado moderno, e pela expansão do mercado e do capitalismo,

tendia a ser considerada como uma quimera utópica ou simples reflexo de um desejo voluntarista de redenção.

Mesmo no campo político e na tradição historiográfica associados ao socialismo, estas perspectivas fizeram escola e mantêm, ainda hoje, parte da sua influência. Para isso terá contribuído o peso hegemónico que as ideias marxistas tiveram nos movimentos revolucionários durante praticamente todo o século XX. Teses como as do historiador marxista britânico Eric J. Hobsbawm, que classificaram os anarquistas como “rebeldes primitivos” e milenaristas⁷⁸⁷, foram, durante algumas décadas, o quadro interpretativo dominante sobre o anarquismo na academia e só nas últimas décadas começaram a perder o seu estatuto de referência.

E, no entanto, como procurámos mostrar nesta tese, o anarquismo foi mais do que uma “sobrevivência” de costumes e tradições populares. E foi também mais do que uma reacção espontânea a um mundo em acelerada transformação. Tratou-se de um movimento com continuidade no tempo, capaz de se adaptar a diferentes conjunturas sociais e políticas e de veicular ou formular as suas próprias propostas e exigências, traçando caminhos alternativos aos que se faziam inevitáveis. No seu percurso, os anarquistas construíram uma cultura política distinta e alimentaram formas de vida capazes de orientar e situar no mundo o indivíduo filiado na sua tradição, assim como de organizar colectivamente a sua acção.

Com o recurso ao conceito de cultura política, procurámos aqui resgatar precisamente a dimensão mundividencial do anarquismo e, por essa via, evitar o “materialismo do estômago”⁷⁸⁸ que guiou muitas das interpretações historiográficas e políticas que sobre ele incidiram. Quisemos, em poucas palavras, contribuir para perceber como é que o anarquismo atraiu e agregou um grande número de pessoas para uma maneira particular de estar no mundo, providenciou respostas que as capacitavam para intervir em quase todos os movimentos das suas vidas e da sociedade, e desenvolveu uma identidade e uma consciência colectiva relativamente singulares.

⁷⁸⁷ E.g. Eric J. Hobsbawm, 1983 (1959), *Rebeldes Primitivos*. Barcelona: Ariel.

⁷⁸⁸ Nas palavras já antes citadas do histórico militante anarquista português, Manuel Joaquim de Sousa, em 1989 [1938], *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante: 1925-1938*, Lisboa: Antígona, p. 15.

A revolução anarquista enquanto processo de racionalização da sociedade

Mas foi também no cerne da história do anarquismo que encontramos algumas das principais tensões e contradições que definiram a modernidade de que esse mesmo anarquismo foi sendo excluído pelas leituras políticas e historiográficas dominantes ontem como hoje. Um dos traços mais salientes dessa modernidade, e que procurámos retratar nesta tese, foi uma forte crença no progresso, crença que, não obstante, germinou sobre o fantasma permanente da decadência e da degeneração biológica e moral da espécie. Apesar da maleabilidade quase infinita que os anarquistas reconheciam às formas sociais e à própria natureza humana, o medo do crime, da pobreza e da dissolução da moral e dos costumes pairou sempre ameaçadoramente sobre os seus planos e ideais. A persistência desse fantasma condicionou a forma como interpretaram o comportamento individual e colectivo e teve, inevitavelmente, reflexo nas formas como procuraram controlar os hábitos e os costumes dos indivíduos e estruturar a sua organização colectiva. A receita com que procuraram confrontar essas ameaças, e com que alimentaram a convicção radical quanto à possibilidade de transformar profundamente a sociedade, não diferiu substancialmente das correntes características dessa modernidade. Longe de limitarem a raiz das suas convicções a um optimismo redentor, os anarquistas faziam depender a transformação social, e a sociedade revolucionária, de uma detalhada planificação de praticamente todos os seus aspectos. O “mundo novo” idealizado pelos libertários seria o resultado de um processo de racionalização da sociedade decorrente da intervenção articulada da ciência, da técnica e da política, partilhando, assim, o desejo ambivalente, e profundamente moderno, de conhecer e viver de acordo com as leis da natureza e de superar e controlar essas leis para garantir o progresso da humanidade⁷⁸⁹.

Destas múltiplas tensões e contradições a que o anarquismo não escapou, resultaram propostas inovadoras, mas também, previsivelmente, caminhos conflituantes com as pretensões dos anarquistas. A crença positivista no conhecimento e na inevitabilidade do progresso levou a menosprezar, abundantes vezes, que o ser humano foi tanto ou mais o produtor do que o produto dos avanços e dos recuos realizados. Secundarizou, no fundo, e paradoxalmente, a incontornável importância da

⁷⁸⁹ James C. Scott assinala que um dos pilares daquilo a que chama “high modernism” é justamente a crença de que um dos desígnios da humanidade é domar a natureza para ajustá-la aos seus interesses e garantir a sua segurança – uma tendência que identifica como transversal às ideologias políticas do século XIX (cf. Scott, James C., 1998, *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, New Haven: Yale University Press, p. 94-95).

agencialidade humana nesses processos, sujeitando-a a um determinismo que em muito parecia superar a vontade humana⁷⁹⁰. Apesar de verem na autodeterminação individual o caminho para a transformação social, e, logo, reconhecerem a importância da agencialidade humana na história, muitos anarquistas entendiam os comportamentos individuais e os processos colectivos segundo leis universais. Como estipulava aquela que ficou conhecida como a “carta orgânica” do sindicalismo português, “as sociedades obedecem a leis naturais tão certas e necessárias como são as leis da gravidade dos corpos” e era justamente do “aspecto contranatura” da sociedade presente que surgia a dependência “da força, da violência e da autoridade”.⁷⁹¹ Era, portanto, dos desvios dessas leis que resultavam as degenerações morais e biológicas que condicionavam severamente as possibilidades de emancipação. Como tal, a liberdade plena do homem só seria possível com a superação das barreiras que dificultavam a marcha do progresso e pelo reencontro com as leis da natureza, da razão e da ciência. A revolução seria, assim, o processo de restituição dessas leis e a sociedade libertária seria a sociedade organizada em harmonia com elas, permitindo a fluência natural das relações sociais num sentido igualitário.

Este caminho trilhado pelos anarquistas correspondeu, substancialmente, aos processos de racionalização que serviram de móbil às formas de governação da contemporaneidade. Um dos desideratos dos meios governamentais modernos passou pelo intuito de estender o exercício do poder a cada vez mais dimensões da vida individual e social com o mínimo recurso a formas de controlo coercivas e disciplinárias. O positivismo libertário mantinha como fundamental a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre todas as esferas da acção humana e, para isso, recorreu às mesmas técnicas de abstracção e padronização que permitiam tornar legíveis os indivíduos e a sociedade. Não deixava, assim, de acusar a mesma vontade de controlar, gerir e governar que o Estado moderno, ainda que, diferentemente deste, o anarquismo procurasse abrir um caminho radical e resolutamente antiautoritário. A declarada fidelidade ao antiautoritarismo nem por isso permitiu ao anarquismo escapar à

⁷⁹⁰ Recorde-se, a este propósito, a crítica do anarquista italiano Errico Malatesta que citamos no segundo capítulo, quando este dizia que se “a Anarquia é uma dedução das verdades estabelecidas pela ciência” e “a aplicação da concepção mecânica do universo aos factos humanos” (como muitos anarquistas defendiam), “a vontade é uma ilusão, uma quimera a liberdade, e o homem não passa dum autómato”, cf.: Errico Malatesta, “Ciência e Reforma Social”, *A Sementeira*, N.º 31 – 2.ª Série – Ano 3.º, Julho de 1918, pp. 105-108.

⁷⁹¹ C.G.T., 1922, *Organização Social Sindicalista: Subsídios para a discussão das teses sob este título*, no 3.º Congresso Nacional Operário. Lisboa: Edição da Comissão Organizadora do 3.º Congresso Nacional, p. 8.

“metafísica total da ordem”, que o antropólogo Marshall Sahlins relacionou com a “ilusão ocidental da natureza humana”, assente numa oposição entre natureza e cultura distintiva do Ocidente, e que se manifestou de duas formas contrastantes e alternadas:

either hierarchy or equality, monarchical authority or republican equilibrium: either a system of domination that (ideally) restrains people's natural self-interest by an external power; or a self-organizing system of free and equal powers whose opposition (ideally) reconciles their particular interests in the common interest.⁷⁹²

Foi uma das nossas pretensões, com esta tese, explorar essa metafísica pelas suas manifestações modernas, tal como caracterizadas pelos paradigmas da governamentalidade e da biopolítica foucaultianos. Procurámos, basicamente, identificar a vontade e a arte de governar anarquistas e, dessa forma, contrastá-la com as artes de governar características da contemporaneidade, a fim de percepcionar os elementos de continuidade e de ruptura.

A comunhão entre estas várias artes de governar tornou-se mais recorrente com o crescimento da influência do anarquismo. No final da década de 1910 e nos primeiros anos da década de 1920, no apogeu do movimento anarquista em Portugal, a revolução parecia mais próxima a cada dia que passava. O impacto da revolução soviética, e a crescente popularidade do comunismo em Portugal, veio também contribuir para pressionar os libertários a acelerar o processo histórico de transformação social. Acima de tudo, para muitos militantes, a revolução revelava-se uma necessidade cada vez mais urgente.

Para os anarquistas, a revolução começou por ser, como vimos, um processo contínuo, que começava no imediato e se estendia indefinidamente. Cada momento desse processo exigia uma intensa e constante preparação, capaz de responder às diferentes circunstâncias e necessidades do momento. Exigia a criação de mecanismos que permitissem contornar os obstáculos que desviavam a humanidade do seu rumo evolutivo natural e direccionar o progresso no sentido correcto da sua marcha histórica, mas exigia, igualmente, a antecipação e a preparação das etapas ulteriores, em particular aquelas resultantes da abolição do Estado e das relações de produção capitalistas. A prioridade dessa preparação passava, principalmente, por desenvolver e prefigurar

⁷⁹² Sahlins, Marshall, 2008, *The Western Illusion of Human Nature: With reflections on the long history of hierarchy, equality, and the sublimation of anarchy in the west, and comparative notes on other conceptions of the human condition*, Chicago: Prickly Paradigm Press, pp. 1-2.

meios de subjectivação individual que criassem o sujeito anarquista, livre e autónomo, capaz de tornar exequível uma sociedade sem Estado.

Todavia, o crescimento do anarquismo, o encontro com outras forças políticas revolucionárias e a consequente urgência de concretizar a emancipação das classes populares, colocou os anarquistas perante a necessidade de concentrarem cada vez mais os seus esforços na criação de estruturas pré- e pós-revolucionárias colectivas capazes de gerir a produção nos novos moldes e manter a ordem social. A transformação individual não deixou de estar na base do projecto revolucionário anarquista e do modelo de sociedade que antecipava. Mas uma nova temporalidade e uma nova escala espacial de acção levaram os anarquistas a reequacionar os moldes do seu projecto. A possibilidade de uma revolução num horizonte cada vez mais próximo e a necessidade de realizá-la à escala nacional, contribuiu para que os anarquistas adoptassem uma postura mais pragmática, o que desafiava, em alguns aspectos, a desejada coerência entre meios e fins e chocava com a longa preparação que consideravam necessária para torná-la realizável⁷⁹³. Os esforços concentravam-se crescentemente num trabalho preparatório que “facilite o advento da Revolução e garanta *depois* o seu triunfo e a estabilidade das suas conquistas”⁷⁹⁴.

A revolução, para os anarquistas, desde sempre se apresentara como um processo fundamentalmente técnico, mas esta mudança teve o efeito de tornar ainda

⁷⁹³ Esta mudança intensifica-se nos últimos anos da Primeira República e é perceptível, por exemplo, pelas críticas da União Anarquista Portuguesa ao “reformismo” da C.G.T. que referimos no quarto capítulo. Nos anos 30, e especialmente a partir dos anos 40, com a acelerada perda de influência do anarquismo e a cada vez maior hegemonia do Partido Comunista na resistência ao Estado Novo, esta postura torna-se ainda mais evidente. Nos anos 40, por exemplo, surgem algumas propostas de intervenção e combate libertário à ditadura elaboradas por figuras importantes do anarquismo português e por alguns grupos de militantes, como o grupo “Claridade”, de Coimbra, em que se destacava Emídio Santana. Nesses documentos destaca-se uma tentativa de conciliar o envolvimento com instituições estatais ou com forças políticas estatistas e partidárias com os princípios libertários para garantir o sucesso da “transição revolucionária”, num modelo cada vez mais distante do “contínuo revolucionário” anarquista, o que suscitará algumas discordâncias e contribuirá para fracturar um movimento anarquista já bastante disperso e enfraquecido pelas prisões, pela emigração e pela clandestinidade. Nesse período, especialmente nos anos de 1945 e 1946, circulam acusações mútuas de sectarismo, com Adriano Botelho, por exemplo, a defender que Emídio Santana já não era anarquista e com este a retorquir, por sua vez, com acusações de puritanismo ideológico – críticas essas que estendia à C.G.T., que repudiava o “colaboracionismo” de Santana (ver a correspondência depositada na Caixa 92 do Arquivo de Histórico-Social, na BNP, Núcleo 61). Particularmente interessante e *sui generis*, é a extensa proposta apresentada imediatamente após o fim da II Guerra Mundial por figuras como Alexandre Vieira, Campos Lima, Emílio Costa, Pinto Quartim e Jaime Brasil, para preparar a saída do fascismo e um período revolucionário de transição que julgavam próximo, em que “procuravam conjugar os princípios da democracia burguesa com base num municipalismo e a presença do sindicalismo na autogestão da produção e da economia” (nas palavras de Emídio Santana, numa nota explicativa que introduz o documento, ver “Da Nação e do Território Nacional”, em BNP – Núcleo 61, Cx. 92 AHS3914/ ms. 1494).

⁷⁹⁴ Itálico nosso. Anon. “Res, non verba”, *A Batalha*, n.º 377 – Ano II, 15 de Março de 1920, p. 1.

mais evidentes as continuidades entre a arte de governar libertária e as lógicas de governo estatais e centralizadas. Era justamente na primazia concedida à técnica, e na convicção de que esta se substituiria à política, que se encontrava uma das maiores afinidades entre ambas. Apesar da lógica prefigurativa que devia consubstanciar a acção libertária, e que devia operar contra o Estado e contra as relações de produção capitalistas, os anarquistas adoptaram muitos dos métodos e conhecimentos usados pelo Estado para imprimir legibilidade sobre a sociedade, garantir a ordem social e gerir a produção, a distribuição e o consumo dos recursos. Nas palavras de um militante libertário, “a revolução far-se-á na rua mas prepara-se nos gabinetes”⁷⁹⁵. Esta preparação resultaria da criação de conselhos técnicos e de estudo com a função de realizar estatísticas, inquéritos e relatórios que providenciassem um conhecimento amplo das capacidades produtivas do país⁷⁹⁶. Contrariamente às comissões de melhoramentos dos sindicatos, o propósito destes conselhos não era somente o de estudar a indústria para apresentar reivindicações; era, acima de tudo, obter o conhecimento que permitiria, no presente, executar tarefas que respondessem a necessidades imediatas da população, e, futuramente, garantir a apropriação e a gestão dos meios de produção e a administração do território. Tratava-se de produzir conhecimento sobre o território e sobre a população, identificando padrões, tendências e conferir legibilidade à realidade, principalmente por via quantitativa, com o fim de criar as condições e as estruturas necessárias para governar⁷⁹⁷.

⁷⁹⁵ Mário Correa da Costa, “Mentiras”, *A Batalha*, n.º 579 – Ano II, 10 de Novembro 1920, p. 2.

⁷⁹⁶ João Freire refere-se aos Conselhos Técnicos constituídos pelos sindicatos como “a estrutura [sindical] mais inovadora” e sugere terem sido um fenómeno de “geração endógena ao movimento sindical português”. Nas suas palavras, a sua criação foi resultante, “por um lado, do desejo de conhecimento e estudo objectivo das condições de trabalho e de produção – o sintomático objectivo de ‘elaboração de inquéritos e confecção de estatísticas’ – e, por outro lado, da vontade de estar preparado para assumir a gestão da produção na perspectiva de uma revolução social a curto prazo” (cf. Freire, *Anarquistas e Operários...*, p. 153).

⁷⁹⁷ Tal como assinalámos em alguns momentos desta tese, muitos dos saberes que explorámos devem a sua centralidade no anarquismo português à influência do anarquista russo Piotr Kropotkin, nomeadamente aqueles relacionados com as correntes evolucionistas e as ciências biológicas. Sem ser possível reduzir o anarquismo português a uma única influência, a origem da atracção anarquista (portuguesa e internacional) pelos métodos e técnicas que o Estado adoptou para governar – como a estatística, os censos, o inquérito ou a cartografia – pode ser atribuída, também, à influência de Kropotkin. É de recordar que Kropotkin foi educado e fez a sua formação científica no Corpo de Pajens, uma das mais prestigiadas escolas militares para a elite nobre e militar do Império Russo. Entre os principais propósitos da instituição, estava a formação de altos quadros para servir a família imperial e exercer funções militares e governativas. Kropotkin completou com sucesso a sua formação, mas abdicou, pouco depois, da “carreira brilhante ao serviço do Estado que o esperava” (Kropotkin, 1989, *Memoirs of a Revolutionist*, Montreal: Black Rose Books, pp. 65-66). Nunca abandonou, contudo, a convicção de que os métodos que aí aprendeu, como a estatística, eram fundamentais para a aferição da realidade social e biológica dos indivíduos. Consequentemente, nas principais teses e trabalhos de fôlego dedicados ao anarquismo por Kropotkin verifica-se um uso abundante de dados quantitativos e é recorrentemente

Pelo detalhe, e a título ilustrativo, recordem-se as palavras publicadas por A *Batalha*, em vésperas da realização do congresso dos trabalhadores rurais, sobre a importância do seu papel na preparação da revolução e na estabilidade pós-revolucionária:

aos rurais cumpre tomar cabal conhecimento das necessidades do país; estudar a natureza especial de cada região, sob o ponto de vista agrícola; delinear a modificação de culturas que se apresenta indispensável; assentar na maneira de conseguir a intensificação da produção cerealífera, pomícola, pecuária, avícola, lanígera, silvícola, etc.; vulgarizar os modernos conhecimentos respeitantes a amanho de terras, seu mais racional fabrico ou cultivo; familiarizar as populações rurais com a ideia do emprego futuro de maquinaria aperfeiçoada a substituir o arado romano, os bois da eira, o mangual da debulha; preparar, numa palavra [sic], o caminho que amanhã terá de trilhar-se sob o sol blandicioso da redenção⁷⁹⁸.

Seria nos sindicatos que estas funções estariam concentradas. Enquanto “instituições sociais em que a intervenção da autoridade é nula e que são *formadas unicamente pelos respectivos técnicos*”, caberia aos sindicatos substituir o Estado e tomar em mãos a gestão da “organização social futura”⁷⁹⁹.

Num pequeno livro publicado em 1932, *Da Conquista do Poder*, Adriano Botelho reiterava que a "magnitude do problema a resolver" e a alteração radical do modo de produção "no sentido do interesse colectivo", exigia "o concurso livre e espontâneo das massas produtoras " e a realização de "estatísticas a fim de se conhecer a quantidade de produtos existentes (...) e estudar-se a maneira de mais facilmente obter aqueles de que houvesse falta", algo que teria "de ser feito simultaneamente em todas as terras da província" nacionais. Sem esta preparação, e se a revolução só fosse exequível, como alguns "admitem lunaticamente (...), graças a um certo número de leis ou decretos impostos violentamente", só seriam possíveis "revoluções de carácter estritamente

ênfaticamente a sua importância para conhecer com objectividade a população e legitimar cientificamente as suas análises e propostas políticas. Para perceber a importância crucial do percurso formativo de Kropotkin no desenvolvimento das suas teses anarquistas, ver o capítulo 2 – “Mapping, statistics, and social law” – do livro de Richard Morgan, 2020, *The Making of Kropotkin's Anarchist Thought...*, London: Routledge. Sobre o uso da estatística no processo de modernização do Estado português, ver Madureira, Nuno Luís, 2006, *As Ideias e os Números: Ciência, Administração e Estatística em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

⁷⁹⁸ Anon. “Res, non verba”, *A Batalha*, n.º 377 – Ano II, 15 de Março de 1920, p. 1.

⁷⁹⁹ Itálico nosso. C.G.T., 1922, *Organização Social Sindicalista...*, p. 64

político, mas nunca uma verdadeira revolução social" como a que defendiam os anarquistas⁸⁰⁰.

O anarquismo como forma de subjectivação individual

A historiografia, como vimos, privilegiou o estudo do anarquismo através da análise das formas de acção colectiva, por via do estudo dos sindicatos e das associações operárias, e dos momentos de conflituosidade mais dramáticos associados ao movimento operário. A filosofia política, por outro lado, privilegiou o estudo das ideias anarquistas a partir das propostas de um número limitado de autores e das correntes de pensamento a eles associadas, focando-se nas fórmulas apresentadas para modelar as relações de produção e de consumo e as relações sociais. Fizeram-no, contudo, na grande maioria dos casos, de forma fragmentada, o que se revelou inadequado para captar, por um lado, a singularidade do anarquismo enquanto filosofia, e, por outro lado, a dimensão mundividencial de estruturas como as que referimos atrás. As ideias que as práticas anarquistas tinham subjacentes, e a espessura das reflexões quantos aos meios de organização e formas de estar na vida que enformaram, permaneceram em grande medida na obscuridade. Foi por esta razão que nesta tese nos pareceu importante identificar, antes de mais, as bases da cultura anarquista, e, para o efeito, o nosso foco recaiu sobre os processos de subjectivação e racionalização que operavam directamente sobre e a partir do indivíduo. Esta opção levou-nos a deixar em segundo plano as ideias e os tipos de acção e organização que captaram a atenção de grande parte dos estudos académicos sobre anarquismo já existentes. Foi nosso propósito, sim, perceber o anarquismo através dos processos de construção de um sujeito anarquista, pois nele identificamos o eixo fundacional dos seus modelos de sociedade e de organização anti-autoritários, que se pretendiam construídos de baixo para cima e do simples para o composto.

Tal como apontámos, dos saberes associados à ciência, e das leis da natureza que esta perseguia, os anarquistas procuraram extrair um conjunto de princípios universais aptos a servir de referência tanto à construção do sujeito livre e autónomo como à almejada sociedade solidária e de iguais. A oposição à autoridade e às estruturas centralizadas de dominação e poder, colocou a educação, a pedagogia e a instrução

⁸⁰⁰ Botelho, Adriano, 1932, *Da Conquista do Poder*, Lisboa: Pensamento acrata, pp. 7-9.

cultural no centro dos processos de subjectivação anarquistas. Eram, no fundo, a base da militância libertária e, também, as ferramentas primaciais da racionalidade que devia orientar o indivíduo livre de deuses e livre de amos. Aos saberes científicos e aos princípios da razão reconhecia-se um poder independente dos homens, isento dos interesses egoístas e prepotentes que os moviam e adverso às desigualdades que estes alimentavam. As regras e os direitos consagrados pelas “leis naturais” só eram válidos se reconhecidos pelo próprio indivíduo e não como fruto de imposição coerciva através de qualquer lei ou forma de autoridade “artificial”.

Foi através das concepções sobre o género e relações entre homens e mulheres, do esforço por controlar a sexualidade e, em particular, abolir práticas sexuais não-normativas, como a homossexualidade, e, ainda, do diálogo com as teses racialistas predominantes nos saberes científicos do período, que procurámos explorar as diferenças que se estabeleciam entre as leis consideradas naturais e universais e as leis criadas pelo homem. Foi também por essa via que procurámos explorar as formas como os anarquistas tentaram conciliar um optimismo progressista com o diagnóstico pessimista que faziam do mundo em que existiam. Em muitos destes casos, como vimos, o desejo radical de liberdade individual e igualdade social esbarrou em disposições normativas e na criação de meios para disciplinar ou controlar certos comportamentos considerados contranatura – ainda que situando esse poder regulatório numa esfera independente da acção do ser humano. A autoridade dos homens devia dar lugar à autoridade da natureza, da ciência e da técnica, e providenciar os referentes por que se devia reger a vida do militante e a ordem social em construção. Foi, portanto, também, a tensão e o equilíbrio difícil entre o determinismo das leis naturais e o poder de transformação quase infinito que se reconhecia às ideias e à agência humana que procurámos desvendar nestas páginas.

Ao identificarmos estas afinidades e o imbricamento do anarquismo com o seu próprio tempo, aproximando-o, por vezes, de tradições de pensamento com que se antagonizava, não pretendemos, contudo, nutrir qualquer propósito cínico, nem tão pouco negar a singularidade do anarquismo. Os anarquistas foram mais longe do que as outras correntes sociais e políticas do seu tempo na forma como procuraram conjugar o máximo de liberdade individual com o máximo de igualdade e de ordem social. E os seus caracteres mais disruptivos emergiram precisamente da forma como se apropriaram de ideias correntes e as usaram para desafiar tendências que se assumiam ser

incontornáveis⁸⁰¹. Diferentemente da grande maioria dessas ideias, e, em particular, das ideias revolucionárias, para os anarquistas a liberdade e a igualdade não constituíam um fim a alcançar num futuro indeterminado, mas antes a própria matéria que devia servir à criação dessa sociedade nova. A transformação social não devia estar dependente de um processo de mediação, representação ou autoridade, delegado a uma elite ou vanguarda; devia ser o resultado da acção directa dos indivíduos e dos grupos constituídos por um processo de autoconsciencialização e de auto-aperfeiçoamento. Pela leitura que faziam das leis da evolução, e que levariam a que a política desse lugar à técnica, os anarquistas criam que se caminhava para que “todos possam ser artistas e homens de ciência”⁸⁰².

Nesta tese, em resumo, procurámos situar as bases individuais de uma arte de governar libertária, exercida, fundamentalmente, a partir da promoção de procedimentos através dos quais o indivíduo actuasse sobre si próprio, sem a necessidade de um soberano, autoridade ou qualquer estrutura exterior e centralizada de poder. O indivíduo era a célula de onde germinaria a sociedade desejada e o elo central na ética prefigurativa que guiava o projecto anarquista, dependente de uma coerência sistemática entre meios e fins e por isso pretensamente hostil ao tipo relações promovidas pelo Estado, às formas de participação política a ele associadas e aos mecanismos de coerção e de dominação a que recorria para governar. Foi em alguns dos saberes que aqui identificámos e analisámos que os anarquistas consideraram encontrar a base para construir o indivíduo capaz de se autogovernar e, consequentemente, garantir uma sociedade livre e de iguais sem a interferência de qualquer aparato autoritário e coercivo. Nesse exercício, quisemos expor tanto a profunda imbricação do anarquismo com as ideias e as práticas sociais do seu tempo, como aquilo que teve de original e lhe deu a força que granjeou neste período da história portuguesa.

⁸⁰¹ O exemplo mais imediato pode ser encontrado na leitura original do evolucionismo defendida pelos anarquistas e desenvolvida nos estudos de Kropotkin, que considerava a ajuda mútua e a cooperação – e não a competição ou a sobrevivência do mais apto – os motores da evolução. E.g. Kropotkin, Peter, 2006 [1902], *Mutual Aid: A Factor of Evolution*, New York: Dover Publications.

⁸⁰² C.G.T., *Organização Social Sindicalista...*, p. 56

ARQUIVOS:

Arquivo Histórico-Social (Biblioteca Nacional)

Arquivo de História Social (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

Ministério do Interior

Secretariado Nacional de Informação – Direcção dos Serviços de Censura

PIDE/DGS

Fundação Mário Soares/ Casa Comum (Online em: <http://casacomum.org/cc/arquivos>)

Hemeroteca Municipal de Lisboa

Hemeroteca Municipal do Porto

Debates Parlamentares:

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa (1890-1910)

Câmara dos Pares do Reino (1890-1910)

Câmara dos Deputados (1911-1926)

Congresso da República (1911-1926)

Senado da República (1911-1926)

PERIÓDICOS:

Agitador (Vidago, 1914-1915)

Amanhã (Lisboa, 1909)

Amor e Liberdade (Lisboa, 1904-1905)

O Anarquista (Lisboa, 1926)

O Arsenalista (1914-1933)

A Aurora (Porto, 1910-1920)
Aurora (Porto, 1929-1930)
Aurora Social (Évora, 1919-1922)
A Batalha (Lisboa, 1919-1927)
O Clarão (Coimbra, 1910)
A Comuna (Porto, 1920-1927)
Comuna Livre (Porto, 1915-1916)
Conquista do Bem (Coimbra, 1894)
Conquista do Bem (Coimbra, 1910)
O Despertar (Lisboa, 1914-1915 e 1920-1923)
Era Nova (Coimbra, 1920)
Germinal (Setúbal, 1903-1911)
Germinal (Lisboa, 1916-1917)
O Globo (Lisboa, 1930)
A Greve (Lisboa, 1908 e 1917-1919)
A Ideia (Funchal, 1902)
O Libertário (Porto, 1895)
O Libertário (Faro, 1912-1914)
Luz e Vida (Porto, 1905)
Nova Silva (Porto, 1907)
A Obra (Lisboa, 1891-1906)
O Protesto (Lisboa, 1908-1909)
Renovação (Lisboa, 1925-1926)
A Revolta (Coimbra, 1913)
A Revolta (Coimbra, 1914)
A Revolta (Lisboa, 1918)

A Revolução Social (Porto, 1887-1888)
A Revolução Social (Coimbra, 1911-1912)
A Sementeira (Lisboa, 1908-1913 e 1916-1919)
O Senador (Coimbra, 1911)
O Sindicalista (Lisboa, 1910-1916)
Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha (Lisboa, 1923-1927)
A Questão Social (Cuba do Alentejo, 1916)
Refratários (Porto, 1921-1922)
Terra Livre (Lisboa, 1913)
A Vida (Porto, 1905-1910)

OUTRAS FONTES IMPRESSAS:

Aquino, Acácio Tomás de, 1978, *O segredo das prisões atlânticas*, Lisboa: Regra do Jogo.

Bakunine, Mikhail, 1976, *Deus e o Estado*, Lisboa: Assírio & Alvim.

Berkman, Alexander, 1980 [1929], *ABC of Anarchism*. London: Freedom Press.

Botelho, Abel, 1932, *Da Conquista do Poder*, Lisboa: Pensamento Acrata.

Botelho, Abel, 1982 [1901], *Amanhã*, Porto: Lello & Irmão.

Botelho, Adriano, 1989, *Adriano Botelho, Memórias & Ideário: Antologia de textos*, Ponta Delgada: Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

Brasil, Jaime, 1931, *O Problema Sexual*, Lisboa: Editora Portugal Ultramar.

Brasil, Jaime, 1932, *A Questão Sexual*, Lisboa: Editora Nunes de Carvalho.

Brasil, Jaime, 1932, *Os Padres e a Questão Sexual*, Lisboa: Editora Nunes de Carvalho.

Brazão, Arnaldo, 1925, *O Primeiro Congresso Feminista e de Educação*, Lisboa: Edições Spartacus.

- Campos Lima, João, 1905, *Da Responsabilidade*, Coimbra: Livraria Académica.
- Campos Lima, João, 1906, *A Questão Social*, Coimbra: Núcleo de Educação Anarquista.
- Campos Lima, João, 1910, *O Movimento Operário em Portugal*, Lisboa: Guimarães Editores
- Campos Lima, João, 1914, *O Estado e a Evolução do Direito*, Lisboa: Bertrand.
- Campos Lima, João, 1925, *A revolução em Portugal*, Lisboa: Edições Spartacus.
- Campos Lima, João, 1926, *A teoria libertária ou o anarquismo*, Lisboa: Edições Spartacus.
- Carvalho, David de, 1977, *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1910-1926)*, Lisboa: Seara Nova.
- Castelhano, Mário, 1932, *Acção a realizar pelos organismos de transportes em período revolucionário libertário*, Lisboa: Edições do pensamento acrata.
- Castelhano, Mário, 1975, *Quatro Anos de Deportação*, Lisboa: Seara Nova.
- C.G.T., 1922, *Organização Social Sindicalista: Subsídios para a discussão das teses sob este título, no 3.º Congresso Nacional Operário*. Lisboa: Edição da Comissão Organizadora do 3.º Congresso Nacional.
- Correia, Gonçalves, 1923, *A felicidade de todos os seres na Sociedade Futura*, Escoural: Tipografia A Racional.
- Costa, Emílio, 1912, *Acção directa e acção legal*, Lisboa: União das Associações de Classe.
- Eltzbacher, Paul, 1908, *As doutrinas anarquistas*, Lisboa: Guimarães Editores.
- Faure, Sebastien, 1910, *A Dor Universal*, Lisboa: Guimarães & Ca.
- Ferreira de Castro, 1974, *Os Fragmentos*, Lisboa: Guimarães & Ca.
- Francisco, José, 1982, *Episódios da minha vida familiar e de militante confederal (1898-1982)*, Lisboa: Sementeira
- Francisco, José, 1983, *Páginas do Historia Cegetista*, Lisboa: Sementeira.
- Francisco, José, 1985, *Recordações de um proletário: achegas para a história da acção dos libertários em Portugal*, Lisboa: Sementeira.

- Francisco, José, 1987, *Últimas páginas, 1986-1987*, Lisboa: Sementeira.
- Grave, Jean, 1907, *A anarchia*, Lisboa: Livraria Central Gomes de Carvalho.
- Gustavo, Soledad, 1901, “*A mulher*”, Porto: Typographia Gutenberg.
- Guyau, Jean Marie, 1919, *Ensaio de uma moral sem obrigação, nem sanção*, Lisboa: Guimarães Editores.
- Hamon, Augustin, 1915, *Psicologia do anarquista-socialista*, Lisboa: Guimarães Editores.
- Joaquim de Sousa, Manuel, 1911, *Sindicalismo e Acção Directa*, Porto: Typografia Peninsular.
- Joaquim de Sousa, Manuel, 1976, *O Sindicalismo em Portugal*, Porto: Afrontamento.
- Joaquim de Sousa, Manuel, 1989 [1938], *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante: 1925-1938*, Lisboa: Antígona.
- Jorge, Ângelo, 2004 [1912], *Irmânia: Novela Naturista*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi.
- Júnior, José Teixeira, 1909, *Em Lisboa!... Apontamentos de um madeirense libertário*, Famalicão: Typ. Minerva.
- Kropotkin, Pietr, 1886, *The Place of Anarchism in Socialistic Evolution*. London: William Reeves.
- Kropotkine, 1975 [1910], *A Conquista do Pão*, Lisboa: Guimarães Editores
- Kropotkin, Peter, 1989, *Memoirs of a Revolutionist*, Montreal: Black Rose Books.
- Kropotkin, Peter, 2006 [1902], *Mutual Aid: A Factor of Evolution*, New York: Dover Publications.
- Landauer, Gustav, 2010, *Revolution and Other Writings: A Political Reader*, Oakland: PM Press.
- Lima, Adolfo, 1914, *O Teatro na Escola*, Lisboa: Guimarães & C^a Editores.
- Matias, Elias, 1985, *O Alentejo em Luta*, Lisboa: Sementeira.
- Pimentel, António de Serpa, 1894, *O anarquismo – Estudo acerca da questão social*, Lisboa: Tip. Da Companhia Nacional Editora.

- Quartim, Pinto, 1907, *Mocidade, Vivei!*, Lisboa: Livraria Clássica Editoria.
- Quintal, Francisco, 1988, *Palavras Veementes*, Lisboa: Sementeira.
- Rates, José Carlos, 1920, *A Ditadura do Proletariado*, Lisboa: Secção Editorial de A Batalha.
- Rodrigues, Edgar, 1977, *Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- Rodrigues, Edgar, 1980, *O despertar operário em Portugal, 1834-1911*, Lisboa: Sementeira.
- Rodrigues, Edgar, 1981, *Os anarquistas e os sindicatos, 1911-1922*, Lisboa: Sementeira.
- Rodrigues, Edgar, 1981, *A resistência anarco-sindicalista à ditadura*, Lisboa: Sementeira.
- Rodrigues, Edgar, 1982, *A oposição libertária em Portugal, 1939-1974*, Lisboa: Sementeira.
- Santana, Emídio, 1976, *História de um atentado: O atentado a Salazar*, Lisboa: Forum.
- Santana, Emídio, 1985, *Memórias de um militante anarco-sindicalista*, Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- Sequeira, José dos Reis, 1978, *Relembrando e contado: memórias de um operário corticeiro, 1914-1938*, Lisboa: A Regra do Jogo.
- Silva Mendes, 2006 [1896], *Socialismo Libertário ou Anarchismo: História e Doutrina*, Lisboa: Letra Livre.
- Sousa, Amílcar de, 1913, *O naturismo: Alimentação natural, conselhos higienicos, tratamentos racionais, práticas quotidianas* (2.^a edição revista e aumentada), Porto: Sociedade Vegetariana
- Vasco, Neno, 1984 [1923], *A Concepção Anarquista do Sindicalismo*, Porto: Afrontamento.
- Vaz, Ângelo, 1902, *Neo-Malthusianismo*, Porto: Typ. Da Empresa Litterária e Typographica

Vieira, Alexandre, 1950, *Em volta da minha profissão: subsídios para a história do movimento operário no Portugal Continental*, Lisboa: Edição do autor.

Vieira, Alexandre, 1959, *Figuras gradas do movimento social português*, Lisboa: Edição do autor.

Vieira, Alexandre, 1974 [1970], *Para a história do sindicalismo em Portugal*, Lisboa: Seara Nova.

BIBLIOGRAFIA:

Ackelsberg, Martha, 1991, *Free Women of Spain: Anarchism and the struggle for the emancipation of women*, Bloomington: Indiana University Press.

Adams, Matthew S., 2016, “Formulating an anarchist sociology: Peter Kropotkin’s reading of Herbert Spencer”, *Journal of the History of Ideas*, Vol. 77, N.º 1, pp. 49-73.

Agamben, Giorgio, 1998, *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*, Lisboa: Presença.

Alcântara, Ana Ramos, 2019, *Espaços da Lisboa Operária: Trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XX*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Almeida, Pedro Tavares de & Rui Branco (ed.), 2007, *Burocracia, Estado e Território. Portugal e Espanha (séc. XIX-XX)*, Lisboa: Livros Horizonte.

Alves, Paulo Marques e Olinda Gama, 2013, “A militância no Feminino nos primórdios do Sindicalismo em Portugal”, *UBIMUSEUM – Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, pp. 183-195.

Alves, Ricardo António, 2002, *Anarquismo e neo-realismo: Ferreira de Castro nas encruzilhadas do século*, Lisboa: Âncora.

Amster, Randall et al (eds.), 2009, *Contemporary Anarchist Studies: An Introductory Anthology of Anarchy in the Academy*, London: Routledge.

- Altena, Bert, 2010, “Analysing Revolutionary Syndicalism: The importance of Community” in Berry, David and Bantman Constance (eds.), *New Perspectives on Anarchism, Labour and Syndicalism*, Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- Avelino, Givanildo Oliveira, 2008, *Anarquismos e governamentalidade*, Tese de Doutoramento – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Nildo, Avelino, 2004, *Anarquistas: Ética e antologia de existências*, Rio de Janeiro: Achiamé.
- Bantman, Constance, 2013, *The French Anarchists in London, 1890-1914: Exile and transnationalism in the first globalization*, Liverpool: Liverpool University Press.
- Baptista, Jacinto. 2019 (1977). *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora...: Para a História do Diário Sindicalista A Batalha, 1919-1927*. Lisboa: Letra Livre.
- Baptista, Virgínia, 2014, “Legislation and Working Women in Portugal—Since the End of Nineteenth Century to the 1940s”, in *Journal of Business and Economics*, Vol. 5, N. 9, pp. 1558-1567.
- Baptista, Virgínia, 2016, *Protecção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal, 1880-1943*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Barclay, Harold, 1990, *People without government: An anthropology of anarchy*, London: Khan & Averill.
- Berry, David, 2009, *A History of the French Anarchist Movement: 1917 to 1945*, Oakland: AK Press.
- Berry, David and Bantman Constance (eds.), 2010, *New Perspectives on Anarchism, Labour and Syndicalism*, Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- Borkenau, Franz, 1963 [1937], *The Spanish Cockpit*, Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Bourdieu, Pierre, 2003 [1984], *Questões de Sociologia*, Lisboa: Fim de Século.
- Bourdieu, Pierre, 2010 [1989], *A Distinção: Uma crítica social da faculdade do juízo*, Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, Pierre, 2014 [2012], *On the State: Lectures at the Collège de France, 1989-1992*, Cambridge: Polity.

- Brandão, Raul, 1984, *Os operários*, Lisboa: Biblioteca Nacional
- Brenan, Gerald, 1990 [1943], *The Spanish Labyrinth: An Account of the Social and Political Background of the Spanish Civil War*, Cambridge: Canto.
- Cabral, Manuel Villaverde, 1977, *O Operariado nas Vésperas da República, 1909-1910*, Lisboa: Presença.
- Cabral, Manuel Villaverde, 1979, *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa: Regra do Jogo.
- Cahm, Caroline, 1989, *Kropotkin and the rise of revolutionary anarchism, 1872-1886*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Call, Lewis, 2002, *Postmodern Anarchism*, Lanham: Lexington Books.
- Candeias, 1987, “As escolas operárias portuguesas no primeiro quartel do século XX”, in *Análise Psicológica*, 3 (V).
- Candeias, António, 1992, *Educar de Outra Forma: A Escola Oficina N.º 1 de Lisboa, 1905-1930*, Dissertação de Doutoramento: Universidade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- Candeias, António, 2011, “Anarquismo, Sindicalismo e Educação no 1º Terço do Século XX em Portugal: Os ‘alternativos’?” in Margarida Felgueiras & Antón Costa Rico, *Exílios e Viagens*, Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Castro, José & José Luís Garcia, 1995, “«A Batalha» e a questão colonial”, *Ler História*, n.º 27/ 28, Pp. 125-146.
- Catroga, Fernando, 1991, *O Republicanismo em Portugal: Da Formação ao 5 de Outubro de 1910 (2 Vols)*, Coimbra: Faculdade de Letras.
- Cerezales, Diego Palacios, 2011, *Portugal à Coronhada: Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*, Lisboa: Tinda-da-China.
- Cerezales, Diego Palacios, Fátima Sá e Melo Ferreira e José Neves (org.), 2013, *Da Economia Moral da Multidão à Arte de Não Ser Governado. E. P. Thompson e James C. Scott na Ibéria*, Castro Verde: 100 Luz.
- Chorão, Luís Bigotte, 2015, *Para uma História da Repressão do Anarquismo em Portugal no Século XIX, seguido de «A Questão Anarchista», de Bernardo Lucas*, Lisboa: Letra Livre.

Cleminson, Richard, “Eugenics without the State: anarchism in Catalonia, 1900-1937”, *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, Volume 39, Issue 2, Pp. 232-239.

Cleminson, Richard, 2019, *Anarchism and Eugenics: An unlikely convergence, 1890-1940*, Manchester: Manchester University Press.

Cleminson, Richard, 2019, “Anarchism and anticolonialism in Portugal (1919-1926): Mário Domingues, *A Batalha* and black internationalism”, *Journal of Iberian and Latin American Studies*, 25: 3, pp. 441-465.

Cohn, Jesse, 2014, *Underground Passages: Anarchist Resistance Culture, 1848-2011*, Oakland: AK Press.

Cohn, Jesse, 2019, “Preface: The translation manual”, in Colson, Daniel, *A little philosophical lexicon of anarchism from Proudhon to Deleuze*, Colchester: Minor Compositions.

Colson, Daniel, 2012, *Writing Against Democracy: Anarchist Literature and the Aporia of Representation, 1880-1940*, Ph.D. Dissertation, University of Illinois at Urbana-Champaign.

Costa, Ramiro da, 1979, *Elementos para a história do movimento operário em Portugal, vol. 1*, Lisboa: Assírio & Alvim.

Cruz, Manuel Carvalho Ferreira, 2012, *O movimento libertário portuense à luz do periódico A Aurora (1910-1919)*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Davis, Laurence & Kinna, Ruth (ed.), 2009, *Anarchism and utopianism*, Manchester: Manchester University Press.

Davis, Laurence, 2010, “Social Anarchism or Lifestyle Anarchism: An Unhelpful Dichotomy” in *Anarchist Studies*, 18.1, pp. 62-82.

Dean, Mitchell, 2010 [1999], *Governmentality: Power and Rule in Modern Society*, London: Sage.

Dean, Michell, 2015, “Malthus Effect: Population and the liberal government of life”, *Economy and Society*, 44:1, pp. 18-39.

- Diez, Xavier, 2007, *El anarquismo individualista en España (1923-1938)*, Barcelona: Virus Editorial.
- Ealham, Chris, 2010, *Anarchism and the City: Revolution and Counter-Revolution in Barcelona, 1898-1937*, Oakland: AK Press.
- Esteves, João, 2001, “Os primórdios do feminismo em Portugal: a 1.ª década do século XX”, in *Penélope*, n.º 25, pp. 87-112.
- Ferraz de Matos, Patrícia, 2010, “Aperfeiçoar a ‘raça’, salvar a nação: eugenia, teorias nacionalistas e a situação colonial em Portugal”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 50, pp. 89-111.
- Ferreira, Pedro Soares, 2011, *Entre o Terror e a Esperança: A revolução russa na sociedade portuguesa (1917-1921)*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Ferreira, Miguel Ângelo Castelo-Branco, 1999, *Homem Cristo Filho (1892-1928): Do anarquismo ao Fascismo*, Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- Figueiredo, Cláudia, 2011, “Arte redenção e transformação: a experiência da Sociedade Teatro Livre (1902-1908)”, Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.
- Fonseca, Carlos, 1978, *A Origem da I Internacional: O centenário da Federação Portuguesa*, Lisboa: Estampa.
- Fonseca, Carlos, 1980, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal: Cronologia (Vol. 1).*, Mem Martins: Europa-América.
- Fonseca, Carlos, 1980, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal: Os Primeiros Congressos Operários, 1865-1894 (Vol. 2).*, Mem Martins: Europa-América.
- Fonseca, Carlos, 1980, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal: O Operariado e a Igreja Militante (Vol. 3).*, Mem Martins: Europa-América.
- Fonseca, Carlos, 1980, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal: Greves e Agitações Operárias (Vol. 4).*, Mem Martins: Europa-América.
- Fonseca, Carlos, 1988, *Para uma análise do movimento libertário e da sua história*, Lisboa: Antígona.

- Foucault, Michel, 1978, *The History of Sexuality – Volume I: An Introduction*, New York: Pantheon Books.
- Foucault, Michel, 2006 [1976], “*É preciso defender a sociedade*”, Lisboa: Livros do Brasil.
- Foucault, Michel, 2009, *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977-78*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Foucault, Michel, 2010, *O Nascimento da Biopolítica*, Lisboa: Edições 70.
- Foucault, Michel, 2010, “A «governamentalidade»”, in Neves, José e Dias, Bruno Peixe (coord.), *A Política dos Muitos: Povos Classes e Multidão*, Lisboa: Tinta-da-China.
- Franks, Benjamin, 2006, *Rebel Alliances: The Means and Ends of Contemporary British Anarchisms*, Edinburgh & Oakland: AK Press and Dark Star.
- Franks, Benjamin, 2007, “Postanarchism: A critical assessment”, *Journal of Political Ideologies*, 12 (2), pp. 127-145.
- Freire, João, 1981, “«A Sementeira», do arsenalista Hilário Marques”, *Análise Social*, vol. XVII (67-8), 3.º-4.º, pp. 767-826.
- Freire, João e Lousada, Maria Alexandre, 1982, “O neomalthusianismo na propaganda libertária”, in *Análise Social*, n.º 72-73-74, pp. 1367-1397.
- Freire, João, 1984 [1923], “Prefácio” in Vasco, Neno, *A Conceção Anarquista do Sindicalismo*, Porto: Afrontamento.
- Freire, João, 1985, “Malatesta e o anarquismo português”, *Ler História*, n.º 6, pp. 35-49.
- Freire, João, 1989, “As juventudes sindicalistas: um movimento singular”, in *Penélope*, n.º 4, pp. 120-137.
- Freire, João, 1992, *Anarquistas e Operários – Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto: Edições Afrontamento.
- Freire, João, 2001, *Freedom fighters: Anarchist intellectuals, workers and soldiers in Portugal's history*, Montreal: Black Rose Books.
- Freire, João, 2003, “Revistas anarquistas portuguesas: entre a política e a cultura”, in Reis et al, *Revistas, ideias e doutrinas: Leituras do pensamento contemporâneo*, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 153-188.

- Freire, João e Lousada, Maria Alexandre, 2012, *Greve de Ventres! Para a história do movimento neomalthusiano em Portugal: em favor de um autocontrolo da natalidade*, Lisboa: Edições Colibri.
- Freire, João e Lousada, Maria Alexandre, 2013, *Roteiros da Memória Urbana – Lisboa: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa: Colibri.
- Freire, João e Lousada, Maria Alexandre, 2013, *Roteiros da Memória Urbana, Porto – Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa: Colibri.
- Freire, João e Lousada, Maria Alexandre, 2013. *Roteiros da memória urbana - Setúbal: marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Lisboa: Colibri.
- Freire, João, 2013, “Os meios de difusão do anarquismo em Portugal no princípio do século XX”, in Monteiro, Bruno e Pereira, Joana Dias (orgs.), *De Pé Sobre a Terra: Estudos sobre a Indústria e o Movimento Operário em Portugal*, Lisboa: Instituto de História Contemporânea, pp. 255-270.
- Freire, João, 2013, “As fases da difusão do anarquismo em Portugal, 1900-1926”, in Monteiro, Bruno e Pereira, Joana Dias (orgs.), *De Pé Sobre a Terra: Estudos sobre a Indústria e o Movimento Operário em Portugal*, Lisboa: Instituto de História Contemporânea, pp. 347-359.
- Freire, João, 2019, *Quatro itinerários anarquistas: Botelho, Quintal, Santana e Aquino*, Lisboa: A Batalha.
- Fuente, Maria José La, 1989, “A Confederação Geral do Trabalho”, in Separata de *Lusíada* n.º 2, pp. 237-261.
- Gama, Olinda, 2014, *Anarquismo e relações de género – o olhar anarquista do início do século XX*, Tese de Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- Garcia, José Luís, 2012, “Um mulato contra o império português. Descobrir Mário Domingues no século XXI”, in Gaspar et al, *Estado, Regimes e Revoluções: Estudos em Homenagem a Manuel de Lucena*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 457-483.
- Garner, Jason, 2016, *Goals and means: Anarchism, Syndicalism and Internationalism in the origins of the Federación Anarquista Ibérica*, Oakland: AK Press.

Gomes, Sónia Piedade Apolinário Ribeiro, 2012, *O Esperantismo em Portugal (1892 a 1972): origens, afirmação e repressão*, Dissertação de Mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Gordon, Uri, 2008, *Anarchy alive!: Anti-authoritarian politics from practice to theory*, London: Pluto Press.

Gordon, Uri, 2016, “Reinstating the State in Anarchist Critique”, *Anarchy: A journal of desire armed*, n.º 77.

Gordon, Uri, 2017, “Prefigurative politics between ethical practice and absent promise”, *Political Studies*, Volume 66: issue 2, pp. 521-537.

Graeber, David, 2004, *Fragments of an Anarchist Anthropology*, Chicago: Prickly Paradigm Press.

Graham, Robert, 2005, *Anarchism: A documentary history of libertarian ideas, vol. 1 – From anarchy to anarchism (300CE to 1939)*, Montreal: Black Rose Books.

Graham, Robert, 2009, *Anarchism: A documentary history of libertarian ideas, vol. 2 – The emergence of the new anarchism (1930-1977)*, Montreal: Black Rose Books.

Graham, Robert, 2015, *We do not fear anarchy, we invoke it: The First International and the origins of the anarchist movement*, Oakland: AK Press.

Guérin, Daniel, 1970, *Anarchism: From theory to practice*, New York: Monthly Review Press.

Guérin, Daniel, 2005, *No Gods No Masters: An Anthology of Anarchism*, Oakland: AK Press.

Guimarães, Paulo, 2007, “Cercados y perseguidos: La Confederación Geral do Trabalho (CGT) en los últimos años del sindicalismo revolucionario en Portugal (1926-1938”, Cerezales, Diego Palacios e Sánchez, Mercedes Gutiérrez (eds.), *Conflicto político, democracia y dictadura: Portugal y España en la década de 1930*, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Pp. 199-241.

Guimarães, Paulo, 2017, “Anarquismo, violência e protesto popular durante a Primeira República em Portugal” in Veloso, Luísa et al (eds.), *Anarquismo, Trabalho e Sociedade: Livro em homenagem a João Freire*, Coimbra: Almedina, pp. 51-80.

- Guimarães, Paulo, 2018, "Cultura juvenil anarco-sindicalista e culturas populares urbanas em Portugal (1910-1940)", in Rita Raposo et al (eds.), *Utopia, Anarquia e Sociedade: Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*, Coimbra, Almedina, pp. 543-565.
- Heckert, Jamie & Cleminson, Richard (eds.), 2012, *Anarchism & Sexuality: ethics, relationships and power*, London: Routledge.
- Hobsbawm, Eric J., 1983 (1959), *Rebeldes Primitivos*. Barcelona: Ariel.
- Jeffries, Stuart, 2015, "David Graeber interview: So many people spend their working lives doing jobs they think are unnecessary", *Guardian*, , 21 de Março de 2015 (online: <https://www.theguardian.com/books/2015/mar/21/books-interview-david-graeber-the-utopia-of-rules> - acedido a 11 de Novembro de 2019).
- Jensen, Richard Bach, 2013, *The Battle Against Anarchist Terrorism: An International History, 1878-1934*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Joyce, Patrick, 2003, *The Rule of Freedom: Liberalism and the Modern City*, London: Verso.
- Joyce, Patrick, 2013, *The State of Freedom: A Social History of the British State since 1800*, New York: Cambridge University Press.
- Jun, Nathan, 2012, *Anarchism and Political Modernity*, London: Continuum.
- Kaplan, Temma. 1975, "The Social Base of Nineteenth-Century Andalusian Anarchism in Jerez de la Frontera", In *Journal of Interdisciplinary History*, 6, n. 1: 47-70.
- Kaplan, Temma, 1977, *Anarchists of Andalusia, 1868-1903*, Princeton: Princeton University Press.
- Kinna, Ruth & Evren, Süreyya (eds.), 2013, "Blasting the Canon" in *Anarchist Developments in Cultural Studies* 2013:1.
- Kinna, Ruth, 2016, "Utopianism and prefiguration", in Chrostowska, S. D. e Ingram, James D. (eds.), *Political Uses of Utopia: New Marxist, Anarchist, and Radical Democratic Perspectives*, New York: Columbia University Press, pp. 198-215.
- Kinna, Ruth, 2019, *The Government of No One: The Theory and Practice of Anarchism*, London. Pelican.
- Klobucka, Anna, 2018, *O mundo gay de António Botto*, Lisboa: Documenta.

- Kuhn, Gabriel, 2019, “Gustav Landauer, Revolution and Social Relationships: A response to ‘Landauer’s fallacy’”, online em <https://blog.pmpress.org/2019/07/31/gustav-landauer-revolution-and-social-relationships-a-response-to-landauers-fallacy/> (acedido em 10-11-2019).
- Kumar, Rahul, 2017, *A pureza perdida do desporto*, Lisboa: Edições Paquiderme.
- Leal, Ernesto Castro, 1999, *Nação e Nacionalismos: A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa: Cosmos.
- Leal, João, 2000, *Etnografias portuguesas (1870-1970): Cultura popular e identidade nacional*, Lisboa: Dom Quixote.
- Lemke, Thomas, 2011, *Biopolitics: An advanced introduction*, New York: New York University.
- Lemke, Thomas, 2019, *Foucault’s Analysis of Modern Governmentality: A Critique of Political Reason*, London: Verso.
- Lichterhan, Paul & Cefäi, Daniel, 2006, “The idea of political culture” in Goodin, Robert E. & Tilly, Charles (eds.), *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*, Oxford: Oxford University Press.
- Lagalis, Erica, 2019, *Occult features of anarchism – with attention to the conspiracy of kings and the conspiracy of the peoples*, Oakland: PM Press.
- Lobo, Sandra Ataíde, 2013, “O reencontro da indianidade: o nacionalismo goês nos anos 20”, in Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha (coord.), *Goa: Passado e Presente*, Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, pp. 271-279.
- Lousada, Isabel, 2008, “A batalha de Adelaide Cabete em A Batalha - higienismo no feminino” Magalhães, Maria José et al (coord.), *Quem tem medo dos feminismos?*, Vol. 2, Funchal: Nova Delphi, pp. 163-173.
- Lousada, Isabel, 2009, “Adelaide Cabete: entre a eugénica e a eugénica na defesa da *Res Publica*”, Ceia, Carlos et al, *Letras & Ciências: As duas culturas de Filipe Furtado*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 513-531
- Mac Laughlin, Jim, 2016, *Kropotkin and the Anarchist Intellectual Tradition*, London: Pluto Press.

- Machado de Sousa, Maria Leonor, 2009, “The Stephens of Marinha Grande/ Os Stephens da Marinha Grande” in Gouveia, António Camões (coord.), *British Families and the Portuguese Economy/ Famílias Inglesas e a Economia de Portugal*, Portalegre: Fundação Robinson.
- Madureira, Nuno Luís, 2006, *As Ideias e os Números: Ciência, Administração e Estatística em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Margarido, Alfredo, 1975, *A introdução do Marxismo em Portugal: 1850-1930*, Lisboa: Guimarães.
- Marques, A. H. de Oliveira, 1971, *A Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Horizonte.
- Marques, A. H. de Oliveira, 1974, *História de Portugal – Das revoluções liberais aos nossos dias, Vol. II*, Lisboa: Palas Editores.
- Marques, João Carlos, 2021, *Um indesejável além-mar: Pinto Quartim e o movimento libertário nos dois lados do Atlântico (1887-1930)*, Tese de doutoramento, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Marshall, Peter, 1992, *Demanding the impossible: A history of anarchism*, London: Fontana.
- Martins, Hermínio, 1996, *Hegel, Texas e outros Ensaios de Teoria Social*, Lisboa: Edições Século XXI.
- Martins, Hermínio, 1998, “O federalismo no pensamento político português”, in *Penélope*, n.º 18, pp. 13-49.
- Martins, Hermínio, 2011, *Experimentum Humanum: Civilização tecnológica e condição humana*, Lisboa: Relógio d’Água.
- Matos, José Nuno, 2012, “Anarquistas e desportistas: A Batalha Vs. A Batalha” in Nina Clara Tiesler e Nuno Domingos (ed.), *Futebol Português: Política, Género e Movimento*, Porto: Afrontamento, pp. 25-45.
- May, Todd, 1994, *The political philosophy of poststructuralist anarchism*, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.
- McLaughlin, Paul, *Mikhail Bakunin: The Philosophical Basis of His Anarchism*, New York: Agora Publishing.

- Medeiros, Fernando, 1978, *A sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo*, Lisboa: Regra do Jogo.
- Medina, João, 1972, *Eça de Queiroz e o Anarquismo (1892-1894)*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Medina, João, 1980, *Afonso Lopes Vieira, Anarquista*, Lisboa: Ed. António Ramos.
- Medina, João, 1981, “Um semanário anarquista durante o primeiro Governo Afonso Costa: ‘Terra Livre’”, in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3º-4º, pp. 735-765.
- Mintz, Jerome, 2004 [1982], *The Anarchists of Casas Viejas*, Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- Mónica, Maria Filomena, 1979, “Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)”, *Análise Social*, vol. XV (60), 4.º, pp. 859-945.
- Mónica, Maria Filomena, 1981, “Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 3.º-4.º, pp. 505-571.
- Mónica, Maria Filomena, 1982, *A Formação da Classe Operária Portuguesa: Antologia da imprensa operária (1850-1934)*, Lisboa: Gulbenkian.
- Mónica, Maria Filomena, 1982-3, “Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934)”, *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), pp. 1231-1277.
- Mónica, Maria Filomena, 1986, *Artesãos e operários: Indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Mónica, Maria Filomena, 1987, “Os trabalhadores e os anarquistas”, in Biblioteca Nacional, *100 anos de anarquismo em Portugal, 1887-1987*, Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Mónica, Maria Filomena, 1987, “Prefácio” in *Almanaque de A Batalha, 1926*, Lisboa: Edições Rolim
- Mónica, Maria Filomena, 2001, “O senhor Ávila e os conferencistas do Casino”, *Análise Social*, vol. XXXV (157), p. 1013-1030.
- Moral, Juan Diaz del. 1979 [1929]. *Historia de las agitaciones campesinas andaluzas - Cordoba: antecedentes para una reforma agraria*. Madrid: Alianza Editorial.
- Morgan, Richard, 2020, *The Making of Kropotkin's Anarchist Thought: Disease, Degeneration, Health and the Bio-political Dimension*, London, Routledge.

- Morland, David, 1997, *Demanding the Impossible?: Human Nature and Politics in Nineteenth-century Social Anarchism*, London: Cassell.
- Navarro, Francisco Javier Navarro, 2002, *Ateneos y Grupos Acrátas: Vida y actividade cultural de las asociaciones anarquistas valencianas durante la Segunda República y la Guerra Civil*, Valencia: Biblioteca Valenciana.
- Nery, Rui Vieira, 2004, *Para uma História do Fado*. Lisboa: Corda Seca.
- Neves, José (org.), 2006. *Da gaveta para fora: Ensaio sobre marxistas*, Porto: Afrontamento.
- Neves, José, 2008, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal: Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa: Tinta-da-China.
- Neves, José (ed.), 2016, *Quem faz a história? Ensaio sobre o Portugal contemporâneo*, Lisboa: Tinta-da-China.
- Newman, Saul, 2001, *From Bakunin to Lacan: Anti-authoritarianism and the dislocation of power*, Lanham: Lexington Books.
- Newman, Saul, 2005, *Power and Politics in Poststructuralist Thought: New theories of the political*, New York: Routledge.
- Newman, Saul, 2010, *The politics of postanarchism*, Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Oliveira, César, 1973, *A criação da União Operária Nacional*, Porto: Afrontamento.
- Oliveira, César, 1973, *O Socialismo em Portugal (1850-1900)*, Porto: Afrontamento.
- Oliveira, César, 1973, "Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português perante a guerra de 1914-18", in *Análise Social*, n.º 40, pp. 679-702.
- Patriarca, Fátima, 2000, *Sindicatos Contra Salazar*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pedroso, Alberto e Ventura, António, 1985, *Alexandre Vieira: 30 anos do sindicalismo português*, Lisboa: Edições Um de Outubro.
- Pereira, Ana Leonor, 1999, "Eugenia em Portugal?", *Revista de História das Ideias*, vol. 20, pp. 531-600.

Pereira, Ana Paula de Brito, 1983, “As greves rurais de 1911-12: Uma leitura através da imprensa”, in *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983-3.º, 4.º, 5.º, pp. 477-511.

Pereira, Joana Dias, 2011, *Sindicalismo Revolucionário: A história de uma Idéa*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Pereira, José Pacheco, 1971, *Questões sobre o movimento operário português e a Revolução Russa de 1917*, Porto: edição do autor.

Pereira, José Pacheco, 1976, *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de Novembro de 1918*, Porto: Nova Crítica.

Pereira, José Pacheco, “As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve”, in *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980-1.º, 2.º, pp. 135-156.

Pereira, José Pacheco, 1981, “A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-70)”, *Análise Social*, vol. XVII (65), 1981-1.º, 135-151.

Pereira, José Pacheco, 1981, “Bibliografia sobre o movimento operário português desde a origem até 25 de Abril de 1974 (livros e artigos publicados de 1974 a 1980)”, in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, pp. 989-1011.

Pereira, José Pacheco, 1981, “Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)”, in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3º-4.º, pp. 695-713.

Pereira, José Pacheco, 1999, *Álvaro Cunhal, Uma biografia política: ‘Daniel’, o jovem revolucionário (1913-1941)*, vol. 1, Lisboa: Temas e Debates.

Pereira, Matheus Serva, 2020, “*Grandiosos batuques*”: *Tensões, arranjos e experiências coloniais em Moçambique (1890-1940)*, Lisboa: Imprensa de História Contemporânea.

Pereira, Miriam Halpern, 1994, *Das revoluções liberais ao Estado Novo*, Lisboa: Presença.

Pereira, Miriam Halpern, 2010, “Centenário da República: Mutualismos, seguros sociais e a I república”, *Seara Nova*, n.º 1713, pp. 23-26

Pereira, Miriam Halpern, 2016, *A Primeira República: Na Fronteira do Liberalismo e da Democracia*, Lisboa: Gradiva.

Pernicone, Nunzio, 2009, *Italian Anarchism: 1864-1892*, Oakland: AK Press.

- Perrot, Michelle, 2018 [1988], *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*, Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Pimentel, Irene, 2014, *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*, Porto: Figueirinhas.
- Pina, André Costa, 2018, *A Federação Maximalista Portuguesa e a sociogénese do Partido Comunista Português*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Pinto, Antónia Maria Gato, 2019, *Tarrafal: Resistir como promessa – O poder de transformar uma experiência de opressão numa história de grandeza*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Price, Wayne, 2011, “Landauer’s Fallacy: Gustav Landauer’s ‘famous statement’”, online em: <https://theanarchistlibrary.org/library/wayne-price-landauer-s-fallacy.pdf> (acedido em 10-11-2019).
- Prichard, Alex, Ruth Kinna, Saku Pinta and David Berry (eds.), 2012, *Libertarian Socialism: Politics in Black and Red*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Quintais, Luís, 2008, *Torrente de loucos: a linguagem da degeneração na psiquiatria portuguesa da transição do século XX*, in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 15, n.º 2, pp. 353-369.
- Ramos, Rui, 2001 [1994], *A Segunda Fundação*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Ramos, Rui (coord.), 2012 [2009], *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa: Esfera dos livros.
- Ramos do Ó, Jorge, 2003, *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*, Lisboa, Educa.
- Ramos do Ó, Jorge, 2005, “Dewey on Lima or the Social Prosthesis in the Construction of the New Education Discourse in Portugal (1925-1936)” in Popkewitz, Thomas (ed.) *Inventing the Modern Self and John Dewey*, New York: Palgrave Macmillan.
- Rancière, Jacques, 2012, *A noite dos proletários: Arquivos do sonho operário*, Lisboa: Antígona.

- Reis, António, 2009, “Parte 5 – Epílogo: o fim da Primeira República”, in Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinda-da-China.
- Reynolds de Souza, Maria, 2013, *A Concessão do Voto às Portuguesas*, Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Ricardo de Sousa, M., 2011, *Os caminhos da anarquia: Uma reflexão sobre as alternativas libertárias em tempos sombrios*, Lisboa: Letra Livre.
- Richards, Vernon, 2015 [1965], *Life and Ideas: The Anarchist Writings of Errico Malatesta*, Oakland: PM Press.
- Rocker, Rudolf, 2004, *Anarchy-syndicalism: Theory and Practice*, Oakland: AK Press.
- Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda, 2009, “Introdução”, in Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinda-da-China.
- Rosas, Fernando, 2009, “A crise do sistema oligárquico em Portugal”, in Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinda-da-China.
- Rosas, Fernando, 2018, *A Primeira República, 1910-1926: Como venceu e como se perdeu*, Lisboa: Bertrand.
- Rose, Nikolas, “Chapter 2: Governing ‘advanced’ liberal democracies” in Barry, Andrew, Osborne, Thomas and Rose, Nikolas (eds.), 1996, *Foucault and political reason: Liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Roselló, Josep Maria, 2003, *La vuelta a la naturaleza - El pensamiento naturista hispano (1890-2000): naturismo libertario, trofologia, vegetarianismo naturista, vegetarianismo social y librecultura*, Barcelona: Virus Editorial.
- Rousselle, Duane & Evren, Süreyya (eds.), 2011, *Post-Anarchism: A reader*, London: Pluto Press.
- Sá, Victor de, 1964, *Perspectivas do século XIX*, Lisboa: Portugália.
- Sahlins, Marshall, 2008, *The Western Illusion of Human Nature: With reflections on the long history of hierarchy, equality, and the sublimation of anarchy in the west, and*

- comparative notes on other conceptions of the human condition*, Chicago: Prickly Paradigm Press.
- Salgado de Matos, Luís, 1981, “Lisboa, 1920 – vida sindical e condição operária”, *Análise Social*, VII (67-68).
- Samis, Alexandre, 2009, *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*, Lisboa: Letra Livre.
- Santana, Maria Helena e Lourenço, António Apolinário, 2011, “No leito. Comportamentos sexuais e erotismo”, in Mattoso, José (dir.), *História da vida privada em Portugal: A época contemporânea*, Lisboa: Temas e Debates.
- Schmitt, Carl, 1985 [1922], *Political Theology: Four Chapters on the concept of sovereignty*, Massachusetts: The MIT Press.
- Scott, James. C., 1998, *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, New Haven: Yale University Press.
- Scott, James C., 2009, *The Art of Not Being Governed: An anarchist history of Upland Southeast Asia*, New Haven: Yale University Press.
- Scott, James C., 2013 [1990], *A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos ocultos*, Lisboa: Letra Livre.
- Serrão, Joel, 1979, *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo: Antologia do Pensamento Político Português*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Smith, Angel, 2007, *Anarchism, Revolution and Reaction: Catalan Labour and the Crisis of the Spanish State, 1898-1923*, New York: Berghahn Books.
- Suriano, Juan, *Paradoxes of Utopia: Anarchist Culture and Politics in Buenos Aires, 1890-1910*. Oakland: AK Press.
- Tavares da Silva, Maria Regina, 1983, “Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras no início do século XX”, *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), pp. 875-907.
- Teixeira, Eduardo Alberto dos Santos, 2004, *O franquismo e o operariado (1901-1908)*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Telo, António José, 1977, *O Sidonismo e o movimento operário português: Luta de classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa: Ulmeiro.

- Teodoro, José Miguel de Jesus, 2013, *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, 2 vols., Doutoramento em História, Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa.
- Thompson, E.P., 1991 [1963], *The Making of the English Working Class*, London: Penguin Books.
- Thompson, E.P., 2008 [1971], *A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII*, Lisboa: Antígona.
- Torgal, Luís Filipe, 2016, *Tomás da Fonseca, Missionário do Povo: Uma biografia*. Lisboa: Antígona.
- Torres, Eduardo Cintra, 2018, *A Greve Geral de 1903 no Porto: Um estudo de história, comunicação e sociologia*, Porto: Edições Afrontamento.
- Trindade, Luís, 2008, *Estranho caso do nacionalismo português*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Turcato, Davide, 2012, *Making sense of anarchism: Errico Malatesta's experiments with revolution, 1889-1900*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Valente, Vasco Pulido, 1981, “Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)”, in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-º3-4-º, pp. 616-678.
- Valente, Vasco Pulido, 1992, “Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política)”, in *Análise Social*, vol. XXVII (115), 1992 (1.º), pp. 7-63.
- Valente, Vasco Pulido, 1999 [1976], *O Poder e o Povo*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Van der Walt, Lucien and Schmidt, Michael, 2009, *Black flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*, Oakland: AK Press.
- Vaquinhas, Irene Maria, 1992, “O conceito de ‘decadência fisiológica da raça’ e o desenvolvimento do desporto em Portugal (Finais do Século XIX/ Princípios do século XX)”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 14, pp. 365-388.
- Vaz, Maria João, 2014, *O Crime em Lisboa, 1850-1910*, Lisboa: Tinda-da-China.
- Ventura, António, 1976, *Subsídios para a história do movimento sindical rural no Alto Alentejo (1910-1914)*, Lisboa: Seara Nova.
- Ventura, António, 1995, *Entre a República e a Acrácia: O pensamento e a acção de Emílio Costa (1897-1914)*, Lisboa: Edições Colibri.

Ventura, António, 2000, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal (1892-1910)*, Lisboa: Edições Cosmos.

Viana, Gonçalves, 1975, *A evolução anarquista em Portugal*, Lisboa: Seara Nova.

Woodcock, George, 1971, *O anarquismo*, Lisboa: Meridiano.